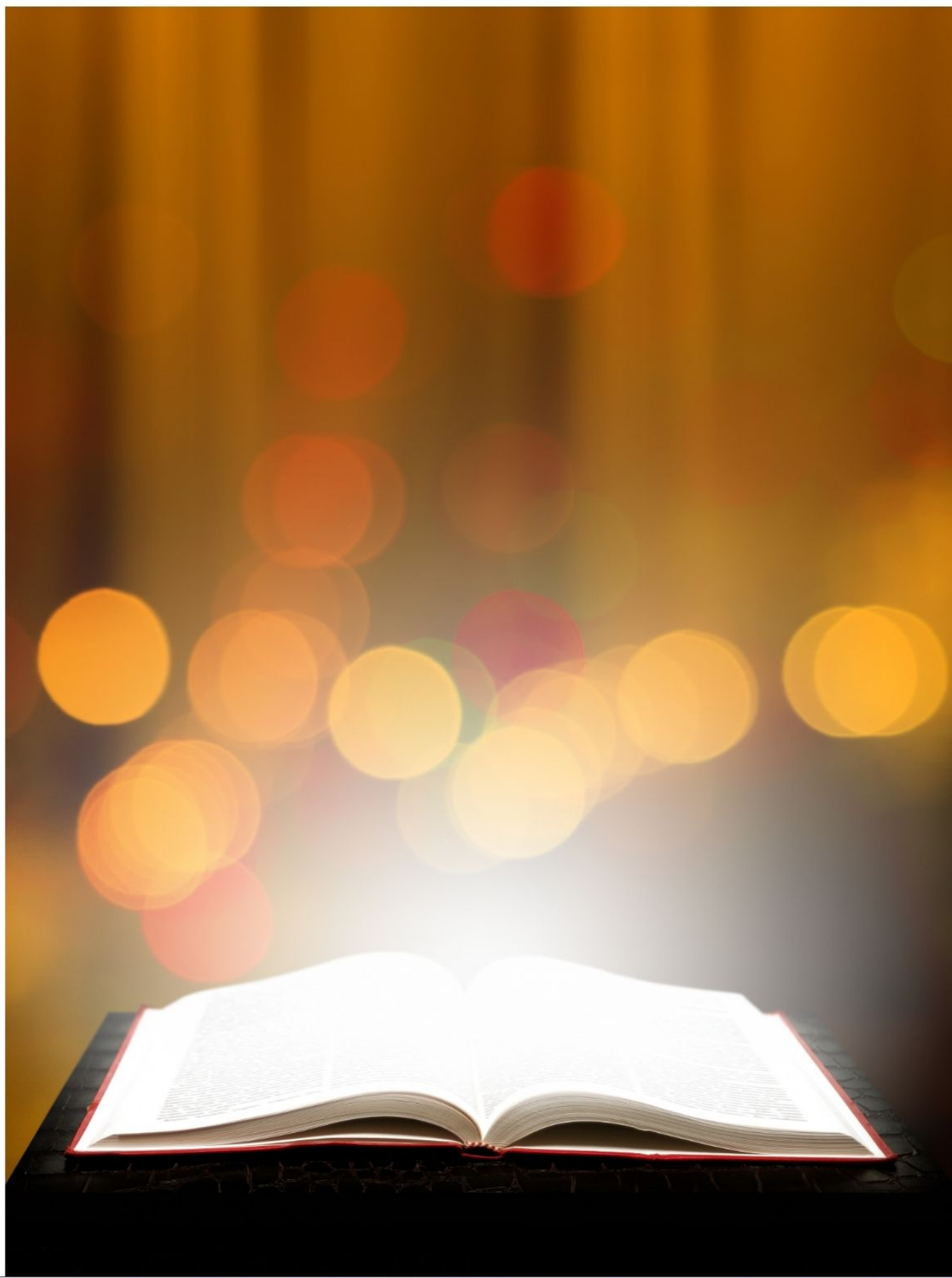


ONDE o conhecimento
se encontra





Copyright: Editora GuedesJus

Alameda Rolf Colin, nº 109, Sala 06 e 07

América, JZoinville-SC. CEP: 89204-070

CNPJ: 51.200.522/0001-78

Ficha Técnica

Gestão editorial: Thais Guedes

Edição: Kauany Dulz Silva

Conselho Editorial

Abimael Francisco de Carvalho Silva, Carlos Renê Magalhães

Mascarenhas, Eliézer Guedes de Oliveira Junior, Kaiann

Barentin, Mariana Mostagi Aranda, Thais Tayane Carvalho Guedes e

Tiago Neu Jardim

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Santa Catarina. Revista Di Fatto.

Revista Di Fatto, Vol. 3 n. 4 - Joinville-SC, 2025.

Bibliografia.

Vários colaboradores.

ISSN 2966-4527.

1. Publicações em série. Periódicos. I. Título.

CDU-05.

APRESENTAÇÃO

A *Revista Di Fatto*, fundada em 1º de maio de 2023, em Joinville-SC, é uma publicação de periodicidade semestral da Editora GuedesJus. Nasceu com o propósito de ser veículo de divulgação científica e acadêmica, democratizando o acesso à publicação científica.

A revista se propõe a promover o conhecimento e o debate em múltiplas áreas do saber, proporcionando um espaço para pesquisas, artigos e ensaios de autores qualificados, abrangendo temas que refletem as demandas e as inovações da sociedade contemporânea.

Sob a coordenação de Eliézer Guedes de Oliveira Junior, Mestrando em Estudos Jurídicos pela Must University (Florida, EUA), a *Revista Di Fatto* é guiada por um compromisso com a qualidade e a seriedade acadêmica. Eliézer é especialista em Direito Administrativo pela Faculdade de Ciências de Wenceslau Braz (2017) e atua como Procurador do Estado de Santa Catarina. Cofundador da Editora GuedesJus, possui uma ampla experiência no setor público, tendo servido no Tribunal de Contas da União (TCU), onde atuou na assessoria de Ministro da Corte por seis anos. Além disso, acumula a expressiva marca de aprovação em treze concursos públicos e é autor de livros na área jurídica.

A *Revista Di Fatto* se destina a profissionais, acadêmicos e pesquisadores interessados em acompanhar discussões aprofundadas e interdisciplinares. A cada edição, oferece um conteúdo diversificado, que inclui artigos originais, resenhas e estudos que enriquecem o diálogo científico.

Desejamos a todos uma leitura enriquecedora!

Thais Tayane Carvalho Guedes
Editora Chefe

EXPEDIENTE

Coordenação

Eliézer Guedes de Oliveira Junior

Editor-chefe

Thais Tayane Carvalho Guedes

Assessoria técnica

Kauany Dulz Silva

Conselho Editorial

Abimael Francisco de Carvalho Silva
Carlos Renê Magalhães Mascarenhas
Eliézer Guedes de Oliveira Junior
Kaiann Barentin
Mariana Mostagi Aranda
Thais Tayane Carvalho Guedes
Tiago Neu Jardim

Editora responsável

Editora GuedesJus
Alameda Rolf Colin, nº 109, Sala 06 e 07, América, Joinville-SC. CEP: 89204-070
CNPJ: 51.200.522/0001-78
Contato: contato@revistadifatto.com.br

Sumário

A importância do debate sobre saúde mental na educação - 7
A instrumentalidade das formas e a primazia do conhecimento do mérito no processo coletivo - 19
O Papel do Sono na Memória - 35
Aprimoramento Cognitivo Farmacológico - 48
Aplicação de inteligência artificial na detecção de ameaças em redes de computadores - 61
O Marco da Redemocratização do Brasil, Transição e Consolidação Democrática - 75
O papel das teorias feministas na descolonização do saber: um embate entre a teoria pura do direito e o poder simbólico - 90
Ensino e Aprendizagem de Jovens e Adultos: Reflexões sobre o papel docente - 107
Estimativa das características físico-mecânicas da madeira de três espécies florestais - 122
Breve análise dos impactos ambientais do uso do fluido de corte em processos industriais de usinagem - 129
O Diálogo das Fontes entre o Direito Civil e o Direito do Consumidor: Prazos Prescricionais e a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - 135
A Metodologia Suzuki no Folclore - 146
Revisão integrativa de literatura cuidado de suporte em oncologia - 153
O Papel do Carbonato de Cálcio na Redução da Mortalidade Materna e Perinatal - 164
Prevenção de agravos e tratamentos de úlceras diabéticas - 167
Hortas nas Escolas: Estratégias Sustentáveis para a Educação Ambiental e Produção Agroecológica. - 178
Evolução Histórica e Transformações Sociais No Surgimento Dos Direitos Fundamentais. - 182
Desigualdade Socioespacial e Escassez de Áreas Verdes nas Periferias de São Paulo: Impactos na Qualidade de Vida e Saúde Urbana - 201
Benefícios de uma avaliação e intervenção no desenvolvimento motor em Crianças com Síndrome de Down: Um estudo de caso. - 205
Reabilitação estética e funcional em paciente com hipertensão: relato de caso. - 215
Polimento de restaurações em amálgama em busca de promover durabilidade e saúde bucal ao paciente – Relato de caso clínico - 219
Policistose renal em felinos domésticos - 223

Programa 5S: uma nova abordagem para implementação em empresa multisserviços - 238

Linguagens e tecnologias: A importância de uma boa comunicação no nível técnico / Languages and technologies: The importance of good communication at the technical level - 241

O sistema penitenciário e a população transgênero - 246

Estado Nutricional e Aceitabilidade Alimentar de Pacientes no Ambiente Hospitalar: Uma revisão de literatura - 257

Gestão escolar e ambiente e-learning como facilitador do ensino-aprendizagem - 264

Ensaio iconográfico do diagnóstico por imagem das sacroileíteis – Critérios diagnósticos, confundidores e diagnósticos alternativos. - 273

A importância do exercício físico no tratamento da depressão: revisão bibliográfica - 279

Design de superfície inspirado em elementos da mangaba para confecção de estampas. - 289

Violação ao direito à identidade de gênero de pessoas transsexuais e ilícito civil: uma análise à luz dos direitos da personalidade - 312

Os impactos da alienação parental no exercício do poder familiar: Um estudo jurídico e social - 320

Ludicidade na educação: Um novo olhar para a aprendizagem - 331

Propriedade, Vizinhaça e Conflitos Urbanos: Um Estudo sobre a Função Social no Direito Brasileiro - 341

Relato de experiência com leitura literária: “O meu pé de Laranja Lima” no Ensino Médio - 353

As medidas de segurança no campo administrativo-sancionatório e os perigos ao estado democrático de direito - 360

A seletividade tributária em Rousseau e breve comentário sobre a ineficiência da seletividade - 367

A problemática do sistema prisional e o lugar do indivíduo sociopata - 373

Tecnologias e Metodologias: Promovendo a Interatividade no Currículo Escolar - 390

Educação Ambiental e Geografia no Ensino Médio: Interdisciplinaridade em Prática - 396

Detecção de objetos em imagens de trânsito urbano - 399

Revisão de Matemática para o ENEM com Metodologias Ativas: Estimulando o Protagonismo Estudantil - 406

Tecnologias digitais na educação- A formação de professores durante a pandemia e a extensão de suas possibilidades para os dias atuais - 416

Medicalização do fracasso escolar - 420

Os avanços do direito penal Internacional e suas influências nas relações internacionais - 442

A importância do debate sobre saúde mental na educação

Douglas Ferreira Aguiar

Letrólogo; Especialista em Linguagens (UFPI); Diretor pedagógico do Sistema de Ensino Invictos.

Nivia Martins Da Silva

Enfermeira, especializada em Saúde Coletiva e Saúde da Mulher pela Faculdade Souza Marques, atualmente exercendo a função de Professora no Sistema Invictus de Ensino.

DANIELA FLORENCIO

Assistente Social, graduada em Serviço Social (UNISUAM). Coordenadora do Sistema de Ensino Invictus.

Ingrid Beatriz Dos Santos Venancio

Pedagoga graduada pela FEUC e atualmente atuando como coordenadora no Sistema de Ensino Invictus. Ao longo da minha trajetória, tenho me dedicado a promover a excelência educacional, buscando sempre a inovação nas práticas pedagógicas e a melhoria contínua no processo de ensino-aprendizagem. Minha atuação vai além da gestão educacional, envolvendo a criação e implementação de projetos que visam transformar o ambiente escolar, impactando positivamente a formação de estudantes e o desenvolvimento de profissionais da educação. Com um olhar atento às necessidades do contexto educacional, minha missão é contribuir para a construção de um ensino de qualidade, alinhado às demandas contemporâneas da sociedade.

Luana Cristina Dos Santos Venancio

Estudante de Graduação em Licenciatura em Pedagogia, cursando a Licenciatura em Pedagogia na UNIBF, com sólida formação teórica e prática voltada para a educação básica. Desenvolvendo competências em planejamento e gestão educacional, práticas pedagógicas inovadoras e inclusão escolar. Através de estágios e projetos acadêmicos, adquiri habilidades para atuar de maneira eficiente em ambientes educacionais, sempre com foco na formação integral do aluno.

Vanessa Martins da Silva

Psicóloga clínica, pós graduanda em psicologia clínica com ênfase em Gestalt-terapia, professora de nível técnico na área da saúde, agente de educação especial pela SME/RJ.

Jeisa Martins da Silva Magalhães

Bióloga especializada em Ensino, capaz de avaliar e otimizar protocolos de teste e ensaios clínicos. Boa comunicação e clareza a fim de explicar ideias altamente técnicas ao público em geral. Hável na operação e manutenção de equipamentos de laboratório complexos. Pedagoga competente, com excelentes referências e mais de 20 anos de experiência em escolas profissionalizantes. Dedicada a promover a aprendizagem dos alunos e a criar um ambiente positivo em sala de aula. Pedagoga orientada ao cliente, com histórico de liderança de equipes de alto desempenho voltadas a atingir ou superar metas. Dedicada e esforçada, com determinação em entregar excelência. Agregadora de times tático, com experiência em treinamento e desenvolvimento de equipes.

Resumo

A saúde mental tem se tornado tema central em debates no ecossistema educacional, principalmente pelos crescentes desafios enfrentados pelos corpos discente e docente. Este artigo tem como objetivo discutir a importância de integrar o debate sobre saúde mental no ambiente escolar, analisando as perspectivas de ambos os grupos. A partir de uma revisão bibliográfica e análise de dados qualitativos, o estudo busca explorar como a saúde mental impacta o desempenho acadêmico, a qualidade de vida e as relações interpessoais no âmbito educacional. Podemos concluir que a promoção de espaços de diálogo e a implementação de políticas de apoio são essenciais para criar um ambiente escolar mais saudável e inclusivo.

Palavras-Chave: Saúde mental. educação. alunos. docentes. políticas educacionais.

Abstract

Mental health has become a central topic in debates in the educational ecosystem, mainly due to the growing challenges faced by student and teaching bodies. This article aims to discuss the importance of integrating the debate on mental health in the school environment, analyzing the

perspectives of both groups. Based on a literature review and qualitative data analysis, the study seeks to explore how mental health impacts academic performance, quality of life and interpersonal relationships in the educational context. We can conclude that promoting spaces for dialogue and implementing supportive policies are essential to creating a healthier and more inclusive school environment.

Keywords: *Mental health. education. students. teachers. educational policies.*

1- INTRODUÇÃO

A saúde mental é um componente fundamental para o bem-estar individual e coletivo, influenciando diretamente a capacidade de aprendizado, a produtividade e as relações sociais. No contexto educacional, a discussão sobre saúde mental ganha relevância à medida que alunos e docentes enfrentam pressões acadêmicas, sociais e emocionais que podem comprometer seu desenvolvimento pessoal e profissional. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022), transtornos mentais como ansiedade e depressão estão entre as principais causas de afastamento e baixo rendimento no ambiente escolar.

Este artigo busca explorar a importância do debate sobre saúde mental na educação, destacando as perspectivas de alunos e docentes. A partir de uma abordagem qualitativa, o estudo visa compreender como esses atores percebem e vivenciam os desafios relacionados à saúde mental, bem como identificar estratégias para promover um ambiente educacional mais saudável e inclusivo.

A relevância do tema é ainda mais evidente em um cenário pós-pandêmico, no qual os impactos do isolamento social, do ensino remoto e da incerteza global agravaram questões de saúde mental entre estudantes e educadores. Dados da UNESCO (2023) indicam um aumento nos níveis de ansiedade e depressão com a prorrogação do uso de telas durante a pandemia por parte dos alunos, enquanto professores afirmaram sentir-se sobrecarregados.

A falta de informação sobre os inúmeros sintomas relacionados à saúde mental talvez seja a “ponta do iceberg” desse problema, afinal, é mais fácil compreender uma dor quando podemos ver a ferida. Vale ressaltar que o professor se prepara para ensinar, reconhecendo situações que envolvem direta ou indiretamente a educação. No entanto, ao se deparar com um aluno que apresenta um diagnóstico clínico de transtorno ou déficit dos mais variados tipos, além de necessidades medicamentosas, o binômio Educação-Aprendizagem é modificado. Isso ocorre porque as dificuldades de aprendizagem ganham uma proporção que exige uma atenção especial. Segundo Santos e Gondim (2021), na formação docente, a disciplina de psicologia da educação foca em desenvolvimento e aprendizagem, mas não capacita para lidar com o sofrimento psíquico dos alunos, revelando a necessidade de uma formação mais ampla em saúde mental no âmbito escolar.

Neste contexto, o artigo está organizado em: análise teórica sobre a saúde mental no contexto educacional, as perspectivas dos alunos e docentes, e estratégias para promover a saúde mental na educação. A metodologia inclui revisão bibliográfica, análise de dados qualitativos e estudos de caso.

2- SAÚDE MENTAL NO CONTEXTO EDUCACIONAL

A saúde mental no ambiente escolar é um tema complexo que envolve múltiplos fatores, incluindo pressões acadêmicas, expectativas sociais e condições de trabalho. Para os alunos, o período escolar é marcado por transformações físicas, emocionais e sociais que podem gerar estresse e ansiedade. Já para os docentes, a sobrecarga de trabalho, a falta de reconhecimento e as condições precárias de ensino são fatores que contribuem para o esgotamento mental (Carlotto, Câmara, 2007).

A escola deve ser um espaço que, além de promover educação e conhecimento, priorize a saúde e o bem-estar de todos. Nesse sentido, a educação em saúde busca desenvolver o pensamento crítico dos alunos e incentivá-los a adotar práticas que promovam, mantenham e recuperem a saúde (Costa, Figueiredo e Ribeiro, 2013).

A síndrome de burnout é um fenômeno comum entre professores, caracterizado por exaustão emocional, despersonalização e redução da realização pessoal. Segundo Malagris (2004), é um desgaste que reflete baixa produtividade e problemas relacionais, resultante do estresse laboral crônico. Esse quadro pode levar a um ciclo, em que o mal-estar dos docentes afeta diretamente o desempenho e o bem-estar dos alunos.

O equilíbrio entre “Ensinar e Aprender” precisa ocorrer de maneira positiva, não exaustiva. O aluno sente prazer em aprender quando percebe o empenho do professor em ensinar. Nesse contexto, há uma interligação que favorece ambas as partes. No entanto, se há desequilíbrio, uma das partes se sobrecarrega ao sentir-se pressionada por algum aspecto (Massa et al., 2016).

O esgotamento do professor se reflete em sua expressão, dificultando o engajamento do aluno em exercitar sua curiosidade natural sobre o conteúdo abordado. Por outro lado, o desconhecimento de algumas características peculiares ao comportamento de alunos com Transtornos, como TDAH, TEA, Transtorno de Ansiedade, entre outros, faz com que o docente também experimente essa exaustão, tornando-se insatisfeito com suas habilidades profissionais (Dalcin, Carlotto, 2017).

Além disso, o ambiente escolar muitas vezes reproduz dinâmicas sociais mais amplas, como o bullying, a discriminação e a exclusão, que podem agravar problemas de saúde mental. De acordo com Grillo e Santos (2015), a vítima típica é geralmente uma pessoa tímida ou reservada, incapaz de reagir aos comportamentos agressivos dos agressores. Alunos vítimas de bullying têm maior probabilidade de desenvolver transtornos como depressão e ansiedade.

A falta de políticas públicas voltadas para a saúde mental na educação também é um desafio significativo. Em muitos países, as escolas não dispõem de recursos adequados para oferecer suporte psicológico a alunos e docentes. Conforme Moreira e Guzzo (2014), ao promover a integração, os psicólogos escolares aproximam as famílias da escola, dando-lhes voz e enriquecendo o trabalho da equipe escolar no cotidiano. Portanto a integração de serviços de saúde mental no ambiente escolar é essencial para prevenir e tratar transtornos mentais.

2.1-PERSPECTIVAS DOS ALUNOS

Para os alunos, a saúde mental está intimamente ligada ao desempenho acadêmico e à qualidade das relações interpessoais. Estudantes que enfrentam problemas de saúde mental tendem a apresentar dificuldades de concentração, baixo rendimento escolar e isolamento social. Além disso, o estigma associado aos transtornos mentais pode impedir que os jovens busquem ajuda, agravando seu sofrimento. Segundo Cândido et al. (2012), a origem do preconceito contra pessoas com transtornos mentais está na desinformação e no desconhecimento, o que cria estereótipos de periculosidade e agressividade.

Existem inúmeros fatores que levam à alteração emocional, sobretudo os transtornos com diagnóstico conclusivo. Vivemos em tempos imediatistas, onde há facilidades na busca por pesquisas e aprendizado. Por essa razão, para muitos estudantes, permanecer preso entre quatro paredes de uma sala de aula, ouvindo, anotando e sendo cobrado para aprender, torna-se cansativo nos tempos atuais. Aliás, poderíamos citar inúmeras causas para justificar a ansiedade, a angústia, a falta de atenção ou qualquer outro sintoma peculiar e tão comum aos estudantes no que se refere à “Saúde Mental”. No entanto, vamos atribuir principalmente as redes sociais e os canais de informações virtuais (Sánchez, 2017).

A adolescência, em particular, é um período crítico para o desenvolvimento da saúde mental. Essa fase é marcada pela busca de identidade e pela necessidade de pertencimento, o que pode gerar conflitos internos e externos. A escola, como um espaço de socialização, desempenha um papel crucial nesse processo (Rossi et al. 2019).

No entanto, muitos alunos sentem que suas necessidades emocionais são negligenciadas no ambiente escolar. Essa percepção reflete a necessidade de uma abordagem mais holística na educação, que valorize não apenas o desempenho acadêmico, mas também o bem-estar emocional dos alunos (Bezerra e Ferreira, 2024; Gracio et al. 2024).

2.1.1- FATORES NA ESCOLA QUE PODEM LEVAR O ALUNO A TER PROBLEMAS COM A SAÚDE MENTAL

A mente de uma forma empírica é o local de armazenamento das emoções o qual se desenvolve a psique de forma consciente e inconsciente. Podemos facilmente observar que algumas situações marcantes do dia a dia, nos remetem a sonhos em nosso estado inconsciente ou mesmo, tornam-se

fixas, nos colocando em condição de rever por várias vezes em pensamento de forma analítica. Podemos, inclusive relacionar o aprendizado, à tais questões. Afinal, o que é aprender se não revisar inúmeras vezes, enquanto se armazena conhecimento? (Ramos e Denicol, 2021).

Situações relacionadas a cobranças externas e internas podem causar alterações emocionais constantes nos alunos, pois, por um lado precisa apresentar aos responsáveis, à sociedade ou mesmo aos professores, resultado dos desempenhos adquiridos em pontuação que decreta seu aprendizado e por outro a cobrança mental insistente sobre “O que vou fazer com tudo que aprendi?”, A média adquirida vai nivelar tudo que foi aprendido, no entanto, questionamentos sobre a influência do que se aprendeu para a escolha vocacional é praticamente nula, muitas vezes, não há coerência. O desgaste pode estar associado ao acúmulo de conhecimento o qual o aluno avalia como “desnecessário”. Outra situação é a forma como o conteúdo é ensinado, sem a motivação que empolga para aprender, no lugar disso, existe apenas a cobrança, onde alcançar a média é a principal referência (Santos, 2023).

A escola desempenha um papel crucial no desenvolvimento intelectual, social e emocional dos jovens, mas também pode ser um ambiente que contribui para o surgimento ou agravamento de problemas de saúde mental. A adolescência, marcada por transformações físicas, emocionais e sociais, é um período particularmente sensível, no qual a escola pode tanto oferecer apoio quanto gerar estresse e ansiedade.

Um dos fatores mais significativos é a pressão por desempenho acadêmico. A constante avaliação por meio de provas, trabalhos e notas cria um ambiente competitivo, onde a expectativa de sucesso pode levar a níveis elevados de estresse e ansiedade. A cobrança excessiva por resultados pode desencadear sentimentos de inadequação, frustração e, em casos mais graves, depressão. Além disso, a falta de equilíbrio entre estudos e momentos de descanso ou lazer contribui para o esgotamento mental.

O bullying é outro problema grave, manifestando-se por meio de agressões físicas, humilhações, exclusão social ou cyberbullying. As vítimas frequentemente sofrem em silêncio, desenvolvendo transtornos de ansiedade, depressão, baixa autoestima e, em casos extremos, pensamentos suicidas. O bullying também pode levar ao isolamento social e à queda no rendimento escolar, perpetuando um ciclo de sofrimento (Rigby, 2003; Sampson, 2016).

A falta de suporte emocional e psicológico nas escolas é um desafio significativo. Muitas instituições não contam com profissionais como psicólogos ou orientadores educacionais, deixando os alunos sem um espaço seguro para expressar suas angústias. De acordo com Magnago et al. (2024), a realidade de muitas escolas ainda é marcada pela escassez de recursos e pela falta de conscientização sobre a importância do apoio psicológico. Problemas de saúde mental são frequentemente ignorados ou minimizados, agravando a situação, especialmente para estudantes que enfrentam dificuldades em casa, como conflitos familiares ou violência doméstica.

Os relacionamentos interpessoais também influenciam a saúde mental. Professores autoritários ou desrespeitosos podem gerar medo e inadequação, enquanto a falta de conexão com colegas pode levar ao isolamento e à sensação de não pertencimento. Alunos que não se sentem valorizados podem perder o interesse pelas aulas e desenvolver uma visão negativa da escola (Leme et al. 2024).

A rotina escolar, muitas vezes sobrecarregada de tarefas e atividades extracurriculares, pode levar ao esgotamento. A falta de tempo para descanso, hobbies ou socialização prejudica a saúde mental, resultando em estresse crônico, fadiga e dificuldades de concentração.

O ambiente físico e social da escola também é relevante. Infraestrutura precária, falta de recursos básicos ou condições inadequadas de higiene e segurança geram desconforto e estresse. A ausência de espaços para relaxamento e expressão artística contribui para um clima desfavorável ao bem-estar emocional.

Alunos com dificuldades de aprendizagem ou transtornos como dislexia, TDAH ou autismo enfrentam desafios adicionais. A falta de suporte adequado pode levar à frustração e exclusão, enquanto a comparação com colegas pode gerar insegurança e baixa autoestima. De acordo com Dias (2023) é importante que a escola e os facilitadores adotem uma abordagem adaptativa e inclusiva para atender às necessidades individuais dos alunos. A pressão para se encaixar em padrões de comportamento ou aparência também é um fator de risco, especialmente na adolescência.

Transições escolares, como mudanças de ciclo ou de instituição, podem ser fontes de estresse e ansiedade. A adaptação a novas rotinas, professores e colegas pode ser desafiadora, especialmente sem preparação adequada, levando a sentimentos de insegurança e medo do desconhecido (Correa e Pinto, 2008).

A exposição a conteúdos sensíveis ou traumáticos, como violência ou discriminação, pode gerar angústia, especialmente para alunos que já vivenciaram experiências semelhantes. É essencial que a escola ofereça um ambiente seguro e acolhedor para abordar esses temas, com suporte profissional adequado (Correa-Zanini et al. 2016).

Por fim, a falta de conscientização sobre saúde mental nas escolas contribui para o estigma e a desinformação. Muitos alunos não reconhecem os sinais de problemas como ansiedade ou depressão e podem sentir vergonha de buscar ajuda. A ausência de campanhas de conscientização e programas de prevenção faz com que muitos casos passem despercebidos, sublinhando a necessidade de a escola assumir um papel mais ativo na promoção da saúde mental (Brandelero et al. 2023).

2.2- PERSPECTIVAS DOS DOCENTES

Os docentes, por sua vez, enfrentam desafios únicos relacionados à saúde mental. Além das demandas pedagógicas, eles precisam lidar com questões comportamentais dos alunos, falta de recursos e, em muitos casos, violência no ambiente escolar. Esses fatores contribuem para um cenário de estresse crônico e desgaste emocional (Bridi et al. 2025).

Em anos de preparo profissional, o Professor acredita estar pronto para promover o conteúdo planejado de forma adequada para seus discentes, entretanto, quando se vê diante de situações de ansiedade e angústia do aluno, principalmente por não ter conseguido mostrar seu desempenho de aprendizado com a nota alcançada, sente-se frustrado e também angustiado, pois seu objetivo não foi alcançado.

Não conhecer sintomas específicos relacionados à saúde mental, tal como síndromes e transtornos, acarreta ao Professor nítida impressão que sua técnica para abordar os conteúdos programados, ocasionaram danos mentais ao aluno, afinal, sem um diagnóstico torna-se impossível discernir patologias mentais crônicas, que poderiam desenvolver uma crise, independente das circunstâncias.

A síndrome de burnout é uma realidade alarmante entre os docentes. O esgotamento profissional é resultado de um desequilíbrio entre as demandas do trabalho e os recursos disponíveis para enfrentá-las. No contexto escolar, isso se traduz em longas jornadas de trabalho, salários insuficientes e falta de apoio institucional (Setoca, 2025).

Além disso, muitos professores sentem-se despreparados para lidar com questões de saúde mental entre os alunos. Essa lacuna na formação docente reforça a necessidade de programas de capacitação que abordem a saúde mental de forma integral.

2.2.1- FATORES NA ESCOLA QUE PODEM LEVAR O DOCENTE A TER PROBLEMAS COM A SAÚDE MENTAL

O docente é essencial para o desenvolvimento da sociedade, mas também é uma das profissões mais desgastantes física e emocionalmente. A saúde mental dos professores tem ganhado destaque devido ao aumento de casos de burnout, ansiedade, depressão e outros transtornos psicológicos. Diversos fatores no ambiente escolar contribuem para essa realidade, e compreendê-los é crucial para promover o bem-estar dos educadores (Costa, Figueiredo e Ribeiro, 2013).

Um dos principais desafios é a sobrecarga de trabalho. Além das horas em sala de aula, os professores precisam preparar aulas, corrigir provas, preencher relatórios e participar de reuniões, muitas vezes assumindo funções administrativas ou extracurriculares. A falta de recursos humanos agrava essa situação, obrigando os professores a lidar com mais turmas do que o ideal, o que compromete a qualidade do ensino e aumenta o esgotamento (Massa et al., 2016).

A desvalorização da profissão também impacta a saúde mental dos professores. Muitos sentem que seu trabalho não é reconhecido pela sociedade, governos ou famílias dos alunos. Salários baixos,

falta de perspectivas de crescimento e a ausência de políticas de valorização contribuem para a frustração e o desânimo. Além disso, a cobrança por resultados, especialmente em avaliações externas, gera pressão excessiva, já que o sucesso dos alunos depende de fatores que vão além do controle do professor, como o contexto socioeconômico e o apoio familiar (Malagris, 2004).

O ambiente escolar pode ser tanto fonte de apoio quanto de estresse. Conflitos com colegas, falta de suporte da direção e dificuldades de comunicação com os pais são comuns. A falta de diálogo e de apoio entre os membros da comunidade escolar pode transformar o ambiente de trabalho em um espaço hostil. O comportamento dos alunos, especialmente em turmas desinteressadas ou indisciplinadas, também pode gerar frustração e exaustão. A falta de ferramentas para lidar com esses desafios amplia o sentimento de impotência (Dalcin, Carlotto, 2017).

A falta de autonomia e a exclusão dos processos decisórios são outros fatores que desgastam os docentes. Em muitas escolas, os professores não participam da definição de políticas pedagógicas ou currículos, o que gera alienação e desvalorização. A ausência de participação dos professores nas decisões escolares contribui para a sensação de desvalorização e desmotivação. A imposição de métodos que não condizem com a realidade da sala de aula ou com as convicções pedagógicas do professor pode levar à frustração e à desmotivação.

As condições de trabalho precárias, como infraestrutura inadequada, salas superlotadas e falta de materiais didáticos, também afetam a saúde mental. A precariedade das condições de trabalho nas escolas públicas é um fator que contribui para o desgaste físico e emocional dos professores. Em regiões violentas, a falta de segurança nas escolas gera um estado de alerta constante, aumentando o estresse e a ansiedade. Além disso, a dificuldade em conciliar vida pessoal e profissional é um desafio significativo. A extensa carga horária e as demandas do trabalho muitas vezes invadem o tempo dedicado à família e ao lazer, levando a sentimentos de culpa e exaustão (Carlotto, Câmara, 2007).

A falta de apoio psicológico e emocional é outro problema. Muitos professores não têm acesso a programas de assistência ou espaços para compartilhar suas dificuldades, o que contribui para o isolamento e o agravamento de transtornos mentais. A ausência de suporte psicológico nas escolas deixa os professores desamparados, aumentando o risco de desenvolverem transtornos mentais. As constantes mudanças nas políticas educacionais e a falta de continuidade nos projetos pedagógicos geram insegurança e incerteza, já que os docentes precisam se adaptar a novas diretrizes sem o treinamento adequado (Magnago et al., 2024).

Por fim, as expectativas irrealistas em relação ao papel do professor também contribuem para o desgaste mental. Muitos são vistos como responsáveis não apenas pelo sucesso acadêmico dos alunos, mas também por sua formação moral, social e emocional. A idealização do professor como um 'herói' ou 'missionário' cria expectativas impossíveis de serem cumpridas, gerando frustração e sentimento de inadequação. Essa cobrança excessiva, aliada à negação das necessidades e

limitações humanas dos docentes, pode levar a sentimentos de sobrecarga e exaustão.

3- CONCLUSÃO

Diante dos desafios apresentados, é fundamental adotar estratégias que promovam a saúde mental no ambiente escolar. Entre as medidas sugeridas estão a criação de espaços de diálogo, a implementação de programas de apoio emocional e a formação continuada de docentes para lidar com questões de saúde mental.

A experiência de países como Finlândia e Canadá, que integram o debate sobre saúde mental no currículo escolar, demonstra que é possível criar um ambiente educacional mais saudável e inclusivo. Nessas nações, os alunos são incentivados a expressar suas emoções e a buscar ajuda quando necessário, enquanto os docentes recebem treinamento para identificar e apoiar estudantes em situação de vulnerabilidade.

No Brasil, iniciativas como o Programa Saúde na Escola (PSE) buscam integrar saúde e educação, promovendo ações de prevenção e promoção da saúde mental. No entanto, a implementação dessas políticas ainda enfrenta desafios, como a falta de recursos e a resistência de alguns setores da comunidade escolar.

Outra estratégia eficaz é a criação de comitês de saúde mental, compostos por alunos, docentes, pais e profissionais de saúde. Esses comitês podem atuar como espaços de diálogo e proposição de ações concretas para melhorar o bem-estar da comunidade escolar.

O debate sobre saúde mental na educação é essencial para garantir o bem-estar de alunos e docentes, além de promover um ambiente escolar mais inclusivo e produtivo. Como demonstrado neste artigo, os desafios relacionados à saúde mental são complexos e multifacetados, exigindo uma abordagem integrada que envolva toda a comunidade escolar.

A partir das perspectivas de alunos e docentes, fica evidente a necessidade de políticas e práticas que priorizem a saúde mental no ambiente educacional. A criação de espaços de diálogo, a implementação de programas de apoio e a formação continuada de profissionais são medidas fundamentais para enfrentar esse desafio. Somente por meio de um esforço coletivo será possível construir uma educação que valorize não apenas o desempenho acadêmico, mas também o bem-estar emocional de todos os envolvidos.

Para mudar esse cenário, é essencial que as escolas adotem práticas mais inclusivas, acolhedoras e conscientes das necessidades emocionais dos alunos e docentes. A presença de profissionais de psicologia, a implementação de programas de prevenção ao bullying e a criação de um ambiente escolar seguro e equilibrado são medidas fundamentais para proteger a saúde mental do ecossistema escolar. Afinal, uma educação que valoriza o bem-estar emocional é essencial para formar indivíduos saudáveis, resilientes e preparados para os desafios da vida.

4- REFERÊNCIAS

BEZERRA, Alcicleide Alexandre dos Santos; FERREIRA, Raíssa Matos. **Inteligência emocional na educação: Desenvolvendo competências para o bem-estar no contexto educacional**. Campina Grande: Editora Realize, Revista Conedu, p. 216 – 223, 2024. Disponível em . Acessos em 24 jan. 2025

BRANDELERO, Nayele et al. **Educação em saúde no contexto organizacional: uma proposta de conscientização para saúde mental**. Guarapuava: UNICENTRO, 2023. Disponível em < <https://tede.unicentro.br/jspui/bitstream/jspui/2041/2/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20NAYELE%20BRANDELERO.pdf>>. Acessos em 17 fev. 2025

BRIDI, Diego André; BRIDI, Caroline Neris. FATORES DETERMINANTES NA SAÚDE MENTAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA REVISÃO NARRATIVA. **NOSSO OBJETIVO**, p. 55, 2024. Disponível em < <https://ciedus.com.br/Anais-IV-CIEDUS.pdf#page=55>>. Acessos em 13 de mar. 2025

CÂNDIDO, Maria Rosilene et al. **Conceitos e preconceitos sobre transtornos mentais: um debate necessário**. SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas (Edição em Português), v. 8, n. 3, p. 110-117, 2012. Disponível em . Acessos em 05 fev. 2025

CARLOTTO, Mary Sandra; CÂMARA, Sheila Gonçalves. **Preditores da Síndrome de Burnout em professores**. Psicologia escolar e educacional, v. 11, p. 101-110, 2007. Disponível em . Acessos em 05 fev. 2025

CORREIA, Karla Sandy de Leça; PINTO, Maria Alexandra Marques. **Stress, coping e adaptação na transição para o segundo ciclo de escolaridade: efeitos de um programa de intervenção**. Aletheia, n. 27, p. 7-22, 2008. Disponível em < <https://www.redalyc.org/pdf/1150/115012525002.pdf>>. Acessos em 17 fev. 2025

CORREIA-ZANINI, Marta Regina Gonçalves; MARTURANO, Edna Maria; FONTAINE, Anne Marie Germaine Victorine. **Adaptação à escola de ensino fundamental: indicadores e condições associadas**. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 68, n. 1, p. 19-34, 2016. Disponível em < <https://www.redalyc.org/pdf/2290/229046737003.pdf>>. Acessos em 17 fev. 2025

COSTA, G. M., Figueiredo, R. C., & RIBEIRO, M. S. (2013). **A importância de enfermeiro junto ao PSE nas ações de educação em saúde em uma escola municipal de Gurupi- TO**. Revista Científica do ITPAC, Araguaína, 6(2), Pub. 6, abril 2013. Disponível em . Acessos em 15 jan. 2025. Doi: <https://doi.org/10.37388/CP2021/v30n31a06>.

DALCIN, Larissa; CARLOTTO, Mary Sandra. **Síndrome de burnout em professores no Brasil: considerações para uma agenda de pesquisa**. Psicologia em Revista, v. 23, n. 2, p. 745-770,

2017.Disponível em . Acessos em 03fev. 2025

DIAS, Ester de Sousa. **ADOLESCÊNCIA, ANSIEDADE E DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: Considerações Da Psicologia No Contexto Escolar**. Juazeiro do Norte/CE: Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, 2023. Disponível em < <https://sis.unileao.edu.br/uploads/3/PSICOLOGIA/P1747.pdf>>. Acessos em 11 fev. 2025

GRACIO, Andréa Lúcia Reis et al. **A enfermagem na promoção da saúde mental de adolescentes com transtorno de ansiedade na estratégia da saúde da família**. Rio de Janeiro: Revista FT, 2024.Disponível em . Acessos em 05 fev. 2025.

GRILLO, Mariana Aparecida; SANTOS, Ana Caroline Silva. **Bullying na escola**. In: ColloquiumHumanarum. ISSN: 1809-8207. 2015. p. 61-74.DOI: 10.5747/ch.2015.v12.n3.h220

LEME, Vanessa et al. **RELAÇÕES INTERPESSOAIS POSITIVAS E HABILIDADES SOCIAIS COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO: Promovendo a saúde mental e a cultura de paz nas escolas**. Cadernos da FUCAMP, v. 31, 2024. Disponível em < <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/3520>>. Acessos em 11 fev. 2025.

MAGNAGO, Walaci et al. **O papel do apoio psicológico nas escolas**. RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218, v. 5, n. 10, p. e5105799-e5105799, 2024. Disponível em < <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/5799>>. Acessos em 10 fev. 2025.

MALAGRIS, Lucia Emmanoel Novaes. Burnout: o profissional em chamas. Em **Pedagogia Institucional: fatores humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: ZIT Editores, p. 196-213, 2004.

MASSA, Lilian Dias Bernardo et al. **Síndrome de Burnout em professores universitários**. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, v. 27, n. 2, p. 180-189, 2016. Disponível em . Acessos em 10 jan. 2025.

MOREIRA, Ana Paula Gomes; GUZZO, Raquel Souza Lobo. **O psicólogo na escola: um trabalho invisível?**. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, v. 7, n. 1, p. 42-52, 2014.Disponível em . Acessos em 03fev. 2025.

OMS. **World mental healthreport: transforming mental health for all**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2022.

RAMOS, EmilenaDenicol; DENICOL, Luiz Leonardo. **A influência das emoções na aprendizagem**. Refaqi-revista de Gestão Educação e Tecnologia, v. 9, n. 1, p. 12-12, 2021.Disponível em < <https://refaqi.faqi.edu.br/index.php/refaqi/article/view/48>>. Acessos em 07 fev. 2025

RIGBY, Ken. **Consequences of bullying in schools**. The Canadian journal of psychiatry, v. 48, n. 9, p. 583-590, 2003. Disponível em < <https://journals.sagepub.com/doi/epdf/10.1177/070674370304800904>>. Acessos em 07 fev. 2025

ROSSI, Livia Martins et al. **Crise e saúde mental na adolescência: a história sob a ótica de quem vive**. Cadernos de Saúde Pública, v. 35, p. e00125018, 2019. Disponível em . Acessos em 06 fev. 2025

SAMPSON, Rana. **Bullying in schools**. Washington: Departamento de Justiça dos Estados Unidos, 2016. Disponível em < <https://biblioteca.cejamericas.org/bitstream/handle/2015/1443/e07063414-guide.pdf>>. Acessos em 07 fev. 2025

SÁNCHEZ ROJO, Alberto. **Escola, mundo digitalizado e os perigos do imediatismo na educação**. 2017. Disponível em . Acessos em 05 fev. 2025.

SANTOS, Bárbara Alessandra Bezerra. **Impacto das emoções no processo de aprendizagem de Química: um olhar sobre a educação emocional de estudantes do Ensino Médio**. Barreiros: Dspace, 2023. Disponível em < <https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/handle/123456789/1195>>. Acessos em 07 fev. 2025

SANTOS, Maria Manuela dos; GONDIM, Liberalina Santos de Souza. **Contribuições da relação professor-aluno no cuidado à saúde mental de estudantes: revisão da literatura de 2015 a 2020**. Constr. psicopedag., São Paulo: v. 30, n. 31, p. 82-100, 2021. Disponível em . Acessos em 05 fev. 2025. Doi: <https://doi.org/10.37388/CP2021/v30n31a06>.

SETOCA, Ricardo. **A relação do nível de atividade física e imagem corporal com os indicadores de burnout em professores**. 2025. Tese de Doutorado. Disponível em < <https://comum.rcaap.pt/entities/publication/ed7311ef-21f7-4664-8f4c-4606e26e84c0>>. Acessos em 13 mar. 2025. Doi: <https://doi.org/10.37388/CP2021/v30n31a06>.

UNESCO. **Relatório de monitoramento global da educação, resumo, 2023: a tecnologia na educação: uma ferramenta a serviço de quem?**. Paris: UNESCO, 2023. Doi: <https://doi.org/10.54676/CUYC7902>.

A instrumentalidade das formas e a primazia do conhecimento do mérito no processo coletivo

IURY GREGORY QUEIROZ DA COSTA

Analista Judiciário do TRF da 2ª Região. Graduado em Direito pela UFRN. Especialista em Direito Processual Civil.

Resumo

O presente artigo analisa a aplicação do princípio da instrumentalidade das formas no processo coletivo, destacando sua relação com a primazia do conhecimento do mérito nas demandas coletivas. A partir de uma abordagem bibliográfica, discute-se a importância da flexibilização procedimental diante da relevância social dos direitos transindividuais tutelados, como forma de efetivar o acesso à justiça e garantir a função transformadora da jurisdição. Argumenta-se que a excessiva valorização de formalidades pode comprometer a efetividade do processo coletivo, razão pela qual se defende a superação de obstáculos meramente técnicos, desde que preservados o contraditório, a ampla defesa e a isonomia processual. A análise contempla ainda os efeitos práticos do princípio estudado, como a sucessão processual e a coisa julgada secundum eventum probationis, reforçando a necessidade de uma atuação judicial pautada por critérios axiológicos e voltada ao interesse público.

Palavras-Chave: Instrumentalidade das formas; Processo coletivo; Conhecimento do mérito.

Abstract

This article analyzes the application of the principle of the instrumentalization of procedural forms in collective litigation, highlighting its relationship with the primacy of merit analysis in collective claims. Based on a bibliographical approach, it discusses the importance of procedural flexibility in view of the social relevance of the transindividual rights protected, as a means to ensure access to justice and uphold the transformative role of jurisdiction. It is argued that excessive emphasis on formalities may hinder the effectiveness of collective proceedings, thus justifying the overcoming of merely technical obstacles, provided that adversarial proceedings, ample defense, and procedural equality are preserved. The analysis also addresses the practical effects of the principle under study, such as procedural succession and res judicata secundum eventum probationis, reinforcing the need for judicial conduct guided by axiological criteria and directed toward the public interest.

Keywords: Instrumentality of forms; Collective proceedings; Merits analysis.

1. Introdução

Por meio dos instrumentos do processo coletivo são tutelados os interesses transindividuais, divididos em difusos, coletivos e individuais homogêneos, a fim de preservar o interesse público e garantir o acesso à justiça e a economia processual.

Em função de sua importância, não se justifica a falta de apreciação do mérito da ação coletiva fundamentada somente em rigorismos de ordem formal, tomando-se por base a aplicação do princípio da instrumentalidade das formas.

Os princípios que regem o processo coletivo e as normas que disciplinam a matéria indicam que o aplicador do direito deve se orientar pela primazia do conhecimento do mérito, tendo em vista a natureza e relevância dos bens jurídicos envolvidos e a dimensão social da demanda coletiva.

2. Problemática

A definição teleológica do processo e a visão instrumental de sua utilização são essenciais para a análise da antinomia entre o escopo social do processo e o rigor formal das normas processuais, ainda mais quando se está diante de direitos coletivos, assim entendidos em sentido amplo.

Assim, a produção de resultados práticos no campo do direito coletivo também possui relação com o sistema processual e sua aplicação, pois há uma tendência cada vez mais atual de “desmistificação das regras do processo e de suas formas e a correspondente otimização do sistema, para a busca da alcançada *efetividade do processo*”.[1]

A partir da pesquisa bibliográfica realizada, constatou-se a escassez de doutrina sobre o Direito Processual Coletivo em relação a outros ramos do direito, não obstante a importância do assunto nos dias atuais, tendo em vista a tendência crescente e global de utilização do processo coletivo.

Levando em consideração as características da tutela coletiva e as normas que disciplinam a matéria, buscou-se analisar, de forma sintética, a aplicação da instrumentalidade das formas no processo coletivo, notadamente quanto à relação com o princípio do interesse jurisdicional no conhecimento do mérito e seus efeitos práticos na efetivação da tutela pleiteada pelos legitimados.

3. Fases metodológicas do processo e instrumentalidade das formas

Entre as três ondas renovatórias do acesso à justiça propostas por CAPPELLETTI e GARTH, a segunda onda, nas décadas de 60 e 70, representou um considerável progresso para a proteção dos interesses coletivos, pois os litígios, apesar de ainda se caracterizarem pela sua concepção individualista, passaram a ser encarados, também, sob o ponto de vista da tutela coletiva.

De inegável importância, o estudo feito pelos mencionados autores foi precursor ao situar o acesso à justiça como diretamente ligado à justiça social:

“De fato, o direito ao acesso efetivo tem sido progressivamente reconhecido como sendo de importância capital entre os novos direitos individuais e sociais, uma vez que a titularidade de direitos é destituída de sentido, na ausência de mecanismos para sua efetiva reivindicação. O acesso à justiça pode, portanto, ser encarado como o requisito fundamental – o mais básico dos direitos humanos – de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir, e não apenas proclamar os direitos de todos.”[2]

A evolução metodológica do processo se inicia com a passagem da denominada fase sincrética – onde era visto como apêndice do direito material – para a fase autonomista, caracterizada pela distinção entre relação jurídica processual e substancial, bem como pela autonomia científica. Entretanto, não obstante os evidentes avanços alcançados pela técnica processual desenvolvida nesse período, GRINOVER, DINAMARCO e CINTRA ressaltam:

“Faltou, na segunda fase, uma postura crítica. O sistema processual era estudado mediante uma visão puramente introspectiva, no exame de seus institutos, de suas categorias e conceitos fundamentais; e visto o processo costumeiramente como mero instrumento técnico predisposto à realização da ordem jurídica material, sem o reconhecimento de suas conotações deontológicas e sem a análise dos seus resultados na vida das pessoas ou preocupação pela justiça que ele fosse capaz de fazer.[\[3\]](#)”

Surge, então, a fase instrumental, em contraponto à noção do processo como um fim em si mesmo, uma vez que o processo deve ser visto principalmente como um meio de efetivação dos direitos, e o seu resultado não pode ser comprometido em razão de formalidades desnecessárias.

Sobre o tema, leciona HUMBERTO THEODORO JR.:

“Nas últimas décadas o estudo do processo civil desviou nitidamente sua atenção para os resultados a serem concretamente alcançados pela prestação jurisdicional. Muito mais do que com os clássicos conceitos tidos como fundamentais ao direito processual, a doutrina tem se ocupado com remédios e medidas que possam redundar em melhoria dos serviços forenses. Ideias como a de instrumentalidade e efetividade passaram a dar a tônica do processo contemporâneo.

Fala-se mesmo de ‘garantia de um processo justo’, mais do que de um ‘processo legal’, colocando no primeiro plano idéias éticas em lugar do estudo sistemático apenas das formas e solenidades do procedimento.[\[4\]](#)”

Acerca da natureza deontológica que passa a informar o processo, merecem transcrição as preciosas lições de CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO:

“A negação da natureza e objetivo puramente técnicos do sistema processual é ao mesmo tempo afirmação de sua permeabilidade aos valores tutelados na ordem político-constitucional e jurídico-material (os quais buscam efetividade através dele) e reconhecimento de sua inserção no universo axiológico da sociedade a que se destina.[\[5\]](#)”

Provém daí o princípio da instrumentalidade das formas, consistente na tese de que as formas dos atos processuais apenas são absolutamente necessárias se imprescindíveis para a obtenção da

finalidade perseguida no processo[6], conforme ensinam GRINOVER, DINAMARCO e CINTRA:

“Os sucessos do processo não devem ser tais que superem ou contrariem os desígnios do direito material, do qual ele é também um instrumento (à aplicação das regras processuais não deve ser dada tanta importância, a ponto de, para sua prevalência, ser condenado um inocente ou absolvido um culpado; ou a ponto de ser julgada procedente uma pretensão, no juízo cível, quando a razão estiver com o demandado).

Uma projeção desse aspecto negativo da instrumentalidade do processo é o princípio da instrumentalidade das formas, segundo o qual as **exigências formais do processo só merecem ser cumpridas à risca, sob pena de invalidade** dos atos, na medida em que isso seja indispensável para a consecução dos objetivos desejados.[7]” (grifos acrescentados)

No mesmo sentido, expõe ARDENGHY DOS SANTOS:

“Os vícios maculam os atos da pessoa, inclusive aqueles tomados pelo Poder Judiciário, contaminam os quidantes e corrompem o devido processo legal.

Gradualmente são vistos pela questão saneadora de banimento sobre seus efeitos, pois mesmo irregulares ao modelo legal, eles podem alcançar os seus objetivos (princípio da instrumentalidade) e ainda aproveitar aqueles que não foram contaminados (Princípio de que ‘não há nulidade sem prejuízo’ – *pas de nullité sans grief*).[8]”

Portanto, verificada a ocorrência de vícios sanáveis, que possam ser supridos ou convalidados, a solução está na instrumentalidade das formas, adequando-se o interesse das partes ao caráter público do processo, sendo tal opção imperativa, principalmente quando se trata de tutela coletiva de direitos.

4. Direitos transindividuais e o processo coletivo

Situados na esfera entre o público e privado, os direitos e interesses transindividuais são abarcados pelo interesse público primário, caracterizado pelo interesse da sociedade ou da coletividade como um todo, em respeito ao bem geral, ao passo que os interesses secundários correspondem à esfera da Administração Pública, considerada como pessoa jurídica de direito público.

Para MANCUSO, “um interesse é metaindividual quando, além de passar o círculo de atribuição individual, corresponde à síntese dos valores predominantes num determinado segmento ou categoria social”[9].

Ao longo do artigo 81 do Código de Defesa do Consumidor estão previstas as respectivas definições da subdivisão entre interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, de acordo com o grau de coletivização, nos seguintes termos:

“Art. 81. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo.

Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de:

I – interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;

II – interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;

III – interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum.”

Com relação aos direitos difusos, a questão da indeterminação dos sujeitos representa a impossibilidade de individualizar cada um dos titulares, por alcançar uma quantidade indeterminada ou dificilmente determinada de indivíduos, sem a existência de vínculo comum de natureza jurídica.

Nesse sentido, leciona VIGLIAR:

“Difusos são os interesses em que os titulares não são passíveis de ser determinados ou determináveis e se encontram ligados por meras circunstâncias de fato, ainda que não muito precisas. São interesses indivisíveis e, embora comuns a uma categoria mais ou menos abrangente de pessoas, não se pode afirmar com precisão, a quem pertençam, tampouco a parcela destinada a cada um dos integrantes desse grupo indeterminado.[\[10\]](#)”

Acerca da diferença existente entre os direitos difusos e coletivos, MARINONI afirma que aqueles pertencem, naturalmente, a pessoas indeterminadas, dissolvidas na sociedade, e ainda esclarece que:

“Ao contrário do que ocorre com os direitos difusos, os coletivos permitem que se identifique, em um conjunto de pessoas, um núcleo determinado de sujeitos como ‘titular’. Não interessa se esse grupo é ou não organizado. O que importa realmente é a existência de um agrupamento identificável, como titular do interesse (por exemplo, os consumidores, os aposentados, os contribuintes etc.), não sendo

necessário que todos estejam inseridos em uma associação, sindicato ou outro órgão representativo. Esse órgão será efetivamente legitimado a propor a ação, mas os efeitos da tutela abrangerão a todos os que pertençam ao grupo, independentemente de estarem ou não vinculados ao organismo.

São exemplos de direitos difusos: o direito ao meio ambiente, o direito à saúde pública ou o direito à cultura. Por outro lado, podem ser considerados como direitos coletivos, porque indivisíveis, mas pertencentes a um grupo determinado: o direito de certa classe de trabalhadores a um ambiente sadio de trabalho, o direito dos índios ao seu território, ou o direito dos consumidores à informação adequada.^[11]

Quanto aos direitos individuais homogêneos, importante mencionar que a respectiva ação não significa simplesmente a soma de ações individuais, conforme ensina ARAÚJO FILHO:

“Caracteriza-se a ação coletiva por interesses individuais homogêneos exatamente porque a pretensão do legitimado concentra-se no acolhimento de uma tese jurídica geral, referente a determinados fatos, que pode aproveitar a muitas pessoas. O que é completamente diferente de apresentarem-se inúmeras pretensões singularizadas, especificamente verificadas em relação a cada um dos respectivos titulares do direito.^[12]”

Por fim, vale lembrar que, na sistematização doutrinária adotada por Barbosa Moreira, “haveria os direitos/interesses *essencialmente* coletivos (difusos e coletivos em sentido estrito e os direitos *acidentalmente* coletivos (individuais homogêneos)^[13]”, sendo exemplos destes o direito dos “contribuintes de impugnar a exação tributária tida como inconstitucional, ou o direito dos consumidores a serem indenizados da quantidade a menor de produto existente na embalagem^[14]”.

Feitas tais considerações, registre-se que o surgimento dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos gerou a necessidade de remodelação do processo, pois é primordial que este seja apropriado para a proteção do direito material em questão, dada sua natureza transindividual, ou seja, acima do interesse estritamente privado, conforme sustentam MARINONI e ARENHART:

“É preciso, pois, para bem operar com as ações coletivas, despir-se de velhos preconceitos (ou ‘pré-conceitos’), evitando recorrer a raciocínios aplicáveis apenas à ‘tutela individual’ para solucionar questões atinentes à ‘tutela coletiva’, que não é, e não pode ser, pensada sob a perspectiva da teoria da ‘ação individual’. Os institutos que presidem essa ação (ao menos em sua maioria) são incompatíveis e inaplicáveis à tutela coletiva, simplesmente porque foram concebidas para operar em outro ambiente.^[15]”

Ademais, segundo Hugo Nigro Mazzilli:

“Sob o aspecto processual, o que caracteriza os interesses transindividuais, ou de grupo, não é apenas, porém, o fato de serem compartilhados por diversos titulares reunidos pela mesma relação jurídica ou fática, mas, mais do que isso, é a circunstância de que a ordem jurídica reconhece a necessidade de que o acesso individual dos lesados à Justiça seja substituído por um processo coletivo, *que não apenas deve ser apto a evitar decisões contraditórias como ainda deve conduzir a uma solução mais eficiente da lide, porque o processo coletivo é exercido de uma só vez, em proveito de todo o grupo lesado.*[\[16\]](#)”

(grifos acrescidos)

Ressalte-se que, de acordo com GREGÓRIO ASSAGRA DE ALMEIDA, as diretrizes principiológicas que informam o processo coletivo possuem dimensão constitucional:

“O Direito Processual Coletivo tem natureza processual constitucional e social, portanto, a ele são aplicáveis todos os princípios e as regras interpretativas do direito constitucional e social, especialmente à luz dos direitos e das garantias constitucionais fundamentais, positivados expressa ou implicitamente no país.[\[17\]](#)”

Assim, há um leque de princípios que norteiam o processo coletivo, em virtude da exigência de se conceber e garantir o acesso a uma ordem jurídica justa[\[18\]](#), garantidora de direitos, o que, vale frisar, deve ocorrer no sistema jurídico como um todo, mas se dirige de forma especial ao processo coletivo.

No ordenamento jurídico brasileiro, dada a ausência de codificação, criou-se a concepção do microssistema processual coletivo, formado pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei da Ação Civil Pública, Lei da Ação Popular etc., sendo aplicado o Código de Processo Civil somente se não houver solução legal nas normas disponíveis no referido microssistema.

Nessa ótica, a tutela dos direitos metaindividuais é dotada de características inerentes à sua abrangência plural, de tal modo que a efetividade do processo coletivo também está ligada à construção e adequação de um regime diferenciado, num verdadeiro *devido processo legal coletivo*.[\[19\]](#)

5. O princípio do interesse jurisdicional no conhecimento do mérito do processo coletivo

Conforme afirmam DIDIER JR. E ZANETI JR., “uma decorrência particular do princípio da *instrumentalidade das formas* é a valorização do conhecimento no mérito nos processos coletivos.[\[20\]](#)”

Nesse sentido, discorre MANCUSO sobre a relação entre os princípios da instrumentalidade das formas e da primazia do conhecimento do mérito do processo coletivo, ressaltando sua importância, por se situar hierarquicamente acima do procedimento:

“Cândido Rangel Dinamarco, discorrendo sobre a instrumentalidade, como ideia-força para se alcançar a efetividade da prestação jurisdicional, aponta quatro escopos (admissão em juízo, o modo-de-ser do processo, justiça das decisões e efetividade das decisões). Um desses escopos – o modo de ser do processo – corresponde ao rito ou procedimento – ‘é o amálgama que funciona como fator de coesão do sistema, cooperando na condução do processo sobre os trilhos dessa conveniente participação do juiz e das partes (aqui incluindo o Ministério Público). Compreende-se que seja relativo o valor do procedimento em face desses objetivos, sendo vital a interpretação inteligente dos princípios e a sua observância racional em cada caso.[\[21\]](#)’”

Denominado de interesse jurisdicional no conhecimento do mérito do processo coletivo ou primazia do conhecimento do mérito do processo coletivo, tal princípio, com base na doutrina de ALMEIDA, resulta do compromisso exercido pelo Judiciário como órgão do Estado Democrático de Direito transformador da realidade social e guardião dos direitos e garantias constitucionais fundamentais.

E o autor acrescenta:

“Com base neste princípio, o Juiz deve flexibilizar os requisitos de admissibilidade processual para enfrentar o mérito do processo coletivo e legitimar a função social da jurisdição. O interesse no caso não é em decidir a favor de quaisquer das partes interessadas, mas o interesse em enfrentar o mérito das demandas coletivas. Com isso, não há qualquer risco ao princípio da imparcialidade como garantia constitucional.[\[22\]](#)”

Pode-se afirmar que a primazia do conhecimento do mérito está relacionada a outros princípios regentes do processo coletivo, tais como a máxima efetividade, o máximo benefício e a não taxatividade, por possuírem o mesmo fundamento, de garantir o acesso à justiça e assegurar o interesse social.

Isso porque o bem jurídico tutelado pelas ações coletivas, de peculiar relevância social, não somente ratifica o caráter público próprio do processo como também evidencia a noção de processo coletivo como espécie de “processo de interesse público” (*public law litigation*).[\[23\]](#)

Assim, tal princípio se relaciona com o acesso à justiça, cabendo ao Estado-juiz, como pacificador dos interesses democráticos, evitar ao máximo o acolhimento de questões processuais para afastar o mérito da demanda coletiva, quando cabíveis apenas no âmbito do direito processual individual.

6. Efeitos práticos e ressalvas sobre a aplicação do princípio

A possível adequação procedimental, a ser procedida pelo magistrado no curso do processo coletivo, diz respeito à flexibilização de requisitos de admissibilidade processual, aptos a ocasionarem a extinção do processo sem resolução de mérito.

É o caso, por exemplo, do nome atribuído à ação, que embora equivocado, é incapaz, por si só, de impedir a apreciação da matéria, pois é evidente, como advertem DIDIER JR. E ZANETI JR., que “o nome da ação pouco importa. Processo não é mera técnica, mas técnica imbuída de valores[24]”.

Além disso, a própria previsão legal da coisa julgada *secundum eventum probationis*[25], que garante a possibilidade de nova propositura da ação coletiva, desde que o julgamento anterior tenha sido com base na insuficiência de provas, é um aspecto interessante de efeito prático do princípio, até porque o próprio legislador garantiu o enfrentamento do mérito do processo coletivo.

O mesmo ocorre com relação à questão da legitimidade *ad causam*, uma vez que o processo coletivo prima pela sucessão processual. Segundo DIDIER JR. E ZANETI JR., é possível que o juiz pratique uma aplicação analógica dos artigos 5º, § 3º, da Lei da Ação Civil Pública[26] e do art. 9º da Lei da Ação Popular[27], que tratam dos casos de desistência nas respectivas ações[28].

Com isso, é possível que, em se tratando de ilegitimidade ativa, deve-se evitar a extinção do processo, assumindo a titularidade o Ministério Público ou outro legitimado, caso o juiz verifique, em nossa opinião, que a matéria em discussão deva ser enfrentada, por sua relevância, sem que para isso necessite fazer um juízo de valor quanto ao resultado final da demanda.

No que concerne à prática de atos processuais durante a marcha processual, como anteriormente ressaltado, cabe ao julgador preservar o caráter instrumental do processo, com o fim de buscar sempre a solução do mérito da lide, evitando o apego à forma, conforme seu senso de justiça.

Sobre a valoração que deve imperar na aplicação da lei pelo magistrado, são importantes as explicações de DINAMARCO:

“Mesmo não sendo o juiz equiparado ao legislador, o seu *momento de decisão é um momento valorativo* e, por isso, é preciso que ele valora situações e fatos trazidos a julgamento de acordo com os reais sentimentos de justiça correntes na sociedade de que faz parte e dos quais ele é legítimo canal de comunicação com as situações concretas deduzidas em juízo. Ele tem na lei o seu limite, não competindo ao Poder Judiciário impor os seus próprios critérios de justiça ou de quidade, mas esses limites têm valor relativo, a saber: sempre que os textos comportem mais de uma interpretação razoável, é dever do juiz optar pela que melhor satisfaça ao sentimento social de justiça, do qual é portador (ainda que *as palavras* da lei ou a *mens*

legislatoris possam insinuar solução diferente). Ele há de interpretar a prova e os fatos, também, por esse mesmo critério.[\[29\]](#)”

Por outro lado, em se tratando de prejudiciais ou quaisquer hipóteses que, de fato, sejam suficientes para impedir a análise do mérito, não há que se falar na primazia do seu conhecimento, como na verificação da ocorrência de prescrição ou decadência, ou nulidades absolutas, que contrariem o interesse público característico do processo coletivo.

Vale mencionar, ademais, que a aplicação do princípio do interesse jurisdicional no conhecimento do mérito do processo coletivo, com base na instrumentalidade das formas, também não ofende o contraditório e a ampla defesa, desde que respeitada a isonomia que ilumina o procedimento, consagrada pela paridade de armas, na linha do que explica DINAMARCO:

“O ‘prejuízo’, sem o qual nulidade alguma se pronuncia, é apenas o dano causado aos objetivos da participação contraditória; onde o procedimento ficar maculado mas ileso saia a garantia de participação, cerceamento algum houve à defesa da parte. Cabe ao juiz até, ao contrário, amoldar os procedimentos segundo as conveniências do caso.[\[30\]](#)”

Levando em consideração esse aspecto, é necessário esclarecer que não se defende a prática de atos processuais desprovidos de qualquer técnica, pois às vezes não há como o juiz, mesmo imbuído de boa vontade, aplicar o princípio da instrumentalidade das formas.

Por conseguinte, o princípio do interesse jurisdicional no conhecimento do mérito do processo coletivo, sem que pratique ofensa a outros princípios regentes do processo.

Também recebem consagração constitucional, entre outros, os princípios do juiz natural, da licitude das provas e da publicidade, os quais são requisitos necessários para constituição e desenvolvimento do processo[\[31\]](#), tendo o julgador a ponderação dos valores a cada caso e efetivar o interesse social.

Assim, é de extrema importância que o aplicador do direito atente ainda para a necessidade de se efetivar os princípios constitucionais fundamentais, que norteiam os direitos e interesses coletivos em geral, tais como a dignidade da pessoa humana e a igualdade material.

Quanto ao tema debatido, não há como deixar de se atentar para o alerta de ASSAGRA DE ALMEIDA:

“Não é razoável que se emperre o sistema do direito processual coletivo brasileiro com a implantação de uma série incontável de requisitos de admissibilidade processual, como ocorre em relação aos Anteprojetos estudados no que tange

especialmente ao controle da representatividade adequada. Os juízes e tribunais brasileiros já tem a cultura da negativa de admissibilidade às demandas coletivas, o que imaginar com o que vai acontecer com o advento de um código de direito processual coletivo que arrola um rol enorme de requisitos relativos à admissibilidade processual para o conhecimento do mérito.[\[32\]](#)”

Diante de tal afirmação, feita por um autor que procedeu à análise dos projetos de codificação existentes, percebe-se que, não somente o aplicador do direito, mas também o legislador, deve respeitar os princípios – inclusive de cunho constitucional – que informam o processo coletivo, a fim de resguardar o interesse social e a natureza e relevância dos bens jurídicos envolvidos.

Ademais, em função da inegável importância e do alcance da ação coletiva, não se justifica a falta de apreciação do seu mérito fundamentada somente em rigorismos de ordem formal, tendo em vista, sobretudo, a aplicação da instrumentalidade das formas, como garantia de respeito à celeridade e à economia processual, decorrentes do princípio do acesso à justiça.

7. Conclusão

DINAMARCO afirma a existência de um *direito ao procedimento*, traduzido apenas no sentido de participação em contraditório, com o fim de evitar o cerceamento de defesa, não sendo suficiente, portanto, para restringir a liberdade das formas no processo tampouco para aplicação de formalismo exagerado na condução dos atos processuais[\[33\]](#).

Ao passar por uma evolução metodológica, o processo deixa de ser sincrético para se tornar autônomo. Após, na fase instrumental, restou evidenciada a noção de efetividade do processo, tendo como um dos aspectos a instrumentalidade das formas, caracterizada pela flexibilização das exigências formais, sendo mais importante a finalidade do ato e o bem jurídico tutelado.

Na estrutura do processo coletivo, pela sua natureza de tutela de direitos com relevância social, foram criados institutos processuais e princípios característicos, entre estes o princípio da primazia do conhecimento do mérito do processo coletivo, que decorre da instrumentalidade das formas e se relaciona, por exemplo, com o máximo benefício que o processo coletivo deve alcançar e se fundamenta no acesso à justiça e no amplo interesse público da ação coletiva.

São efeitos práticos do princípio, entre outros, a sucessão processual em razão de ilegitimidade ativa e a previsão da coisa julgada *secundum eventum probationis*, assim como a relativização das formas, a exemplo do nome atribuído à ação, desde que não haja ofensa à paridade de armas ou prejudiciais que impeçam de maneira absoluta a análise do mérito.

Por fim, com relação à codificação das normas regentes do processo coletivo, vale frisar que “os valores metodológicos da socialidade, eticidade, e operabilidade – próprios do novo Código Civil –

devem também estar presentes na proposta de Código de Processos Coletivos justamente porque traduzem as preocupações com a aplicação do ‘bom direito’, para além dos interesses meramente individuais, econômicos ou acadêmicos[34]”.

Assim sendo, a flexibilização dos requisitos formais atinentes à formação do processo coletivo deve ser buscada sendo primordial a aplicação do interesse jurisdicional do conhecimento do mérito, porém cabe somente ao juiz, a cada caso, com base numa análise axiológica e teleológica, verificar o limite de sua aplicação, sempre pautado no interesse social próprio dos direitos transindividuais, que são objeto do processo coletivo.

Bibliografia

ALMEIDA, Gregório Assagra de. *Codificação do direito processual coletivo brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

ARAÚJO FILHO, Luiz Paulo da Silva. *Ações coletivas: a tutela jurisdicional dos direitos individuais homogêneos*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sergio Fabris Editor, 1998.

DIDIER Jr, Fredie. *Curso de Direito Processual Civil*. 15 ed. Salvador: Juspodivm, 2013. v. 1.

DIDIER Jr, Fredie. *Curso de Direito Processual Civil*. 9 ed. Salvador: Juspodivm, 2014. v. 4.

DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. *Curso de direito processual civil: Processo coletivo*. 5. ed. Salvador: JusPodivm, 2010. v. 4.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A instrumentalidade do processo*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 1993.

GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel; CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. *Teoria geral do processo*. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Ação civil pública*. 10. ed. São Paulo: RT, 2007

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Curso de processo civil: Processo de Conhecimento*. São Paulo: RT, 2008. v. 2.

MAZILLI, Hugo Nigro. *A defesa dos interesses difusos em juízo*. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de Direito Processual Civil*. 7 ed. São Paulo: Método, 2015.

SANTOS, Cláudio Sinoé Ardenghy dos Santos. *A coisa julgada relativa e os vícios transtemporais*. Porto Alegre: Cidadela Editorial, 2004.

TARTUCE, Flávio. *O novo CPC e o Direito Civil: Impactos, diálogos e interações*. São Paulo: Método, 2015.

TESHEINER, José Maria Rosa. *Pressupostos processuais e nulidades no processo civil*. São Paulo: Saraiva, 2000.

THEODORO JR., Humberto. *Curso de direito processual civil*. 34. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000. v. 1.

VIGLIAR, José Marcelo Menezes. *Ação Civil Pública*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

[1] DINAMARCO, Cândido Rangel. *A instrumentalidade do processo*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 1993, p. 12.

[2] CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sergio Fabris Editor, 1998, p. 12.

[3] GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel; CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. *Teoria geral do processo*. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 1998, p. 41.

[4] THEODORO JR., Humberto. *Curso de direito processual civil*. 34. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000. v. 1, p. 7.

[5] DINAMARCO, Cândido Rangel. *A instrumentalidade do processo*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 1993, p. 19.

[6] Há, inclusive, expressa disposição legal nesse sentido no Código de Processo Civil: “Art. 276. Quando a lei prescrever determinada forma, sem cominação de nulidade, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.”

[7] Op. cit, p. 39.

[8] SANTOS, Cláudio Sinoé Ardenghy dos Santos. *A coisa julgada relativa e os vícios transtemporais*. Porto Alegre: Cidadela Editorial, 2004, p. 32.

[9] MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Interesses Difusos: conceito e legitimação para agir*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000, p. 41.

[10] VIGLIAR, José Marcelo Menezes. *Ação Civil Pública*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999, p. 47.

[11] MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Curso de processo civil: Processo de Conhecimento*. São Paulo: RT, 2008. v. 2, p. 742.

[12] ARAÚJO FILHO, Luiz Paulo da Silva. *Ações coletivas: a tutela jurisdicional dos direitos individuais homogêneos*. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 114.

[13] DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. *Curso de direito processual civil: Processo coletivo*. 5. ed. Salvador: JusPodivm, 2010. v. 4, p. 73.

[14] MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Curso de processo civil: Processo de Conhecimento*. São Paulo: RT, 2008. v. 2, p. 742.

[15] Idem, ibidem, p. 738.

[16] MAZILLI, Hugo Nigro. *A defesa dos interesses difusos em juízo*. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 46.

[17] ALMEIDA, Gregório Assagra de. *Codificação do direito processual coletivo brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007, p. 5.

[18] CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sergio Fabris Editor, 1998, p. 38.

[19] DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. *Curso de direito processual civil: Processo coletivo*. 5. ed. Salvador: JusPodivm, 2010. v. 4, p. 112.

[20] Idem, ibidem, p. 118.

[21] MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Ação civil pública*. 10. ed. São Paulo: RT, 2007, p. 86.

[22] ALMEIDA, Gregório Assagra de. *Codificação do direito processual coletivo brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007, p. 64.

[23] DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. *Curso de direito processual civil: Processo coletivo*. 5. ed. Salvador: JusPodivm, 2010. v. 4, p. 35.

[24] Op. cit, p. 119.

[25] Assim dispõe o art. 16 da Lei nº 7.347 (Lei da Ação Civil Pública): “Art. 16. A sentença civil fará coisa julgada erga omnes, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova”. Vide também o art. 103 da Lei nº 8.078 (Código de Defesa do Consumidor) e o art. 18 da Lei nº 4.717 (Lei da Ação Popular).

[26] Art. 5º (...) § 3º Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa.

[27] Art. 9º Se o autor desistir da ação ou der motiva à absolvição da instância, serão publicados editais nos prazos e condições previstos no art. 7º, inciso II, ficando assegurado a qualquer cidadão, bem como ao representante do Ministério Público, dentro do prazo de 90 (noventa) dias da última publicação feita, promover o prosseguimento da ação.

[28] Op. cit, p. 120.

[29] Op. cit, p. 311.

[30] *Op. cit*, p. 135.

[31] TESHEINER, José Maria Rosa. *Pressupostos processuais e nulidades no processo civil*. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 26.

[32] ALMEIDA, Gregório Assagra de. *Codificação do direito processual coletivo brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007, p. 156.

[33] *Op. cit*, p. 316.

[34] DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. *Curso de direito processual civil: Processo coletivo*. 5. ed. Salvador: JusPodivm, 2010. v. 4, p. 71.

O Papel do Sono na Memória

MICHELINE NUSS DEL QUIQUI

Professora Mestre em Ciências Ambientais e Saúde com 17 anos de experiência em ensino.

LUCCA DEL QUIQUI

Fisioterapeuta com experiência em fisioterapia do sono, fisioterapia cardiotorrespiratória e manejo de pacientes com traqueostomia . Atua na reabilitação respiratória e no suporte à qualidade do sono, promovendo melhorias na funcionalidade e na saúde dos pacientes. Mestrando em Ciências da Educação , com interesse na formação de profissionais de saúde e nas metodologias aplicadas ao ensino na fisioterapia.

Resumo

O presente trabalho vem abordar o papel do sono na memória. Recentemente a comunidade científica tem demonstrado bastante interesse em relação ao sono e os aspectos relacionados ao mesmo. Tal interesse tem sido fomentado pelo desenvolvimento de novas técnicas de pesquisa que permitem novas abordagens no estudo do sono. Soma-se a isso a constatação do provável fato de que alguns dos processos neurobiológicos que ocorrem no sono são necessários para a manutenção da saúde física e cognitiva do ser humano. O principal objetivo deste trabalho é demonstrar a importância do sono para uma boa manutenção ativa da memória. A metodologia adotada será uma análise bibliográfica de literatura, com ênfase em livros atuais, entre 2015 a 2025, e mais relevantes sobre o tema. Conclui-se que o estímulo emocional intensifica a consolidação das memórias, sendo que já está sendo testada a hipótese seletiva de consolidação da memória humana efetiva do sono, que parece estar presente apenas na sequência do sono no fim da noite, demonstrando que essas memórias persistem por vários anos.

Palavras-Chave: Sono; Memória; Saúde Física; Hipótese seletiva

Abstract

This paper addresses the role of sleep in memory. Recently, the scientific community has shown considerable interest in sleep and its related aspects. This interest has been fueled by the development of new research techniques that allow for new approaches to the study of sleep. Added to this is the finding that some of the neurobiological processes that occur during sleep are necessary for maintaining the physical and cognitive health of human beings. The main objective of this paper is to demonstrate the importance of sleep for good active memory maintenance. The methodology adopted will be a bibliographic analysis of literature, with emphasis on current books, published between 2015 and 2025, and the most relevant on the subject. It is concluded that emotional stimulation intensifies memory consolidation, and the selective hypothesis of effective human memory consolidation during sleep is already being tested, which seems to be present only in the sleep sequence at the end of the night, demonstrating that these memories persist for several years.

Keywords: Sleep; Memory; Physical Health; Selective hypothesis

1 INTRODUÇÃO

O sono é um estado regular, recorrente, reversível com facilidade, que se caracteriza por quietude e grande aumento do limiar de resposta a estímulos externos, se comparado ao estado de vigília (De Oliveira et al, 2024). Nos últimos anos, um acúmulo de estudos, utilizando métodos

complexos e distintos, tem procurado investigar um possível papel do sono em diversos parâmetros cognitivos. Em virtude da relevância do tema, de sua complexidade e de sua importância para a saúde do ser humano, tornou-se imprescindível a utilização das evidências oriundas de inúmeros estudos sobre a relação do sono com a cognição e a emoção humanas.

A comunidade científica tem demonstrado bastante interesse em relação ao sono e aspectos relacionados ao mesmo. Tal interesse tem sido fomentado pelo desenvolvimento de novas técnicas de pesquisa que permitem novas abordagens no estudo do sono. Soma-se a isso a constatação do provável fato de que alguns dos processos neurobiológicos que ocorrem no sono são necessários para a manutenção da saúde física e cognitiva do ser humano. Assim, hoje é possível estudar, mediante as diversas técnicas, aspectos neuroanatômicos, neurofisiológicos e neuroquímicos relacionados a alterações clínicas do sono, bem como aquelas alterações do sono induzidas experimentalmente. Esse interesse é de grande importância para a melhoria das ferramentas de investigação dos mecanismos inerentes ao sono (Cammarota et al, 2023).

O principal objetivo deste trabalho é demonstrar a importância do sono para uma boa manutenção ativa da memória. A metodologia adotada será uma análise bibliográfica de literatura, com ênfase em livros atuais, entre 2015 a 2025, e mais relevantes sobre o tema.

O presente trabalho aborda também os processos de associação, integração e criatividade, que vão além da consolidação da memória, apontando possíveis implicações do sono nesse tema. Finalmente, aborda possíveis relações entre sono e emoção, onde será avaliada a regulação emocional e o processamento de informação emocional.

2 NEUROBIOLOGIA DO SONO

O sono está associado com uma variedade de alterações fisiológicas, incluindo respiração, função cardíaca, tônus muscular, temperatura, secreção hormonal e pressão sanguínea (Dalgarrondo, 2020).

O sono é um estado regular, recorrente e facilmente reversível do organismo, caracterizado por uma relativa quietude e grande elevação no limiar de resposta a estímulos externos (Lent, 2020). Postula-se que diversos processos neurobiológicos que ocorrem no sono são necessários para a manutenção de alguns aspectos da saúde física e cognitiva. O entendimento mais recente é de que o ciclo sono-vigília apresenta regulação complexa e multideterminada, sendo regulada por dois processos. O processo circadiano é regulado pelos núcleos hipotalâmicos supraquiasmáticos, enquanto o processo homeostático é regulado por núcleos colinérgicos.

Algumas evidências sugerem que tanto a privação como a restrição de sono, parece afetar vários processos biológicos em humanos, incluindo metabolismo energético, função do sistema imunológico, desempenho cognitivo e motor, humor e regulação do apetite (Cammarota et al,

2023). O acompanhamento do sono é de grande importância clínica, pois sua alteração e/ou perturbação é, frequentemente, um sintoma precoce de doença mental iminente

A vigília e os vários estágios do sono são determinados por padrões característicos no eletroencefalograma (EEG). O estado de vigília é caracterizado por baixa amplitude de sincronização de oscilações no EEG na faixa de 20 a 60 Hz. O ritmo eletroencefalográfico mais proeminente no estado da vigília relaxada é o ritmo alfa, registrado na região occipital quando os olhos estão fechados. O ritmo alfa consiste de atividade rítmica de 8 a 12 Hz. Esse ritmo desaparece quando os olhos se abrem ou durante o processamento visual, mesmo com os olhos fechados. Os ritmos de frequência alfa caracterizam as regiões corticais sensoriais durante estados de relativa inatividade (DATTA, 2009). A transição da vigília ao sono, normalmente o estágio 1 do sono NREM, está indicada pelo aparecimento no EEG de atividade teta mais lenta, de 5 a 7 Hz, geralmente de baixa voltagem. O indivíduo não está consciente nesse ponto, mas pode ser acordado facilmente. O estágio 1 do sono geralmente constitui apenas cerca de 5 a 7% do tempo total de sono (Pôrto, 2022).

O sono humano caracteriza-se por estados fisiológicos distintos que oscilam em ciclos de 90 minutos ao longo da noite, sendo classicamente dividido, em sono NREM (Non Rapid Eye Movement) e sono REM (Rapid Eye Movement). Esses ciclos se repetem quatro ou cinco vezes durante o sono. O sono NREM é formado pelos estágios 1 a 4, de acordo com os padrões observados durante o registro do eletroencefalograma (EEG), correspondendo nesta ordem para o aumento da profundidade do sono. Se comparadas ao estado de vigília, a maioria das funções fisiológicas (digestão, excreção, respiração, circulação sanguínea), encontra-se acentuadamente reduzida durante o sono NREM. Já o sono REM é um tipo qualitativamente diverso de sono, caracterizado por ativação de diferentes estruturas cerebrais evidenciados por estudos de neuroimagem e níveis de atividade fisiológica comparáveis à vigília (Dalgallarrondo, 2020).

Uma vez iniciado o estado de sono com os estágios do sono NREM, acontece o primeiro episódio de sono REM noturno, sendo que este ciclo NREM-REM prevalece grande parte estável no decorrer da noite, e essa alternância NREM-REM dura, cada um, aproximadamente 90 minutos. No início da noite, os estágios 3 e 4 do sono NREM predominam, enquanto que o estágio 2 do sono NREM e o sono REM apresentam maior duração na segunda metade da noite (Lent, 2020).

Segundo Cammarota et al (2023), os estágios do sono NREM se diferenciam pelas seguintes características: (1) O estágio 1, considerado o estágio de sono mais leve, é caracterizado por atividade regular de baixa voltagem, de 3 a 7 ciclos por segundo; (2) Estágio 2, um padrão que mostra freqüentes traçados fusiformes de 12 a 14 ciclos por segundo (fusos de sono e ondas baixas, trifásicas, conhecidas como complexos K; (3) Estágio 3, logo depois as ondas desta atividade de alta voltagem de 0,5 a 2,5 ciclos por segundo aparecem e ocupam menos de 50% do traçado; (4) Estágio 4, as ondas delta ocupam mais de 50% do registro. É comum nomear os estágios 3 e 4 do

sono como sono delta ou sono de ondas lentas (SWS – Slow Wave Sleep), por causa de sua aparência característica no registro do EEG.

Estudos de imagem cerebral demonstram padrões diferentes na anatomia funcional associada com sono NREM e REM. Durante o sono NREM SWS, as regiões do tronco cerebral rostral, os núcleos do tálamo, gânglios basais, hipotálamo, córtex pré-frontal, e regiões do lobo temporal medial, parecem sofrer redução da atividade. Porém, durante o sono REM, há elevações nas atividades nas regiões: tegmento pontino, núcleos talâmicos, córtex occipital, córtex pré-frontais mediobasais, e grupos límbicos associados, incluindo a amígdala, hipocampo e o córtex cingulado anterior. Mas percebe-se que o córtex pré-frontal dorso lateral, do cíngulo e córtex parietal aparecem menos ativos durante o sono REM (Dalgalarondo, 2020).

Conforme Pôrto (2022), evidências pregressas demonstram que durante o estado de vigília, os níveis cerebrais de acetilcolina (Ach), norepinefrina (NE), serotonina (5-HT), dopamina (DA), histamina (HA) e glutamato (Glut) estão em seus níveis mais elevados. Durante o sono de ondas lentas SWS os níveis de Glut e Ach apresentam queda, e permanecem em seu nível mais baixo até o final do SWS (DATTA, 2009). Durante o sono REM, a Ach chega a cerca de 65% dos seus níveis mais altos de vigília, e o Glut corresponde ao seu nível mais alto durante a vigília. A NE, 5-HT, DA, e os níveis de HA em todas as partes do cérebro sofrem um declínio durante o SWS e, lentamente caem para seus níveis mais baixos durante a SWS. Durante o sono REM, NE, 5-HT, e HA permanecem em seus níveis mais baixos.

Durante a vigília, os níveis de GABA (ácido gama-aminobutírico) estão em seus menores níveis. Em contrapartida os níveis de GABA em estruturas subcorticais e áreas corticais do prosencéfalo aumentam lentamente durante o SWS e, em seguida, atingem seu mais alto nível no decorrer do SWS. Durante o sono REM, o nível de GABA em quase todas as partes do cérebro, com exceção de algumas áreas específicas do tronco cerebral, quase cai ao nível mais baixo (Kaplan, 2022).

2.1 Neurobiologia das Emoções

O ritmo circadiano e o controle homeostático são os maiores determinantes do ciclo sono-vigília. O processo circadiano envolve um relógio biológico interno representado por um grupo distinto de neurônios, que se localiza no núcleo supraquiasmático do hipotálamo e tem como função sincronizar o sono com o período luminoso e consolidar o ciclo sono-vigília. O processo homeostático depende da duração da vigília prévia e da qualidade e duração dos episódios de sono. Este mecanismo controla o acúmulo de sono e a sua recuperação, ou seja, aumenta a propensão ao sono quando ele está reduzido ou ausente e diminui a propensão em resposta ao excesso de sono. Estudos demonstram que o substrato de tal processo homeostático se dá através do acúmulo de adenosina intracelular em núcleos colinérgicos cerebrais (Dalgalarondo, 2020).

O termo emoção corresponde ao francês *emouvoir*, que significa comover, emocionar; e está ligado a uma idéia de movimento. Emoção em geral representa um estado afetivo súbito, de curta duração e grande intensidade, que se acompanha de alterações corporais, relacionadas a uma hiperatividade autonômica (Lent, 2020, p.140).

A emoção é uma experiência subjetiva acompanhada de manifestações fisiológicas e comportamentais. Já o termo afeto pode ser usado para designar genericamente os elementos da afetividade, incluindo emoções, sentimentos e humor; mas, outras vezes, é empregado como sinônimo de emoção. E o humor representa a soma ou síntese dos afetos presentes na consciência em um dado momento. Constitui o estado afetivo basal e fundamental, que se caracteriza por ser difuso, isto é, não relacionado a um objeto específico, e por ser em geral persistente e não-reativo. O humor oscila entre os pólos da alegria, da tristeza e da irritabilidade, assim como entre a calma e a ansiedade (Kaplan, 2022).

As emoções podem ser divididas, de acordo com sua utilidade entre aquelas para a sobrevivência do indivíduo, a sobrevivência da espécie e a comunicação social. Elas podem ainda ser classificadas, segundo vários autores, em emoções positivas, negativas e neutras. As positivas são aquelas prazerosas e que tendem a ser repetidas; as negativas são desagradáveis e tendem a ser eliminadas. O elemento comum entre elas é o reforço, ou seja, um estímulo positivo (prazeroso) ou negativo (desagradável) que resulta na motivação por prolongar ou interromper a experiência emocional (Medeiros et al, 2022). Dessa maneira, distinguem-se dos estímulos neutros, pois estes não suscitam reforço. O hipotálamo, a área paraolfatoria, o epitálamo, o núcleo anterior do tálamo, porções dos núcleos da base, o hipocampo, amígdala, o córtex orbitofrontal, o giro subcaloso, o giro cingulado, o giro para-hipocampal e o úncus são as principais estruturas cerebrais envolvidas no processo das emoções, e constituem o sistema límbico. O hemisfério direito é o dominante para a emoção. Assim, o processamento emocional envolve um complexo sistema formado por estruturas corticais e subcorticais.

Pôrto (2022) relata que, a estimulação do hipotálamo, em animais, produz efeitos autonômicos, endócrinos e músculo-esqueléticos semelhantes aos observados nos estados emocionais. Parece ter a função de integrar as respostas autonômicas, endócrinas e músculo-esqueléticas, a partir das informações que recebe do córtex orbitofrontal, da amígdala e de partes da formação reticular. O hipotálamo também controla a síntese e a liberação para a corrente sanguínea de hormônios, através de projeções para a hipófise anterior. Além de atuar no controle dos sistemas nervoso autônomo e do sistema hormonal, o hipotálamo participa de uma série de comportamentos

emocionais, através de projeções para o tronco cerebral, onde se encontram estruturas que controlam diversos músculos envolvidos na expressão facial das emoções.

A amígdala é provavelmente o centro da ansiedade e do medo, os quais são biologicamente indistinguíveis. Faz conexão com o hipotálamo, o qual medeia às respostas periféricas autonômicas desencadeadas por ela. O córtex orbitofrontal possui eferências para a amígdala e outras áreas límbicas primárias. Ele pode inibir uma resposta de medo condicionado, através de sua conexão com a amígdala. O córtex orbitofrontal reage a estímulos mais complexos que a amígdala e está relacionado à tomada de decisões (Kaplan, 2022).

Cognição é o ato ou processo de conhecer, que melhor envolve atenção, percepção, memória, raciocínio, juízo, imaginação, pensamento e linguagem; a palavra tem origem nos escritos de Platão e Aristóteles (Lent, 2020). A função mais estudada nos dias atuais é a memória; e também é a função onde foram identificadas importantes alterações em decorrência do sono. Por esse motivo vamos nos ater a descrição do processo da memória.

2.2 Neurobiologia da Memória

A memória é a capacidade de armazenar informações que possam ser recuperadas e utilizadas posteriormente. Difere da aprendizagem, pois esta é apenas o processo de aquisição das informações que vão ser armazenadas. A capacidade de memorizar está relacionada intimamente com o nível de consciência, com a atenção e com o interesse afetivo (Medeiros et al, 2022).

O processo mnemônico pode ser dividido em algumas etapas. O primeiro deles é a aquisição ou codificação (aprendizagem), seguindo-se a retenção (ou conservação, ou armazenamento) durante tempos variáveis. A retenção por tempos curtos pode ser transformada em retenção de longa duração pelo processo da consolidação da memória. Em ambos os casos, entretanto, pode haver evocação ou recuperação (lembança) ou esquecimento das informações memorizadas (Kaplan, 2022).

A codificação é a etapa referente à aquisição de novas informações; depende da preservação do nível da consciência, da atenção, da sensopercepção e da capacidade de apreensão. São codificadas com maior facilidade as informações que despertam o nosso interesse e possuem uma maior conotação emocional, as que podem ser associadas às informações já aprendidas e as que envolvem mais de um canal sensorial ao mesmo tempo, como por exemplo audição e visão. Alguns estudos demonstraram que o hipocampo e outras estruturas têmporo-mediais, como o córtex entorrinal, o subículo e o córtex para-hipocampal (o complexo hipocampal), são fundamentais para o processo de codificação (Pôrto, 2022).

A retenção ou conservação é a etapa que se refere à manutenção, em estado de latência, das informações que foram codificadas. Algumas regiões cerebrais, especificamente, o hipocampo e o

tálamo, ao lado do lobo frontal, estão relacionados à memória de conservação. Já a etapa de evocação corresponde ao retorno, espontâneo ou voluntário, à consciência das informações armazenadas. Fatores afetivos podem influenciar a evocação. É esquecido com maior facilidade o que é desagradável ou angustia. No processo de evocação, o hipocampo e o tálamo, ao lado do lobo frontal, parecem estar envolvidos. A evocação, assim como a percepção, não são cópias fiéis do mundo externo, então nunca é idêntica à imagem perceptiva fixada. Cada vez que evocamos estamos reconstruindo, sempre com alterações, a imagem armazenada (Medeiros et al, 2022).

São vários também os tipos e subtipos de memória. Levando em conta o tempo de retenção, pode-se considerar a memória sensorial, de curto prazo e de longo prazo. A duração da memória sensorial é menos de um segundo, permanece ativa apenas o tempo necessário para se dar a percepção. Possui uma capacidade muitíssimo limitada, é mais uma função da atenção do que da memória. A memória de curto prazo possui a capacidade de armazenamento limitada, e dura segundos a minutos (Pôrto, 2022).

Segundo De Oliveira et al (2024), a memória de trabalho corresponde a um componente de curto prazo da memória explícita, que se refere ao armazenamento temporário de informações para a realização de tarefas cognitivas. Diversas informações são mantidas ativas simultaneamente, para que possam ser integradas e manipuladas. A memória de trabalho é de extrema importância tanto para a fixação como para evocação; é necessária também para atividades cognitivas como a compreensão, o raciocínio, a tomada de decisões e o planejamento da ação.

Chama-se de consolidação o processo que converte as memórias de curto prazo em memórias de longo prazo. A memória de longo prazo representa o armazenamento permanente de informações. Informações que foram fixadas há alguns minutos poderão ser evocadas por anos ou até por toda a vida (Lessa et al, 2020).

Já quanto à natureza, as memórias de longo prazo podem ser subdivididas em implícita ou não declarativa; explícita ou declarativa. A primeira é a memória dos hábitos, procedimentos e regras, de representação perceptual, a aprendizagem associativa e a não associativa, todas as formas de memória que não precisam ser descritas com palavras para serem evocadas (Medeiros et al, 2022). A memória implícita está relacionada ao corpo estriado e ao globo pálido (gânglios da base); o condicionamento clássico, à amígdala (respostas emocionais) e ao cerebelo (respostas motoras); à aprendizagem não-associativa, às vias reflexas; à pré ativação, ao neocórtex (centros perceptivos “pré-semânticos” no córtex sensorial posterior); e à memória emocional, à amígdala (que ativa o sistema nervoso autônomo).

Em contraposição, a memória explícita costuma ser descrita com palavras ou outros símbolos, e consiste em um subtipo chamado episódico (a memória dos fatos que ocorrem ao longo do tempo) e um subtipo chamado semântico (a memória dos conceitos atemporais). A neuroanatomia da memória explícita está relacionada ao hipocampo e demais estruturas do

complexo hipocampal, e ainda ao diencéfalo, ao giro do cíngulo e às regiões ventromediais e dorsolaterais do córtex pré-frontal (isso é válido para a memória episódica). Já a memória semântica não está restrita a uma única região, mas sim em várias áreas do neocórtex ao mesmo tempo, córtex pré frontal e, talvez, também o cerebelo (Ribeiro, 2023).

Pode-se considerar que as informações transitórias e duradouras são armazenadas em diversas áreas corticais, de acordo com a sua função: memórias motoras no córtex motor, memórias visuais no córtex visual, e assim por diante. Dessas regiões elas podem ser mobilizadas como memória operacional pelas áreas pré-frontais, em ligação com áreas do córtex parietal e occipitotemporal. Além disso, as memórias explícitas podem ser consolidadas pelo hipocampo e áreas corticais adjacentes do lobo temporal medial, em conexão com núcleos do tálamo e do hipotálamo. Finalmente, o processo de consolidação é fortemente influenciado por sistemas moduladores, sobretudo aqueles envolvidos com o processamento emocional, como o complexo amigdalóide do lobo temporal (Cheniaux, 2022).

2.3 Sono e Consolidação da Memória

Denomina-se de consolidação o processo que converte as memórias de curto prazo em memórias de longo prazo (Lessa et al, 2020). Durante anos, estudiosos quiseram evidenciar o papel do sono na consolidação da memória. Nos primeiros estudos acerca do tema foi observado que a força de uma memória tem melhor conservação após períodos de sono, comparando com períodos equivalentes de vigília.

Descobertas recentes revelam o forte efeito benéfico do sono na consolidação da memória declarativa. Estudos relatam uma melhora na tarefa de associação de palavras seguidas do sono. Os autores ainda atribuíram no estudo essa melhora de desempenho à noite de sono rica em sono SWS que antecede a tarefa de associação. Mais recentemente, pesquisadores demonstraram ainda que além das classicamente definidas ondas delta lentas (0,5 – 4 Hz), a muito lenta oscilação cortical (< 1 Hz) parece exercer papel importante para a consolidação de memórias declarativas. Outros estudos demonstraram ainda que a aprendizagem foi inicialmente associada à atividade do hipocampo, ou seja, durante o sono pós-tarefa, houve uma reativação do hipocampo, especificamente durante SWS (Ribeiro, 2023). Os autores também detectaram que a quantidade de reativação no hipocampo no período de SWS foi proporcional à quantidade de melhora de tarefas no dia seguinte, sugerindo que essa reativação é associada com a melhoria da memória.

Tão importante quanto a consolidação da memória em redes pré existentes de conhecimento estão a associação e integração. Na realidade, o objetivo final do processamento da memória dependente do sono pode não ser o reforço de memórias individuais isoladamente, mas a sua integração em um esquema comum, e por este reforço, a facilitação do desenvolvimento de conceitos universais, um processo que faz a base de conhecimento generalizado e até mesmo criativo. Estudos pgressos demonstraram a influência positiva do sono na integração de novas

memórias declarativas em esquemas pré-existent, com outros estudos replicando este achado de um papel positivo do sono na integração de novas informações (Cheniaux, 2022).

De acordo com De Oliveira et al (2024), o reforço e a consolidação noturna de itens de memórias individuais pode não ser o objetivo final do processamento da memória dependente do sono, especialmente quando se considera que memórias não emocionais decaem ao longo do tempo. É interessante especular se o sono serve para facilitar os objetivos complementares para a memória declarativa, que abrangem cursos de tempo diferentes. A primeira pode ser um processo inicial de consolidação individual (episódica) das memórias que são novas, que podem ocorrer relativamente a curto prazo. Durante um tempo de percurso mais longo, porém, e utilizando itens de memória consolidada antes de sua atenuação, o sono pode começar o processo de extração (de significado) e abstração (a construção de laços associativos com informações já existentes), criando assim mais redes semânticas adaptáveis.

Evidências substanciais sugerem que o sono desempenha um papel no processamento da memória que vai muito além da consolidação e fortalecimento das memórias individuais, ao contrário, visa assimilar inteligentemente e generalizar os detalhes “desligados”. Ao fazê-lo, o sono pode oferecer a capacidade de construir e testar esquemas comuns de informação de conhecimento, fornecendo para as previsões e estatísticas cada vez mais precisas sobre o mundo e permitindo a descoberta de novos, mesmo criativos, insights de solução no dia seguinte (Barros e De Sousa, 2022).

Irritabilidade e instabilidade afetiva são comumente associadas com a privação do sono além dos bem estabelecidos déficits atencionais secundários à privação do sono. Até hoje, somente um estudo investigou se a falta de sono modula a reatividade emocional do cérebro humano. Esse estudo, investigou a partir de uma sessão de varredura do fMRI, indivíduos privados de sono (cerca de 35h de perda total de sono) e não privados, que foram expostos a estímulos afetivos que envolviam apresentação de slides com imagens emocionalmente neutras, negativas e aversivas. Ambos os grupos manifestaram ativação significativa da amígdala em relação a imagens emocionalmente negativas, porém o grupo privado de sono apresentou 60% maior reatividade da amígdala em relação ao grupo controle. Além disso, houve um triplo aumento da amígdala em relação a resposta aos estímulos aversivos no grupo privado de sono. E ainda, uma significativa perda da conectividade funcional identificada entre a amígdala e o córtex pré-frontal medial (mPFC) no mesmo grupo; região conhecida por ter fortes projeções inibitórias e, portanto, impacto modulatório na amígdala (Cheniaux, 2022).

No entanto, uma maior conectividade de forma significativa no grupo com restrição foi observada entre a amígdala e o centro autonômico de ativação do locus coeruleus. Com a privação de sono, houve uma amplificação da reação límbica pela amígdala em resposta a estímulos negativos. Esse aumento da atividade límbica está associado com a perda da conectividade

funcional com o mPFC na condição de privação do sono. Assim, observou-se que a restrição do sono resultou em amplificação da atividade límbica representada por um aumento da reatividade da amígdala em resposta a estímulos negativos. Mais ainda, no contexto de privação do sono, essa hiperatividade amigdaliana associou-se com diminuição da conectividade com o mPFC com possíveis implicações na inibição modulatória dessas estruturas. Curiosamente, esse mesmo modelo de disfunção anatômica tem sido observado em algumas disfunções psiquiátricas que cursam frequentemente com alterações do sono (Lessa et al, 2020), levantando questionamento sobre uma possível relação causal entre esses fatores.

2.4 A hipótese do processamento da memória emocional do sono REM

As evidências do papel do sono REM no fortalecimento de memórias emocionais levaram pesquisadores a sugerir um possível envolvimento desse fenômeno na iniciação e manutenção de transtornos do humor. Tal hipótese deriva do fato de que, assim como observa-se reforço na codificação e consolidação de memórias emocionais, também observa-se uma redução, ao longo do tempo, do tônus afetivo associado à evocação dessas experiências. Assim, a razão pela qual as experiências afetivas parecem estar codificadas e consolidadas mais do que as memórias neutras é devido às reações neuroquímicas suscitadas na época da experiência, criando aquilo que chamamos de uma “memória emocional” (Barros e De Sousa, 2022).

Por exemplo, estudos de neuroimagem têm mostrado que a exposição inicial da aprendizagem de estímulos emocionais está associada com maior ativação substancialmente na amígdala e hipocampo, em relação aos estímulos neutros. Todavia, um desses estudos demonstrou que a (re) exposição ao estímulo emocional primordial após alguns meses resultou em diminuição significativa da ativação autonômica (—————). Mais ainda, observou-se o mesmo padrão de atividade hipocampal para estímulos neutros e emocionais, mas não para a amígdala. Essas evidências dão suporte para o conceito de que a força da memória mantém-se longitudinalmente, enquanto a reatividade emocional associada à memória apresenta tendência de diminuição.

Esse modelo preconiza que o processo de dissociação das memórias emocionais ocorreria no período de sono. Assim, se há prejuízo ou alterações no sono, ocorreria prejuízo no processo de dissociação previamente mencionado. Isto é, haveria tendência de permanência ou perpetuação da magnitude da resposta autonômica primordialmente associada à experiência (Lessa et al, 2020).

Segundo essa hipótese, o aumento da atividade dentro das estruturas límbicas e paralímbicas (incluindo o hipocampo e amígdala) durante o sono REM poderia inicialmente oferecer a possibilidade de reativação de experiências afetivas adquiridas anteriormente. Em síntese, esse modelo propõe que as condições neuroanatômicas, neurofisiológicas (ondas teta) e neuroquímicas (redução monoaminérgica e predomínio colinérgico) do sono REM oferecem um meio biológico propício para uma potenciação neural equilibrada do núcleo de informações das experiências emocionais (a memória), bem como uma despotencialização da carga autonômica originalmente

adquirida no momento da aprendizagem (a emoção), prevenindo um estado de ansiedade e evitação de longo prazo, com suas possíveis consequências psicopatológicas (Barros e De Sousa, 2022).

Esse modelo encontra relativo respaldo em estudos que demonstraram o efeito positivo do sono REM para o humor, bem como um efeito benéfico da presença de parâmetros relacionados ao sono REM na melhora clínica de pacientes deprimidos (De Oliveira et al, 2024).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um sono de boa qualidade influencia positivamente nas memórias processual e prospectiva, porém, com relação às memórias emocionais, há divergência quanto ao papel do sono na consolidação desse tipo de informação nova obtida. Dormir após um período de aprendizado também propicia uma melhora nas respostas aos testes executivos e cognitivos.

A ausência de recuperação episódica adequada em sonhos durante o sono REM, quando a comunicação hipocampo-neocortical é interrompida, mas a comunicação neocortical-neocortical é preservada, é consistente com a última posição. Se memórias de episódios totalmente consolidadas pudessem ser elaboradas no neocórtex, deveríamos esperar observar sua recuperação durante os sonhos REM – mas esse não parece ser o caso, pelo menos nos poucos estudos relatados até o momento. Um exame mais detalhado da natureza dos sonhos no sono REM e a presença, ou ausência, de memórias remotas nesses sonhos forneceriam pistas importantes neste debate em andamento sobre a natureza do armazenamento de memória no cérebro.

As contribuições que os circuitos hipocampais e neocorticais fazem para a memória episódica, para a consolidação da memória episódica e semântica e para o conteúdo dos sonhos, nossa proposta sugere algumas possibilidades intrigantes sobre a criatividade e a geração de novos pensamentos. Um estágio de consolidação provavelmente envolve a integração de informações com conhecimentos pré-existentes e a vinculação de conceitos distantes, mas relacionados. Sonhamos quando tomamos consciência desses traços ativados, que muitas vezes são imagens e sons fragmentados acoplados à atividade motora. Semelhante às memórias criadas sob estresse, esses fragmentos são imediatamente submetidos a um processo de suavização narrativa, e o resultado é tipicamente uma história muitas vezes confabulatória, bastante bizarra, mas possivelmente também criativa.

Observando o impacto negativo da privação de sono na memória e no aprendizado humano, como também, na deterioração da saúde, deve-se considerar como utilizar essas informações para promover saúde. Portanto, divulgação em massa do tema para que haja conscientização, pode ser eficaz para que abandonem hábitos que atrapalhem o sono.

Compreender o funcionamento do sono e seu papel no armazenamento da memória é de fundamental importância. É necessário, portanto, não apenas educar os profissionais de saúde sobre

o tema, mas também iniciar um programa de educação continuada nas escolas e nos locais de trabalho, para que, desta forma, cada indivíduo, entendendo melhor esse ciclo circadiano, possa ser ativo na sua higiene pessoal do sono, e melhore assim sua qualidade de vida.

Não é apenas a quantidade de horas de sono que interferem nas atividades cotidianas, mas sim os hábitos realizados diariamente para melhorar a qualidade do sono. Uma vez que para adormecer não basta fechar os olhos, é necessário criar uma rotina, fazer todo um ritual. Essas melhorias terão consequências positivas na vida de cada um, uma vez que o indivíduo conseguirá ter um sono reparador, melhorando, principalmente, a neuroplasticidade, fundamental para a consolidação da memória.

Vale salientar que a pessoa até pode conseguir dormir em um ambiente inadequado, com muito barulho, luz acesa, durante o dia, com fome ou qualquer outra situação adversa. Mas, para isso acontecer, é necessário um gasto de energia muito maior do que o esperado. Dessa forma, o sono perde o seu papel de restabelecer as energias gastas durante o dia e de restabelecer o equilíbrio psicossomático, mantendo o organismo em um verdadeiro desequilíbrio.

Pode-se concluir, então, que para viver bem é necessário dormir bem. O sono faz parte do ciclo circadiano dos seres humanos – é uma necessidade natural, fisiológica. O corpo de todos os indivíduos pede por isso, alguns necessitam de mais horas de sono do que outros. Está bem estabelecido que quando se passa por um dia com maior carga de informações, torna-se necessário mais horas de sono durante a noite para o armazenamento desse novo aprendizado. Mas é essencial que ele ocorra de forma plena e profunda, para que assim sejam armazenadas todas as memórias necessárias à vida.

REFERÊNCIAS

BARROS, Júlia Pessanha; DE SOUSA, Carlos Eduardo Batista. Privação crônica do sono e desempenho escolar-acadêmico: uma revisão sistemática. **Revista Neurociências**, v.30, p.124, 2022.

CAMMAROTA M; et al. **Neurociência da mente e do comportamento**. ed.5. Editora Guanabara Koogan, 2023.

CHENIAUX, E. **Manual de psicopatologia**. ed.9. Editora Guanabara Koogan. Rio de Janeiro, 2022.

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. ed.7. Editora Artmed. Porto Alegre, 2020.

DE OLIVEIRA, Alessandro Vidal; et al. Impactos da qualidade do sono na saúde mental de estudantes de medicina: uma revisão sistemática. **Revista Neurociências**, v.32, p.1-18, 2024.

KAPLAN, Harold I. **Compêndio de Psiquiatria**: Ciências do comportamento e psiquiatria clínica. ed.14. Editora Artes Médicas. Porto Alegre, 2022.

LENT, R. **Cem bilhões de neurônios?**: conceitos fundamentais de neurociência. ed.5. Editora Atheneu. São Paulo, 2020.

LESSA, Ruan Teixeira; et al. A privação do sono e suas implicações na saúde humana: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n.56, p.46, 2020.

MEDEIROS, A.L.D; et al. Hábitos do sono e desempenho em estudantes de medicina. **Rev Saúde**, n.16, p.49-54, 2022.

PÔRTO, W. G. **Emoção e memória**. ed.8. Editora Artes Médicas. São Paulo, 2022.

RIBEIRO, S. Sonho, memória e o reencontro de Freud com o cérebro. **Rev Bras Psiquiatr**, n.25, p.59-63, 2023.

Aprimoramento Cognitivo Farmacológico

MICHELINE NUSS DEL QUIQUI

Professora Mestre em Ciências Ambientais e Saúde com 17 anos de experiência em ensino.

Resumo

O presente trabalho vem abordar o aprimoramento cognitivo farmacológico. Constatou-se que, na atualidade, a busca pelo aprimoramento cognitivo farmacológico está intimamente ligada ao estilo de vida e ao de sociedade construídos nas últimas décadas. Independentemente da palavra utilizada para nomear o momento histórico vivido, está cada vez mais difícil lidar com a realidade e, nesse contexto, o aprimoramento cognitivo farmacológico revela-se como uma das facetas do fenômeno recente conhecido como psiquiatrização da normalidade. O principal objetivo deste trabalho é analisar a difusão do uso de medicamentos para aprimoramento cognitivo, a partir de publicações midiáticas brasileiras. A metodologia adotada será uma análise bibliográfica de literatura, com ênfase em livros e artigos mais atuais e relevantes sobre o tema abordado. Conclui-se que na propagação de saberes e práticas relacionadas à otimização do desempenho cognitivo pelo uso de substâncias, a internet constitui uma tecnologia midiática potencial para os veículos de divulgação, na disseminação e socialização de tais substâncias. A construção de saberes, noções e representações sociais relacionadas ao tema abordado desafia as instâncias de controle hegemônico do cuidado em saúde. Na esteira dos processos de farmacologização da sociedade, o tratamento público do tema permite estabelecer uma analogia com a “questão das drogas” tornadas ilícitas na contemporaneidade.

Palavras-Chave: Aprimoramento Cognitivo Farmacológico; Psiquiatrização; Drogas; Cuidado em Saúde.

Abstract

This paper addresses pharmacological cognitive enhancement. It was found that, currently, the search for pharmacological cognitive enhancement is closely linked to the lifestyle and society built in recent decades. Regardless of the word used to name the historical moment lived, it is increasingly difficult to deal with reality and, in this context, pharmacological cognitive enhancement reveals itself as one of the facets of the recent phenomenon known as psychiatrization of normality. The main objective of this paper is to analyze the diffusion of the use of drugs for cognitive enhancement, based on Brazilian media publications. The methodology adopted will be a bibliographic analysis of literature, with emphasis on the most current and relevant books and articles on the topic addressed. It is concluded that in the propagation of knowledge and practices related to the optimization of cognitive performance through the use of substances, the Internet constitutes a potential media technology for the dissemination, dissemination and socialization of such substances. The construction of knowledge, notions and social representations related to the topic addressed challenges the instances of hegemonic control of health care. In the wake of the processes of pharmacologization of society, the public treatment of the issue allows us to establish an analogy with the “issue of drugs” that have become illicit in contemporary times.

Keywords: Pharmacological Cognitive Enhancement; Psychiatrization; Drugs; Health Care.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do conhecimento científico, paralelo à expansão da indústria farmacêutica, aliado à consolidação do que muitos autores chamam de complexo médico industrial, têm uma importância crucial na remodelação das relações sociais por meio das quais tentamos compreender a nós mesmos, nas sociedades ocidentais contemporâneas. A história da medicina tem sido ligada à história das formas com que os seres humanos têm tentado se tornar melhores do que são (Freitas e Amarante, 2022). As sociedades contemporâneas introduziram um horizonte de aprimoramento constante e uma necessidade permanente de melhoria de nossas capacidades.

Uma questão que atualmente chama atenção é a promessa de que fármacos e suplementos alimentares possam ser utilizados para aumentar o estado de alerta, concentração, memória e outros aspectos do funcionamento cognitivo, configurados num recurso que podemos denominar “aprimoramento cognitivo”. O consumo de substâncias para aprimorar a performance dos processos mentais/ neurocognitivos em indivíduos saudáveis tem objetivos específicos que, em grande medida, residem na expectativa de se obter maior eficiência e melhor desempenho em tarefas profissionais e acadêmicas. As chamadas “smart drugs” ou fármacos nootrópicos têm se expandido crescentemente mediante difusão pela internet, diante da divulgação de substâncias voltadas para a otimização do desempenho cognitivo (Vargas, 2023).

O próprio contexto sociocultural em que essas práticas se propagam diz algo sobre a forma como o fenômeno se apresenta sob uma ética competitiva e individualista característica das sociedades ocidentais contemporâneas. Além disso, toda a compreensão sobre a corporalidade humana baseada no fisicalismo aponta para o entendimento do sistema nervoso como circuitos neuroquímicos absorvidos no desenvolvimento de uma psicofarmacologia apta a possibilitar o aparecimento de tecnologias bioquímicas voltadas à otimização das funções cerebrais (Rohden, 2022). Os limites da fronteira entre tratamento e aprimoramento se mostram cada vez mais nebulosos dentro da variabilidade do que pode ser considerado um ou outro ao longo do tempo e é cada vez mais difícil responder o que é “normal”, “deficiente”, o que é “ser melhor” e o que deve ser submetido a intervenções terapêuticas.

O principal objetivo deste trabalho é analisar a difusão do uso de medicamentos para aprimoramento cognitivo, a partir de publicações midiáticas brasileiras. A metodologia adotada será uma análise bibliográfica de literatura, com ênfase em livros e artigos mais atuais e relevantes sobre o tema abordado.

A propagação do aprimoramento cognitivo com o uso de substâncias e sua popularização pela internet desafiam as instâncias de controle hegemônico de cuidado em saúde, apesar da ampla disseminação do tema no senso comum. A importância da Internet como campo aberto para a difusão de informações e construção de conhecimento, então estamos diante de um potencial

incomparável para reconfiguração desses saberes que não seria possível além da comunicação mediada pelas mídias digitais.

Deve-se analisar as relações existentes entre a proibição de determinadas substâncias psicoativas e a promoção de outras e em que medida esses sistemas se realimentam. Nas relações de poder suscitadas a partir da geração e circulação de diferentes discursos acerca dos medicamentos e seus efeitos, o consumo não terapêutico do que antes eram medicamentos aprovados para o tratamento de determinadas condições se confunde com o uso medicamentoso ou não de substâncias tornadas ilícitas (Castro, 2020). Assim, o dispositivo das drogas cristaliza a tensão existente entre drogas de uso lícito e drogas de uso ilícito. As mesmas substâncias se polarizam de um ponto ao outro e o consenso se confunde na nebulosidade das fronteiras postas em questão.

2 APRIMORAMENTO COGNITIVO FARMACOLÓGICO

O aprimoramento cognitivo farmacológico é uma prática que se caracteriza pelo uso de medicamentos psicotrópicos por indivíduos saudáveis que buscam aperfeiçoar seu funcionamento cognitivo, emocional e motivacional, especificamente pelo aumento dos níveis de concentração, de organização e de vigília, com o intuito de melhorar o rendimento escolar, bem como o desempenho no trabalho (Barros e Ortega, 2021).

Além de aprimoramento cognitivo farmacológico, outras denominações são dadas à prática da utilização de medicamentos psicotrópicos por indivíduos saudáveis, como ‘neurologia cosmética’, ‘psiquiatria cosmética’, ‘*doping* intelectual’ e ‘*doping* mental’ (Freitas e Amarante, 2022). Neste estudo, optou-se por aprimoramento cognitivo farmacológico; a partir desse ponto, utilizar-se-á a sigla ACF para se fazer referência a essa prática.

No Brasil, a comunidade científica passou a debater esse fenômeno mais intensamente a partir de dezembro de 2008, quando foi publicado o artigo manifesto intitulado *Towards responsible use of cognitive-enhancing drugs by the healthy*. Desde então, intensificaram-se as publicações que tratam dessa questão, algumas delas posicionando-se favoravelmente ao uso de medicamentos para o ACF; outras manifestando posicionamento contrário a essa prática (Castro, 2020).

Conforme Rohden (2022), o fato é que a busca pelo aperfeiçoamento cognitivo tal como tem sido realizada se dá geralmente por meio do uso de remédios controlados – tarja preta –, que podem causar dependência física e psíquica. Por isso, é necessário compreender, dialeticamente, os motivos que estão na base do ACF, já que eles são historicamente determinados e, portanto, só podem ser compreendidos no seu contexto histórico-social. Eles se transformam de acordo com as mudanças do meio social e das demandas dele advindas.

Não é de hoje que nossa sociedade usa drogas estimulantes para o sistema nervoso central. No entanto, essa busca ganhou contornos farmacológicos mais intensos nas últimas três décadas, quando sujeitos, até então considerados saudáveis, aderiram ao ACF na esperança de potencializar suas funções cognitivas, não obstante o risco de desenvolverem adicção por essas substâncias. Ademais, até agora não há evidências científicas sobre a eficácia e a segurança do uso de qualquer fármaco para o aprimoramento cognitivo (Barros e Ortega, 2021).

De fato, a sociedade do século XXI vem se tornando cada vez mais competitiva. A produtividade e a eficiência estão entre os valores mais disseminados e perseguidos pelos contemporâneos. Os medicamentos utilizados para essa finalidade são os psicotrópicos ou psicoestimulantes, chamados também pela literatura especializada de nootrópicos, palavra de origem grega formada pela junção do termo *nous*, que significa 'mente', com o termo *tropos*, do verbo 'curvar' ou 'mudar', usada para descrever uma classe de substâncias (sintéticas ou naturais) que, supostamente, teriam a capacidade de melhorar o desempenho de funções cognitivas como o pensamento, a linguagem, a percepção, a memória, a aprendizagem e a atenção, sem apresentarem toxicidade ou potencial para a adicção (Vargas, 2023).

Dentre os mais conhecidos nootrópicos à venda no Brasil destaca-se os seguintes: Piracetam®, Stavigile®, Venvanse® e a Donepezila®. Nenhum deles, porém, conquistou a popularidade do metilfenidato, liberado no Brasil, em 1998, como Ritalina® e, em 2002, como Concerta®, indiscutivelmente o nootrópico mais consumido no Brasil e no mundo (Rohden, 2022).

Segundo o *Boletim de Farmacoepidemiologia* do Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC), o aumento exponencial do consumo desses medicamentos se deve ao uso não médico para o ACF, como instrumento para a melhoria do desempenho escolar de crianças, de adolescentes e de adultos. Todavia, esse aumento no consumo de medicamentos coloca em debate a questão da medicalização social, sendo a classe médica uma das responsáveis por esse fenômeno (Castro, 2020).

Em outras palavras, o debate sobre o uso de medicamentos para fins de aprimoramento não está desconectado, segundo Vargas (2023), da atual prática de prescrição médica indiscriminada, nem dos mecanismos da indústria farmacêutica em investir em propagandas que colocam em evidência os medicamentos que prometem melhorar a performance intelectual, ao que é possível se atribuir a devida responsabilidade.

O termo “responsabilidade” abrange conteúdo de semântica ética e jurídica, representa o conhecimento do justo e necessário em um sentido moral imerso dentro do sistema do lícito e ilícito. Especificamente acerca da responsabilidade e sua faceta voltada ao profissional da medicina,

leciona Rose (2023, p.265):

No mundo jurídico, pode-se considerar responsabilidade como a obrigação de reparar prejuízo decorrente de uma ação de que se é culpado, direta ou indiretamente. E por responsabilidade profissional, no âmbito do exercício da medicina, como um elenco de obrigações a que está sujeito o médico, e cujo não cumprimento o leva a sofrer as consequências impostas normativamente pelos diversos diplomas legais.

A prescrição de tratamento medicamentoso, cuja eficácia é duvidosa e/ou que cause danos à saúde do paciente, pode levar à punição do médico em múltiplas esferas, administrativa, civil e criminal, o que se dá pela potencial lesividade que a conduta representa para o quadro de saúde do paciente (Freitas e Amarante, 2022).

Administrativamente, o Código de Ética Médica elenca como princípios fundamentais (Capítulo I) o aprimoramento científico (V); a responsabilização pessoal pelos atos profissionais (XIX); o acatamento das escolhas do paciente, desde que adequadas e cientificamente reconhecidas (XXI); o evitamento de procedimentos diagnósticos e terapêuticos desnecessários em casos clínicos irreversíveis e terminais (XXII). Na mesma toada, sob pena de incorrer em hipóteses expressas de responsabilidade profissional (Capítulo III), deve o médico se abster de causar danos ao paciente, comissiva ou omissivamente, por imperícia, imprudência ou negligência (art. 1º); assinar em branco folhas de receituários, atestados, laudos ou quaisquer outros documentos médicos (art. 11), e praticar ou indicar atos médicos desnecessários ou proibidos pela legislação vigente no País (Labate et al, 2022).

Cabe ao respectivo Conselho Regional, ao tomar conhecimento de tais violações éticas, apurar a conduta do médico em processo disciplinar, cuja punição administrativa poderá variar da advertência até a cassação do registro profissional, nos termos do art. 22 da Lei nº 3.268/1957 (Rose, 2023).

Maiores complexidades são encontradas quando abordada a responsabilidade civil, mormente em razão da margem de incerteza e intempéries que abstrai a Medicina do mesmo campo de aplicação das demais ciências exatas. Tal como pondera Labate et al (2022), a maior parte dos atos médicos pressupõem, por excelência, riscos para o paciente, de modo que nem sempre intervenções ou tratamentos causadores de danos implicam no chamado *erro médico*, carreador da responsabilidade nesse campo.

A responsabilidade civil nasce com a ocorrência de um dano provocado por uma conduta ilícita e visa a reestabelecer o equilíbrio jurídico alterado pela lesão, reestabelecendo o chamado *status quo ante* à vítima ou, na sua impossibilidade, compensá-la pelos seus prejuízos de modo pecuniário. De forma geral, a responsabilidade civil se rege pelos arts. 186, 187 e 927 do Código Civil (CC), que preveem a reparação dos danos decorrentes da prática de atos ilícitos. Acaso o dano seja ocasionado pelos instrumentos ou pelo corpo clínico auxiliar médico, ou no caso de o médico ser preposto do hospital ou plano de saúde, ainda caberá, a depender das peculiaridades do caso concreto, a extensão da responsabilização a estes, que respondem de forma solidária e objetiva pelos danos causados por seus prepostos, nos termos dos arts. 932, III, do CC (Pasquini, 2023) cumulado com o art. 14 do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Acerca da prescrição de medicamentos, releva-se a questão da abstenção de abuso, consistente na cautela, na observância do *lex artis* da profissão, o que se observa pela constatação do emprego dos cuidados e técnicas hodiernamente exigidos. O médico que prescreve medicações desnecessárias ou de comprovada ineficácia científica é claramente imprudente e viola dever subjetivo de cuidado, assume um risco excessivo de um dano previsível, ainda que não se utilize de meios invasivos ou de grande porte, o que enseja a sua responsabilidade civil pelos danos eventualmente ocasionados (Rose, 2023).

Da mesma forma, a imprudência na prescrição médica enseja eventual responsabilização do médico na esfera criminal, a qual deverá ser aferida na medida de sua culpabilidade e da adequação típica do caso concreto. Posto isso, fica evidente a gravidade extraível da prescrição medicamentosa feita de forma leviana pelos profissionais de saúde, de modo que seu receitar e consumo devam se dar de modo moderado e ponderado às reais necessidades biopsicológicas dos pacientes (Labate et al, 2022).

2.1 Os Benefícios

Constatou-se que são vários os benefícios relatados que vão de acordo com a motivação do uso: sensação de aprimoramento cognitivo (melhora no desempenho acadêmico como concentração, atenção, raciocínio e memória) e sensação de bem estar, bem como redução da fadiga, do estresse e do sono. No entanto, as respostas observadas podem variar em função de fatores como o estado clínico em que a pessoa se encontra, a capacidade intelectual e se faz atividades físicas. A eficácia no aumento da motivação, da energia e da *performance* cognitiva tem sido observada em nível baixo ou moderado, sendo que essa melhora pode ocorrer apenas até certo ponto. Além disso, a melhora cognitiva, em alguns casos, pode estar associada a degradação de outras áreas.” (Pasquini, 2023).

O Aprimoramento Cognitivo Farmacológico (ACF), conhecido por vários termos como *doping* cognitivo e neurologia cosmética. O ACF se refere ao uso de estimulantes visando potencializar a *performance* cognitiva, ou seja, promover melhoria na capacidade mental como atenção, concentração e memória de pessoas consideradas saudáveis, que não possuem distúrbio neuropsiquiátrico ou cognitivo, como estudantes, profissionais e concurseiros. “Esse fenômeno ganhou contornos farmacológicos mais intensos na passagem do século XX para o XXI. Sujeitos ‘normais’, na esperança de potencializar suas funções cognitivas, passaram a consumir substâncias psicotrópicas de venda controlada que, em sua maioria, podem causar dependências físicas e psíquicas.” (Camargo Júnior, 2023, p.93).

Quadro 1- Apresentação das estruturas químicas de psicofármacos citados nesse estudo

Nome científico Nome comercial	Tratamento de	Ação terapêutica	Tempo de ação farmacológica
Lisdexanfetamina Vespramo®	quadros de hiperatividade, desatenção, compulsividade e TDAH	Age bloqueando a recaptação do neurotransmissor dopamina e estimulando sua produção e da noradrenalina. A benzoarrestamina, resultante da degradação enzimática da lisdexanfetamina, é a substância ativa que exerce as funções terapêuticas, ela possui uma vida maior que metilfenidato, logo possui maior efeito de duração.	Seu efeito começa geralmente 3 horas após a ingestão e dura em média 12 a 14 horas
Metilfenidato Focalina®	distúrbios do sono e TDAH	Age bloqueando a recaptação da dopamina e da noradrenalina, aumentando o estado de vigília pois seu mecanismo de ação estimula o sistema nervoso central	O início do seu efeito varia de 10 a 30 minutos, com pico de ação por volta de 1 hora. A duração da ação é de 3 a 5 horas, mas nos comprimidos de liberação prolongada o tempo de ação pode durar até 12 horas.
Cloridrato de donepezila Donepezila®	doença de Alzheimer	Age como inibidor da colinesterase, proporcionando maiores concentrações de acetilcolina, cuja deficiência pode contribuir para alguns sintomas da demência de Alzheimer.	O início de seu efeito é de cerca de 2 semanas após a administração oral, quando sua concentração plasmática equilibra.
Modafinil Suvigile®	narcolepsia	Composto racêmico que age no cérebro e aumentando neurotransmissores como dopamina, norepinefrina, acetilcolina e serotonina, e diminuindo a liberação de GABA.	Seu efeito começa entre 2 a 4 horas, pois é rapidamente absorvido da via gastrointestinal.
Piracetam Nootropil®	acidente vascular cerebral alcoolismo	Seu mecanismo de ação não está totalmente compreendido. Acredita-se que ele influencia nas funções cognitivas, neurônios e vasos arteriais envolvidos nos processos de aprendizagem, memória, raciocínio e plasticidade sináptica, proliferação e migração celular, além de proteger o córtex cerebral contra a hipóxia	O alívio dos sintomas torna-se aparente em poucos dias com a administração de altas doses por via parenteral. No tratamento em fase crônica, o efeito clínico é alcançado após 6 a 12 semanas.

Fonte: Bauman, 2021.

Muitas pesquisas comprovam a eficácia dos psicofármacos mencionados no presente estudo (lisdexanfetamina, metilfenidato, cloridrato de donepezila, modafinila e piracetam), mas para indivíduos com diagnósticos definidos. A eficácia do lisdexanfetamina no tratamento do TDAH

“foi inicialmente estabelecida com base em três estudos controlados em crianças de 6 a 12 anos de idade, um estudo controlado em adolescentes de 13 a 17 anos de idade, dois estudos controlados em crianças e adolescentes de 6 a 17 anos de idade, dois estudos controlados em adultos e dois estudos de manutenção (um em crianças e adolescentes de 6 a 17 anos e um em adultos). Todos os pacientes que participaram desses estudos atendiam os critérios para TDAH do DSM (...). Nos estudos clínicos, quando os pacientes fizeram uso de dimesilato de lisdexanfetamina uma vez ao dia pela manhã, os efeitos foram observados a partir de 1,5 hora por até 13 horas em crianças e a partir de 2 horas por até 14 horas em adultos com TDAH.” (Alves e Pereira, 2023, p.285).

O metilfenidato tem sido usado há mais de 50 anos no tratamento de crianças e adultos diagnosticados com TDAH e é indicado também para tratamento de narcolepsia. “A sua eficácia no tratamento do TDAH está bem estabelecida. Além de melhorar os sintomas principais do TDAH, o metilfenidato também melhora os comportamentos associados com TDAH, tais como desempenho escolar prejudicado e função social. Estudos publicados mostram que cloridrato de metilfenidato melhora significativamente a sonolência diurna e cataplexia.”. Nesse sentido, Bauman (2021) acrescenta que o metilfenidato é mais eficaz quando o indivíduo apresenta menor nível de atenção/concentração; já as anfetaminas são mais eficazes para aqueles com menor capacidade intelectual.

Quadro 2- Descrição de alguns psicofármacos disponíveis no mercado

Nome científico Nome comercial	Tratamento de	Ação terapêutica	Tempo de ação farmacológica
Lisdexanfetamina Vesprasa®	quadros de hiperatividade, desatenção, compulsividade e TDAH	Age bloqueando a recaptação do neurotransmissor dopamina e estimulando sua produção e de noradrenalina. A dextroamfetamina, resultante da degradação enzimática da lisdexanfetamina, é a substância ativa que exerce as funções terapêuticas, ela possui meia vida maior que metilfenidato, logo possui maior efeito de duração.	Seu efeito começa geralmente 2 horas após a ingestão e dura em média 12 a 14 horas
Meditardato Faelina®	distúrbios do sono e TDAH	Age bloqueando a recaptação da dopamina e de noradrenalina, aumentando o estado de vigília pois reinstitui o sistema de ação estimula o sistema nervoso central	O início do seu efeito varia de 10 a 50 minutos, com pico de ação por volta de 2 horas. A duração da ação é de 3 a 5 horas, mas nos comprimidos de liberação prolongada o tempo de ação pode durar até 12 horas.
Cloridrato de donepezila Donepezila®	doença de Alzheimer	Age como inibidor da colinesterase, proporcionando maiores concentrações de acetilcolina, cuja deficiência pode contribuir para alguns sintomas da demência de Alzheimer.	O início de seu efeito é de cerca de 2 semanas após a administração oral, quando sua concentração plasmática equilibra.
Modafinil Surgile®	narcolepsia	Composto racêmico que age no cérebro e aumentando neurotransmissores como dopamina, norepinefrina, acetilcolina e serotonina, e diminuindo a liberação de GABA.	Seu efeito começa entre 2 e 4 horas, pois é rapidamente absorvido do trato gastrointestinal.
Piracetam Nootropil®	acidente vascular cerebral e alcoolismo	Seu mecanismo de ação não está totalmente compreendido. Acredita-se que ele interfere nas funções cognitivas, nervosas e vasculares envolvidas nos processos de aprendizagem, memória, raciocínio e plasticidade sináptica, proliferação e migração celular, além de proteger o córtex cerebral contra a hipóxia	O alívio dos sintomas torna-se aparente em poucos dias com a administração de altas doses por via parenteral. No tratamento em fase crônica, o efeito ótimo é alcançado após 6 a 12 semanas.

Fonte: Bauman, 2021.

Cloridrato de donepezila é indicado para o tratamento sintomático da demência de Alzheimer. Para casos que variam de leve a moderadamente grave ele promoveu aumento dose-dependente estatisticamente significativo da porcentagem de pacientes considerados respondedores ao tratamento. Tanto os pacientes designados para o grupo placebo como os para o grupo cloridrato de donepezila apresentaram uma ampla gama de respostas, mas os grupos com tratamento ativo apresentaram maior probabilidade de apresentar melhoras significativas. Para casos grave, a eficácia de cloridrato de donepezila no tratamento é demonstrada pelos resultados de várias pesquisas: estudo sueco de 6 meses; estudo Japonês de 24 semanas e estudo multicêntrico em vários países em pacientes com doença de Alzheimer grave (Esther e Coutinho, 2022).

Estudos demonstram que o modafinila, destinado ao tratamento da narcolepsia, provocando estado de alerta, que resulta em melhora das atividades cognitivas ao ampliar o poder de concentração, de atenção e a memória. Piracetam é indicado para tratamento sintomático da síndrome psico-orgânica, de dislexia e de vertigem. Oferece diversos benefícios para o cérebro de um ser humano, como: ajuda na memória, concentração, foco e atenção (Pasquini, 2023).

Bauman (2021) afirma que para indivíduos saudáveis, vários NEs parecem produzir benefícios na cognição, principalmente naqueles com baixo desempenho basal. Entretanto, em pacientes com esquizofrenia, esses medicamentos foram mais eficazes em aqueles com maior inteligência pré-mórbida. Além disso, alguns NEs não mostram efeitos lineares e sim em forma de U invertido. O uso de NEs pode ser prejudicial causando mudanças neuro-adaptativas ou compensatórias que afetam as ações farmacológicas subsequentes.

Camargo Junior (2023) afirma que as diferenças individuais entre NEs não podem ser avaliadas com precisão, mas elas são fundamentais na mediação da sua eficácia. Fatores como sexo, idade, variação genética e elementos psicossociais, origem étnica e cultura podem afetar a eficácia do uso de NE em graus variados. Ainda de acordo com Alves e Pereira (2023) a complexidade do cérebro e do comportamento humano não pode ser subestimada. Cognição e comportamento resultam de uma interação complexa que flutuam com o tempo. Às vezes os efeitos observados são significativos e em outras circunstâncias, são sutis como por exemplo, os efeitos do modafinil no sono parecem ser mais robustos em indivíduos privados de sono do que naqueles que estão bem descansados e saudáveis. Os NEs afetam vários neurotransmissores simultaneamente como por exemplo, o metilfenidato afeta a noradrenalina e a dopamina. Isso pode favorecer ações opostas no mesmo sistema além de que a dose apropriada para alguns sistemas pode estar associada à sobredosagem em outros

2.2 Os Efeitos Adversos

Efeitos adversos ou manifestações clínicas consequentes ou “eventos adversos medicamentosos são definidos como lesões derivadas do uso de medicações” e variam de acordo com o NE consumido. No entanto, eles são maiores para os pacientes estressados, portadores de doenças clínicas e de fatores de risco cardiológico, em tratamento de algum transtorno mental e usuários de álcool e drogas . “A maioria das manifestações clínicas consequentes do uso de anfetaminas, por exemplo, se devem à estimulação adrenérgica prolongada, principalmente em SNC e cardiovascular.” (Esther e Coutinho, 2022, p.79).

No Quadro 3 encontra-se a relação dos eventos adversos associados ao uso indiscriminado de alguns psicofármacos de acordo com a literatura.

Quadro 3- Relação dos efeitos adversos associados ao uso indiscriminado de psicofármacos de acordo com a literatura

Nome comercial	Efeitos adversos associados ao uso indiscriminado de psicofármacos
Venozose®	Distúrbio do apetite; insônia e aumento da pressão arterial.
Risina®	Perda do apetite, dor de cabeça, boca seca, irritabilidade, insônia, náuseas e vômitos, dor de garganta, tosse, instabilidade emocional e perda de peso, dores gastrointestinais, supressão do crescimento, aumento da pressão sanguínea, distúrbios psiquiátricos, depressão, crise de mania, tendência à agressividade, morte súbita, eventos cardiovasculares graves e excessiva sonolência.
Desoprel®	Úlcera péptica; obstrução do trato urinário e alteração de ró sinusal ou outra alteração da condução cardíaca supraventricular.
Stavil®	Cefaleia e reações alérgicas como coceira ou inchaço nas mãos ou face; inchaço ou formigamento na boca ou garganta, dor no peito, problemas respiratórios; alterações nos batimentos cardíacos, agitação, agressividade, confusão ou excitação; dormência; formigamento ou queimação nas mãos, braços, pernas ou pés, náusea severa, vômitos ou diarreia; tremores; sangramento anormal, hematomas ou fraqueza e pensamentos ou comportamentos anormais.
Noxap®	Alterações auditivas e labiríntica (vertigem); alterações gastrointestinais (dor abdominal, dor abdominal superior, diarreia, náusea, vômito); alterações do sistema urino (reações adversas, alergia); alterações do sistema nervoso (paralisia, diminuição do equilíbrio, piora de epilepsia, cefaleia, insônia, sonolência); alterações psiquiátricas (agitação, ansiedade, confusão, alucinação); e alterações cutâneas e subcutâneas (edema angioneurótico, dermatite, prurido, urticária).

Fonte: Barros e Ortega, 2021.

No que se refere aos efeitos adversos percebidos após a administração do medicamento, os resultados apontam que a maioria dos efeitos citados na literatura, conforme quadro 3, foram relatados pelos acadêmicos que fazem ou já fizeram uso do psicofármaco. Camargo Júnior (2023) demonstra preocupação sobre os efeitos destes NEs no cérebro de jovens em desenvolvimento.

Esther e Coutinho (2022) afirma que os benefícios são menores que os efeitos adversos, uma vez que o psicofármaco pode agir em vários sistemas do organismo, como no cardiovascular e no endócrino, além de poder proporcionar dependência física e psíquica. Para Alves e Pereira (2023) o uso indiscriminado de NEs apresenta sérios efeitos adversos pouco conhecidos pelos usuários, uma vez que a maioria não foi orientada pelo profissional da saúde quanto ao seu uso. Os NEs podem ter uma variedade de efeitos no mesmo indivíduo, melhorando aspectos específicos da cognição ao mesmo tempo em que prejudica outros. Além disso, eles podem ser eficazes e úteis para alguns, mas não para outros.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas práticas de aprimoramento cognitivo farmacológico, diversas substâncias têm sido designadas por aqueles que pretendem melhorar o desempenho de características do funcionamento cognitivo como concentração, atenção, memória e estado de alerta. No Brasil, as substâncias mais difundidas para esse fim são os derivados anfetamínicos. O metilfenidato, como tal, é o protagonista de diversos estudos que têm levantado a discussão sobre o uso de medicamentos com essa finalidade. Outros fármacos da mesma classe também são historicamente associados à utilização como estimulantes, haja vista o exemplo das anfetaminas, mais conhecidas por serem prescritas como

anorexígenos.

No Brasil, tais compostos são submetidos a um controle específico para o acesso pela população, motivo pelo qual são conhecidos como “medicamentos controlados” ou “tarja preta”. Esse grupo de medicamentos também é associado ao potencial para causar dependência física e/ou psíquica, além dos riscos relacionados ao seu uso contínuo, que envolvem condições cardiovasculares e transtornos mentais, no caso das anfetaminas. Além dessas, diversos outros fármacos de acesso menos controlado vêm sendo divulgados para utilização com fins de aprimoramento cognitivo.

A internet, como tecnologia midiática potencial, constitui o principal meio para difusão de “smart drugs” e nootrópicos, sem o qual seria difícil a propagação das informações sobre tais substâncias. Diante de contextos competitivos e individualistas característicos das sociedades ocidentais contemporâneas, a divulgação dessas substâncias constitui um fenômeno subjacente ao processo de farmacologização da sociedade e aponta para a importância dos veículos de divulgação midiática na disseminação e socialização da possibilidade de aprimoramento cognitivo a partir do uso de recursos farmacológicos.

Nesse sentido, as racionalidades que direcionam a gestão desses usos ainda têm muito a explicitar sobre o entendimento dessas práticas. O progresso do debate que envolve o uso de drogas numa abordagem mais ampla, incluídos os medicamentos, depende das perspectivas trazidas pelos usuários, sem deixar de considerar o poder de agenciamento das próprias substâncias e os sentidos que lhes são atribuídos nos processos de socialização.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ygor; PEREIRA, Pedro Paulo. “Antropologia e a questão das drogas: um século de debates políticos e teóricos”. **Revista IBI**, São Paulo, n.90, p.1-23, 2023.

BARROS, D; ORTEGA, F. Metilfenidato e aprimoramento cognitivo farmacológico. **Revista Saúde e Sociedade**, n.20, p.350-362, 2021.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. ed.6. Editora Zahar. Rio de Janeiro, 2021.

CAMARGO JUNIOR, K.R. Medicalização, farmacologização e Imperialismo Sanitário. **Cadernos de Saúde Pública**, n.29, p.844-846, 2023.

CASTRO, Bruno. Aprimoramento cognitivo e a produção de modos de subjetividade: um estudo sobre o uso de substâncias “nootrópicas” a partir de um blog brasileiro. **Revista Saúde Soc**, São Paulo, v.29, n.1, p.36, 2020.

ESHER, Angela; COUTINHO, Thiago. Uso racional de medicamentos, pharmaceuticalização e usos do metilfenidato. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v.22, n.8, p.2571-2580, 2022.

FREITAS, Fernando.; AMARANTE, Paulo. **Medicalização em psiquiatria**. ed.3. Editora Fiocruz. Rio de Janeiro, 2022.

LABATE, Beatriz; et al. **Drogas, políticas públicas e consumidores**. ed.3. Editora Mercado de Letras. Campinas, 2022.

PASQUINI, N.C. Fármacos para turbinar o cérebro, uso por quem pretende entrar na Universidade. **Revista Eletrônica de Farmácia**, n.12, p.36-42, 2023.

ROHDEN, Fabíola. Vida saudável versus vida aprimorada. **Revista Horizontes Antropológicos**, v.23, n.47, p.29-60, 2022.

ROSE, Nikolas. **A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI**. ed.3. Editora Paulus. São Paulo, 2023.

VARGAS, Eduardo. Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: nota para uma genealogia das drogas. **Drogas e cultura: novas perspectivas**. ed.5. Editora EDUFBA. Salvador, 2023.

Aplicação de inteligência artificial na detecção de ameaças em redes de computadores

Wesley Barbosa Rodrigues

• Engenharia Elétrica – [Faculdade de Cariacica - UNIEST] • Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho – [Faculdade Cândido Mendes - FACAM] • Complementação Pedagógica em Matemática [Multivix - Campus Serra - ES] • Licenciatura em Física – [Instituto Federal do Espírito Santo - IFES - ES] • Ciências Econômicas – [Universidade Cruzeiro do Sul - UNISUL] • Cursando Mestrado em Tecnologias Emergentes em Educação [Must University - Flórida]

Resumo

O texto explora o uso emergente de Inteligência Artificial (IA) na segurança de redes de computadores, destacando como algoritmos de aprendizado de máquina podem identificar padrões anômalos e detectar ameaças em tempo real. A pesquisa bibliográfica exploratória de natureza qualitativa, investiga a eficácia da IA na detecção de intrusões, redução de falsos positivos e resposta a incidentes. O objetivo principal é analisar como a IA pode aprimorar a segurança em redes, monitorando dispositivos como switches, roteadores e servidores, e antecipando vulnerabilidades. A relevância do estudo reside na crescente frequência e complexidade dos ataques cibernéticos, que exigem soluções robustas e adaptativas. A integração da IA aos sistemas de segurança busca superar métodos tradicionais, fortalecendo a segurança preditiva com análises de dados históricos e tendências.

Palavras-Chave: Segurança da Informação, Detecção de A.meaçs, Aprendizado de Máquina, Redes de Computadores, Inteligência Artificial

Abstract

The text explores the emerging use of Artificial Intelligence (AI) in computer network security, highlighting how machine learning algorithms can identify anomalous patterns and detect threats in real-time. The exploratory qualitative bibliographical research investigates the effectiveness of AI in intrusion detection, reduction of false positives, and incident response. The main objective is to analyze how AI can enhance network security by monitoring devices such as switches, routers, and servers, and anticipating vulnerabilities. The relevance of the study lies in the increasing frequency and complexity of cyber attacks, which demand robust and adaptive solutions. The integration of AI into security systems seeks to surpass traditional methods, strengthening predictive security with historical data analysis and trends.

Keywords: Information Security, Threat Detection, Machine Learning, Computer Networks, Artificial Intelligence.

1. INTRODUÇÃO

Desde seu início, a internet passou por transformações drásticas, com um aumento significativo no número de dispositivos conectados e no volume diário de informações trafegadas. Como resultado, o mundo precisa de profissionais que entendam sobre a Arquitetura e evolução dos softwares para aplicar a segurança da informação e desta forma possam proteger seus equipamentos, ligados em redes, como: switches, roteadores, IoT, computadores, sala de servidores de ataques criminosos e

terroristas.

De acordo com (DINO, 2024), os ataques cibernéticos continuam a ser uma ameaça crescente em 2025. A Kaspersky do Brasil apresentou um relatório que mostra que o Brasil enfrenta em média de 1.379 ataques cibernéticos por minuto (JOBIM, 2024). O custo médio de uma violação de dados no país é de aproximadamente R\$ 6,75 milhões. (ITFORUM, 2024) Esses ataques afetam principalmente setores como Saúde e Serviços são os mais afetados, com custos médios de R\$ 10,46 milhões e R\$ 8,82 milhões por violação, respectivamente. Técnicas avançadas como ransomware e phishing são as mais comuns, contribuindo significativamente para esses custos. (ITFORUM, 2024)

A utilização de técnicas de inteligência artificial (IA) para aprimorar a segurança da arquitetura de redes e software é uma área emergente. Este artigo sugere uma pesquisa bibliográfica exploratória de natureza qualitativa, propõem avaliar os tipos de software utilizados para aplicar o algoritmo de aprendizado de máquina, a fim de, identificar padrões anômalos e detectar ameaças em tempo real, aumentando a eficácia dos sistemas de segurança na arquitetura de computadores e softwares.

A aplicação de Inteligência Artificial (IA) na detecção de ameaças em redes de computadores como dito anterior é um campo emergente onde se busca aprimorar a segurança cibernética por meio de técnicas avançadas de análise de dados e aprendizado de máquina.

Sendo assim, o objetivo é investigar como a IA pode ser utilizada para identificar e mitigar ameaças em redes de computadores, aumentando a eficiência e a precisão dos sistemas de segurança. A pesquisa foca no monitoramento do acesso físico a dispositivos, como switches, roteadores, data centers, racks de equipamentos e salas de servidores, que podem comprometer a rede. Além disso, busca verificar ambientes vulneráveis e aprimorar o monitoramento de locais onde esses dispositivos estão armazenados.

A análise de IA para detectar comportamentos anômalos é essencial para identificar padrões incomuns em dados. Avaliar sua eficácia na redução de erros e tempo de resposta é crucial. Desafios na análise em tempo real exigem soluções como algoritmos adaptativos e computação distribuída para melhorar a detecção.

Entretanto, o problema de nosso estudo está em como a IA pode ser integrada aos sistemas de segurança de redes para detectar e responder a ameaças de forma mais eficaz do que os métodos tradicionais?

Por se tratar de um tema que possui uma Justificativa importante para nosso estudo, principalmente com o aumento da complexidade e frequência dos ataques cibernéticos, há uma necessidade

premente de soluções mais robustas e adaptativas. A IA oferece potencial para aprimorar a detecção de ameaças, permitindo respostas mais rápidas e precisas, além de reduzir a dependência de intervenções humanas.

A Inteligência Artificial também pode ser crucial na área da segurança preditiva. Com a capacidade de analisar dados históricos e tendências atuais, os sistemas de IA conseguem antecipar possíveis vulnerabilidades e vetores de ataque. Dessa forma, as organizações podem reforçar suas defesas de forma proativa.

2. DESENVOLVIMENTO

A Inteligência Artificial (IA) desempenha um papel dual na cibersegurança, atuando tanto como uma ferramenta de defesa quanto como um vetor de ataque. De acordo com os autores consultados, a evolução das tecnologias de IA tem potencializado a eficácia das medidas de segurança, permitindo a detecção e resposta a ameaças de forma mais rápida e precisa. Por exemplo, a análise de dados em tempo real e a automação de processos de segurança são citadas como inovações que melhoram a proteção contra ataques cibernéticos (CRUZ, CASEMIRO, et al., p. 12).

No competitivo mundo empresarial de hoje, a informação é um recurso valioso que requer proteção máxima. Garantir a segurança dessas informações é essencial para gerenciar negócios e garantir que informações vitais não sejam comprometidas. Proteger informações é fundamental para a sobrevivência de uma empresa. De acordo com (PEREIRA, 2024) a Inteligência Artificial (IA) emergiu como uma ferramenta poderosa no campo da segurança cibernética, revolucionando a forma como as organizações detectam, previnem e respondem às ameaças cibernéticas.

A segurança cibernética é uma prática de proteger informações e dados de fontes externas na Internet, abrangendo a proteção de redes, servidores, intranets e sistemas de computador. Com o aumento da sofisticação dos ataques cibernéticos, a Inteligência Artificial (IA) tornou-se uma ferramenta essencial, analisando grandes volumes de dados, identificando padrões e respondendo a ameaças em tempo real. Ao aplicar algoritmos de aprendizado de máquina, a IA pode detectar anomalias no tráfego de rede e logs de sistema, melhorando significativamente a segurança cibernética ao identificar possíveis violações de segurança (PEREIRA, 2024)

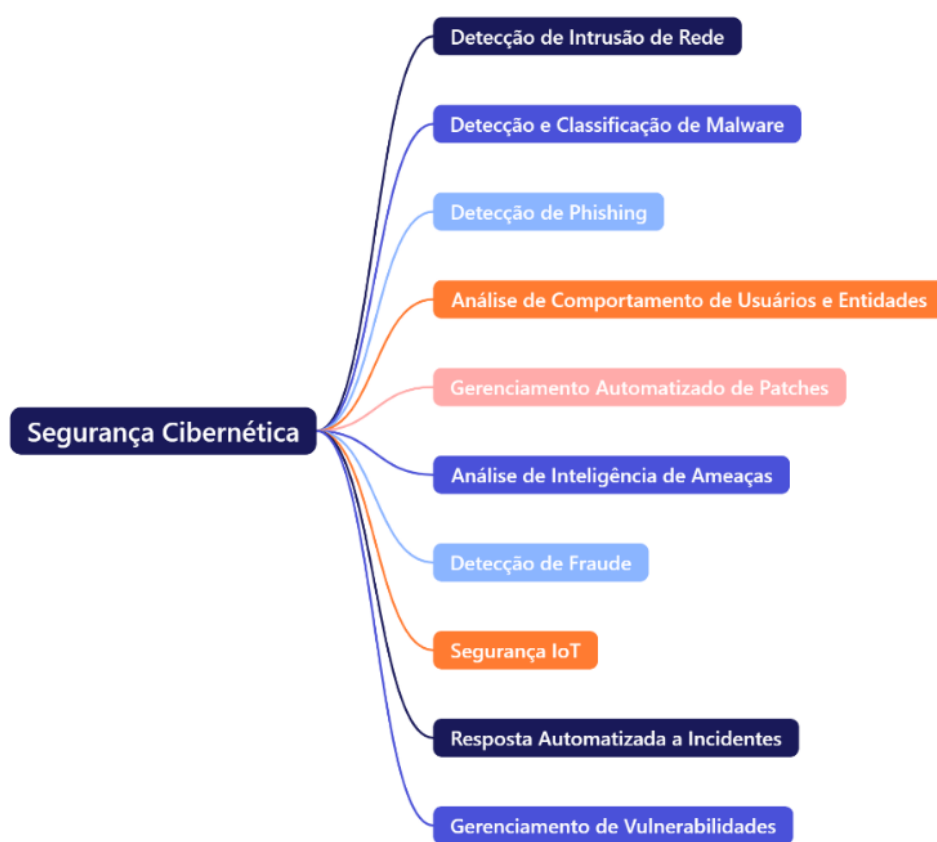
A segurança da informação tem a ver com as informações que geralmente se concentram nos pilares da segurança da informação (CIA – confidencialidade, integridade e disponibilidade), e a cibersegurança trata de proteger coisas vulneráveis por meio das TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação).

Contudo, a aplicação da inteligência artificial na cibersegurança apresenta obstáculos. Os malfeitores também estão empregando IA para elaborar ataques mais complexos, resultando em

uma constante corrida tecnológica. Além disso, os sistemas de IA podem gerar alarmes falsos, potencialmente sobrecarregando as equipes de segurança com notificações. (PEREIRA, 2024)

A segurança cibernética tornou-se uma das principais preocupações no mundo digital atual, devido à crescente complexidade dos ataques, que variam de tentativas simples de phishing a malwares sofisticados que podem comprometer sistemas inteiros. Em resposta, a segurança cibernética tem evoluído com o uso de tecnologias avançadas, como a Inteligência Artificial, para prevenir e mitigar esses riscos, focando na detecção de intrusões e no gerenciamento de vulnerabilidades para proteger dados e infraestruturas críticas.

Figura 1 – 10 casos de uso de inteligência artificial na segurança cibernética.



Fonte: Próprio autor – 2025

Cada uma dessas áreas desempenha um papel crucial na defesa de redes e sistemas, sendo fundamentais para a implementação de uma estratégia robusta de segurança cibernética. A evolução da tecnologia, incluindo a inteligência de ameaças e a automação de processos de resposta a incidentes, permite que as organizações se adaptem mais rapidamente às novas ameaças.

Além disso, a segurança voltada para dispositivos da Internet das Coisas (IoT) e o gerenciamento de patches têm se mostrado vitais para evitar brechas de segurança que possam ser exploradas por cibercriminosos. Com isso, a segurança cibernética está cada vez mais centrada na integração de soluções inteligentes e rápidas para uma proteção efetiva e proativa.

2.1 IA e Segurança de Redes

A inteligência artificial (IA) tem se tornado uma ferramenta indispensável em diversos setores da economia, incluindo saúde, educação e segurança e tem se tornado uma ferramenta essencial na cibersegurança, proporcionando um aumento significativo na capacidade de detectar e responder a ameaças em redes de computadores.

De acordo com (ALMEIDA e NAS, 2024, p. 28), a implementação de tecnologias de IA permite que sistemas de segurança analisem grandes volumes de dados em tempo real, identificando padrões e comportamentos anômalos que poderiam passar despercebidos por métodos tradicionais. Essa capacidade de análise avançada não apenas acelera a resposta a incidentes, mas também melhora a prevenção de ataques cibernéticos, tornando as redes mais resilientes e seguras.

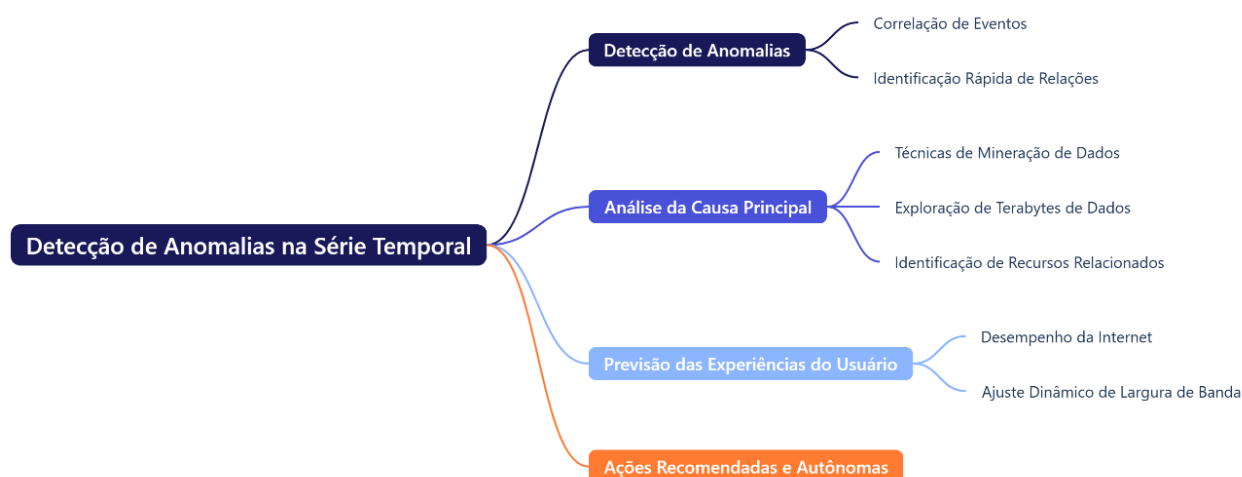
Mesmo assim, a segurança cibernética tornou-se um elemento indispensável no mundo digital contemporâneo, com o crescimento exponencial de ameaças e vulnerabilidades em ambientes conectados. Segundo uma notícia publicada pelo site (OLHAR DIGITAL, 2019), houve um incidente notável em que a rede da NASA foi hackeada devido a um dispositivo Raspberry Pi estar conectado. A segurança cibernética envolve práticas e tecnologias diversas destinadas a proteger redes, sistemas e dados contra ataques maliciosos, fraudes e outras ameaças.

Não é raro que os hackers explorem links para conexões não seguras, o que consequentemente enfraquece o sistema. No entanto, nesse incidente particular, eles conseguiram obter acesso a dados confidenciais, incluindo a Deep Space Network – a rede global de antenas que a NASA e outras agências espaciais utilizam para se comunicar (OLHAR DIGITAL, 2019).

Entre as áreas cruciais estão a detecção de intrusão em redes, a classificação de malwares, a análise de phishing e a inteligência de ameaças, que permitem identificar e mitigar riscos. Além disso, práticas como o gerenciamento automatizado de patches, a segurança IoT e a resposta automatizada a incidentes garantem maior resiliência frente às constantes inovações nas estratégias de ataque.

Assim, a segurança cibernética não só protege informações sensíveis, mas também assegura a continuidade de operações em um mundo cada vez mais dependente da tecnologia, como nos mostra a figura abaixo.

Figura 2. Detecção de Anomalias na série Temporal



Fonte: Próprio Autor – 2025.

De acordo com, (ALMEIDA e NAS, 2024) nos diz que é preciso verificar os desafios para a implementação das novas tecnologias no país na saúde, a IA é utilizada para antecipar necessidades médicas, diagnosticar doenças com maior precisão e otimizar o gerenciamento de recursos hospitalares, resultando em tratamentos mais eficazes e na melhoria da qualidade de vida dos pacientes.

Entretanto, a aplicação da IA na segurança é talvez uma das mais críticas, pois envolve a proteção de vidas, patrimônio e a manutenção da ordem pública. Sistemas de IA são empregados para monitorar atividades suspeitas, prever crimes e melhorar a resposta a emergências, mas também levantam questões éticas sobre privacidade e vigilância.

Assim, enquanto a IA promete avanços significativos em eficiência e eficácia, é fundamental que sua implementação seja acompanhada de diretrizes éticas rigorosas e uma governança responsável, garantindo que os benefícios sejam maximizados sem comprometer os direitos humanos e a justiça social.

Entretanto, a adoção da IA na cibersegurança também apresenta desafios significativos. A opacidade dos algoritmos de IA pode levar a decisões automatizadas que não são facilmente compreendidas, resultando em potenciais falhas de segurança ou discriminação em processos de autenticação (ALMEIDA e NAS, 2024, p. 17-24).

Portanto, é crucial que as organizações que implementam Inteligência Artificial em suas estratégias de cibersegurança adotem princípios de transparência e ética, garantindo que as tecnologias sejam utilizadas de maneira responsável e que os riscos associados sejam adequadamente gerenciados (BANO, 2023; ALMEIDA e NAS, 2024). Dessa forma, a IA pode não apenas fortalecer a

cibersegurança, mas também promover a confiança nas soluções tecnológicas utilizadas para proteger redes de computadores.

2.2 Algoritmos Relevantes

Os algoritmos são os pilares que sustentam a Inteligência Artificial (IA), desta forma (MTK, 2024) nos fala sobre a importância do acesso a software de IA gratuitos, para que os processos, regras e cálculos que permitem que máquinas executem tarefas de forma autônoma e inteligente possam ser usados para uma variedade de aplicações.

Alguns dos algoritmos mais relevantes em IA incluem Redes Neurais Artificiais, Máquinas de Vetores de Suporte, Algoritmos de Aprendizado de Reforço e Florestas Aleatórias (Random forest).

Quadro 1 – Principais Linguagens de programação aplicadas em IA

Categoria	Detalhes
Linguagens de Programação	Python, R, Java, C++, JavaScript
Principais Fabricantes de Hardware	NVIDIA, Intel, AMD, Google, Qualcomm
Plataformas e Frameworks	TensorFlow, PyTorch, Keras, Scikit-learn
Outros Itens Necessários	Computadores de alto desempenho, GPUs, infraestrutura de armazenamento, dados de treinamento de alta qualidade

Fonte: Próprio autor – 2025

Esses algoritmos são utilizados em diversas aplicações, desde a classificação e previsão de dados até o reconhecimento de padrões complexos em imagens e textos. O sucesso das soluções de IA depende diretamente da escolha e implementação dos algoritmos apropriados para cada problema específico.

A inteligência artificial (IA) tem se consolidado como uma área essencial no avanço da tecnologia, revolucionando a maneira como lidamos com grandes volumes de dados e tomamos decisões automatizadas.

De acordo com, (EDUKA.IA, 2023) A inteligência artificial é uma tecnologia versátil que pode ser utilizada em diferentes setores e áreas da sociedade. Um aspecto pouco conhecido por muitos é que essa ampla aplicabilidade é viabilizada pelos algoritmos que a compõem.

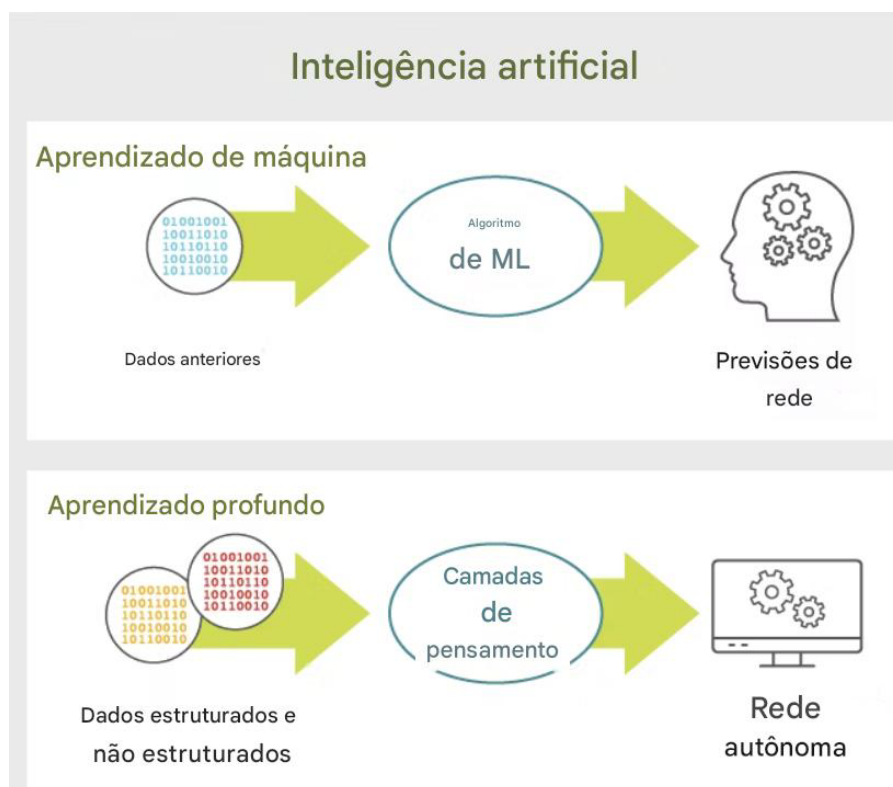
Entre os principais métodos utilizados, destacam-se o aprendizado de máquina (Machine Learning) e o aprendizado profundo (Deep Learning), que, embora relacionados, possuem abordagens distintas.

Os algoritmos representam a essência e o alicerce da inteligência artificial, sendo responsáveis por estabelecer as diretrizes, os critérios e os mecanismos que possibilitam às máquinas e dispositivos aprenderem, tomarem decisões e realizarem ações de maneira autônoma e adaptável. (EDUKA.IA, 2023)

Desta forma, O aprendizado não supervisionado pode ser comparado a um processo de aprendizado sem a orientação de um professor. Nesse caso, (JENNI, 2023) nos fala que os algoritmos analisam um conjunto de dados não rotulados, buscando identificar padrões e estruturas ocultas. Diferentemente do aprendizado supervisionado, esse método não possui uma métrica direta de precisão, já que não existe uma referência previamente conhecida para validação.

A imagem abaixo apresenta uma comparação entre aprendizado de máquina (ML) e aprendizado profundo, ambos componentes da inteligência artificial (IA).

Figura 2 – Aprendizado de Máquina x Aprendizado profundo



Fonte: Próprio Autor, 2025.

No aprendizado de máquina, os dados históricos são processados por algoritmos de ML para gerar abrangência, utilizando métodos estatísticos e matemáticos que permitem resolver problemas específicos. Esse tipo de aprendizado é altamente dependente de dados rotulados e busca de resultados otimizados a partir de padrões reconhecidos.

Por outro lado, o aprendizado profundo envolve uma maior complexidade, utilizando dados estruturados e não estruturados para redes alimentares neurais profundas, compostas por várias camadas de processamento (camadas de pensamento). Conforme (LALIBERTE, 2024), para que a Inteligência Artificial (IA) alcance êxito, é essencial o uso de aprendizado de máquina (AM). Este se caracteriza pela utilização de algoritmos que analisam dados, aprendem a partir deles e são capazes de realizar determinações ou previsões sem a necessidade de instruções explícitas.

Isso resulta em sistemas mais independentes, como redes capazes de tomar decisões complexas de forma independente, sem a necessidade de intervenção humana direta. (LALIBERTE, 2024), nos fala que, Devido aos avanços nas capacidades de computação e armazenamento, o aprendizado de máquina (ML) evoluiu para modelos estruturados mais sofisticados, como o aprendizado profundo (DL). O DL utiliza redes neurais para processar uma quantidade ainda maior de informações e automatizar tarefas de maneira mais eficiente.

Isso resulta em sistemas mais autônomos, como redes capazes de tomar decisões complexas por conta própria. Podemos então, verificar o que nos diz, (LALIBERTE, 2024), na figura 2 que destaca a evolução da IA para lidar com dados diversificados e desempenhar tarefas com maior independência, processamento e a compreensão da linguagem natural (NLP/NLU), os modelos de linguagem de grande porte (LLM) e a IA generativa (GenAI).

Nesse contexto, o aprendizado não supervisionado, conforme aponta (JENNI, 2023), utiliza algoritmos para identificar padrões ou agrupamentos em dados não rotulados. Suas aplicações incluem segmentação de mercado, agrupando clientes com base em seus comportamentos de compra, e detecção de anomalias, destacando dados fora do padrão em um conjunto.

2.3 Desafios e Limitações

Criar um Fluxo de Trabalho para Inteligência Artificial (IA) começa com a coleta de dados, que deve ser relevante, de alta qualidade e representativa do problema a ser resolvido. Esses dados podem ser obtidos de várias fontes, como bancos de dados internos, APIs e sensores de IoT, sendo importante combinar diferentes fontes para garantir um conjunto robusto e diversificado.

Após a coleta, é necessário preparar os dados, de acordo com (JENNI, 2023) “à fundação de qualquer algoritmo de IA são os dados”, e desta forma é preciso fazer a limpeza para corrigir ou

remover valores ausentes, duplicados ou inconsistentes. Além disso, a normalização e transformação dos dados são realizadas para garantir que eles estejam prontos para alimentar os algoritmos de IA. A preparação adequada dos dados é essencial, pois dados mal preparados podem comprometer a eficácia do modelo.

De acordo com (EDUKA.IA, 2023), “A eficácia dos algoritmos na inteligência artificial depende fortemente dos dados de treinamento fornecidos, para exploração dos Dados, se faz necessário analisa-los exaustivamente para entender suas características e identificar padrões ou outliers. A análise exploratória de dados (EDA) ajuda a descobrir insights importantes que podem orientar as próximas etapas do projeto.

Para integrar ferramentas de visualização de dados e estatísticas descritivas são frequentemente usadas para resumir e entender os atributos principais dos dados. De acordo com, (MTK, 2024) o RapidMiner é conhecido por sua interface amigável e capacidade de automação para preparação e exploração de dados o que é crucial para fazer escolhas de ambiente integrado para treinamento do modelo.

Desta forma, com os dados preparados e explorados, o momento de desenvolver o modelo de IA. Isso envolve a seleção dos algoritmos adequados e o treinamento desses algoritmos com os dados disponíveis, conforme quadro abaixo.

Quadro 2 – Software para desenvolvimento de IA

Linguagem	Fabricante/Desenvolvedor	Características Principais
Pitão	Fundação de Software Python	Sintaxe simples, vasta coleção de bibliotecas como TensorFlow, Keras e PyTorch, ideal para prototipagem rápida. APRENDA R, PYTHON E CIÊNCIA DE DADOS ONLINE
R	Equipe principal R	Focada em análise estatística e visualização de dados, amplamente utilizada em aprendizado de máquina. APRENDA R, PYTHON E CIÊNCIA DE DADOS ONLINE
Java	Corporação Oracle	Robustez e portabilidade, utilizado em sistemas empresariais e aplicativos de grande escala. L.MANCHIA
C++	Norma ISO/IEC	Eficiência e capacidade de baixo nível, utilizadas em sistemas que requerem alto desempenho. L.MANCHIA
Júlia	Julia Computação	Alta performance em computação numérica, crescente popularidade em projetos de IA. APRENDA R, PYTHON E CIÊNCIA DE DADOS ONLINE
JavaScript	Comunicações Netscape	Utilizado principalmente no desenvolvimento web, com bibliotecas como TensorFlow.js para IA. GRIFO
Ceceio	John McCarthy	Uma das linguagens mais antigas para IA, conhecida por sua flexibilidade e capacidade de processamento simbólico. COMPRADO - COMPRA COORDENADA POR IA
Prólogo	Alain Colmerauer	Focado em lógica de programação, utilizado em sistemas de IA que envolvem cálculo lógico e resolução de problemas. ARXIV

Fonte: Próprio Autor – 2025.

Diversos modelos podem ser testados e comparados para escolher o que oferece o melhor desempenho. O desenvolvimento do modelo é um processo iterativo, onde os parâmetros são ajustados e a arquitetura do modelo é refinada para maximizar a acurácia e a eficiência.

3. METODOLOGIA

Dada a natureza conceitual e exploratória do trabalho, não foram utilizados dados primários ou amostras populacionais. A metodologia baseou-se em uma revisão detalhada da literatura existente e na análise de casos documentados referentes ao uso de IA em ataques cibernéticos e às estratégias de defesa empregadas em arquitetura de computadores.

A técnica central utilizada foi a revisão da literatura existente, com objetivo de identificar e resumir o conhecimento atual sobre a ligação entre inteligência artificial e cibersegurança. As fontes selecionadas incluíram artigos acadêmicos, artigos de revistas especializadas, sites, blogs e relatórios técnicos de organizações renomadas no campo e as publicações da Microsoft.

Os algoritmos de IA são fundamentais para a detecção proativa de ameaças em redes de computadores, permitindo a identificação de padrões suspeitos e anomalias em tempo real. Técnicas como aprendizado supervisionado, aprendizado não supervisionado e aprendizado por reforço são amplamente utilizadas para construir sistemas robustos de detecção e resposta a incidentes.

Quadro 3 – Aprendizado de máquina

Técnica	Descrição	Exemplos de Algoritmos
Aprendizado Supervisionado	Utiliza dados rotulados para treinar modelos que classificam ameaças e identificam comportamentos maliciosos.	Árvore de Decisão, Regressão Logística, SVM
Aprendizado Não Supervisionado	Identifica padrões e anomalias sem rótulos pré-definidos, essenciais para detectar novos tipos de ataques.	K-means, Clustering Hierárquico
Aprendizado por Reforço	Aprender políticas de resposta e mitigação de ameaças através de interações com o ambiente.	Q-learning, Deep Q-Network (DQN)

Fonte: Próprio Autor – 2025.

Essas técnicas são fundamentais para fortalecer a segurança cibernética, prevenindo ataques e minimizando riscos em um ambiente cada vez mais digital e ameaçador.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os indicadores de sucesso para avaliar a eficácia da aplicação dos resultados do estudo sobre a utilização de Inteligência Artificial (IA) na detecção de ameaças em redes de computadores podem ser definidos em várias dimensões. Primeiramente, a redução de falsos positivos é um indicador crucial, pois a eficácia da IA deve ser medida pela sua capacidade de identificar ameaças reais sem gerar alarmes desnecessários, o que pode sobrecarregar as equipes de segurança (PEREIRA, 2024, p. 5).

Além disso, a velocidade de resposta a incidentes é um fator importante. A implementação de IA deve resultar em tempos de resposta mais rápidos a ameaças detectadas, permitindo que as organizações mitiguem riscos de forma mais eficiente (ALMEIDA e NAS, 2024, p. 28). A capacidade de identificar padrões anômalos em tempo real também é um indicador significativo, pois reflete a habilidade do sistema em aprender e se adaptar a novas ameaças, aumentando a segurança preditiva (EDUKA.IA, 2023).

Por fim, a satisfação das equipes de segurança com as ferramentas de IA implementadas pode ser um indicador qualitativo de sucesso. A aceitação e a confiança nas soluções tecnológicas são fundamentais para garantir que as equipes utilizem efetivamente as ferramentas disponíveis (BANO, 2023). Esses indicadores, quando monitorados, podem fornecer uma visão abrangente da eficácia da aplicação da IA na segurança cibernética.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa busca fornecer insights sobre a viabilidade e eficácia da aplicação de IA na detecção de ameaças em redes de computadores, destacando benefícios, desafios e possíveis direções para trabalhos futuros. É fundamental para melhorar a segurança de ambientes onde dispositivos de rede estão armazenados. A integração de IA com sensores, câmeras e sistemas de acesso pode prevenir acessos indevidos e minimizar o impacto de ameaças físicas em redes de computadores.

6. REFERÊNCIA

ALMEIDA, V.; NAS, E. Desafios da IA responsável na pesquisa científica. Revista USP, 05 jun. 2024. 17-28. Acesso em: 12 jan. 2025.

BANO, M. E. A. "Investigating responsible AI for scientific research: an empirical study". arXiv preprint arXiv:2312.09561, 2023.

CRUZ, J. V. D. S. et al. Inteligência artificial e cibersegurança: análise de ameaças emergentes e estratégias defensivas, Curitiba. 61-193.

DINO. Ataques cibernéticos podem ser atenuados, dizem peritos. Estado De Minas, 2024. Disponível em: <<https://www.em.com.br/mundo-corporativo/2024/12/7024037-ataques-ciberneticos-podem-ser-mitigados-dizem-peritos.html>>. Acesso em: 10 jan. 2025.

EDUKA.IA. Algoritmos e Inteligência Artificial (IA). Entenda a relação. eduka.ai, 2023. Disponível em: <<https://eduka.ai/algoritmos-e-inteligencia-artificial-ia-entenda-a-relacao/>>. Acesso em: 13 jan. 2025.

ITFORUM. Custo médio de violações de dados no Brasil é de R\$ 6,75 milhões. itforum, 2024. Disponível em: <<https://itforum.com.br/noticias/custo-violacoes-de-dados-no-brasil-r-675-milhoes/>>. Acesso em: 10 jan. 2025.

JENNI. Decodificando IA: Entendendo os Componentes Principais e Tipos de Algoritmos. Jenni, 2023. Disponível em: <<https://jenni.ai/pt/artificial-intelligence/algorithms>>. Acesso em: 13 jan. 2025.

JOBIM, C. Brasil registra 1.379 ataques cibernéticos por minuto, revela relatório da Kaspersky. COINTELEGRAPH Brasil, 2024. Disponível em: <<https://br.cointelegraph.com/news/brazil-registers-1-379-cyber-attacks-per-minute-reveals-kaspersky-report>>. Acesso em: 06 nov. 2024.

LALIBERTE, B. O que é inteligência artificial (IA) para redes? Juniper Networks, ? fev. 2024. Disponível em: <<https://www.juniper.net/br/pt/research-topics/what-is-ai-for-networking.html>>.

Acesso em: 13 jan. 2025.

MTK. Explorando o Potencial da AI: Os 20 Melhores Softwares Inteligência Artificial Grátis. Portal MKT Digital, 2024. Disponível em: <<https://portalmktdigital.com.br/software-inteligencia-artificial-gratis/>>. Acesso em: 13 jan. 2025.

OLHAR DIGITAL. REDAÇÃO. NASA foi hackeada porque havia um Raspberry Pi conectado à rede. Olhar Digital, 2019. Disponível em: <<https://olhardigital.com.br/2019/06/24/ciencia-e-espaco/nasa-foi-hackeada-porque-havia-um-raspberry-pi-conectado-a-rede/>>. Acesso em: 14 jan. 2025.

PEREIRA, T. 10 Casos de Uso de Inteligência Artificial na Segurança Cibernética. Data Science. Data Science Academy, 2024. Disponível em: <<https://blog.dsacademy.com.br/10-casos-de-uso-de-inteligencia-artificial-na-seguranca-cibernetica/>>. Acesso em: 09 jan. 2025.

O Marco da Redemocratização do Brasil, Transição e Consolidação Democrática

Marcio Henrique Francisco de Souza

Possui graduação em Ciências Biológicas e Ambientais pela Fundação Educacional de Além Paraíba (2017). Graduando em História, pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI). Graduando em Direito, pela Fundação Educacional de Além Paraíba (FEAP). Pós-graduado em Ciências Sociais, em Ciências Políticas, e em Antropologia, pela FANS. Pós-graduando em Arqueologia e Patrimônio, pela Faculdade Fleming de Cerquillo. Pós-graduando em Arquivo: Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, pela Facuminas. Pós-graduando em Ciência Forense e Perícia Criminal, pela FACUVALE. Pós-graduando em Educação especial e Neuropsicopedagogia, em História da Arte, e em Biblioteconomia, pela FANS. Pós-graduando em Gestão Pública de Turismo e Desenvolvimento Regional, pela UFJF. Mestrando em Arqueologia, pelo Centro Internacional de Pesquisa Integralize Possui Formação em Diversidade E Inclusão Social em Diretos Humanos, pela Universidade de São Paulo (USP). Atua como auxiliar administrativo na Prefeitura Municipal de Estrela Dalva, como agente no setor de Cultura, Patrimônio Cultural e Turismo. Membro e Gestor do Comitê Técnico da Equidade, do município de Estrela Dalva. Tem experiência na área de Biologia Geral, com ênfase em Meio Ambiente, Educação Ambiental, Gestão Ambiental, Ecologia e Botânica. Presidente do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural do município de Estrela Dalva, Minas Gerais. Presidente do Conselho Municipal de Cultura, do município de Estrela Dalva, Minas Gerais e vice-presidente do Conselho Municipal de Turismo de Estrela Dalva, Minas Gerais. Atua como pesquisador extensionista no programa intitulado Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata Mineira, da Universidade Federal de Juiz de Fora, além de atuar como membro colaborador externo do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da mesma Universidade em ações de extensão. É membro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS Jovem Brasil), e também atua como membro especialista do Comitê Científico Internacional Para Gestão do Patrimônio Arqueológico. Integra o programa Heritage Adapts to Climate Alliance (Preserving Legacies), o grupo de pesquisa ArchaeoLore Group, e membro da Convenção do Patrimônio Mundial (UNESCO). Membro da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Em reconhecimento às contribuições no campo da gestão cultural e preservação de tradições, recebeu o título *Honoris Causa* em Gestão Cultural, Políticas Patrimoniais, Cultura Popular e Preservação de Tradições. Movido pelo compromisso com o patrimônio cultural, a diversidade e o desenvolvimento sustentável, tenho me dedicado à construção de um legado que valorize a cultura e a história de nossa sociedade, contribuindo para a conscientização e a preservação de nossas riquezas patrimoniais.

Resumo

O processo de redemocratização do Brasil, iniciado com a transição política de 1985 e consolidado pela Constituição de 1988, representou um marco significativo na história política do país. A eleição indireta de Tancredo Neves e a posterior ascensão de José Sarney à presidência simbolizaram o fim de duas décadas de regime militar e a restauração das liberdades democráticas. A promulgação da nova Constituição foi fundamental para garantir direitos civis e sociais, como o voto direto e a criação de mecanismos institucionais para assegurar a justiça social. No entanto, a transição também deixou legados complexos, como a impunidade para crimes cometidos durante a ditadura, a persistência de desigualdades sociais e a fragilidade de algumas instituições democráticas. A consolidação da democracia no Brasil, portanto, continua sendo um processo em curso, que exige constantes esforços para aprimorar as instituições e ampliar a participação cidadã. Este artigo busca analisar o contexto histórico da redemocratização, os avanços trazidos pela Constituição de 1988 e os desafios que o Brasil ainda enfrenta no caminho da plena consolidação democrática.

Palavras-Chave: Redemocratização, Constituição de 1988, Transição política, Democracia, Desafios sociais.

Abstract

The process of redemocratization in Brazil, which began with the political transition of 1985 and was consolidated by the 1988 Constitution, represented a significant milestone in the country's political history. The indirect election of Tancredo Neves and the subsequent ascension of José Sarney to the presidency symbolized the end of two decades of military rule and the restoration of democratic freedoms. The promulgation of the new Constitution was fundamental to guarantee civil and social rights, such as direct voting and the creation of institutional mechanisms to ensure social justice. However, the transition also left complex legacies, such as impunity for crimes committed during the dictatorship, the persistence of social inequalities, and the fragility of some democratic institutions. The consolidation of democracy in Brazil, therefore, continues to be an ongoing process, which requires constant efforts to improve institutions and expand citizen participation. This article seeks to analyze the historical context of redemocratization, the advances brought about by the 1988 Constitution and the challenges that Brazil still faces on the path to full democratic consolidation.

Keywords: Redemocratization, 1988 Constitution, Political transition, Democracy, Social challenges

INTRODUÇÃO

A transição do regime militar para a democracia no Brasil foi um processo complexo e gradual, caracterizado por tensões políticas, mobilizações populares e reformas institucionais. A data de 15 de março de 1985, quando Tancredo Neves foi oficialmente empossado pelo Congresso Nacional, simboliza um marco fundamental dessa transição, ainda que sua morte prematura tenha levado à posse de José Sarney. Esse período foi marcado por incertezas, mas também por avanços significativos na estruturação de um Estado Democrático de Direito. Como destaca Figueiredo (2009, p. 45), a redemocratização não foi um ato isolado, mas o resultado de uma série de pressões sociais e políticas internas e externas.

A redemocratização brasileira foi impulsionada por uma combinação de fatores, incluindo o desgaste do regime militar, a crise econômica da década de 1980 e a pressão por maior participação popular. Conforme argumenta Fausto (2018, p. 312), o esgotamento do modelo autoritário se deu não apenas por fatores econômicos, mas também pela crescente pressão da sociedade civil organizada. O movimento Diretas Já, iniciado em 1983, foi um dos momentos mais emblemáticos dessa pressão popular, mobilizando milhões de brasileiros em defesa do voto direto para presidente da República (Santos, 2015, p. 217).

A transição política também contou com importantes reformas institucionais, incluindo a gradual abertura promovida pelo próprio governo militar. Como observa Skidmore (2010, p. 198), a distensão controlada implementada pelo general Geisel foi essencial para preparar o terreno para a redemocratização. Além disso, a eleição indireta de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral, ainda dentro das regras do regime militar, evidencia a complexidade dessa transição (Carvalho, 2014, p. 105).

A redemocratização trouxe importantes mudanças na estrutura política e institucional do país. A promulgação da Constituição de 1988 representou um marco essencial para a consolidação do Estado Democrático de Direito. Segundo Bonavides (2011, p. 276), a nova Carta Magna estabeleceu princípios fundamentais que garantem a ampliação dos direitos civis e políticos no Brasil. Além disso, avanços institucionais como a independência do Judiciário e a ampliação dos direitos sociais foram determinantes para a estabilização da democracia (Ferreira, 2013, p. 163).

Entretanto, a transição não se deu sem desafios. A instabilidade econômica da década de 1980 e o aumento das desigualdades sociais impuseram limites à consolidação democrática (Bresser-Pereira, 1995, p. 88). Conforme observa Souza (2016, p. 201), a democracia brasileira se consolidou em um contexto de grande desigualdade, o que dificultou a plena efetivação dos direitos sociais previstos na Constituição. Ademais, a permanência de estruturas políticas herdadas do período autoritário, como o fisiologismo e a fragilidade dos partidos políticos, limitou os avanços democráticos (Mainwaring, 1999, p. 154).

O presente artigo busca analisar as mudanças e os avanços políticos, econômicos e sociais promovidos desde a redemocratização, abordando também as restrições e desafios que ainda persistem na consolidação democrática. Para isso, será adotada uma abordagem histórica e política, fundamentada em bibliografia especializada e documentos históricos relevantes.

O CONTEXTO DA REDEMOCRATIZAÇÃO E O MARCO DE 5 DE MARÇO DE 1985

A redemocratização brasileira, que teve seu marco decisivo com a eleição indireta de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral, em 1985, é um dos eventos mais significativos da história política contemporânea do Brasil. Ela ocorreu em um contexto de crise econômica e intensas pressões internas e externas por um regime político mais democrático, após duas décadas de ditadura militar. O período que antecedeu 1985 foi marcado por confrontos sociais e políticos que deram origem a movimentos como as Diretas Já (Fausto, 2013).

A década de 1980, especificamente, foi um período de grandes tensões. O regime militar, que havia se instaurado em 1964, estava enfraquecido por uma série de crises econômicas, como a hiperinflação e o aumento da dívida externa, além de crescentes manifestações de insatisfação popular. Como enfatiza Boris Fausto (2013), a crise econômica e o autoritarismo foram os dois pilares que tornaram inevitável o fim do regime militar (Fausto, 2013, p. 385). As pressões externas também foram fundamentais, com o contexto internacional da Guerra Fria e as exigências dos Estados Unidos e de outros países democráticos para que o Brasil fizesse a transição para um sistema político mais aberto. Nesse sentido, como aponta Maria Celina D'Araújo, a comunidade internacional exercia um papel de pressão importante, especialmente no âmbito das relações com os Estados Unidos e a América Latina (D'Araújo, 2010, P. 75).

O movimento das Diretas Já, que ganhou força a partir de 1983, foi fundamental para criar um ambiente propício à redemocratização. O movimento pedia a realização de eleições diretas para a presidência da República, mas, embora não tenha obtido sucesso em sua reivindicação, ele fortaleceu o desejo popular por mudanças. O processo eleitoral de 1985, que elegeu Tancredo Neves, foi realizado de forma indireta, mas representou um símbolo do retorno das forças democráticas ao poder. De acordo com José Murilo de Carvalho (2000), “o movimento Diretas Já foi, sem dúvida, o maior impulso para a abertura política e para a recuperação da esperança de um regime democrático no Brasil (CARVALHO, 2000, p. 168).

Em 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral se reuniu e elegeu Tancredo Neves presidente, com 480 votos (72,7%), superando os 180 votos (27,3%) obtidos por Maluf. Tancredo contornou com o apoio dos membros do PMDB, da Frente Liberal (um grupo dissidente do PDS), do PDT e de grande parte do PTB. Tancredo Neves foi a figura que melhor sintetizou a transição política, reunindo a oposição e os setores moderados da ditadura (Sodré, 1998, p. 245). Embora o político mineiro tenha sido o vencedor da eleição, seu falecimento, em 21 de abril de 1985, impediu-o de assumir o cargo. A figura de Tancredo era amplamente vista como símbolo de uma nova era política para o Brasil, que passava de um regime autoritário para um modelo democrático. Tancredo Neves representava um novo projeto de país, um Brasil que se reconectava com suas tradições democrática (Fausto, 2013, p. 392).

Com a morte de Tancredo, José Sarney, que havia sido vice-presidente eleito, assumiu a presidência. Sarney enfrentou o grande desafio de consolidar a transição para a democracia e implementar as mudanças institucionais necessárias para o fortalecimento do novo regime democrático. A tarefa de Sarney não se limitou à organização do governo, mas também à elaboração de uma nova Constituição que pudesse refletir as aspirações democráticas da sociedade brasileira. O governo Sarney foi marcado pela difícil tarefa de organizar a transição política, sem que isso significasse uma ruptura radical com o regime militar (Oliveira, 1995, p. 112).

Sarney se viu diante de um país em crise econômica, com inflação descontrolada, e em um cenário político marcado pela transição de um regime militar para uma democracia. Nesse contexto, o governo Sarney foi um período de significativos avanços políticos, como a ampliação das liberdades políticas e o fim da censura oficial. A Constituição de 1988, elaborada durante o governo Sarney, representou um dos maiores marcos da redemocratização brasileira, trazendo um novo texto constitucional que restaurou os direitos civis e políticos no país. A Constituição de 1988 foi a grande conquista da redemocratização, consolidando a democracia e fortalecendo as instituições (Abranches, 2001, p. 185). A nova Constituição não só garantiu direitos fundamentais, como também reafirmou a soberania nacional e a liberdade política. A Constituição de 1988 foi uma resposta clara às aspirações populares e às exigências democráticas (Lima, 2012, p. 75).

Outro aspecto relevante do governo Sarney foi a implementação de políticas para o fim da censura. A ditadura militar tinha imposto severas restrições à liberdade de expressão e ao debate público, mas o governo de Sarney buscou abrir espaço para a pluralidade de ideias e opiniões. A volta da imprensa independente, embora com desafios, foi uma das primeiras grandes vitórias da democracia. (Romano, 2003, p. 220), a censura foi um dos maiores instrumentos de controle social do regime militar, e sua extinção foi um símbolo de liberdade para o Brasil.

A transição de um regime autoritário para uma democracia plena não foi um processo fácil nem isento de dificuldades. A crise econômica, a inflação e o desemprego continuaram a ser desafios durante o governo Sarney. Além disso, o país enfrentava o problema da dívida externa, um legado da era militar que sobrecarregava as finanças públicas e impedia um crescimento econômico sustentável. Contudo, a estabilidade política que se iniciou com a eleição de Tancredo Neves e foi consolidada com a presidência de Sarney permitiu que o Brasil avançasse na construção de um sistema democrático.

A nova Constituição de 1988, chamada de Constituição Cidadã, foi o maior símbolo desse processo de consolidação democrática. A Constituição de 1988 representou uma verdadeira revolução institucional, trazendo a democracia plena ao Brasil e criando novos direitos para a população (Lopes, 2009, p. 34). A Constituição não só consolidou as liberdades públicas, mas também estabeleceu mecanismos de proteção aos direitos humanos e de combate à corrupção, e incentivou a criação de novas instituições democráticas. A Constituição de 1988, com sua abertura para a cidadania e seu compromisso com os direitos humanos, é um marco de nossa história política (Lopes, 2009, p. 35).

Contudo, a redemocratização do Brasil não significou uma solução imediata para os problemas econômicos ou sociais (Nobre, 2010, p. 123). Embora a democracia tenha sido restaurada, a crise econômica e a desigualdade social ainda eram obstáculos importantes a serem superados. A transição política não foi seguida de uma mudança imediata nas condições de vida da população, especialmente das camadas mais pobres. O processo de democratização não foi acompanhado de uma solução para os dilemas estruturais da economia brasileira (Nobre, 2010, p. 125).

O marco da redemocratização brasileira, simbolizado pela eleição indireta de Tancredo Neves e consolidado pela presidência de José Sarney, foi um processo complexo que envolveu a superação de desafios políticos e econômicos. O retorno das forças democráticas ao poder, após duas décadas de regime militar, marcou o início de uma nova era para o Brasil. A Constituição de 1988 representou o ponto culminante desse processo, trazendo direitos e liberdades essenciais para a sociedade brasileira. No entanto, a consolidação da democracia no Brasil também envolveu desafios econômicos e sociais que ainda persistem até os dias atuais. A transição foi uma conquista, mas o fortalecimento da democracia no país demandaria um longo processo de adaptação institucional e superação das desigualdades estruturais.

A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E A CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA

A promulgação da Constituição de 1988 representou um marco fundamental na história política do Brasil, consolidando a transição para a democracia após duas décadas de regime militar. Esse processo de redemocratização foi acompanhado por avanços significativos no fortalecimento das instituições democráticas, mas também foi marcado por desafios e controvérsias, como a manutenção de certas restrições que ainda refletiam o legado autoritário. A Constituição de 1988, teve um papel central nesse contexto, ao estabelecer direitos fundamentais e ao formalizar a separação dos poderes. (Silva, 2006, p. 82), a Constituição de 1988 é um verdadeiro divisor de águas na história política brasileira, pois garantiu a todos os cidadãos os direitos fundamentais e estabeleceu os princípios da democracia.

Dentre os principais avanços proporcionados pela Constituição de 1988, um dos mais importantes foi a garantia do voto direto para a eleição de presidentes, governadores e prefeitos. Esse foi um marco na restauração da democracia, pois permitiu que a população, pela primeira vez desde o golpe militar de 1964, escolhesse diretamente seus representantes políticos. O restabelecimento do voto direto representou o retorno do povo ao centro do processo político, recuperando um direito básico em qualquer democracia (Fausto, 2013, p. 442).

Além disso, a Constituição fortaleceu o Poder Legislativo, concedendo-lhe maior autonomia e responsabilidades. A ampliação das competências do Legislativo no Brasil de 1988 foi um passo decisivo para a construção de uma democracia sólida, onde as decisões políticas se tornam mais representativas e menos centralizadas (Abranches, 2001, p. 79). A criação de mecanismos de fiscalização, como as comissões parlamentares de inquérito (CPI's), tornou o Legislativo um órgão de controle importante, capaz de investigar atos do Executivo e de promover maior transparência na administração pública.

A independência do Ministério Público também foi um avanço crucial. A Constituição de 1988 estabeleceu que o Ministério Público deveria atuar com autonomia, sem subordinação a qualquer poder, seja Executivo, Legislativo ou Judiciário. A criação de um Ministério Público independente foi uma conquista histórica, pois ele passou a ser um guardião dos direitos fundamentais e um defensor da ordem jurídica, combatendo a corrupção e as injustiças (Barroso, 2008, p. 215).

Além disso, a ampliação dos direitos sociais representou outra conquista importante da Constituição de 1988. A educação e a saúde pública universal passaram a ser garantidas como direitos fundamentais, permitindo o acesso a esses serviços essenciais a toda a população, independentemente de sua condição social. A inclusão dos direitos sociais na Constituição de 1988 refletiu uma nova perspectiva de justiça social, visando reduzir as desigualdades históricas do Brasil (Carvalho, 2000, p. 210).

Outro avanço relevante foi a criação de uma série de direitos trabalhistas e previdenciários, que buscavam garantir condições dignas de trabalho e uma aposentadoria segura para os cidadãos brasileiros. A Constituição de 1988 também consagrou o direito à moradia, à alimentação e à segurança, expandindo o conceito de direitos humanos para além da esfera política e civil.

No entanto, apesar dos avanços, a Constituição de 1988 também manteve algumas restrições que continuaram a refletir o legado da ditadura militar, principalmente no que se refere à impunidade dos crimes cometidos durante o regime. A Lei da Anistia, promulgada em 1979, teve um papel central nesse contexto, pois concedeu anistia a todos aqueles que cometeram crimes políticos durante o regime militar, tanto os perpetradores como as vítimas. Essa medida foi incluída no texto constitucional e gerou controvérsias, pois impediu a punição de responsáveis por violações graves dos direitos humanos, como torturas, desaparecimentos forçados e assassinatos.

Para muitos estudiosos, a Lei da Anistia foi um obstáculo à justiça e à reconciliação, pois impediu que as vítimas da ditadura militar tivessem seus direitos plenamente reconhecidos e reparados. Essa lei foi um acordo tácito que assegurou a impunidade dos agentes do regime militar, o que impediu a verdadeira justiça de ser feita (Sodré, 1998, p. 102). Essa impunidade tem sido criticada por aqueles que defendem a plena responsabilização dos violadores de direitos humanos, e até hoje permanece como um tema controverso nas discussões sobre a consolidação democrática no Brasil.

Em contrapartida, como bem observado a Lei da Anistia foi vista por muitos como um mal necessário, que possibilitou a transição política pacífica, sem maiores rupturas, e foi fundamental para que o Brasil não se envolvesse em uma guerra civil durante o processo de abertura política (D'Araújo, 2010, p. 128). O dilema sobre a punição dos crimes da ditadura permanece um tema sensível, pois, enquanto alguns acreditam que a reconciliação nacional seria mais eficaz sem o ressurgimento de divisões políticas, outros consideram que a justiça plena só seria alcançada com o julgamento dos responsáveis pelos abusos cometidos.

A promulgação da Constituição de 1988 foi um marco crucial para a consolidação democrática do Brasil, pois ela não apenas restabeleceu o Estado Democrático de Direito, mas também promoveu avanços significativos nos direitos civis, políticos e sociais. No entanto, a transição para a democracia não foi isenta de limitações e desafios, sendo que a impunidade garantida pela Lei da Anistia permanece como uma sombra sobre a plena justiça e a consolidação de um sistema democrático robusto.

A Constituição de 1988 é amplamente reconhecida como a fundação do Estado democrático contemporâneo no Brasil. Ela proporcionou um quadro jurídico mais inclusivo e abrangente, mas ao mesmo tempo deixou pendentes questões que ainda são debatidas no cenário político e jurídico do país. A Constituição de 1988 não é um ponto final na história democrática brasileira, mas um marco importante no processo de consolidação e amadurecimento da democracia (Abranches, 2001, p. 92).

Tal Constituição não apenas consolidou a redemocratização do Brasil, mas também trouxe avanços significativos que moldaram a sociedade brasileira nas décadas seguintes. Ela representou a vitória das forças democráticas sobre o regime autoritário, estabelecendo um novo patamar de direitos fundamentais, a separação dos poderes e a ampliação da participação popular no processo político. Com a implementação de direitos sociais, políticos e civis, a Constituição de 1988 se tornou um marco no fortalecimento do Estado de Direito no Brasil, sendo, como enfatizou (Barroso, 2008, p. 215), uma verdadeira carta de cidadania que possibilitou o progresso da democracia brasileira. Contudo, os desafios relacionados à implementação plena de seus princípios e à superação de legados do autoritarismo, como a impunidade garantida pela Lei da Anistia, continuam a ser questões de grande relevância.

Apesar dos avanços inegáveis, o processo de transição e a construção de uma democracia sólida demandaram esforços contínuos de reflexão, aprimoramento e adaptação das instituições brasileiras. A transição para a democracia é um processo que está em constante evolução, e a Constituição de 1988, ao ser emendada ao longo dos anos, reflete a dinâmica política e social do Brasil. A Constituição é um instrumento que, embora fundamental, está em constante processo de construção e adaptação aos desafios do Brasil contemporâneo (Fausto, 2013, p. 459).

Ao garantir os direitos fundamentais, o processo de redemocratização atribuiu um marco importante para a democratização e a proteção dos direitos humanos no Brasil. No entanto, ela deixou algumas questões em aberto, especialmente no que se refere aos crimes cometidos durante o Regime Militar (1964-1985). A Lei da Anistia, promulgada em 1979, impediu a responsabilização dos agentes do Estado envolvidos na transparência dos direitos humanos durante esse período, o que gerou debates sobre a necessidade de revisão dessa legislação. Conforme destaca (Cançado Trindade 2015, p. 45), a Lei da Anistia foi um obstáculo persistente para a justiça de transição no Brasil.

Apesar de a Constituição garantir os direitos fundamentais, a questão das reparações e da responsabilização pelos crimes do Regime Militar continua sendo uma questão sensível. O Brasil passou por um longo período de resistência política à investigação e proteção dos responsáveis ?? pelos abusos cometidos durante a ditadura (Cunha, 2012, p. 132). Somente em 2011, com a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), o governo iniciou uma investigação oficial sobre as violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura, embora sem o poder de punir os responsáveis. A CNV teve um papel significativo ao restaurar a memória histórica e promover a verdade, embora os danos não tenham sido formalmente punidos (Almeida, 2016, p. 89).

Portanto, enquanto a Constituição avançou na garantia de direitos, as reparações das vítimas e a responsabilização pelos crimes do regime militar continuam sendo questões complexas e em aberto. O Brasil ainda enfrenta desafios substanciais para alcançar uma melhoria eficaz e a plena responsabilização pelos crimes do passado (Silva 2017 p. 64), o que indica a necessidade de uma abordagem mais profunda, como sugere os debates jurídicos e sociais ainda em andamento.

A continuidade da construção de uma democracia sólida, justa e inclusiva, conforme preconizado pela Carta Magna, exige a participação ativa de todos os segmentos da sociedade, a fim de garantir que os avanços alcançados se solidifiquem e que novos desafios sejam enfrentados com a mesma determinação.

AVANÇOS E DESAFIOS PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO

Desde o processo de redemocratização, iniciado com a eleição de Tancredo Neves e a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil passou por uma série de transformações estruturais significativas que moldaram o cenário político, econômico e social do país. No entanto, ao lado de conquistas inegáveis, como a estabilidade econômica, o fortalecimento das instituições democráticas e a ampliação dos direitos sociais, persistem desafios complexos que colocam à prova a consolidação plena da democracia brasileira.

Um dos maiores avanços pós-redemocratização foi a conquista da estabilidade econômica, que se concretizou com a implementação do Plano Real, em 1994. A estabilização da moeda e o controle da inflação representaram uma mudança fundamental no cenário econômico do país, que enfrentava uma inflação galopante nas décadas anteriores. O Plano Real foi uma resposta estratégica à crise econômica e um divisor de águas para a economia brasileira, proporcionando não apenas o controle da inflação, mas também a reconstrução da confiança dos investidores (Resende, 1997, p. 101). A estabilização econômica, embora tenha sido um marco, não resolveu todos os problemas estruturais, especialmente no que diz respeito à desigualdade social.

O fortalecimento das instituições democráticas também se destacou como um dos pilares da transformação política brasileira. A ampliação da independência do Judiciário e o fortalecimento de instituições de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU), contribuíram para a efetividade do sistema democrático. O fortalecimento das instituições de controle e a independência do Judiciário são fundamentais para assegurar que o Estado de Direito seja mantido e que as políticas públicas sejam implementadas de maneira justa e transparente (Silva, 2006, p. 215). Essas transformações refletiram o desejo de um Brasil mais democrático e transparente, mas também expuseram as limitações do sistema em combater problemas como a corrupção e a impunidade.

Em termos de inclusão social, o Brasil avançou significativamente após a redemocratização, especialmente com a criação de programas voltados à redução da desigualdade. O Bolsa Família, instituído em 2003, foi um dos maiores exemplos dessa mudança. O programa, que atende milhões de brasileiros em situação de vulnerabilidade social, foi reconhecido internacionalmente como uma política eficaz de combate à pobreza. O Programa representou uma verdadeira revolução social ao garantir a transferência direta de recursos para as famílias mais pobres, proporcionando condições mínimas para sua inclusão social (Castro, 2011, p. 132). Outro avanço foi a implementação das cotas universitárias, que contribuíram para a democratização do acesso à educação superior e a

inserção de grupos historicamente marginalizados na sociedade brasileira (Ribeiro, 2012, p. 105). No entanto, a persistente desigualdade social continua a ser um dos maiores obstáculos à plena integração de todas as camadas sociais.

Apesar dos avanços, a polarização política e os altos índices de desigualdade social representam desafios estruturais que ainda precisam ser enfrentados. A polarização política, intensificada nos últimos anos, tem gerado um clima de extremismo, dificultando o diálogo e o consenso necessários para o desenvolvimento de políticas públicas efetivas. A polarização política, alimentada por questões ideológicas, tem prejudicado a qualidade do debate público e comprometido a governabilidade do país (Moisés, 2015, p. 67). Além disso, a persistente desigualdade social, que remonta a décadas de exclusão, ainda é um obstáculo significativo à consolidação de uma democracia plena. A desigualdade social no Brasil é um dos maiores desafios para a democracia, pois ela gera um abismo entre as classes e compromete a igualdade de oportunidades (Fernandes, 2002, p. 78).

Outro desafio relevante é a fragilidade no combate à corrupção, que permanece como uma questão central na política brasileira. Embora as investigações e as operações de combate à corrupção, tenham mostrado avanços importantes, a impunidade e a leniência do sistema judicial em alguns casos continuam a ser problemáticas. A corrupção é um mal crônico que atinge todas as esferas da política e da administração pública no Brasil, e o combate a ela requer uma atuação mais firme e eficaz das instituições (Dallari, 2011, p. 99). A luta contra a corrupção e a busca por mais transparência na administração pública são questões que ainda exigem avanços significativos.

Além dos desafios mencionados, a crise política e a polarização ideológica têm gerado um ambiente de instabilidade institucional, afetando a confiança da população nas instituições democráticas. A pressão sobre o sistema político e a crescente desconfiança nas elites governantes indicam que a consolidação da democracia no Brasil ainda não está completa. O Brasil vive um período de instabilidade política, onde as divisões ideológicas entre as forças políticas geram um ambiente de polarização e dificultam o processo de construção de consenso (Abranches, 2001, p. 43). A construção de um ambiente político mais estável e menos polarizado, com maior envolvimento da população nas decisões políticas, será um dos maiores desafios para o futuro da democracia brasileira.

Os avanços pós-redemocratização, como a estabilidade econômica, o fortalecimento das instituições democráticas e a ampliação dos direitos sociais, foram fundamentais para a consolidação da democracia no Brasil. No entanto, os desafios, como a desigualdade social persistente, a polarização política e a fragilidade no combate à corrupção, continuam a ameaçar o processo de consolidação plena. O Brasil vive em uma democracia em construção, em que a participação ativa da população e o fortalecimento contínuo das instituições são essenciais para garantir a efetividade dos direitos conquistados e a superação dos obstáculos que ainda persistem. A história da redemocratização e

dos avanços sociais mostra que a democracia no Brasil não é um ponto de chegada, mas sim um processo contínuo de adaptação e transformação, que exige esforços constantes para garantir que todos os cidadãos tenham seus direitos plenamente assegurados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A redemocratização brasileira, iniciada com o processo de transição política nos anos finais da ditadura militar e culminada com a eleição indireta de Tancredo Neves em 1985, representou um momento histórico de avanços políticos e sociais. Este período não apenas encerrou duas décadas de regime autoritário, mas também iniciou um processo de transformação do Brasil, com a implementação de reformas e a construção de um novo pacto social. Entretanto, como qualquer transição política, a redemocratização também trouxe consigo desafios contínuos para consolidar a democracia e superar as limitações estruturais e sociais herdadas do período militar. A importância do marco de 15 de março de 1985, data da morte de Tancredo Neves e da efetivação de José Sarney como presidente, reverbera na história política do Brasil e continua a influenciar as dinâmicas sociais e políticas do país até os dias atuais.

Para compreender o impacto da redemocratização e da Constituição de 1988, é necessário observar as transformações que ocorreram nas três últimas décadas. A implementação de um novo modelo institucional, que assegurou a ampliação dos direitos civis e políticos, e o fortalecimento das instituições democráticas, como o Judiciário e os mecanismos de controle, foram marcos significativos nesse processo. A redemocratização no Brasil não se deu de maneira abrupta, mas por meio de um processo gradual, que envolveu a negociação entre diferentes forças políticas e sociais (Martins, 2001, p. 88). Esse processo culminou na promulgação da Constituição de 1988, que garantiu direitos fundamentais, como a liberdade de expressão, o voto direto e a ampliação dos direitos sociais. No entanto, a mesma Constituição deixou em aberto questões cruciais, como a impunidade para crimes cometidos durante a ditadura, um tema que permanece central no debate sobre a verdadeira democratização do Brasil.

Além disso, a consolidação da democracia no Brasil exige a melhoria contínua das instituições e da participação cidadã. A consolidação democrática depende da criação de um ambiente político em que a participação da sociedade civil seja efetiva e que as instituições públicas sejam suficientemente fortes para garantir a aplicação das leis (Dallari, 2011, p. 121). O fortalecimento das instituições de controle, como o Ministério Público e a Polícia Federal, tem um papel crucial na luta contra a corrupção, mas a impunidade em alguns casos e a falta de eficiência em outros mostram que o sistema ainda precisa ser aprimorado. A consolidação da democracia no Brasil está diretamente relacionada à efetividade das políticas públicas e à capacidade do Estado em atender às demandas sociais (Abranches, 2001, p. 52). A persistência de desigualdades sociais e a concentração de poder em determinadas camadas da sociedade ainda representam obstáculos significativos para uma democracia plena.

A importância da participação cidadã também não pode ser subestimada no processo de consolidação democrática. A mobilização popular, que foi fundamental durante o movimento Diretas Já e nas manifestações que antecederam a redemocratização, continua a ser uma força essencial nas disputas políticas atuais. A participação política ativa da sociedade é a garantia de que a democracia não será apenas formal, mas efetivamente vivida no cotidiano dos cidadãos (Moisés, 2015, p. 87). A democracia no Brasil só será plenamente consolidada quando a população tiver seu papel ampliado e reconhecido na definição de políticas públicas e na fiscalização da atuação dos governantes. A ampliação da educação política e a inclusão de todos os segmentos sociais nas decisões políticas são passos fundamentais para garantir a efetividade da democracia.

Por outro lado, a polarização política que marca a atualidade brasileira evidencia o quanto a democracia ainda é um processo incompleto. A divisão ideológica entre diferentes grupos sociais e políticos gera uma disputa acirrada que muitas vezes coloca em risco a estabilidade institucional. A polarização no Brasil tem alimentado a desconfiança nas instituições e nos processos eleitorais, prejudicando o avanço em direção a um modelo democrático mais inclusivo e coeso (Almeida, 2016, p. 109). Superar essa polarização e encontrar formas de diálogo e consenso será um dos maiores desafios do Brasil nos próximos anos. Para isso, é fundamental que as forças políticas, em todos os níveis, se comprometam com os valores democráticos e com a construção de um país mais justo e igualitário.

Outro aspecto que deve ser destacado é a questão da memória histórica e da justiça de transição. A Lei da Anistia, promulgada em 1979, garantiu o perdão a crimes cometidos por agentes do Estado durante a ditadura militar, mas também impediu que houvesse uma reparação plena para as vítimas do regime. A não revisão da Lei da Anistia representa uma das grandes limitações para a verdadeira reconciliação nacional, pois impede que os responsáveis pelos crimes do regime militar sejam efetivamente responsabilizados (Fico, 2001, p. 154). A falta de um processo claro de justiça de transição, com a responsabilização dos crimes cometidos, continua a ser um tema sensível e relevante para a sociedade brasileira.

CONCLUSÃO

A redemocratização do Brasil, iniciada no final da década de 1980, representa um momento histórico crucial para o país, cujos desdobramentos reverberam até os dias atuais. A transição para um regime democrático, simbolizada pela eleição indireta de Tancredo Neves e consolidada com a promulgação da Constituição de 1988, inaugurou um novo ciclo na política nacional. A Carta Magna não apenas assegurou um novo ordenamento jurídico, como também reafirmou a centralidade da democracia, dos direitos civis e sociais e da cidadania plena. Contudo, embora esse processo tenha sido decisivo para a garantia de um novo pacto social, a consolidação da democracia no Brasil permanece um desafio contínuo.

A transição política de 1985, particularmente a morte de Tancredo Neves e a ascensão de José Sarney à presidência, marcou o fim de duas décadas de regime autoritário, mas também revelou as complexas questões que persistem até hoje. A sociedade brasileira, ao se ver confrontada com a necessidade de reconstruir as instituições e estabelecer uma nova ordem política, teve de lidar com as heranças do período ditatorial, como as desigualdades sociais e as dificuldades de diálogo entre os diversos grupos políticos. A luta pela efetivação dos direitos conquistados durante a redemocratização continua a ser uma tarefa inacabada, dado o persistente abismo entre as promessas da Constituição e a realidade enfrentada por grande parte da população brasileira. A persistência da desigualdade social, aliada à polarização política, demonstra que a democracia no Brasil, embora robusta em alguns aspectos, ainda carece de avanços significativos para se consolidar plenamente.

Além disso, a fragilidade de algumas instituições, muitas vezes incapazes de garantir a justiça e a equidade necessárias, ainda representa um grande obstáculo. A questão da impunidade, que ainda permeia casos de crimes cometidos durante a ditadura, é um exemplo claro da falta de uma completa justiça de transição. A ampliação da participação cidadã, como meio de garantir a efetividade das políticas públicas e a responsabilização dos governantes, continua a ser um ponto central na construção de um país verdadeiramente democrático. A democracia no Brasil só será completamente consolidada quando os cidadãos exercerem plenamente seus direitos, quando as instituições públicas forem eficazes e quando as desigualdades sociais forem, de fato, enfrentadas.

Portanto, o legado da redemocratização, representado pelo marco de 15 de março de 1985 e pela Constituição de 1988, deve ser visto não apenas como uma conquista histórica, mas também como um compromisso contínuo de toda a sociedade brasileira. A democracia não é um processo concluído, mas um objetivo constante que exige aprimoramento institucional, superação de desafios estruturais e, principalmente, a construção de uma cultura política democrática, que permita ao país avançar para um futuro de maior justiça social e estabilidade política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio. O Estado e a Democracia no Brasil: O Colapso e a Redemocratização. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. O Brasil e suas Políticas: Democracia e Polarização. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2016.

ALMEIDA, Tânia. Ditadura, memória e justiça: A Comissão Nacional da Verdade e os peças das vítimas. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

BARROSO, Luís Roberto. O Controle de Constitucionalidade no Brasil. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Crise econômica e reforma do Estado no Brasil. São Paulo: Editora 34, 1995.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. A proteção dos direitos humanos no Brasil: História e desafios atuais. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. O Brasil e suas Desigualdades. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

CUNHA, Ricardo Pereira. O legado da Ditadura: a Constituição de 1988 e os direitos humanos no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 2012.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Direitos Humanos e Democracia. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

D'ARAÚJO, Maria Celina. O Brasil na Década de 1980: A Crise Econômica e a Abertura Política. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2013.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2018.

FERNANDES, Florestan. A Função Social da Desigualdade no Brasil. São Paulo: Editora Ática, 2002.

FERREIRA, Jorge. A Constituição de 1988 e os desafios da democracia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

FICO, Carlos. A Ditadura Militar e os Crimes de Estado. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

FIGUEIREDO, Argelina. Democracia e Instituições Políticas no Brasil Contemporâneo. São Paulo: FGV Editora, 2009.

FILHO, Sebastião Velasco e Cruz. A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

LIMA, José Reinaldo de. A Constituição Brasileira de 1988: História e Consolidação. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

MAINWARING, Scott. Sistema Político Brasileiro: um balanço crítico. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MARTINS, José de Souza. A Redemocratização no Brasil: Um Estudo Sobre o Processo Político e Social. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

MOISÉS, José Álvaro. A Política Brasileira Contemporânea. São Paulo: Editora Ática, 2015.

NOBRE, Marcos. O Brasil em Transição: Política e Economia na Década de 1980. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. A Transição Política no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

RESENDE, André Lara. O Plano Real e a Economia Brasileira. São Paulo: Editora Campus, 1997.

RIBEIRO, Renato Janine. Cotas Universitárias: Desafios e Avanços. São Paulo: Editora PUC-SP, 2012.

ROMANO, Roberto. Censura e Liberdade no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. O Processo Político no Brasil. São Paulo: Editora 34, 2015.

SILVA, João. Memória e justiça no Brasil contemporâneo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 30. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. O Brasil e a Transição Democrática. São Paulo: Editora Ateliê, 1998.

SOUZA, Jessé. A tolice da inteligência brasileira. São Paulo: Leya, 2016.

O papel das teorias feministas na descolonização do saber: um embate entre a teoria pura do direito e o poder simbólico

Amannda de Sales Lima

Amannda de Sales Lima é Mestre em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB). A autora possui trajetória acadêmica dedicada à análise dos direitos humanos e à promoção da justiça social, com uma visão sensível e engajada sobre os desafios enfrentados pelas mulheres no âmbito judicial.

Resumo

Os conceitos de modernidade são analisados sob as perspectivas pós-colonial e decolonial, ambas críticas ao eurocentrismo. Os pós-coloniais destacam a imposição de racionalidade pela colonização, enquanto os decoloniais enfatizam a colonialidade como estrutural na modernidade. O feminismo contribui ao desafiar paradigmas androcêntricos e ao incorporar a categoria de gênero nas críticas ao colonialismo. A interseção entre feminismo e decolonialismo evidencia o papel do gênero na colonialidade do poder. No Direito, a Teoria Pura de Kelsen busca neutralidade, mas ignora influências sociais. Bourdieu demonstra como o poder simbólico molda saberes, tornando a neutralidade jurídica uma falácia.

Palavras-Chave: Colonialidade, Feminismo, Poder Simbólico

Abstract

The concepts of modernity are analyzed from postcolonial and decolonial perspectives, both critical of Eurocentrism. Postcolonial theorists highlight the imposition of rationality through colonization, while decolonial scholars emphasize coloniality as an inherent structure of modernity. Feminism contributes by challenging androcentric paradigms and incorporating gender as a key element in critiques of colonialism. The intersection of feminism and decolonialism reveals the role of gender in the coloniality of power. In law, Kelsen's Pure Theory seeks neutrality but ignores social influences. Bourdieu demonstrates how symbolic power shapes knowledge, making legal neutrality a fallacy.

Keywords: Coloniality, Feminism, Symbolic Power

1. INTRODUÇÃO

Tecnologia, informação, trânsito de conhecimentos, fluxo de pessoas, todos esses elementos estão presentes no cotidiano dos indivíduos que constituem as ditas “sociedades modernas”. Aqui, inicialmente, deixamos espaço para que se pense o “moderno” a partir dos teóricos pós-coloniais, que localizam o surgimento da modernidade no espaço-tempo do século XVIII, momento em que a Inglaterra e a França passam a exercer o papel de forças imperiais (BLANCO, 2009), ou admitindo o marco dos teóricos decoloniais latino-americanos, que é a “descoberta” da América, instante em que a Europa se confronta com o seu “Outro”, violentando-o e submetendo-o (DUSSEL, 1994).

Essa dualidade de caminhos, por ora, é possível, pois a despeito das diferenças marcantes entre as teses desenvolvidas pelos pós-colonialistas e decolonialistas, ambas compartilham críticas ao

eurocentrismo, notadamente, em relação às suas categorias tradicionais de construção do saber. Isso porque, diante das profundas alterações provocadas pela globalização, tais categorias não se mostram suficientes para abarcar as modificações espaciais, identitárias, culturais, econômicas e políticas do mundo atual.

Segundo Castro-Goméz (2005), pensadores pós-colonialistas cumpriram a relevante função de demonstrar a inaptidão da teoria marxista na atividade de compreender a dinâmica internacional do capitalismo e a importância dos aspectos superestruturais atinentes a esse fenômeno, em especial da questão racial. Partindo dessa premissa, o autor afirma que Marx, ao se perfilhar a uma visão teleológica e eurocêntrica, não foi capaz de perceber o colonialismo como elemento constitutivo e essencial da modernidade.

É diante desse cenário que a surge a contribuição dos pensadores pós-coloniais, atribuindo à colonização uma dimensão epistemológica e ideológica (BLANCO, 2009). A colonização para esses autores passa a ser vista não somente como uma face da exploração econômica, mas como uma experiência complexa, caracterizada pela imposição de uma racionalidade (branca) sobre as demais.

Os decolonialistas, por sua vez, na busca de romper com os paradigmas do saber eurocêntrico, acentuam mais ainda suas críticas, que não se encerram no capitalismo, ao contrário, avançam de maneira profunda e radical em relação à própria modernidade. Com isso, passam a compreender a colonialidade como elemento intrínseco e constitutivo do mundo moderno, trazendo à tona o papel desempenhado pela cultura e pela epistemologia na concretização do projeto colonial e de exploração econômica das colônias (DUSSEL, 1994).

A partir da breve explanação sobre os teóricos pós-coloniais e decoloniais já é possível compreender que esses autores trabalham em prol da construção de teses que não se prestam à simples manutenção dos paradigmas e conceitos seculares europeus.

Ainda que possuam diferenças marcantes entre si, esses pensadores se aproximam ao promoverem uma nova forma de pensar a modernidade, levando em consideração o olhar do outro e não o olhar sobre o outro. Isso os separam dos teóricos eurocentristas, para os quais o “centro” seria o detentor do conhecimento, da evolução e da modernidade, enquanto a “periferia” não se prestaria sequer a constituir papel secundário no avanço social. Desconsiderada como algo elementar para qualquer tipo pensar moderno, a periferia serviria como o lugar preenchido por subalternos sem voz.

No rol de paradigmas interpretativos voltados à desconstrução de teses tradicionais também devem ser incluídas as teorias feministas. Na medida em que desenvolvem conceitos e maneiras de pensar resistentes aos tradicionais padrões androcêntricos, essas teses promovem a subversão da lógica

patriarcal. Com isso, formulam críticas centrais aos conhecimentos que se prestam a um sistema de dominação legitimador de práticas opressivas contra as mulheres.

Um exemplo entre as diversas categorias problematizadas e desenvolvidas por teóricas feministas é a categoria de gênero. Autoras como Mohanty (1984), Spivak (2010) e Suleri (1992), ao promoverem estudos sobre a subalternidade feminina, trouxeram para o debate a dinâmica de gênero, evidenciando questões pouco observadas pelas teorias tradicionais, principalmente, as que compreendem o gênero como uma simples relação entre sexos (biológicos).

Como apontado anteriormente, a articulação da ideia de raça como elemento *sine qua non* do colonialismo e das manifestações neocoloniais, pouco consideradas por Marx, é, na verdade, necessária à constituição do conceito de colonialidade do poder. Essa mesma imprescindibilidade se observa no que tange à categoria de gênero vastamente trabalhada pelas teóricas feministas. Quando trazemos tal categoria para o centro do projeto colonial, é possível criar uma linha explicativa de sua utilização como instrumento fundamental, por meio do qual o capitalismo colonial fundou suas assimetrias de poder no mundo contemporâneo.

As críticas pós-coloniais e decoloniais rejeitam o monopólio da verdade e da certeza da ciência, identificada a partir de um saber situado historicamente e geograficamente no mundo ocidental e atrelado à cultura desse mundo. As teorias feministas, por seu turno, por meio da categoria de gênero, trazem reflexões críticas sobre a naturalização da diferença sexual como produto necessário da ciência moderna. Diante desse contexto, e na busca de reunir esses dois saberes, surge a questão central a ser trabalhada no presente artigo: Qual é o papel das teorias feministas na descolonização do saber?

Da questão acima formulada é possível que se arrisque uma primeira hipótese de que as pensadoras feministas, por si sós, na medida em que desenvolvem um conhecimento resistente às teorias de cunho patriarcais, já produzem saberes que rompem paradigmas, os quais encontram suas bases em teóricos machistas europeus, ocidentais e alheios ao papel da mulher na construção das sociedades modernas.

Destaca-se que, por um lado, os movimentos feministas denunciam o caráter androcêntrico de conhecimentos que naturalizam e justificam os processos de segregação das mulheres, e, por outro, abrem espaço para um campo propício à formulação de novas formas de saberes, trazendo para o debate categorias antes negligenciadas.

A segunda hipótese vislumbrada é a de que introduzindo-se o estudo sobre colonialidade de gênero e utilizando-se dele como forma de resistência à colonialidade do poder (tradicional), é possível que se promova um estreitamento entre o feminismo e o pós/decolonialismo, gerando o que Walsh

(2007, p. 231) chama de “pensamento próprio latino-americano.”

Desse modo, trabalhar o gênero como elemento estruturante da colonialidade do poder e não como ponto tangencial, nos permite a historicizar o patriarcado. Com isso, é possível ressaltar as formas pelas quais o capitalismo, a classificação racial e a heteronormatividade estão relacionadas. Como resultado, então, é aberto novo caminho para um projeto de descolonização do saber.

2. TEORIA PURA DO DIREITO VS. PODER SIMBÓLICO: EVIDENCIANDO A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Antes de se iniciar, de fato, o estudo sobre as teorias feministas e sua relação com o pós/decolonialismo, é necessário que se exemplifique como teses tradicionais eurocêntricas, que permeiam as diversas áreas de estudos, e, especificamente, o Direito, muitas vezes deixam de considerar diversos elementos, sejam eles, sociais, culturais, raciais, na busca de apresentar um conhecimento (falsamente) neutro e ausente de qualquer influência ideologizante.

Hans Kelsen, jurista e filósofo austríaco, descrito como pensador paradigmático, foi responsável pela formulação de teoria inovadora, ao tentar separar da análise do Direito Positivo todos os fenômenos que lhe eram estranhos.

Na obra “Teoria Pura do Direito”, cunhada de positivista, Kelsen se propõe a desenvolver uma narrativa em que a finalidade central é descrever as normas, partindo do pressuposto de que elas já existem no mundo jurídico e que são apenas apreendidas pelos cientistas do Direito. Nesse sentido, o autor busca subtrair do operador do Direito a função de avaliar a legitimidade e validade das normas que, segundo ele, estaria afeta e reservada à Filosofia.

Essa distinção entre os campos de estudos da ciência do Direito e da Filosofia Jurídica guarda relação direta com a concepção de ciências naturais utilizada pelo pensamento kelseniano, qual seja, as ciências têm como marca fundamental o trabalho por meio de dados empíricos, enquanto a filosofia está afeta a atividades de questionamento e construções com base em especulações.

Ao transportar para a análise do Direito o método utilizado pelas ciências naturais, Kelsen acredita que conseguirá atribuir ao fenômeno jurídico a objetividade necessária para seu estudo e aplicação. Portanto, seria com base na metodologia empírica desenvolvida pelas ciências exatas, que se alcançaria um estudo mais respeitável e técnico da ciência do homem.

No prefácio da primeira edição de sua obra, o jurista bem descreve o intento de sua teoria:

Há mais de duas décadas que empreendi desenvolver uma teoria jurídica pura, isto é, purificada de toda a ideologia política e de todos os elementos de ciência natural,

uma teoria jurídica consciente da sua especificidade porque consciente da legalidade específica do seu objeto. Logo desde o começo foi meu intento elevar a Jurisprudência, que – aberta ou veladamente – se esgotava quase por completo em raciocínios de política jurídica, à altura de uma genuína ciência, de uma ciência do espírito. Importava explicar, não as suas tendências endereçadas à formação do Direito, mas as suas tendências exclusivamente dirigidas ao conhecimento do Direito, e aproximar tanto quanto possível os seus resultados do ideal de toda a ciência: objetividade e exatidão (1998, p.7).

Partindo da metodologia científica, é possível afirmar que a negativa kelseniana de incluir valores diversos às normas jurídicas é, justamente, uma consequência necessária da apropriação do empirismo das ciências naturais. Assim sendo, o objetivo do autor é o de compreender o Direito como fenômeno puro, distante das esferas políticas, sociais, culturais e psicológicas.

O objeto de estudo da ciência jurídica é, então, a norma, assumida como um enunciado de dever-ser, pois imprescindível a verificação de determinada situação para que a consequência a ela relacionada seja verificada. Nesse ponto, observa-se uma diferença entre a construção do estudo do Direito e das ciências naturais, isso porque, naquele há uma relação de imputação, enquanto que neste, nota-se uma relação de causalidade.

Outra característica da teoria kelseniana é o sistema hierárquico, em que a norma inferior retira o fundamento de validade da norma superior até que se chegue à Constituição. A primeira vista, esse sistema de escalonamento teria uma falha grave, pois qual seria o enunciado que conferiria validade às normas constitucionais? Para solucionar esse impasse, Kelsen cria um pressuposto lógico-transcendental, que assume o caráter de norma hipotética fundamental, a qual confere validade a todo o ordenamento jurídico e caráter vinculante à Constituição.

Seguindo o raciocínio, Kelsen entende que as normas não podem ser aplicadas, como dito anteriormente, segundo o princípio da causalidade. Sua aplicação é feita a partir de uma moldura de possibilidades, sendo que para cada caso concreto não se vislumbra apenas uma resposta correta, em razão da tessitura aberta do Direito. Nesse sentido, diante das variações interpretativas da norma, é atribuída ao aplicador do Direito a discricionariedade, na medida em que, diante de um leque de possibilidades, este pode interpretar a melhor resposta para o caso em debate.

Partindo dessa delinação geral sobre a Teoria Pura do Direito, destaca-se, em síntese, que Kelsen almejou construir uma tese em que o Direito, tal como nas ciências naturais, pudesse ser analisado de forma objetiva, sem as interferências de interfaces diversas. Desse modo, ao Direito seria atribuída a função de descrever as normas jurídicas.

Todavia, é possível notar algumas inconsistências teóricas que, de certo modo, afastam o empirismo e a neutralidade tão louvadas pelo autor em sua tese positivista. A primeira, é a criação de uma norma hipotética fundamental para que se explique o fundamento de validade da Constituição, que leva a um conhecimento *a priori* do qual não é possível fazer experimentação empírica. A segunda, é o estudo da realidade pautado em uma tese virtual pressuposta, pois a escolha desse ponto de partida é, na verdade, uma escolha metodológica que se volta para o sujeito detentor do poder e do conhecimento. Com isso, assenta-se a falácia da neutralidade científica, que ao definir um recorte neutro, já escolheu um lado do saber.

Diante desses apontamentos, é possível concluir que em decorrência das complexidades das relações jurídicas não se sustentam teorias da neutralidade ou da pureza do Direito, as quais afastam completamente as influências externas nas decisões, isso porque, como dito anteriormente, o Direito possui tessitura aberta e os seus aplicadores utilizam a discricionariedade, a partir de uma interpretação que leva em consideração vivências pessoais e individuais. Assim sendo, no estudo do Direito, em geral, e nas decisões jurídico-políticas, em específico, é necessário que se conheça, além do texto, o contexto em que estão inseridos.

Pierre Bourdieu bem explica como as construções de campos de saberes são diretamente influenciadas pelo contexto e como isso é determinante para que se enxergue a existência de poder em todas as relações sociais.

Em seu livro “Poder Simbólico”, o autor inicia dizendo que a imigração das ideias é um processo complexo, pois retira conceitos de seu *locus* original sem levar em conta o contexto, implicando em riscos graves de simplificação (1989, p.7). Para o autor, isso é um problema fundamental, porque existe um poder por trás de toda teoria e conceito que, justamente, por ser negligenciado domina de forma sutil. Nesse sentido, Bourdieu alerta:

é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (1989, p. 7-8).

Esse poder se manifesta por intermédio dos sistemas simbólicos (arte, religião, língua). Tais sistemas exercem poder estruturante dentro da sociedade e o fazem em razão de uma característica específica: “só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados”. Com isso, o poder simbólico se revela como um poder de construção da própria realidade, tendente a estabelecer sentido no mundo, em geral, e no mundo social, em específico (1989, p.9).

Segundo Bourdieu, os símbolos possuem funções bem definidas nas esferas sociais. Funcionam como elementos de integração, promovendo a possibilidade de consensos e auxiliando a reprodução de uma ordem social. É partindo dessas funções que se percebem as produções simbólicas como instrumentos de dominação, já que a cultura serve para a manutenção/integração da classe dominante e, conseqüentemente, para a legitimação das diferenças em relação às classes dominadas:

[...] a cultura que une (intermediário de comunicação), é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante (1989, p.11).

Aproximando a teoria de Bourdieu do contexto das lutas feministas, nota-se a perfeita correlação entre a violência simbólica e a violência de gênero. As sociedades machistas e androcêntricas são colocadas na posição de cultura dominante, ao passo que as mulheres ocupam o posto de parcela dominada. Nesse sentido, a violência de gênero é estruturante, justamente, porque é estruturada, pois os diversos meios de comunicação (músicas, filmes, reportagens, propagandas) reforçam o estigma da submissão e servem como justificadores de comportamentos violadores dos direitos das mulheres.

O machismo cumpre, então, a função política de instrumento de legitimação da dominação, contribuindo para a “dominação das dominadas”, promovendo, não só de forma explícita, mas também de forma velada, a violência simbólica contra mulheres, simplesmente, pela condição de sexo feminino. Tudo isso com o objetivo claro de manter a conformação dos interesses masculinos sem questionamentos.

Destaca-se que uma das características do poder simbólico é o de ser exercido e o de produzir efeitos enquanto não percebido como poder arbitrário. Por isso, o poder simbólico não reside nos sistemas simbólicos, mas se define nas relações determinadas e entre os que dominam e os que são dominados. Desse modo, é possível dizer que o poder simbólico é dissimulado e usa de eufemismos para se estabelecer.

O Direito é utilizado por Bourdieu para exemplificar um tipo de sistema conformador e reprodutor do poder simbólico. Em crítica direta à teoria pura kelseniana, o autor informa que esse tipo de tese não passa de um esforço do corpo dos juristas para construir um corpo de doutrinas e regras independentes das pressões sociais, tendo no Direito o seu próprio fundamento (1989, p. 209). Todavia, Bourdieu não se perfilha a esse entendimento, deixando claro que existem diversas influências e pressões sociais que circundam o saber e as práticas judiciais.

A divisão do trabalho, o papel de cada ator no processo, as decisões, sentenças e recursos, para além de uma retórica de autonomia e neutralidade, demonstram a própria expressão do funcionamento do campo jurídico. É exatamente essa estrutura formal e de tendência universalizante que estrutura o Direito e sutilha sua violência simbólica.

Nesse ponto, é possível afirmar que o Direito, com toda sua predominância de doutrinadores e juristas masculinos, produz e reproduz inegavelmente violência simbólica e de gênero contra as mulheres, que muitas vezes não se veem sequer representadas nos ambientes institucionais, tendo em vista que a parcela majoritária das autoridades é de homens.

Um dos casos clássicos de violência de gênero promovidas pela estrutura jurídica são os ocorridos nas audiências de violência doméstica e familiar. Nessas hipóteses, não raras vezes, as mulheres, que se apresentam na condição de vítimas, são culpabilizadas pelas agressões e hostilizadas pelos próprios magistrados.

Esse pequeno panorama desenvolvido entre a teoria kelseniana e o poder simbólico de Bourdieu foi feito para que se perceba a inviabilidade de se analisar o Direito e as teorias dele decorrentes, sem que se leve em consideração os elementos sociais que diretamente interferem na produção do saber. Com isso, abre-se espaço para que se questionem as diversas violências promovidas pelas estruturas tradicionais, objetivando o rompimento de paradigmas e a construção de conhecimento que leve em consideração as críticas ao tradicionalismo.

3. FEMINISMO DECOLONIAL: RELEVÂNCIA DA PRODUÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS

As teorias tradicionais de conhecimento, destacamos as teses eurocêntricas, prestam-se ao fortalecimento de um processo de dominação, no qual o colonizador assenta sua posição de domínio em relação ao outro, e, ao mesmo tempo, constitui esse sujeito como um ser subalterno. Nessas teses há uma clara dualidade marcada pelo “centro-periferia”, em que a posição de subalternidade dos sujeitos lhes retira do lugar das narrativas oficiais.

As teorias pós/decoloniais surgem exercendo relevante influência na reformulação desse cenário, deslocando o olhar para o outro e construindo um cenário a partir do outro. Com isso, esses autores colocam em evidência a periferia – com seus recortes de raça, cultura e classe – como produtora de conhecimento e como um espaço determinante para a existência da modernidade.

A questão da subalternidade é bem desenvolvida por autoras feministas, entre elas, Spivak (2010) segundo a qual as mulheres sofrem dupla colonização: a primeira pelo fato de serem mulheres, a segunda pelo fato de terem nascido em colônias. Isso nos leva à reflexão de que o machismo e o

patriarcalismo afetam todas as mulheres, ao passo que o colonialismo afeta as mulheres do “Terceiro mundo”.

Essas diferenças trazidas pelo feminismo pós-colonial e ignoradas pelo feminismo ocidental (MOHANTY, 1984), apesar de essenciais, ainda são bastante secundárias na construção de discursos acadêmicos, assim como o próprio pós-colonialismo e o decolonialismo.

Em coletânea sobre a temática pós-colonial (MORAÑA, DUSSEL, JÁUREGUI, 2008), alguns pensadores destacam que a teoria pós-colonial é na realidade um conjunto de conceitos criados a partir de estudos realizados nas Universidades do Norte e, posteriormente, transportadas para a América Latina. Esse trânsito de conhecimento teria sido proporcionado, em sua grande maioria, por homens brancos acadêmicos, que não se preocuparam em realizar uma tradução cultural das teses e aproximá-las das realidades latinas.

Cappelle et al. (2006), em análise de gênero na Administração, observaram a ausência de estudos com abordagens pós-colonial e de terceiro mundo, indicando que eles aparecem apenas de forma híbrida e relacionadas com demais abordagens. De acordo com os autores, existem ainda o predomínio de estudos voltados ao dualismo de sexo, sendo colocados em segundo plano trabalhos que relacionem o gênero às questões culturais, econômicas e raciais^[1].

Os pontos acima abordados indicam a relevância de se estudar o papel do feminismo na construção de um saber pós/decolonial. Primeiro, para que se comece a naturalizar esse tipo de estudo e, segundo, para que esses estudos comecem a ganhar força dentro dos ambientes acadêmicos.

Além disso, a pesquisa se justifica, pois são necessárias mais narrativas que promovam o diálogo entre o feminismo e os estudos coloniais, trazendo para o centro do debate a questão da raça, do gênero, da classe e da cultura. Isso é relevante para que se compreenda como o feminismo está sendo construído e mais, a quem e a que ele se presta.

Sobre esse ponto disserta Alberto Moreiras:

[...] na medida em que essa contrapolítica firma-se em localidades diferenciais de enunciação em sua diferença com respeito ao tranquilo espaço enunciativo metropolitano, hegemônico, o latino-americanismo pós-colonial imagina-se como uma prática epistêmica antiglobal engrenada em direção à articulação e/ou produção de diferença através da expressão de uma distância sempre irreduzível, embora móvel, do global” (2001, p. 43).

León Olivé ao afirmar que o “mundo é um pluriverso político cultural e cognitivo”(2009, p.13), demonstra de forma que clara a profundidade da crítica pós-colonial. Tal crítica explicita a

exigência de um “pluralismo epistemológico” como uma contraposição aos anseios ocidentais de manutenção de uma ciência universal.

Diante desse contexto, uma das viradas pós-coloniais foi a de compreender que a periferia do mundo não está subtraída à luta revolucionária. Na verdade, só é possível que se fale em modernidade a partir de uma ótica que leve em consideração as questões de raça, classe, cultura e economia. Edward Said foi um dos teóricos que começou a questionar teorias tradicionais, entre elas, a marxista e demonstrou a centralidade de questões superestruturais não abordadas.

Nas palavras de Castro-Gomez:

Lo que os teóricos de las ex-colonias europeas em Asia y en Medio Oriente como Said, Bhabha, Spivak, Prakash, Chatterjee, Guha y Chakrabarty empezaron a mostrar es que el colonialismo no es solamente un fenómeno económico y político sino que posee una dimensión epistémica vinculada con el nacimiento de las ciencias humanas, tanto en el centro como en la periferia (2005, p.19)

Na obra *Orientalismo*, Edward Said (2007), utilizando-se de teorias foucaultianas e aproximando-se de Bourdieu, demonstra que ao se colocar na posição de quem é detentor do saber, o Ocidente passa a constituir o conceito de Oriente, definindo-o como o “Outro”. Com isso, legitima a sua dominação, já que estabelece dois patamares distintos: o de “sujeito conhecedor” e o de “objeto a ser conhecido”.

Os fundamentos foucaultianos e de Bourdieu podem ser percebidos na medida em que há relação entre conhecimento e poder. Para esses pensadores, as estruturas políticas devem ser estudadas levando em consideração as relações entre saber e poder, pois, por trás de todo conhecimento o que está em jogo é a luta pelo poder.

Segundo Said, o conhecimento colonial é aquele que se funda em um dualismo em que ter conhecimento é justamente ter a possibilidade de exercer a autoridade. Nesse sentido, o conhecedor (europeu) define conceitos e teses, descrevendo seu objeto (outro):

Knowledge means rising above immediacy, beyond self, into the foreign and distant. The object of such knowledge is inherently vulnerable to scrutiny, this object is a ‘fact’ which, if it develops, changes, or otherwise transforms itself in the way that civilizations frequently do, nevertheless is fundamentally, even ontologically stable. To have such knowledge of such a thing is to dominate it, to have authority over it. And authority here means for ‘us’ to deny autonomy to ‘it’ – the Oriental country – since we know it and it exists, in a sense, as we know it (2007, p.32).

Ponto relevante a ser observado na passagem acima transcrita é o do essencialismo. Ainda que o “outro” se transforme ou mude de lugar, permanecerá com a mesma essência que o rebaixa e o mantém na posição de subalterno. Isso se dá, exatamente, pelo citado dualismo atinente às teorias tradicionais eurocêtricas.

Todavia, é importante perceber que essas construções de teses e de discursos não são baseadas em estudos empíricos. São, na verdade, formulações voltadas ao domínio do outro oriental periférico. Por isso, essas teses abrem margem ao debate desconstrucionista, que rebate o essencialismo e compreende as narrativas a partir do roteiro extraoficial.

Além dos conhecimentos pós/decoloniais, cita-se também os estudos feministas que figuram tanto como significantes de resistência, quanto produtores de conhecimento contra majoritário. Justamente nesses pontos se aproximam dos críticos das teses eurocentristas.

Conceituando a colonialidade do poder, Quijano traz para o centro do debate a questão racial, antes negligenciada pelos autores tradicionais. Segundo ele:

é um conceito que dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da ideia de “raça”. Essa ideia e a classificação social baseada nela (ou “racista”) foram originadas há 500 anos junto com América, Europa e o capitalismo. São a mais profunda e perdurável expressão da dominação colonial e foram impostas sobre toda a população do planeta no curso da expansão do colonialismo europeu. Desde então, no atual padrão mundial de poder, impregnam todas e cada uma das áreas de existência social e constituem a mais profunda e eficaz forma de dominação social, material e intersubjetiva, e são, por isso mesmo, a base intersubjetiva mais universal de dominação política dentro do atual padrão de poder (2002, p. 4).

Para o autor, a colonialidade do poder se sobrepôs à colonialidade de gênero, já a partir do século XVI, haja vista que a classificação racial se tornou um método muito mais efetivo de segregação[2]. O eixo que instituiu a raça como elemento classificador teve origem colonial, no entanto, seus efeitos são duradouros e presentes na modernidade.

Em relação ao conceito de colonialidade de gênero, Maria Lugones (2007) faz crítica à percepção formulada pelo autor Quijano. No texto, “Heterossexualismo e o Sistema Colonial/Moderno de Gênero”, a autora afirma que, a despeito de tratar da colonialidade, Quijano fundamenta suas conclusões em conceitos eurocêtricos e heteronormativos quanto à questão do gênero. Para ele, o sexo seria apenas biológico.

Na utilização do modelo que define sexo como essencialmente biológico, as mulheres não podem ser de fato percebidas. As categorias de raça e gênero não dialogam, afastando a diversidade que existe dentro do conceito de mulher (desconsiderando a negra e a indígena, por exemplo). Nesse sentido se fundamenta a crítica feita por Lugones, já que o gênero, na ótica de Quijano, não é instrumento pela qual se manifesta a colonialidade, sua visão pragmática e eurocêntrica: gênero é apenas uma maneira de exploração dos recursos materiais e do sexo pela diferença.

Lugones propõe, então, uma intersecção das categorias de gênero e raça, a promover visibilidade das diversas formas do ser mulher. Assim, trazendo para o centro o entrelaçamento entre as categorias de gênero, raça e sexualidade é possível que se apresente o feminismo como uma forma de descolonização do saber:

A interseccionalidade revela o que não é visível quando categorias como gênero e raça são conceitualizadas separadamente. O movimento para intersectar essas categorias foi motivado pelas dificuldades de tornar visível aquelas/es dominadas/os e vitimizadas/os nos termos de ambas categorias. Embora cada um/a na modernidade capitalista eurocêntrica seja racializado/a e gendrado/a, nem todos são dominados/as ou vitmizados/as com base em seu gênero ou raça. [...] É somente quando percebemos o entrelaçamento ou fusão do gênero e da raça que vemos efetivamente a mulher de cor (2007, p. 192-193).

Gayatri Spivak é uma das autoras que bem inter-relaciona o feminismo, o gênero, a raça, além de tratar em seus trabalhos da questão do subalterno/a, que é o indivíduo não visto e que não tem local de fala, justamente, pela sua posição em um espaço periférico que retira seu poder de construção de qualquer tipo de saber.

Em sua obra “Pode o subalterno falar?” (2010), Spivak traz novidades aos estudos pós-coloniais e faz críticas ao Grupo de Estudo Subalternos. O título do texto é também a pergunta central que a autora busca responder, a partir de críticas ao essencialismo do sujeito subalterno e da premissa de que esse sujeito não ocupa uma categoria definida, na medida em que é um ser heterogêneo.

Essa recusa ao essencialismo é uma explícita aversão da autora em enxergar os seres como ontologicamente estáveis. Com isso, Spivak, compartilhando a mesma postura de Said, propõe uma posição de combate à violência epistêmica que constrói o sujeito colonial como o “outro” e, nesse sentido, lhe retira o poder de fala, submetendo-o, diante daquele que é o sabedor – o “nós europeu” (Spivak, 2010).

Como dito anteriormente, a autora se interessa em estudar o subalterno, conceituado como aquele indivíduo marginalizado e vulnerável aos diversos tipos de exclusão. Nesse sentido, é possível trazer uma das conclusões formuladas pela autora: a mulher subalterna é aquela que se encontra na

mais profunda posição periférica. Por isso, “relatar, ou melhor ainda, participar do trabalho antissexista entre as mulheres de cor ou as mulheres sob a opressão de classe no Primeiro ou no Terceiro Mundo está inegavelmente na ordem do dia” (Spivak, 2010, p. 85-86).

A resposta final dada por Spivak à questão “pode o subalterno falar?” é tão interessante e paradigmática quanto a própria pergunta. A solução apresentada é que o/a subalterno/a não pode falar, porque sempre existe o outro (intelectuais, elites detentoras do poder local) que fala por ele/a. Por isso, a proposta fornecida para autora é a de criar espaços para que o sujeito fale por si mesmo, sem o intermédio de interlocutores que destoem seu discurso.

Chandra Talpade Mohanty, no texto “Bajo los ojos Occidente: academia feminista y discursos coloniales” (1984), assim como Spivak, propõe um recorte não universalizante do ser mulher e desenvolve um estudo sobre os feminismos de “Terceiro Mundo”. Segundo Vazquez Laba:

la propuesta de Mohanty es doble: un proyecto inicial es orientado a la “deconstrucción” y el “desmantelamiento” revisando y analizando en específico la producción de los textos recientemente elaborados del “feminismo occidental” que tratan sobre la situación de la “mujer del Tercer Mundo” entendiéndola como un sujeto monolítico singular; como segundo paso, un proyecto de creación tanto en el discurso académico como en la práctica política del feminismo del Tercer Mundo (2008, p. 1).

A colonização foi responsável por produzir um feminismo branco ocidental que deixou de lado as lutas e resistências de mulheres que não se encaixavam no perfil tradicional eurocentrado – mulher branca, heterossexual e nascida no “Primeiro Mundo”. Diante desse cenário, a proposta de Mohanty é dupla, primeiramente, objetiva desconstruir a visão criada em torno da mulher do “Terceiro Mundo”. Em segundo lugar, quer promover a criação de um feminismo de Terceiro Mundo, com espaço no meio acadêmico.

Em sua pesquisa Mohanty (1984) realizou uma análise de publicações acadêmicas sobre mulheres do “Terceiro Mundo”, essas publicações haviam sido produzidas por estudiosos europeus que utilizaram-se de suas próprias culturas como parâmetro para constituir aquelas mulheres como o “Outro”. A conclusão foi a de que esse tipo de estudo na realidade retirava das mulheres qualquer forma de protagonismo, haja vista que elas precisariam de um interlocutor que transmitisse suas vozes.

A partir desse alerta, outras estudiosas feministas pós-coloniais começaram a questionar essa colocação da mulher no lugar do subalterno (SULERI, 1992) e na posição de silêncio, pois impedida de falar (SPIVAK, 2010).

Os argumentos antiessencialista e antiuniversalizante trabalhados principalmente por Spivak e Mohanty foram de vasta importância para o desenvolvimento do feminismo negro. Um dos grandes nomes desse feminismo é o da autora bell hooks, a qual afirma que o feminismo, nos Estados Unidos, surgiu a partir da universalização das necessidades de uma categoria de mulher (branca, universitária, classe média/alta).

É nesse sentido, que hooks em seu livro “Feminist Theory: from margin to center” (1984) se contrapõe a Betty Friedan, precursora do “feminismo contemporâneo”, demonstrando que seu trabalho constitui um feminismo conservador, o qual se apropria da ideia de opressão para destacar interesses de uma parte específica de mulheres, com a finalidade de fazer parecer que esses anseios são universais.

O objetivo de bell hooks, assim como das demais feministas citadas, é o de destacar a intersecção entre classe, gênero e raça, tendo como pressuposto o fato de que a opressão existe e se manifesta em diversas facetas, atingindo a mulher, não como gênero universal, mas as mulheres, como espécies diferentes.

Ante as reflexões apresentadas, nota-se que a construção de um saber que parte da periferia e nela encontra seus fundamentos é uma das marcas dos estudos pós/de-coloniais. Por sua vez, a formulação de teses resistentes a categorias universais, aproxima esses estudos das teorias feministas, que, por sua vez, ao romperem com paradigmas tradicionais se prestam a descolonização do saber.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção ocidental de teses jurídicas tem formulado ao longo dos anos conhecimento com base em supostos valores gerais e universalizantes. Teses como a Teoria Pura do Direito representam bem a tentativa de se afastar as interferências externas do estudo da ciência jurídica, a fim de se afirmar um saber que a todos alcança de modo direto e sem distinções.

Todavia, a modernidade com sua liquidez e complexidade não mais autoriza explicações sobre o mundo que sejam tão teleológicas. Os estudiosos pós/decolonias surgem, então, como uma fonte renovadora de conhecimento, buscando, a partir de objetos considerados secundários, apresentar uma versão original da história e de seus agentes.

Vislumbrando a colonialidade como elemento constitutivo da modernidade, esses autores trazem à tona a função da exploração das colônias para além da visão economicista. Apresentam o racismo como estrutura fundamental para a organização dos Estados e para a segregação das populações divergentes.

Acompanha essa quebra da colonialidade do saber, as autoras feministas, que colocam no centro do debate a figura da mulher e exploram a categoria de gênero no combate às sociedades machistas e androcêntricas. Relacionando raça, cultura, economia e classe, essas pensadoras demonstram como teorias eurocêntricas tradicionais colocam o ser feminino em uma categoria de subalternidade, questionando a validade desse conhecimento. Com isso rompem modelos, assumindo papel relevante na descolonização do saber.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BHABHA, Homi. The Voice of the Dom: Retrieving the Experience of the Once-Colonized. Times Literary Supplement n. 4923. 1997.

BLANCO, Juan. Cartografia del Pensamiento Latino Americano Contemporáneo: una introducción. Guatemala: Universidad Rafael Landívar, 2009.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand. 1989. 311p. Capítulos I e VIII.

CAPPELLE, M. et al. A produção científica sobre gênero na Administração: uma meta-análise. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, Salvador, 30., 2006, Salvador. Anais... Salvador, BA, 2006.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. La Poscolonialidad explicada a los niños. Bogotá: Universidad Javeriana, 2005.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciencias Sociales, violencia epistémica y el problema de la “invención del otro”. In: LANDER, Edgardo. (Org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

COSTA, Cláudia de L. Feminismo, tradução cultural e a descolonização do saber. Fragmentos, n. 39. Florianópolis, 2010, p. 45-59.

DUSSEL, Enrique. 1492 El Encubrimiento del Otro: hacia el origen del “mito de la Modernidad”. La Paz: Plural Editores, 1994.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1991.

FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: NAU, 1999.

hooks, bell (1984). *Feminist theory: from margin to center*. Boston e Brooklyn: South End Press.

- LUGONES, Maria. Heterosexualisms and the Colonial/Modern Gender System. *Hypatia* (2007).
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MOHANTY, Chandra. Under western eyes: feminist scholarship and colonial discourse. *Boundary*, v. 12, n. 3, 1984.
- MORAÑA, Mabel; DUSSEL, Enrique; JÁUREGUI, Carlos A.. *Coloniality at Large: Latin America and Postcolonial Debate*. Durham: Duke University Press, 2008.
- MOREIRAS, Alberto. *A exaustão da diferença: a política dos estudos culturais latino-americanos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- OLIVÉ, León. Por una auténtica interculturalidad basada en el reconocimiento de la pluralidad epistemológica. In: OLIVÉ, León. (Org.) *Pluralismo epistemológico*. La Paz, 2009.
- PATERNIANI, Stella Z. Gayatri Spivak e o feminismo negro: notas para um debate. *Revista Simbiótica*, 2015.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo. (Org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Buenos Aires: CLACSO, 2002.
- ROSA, Alexandre et. al. Sob as sombras do discurso colonial: subalternidade e configurações de gênero em uma lavanderia do interior de Minas Gerais. *Cad. EBAPE.BR*, v. 10, n. 2, artigo 8, Rio de Janeiro, 2012.
- SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010 (versão digital)
- SULERI, Sara. Woman skin deep: feminism and the postcolonial condition. *Critical Inquiry*, v. 18, n. 1, 1992.
- WALSH, Catherine. Shifting the Geopolitics of Knowledge: Decolonial Thought and Cultural Studies “Others” in the Andes. *Cultural Studies*, 2007.

[1] Foi citado o estudo de gênero desenvolvido na área da Administração para que perceba que o debate sobre gênero, feminismo e pós-colonialismo não está centrado apenas no Direito e nas Ciências Sociais em geral, mas que permeia e serve para explicar fatores que influenciam toda uma

construção social. A pesquisa fez o levantamento de artigos publicados no EnANPAD e em periódicos científicos, no período de 1995 a 2004, como um dos resultados, identificou o predomínio de estudos de gênero em que se adota uma visão dualista, e, homens e mulheres são separados em relações de dominação (CAPPELLE et. al., 2006, p.9).

[2] Segundo Quijano (2007), “na América, a idéia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da idéia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas idéias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial”.

Ensino e Aprendizagem de Jovens e Adultos: Reflexões sobre o papel docente

Douglas Ferreira Aguiar

Letrólogo; Especialista em Linguagens (UFPI); Diretor pedagógico do Sistema de Ensino Invictos.

ANDREA LUCIA REIS GRACIO

Bacharel em Enfermagem pelo Centro Universitário Augusto Motta (2008), com sólida experiência no campo da Enfermagem. Atua como docente no Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM) e no Sistema de Ensino Invictus. Especialista em Estomoterapia e possui formação como Enfermeira Intensivista, com atuação tanto no atendimento a adultos quanto a neonatos. Sua experiência abrange diversas áreas da Enfermagem, com ênfase no cuidado intensivo, demonstrando um compromisso contínuo com a atualização profissional e com a excelência no atendimento a pacientes em situações críticas

Bruno de Oliveira Dias

Possui graduação em Enfermagem pela Faculdade Bezerra de Araújo (2004) e Licenciatura Plena em História pela Fundação Educacional Unificada Campo-Grandense (2014). Tem experiência na área de Enfermagem, com ênfase em Enfermagem Médico-Cirúrgica. Pós-graduado em Enfermagem em Terapia Intensiva pela Faculdade Bezerra de Araújo (2013) e em Enfermagem Oncológica pela UNYLEYA. Mestrado em Educação, Gestão e Difusão de Biociências MP-EGEd/IBqM - UFRJ. Doutor em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva pelo PPGBIOS - FIOCRUZ.

Noemi Garcia Silva de Melo

RESUMO PROFISSIONAL Enfermeira graduada pela Universidade Gama Filho, com múltiplas pós-graduações e atualmente cursando Docência do Ensino Superior. Além disso, desempenhei papéis cruciais em outras áreas, como Enfermeira do CTI Adulto e na rotina do setor de emergência, e como Enfermeira no Centro Especializado em Reabilitação. Minha dedicação ao avanço da saúde não se limita apenas à prática clínica, pois também tenho experiência como Docente Auxiliar no Centro Universitário Augusto Motta, onde compartilho meu conhecimento e experiência com futuros profissionais de saúde. FORMAÇÃO ACADÊMICA Especialização em Docência do Ensino Superior (360 h) Centro Universitário São Camilo Em andamento. MBA em Gestão em Saúde e Administração Hospitalar (360 h) Universidade Estácio de Sá Concluído em setembro de 2020. Pós-graduação em Especialização em Enfermagem Intensivista (405 h) Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ Concluído em junho de 2018. Pós-graduação em Cardiologia para o Enfermeiro (550 h) Universidade Gama Filho Concluído em 2013. Graduação em Enfermagem pela Universidade Gama Filho Concluído em 2011. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL Docente Auxiliar Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM)- 14/09/20 – Atual Enfermeira CER, Hospital Municipal Pedro II / 02/22 a 21/07/24 Enfermeira do CTI Adulto Hospital Federal Andaraí / 02/2021 - 02/2022 Enfermeira do CTI Adulto e Rotina do Setor de Emergência Hospital Municipal Rocha Faria (HMRF) 10/2018 - 10/2020 Enfermeira Intensivista do CTI - Adulto Hospital Barra D'Or/ 11/2017 - 10/2018 Enfermeira do Programa Saúde da Família - PSF Associação Paulista P/O Desenvolvimento da Medicina - PAIS 09/2012 – Realizei os cursos de Aperfeiçoamento Profissional pela SPDM. CURSOS Curso de Aperfeiçoamento: Formação de Preceptores da Educação em Saúde - DDES/MEC; UFMA VIRTUAL DTED/UFMA, na modalidade a distância, com carga horária total de 180 horas. Concluído julho de 2024. Curso de Extensão: Segurança do Paciente para Enfermeiro (33h) Concluído julho de 2024. Aperfeiçoamento em Metodologias, Práticas Pedagógicas e Tecnologia Educacionais (180 h) Prefeitura de Sobral-CE, por meio da Secretaria Municipal da Educação 08/2021 - 01/2022 Tratamento de Lesão por Pressão (10 h) Centro de Ensino e Treinamento IDOR Avaliação dos Clientes Portadores de Úlceras Vasculogênicas (04 h) SEITON Consultoria em Saúde Ltda. Atualização em Documentação Fotográfica em Feridas (06 h) SEITON Consultoria em Saúde Ltda. Atualização em Interpretação de Exames Laboratoriais (40 h) SEITON Consultoria em Saúde Ltda. Atualização em Eletrocardiograma (15 h) SEITON Consultoria em Saúde Ltda. SAE - Sistematização de Assistência de Enfermagem (40 h) Universidade Gama Filho (UGF) Atualização em Interpretação de Hemograma (05 h) SEITON Consultoria em Saúde Ltda. ABC do Câncer - Abordagens Básicas para o Controle do Câncer (10 h) INCA Atualização – Higienização das Mãos Cálculos de Medicamentos Vias de Administração de Medicamentos Centro Integrado de Diabetes Suporte Básico à Vida Centro de Treinamento em Emergência de Trauma do Grupamento de Socorro de Secretaria de Estado de Defesa Civil | Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. INFORMAÇÕES ADICIONAIS II Simpósio de Estomoterapia da UFRJ (08 h) Liga Acadêmica de Cuidado em Estomoterapia Simpósio do Evento Interligas de Cuidados Paliativos na Prática Clínica (03 h) II Simpósio Carioca de Lesões e Tratamento de Feridas (20 h) Novo Hotel II Simpósio Carioca de APH - Atendimento Pré Hospitalar (20 h) Novo Hotel Conhecimento em Informática (Windows, Word e Excel)

André Gracio

Organização, dinamismo, responsabilidade e motivação. Facilidade de comunicação e relacionamento interpessoal. Capacidade de liderança e planejamento consideráveis. Habilidade em conduzir dinâmicas e ministrar treinamentos. Experiência área hospitalar assistencial a mais de 10 anos já tendo atuado com Enfermeiro plantonista em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal, Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica, Unidade Semi Intensiva, Centro de Tratamento de Queimados e Unidade de Terapia Intensiva além de atuação em campanhas de Saúde Pública e Unidade de Pronto Atendimento Pediátrico. Conhecimento no software painel de indicadores EPIMED e em protocolos assistenciais e

práticas obrigatórias padrão ONA e QMENTUM. Conhecimento em sistemas Tasy e Vita Care. Conhecimentos intermediários de informática e pacote Office. Possui graduação em Letras pela Universidade Estácio de Sá (2005). Graduado em Enfermagem pelo Centro universitário Augusto Motta (2011). Pós Graduado em Saúde a Criança e Neonatologia. Mestre em Desenvolvimento Local pelo Centro Universitário Augusto Mota (2020). Pós Graduando em Terapia Intensiva Adulto (2019); Pós graduando em MBA auditoria da gestão dos serviços de enfermagem (2021). Tem experiência na área de Enfermagem, com ênfase em Enfermagem intensiva neonatal e pediátrica. Docência em ensino médio, técnico em enfermagem e graduação em Enfermagem.

Resumo

O objetivo desse artigo é identificar o papel do docente no ensino e aprendizagem de jovens e adultos. Trata-se de um estudo bibliográfico, de natureza qualitativa, o qual adotou os seguintes procedimentos para levantamento e análise da bibliografia: Busca, seleção e análise dos textos. Utilizou-se para a busca os seguintes descritores: Educação de Jovens e Adultos; Docentes; Processo de ensino aprendizagem. As reflexões incluem o ensino aprendizagem e seus diferentes métodos de ensino; Os benefícios da EJA para o corpo discente; Atuação do docente na educação da EJA. Concluiu-se com o presente artigo, que o papel do docente vai além do ensinamento básico, pois o mesmo precisa de pesquisas contínuas para atuar de forma significativa e inovadora para os jovens e adultos.

Palavras-Chave: Educação de Jovens e Adultos. Docentes. Processo de ensino aprendizagem.

Abstract

The objective of this article is to identify the role of the teacher in the teaching and learning of young people and adults. This is a bibliographic study of a qualitative nature, which adopted the following procedures for surveying and analyzing the bibliography: Search, selection and analysis of texts. The following descriptors were used for the search: Youth and Adult Education; Teachers; Teaching-learning process. The reflections include teaching-learning and its different teaching methods; The benefits of EJA for the student body; The role of the teacher in EJA education. It was concluded with this article that the role of the teacher goes beyond basic teaching, as he or she needs continuous research to act in a significant and innovative way for young people and adults.

Keywords: Youth and Adult Education. Teachers. Teaching-learning process.

1-INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) chegou ao Brasil com a finalidade de formar uma grande parte da população que não possuíam um ensino regular numa perspectiva profissionalizante, para o mercado de trabalho com interesse democrático. Ou seja, mais voltado para o interesse das classes dominantes (ADDAD; SIQUEIRA, 2016).

De acordo Alves et al.(2014), 64% dos brasileiros da faixa etária destacada anteriormente não concluíram a educação básica; Haddad e Siqueira (2016) apontam que 13,1 milhões de pessoas não são alfabetizadas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/96) demarca a EJA Como uma modalidade da educação básica, constituindo-a, portanto, um campo para o desenvolvimento

das práticas pedagógicas do professor. Contudo, após 24 anos da promulgação da LDB, a discussão da EJA ainda é uma demanda a ser posta na esteira da formação de professores no Brasil (BRASIL, 1996).

Sabe-se que a maior parte dos alunos da Educação de Jovens e Adultos possuem muitos desafios, a partir do momento que decidem retornar ou iniciar sua jornada na vida escolar. Desafios que existem porque, em cada vida há uma história, que pretende ser transformada e que se quer alcançar, de alguma forma, aquilo que ficou pra trás, no tempo, e agora tem a intenção de se concretizar, tornar real (BERBEL, 2015),

Segundo Santos (2012), o público formado por jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos na escola regular, portanto não o obtiveram no tempo e idade estabelecida. Entretanto, para que esses alunos não desistam de concluírem, ou talvez se alfabetizarem é necessário que o professor inove Na sala de aula, e para isso usar como e recursos pedagógicos nas aulas é de suma importância.

Devido à importância do tema, é necessário destacar que o trabalho docente na educação de jovens e adultos pode garantir o sucesso, mas também contribuir para o fracasso escolar, caso a proposta de ensino desenvolvida em sala de aula não esteja adequada aos discentes. Isso pode ocorrer, por exemplo, quando o docente desconsidera a faixa etária de seus alunos e aborda conteúdos de forma infantilizada. Nesse caso, o adulto passa a ser tratado como uma criança que acaba de ingressar na escola, pois não se considera o seu perfil, nem que ele traz consigo uma bagagem de experiências e vivências pessoais e profissionais.

Sendo assim, o nosso problema de pesquisa reside no seguinte questionamento: Qual o diferencial do Docente nos cursos regulares para jovens e adultos na modalidade EJA? Este artigo tem como objetivo identificar o papel do docente no ensino e aprendizagem de jovens e adultos. A justificativa do estudo está no fato de mostrar que o papel do professor é de mediador desta formação, utilizando métodos de ensino adequados, possibilitando aos alunos a oportunidade de alcançarem cada vez mais um novo nível de conhecimento que satisfaça suas necessidades como individuo de uma sociedade. Para que esse objetivo seja alcançado têm-se a preocupação com a formação do professor, que deve ser contínua.

A formação de professores voltada à EJA visa aperfeiçoar técnicas pedagógicas, metodologias de ensino que possibilitem a permanência desses educandos na escola, proporcionando-lhes um ensino significativo, que os levem à análise crítica dos fatos abordados em sala de aula e do seu meio social.

Este estudo se torna relevante, uma vez que, poderemos diagnosticar qual a melhor forma de trabalhar determinados assuntos em sala de aula, assim como que didática poderiam ajudar ao professor a prender a atenção dos alunos e dinamizar a aula. Dependendo da metodologia-pedagógica adotada pelos professores no processo de ensino aprendizagem, o educando poderá dominar os conteúdos ministrados em cada disciplina.

Trata-se de um estudo bibliográfico, de natureza qualitativa, o qual adotou os seguintes procedimentos para levantamento e análise da bibliografia: Busca, seleção e análise dos textos. Foi realizado um levantamento bibliográfico em revistas do campo da psicologia e livros de referências sobre o tema. Utilizou-se para a busca os seguintes descritores: Educação de Jovens e Adultos; Docentes; Processo de ensino aprendizagem.

2-DESENVOLVIMENTO

2.1-PRÁTICA PEDAGÓGICA

É comum considerar que práticas pedagógicas e práticas educativas sejam termos sinônimos e, portanto, unívocos. No entanto, quando se fala de práticas educativas, faz-se referência a práticas que ocorrem para a concretização de processos educacionais, ao passo que as práticas pedagógicas se referem a práticas sociais que são exercidas com a finalidade de concretizar processos pedagógicos (FRANCO, 2008).

Para Pinto (2010), a educação é a formação do homem pela sociedade em que está inserida, ou seja, é o processo onde a sociedade integra o indivíduo em seu modo de ser social, buscando sua aceitação para atuar em fins coletivos e não individuais. Nessa perspectiva, *“a educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses”*.

Na sociedade, a educação se apresenta como um meio de reprodução da cultura. *“A educação é a transmissão integrada da cultura em todos os seus aspectos, segundo os moldes e pelos meios que a própria cultura existente possibilita”* (PINTO, 2010).

A educação escolar segundo Souza (2012), enquanto objeto de estudo da Pedagogia no sentido da formação humana do sujeito humano, se caracteriza por sua intencionalidade, refletida na prática pedagógica assumida coletivamente, e permeadas por afetos (amor e ódio) inerentes ao dia a dia das escolas.

Para Souza, prática pedagógica ou práxis pedagógica são: processos educativos em realização, historicamente situados no interior de uma determinada cultura, organizados, de forma intencional, por instituições socialmente para isso designadas implicando práticas de todos e de cada um de seus sujeitos na construção do conhecimento necessário à atuação social, técnica e tecnológica (SOUZA, 2012, p. 28).

Para Paulo Freire, (2014), o ato de ensinar vai muito além de transmitir ou “depositar” conteúdos no outro, é um ato que permite ao sujeito construir em diálogo com seu professor, conhecimentos significativos que se relacionem com sua vida, que o faça refletir criticamente sua presença no e para o mundo se reconhecendo como um agente transformador. Partindo desse entendimento, a prática pedagógica docente requer uma compreensão por parte do professor, de que o conhecimento numa perspectiva crítica contribui para o processo de conscientização dos estudantes. Freire afirma que “Como professor não me é possível ajudar o educando a superar sua ignorância se não supero permanentemente a minha” (FREIRE, 2014, p.95).

2.2-ENSINO APRENDIZAGEM

Sobre processo de ensino e aprendizagem e sua multidimensionalidade para ser adequadamente compreendido, precisa ser analisado de tal modo que articule consistentemente as dimensões humanas, técnico e político social. O ensino e aprendizagem portanto, estaria sempre ligado de forma direta ou indireta, a uma abordagem humanista (CANDAU, 2012, p. 14).

Existem diferentes métodos de ensino, inspirando práticas e teorias pedagógicas, que podem ser usadas no dia a dia do educando, afim de conseguir melhor desempenho no aprendizado dos alunos. Dentre elas pode-se destacar a: Teoria construtivista; Educação libertadora; Sociointeracionismo; O ensino como processo social; Avaliação por competência e Pedagogia de Freinet (FREINET, 1998).

Teoria construtiva

A teoria do construtivismo não é baseada apenas em estudos de educação aprendizagem, segundo Matthews, “O construtivismo não é só uma teoria sobre aprendizagem, o ensino e filosofia da educação – embora estes temas sejam significativos. Ele é também apresentado como uma teoria da ciência” (MATTHEWS, 2000, p. 3).

A teoria construtivista, é baseada em estudos de Jean Piaget, que fala sobre a principal meta da educação, criando seres capazes de fazer coisas novas e não repetir, simplesmente, o que as outras gerações fizeram. Deve-se formar pessoas capazes de pensar, agir, ter atitudes próprias e não apenas ficar copiando o que outros fizeram, ou seja, formar mentes que tenham condições de criticar e não aceitar tudo que lhes é proposto (PIAGET, 2012).

Para Piaget, “a linguagem não é suficiente para explicar o pensamento, uma vez que este tem raízes na ação e nos mecanismos sensório-motores”. A origem do pensamento é anterior à linguagem e independente dela. A linguagem é uma construção da inteligência e tem origem no estágio sensório-motor, quando se inicia a função simbólica. (MIRANDA & SENRA, 2012).

Educação libertadora

Muitas discursões surgem com relação a formas de educação, o educador Paulo Freire defende a ideia de a educação libertadora como forma de educação, a qual objetiva e conscientiza o aluno em relação às classes menos favorecidas, fazendo ele entender a sua situação, sabendo agir em favor da

própria libertação. A prática em sala de aula deve desenvolver a criticidade do aluno, onde os alunos devem aprender junto com os professores (FREIRE, 2014).

A liberdade em seu método é a matriz da prática educativa, sendo princípio essencial para efetividade da alfabetização que, no método apresentado por Paulo Freire, é promovida pelos círculos de cultura que substituem o modelo de escola convencional. A educação libertadora vê o educando como sujeito da História. Vê na comunicação “educador-educando-educador” uma relação horizontal. O diálogo é um traço essencial da educação libertadora. Todo esforço de conscientização baseia-se no diálogo, na troca, nas discussões (FREIRE, 2014).

Sociointeracionismo

O Sociointeracionismo, ensino como processo social, diz que o desenvolvimento intelectual é construído através de interações com o meio social e das relações com outros indivíduos. As pessoas constroem as concepções de vida e conhecimento através da assimilação das variáveis do ambiente em que ele vivem.

Esta abordagem é fortemente baseada em aspectos relacionais, que envolvem a manifestação da criatividade. Esta tendência aponta para o questionamento sobre as habilidades e competências gerenciais capazes de promover um ambiente de estímulo à criatividade e à inovação (PAROLIN, 2003).

O desenvolvimento humano se dá através das relações de trocas entre as pessoas, através de processos de interação e mediação que acontecem no dia a dia, envolvendo as pessoas a ações cotidianas envolvendo a zona de desenvolvimento próxima (ZDP) a qual representa a diferença entre a capacidade de resolver problemas por si própria e a capacidade de resolvê-los com ajuda de outras pessoas.

O nível de desenvolvimento real e o nível de desenvolvimento potencial. A capacidade de realizar tarefa sozinha, constitui-se no nível de desenvolvimento real, enquanto que o nível de desenvolvimento potencial é a etapa em que a criança desempenha tarefas com a ajuda do outro. “Essa possibilidade de alteração de desempenho de uma pessoa pela interferência de outra é fundamental (UFGRS, 2012).

O sóciointeracionismo pressupõe práticas educativas diferenciadas que impreterivelmente trazem dinamismo, mobilidade, ludicidade e estímulos à cognição. O que marca as posturas tradicionais ou inovadoras na educação é a concepção de aprendizagem, de produção de conhecimento que estas carregam através de seus recursos e metodologias. Sob esse aspecto é importante pensar na configuração de uma EaD de forma menos fragmentada e mais interessante, uma abordagem de

construção do conhecimento que enfatize possibilidades de desenvolvimento tanto de educandos quanto também de educadores (MACHADO, 2013).

Avaliação por competência

A avaliação por competência está sendo difundida por algumas instituições de ensino, considerando ser esta a mais importante, onde o aluno é avaliado por seu aprendizado, demonstrando a competência desenvolvida.

Segundo Zabala (2010), quando a ‘avaliação por competência’ é realizada no âmbito de programas de formação, existe a mediação pedagógica entre a norma e os procedimentos de avaliação. Nesse caso, a avaliação visa também à regulação das aprendizagens. Por isto, pode ser desenvolvida de forma processual e em paralelo ao processo de formação, de forma que a avaliação das aprendizagens permita inferir sobre os objetivos de ensino e seus resultados.

Segundo o Diário Catarinense (2012), estuda-se a avaliação por competência, como sendo uma forma de avaliar o aluno, não através de provas, mas levando em consideração a sua vida escolar. Deve-se avaliar o que ele já sabe, partindo desse princípio para construir o conhecimento, levando em conta, valores, atitudes e habilidades, somando-se com isso os conhecimentos adquiridos.

2.3-PEDAGOGIA DE FREINET

Muitas técnicas podem ser utilizadas na pedagogia, usando-se desenhos, aula-passeio, jornal de classe, textos livres, ensinamentos de vida, entre outras, as quais produzem melhores resultados do que exaustivas horas de aula (FREINET, 1998).

Freinet preconiza uma escola vinculada à vida, em que o processo educativo atribui significação social ao trabalho. Desse modo, há dois conceitos-chave em sua proposta pedagógica: o trabalho e a livre expressão. “Praticar a livre expressão e a convivência cooperativa significa inverter a metodologia (ELIAS, 2004, p. 36).

Se fundamenta em quatro eixos: a cooperação (para construir o conhecimento comunitariamente), a comunicação (para formalizá-lo, transmiti-lo e divulgá-lo), a documentação, com o chamado livro da vida (para registro diário dos fatos históricos), e a afetividade (como vínculo entre as pessoas e delas com o conhecimento) (FREINET, 1998).

A prática pedagógica proposta por Freinet provoca nas crianças e nos jovens a necessidade de criar novas necessidades: a de autoexpressar-se, de comunicar-se, de pesquisar, de organizar e de avaliar. A pedagogia Freinet se estrutura por um certo conjunto de técnicas indissociáveis que se concretizam pela organização cooperativa. A sala de aula, nessa perspectiva, deve ser compreendida como um espaço de diálogo, escolhas e compartilhamento de conhecimentos (BARROS, 2014).

Nesse contexto, os professores têm o papel de criar novos motivos e novas necessidades nas crianças, para que estas possam apropriar-se da cultura mais elaborada criada pela humanidade ao longo da história (FREINET, 1998).

A pedagogia de Freinet, fala que o estudante não deve ser visto como uma pessoa isolada, mas como parte de uma comunidade, sendo capaz de agir, tomar decisões e jamais ser marginalizado, não importando a classe social que o mesmo faça parte (DIÁRIO CATARINENSE, 2012).

Segundo Scarpato (2012), quando passamos a ler sobre a Pedagogia Freinet, conhecer sua proposta pedagógica e observar como o processo de ensino-aprendizagem se desenrola nas escolas e classes freinetianas, nos faz ter certeza que Freinet sempre se preocupou com a visão integral do aluno onde a educação deve ser global, não apenas focando um aspecto do desenvolvimento humano.

2.4-BENEFÍCIOS DA EJA PARA JOVENS E ADULTOS

A taxa de analfabetismo no Brasil é crescente, com um índice elevado de cidadãos que não sabem ler e escrever o próprio nome, somar ou até mesmo conferir notas de dinheiro, e até mesmo escrever pequenos bilhetes. Pensando nisso, a EJA surge com o caráter de dar aos jovens e adultos a educação básica condensada ao ensino fundamental menor que possuem escolaridade inferior e àqueles que não são incluídos pelas redes regulares de ensino.

Atualmente, está sendo construída uma nova mentalidade, avançando para implantação da política de inclusão. Nesta, os jovens e adultos requerem o direito de diferentes estratégias pedagógicas, que lhes possibilitam ao acesso a herança cultural, ao conhecimento socialmente construído e à vida produtiva. (LIMA, 2015, p. 98).

Segundo Leite (2013), compreendemos que o aluno da EJA é um indivíduo particular, os aspectos psicológicos são individuais erguidos a partir de sua história de vida. Os alunos dessa modalidade de ensino são sujeitos que buscam o ensino toda instante para não ficar fora da sociedade e procura esses saberes fora da faixa etária de ensino em razão que não tiveram a oportunidade de buscar na idade apropriada.

Inserido em uma sociedade letrada, científica e tecnológica, experimentou a proximidade com os conhecimentos escolares; porém, apenas na fase adulta e que está tendo a oportunidade de ter acesso real a aprofundado a esses conhecimentos, e um sujeito que busca conhecimentos socialmente valorizados, o que não pode construir na idade escolar convencional. (LEITE, 2013, p.75)

O autor citado afirma que são pessoas totalmente carentes, são trabalhadores, tem sua linguagem própria, e a toda instante expressa a sua veracidade na sociedade, tem-se um desejo e uma necessidade para a busca de um ensino aprendido. “Esses jovens e adultos são portadores de culturas; do meio rural, da periferia, da vila, da origem étnica, da religião etc. eles educam, cuidam de si e dos outros, possuem múltiplos saberes, apesar de não possuírem saberes propriamente escolares” (LEITE, 2013, p.73).

Apesar de não possuir os conhecimentos escolares eles têm uma variedade de saberes, que adquiriu no decorrer da sua vida. Segundo (LEITE, 2013) menciona que, diante de todas as dificuldades esses alunos ainda aprendem a conviver em uma sociedade regida pelo valor da escrita, onde se tem conhecimentos tecnológicos e científicos a todo instante, para eles a volta a escolarização tem um significado muito importante onde se abre possibilidade do mesmo, inserir a essa sociedade tão exigente.

De acordo com (ROMANZINI, 2010), os educando da EJA na maioria são adultos e são indivíduos que traz consigo experiência de vida, como filhos, trajetória de trabalho, perda e ganhos e separações, são pessoas que vivem com exclusões sociais. Ainda nessa mesma linha é importante mencionar que estes sujeitos sabem bem para que serve o uso da escrita.

A partir desse processo de reconhecimento e valorização mútua, a escolarização pôde se tornar educação, vinculando-se aos processos sociais mais amplos, nos quais a escola constituiu-se no espaço privilegiado de reflexão a cerca da vida: de todas as formas de organização humana, de como a sociedade se organiza para se manter, ampliar e qualificar a experiência humana, das concepções e valores que orientam o modo de ser e agir em sociedade, os processos históricos, da ocupação do espaço geográfico, das relações sociais, das relações de poder, das diversas linguagens, do conhecimento do corpo físico, da aquisição da leitura e da escrita etc.(LEITE,2013,p.77).

De acordo com o que o autor afirma acima esses indivíduos buscam a EJA porque necessita o conhecimento sobre coisas simples do seu dia a dia como assinar o nome, ler jornal, ler a bíblia, fazer contas, etc.

A EJA- educação de jovens e adultos é uma modalidade de ensino destinado a jovens e adultos que não tiveram acesso ou que por algum motivo não puderam concluir o ensino na idade própria. É um curso ofertado a jovens a partir dos 15 anos de idade, pela secretaria de educação, presencial ou a distância (NASCIMENTO, 2013, p. 9).

Segundo Leite (2013), estes alunos além de serem excluído do processo de aprendizagem são julgados por um pensamento de que a escola não é lugar deles, para esses indivíduos à volta à escola lhe causavam um sentimento duvidoso não acreditam que iram conseguir numa idade mais avançadas, e sentem vergonha de na idade adulta retornarem para a escola, dado que mesmos tem um conhecimento que a escola é um espaço somente da infância.

Paulo Freire ficou mundialmente conhecido por desenvolver reflexões sobre jovens e adultos que frutificaram em um legado educacional que marcou a história da Educação brasileira. Foi quem elaborou as minúcias, os métodos e as estratégias pedagógicas para tornar a Educação um processo possível para todos os públicos, desde a criança até o adulto. Na concepção de Freire, a condição socioeconômica não é vislumbrada como preponderante, o desafio de educar tornara-se expressivamente uma reflexão libertadora. Pois, fora negligenciado ao público adulto o direito de ir à escola na idade correta (SOARES; PEDROSO, 2013).

Esses indivíduos concretizam de forma efetiva a busca pelos seus direitos quando passam a frequentar a classe de alfabetização ou de formação continuada, para ter acesso ao saberes sistematizados pela escola resgatando o direito perdido quando criança ou exigido, enquanto adulto, a sua efetivação (LEITE, 2013, p.113).

Segundo Romanzini (2010), os alunos da EJA buscam os seus direitos quando estão na escola se sentem beneficiados, uma vez que estão a cada dia mais aprendendo e fazem parte da sociedade.

2.5-O PAPEL DO DOCENTE NA EDUCAÇÃO DO EJA

Ao referir-se a formação de professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA), é considerável ressaltar que esse é um campo que sempre está em construção então necessita que o professor tenha uma formação continuada.

Essa modalidade de ensino, que se destina ao atendimento educacional de jovens e adultos, atende a um público mais velho, diferenciado. Portanto, tratados de forma diferente dos alunos que estão dentro da regularidade cronológica considerada normal ou padrão (VIEGAS; MORAES, 2017).

Conforme Silva (2011), sabe-se que só a formação inicial não é suficiente para possibilitar uma prática eficiente como professor, ressalta-se a necessidade da complementação, da continuidade na formação que possibilite uma maior participação, propondo novas metodologias, atualizando o professor nas discussões teóricas e contribuindo para as mudanças necessárias voltadas para a melhoria da educação.

A formação continuada para os professores não pode apenas limitar-se ao formalismo, executada de forma esporádica e reduzida a cumprimento da legislação educacional. De acordo com Gadotti

(2011), a formação de professores para a modalidade deve estar pautada em alguns elementos:

[...] reconhecer o papel indispensável do educador bem formado; reconhecer e reafirmar a diversidade de experiências; reconhecer a importância da EJA para a cidadania, o trabalho, a renda e o desenvolvimento; reconceituar a EJA como um processo permanente de aprendizagem do adulto; e resgatar a tradição de luta política da EJA pela democracia e pela justiça social (GADOTTI, 2011, p. 47).

A formação de professores para atuar na EJA, exige o reconhecimento das especificidades da modalidade e o entendimento de que o aluno jovem e adulto não tem as mesmas características do aluno criança.

Assim, o respeito pelo aluno da EJA perpassa pela adequação metodológica e a utilização de materiais adequados à faixa etária, superando a infantilização. Alfabetizar jovens e adultos refere-se a uma atividade pautada nos princípios de qualidade social e política, considerando o contexto de vida dos sujeitos, uma vez que a luta pela superação das dificuldades é constante e reflete o quanto o analfabetismo reafirma a pobreza (GADOTTI, 2011).

Os docentes de Jovens e Adultos têm que ter a percepção da fase que esse indivíduo está passando, é a primeira característica da sua formação, saber a presente situação da EJA. “A EJA nunca foi algo exclusivamente do governo ou do sistema educacional pelo contrário, sempre se espalhou pela sociedade”. (SOARES, 2006, p.19).

De acordo com o que o autor afirmou acima os indivíduos que vem para essa modalidade de ensino são pessoas atuantes da sociedade. Sabemos que a EJA sucede em vários espaços, as instituições de formação de educadores dessa modalidade deve se integrar uma formação que possua várias facetas, pois eles vão lidar com indivíduos que tem vários afazeres fora da escola.

Conforme Paiva (2004), é fundamental que o professor da EJA tenha a consciência da valorização do outro, é importante valorizar o conhecimento que este aluno possui, pois durante toda a vida o aluno adquire um vasto conhecimento do senso comum, daí a importância da valorização de suas experiências de vida, é claro sem se limitar a ele.

É importante que o professor, além de atender às necessidades de aprendizagem de seus alunos, adote formas de relacionamento diferenciadas, trabalhando com o objetivo de acolher o aluno em sala de aula.

De acordo com (LEMOS, 1999), em relação aos adultos, ganha destaque a sensibilização na ampliação de suas áreas de interesses, como vencer a timidez, a insegurança e bloqueios; com os adolescentes, buscar superar as frustrações trazidas da escola regular, resgatar a autoestima e no

desenvolvimento da sociabilidade.

De acordo com (FREIRE, 2006), o professor em sua prática pedagógica não pode discriminar o aluno por nenhum motivo, já que a percepção que o aluno tem de seu professor resulta de sua postura em sala de aula. Assim, o professor deve estar atento à leitura que os discentes fazem sobre seu trabalho e a todas as reações que acontecem na sala de aula, indo desde um silêncio, de um sorriso ou de uma retirada da sala. Essa observação contribui para que o professor reflita sobre sua atuação e aceitação na sala de aula.

É necessário compreender que o espaço pedagógico é um lugar de constante reflexão entre as relações estabelecidas entre professor/ aluno, “nesse sentido, quanto mais solidariedade exista entre o educador e o educando no ‘trato’ desse espaço, tanto mais possibilidades de aprendizagem democrática se abrem na escola” (FREIRE, 2006, p. 97).

3-CONCLUSÃO

Pesquisar sobre a EJA oportuniza refletir sobre a qualidade do ensino oferecido na realidade das escolas públicas brasileiras, onde os métodos utilizados exigem do professor ações urgentes e reflexivas sobre a prática pedagógica, atualização constante para atendimento da clientela.

Em abrangência dos objetivos propostos, o estudo favorece adquirir conhecimentos desde a prática pedagógica, a atuação do corpo docente na EJA, até os benefícios que os estudantes da EJA enfrentam para concluírem o curso básico. Deste modo os objetivos da pesquisa foram alcançados mediante exposição do tema evidenciado com reflexões e diálogos com autores que escreveram sobre a educação na modalidade.

Sempre deve-se estar melhorando e assim estar buscando novos conhecimentos, buscando despertar o interesse de nossos alunos aos estudos e que eles tenham mais vontade de estar presentes nas aulas, participando e contribuindo.

Muitos estudiosos no assunto a exemplo de Paulo Freire, pesquisaram e estudaram sobre as formas de estudos, trazendo a aprendizagem como ciclo do dia a dia na escola. Precisamos inovar, buscar novos conhecimentos e fazer com que os alunos se sintam bem e animados a continuar e aprender, pois só assim o aprendizado será realmente satisfatório.

Não é tarefa fácil despertar nos alunos o interesse pelos estudos, mas com o uso de metodologias e técnicas adequadas podemos incentivá-los a isso, obtendo um bom desempenho enquanto educador, fazendo com que eles queiram buscar sempre mais.

É de fundamental importância que o aluno aprenda através de atividades que incitem a sua criatividade, a sua imaginação e o desenvolvimento de seus níveis de conhecimento para ter acesso a aprendizagem mais prazerosa, eficaz e de acordo com as necessidades que possui. Desta forma, potencializando a autoestima, o bom humor e o prazer pelo ato educativo, o que poderá acarretar em diminuição dos índices de evasão e repetência escolar na modalidade EJA.

O processo de ensino aprendizagem é uma construção permanente de conhecimentos, que se adquire com a passar da vida. Os alunos estão em busca de aprendizado e esperam que os professores sejam capazes de inovar, com uso de metodologias adequadas que facilitem o aprendizado.

O estudo poderá servir de instrumentos para planejamento das atividades pedagógicas dos docentes e para uma tentativa de aprimorar o processo de ensino aprendizagem.

4-REFERÊNCIAS

ALVES, Thiago et al. **Jovens e adultos não escolarizados: uma multidão de invisíveis.** In:OLIVEIRA, Edna Casto et al.(org.). **Educação de jovens e adultos: trabalho e formação humana.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2014. p.167-190.

BARROS, F. C. O. M. de. **Práticas pedagógicas na educação infantil: a construção do sentido da escola para as crianças.**2014.164f.Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Estadual Paulista, Marília.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. **A Problematização e a Aprendizagem Baseada em Problemas.** Disponível em: . Acesso em: 14 fev. 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF. 23 dez. 1996.

CANDAU, Vera Maria (org.). **Reinventar a Escola.** Petrópolis: Vozes, 2012.

DIÁRIO CATARINENSE. **Entenda os diferentes métodos de ensino.** Diário Catarinense. Florianópolis, 2012.

ELIAS, M. D. C. Célestin **Freinet: uma pedagogia de atividade e cooperação.** Petrópolis:Rio de Janeiro: Vozes,2004.

FRANCO, M. A. R. S. Entre a lógica da formação e a lógica das práticas: a mediação dos saberes pedagógicos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 109-126, jan/abr. 2008

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** 47 ed. São Paulo: Cortez, 2006. p, 31.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2014

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e terra, 1996.

FREINET, C. **A Educação pelo Trabalho.** Tradução: Maria E. Galvão G. Pereira. São Paulo. Editora Martins Fontes, 1998.

GADOTTI, M. (2011). Desafios da formação de alfabetizadores. En: Ramos, M. HADDAD, Sérgio; SIQUEIRA, Filomena. Analfabetos entre os jovens e adultos no Brasil. **Revista Brasileira**

de **Alfabetização**, Florianópolis, v.1, n.2, p.88-110, 2016. DOI: <https://doi.org/10.47249/rba.2015.v1.81>.

LAJONQUIÈRE, Leandro de. Piaget: Notas Para Uma Teoria Construtivista Da Inteligência. Departamento de Filosofia e Ciências da Educação. Faculdade de Educação –USP, São Paulo, 1997.

LEITE, Sérgio Antônio da Silva. Afetividade e letramento na educação de jovens e adultos EJA. São Paulo: Cortez, 2013.

LEMOS, M. E. P. de. Proposta curricular. In: Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos. Brasília, v. 10, p. 19-27, 1999.

LIBÂNEO, J. C. (2004). Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática. Goiânia: Alternativa.

LIMA, Terezinha Moreira. Crianças, Adolescentes e Adultos: direitos e indicadores de inclusão/Terezinha Moreira Lima, Maria Jacinta da Silva, Selma Maria Muniz Marques da Silva. – São Luís: EDUFMA, 2015.

MACHADO, Kátia R. A.; FREITAS, Silvane. A. **Contribuições do sociointeracionismo bakhtiniano e da Análise do Discurso de linha francesa ao ensino de linguagens**. In Série- Estudos — Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB. Campo Grande, MS, n. 36, pp. 49-62, jul./dez. 2013.

MATTHEWS, Michael. Construtivismo E O Ensino De Ciências: Uma Avaliação. School of Education University of New South Wales. Sidney Austrália. 2000.

MIRANDA, Josete Barbosa; SENRA, Luciana Xavier. Aquisição e desenvolvimento da linguagem: contribuições de Piaget, Vygotsky e Maturana. 2012.

NASCIMENTO, Sandra Mara do. **Educação de Jovens e Adultos EJA, na visão de Paulo Freire**. 2013. 45 f. Monografia (Especialização em educação: métodos e técnicas de ensino) – Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Paranavaí, 2013.

PAIVA, Jane. **Educação de jovens e adultos: questões atuais em cenário de mudança**. In. OLIVEIRA, Inês Barbosa de; PAIVA, Jane (Orgs.). **Educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2004. p. 29-42

PAROLIN, Sonia Regina Hierro. A Criatividade nas Organizações: um Estudo Comparativo das Abordagens Sociointeracionistas de Apoio À Gestão Empresarial. Mestre em Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. 2003.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo. Editora Cortez, 2010.

ROMANZINI, Beatriz. EJA- Ensino de Jovens e Adultos e o mercado de trabalho. Qual ensino? Qual trabalho? Disponível em <http://www.uel.br/projetos/lenpes/pages/arquivos/aBeatriz%20Artigo.pdf>

SANTOS, Aguinacira Ciebre dos. Ser Educador na EJA: mais que um mediador no processo de superação e desafios de aprendizagem. **Revista Eventos Pedagógicos**, Mato Grosso, v.3, n.

especial, p. 268 – 275, Abril. 2012.

SCARPATO, M. T. Didática e desenvolvimento integral. São Paulo: Avercamp, 2012.

SILVA, J.da C. M. (2011). Formação continuada dos professores: visando a própria experiência para uma nova perspectiva. Revista Iberoamericana de Educación / **Revista Ibero-americana de Educação**, 55, (3).

SOARES, Leônicio (coord.). Formação de Educadores de Jovens e Adultos. Belo Horizonte: 2006.

SOARES, Leônicio José Gomes; PEDROSO, Ana Paula Ferreira. Dialogicidade e a Formação de Educadores na EJA: as contribuições de Paulo Freire. **Educação Temática Digital, Campinas- SP**, v. 15, n. 2, p.250-263, maio 2013.

UFGRS. Teoria Sócio-Interacionista de Vygotsky. 2012. Disponível em: .

ZABALA, A.? ARNAU, L. **Como aprender e ensinar competências**
. Porto Alegre: Artmed, 2010. 197p.

Estimativa das características físico-mecânicas da madeira de três espécies florestais

Bruna Leticia Venzke Grutzmann

Graduanda do 10º semestre de Engenharia Civil pela Universidade Federal de Pelotas.

Henrique Romer Schulz

Atualmente encarregado de controle de qualidade na empresa Eucalumber Comércio de madeiras Ltda e membro do Grupo de Pesquisa Ciência da Madeira. Mestre no Programa de Pós Graduação em Ciência e Engenharia de Materiais - UFPel, Engenheiro Industrial Madeireiro formado na Universidade Federal de Pelotas, Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Administração e Técnico em Contabilidade formado na rede ETec do campos visconde da graça do Instituto Federal Sul-rio-grandense.

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo estimar as características físico-mecânicas de três espécies florestais por métodos destrutivos. Utilizou-se, neste trabalho, a madeira de *Eucalyptus dunnei*, *Eucalyptus tereticornis* e *Corymbia citriodora*, fornecidas pelo Laboratório de Propriedades Físicas e Mecânicas da Madeira da Universidade Federal de Pelotas. Foram preparados os corpos de prova (CP): 2,0 x 2,0 x 32,0 cm (radial x tangencial x longitudinal). Fez-se, portanto, a caracterização dessa madeira para se ter os valores de suas propriedades físicas e mecânicas. Feitos os testes, de fato pôde-se verificar a diferenças significativas das características de um mesmo gênero. O módulo de ruptura (MOR) e o módulo de elasticidade (MOE) são parâmetros cruciais para avaliar a resistência mecânica da madeira, sendo que o MOE é particularmente importante para caracterizar a rigidez do material quando submetido a forças. Essas propriedades são essenciais para definir o uso adequado da madeira em diferentes contextos industriais e de construção.

Palavras-Chave: Métodos destrutivos. *Eucalyptus*. Propriedades físico-mecânicas. Módulo de ruptura. Módulo de elasticidade.

Abstract

The present work aims to estimate the physical-mechanical characteristics of three forest species by destructive methods. In this work, the wood of Eucalyptus dunnei, Eucalyptus tereticornis and Corymbia citriodora, supplied by the Laboratory of Physical and Mechanical Properties of Wood of the Federal University of Pelotas, was used. The specimens (CP) were prepared: 2.0 x 2.0 x 32.0 cm (radial x tangential x longitudinal). Therefore, the characterization of this wood was made in order to have the values of its physical and mechanical properties. After the tests, it was indeed possible to verify the significant differences in the characteristics of the same genus. The modulus of rupture (MOR) and the modulus of elasticity (MOE) are crucial parameters to evaluate the mechanical strength of wood, and the MOE is particularly important to characterize the stiffness of the material when subjected to forces. These properties are essential to define the proper use of wood in different industrial and construction contexts.

Keywords: Destructive methods. *Eucalyptus*. Physical-mechanical properties. Modulus of rupture. Modulus of elasticity.

1. INTRODUÇÃO

Segundo Gonzalez (2006), as propriedades físicas e mecânicas são fundamentais para a qualidade da madeira. Essa qualidade é determinada pela combinação das características físicas, mecânicas, químicas e anatômicas da árvore, que definem a melhor utilização do material em diferentes aplicações.

Segundo Oliveira (2003), atualmente, a caracterização das propriedades mecânicas da madeira é feita por meio da avaliação destrutiva dos corpos de prova, o que pode resultar em variação nos resultados devido a problemas na preparação dos corpos de prova ou a fatores como uma amostragem inadequada.

Segundo Stangerlin (2010), os métodos destrutivos, como a análise de resistência à evolução, flexão, tração e dureza, permitem uma avaliação aprofundada das propriedades físicas e mecânicas da madeira, que são fundamentais para sua utilização em projetos de construção.

De acordo com Panshin e De Zeeuw (1980), a resistência da madeira refere-se à sua capacidade de suportar cargas e forças, sendo intimamente relacionada à sua densidade. As propriedades mecânicas, que incluem as características de resistência, são geralmente determinadas em laboratório e podem ser usadas para dimensionar peças de madeira em estruturas. Sendo assim, é essencial conhecer as suas propriedades físicas ou mecânicas.

Segundo Panshin e De Zeeuw (1980), a densidade básica, em relação à idade da árvore, geralmente aumenta de forma rápida durante o período juvenil, depois de forma mais lenta até atingir a maturidade, quando tende a se estabilizar. Além disso, a madeira de lenho tardio apresenta densidade básica superior à do lenho juvenil. Esses mesmos autores afirmaram que a variabilidade da maioria das propriedades mecânicas da madeira pode ser estimada a partir da variação da densidade, mas também à ampla diversidade de espécies, o que permite atender às exigências tecnológicas dos mais variados setores da indústria madeireira.

Segundo Gonçalves (2009), o módulo de ruptura (MOR) e o módulo de elasticidade (MOE) são parâmetros essenciais, analisados em testes de flexão estática para avaliar a resistência mecânica da madeira. Dentre eles, o MOE se destaca na caracterização tecnológica, por expressar a rigidez do material ao ser submetido a forças aplicadas perpendicularmente ao seu eixo longitudinal.

Este estudo tem como objetivo analisar a variação das propriedades físico-mecânicas de duas espécies do gênero *Eucalyptus* e uma do gênero *Corymbia*.

2. METODOLOGIA

Três espécies florestais foram utilizadas nos testes físico-mecânicos. O material, composto por lotes de madeira das espécies *Eucalyptus dunnii*, *Eucalyptus tereticornis* e *Corymbia citriodora*, foi fornecido pelo Laboratório de Propriedades Físicas e Mecânicas da Madeira da Universidade

Federal de Pelotas.

Foram utilizadas madeiras isentas de defeitos, seguindo as seguintes dimensões para os corpos de prova (CP): 2,0 x 2,0 x 32,0 cm (radial x tangencial x longitudinal).

Primeiramente, os corpos de prova foram colocados em uma câmara climatizada que possui 20° C de temperatura e 65 % de umidade relativa do ar, até o teor de umidade de equilíbrio obter um valor de 12%.

Em seguida, com o auxílio de um paquímetro digital (com resolução de 0,01 mm) e de uma balança analítica (com resolução de 0,001 g), foram mensuradas as dimensões e a massa dos corpos de prova. A partir desses dados, calculou-se a massa específica aparente a 12% de umidade utilizando a equação: $Mea_{12\%} = (m_{12\%}) / (v_{12\%})$, onde: $Mea_{12\%}$: massa específica aparente a 12% de umidade; $m_{12\%}$: massa a 12% de umidade; $v_{12\%}$: volume a 12% de umidade.

Para a obtenção dos dados pelos métodos destrutivos, foram determinados os módulos de elasticidade (MOE) e de ruptura (MOR) por flexão estática, além da dureza Janka. Os testes foram realizados em uma máquina universal de ensaios mecânicos da marca EMIC, seguindo a norma ASTM D 143 – 94. Tanto o módulo de elasticidade, o módulo de ruptura, quanto a dureza Janka foram calculados diretamente pelo software da máquina.

O teste de dureza Janka mede o esforço, em megapascal (MPa), necessário para introduzir uma semiesfera de aço com 1 cm² de seção diametral. Para cada corpo de prova, foram realizadas quatro medições, e a média desses valores foi calculada posteriormente.

Com os dados em mãos, foram realizadas análises de variância para comparar as propriedades entre as espécies, além da verificação das correlações de Pearson para as propriedades mecânicas obtidas nos ensaios destrutivos, utilizando o software Statgraphics Centurion XV.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Tabela 1 apresenta os valores médios das variáveis avaliadas neste estudo, obtidos por meio de testes. Observa-se que essas propriedades apresentam variações significativas entre as espécies.

Tabela 1 – Valores médios obtidos para as variáveis em estudo.

Espécie	MOE (MPa)	MOR (MPa)	Mea (g/cm ³)	Dureza(MPa)
<i>Corymbia citriodora</i>	19305,59b	170,66a	1,04a	47,82b

	16176,96b	103,23b	0,74b	33,94a
<i>Eucalyptus dunnii</i>				
	9187,82 ^a	76,11c	0,96c	51,02b
<i>Eucalyptus Tereticornis</i>				
Teste F	22,53*	34,79*	63,52*	20,5*

Em que: *Significativo ao nível de 95% de confiança. MOE = Módulo de Elasticidade; MOR = Módulo de Ruptura; Mea = Massa Específica; dureza = dureza Janka; letras distintas indicam diferenças estatisticamente significativas ao nível de 95% de confiança no teste de HSD-Tukey.

Oliveira (1997) observou que madeiras de alta densidade apresentam maiores valores de MOE e MOR. Para a espécie *Eucalyptus tereticornis*, foram registrados valores de 11.104,00 MPa e 79 MPa para MOE e MOR, respectivamente, resultados que são semelhantes aos encontrados neste estudo.

Rodrigues (2002), obteve valores de massa específica aparente (Mea) de 0,99 g/cm³, 0,69 g/cm³ e 0,89 g/cm³ para as espécies *Corymbia citriodora*, *Eucalyptus dunnii* e *Eucalyptus tereticornis*, respectivamente. Em relação ao Módulo de Elasticidade (MOE), os valores foram de 18.421 MPa, 18.029 MPa e 17.198 MPa para as mesmas espécies, respectivamente. No entanto, observou-se uma correlação fraca ao comparar o MOE de *Eucalyptus tereticornis* com os resultados deste trabalho. As madeiras de *Corymbia citriodora* e *Eucalyptus tereticornis* apresentaram o maior e o menor módulo de elasticidade, respectivamente, sendo que a primeira espécie demonstrou maior resistência mecânica em comparação às outras.

De acordo com Ballarin (2012), os valores de massa específica aparente (Mea) foram de 0,98 g/cm³, 0,75 g/cm³ e 0,95 g/cm³ para as espécies *Corymbia citriodora*, *Eucalyptus dunnii* e *Eucalyptus tereticornis*, respectivamente, valores que são semelhantes aos encontrados neste estudo.

Tabela 2 – Correlação linear de Pearson entre as variáveis

	MOE	MOR	Mea	Dureza
MOE	1	0,86*	0,23	0,11
MOR		1	0,57*	0,51
Mea			1	0,81*
Dureza				1

Em que: *Significativo ao nível de 95% de confiança.

Panshin e De Zeeuw (1964), relataram uma forte correlação entre a densidade e as propriedades de resistência da madeira. Neste estudo, as propriedades mecânicas (MOR e MOE) apresentaram correlações positivas significativas com todas as propriedades físicas avaliadas.

Cruz et al. (2003), ao avaliar a variação das propriedades físicas e mecânicas da madeira de sete clones de *Eucalyptus* com idades de 5,5 e 10,5 anos em diferentes espaçamentos, observaram fortes correlações entre o MOR, o MOE e a densidade básica.

Lobão et al. (2004) afirmaram que a resistência mecânica é diretamente influenciada pela densidade, o que foi corroborado pelos dados obtidos neste estudo, conforme apresentado na Tabela 2.

4. CONCLUSÃO

Com base nos resultados obtidos, observou-se que há uma divergência significativa na caracterização das propriedades físico-mecânicas entre as espécies de um mesmo gênero. Essa variação destaca a importância de estudos detalhados para entender as características específicas de cada espécie, permitindo uma utilização mais eficiente e adequada de suas propriedades conforme a aplicação desejada.

A análise revelou que a espécie *Corymbia citriodora* apresentou os maiores valores para as propriedades físico-mecânicas avaliadas, como o Módulo de Elasticidade (MOE) e o Módulo de Ruptura (MOR), quando comparada com as outras espécies. Esses resultados indicam que *Corymbia citriodora* possui uma maior resistência mecânica e durabilidade, o que pode torná-la mais adequada para aplicações que exigem maior desempenho estrutural, como na construção civil e em produtos de alto impacto.

Esses resultados reforçam a necessidade de um estudo mais aprofundado das propriedades de diferentes espécies de madeira, com o objetivo de otimizar o uso da matéria-prima e garantir maior eficiência na utilização dos recursos florestais.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASTM STANDARD D143 1994 (2014). Standard Test Methods for Small Clear Specimens of Timber. **Annual Book of ASTM Standard**. West Conshohocken, PA, 2014: ASTM International.

BALLARIN, Adriano Wagner; ALMEIDA, Pedro; PALMA, Hernando Lara. Estimating hardness of eucalyptus wood with a portable hardness tester. In: **World Conference on Timber Engineering 2012**, WCTE 2012. 2012. p. 71-74.

CRUZ, C. R.; LIMA, J. T.; MUNIZ, G. I. B. Variações dentro das árvores e entre clones das propriedades físicas e mecânicas da madeira de híbridos de *Eucalyptus*. **Revista Scientia Forestalis**, n.64, p.33-47, 2003.

Gonçalez JC, Breda LC, Barros JFM, Macedo DG, Janin G, Costa AFC et al. Características tecnológicas das madeiras de W.Hill ex Maiden e F. Muell visando ao seu aproveitamento na indústria moveleira. *Eucalyptus grandis* *Eucalyptus cloeziana*. **Revista Ciência Florestal** 2006; 16(3): 329-341.

GONÇALVES, F. G.; OLIVEIRA, J. T. S.; LUCIA, R. M. D.; SARTORIO, R. C. Estudo de algumas propriedades mecânicas da madeira de um híbrido clonal de *Eucalyptus urophylla* X *Eucalyptus grandis*. **Revista Árvore**, Viçosa, v. 33, n. 3, p. 501-509, 2009.

LOBÃO, M. S. et al. Caracterização das propriedades físico-mecânicas da madeira de eucalipto com diferentes densidades. **Revista Árvore**, v.28, n.6, p.889-894, 2004.

OLIVEIRA, JT da S. et al. Caracterização da madeira de sete espécies de eucaliptos para a construção civil: avaliações dendrométricas das árvores. **Scientia forestalis**, v. 56, p. 113-124, 1997.

OLIVEIRA, F. G. R.; CANDIAN, M.; LUCCHETTE, F. F.; CALIL JÚNIOR, C.; SALES, A. Avaliação de propriedades mecânicas de madeira por meio de ultra-som. In: PAN AMERICAN CONFERENCE FOR NONDESTRUCTIVE TESTING, 3., 2003, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: **Pan American Conference for Nondestructive Testing**, 2003. 5p

PANSHIN, A. J.; DE ZEEUW, C. **Textbook of wood technology**. 2.ed. New York: McGraw Hill, 1964. v.1. 643p.

PANSHIN, A. J.; DE ZEEUW, C. **Textbook of wood technology**. Structure, identification, properties, and uses of the commercial woods of the United States and Canada. New York:

McGraw-Hill. 1980. 472p.

RODRIGUES, R. A. D. **Variabilidade de propriedades físico-mecânicas em lotes de madeira serrada de eucalipto para construção civil**. 2002. 76 f. 2002. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado)—Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

STANGERLIN, D. M. et al. Uso do ultrassom para estimativa das propriedades mecânicas da madeira de *Peltophorum*. **Ciência da Madeira**, v. 01, n. 02, p. 44-53, 2010.

Breve análise dos impactos ambientais do uso do fluido de corte em processos industriais de usinagem

Bruno Gabriel Morais Moreira

Graduado em engenharia mecânica, pós-graduado em projeto de estruturas, automação e robótica, discente do curso de mestrado em engenharia mecânica – CEFET-MG. Autor para correspondência: bgsefie@gmail.com

Resumo

Nos processos de fabricação por usinagem, a presença e o uso do fluido de corte são quase constantes. Tais elementos são óleos ou substâncias emulsificantes que possuem como função primária a refrigeração da região de corte entre a peça e a ferramenta que executa o trabalho. O uso de determinadas substâncias confere aos processos de fabricação uma maior produtividade, reduzindo quebras de ferramenta atribuindo um melhor acabamento superficial às peças executadas. Apesar dos benefícios dos fluidos de corte, o seu uso também pressupõe alguns efeitos indesejáveis. Destas consequências deve-se destacar alguns problemas ambientais acerca do uso desses insumos, que se mal manuseadas poderão impactar negativamente a saúde dos operadores e o meio ambiente. Este artigo busca de maneira sistemática dissertar acerca das consequências do uso de fluidos de corte ressaltando os aspectos quando não são aplicados corretamente.

Palavras-Chave: fluido de corte; usinagem; impactos ambientais; processos de fabricação.

Abstract

In machining manufacturing processes, the presence and use of cutting fluid are almost constant. Such elements are oils or emulsifying substances whose primary function is to cool the cutting region between the part and the tool that performs the work. The use of certain substances gives manufacturing processes greater productivity, reducing tool breakages and providing a better surface finish to the manufactured parts. Despite the benefits of cutting fluids, their use also involves some undesirable effects. Of these consequences, some environmental problems should be highlighted regarding the use of these inputs, which, if poorly handled, could negatively impact the health of operators and the environment. This article systematically seeks to discuss the consequences of using cutting fluids, highlighting the aspects when they are not applied correctly.

Keywords: cutting fluid; machining; environmental impacts; manufacturing processes.

1. INTRODUÇÃO

Como operações de usinagem entendemos aquelas que conferem à peça a forma, as dimensões e o acabamento superficial, ou ainda uma combinação qualquer desses três itens, produzindo cavaco como rejeito. Definimos o cavaco como a porção de material da peça retirada pela ferramenta, caracterizando-se por apresentar forma geométrica irregular (FERRARESI, 1977). O processo de geração do cavaco ocorre por meio do cisalhamento, caracterizado pela ruptura do material sob a aplicação de forças opostas (ferramenta-peça). Esse processo produz uma quantidade de calor devido a dissipação da potência de corte empregada para a ruptura do material.

Nesse contexto os fluídos de corte têm papel significativos para ajudar a resfriar a região entre a ferramenta e a peça permitindo que a usinagem prossiga sem que ocorra falhas catastróficas da ferramenta ou mesmo um acabamento indesejado na peça. Apesar destas funções, deve-se destacar também que o fluido de corte trabalha, muitas vezes, removendo o cavaco da região onde ocorre o corte, fazendo uma limpeza da área e contribuindo para a correta operação do equipamento.

Em 1890, Taylor investigou e mediu o impacto dos fluidos de corte no processo de usinagem de materiais. Ele descobriu que o uso de água para resfriar a ferramenta ajudava a mitigar os efeitos negativos da alta temperatura, permitindo um aumento de 33% na velocidade de corte sem comprometer a durabilidade da ferramenta. Posteriormente, Taylor passou a utilizar uma solução de água e sabão para evitar a ferrugem tanto na peça quanto na ferramenta.

Com o tempo, diversos experimentos foram conduzidos, resultando no surgimento de novos meios refrigerantes, como óleos graxos, óleos minerais, combinações de óleos e aditivos, óleos emulsionáveis e fluidos de corte. No entanto, apesar dos benefícios oferecidos pelos fluidos de corte, sua utilização acarreta sérios problemas ambientais, como a poluição, riscos à saúde dos operadores e contaminação da água e do solo. Nesse contexto, as tendências tecnológicas e de aplicação buscam reduzir ou até eliminar o uso de fluidos de corte nos processos de usinagem. (VACARO, 2009; SOUZA, 2011; LAWAL et al., 2012)

2. DESENVOLVIMENTO

Os fluidos de corte contemplam uma ampla gama de químicos e a sua aplicação pode depender do tipo de processo de usinagem bem como do material que está sendo cortado. Nesse aspecto, os fluidos podem ser divididos em três categorias principais:

- **Fluidos à base de óleo mineral:** São fluidos derivados do petróleo. Podem ser óleos puros ou misturados com aditivo. Apresentam como vantagens a alta capacidade de lubrificação e redução de atrito, boa eficiência na dissipação do calor, baixo custo quando comparado a outros fluidos, e disponibilidade de mercado. Entretanto, são altamente poluentes e apresentam grande dificuldade no descarte e a manutenção e a limpeza dos equipamentos que usam esse tipo de insumo pode ser mais difícil.
- **Fluidos sintéticos ou semissintéticos:** São compostos que são quimicamente desenvolvidos para oferecer propriedades específicas de desempenho em processos de usinagem. Os compostos sintéticos são artificiais sem a presença de óleo mineral e geralmente são formulados com ingredientes à base de água. Das suas características, pode-se destacar a alta eficiência de refrigeração, baixa viscosidade, melhor desempenho de lubrificação, e menor geração de fumaça e odores. Entretanto, das desvantagens, destaca-se o custo de aquisição mais elevado a menor estabilidade química de longo prazo e o fluido contém aditivos químicos que podem ser prejudiciais ao meio ambiente.
- **Fluidos biodegradáveis:** São compostos formulados com ingredientes naturais ou derivados de fontes renováveis. Podem ser decompostos de maneira segura pela ação de bactérias e microrganismos do ambiente. São aplicados em uma ampla gama de processos de usinagem e tem o risco de poluição do solo e da água mínimos. A toxicidade destes compostos é baixa e apresentam uma alta performance. Entretanto, apesar das muitas vantagens, os fluidos biodegradáveis, apresentam como desvantagens o alto custo, menor vida útil e estabilidade em operações com temperaturas mais elevadas, e sensibilidade a contaminação.

2.1. IMPACTOS AMBIENTAIS

Os fluidos de corte apresentam como impactos ambientais algumas situações advindas do seu descarte e uso corriqueiro. Os principais são:

- **Emissão de vapores tóxicos:** Os fluidos de corte desempenham um papel essencial na usinagem ao reduzir o atrito, minimizar o desgaste das ferramentas e dissipar o calor gerado durante o processo. No entanto, essa dissipação térmica pode atingir níveis extremos, levando à vaporização parcial ou completa do fluido, o que resulta na emissão de vapores potencialmente tóxicos. A inalação desses vapores representa um risco significativo à saúde dos operadores, podendo causar irritação das vias respiratórias, alergias, dores de cabeça e, em casos de exposição prolongada, contribuir para o desenvolvimento de doenças pulmonares crônicas, como asma ocupacional e pneumonite química. Além disso, partículas finas suspensas no ar podem ser inaladas e provocar inflamações nos pulmões, enquanto alguns compostos presentes nos fluidos, como óleos minerais, aditivos e biocidas, podem ter propriedades carcinogênicas, exigindo controle rigoroso sobre sua exposição. O impacto ambiental também deve ser considerado. A volatilização de certos componentes dos fluidos pode resultar na contaminação do ar dentro das instalações industriais e, em menor escala, contribuir para a poluição atmosférica externa. Além disso, a degradação térmica dos fluidos pode gerar compostos tóxicos, que, ao se acumularem no ambiente de trabalho, exigem sistemas eficientes de ventilação e filtragem para reduzir a exposição dos trabalhadores e minimizar o impacto ambiental. Outro aspecto relevante é o forte odor emitido por alguns fluidos de corte durante a vaporização. Esse fator pode gerar desconforto aos operadores, prejudicando a qualidade do ambiente de trabalho e podendo até comprometer a produtividade. Fluidos que contêm compostos sulfurados ou clorados, por exemplo, tendem a ter odores mais intensos e desagradáveis, tornando essencial a escolha de formulações menos agressivas e ambientalmente seguras. Para mitigar esses problemas, a indústria tem investido no desenvolvimento de fluidos de corte biodegradáveis, isentos de substâncias tóxicas e de baixa volatilidade. Além disso, a utilização de sistemas de exaustão eficiente, filtros de ar e boas práticas de manutenção das máquinas e do próprio fluido, como a remoção de contaminantes e o controle da temperatura, são medidas essenciais para reduzir os riscos à saúde ocupacional e minimizar os impactos ambientais.

- **Contaminação da água:** Esse problema pode gerar um impacto ambiental significativo no meio ambiente se a substância não for descartada corretamente. Nas indústrias de fabricação de peças metálicas o emprego de fluidos de corte é uma constante, e durante as paradas para a manutenção dos equipamentos, a troca do fluido de corte é feita. Normalmente, esses insumos são guardados em galões para posterior coleta por empresa terceira que fará o correto descarte desse material. Nesse contexto logístico, a contaminação de água pode ocorrer por meio de vazamento, derramamento acidental ou

mesmo pelo descarte incorreto deste material. Alguns fluidos de corte possuem emulsificantes que facilitam a sua dissolução em corpos d'água. Tal aspecto pode ser prejudicial ao meio ambiente pois a depender da quantidade de material contaminante vazado, as consequências podem ser a eutrofização e depleção de oxigênio, toxicidade para organismos aquáticos gerando impactos em toda a cadeia alimentar.

- **Contaminação do solo:** A contaminação do solo pelos fluidos de corte é uma preocupação ambiental significativa, especialmente quando esses produtos não são descartados ou armazenados de forma adequada. Durante o processo de usinagem, pequenas quantidades de fluido podem se acumular no ambiente de trabalho e, eventualmente, infiltrar-se no solo por meio de vazamentos, derramamentos ou descarte irregular. Muitos fluidos de corte contêm óleos minerais, aditivos químicos, metais pesados e substâncias tóxicas que podem comprometer a qualidade do solo, afetando sua capacidade de absorção de água e nutrientes, além de representar um risco à fauna e à flora locais. Além disso, esses contaminantes podem atingir lençóis freáticos, agravando ainda mais os impactos ambientais ao comprometer a qualidade da água potável. Para mitigar esse problema, é fundamental adotar práticas sustentáveis, como o uso de sistemas de contenção, reciclagem e reprocessamento dos fluidos, além da implementação de protocolos rigorosos de descarte conforme a legislação ambiental vigente.

2.2 ALTERNATIVAS SUSTENTÁVEIS

Para contornar os possíveis impactos do uso de fluidos de corte na indústria, novos métodos e tecnologias tem sido adotada visando mitigar e diminuir as consequências. Dentre as principais abordagens destacam-se:

- **Preferência para fluidos Biodegradáveis:** Os fluidos biodegradáveis, como o próprio nome sugere, apresentam uma decomposição sob a ação de microrganismos. Tal aspecto contribui para reduzir o seu impacto no ambiente, entretanto é necessário levar em consideração o seu custo mais elevado.

- **Técnicas de usinagem a seco:** As técnicas de usinagem a seco são uma alternativa para a fabricação de peças sem o uso dos fluidos de corte. Entretanto é necessário levar em consideração que para determinados materiais e tipos de trabalho, o uso do fluido é praticamente indispensável. Também é pertinente salientar que existem estudos que demonstram que a usinagem sem o emprego do fluido de corte pode provocar danos a máquina ferramenta acarretando em paradas para manutenção interferindo na produtividade da linha.

- **Reciclagem e tratamento dos fluidos de corte:** A reciclagem de fluidos de corte é uma prática essencial para reduzir desperdícios, minimizar impactos ambientais e prolongar a vida útil desses insumos

na indústria. O processo envolve a remoção de impurezas, como partículas metálicas, óleos oxidados, microrganismos e outros contaminantes, por meio de técnicas como centrifugação, filtração, decantação e separação por membranas. Além de reduzir custos operacionais ao diminuir a necessidade de reposição frequente do fluido, a reciclagem também contribui para a preservação dos recursos naturais, uma vez que minimiza a demanda por matérias-primas utilizadas na formulação de novos fluidos. Além disso, o descarte inadequado de fluidos usados pode causar sérios danos ambientais, como contaminação do solo e da água, tornando a reciclagem uma alternativa sustentável e alinhada às regulamentações ambientais. A implementação de sistemas eficientes de reprocessamento permite que as indústrias otimizem o desempenho dos fluidos de corte, garantindo maior eficiência nos processos de usinagem e reduzindo a geração de resíduos perigosos.

3. Conclusão

A utilização de fluidos de corte nos processos de usinagem desempenha um papel fundamental na melhoria da eficiência e qualidade do trabalho realizado, contribuindo significativamente para a refrigeração das ferramentas, a remoção do cavaco e a redução do desgaste. Além disso, esses fluidos são essenciais para garantir um bom acabamento superficial nas peças e para a manutenção da vida útil das ferramentas. No entanto, os impactos ambientais associados ao uso desses fluidos não podem ser negligenciados. A contaminação do solo e da água, bem como os riscos à saúde dos operadores, são problemas significativos que exigem a adoção de medidas de controle e a busca por alternativas mais sustentáveis.

Embora o desenvolvimento de novas tecnologias e tendências, como a redução ou eliminação do uso de fluidos de corte, seja um passo importante para mitigar esses impactos, a transição para soluções mais ecológicas ainda representa um grande desafio. Nesse contexto, é crucial que a indústria continue a investir em pesquisas que visem otimizar o uso de fluidos de corte e, ao mesmo tempo, explorem alternativas que minimizem os danos ambientais, sem comprometer a eficiência dos processos de usinagem. A implementação de práticas sustentáveis e a conscientização dos operadores sobre o manejo adequado desses fluidos são essenciais para promover um futuro mais responsável e equilibrado na indústria de usinagem.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERRARESI, Dino. Usinagem dos metais. São Paulo: Blucher, 1977.

LAWAL, Sunday Albert; CHOUDHURY, Imtiaz Ahmed; NUKMAN, Yusoff. A critical assessment of lubrication techniques in machining processes: a case for minimum quantity lubrication using vegetable oil-based lubricant. In: JOURNAL OF CLEANER PRODUCTION, 2012, 12p. Editora: Elsevier.

LISBOA, Fabio Cordeiro de; MORAES, Jessyca Jordanna Barroso de; HIRASHITA, Massako de Almeida. Fluidos de corte: uma abordagem geral e novas tendências. ENEPEP 2013, São Paulo, 185, p. 23095, 2013. Disponível em: https://abepro.org.br/biblioteca/enepep2013_TN_STO_185_056_23095.pdf. Acesso em: 27 fev. 2025.

SOUZA, André João de. Processos de fabricação por usinagem – Parte 1. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011, 89p. Disponível em: http://www.chasqueweb.ufrgs.br/~ajsouza/ApostilaUsinagem_Parte1.pdf. Acesso em: 29 dez. 2012.

VACARO, Tiago. Redução da utilização de fluidos de corte: uma abordagem ecológica na gestão de processos de usinagem. In: XVII ENCONTRO DE JOVENS PESQUISADORES DA UCS, 2009, Caxias do Sul. Disponível em: http://www.ucs.br/ucs/pesquisa/jovenspesquisadores2009/trabalhos/poster/e_TiagoVacaro.pdf. Acesso em: 24 fev. 2013.

O Diálogo das Fontes entre o Direito Civil e o Direito do Consumidor: Prazos Prescricionais e a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça

Maria Orsi Cembranelli

Advogada. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Especialista em Criminologia pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM) em parceria com a Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados de São Paulo (ESA OAB-SP).

Resumo

O artigo analisa a interação entre o Código Civil (CC) e o Código de Defesa do Consumidor (CDC) pelo diálogo das fontes. Destaca-se que, apesar das diferenças principiológicas, o CC incorporou aspectos sociais que o aproximam do CDC. A teoria, defendida por Cláudia Lima Marques, propõe a aplicação da norma mais favorável ao consumidor. O estudo examina decisões do STJ sobre prazos prescricionais, demonstrando um equilíbrio entre os códigos. Conclui-se que o tribunal adota o diálogo das fontes, mas nem sempre prioriza a norma mais benéfica ao consumidor, privilegiando, em alguns casos, a especialidade do CDC.

Palavras-Chave: Diálogo das fontes, Código de Defesa do Consumidor, STJ.

Abstract

The article analyzes the interaction between the Civil Code (CC) and the Consumer Defense Code (CDC) through the dialogue of sources. It highlights that, despite their principled differences, the CC has incorporated social aspects that bring it closer to the CDC. The theory, advocated by Cláudia Lima Marques, proposes applying the most favorable rule to the consumer. The study examines STJ rulings on prescription periods, demonstrating a balance between the codes. It concludes that the court adopts the dialogue of sources but does not always prioritize the most beneficial rule for the consumer, sometimes favoring the CDC's specificity.

Keywords: Dialogue of sources, Consumer Defense Code, STJ.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo examina a interação entre o Código Civil (CC) e o Código de Defesa do Consumidor (CDC) a partir da perspectiva do diálogo das fontes. Inicialmente, são analisadas as diferenças nos princípios que regem cada um desses diplomas normativos, bem como algumas mudanças introduzidas na legislação civilista com o advento do Código Civil de 2002.

Em seguida, o estudo aborda os principais conceitos relacionados ao diálogo das fontes, a partir da contribuição da jurista Cláudia Lima Marques, destacando sua relevância para a aplicação simultânea e harmônica das normas jurídicas.

Por fim, o artigo se dedica à análise da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, com foco nos prazos prescricionais. Embora outros recortes fossem possíveis, essa escolha permite ilustrar como a Corte tem conciliado diferentes normativos na fixação dos prazos aplicáveis às demandas.

2. ANÁLISE COMPARATIVA: LEGISLAÇÃO CONSUMERISTA E CIVILISTA

O **Direito do Consumidor** no Brasil é regulamentado, principalmente, pela **Lei nº 8.078, de 1990**, que instituiu o **Código de Defesa do Consumidor (CDC)**. Entre as previsões estruturantes do Código, destaca-se o princípio da vulnerabilidade do consumidor, previsto no **art. 4º, I, do CDC**, que reconhece que o consumidor está em posição de desvantagem em relação ao fornecedor no mercado de consumo.

Tal vulnerabilidade pode ser classificada em diferentes categorias. A vulnerabilidade **econômica ou fática** refere-se à desvantagem do consumidor em razão de sua fragilidade financeira frente ao poder econômico dos fornecedores.

Por sua vez, a **jurídica** está relacionada à desigualdade no conhecimento sobre direitos e deveres nas relações de consumo. Já a **técnica** diz respeito à falta de conhecimento especializado do consumidor sobre o produto ou serviço que adquire.

Por fim, a informacional lembra que, na maior parte dos casos, os consumidores não têm acesso ou não compreendem todas as informações essenciais para uma decisão plenamente consciente^[1].

Cumprido mencionar que, diferente da hipossuficiência, que exige prova concreta da desvantagem do consumidor em determinado caso, a vulnerabilidade é presumida, ou seja, sempre considerada presente na relação de consumo. Tal princípio justifica a criação de normas que equilibram a relação contratual, garantindo ao consumidor tratamento diferenciado para compensar sua fragilidade.

O CDC estabelece medidas como a **inversão do ônus da prova** (art. 6º, VIII), que facilita sua defesa em juízo, a **vedação de cláusulas abusivas** (art. 51), que protege contra condições desproporcionais, e o **direito à informação clara e adequada** (art. 6º, III), garantindo transparência nas relações de consumo.

O **Direito Civil**, ao contrário do **Direito do Consumidor**, parte da premissa de que as partes estão em posição de igualdade. Busca-se regular relações privadas com base nos princípios da **liberdade contratual**, que permite às partes definir os termos do contrato conforme sua vontade, e da **força obrigatória dos contratos**, que estabelece que as obrigações acordadas devem ser cumpridas.

Além disso, o Direito Civil, em sua abordagem tradicional, tende a limitar demasiadamente as intervenções nas relações privadas, permitindo que as partes se auto legislem de acordo com seus interesses.

Ainda que assim seja, a legislação civilista sofreu transformações significativas com o advento do Código Civil de 2002[2]. De acordo com **Miguel Reale**, coordenador da comissão responsável por sua elaboração, o código atual representa uma verdadeira “constituição do homem comum” e se configura como a “lei por excelência da sociedade civil”[3].

Quanto ao caráter do Código Civil atual, leciona Gonçalves:

“O Código Civil de 2002 procurou afastar-se das concepções individualistas que nortearam o diploma anterior para seguir orientação compatível com a socialização do direito contemporâneo. O princípio da sociabilidade por ele adotado reflete a prevalência dos valores coletivos sobre os individuais, sem perda, porém, do valor fundamental da pessoa humana. Com efeito, o sentido social é uma das características mais marcantes do novo diploma, em contraste com o sentido individualista que condiciona o Código Beviláqua[4]”

Nesse sentido, pode-se afirmar que o Código Civil de 2002 reflete mudanças no direito privado, alinhando-se a princípios que se aproximam da **perspectiva consumerista**, como a função social do contrato e as possibilidades de sua revisão em determinadas situações.

Contudo, a diferença persiste: enquanto o Direito Civil regula relações privadas de maneira mais ampla, pressupondo que as partes estejam em condições de igualdade, o Direito do Consumidor busca estabelecer regras protetivas com o intuito de equilibrar relações entre partes presumidamente desiguais.

3. O DIÁLOGO ENTRE O CÓDIGO CIVIL E O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR: EXPLORANDO AS CONEXÕES

A **Teoria do Diálogo das Fontes**, proposta pelo jurista alemão **Erik Jayme**, buscou a interação entre as diretrizes da comunidade europeia e as legislações nacionais. O jurista sustentou que, no direito pós-moderno, a ideia de resolver conflitos de normas por meio da **revogação** ou pela **imposição de uma única norma** deve ser substituída pela **coexistência** e **diálogo** entre essas normas. Esse diálogo permite que as fontes jurídicas, em vez de se excluir, se complementem de maneira coordenada, respeitando as complexidades da sociedade atual[5].

Entre as principais responsáveis pela “adaptação” e desenvolvimento da teoria ao solo brasileiro, está a jurista Claudia Lima Marques, autora de parte considerável dos artigos em português escritos sobre o tema. Em razão das suas e das contribuições de outros autores, hoje a teoria é aplicada no

direito consumidor pátrio, e também em áreas como direito de família, falências, processo civil, tributário e até no direito penal.

Analisando especificamente a relação entre o Código de Defesa do Consumidor (CDC) e do Código Civil de 2002 (CC/2002), a jurista propõe que a aplicação simultânea, coordenada e sistemática dos dois códigos seja vista como um “diálogo das fontes”. Marques ainda explica que, nesse diálogo, deve-se adotar sempre “a solução mais favorável aos mais fracos da relação (tratamento diferente dos diferentes)”[6].”

A autora também afirma, ao contrário do que se poderia pensar, que não há um conflito real entre os dois códigos, mas sim antinomias aparentes, que podem ser resolvidas por meio de uma aplicação ordenada e subsidiária das leis.

Segundo a jurista, esse diálogo se manifesta de três formas principais: o diálogo de coerência, o diálogo de complementariedade e subsidiariedade em casos de antinomias (reais ou aparentes), e o diálogo de coordenação e adaptação sistemática[7].

A primeira forma de diálogo entre o Código de Defesa do Consumidor (CDC) e o Código Civil de 2002 (CC/2002) é denominada **“diálogo sistemático de coerência”**. Esse tipo de interação ocorre quando, ao se aplicar as duas leis simultaneamente, uma delas fornece uma base conceitual para a outra[8].

Um exemplo claro dessa aplicação pode ser observado nas relações de compra e venda. Nesse contexto, o Código Civil define as regras gerais para a transação (como o contrato de compra e venda), enquanto o CDC entra para garantir os direitos do consumidor, como a proteção contra cláusulas abusivas ou a obrigação de fornecer informações claras.

Ou seja, o Código Civil estabelece a estrutura da relação, enquanto o CDC aplica-se para proteger os interesses da parte mais vulnerável, que é o consumidor, assegurando assim uma coerência entre as normas.

A segunda forma de diálogo é denominada **“diálogo de influências recíprocas sistemáticas”**, que ocorre quando os conceitos de uma lei influenciam ou moldam os conceitos de outra. A ideia é que tanto as normas gerais quanto as especiais se influenciam mutuamente.

Claudia Lima Marques usa o termo **“diálogo de doublé sens”** para descrever essa relação bidirecional. Isso pode ser observado quando da análise do conceito de consumidor, que, embora seja definido principalmente pelo CDC, pode sofrer influências do Código Civil, especialmente no que diz respeito a disposições que envolvem obrigações e responsabilidade civil[9].

O terceiro diálogo é chamado **“diálogo de complementaridade ou subsidiariedade”**. Aqui, as duas leis se aplicam de forma coordenada, com uma norma complementando a outra. O “diálogo de complementaridade” ocorre quando uma norma preenche lacunas da outra de maneira direta, enquanto o “diálogo de subsidiariedade” se dá quando uma norma entra em cena apenas quando a outra não for suficiente para resolver a questão[10].

Um exemplo desse diálogo está nos contratos de adesão, que são simultaneamente contratos de consumo. Nesse caso, além das disposições gerais do Código Civil, que protegem contra cláusulas abusivas em contratos de adesão (artigos 423 e 424), aplica-se também a proteção prevista no CDC. As duas legislações se aplicam de forma coordenada, com o Código Civil regulando as bases do contrato e o CDC protegendo o consumidor da abusividade e da falta de transparência.

Tratando de outras regras previstas nos dois diplomas analisados, pouco após a promulgação do Código Civil, Marques projetou cenário otimista com relação a aplicação do diálogo das fontes entre este e o Código de Defesa do Consumidor. Nas palavras da autora:

“Funcionalmente, ou pela teleologia do próprio Código de Defesa do Consumidor e da Constituição Federal há que se utilizar a norma mais favorável aos direitos do consumidor. Sendo assim, parece-me que o Novo Código Civil de 2002 trará também novos direitos aos consumidores. Também suas cláusulas gerais, de responsabilidade sem culpa pela atividade de risco (art. 927, parágrafo único, CC/2002), responsabilidade sem culpa das empresas e empresários individuais pelo fato do produto (art. 931, CC/2002), de redução da prestação ou alteração da forma de execução do contrato de mútuo por onerosidade excessiva (art. 480, CC/2002), de redução da cláusula penal (art. 413, CC/2002) poderão complementar a aplicação do Código de Defesa do Consumidor ou mesmo superá-la se forem mais favoráveis aos consumidores (imagino, por exemplo, o caso de prescrição da ação ou de excludente específica do Código de Defesa do Consumidor, que não esteja presente no sistema geral do Novo Código Civil de 2002 e uso, pois do Novo Código Civil de 2002 como lei mais favorável). Assim, neste diálogo de complementaridade e subsidiariedade em antinomias aparentes ou reais entre o Código de Defesa do Consumidor e o Novo Código Civil de 2002, as cláusulas gerais do Novo Código Civil de 2002 podem encontrar uso subsidiário ou complementar em caso regulado pelo Código de Defesa do Consumidor, se mais favoráveis ao consumidor. O juiz, no

caso concreto, irá, pois, concretizar o favor debilis expressamente permitido no art. 7.º do CDC, que menciona inclusive a equidade, sua ratio maior”[11].

Como demonstrado na transcrição acima, Cláudia Lima Marques propõe que, em casos de antinomias entre os dois códigos, deve prevalecer a norma que mais favoreça o consumidor, o que, segundo a autora, inclui também as questões relativas aos prazos prescricionais.

Dessa forma, surge a necessidade de examinar, mais de 20 anos após a promulgação do Código Civil de 2002, se tais previsões se concretizaram na prática judicial.

Assim, no próximo capítulo, serão analisadas decisões do Superior Tribunal de Justiça para verificar como o diálogo das fontes tem sido aplicado em relação à prescrição, à luz do entendimento antecipado por Marques, com o objetivo de avaliar se a Corte Superior tem, de fato, adotado a norma mais benéfica para o consumidor nos casos concretos.

4. O DIÁLOGO DAS FONTES NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA SOBRE PRAZOS PRESCRICIONAIS

O conceito de **diálogo das fontes** tem sido frequentemente destacado nas decisões do Superior Tribunal de Justiça. Neste tópico, como já antecipado, serão analisadas jurisprudências do STJ relacionadas à aplicação de prazos prescricionais, com o objetivo de investigar como o Tribunal tem manejado a interação entre o Código de Defesa do Consumidor e o Código Civil.

Busca-se, desta maneira, avaliar se, nos casos analisados, o diálogo das fontes tem sido utilizado para garantir a proteção do consumidor, especialmente quando as normas do Código Civil se mostram mais favoráveis do que as previstas no CDC. Em outras palavras, será verificado se, no entendimento do STJ, a norma considerada mais especial (CDC), quando menos benéfica do que a norma mais ampla (CC), tem cedido espaço à aplicação desta última.

O primeiro caso que convém trazer diz respeito a uma ação indenizatória relacionada ao tabagismo, na qual se discutia a responsabilidade civil da indústria do cigarro, julgado em 2010. O voto da nobre relatora, Ministra Nancy Andrighi, foi no sentido da prevalência do prazo prescricional de vinte anos previsto no Código Civil de 1916 sobre o Código de Defesa do Consumidor, por ser mais benéfico ao consumidor[12].

Colaciona-se trecho do brilhante voto:

(...) “não é o CDC que limita o Código Civil, é o Código Civil que dá base e complementa o CDC, de modo que se aquele for mais

favorável ao consumidor do que este, não será a lei especial que limitará a aplicação da lei geral; estas dialogarão à procura da realização do mandamento constitucional de fazer prevalecer a proteção da parte hipossuficiente da relação de consumo.

No particular, o prazo mais favorável ao consumidor é aquele do art. 177 do CC/16, que fixa um prazo prescricional de 20 anos, devendo, por esse motivo, prevalecer sobre o prazo de 05 anos previsto no art. 27 do CDC.” (...)

Cumpre mencionar ainda que, na ocasião, o excelentíssimo Ministro Paulo Furtado acompanhou o voto da relatora. Entretanto, após os votos divergentes dos três outros Ministros que integraram o julgamento, quais sejam os senhores Massami Uyeda, Sidnei Beneti e Luis Felipe Salomão, decidiu-se pela aplicação da previsão do CDC, e os ministros que estavam em minoria retificaram seus votos.

Assim, prevaleceu o entendimento de que o Código Civil tem caráter geral que vai de encontro ao regido na legislação consumerista. Deste modo, com fulcro na proteção da segurança jurídica e no princípio da especialidade, a ação foi julgada prescrita, haja vista o transcurso do prazo de cinco anos previsto no CDC.

Dando continuidade à análise, o segundo caso relevante refere-se às ações de repetição de indébito envolvendo tarifas de serviços de água e esgoto cobradas indevidamente, e deu origem a sumula 412, do STJ.

O debate central girava em torno do prazo prescricional a ser aplicado nessas situações. A Companhia de Saneamento Básico de São Paulo (Sabesp) defendia a aplicação do prazo de três anos para o ressarcimento, conforme estabelecido no artigo 206, parágrafo 3º, do Código Civil de 2002.

Entretanto, ao julgar o recurso repetitivo tema 932, o STJ consolidou a tese de que o prazo prescricional para essas ações é de 10 anos, quando regidas pelo Código Civil de 2002, ou de 20 anos, caso se aplique o Código Civil de 1916. Note-se que, no caso, não existia prazo específico nem no Código de Defesa do Consumidor, nem no Código Civil.

Destarte, a Corte considerou que, diante da ausência de uma previsão específica para esse tipo de ação, o prazo de três anos defendido pela Sabesp não se aplicava, devendo prevalecer a regra geral do artigo 205 do CC. Nos termos da súmula:

SÚMULA 412: A ação de repetição de indébito de tarifas de água e esgoto sujeita-se ao prazo prescricional estabelecido no Código Civil.

O terceiro caso, igualmente relevante, deu origem a outra súmula:

SÚMULA 477: A decadência do art. 26 do CDC não é aplicável à prestação de contas para obter esclarecimentos sobre cobrança de taxas, tarifas e encargos bancários.

Nesse caso, o STJ decidiu que o prazo de 90 dias previsto no art. 26 do Código de Defesa do Consumidor (CDC) não se aplica à ação de prestação de contas contra bancos para esclarecer cobranças de taxas, tarifas e encargos. A razão é que tal ação não se refere a vícios ou defeitos no serviço prestado, mas sim ao esclarecimento de lançamentos na conta bancária. Portanto, o art. 26 do CDC, que trata de prazos para vícios em produtos ou serviços, não se aplica.

Sendo assim, o STJ consolidou a posição de que o prazo para ajuizar ações de prestação de contas é prescricional. E, na ausência de uma previsão específica para a prescrição, deve-se aplicar o prazo de 10 anos, conforme o art. 205 do Código Civil e a Súmula 83 do STJ.

A análise conjunta desses três casos – tanto o relacionado ao consumo de tabaco quanto aqueles que originaram as duas súmulas – ilustra como, dependendo das especificidades de cada ação, os critérios adotados pela Corte Superior variam. Assim, no subtópico final, abordaremos os padrões e as diferenças identificadas nos precedentes.

4.1. Reflexões Finais

Cláudia Lima Marques apresentou uma perspectiva ampla sobre a aplicação do diálogo das fontes aos prazos prescricionais, sustentando que o Código de Defesa do Consumidor (CDC) não deveria restringir a aplicação do Código Civil (CC), mas sim permitir o uso da norma mais favorável ao consumidor, ainda que esta estivesse na legislação geral. A ideia central é que o CDC, enquanto sistema aberto e permeável, poderia dialogar com o CC e demais normas para garantir maior proteção para a parte vulnerável.

Contudo, ao analisar a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, observa-se que a Corte tem adotado um critério pragmático: na ausência de previsão específica no CDC, recorre-se ao Código Civil e, se também não houver previsão expressa neste, aplica-se o prazo prescricional geral de 10 anos, conforme o artigo 205 do CC.

Assim, ao menos nos casos analisados, não se verificou a aplicação plena da lógica proposta por Marques, especialmente no sentido de que o CDC não deveria impor limitações ao CC. Ao contrário, a jurisprudência indica que, na prática, a estrutura do CDC não tem sido interpretada como uma norma aberta a ser complementada pela legislação geral para beneficiar a parte

hipossuficiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <[Constituição](#)> Acesso em: 25 fev. 2025.

BRASIL. *Código Civil*. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: <[L10406compilada](#)> Acesso em: 25 fev. 2025.

BRASIL. *Código de Defesa do Consumidor*. Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 set. 1990. Disponível em: <[L8078compilado](#)>. Acesso em: 25 fev. 2025.

GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. *Novo curso de direito civil, volume I: parte geral*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro*, v. 3. São Paulo: Saraiva, 2006.

MARQUES, Claudia Lima. *Contratos no código de defesa do consumidor: o novo regime das relações contratuais*. 5. ed. rev. , atual. e ampl., incluindo mais de 1.000 decisões jurisprudenciais. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

MARQUES, Claudia Lima. Superação das antinomias pelo diálogo das fontes: o modelo brasileiro de coexistência entre o Código de Defesa do Consumidor e o Código Civil de 2002. *Revista da ESMESE*, n. 07, 2004. Disponível em: https://revistaejuse.tjse.jus.br/revistaejuse/index.php/revista_da_ejuse/article/view/147/153. Acesso em: 25 fev. 2025.

MARQUES, Claudia Lima. Diálogo entre o Código de Defesa do Consumidor e o Novo Código Civil – do “diálogo das fontes” no combate às cláusulas abusivas. *Revista de Direito do Consumidor*, vol. 45, 2003, p. 71-99.

MARQUES, Claudia Lima. *Diálogo das fontes: fundamentos, experiência jurisprudencial e crítica metodológica*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2019. Acesso em: 25 fev. 2025.

MARTINS-COSTA, Judith; BRANCO, Gerson. *Diretrizes teóricas do novo Código Civil brasileiro*.

REALE, Miguel. Visão geral do novo Código Civil. *Informativo Tribunal de Justiça e Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro*, v. no/dez. 2002, n. 6, p. 13, 2002. Tradução. Acesso em: 25 fev. 2025.

REALE, Miguel (Conf.). Lacunas e arcaísmos do código civil vigente, in *O Projeto do Novo Código Civil*. 2.^a ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

SOUZA, Fernando Speck de. *Diálogo das fontes: fundamentos, experiência jurisprudencial e crítica metodológica*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2019. Acesso em: 25 fev. 2025.

[1] MARQUES, Claudia Lima. Contratos no código de defesa do consumidor: o novo regime das relações contratuais. 5. ed. rev. , atual. E ampl., incluindo mais de 1.000 decisões jurisprudenciais – São Paulo: Editora Revista Dos Tribunais, 2005. p. 321-325.

[2] REALE, Miguel. Visão geral do novo código civil. *Informativo Tribunal de Justiça e Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro*. v. no/dez. 2002, n. 6, 2002, Tradução. Acesso em 25 fev. 2025.

[3] REALE, Miguel. Projeto de código civil. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

[4] GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro, v.3, p. 4. São Paulo: Saraiva, 2006.

[5] SOUZA, Fernando Speck de. *Diálogo das fontes: fundamentos, experiência jurisprudencial e crítica metodológica*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2019. Acesso em: 25 fev. 2025.

[6] **MARQUES, Claudia Lima.** Diálogo entre o Código de Defesa do Consumidor e o Novo Código Civil – do “diálogo das fontes” no combate às cláusulas abusivas. *Revista de Direito do Consumidor* | vol. 45/2003 | p. 71 – 99 | Jan – Mar / 2003 *Doutrinas Essenciais de Direito do Consumidor* | vol. 1 | p. 643 – 678 | Abr / 2011 *Doutrinas Essenciais de Responsabilidade Civil* | vol. 4 | p. 57 – 90 | Out / 2011 DTR\2003\811. Disponível em: [get__1545137988043-libre.pdf](#). Acesso em: 25 fev. 2025.

[7] **MARQUES, Claudia Lima.** Superação das antinomias pelo diálogo das fontes: o modelo brasileiro de coexistência entre o Código de Defesa do Consumidor e o Código Civil de 2002. *Revista da ESMESE*, n. 07, 2004. Disponível em: https://revistaejuse.tjse.jus.br/revistaejuse/index.php/revista_da_ejuse/article/view/147/153. Acesso

em: 25 fev. 2025.

[8] Ibidem.

[9] Ibidem.

[10] Ibidem.

[11] **MARQUES, Claudia Lima.** Diálogo entre o Código de Defesa do Consumidor e o Novo Código Civil – do “diálogo das fontes” no combate às cláusulas abusivas. Revista de Direito do Consumidor | vol. 45/2003 | p. 71 – 99 | Jan – Mar / 2003 Doutrinas Essenciais de Direito do Consumidor | vol. 1 | p. 643 – 678 | Abr / 2011 Doutrinas Essenciais de Responsabilidade Civil | vol. 4 | p. 57 – 90 | Out / 2011 DTR\2003\811. Disponível em: [get___1545137988043-libre.pdf](#). Acesso em: 25 fev. 2025.

[12] STJ – REsp 1009591/RS, Rel. Mina. Nancy Andrigli, Terceira Turma, DJe 23.08.2010.

A Metodologia Suzuki no Folclore

Rodrigo Donizete Dias

Licenciado em música pela Universidade Metropolitana de Santos, pós graduado em Educação Aplicada em Performance Musical pela Universidade Unis de Varginha, pós, graduado em Educação Musical pela Famart.

Resumo

Este trabalho tem o objetivo de compreender o método Suzuki no contexto da cultura e da educação musical brasileira, investigando as dificuldades dos alunos da educação musical que estão inseridos na metodologia Suzuki utilizada nos instrumentos de cordas e compreender o papel do folclore na aprendizagem dos alunos. A metodologia utilizada na confecção do trabalho é a qualitativa e investigativa ocorrendo da seguinte forma: seleção das fontes, revisão bibliográfica, levantamento de dados, análise dos dados coletados e considerações finais. A bibliografia contou com artigos científicos publicados em revistas eletrônicas relacionadas a metodologia Suzuki nos instrumentos de cordas e ao folclore brasileiro. O estudo além de buscar compreender a utilização do folclore brasileiro no método Suzuki, as dificuldades enfrentadas pelos alunos e estratégias pedagógicas para solucioná-las, procura sugerir algumas possíveis práticas que podem ajudar a amenizar a evasão escolar no tocante a educação musical possibilitando uma maior aderência e permanência dos alunos nas aulas de educação musical e profissionalização dos alunos levando-os a se consolidarem como músicos para que possam atuar em bandas, orquestras, coros de igrejas. Existindo grande possibilidade de viverem para a música e da música, dessa forma os benefícios não são somente para si mesmos, mas para a sociedade brasileira de modo geral que usufruirá da arte musical, da alegria e das variadas emoções que a música proporciona.

Palavras-Chave: Metodologia Suzuki. Educação Musical. Alunos. Folclore.

Abstract

This work aims to understand the Suzuki method in the context of Brazilian culture and musical education, investigating the difficulties of music education students who are inserted in the Suzuki methodology used on string instruments and understanding the role of folklore in student learning. The methodology used in preparing the work is qualitative and investigative, occurring as follows: selection of sources, bibliographic review, data collection, analysis of collected data and final considerations. The bibliography included scientific articles published in electronic magazines related to the Suzuki methodology on string instruments and Brazilian folklore. The study, in addition to seeking to understand the use of Brazilian folklore in the Suzuki method, the difficulties faced by students and pedagogical strategies to resolve them, seeks to suggest some possible practices that can help alleviate school dropouts in terms of musical education, enabling greater adherence and retention of students in music education classes and professionalization of students, leading them to consolidate themselves as musicians so that they can perform in bands, orchestras, church choirs. As there is a great possibility of living for music and music, the benefits are not only for themselves, but for Brazilian society in general, which will enjoy the art of music, the joy of the varied emotions that music provides.

Keywords: Suzuki Methodology. Music Education. Students. Folklore.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho aborda o método Suzuki associado ao folclore brasileiro como estratégia de ensino para que os alunos tenham maior desempenho e adesão a este método de ensino. O método Suzuki é concebido como um excelente método japonês para o ensino de música, para que tenha uma melhor funcionalidade no Brasil passou por algumas adaptações.

O método Suzuki sofreu adaptações como a utilização do folclore atuando como facilitador da aprendizagem nos instrumentos de corda devido as peças musicais estrangeiras causarem certa dificuldade aos alunos.

Este trabalho almeja responder as seguinte problematização: Por que os alunos sentem dificuldades na execução das peças estrangeiras na execução dos instrumentos de corda, como; violão, violino entre outros? Por que o folclore brasileiro auxilia os alunos na aprendizagem baseada no método Suzuki?

Algumas respostas prováveis ??para essas perguntas são; os alunos não se identificam e também não conhecem as letras das músicas estrangeiras, isso causa certa dificuldade na execução instrumental com desenvoltura. O folclore traz consigo elementos que estimulam a identidade cultural local, regional e nacional nos alunos da educação musical. Isso causa maior adesão e estímulo aos jovens a frequentar as aulas de música e até mesmo a se profissionalizarem como músicos no futuro.

Os objetivos do trabalho são; identificar os principais elementos dificultadores da aprendizagem através do método Suzuki nos instrumentos de corda em solo brasileiro e o papel do folclore associado método Suzuki no Brasil.

O trabalho aqui apresentado possui relevância por abordar aspectos que melhoram a qualidades musical e os fatores motivacionais que possam levar os jovens a obterem maior sucesso na aprendizagem do ensino musical e até mesmo optarem pela profissionalização se tornando no futuro músicos profissionais atuantes.

A metodologia utilizada na elaboração do trabalho é a qualitativa, realizada através da seleção das fontes, revisão da bibliografia e coleta de dados, análise dos dados coletados e considerações finais.

2 DESENVOLVIMENTO

Com mais de 30 anos de existência segundo Aguera (2017, p. 40) o método Suzuki de violão tem sido difundido por vários países. Porém, o método Suzuki não se restringi apenas ao violão sendo utilizado também em outros instrumentos musicais. Iniciado nos Estados Unidos da Anéria (EUA) através do surgimento do *Suzuki Association of the America International Guitar Committee* e logo após a publicação dos volumes 1 e 2 no ano de 1991.

Com o passar dos anos, o método vai se solidificando até que em 2007 se publica o nono e último volume oferecendo assim uma metodologia de ensino progressiva e consistente para a formação do aluno. O método Suzuki de Violão se inicia de forma mais abrangente no Brasil no ano de 2014, quando acontece o curso de capacitação para professores de Violão referente ao livro 1, ministrado pela professora americana MaryLou Roberts¹. (Aguera, 2017, p. 40).

No tocante aos alunos que foram alvos da metodologia Suzuki no violino, quando ainda iniciantes no método, possuem certa dificuldade. O fator desmotivador desses alunos são as peças estrangeiras praticamente desconhecidas pelas crianças e o mesmo acontece no violão devido ao repertório utilizado. O professor que utiliza o método Suzuki na sua prática docente encontra dificuldade em conscientizar os alunos e seus pais da importância de ouvir o repertório diariamente que é a peça chave para a aprendizagem e aperfeiçoamento da metodologia Suzuki.

A partir dessas experiências surgiu a ideia de inclusão do repertório do folclore brasileiro como parte da rotina de estudos do aluno. Dessa forma o aluno consegue assimilar o método Suzuki com maior desenvoltura se sentindo mais estimulado. “De fato, as peças devem ser apresentadas de forma progressiva aproveitando conhecimentos prévios do aluno e introduzindo novidades paulatinamente”. (Aguera, 2017, p. 41). A inclusão do repertório e de peças folclóricas deve ser organizada criteriosamente para atingir suas finalidades metodológicas e de aprendizagem.

É comum os alunos de instrumentos de corda sofrerem influência de diversas formas, inclusive relacionadas ao ensino básico. “O ensino infantil básico dos instrumentos de cordas requer organização pedagógica e ambiente com alto nível de motivação para que o aluno se interesse pelo seu aprendizado e pratique com frequência”. (de Andrade Borges, 2016, p. 146).

Na busca de adaptações para tornar converter o método Suzuki em uma aprendizagem significativa, a música mineira e seu folclore vão sendo associados aos poucos para que os alunos assimilem com maior desenvoltura o método Suzuki no ensino de violino.

A abordagem de ensino proposta abrange as seguintes linhas de ação: utilização do repertório exclusivamente brasileiro, seguindo a abordagem de conceitos técnico-musicais introduzidos no repertório do Método Suzuki; apresentação do repertório desenvolvido em três formações instrumentais distintas, para promover a prática da música de câmara; inclusão de princípios do Método Suzuki relativos ao ensino, prática e performance do instrumento; e inclusão de atividades que introduzam e desenvolvam, desde os primeiros estágios do aprendizado, hábitos posturais e técnicos saudáveis, baseados na metodologia de ensino de Paul Rolland. (de Andrade Borges, 2016, p. 146, 147).

Estas ações proporcionam aos alunos do nível básico uma aprendizagem mais completa e divertida com intuito de prevenir maus hábitos. Atuando no desenvolvimento concreto das

habilidades técnicas e musicais, estas são essenciais para instrumentistas dos níveis intermediário e avançado.

Há alguns quesitos que complicam a formação de músicos no Brasil por exemplo: propagação inadequada do ensino da música; diminuindo o número de crianças que estudam viola, violino, contrabaixo ou violoncelo. Também as desistências; e falta de continuidade do ensino. “Faz-se necessário desenvolver estratégias para captação de um maior contingente de alunos e mantê-los motivados durante o período de aprendizagem básica do instrumento, a fim de que prossigam estudando e se profissionalizem”. (de Andrade Borges, 2016, p. 147).

Lembrando que a falta de recursos disponíveis para conquistar um público maior de alunos é essencial, seja no setor público, seja no setor privado. O trabalho com projetos pode contribuir consideravelmente para atrair números maiores de alunos e mantendo-os por mais tempo nos cursos de música até a profissionalização que é um dos objetivos a serem alcançados.

Os autores dos Anjos Afonso e Aguera (2020, p. 1) relatam que nos últimos anos os estudantes formados pelo método Suzuki se destacam nas suas performances nos cursos de violão como os promovidos pelo GFA -Guitar Foundation of America. No entanto, o método elaborado em 1983 por Frank Longay está distante do ambiente acadêmico brasileiro, o qual apresenta majoritariamente pesquisas das escolas tradicionais de violão.

Conversando com colegas que também atuam como professores de violino em ONGs, e em cursos coletivos de ensino musical em escolas vocacionais e demais instituições afins, percebi que eles também sentiam falta de um método que sistematizasse as canções folclóricas, organizando-as em etapas, por grau de dificuldade, da forma mais gradual e agradável possível. (Vianna, 2018, p. 2).

Conclui-se então que existe uma necessidade de categorizar as turmas por níveis de desenvolvimento com objetivo de facilitar a aprendizagem dos alunos, dessa forma um não atrapalha o desenvolvimento do outro. Vianna (2018, p. 2) faz uma ressalva que alguns métodos de ensino musical possuem uma progressão técnica musical voltada ao aluno iniciante que lhe ofereça diversidade musical evitando que os alunos se restrinjam somente ao estudo dos mestres clássicos estrangeiros e do folclore internacional.

Vamos agora conhecer ainda que resumidamente como funciona parte da metodologia Suzuki utilizando o folclore brasileiro:

O método inicia-se com a história de um indiozinho (o curumim Aipim) que é escolhido pela coruja Zé caburé, (espécie comum em nossas matas), para substituir um idoso professor de

violino, que encantava, com suas melodias, uma floresta brasileira habitada por diversos animais falantes e personagens do nosso folclore, como o Saci e o Curupira. Os personagens da história vão ajudar as crianças e o curumim a desvendar os “mistérios” do estudo do violino, os cuidados necessários para preservar o instrumento, as posturas corretas, as partes do violino e do arco, e toda a técnica necessária à formação de uma base sólida no ensino do instrumento. (Vianna, 2016, p. 424).

Para trabalhar com o folclore no violino segundo Vianna (2016, p. 425), as canções são criteriosamente escolhidas, e todas elas possuem uma segunda voz que serve de acompanhamento a ser realizado pelo professor na sala de aula.

Além do aprendizado do violino, o método proposto preocupa-se com a preservação e a transmissão para as novas gerações, de uma tradição cultural – o folclore, acreditando na possibilidade e, principalmente, na necessidade de demonstrar que o material folclórico brasileiro, pode e deve continuar a ser utilizado na educação musical. Nossa experiência com alunos nos prova que o folclore, quando apresentado de forma atualizada, vinculado às experiências da vida cotidiana dos alunos, tem ainda uma força didática que não pode ser desprezada. (Vianna, 2016, p. 424).

Observando o excerto acima, percebe-se que a utilização do folclore brasileiro no ensino musical transcende a didática e o método e vai para o espectro cultural das crianças e adolescentes contemplando a vivência dos alunos do dia a dia deles. Isso proporciona os alunos a se reconhecerem dentro de suas identidades locais e nacional.

Desse modo, na perspectiva de Suzuki, as crianças aprendem a língua a partir da escuta de exemplos constantes das pessoas que estão à sua volta e poderiam aprender música da mesma forma, contando com um entorno de qualidade, baseando a aprendizagem no processo de imitação. (Alderette, & Wolffenbüttel, 2016, p. 289).

Seguindo este raciocínio é reafirmado com coerência que trazer a metodologia Suzuki para o folclore brasileiro além de ressignificar a aprendizagem dos alunos inserindo-os no seu contexto cultural e identitário favorece a aprendizagem através do idioma nativo proporcionando a aprendizagem por meio da imitação. Ou seja, as técnicas musicais, inovações e desempenho são favorecidas através desta conjuntura em que os alunos estão inseridos.

No Brasil, nomes como Lambert Ribeiro, Luiz Oliani, Maria Rainer Kupffer, George Marinuzzi, Emmanuel Côelho Maciel, Linda Kruger e Anamaria Peixoto, Ênio Antunes, Kênia

Chantal, Patrícia Mello, Keeyth Vianna, Paulo Bosisio são referências no ensino e aprendizagem do instrumento. Seus trabalhos e pesquisas têm sido objeto de estudo e discussão, como demonstra o levantamento bibliográfico realizado. Este levantamento revela ainda o crescimento do interesse na iniciação ao violino, especialmente com a utilização do repertório de música brasileira. (Rochael, 2022, p.192).

Ao contrário de; de Andrade Borges (2016, p. 147) que faz um alerta para a desmotivação dos jovens alunos ocasionando desistências do curso de violino, de Rochael (2022, p. 192) denota um crescimento do interesse de jovens interessados pela aprendizagem do instrumento de violino, porém a dificuldade que de Andrade Borges (2016, p. 147) diz é referente a permanência nos cursos de música e profissionalização musical dos estudantes.

3 CONCLUSÃO

Diante do exposto sobre a metodologia Suzuki nos instrumentos de corda, é verificado certa dificuldade dos alunos iniciantes em executar os instrumentos baseado nas peças estrangeiras. Visto que no que parece a porta de entrada da metodologia Suzuki no Brasil é os Estados Unidos da América (USA).

A inserção do folclore pelos músicos e musicistas brasileiros(as) ressignificou a aprendizagem dos jovens alunos, favorecendo a aprendizagem através dos ritmos musicais nacionais e das letras que a maioria delas os alunos já conhecem e se identificam, esse fator traz à tona a identidade local e nacional dos alunos favorecendo os seus desempenhos e o interesse pelo o ensino musical “brasileiro”. Porém, com o método japonês muito utilizado na Europa, América do Norte e agora na América do Sul, veem confirmando sua eficiência e uma boa adesão pelos músicos de forma geral.

Muitos alunos frequentadores da educação musical costumam desistir no meio do caminho não se consolidando como músicos. Ou seja, a profissionalização não ocorre devido a desmotivação que pode ocorrer de diversas formas.

Uma das maneiras de cativar o aluno do ensino musical com maior assiduidade até atingir a sua o seu status de músico são os projetos educacionais. As viagens nacionais constantes e as esporádicas internacionais são um grande atrativos e também o fator motivador desses alunos a seguir a carreira musical das diversas formas existes, seja posteriormente em uma banda, orquestra, no coro da igreja etc.

Premiações ao melhor desempenho no ano podem ser oferecidas, seja a um aluno somente ou mais a critério do patrocinador, por exemplo: uma viagem internacional no final do ano para conhecer a cultura musical de um país levando-o a lugares específicos como; A Orquestra Filarmônica de Viena e a Orquestra Sinfônica de Londres.

REFERÊNCIAS

Aguera, F. (2017). Peças folclóricas brasileiras associadas ao método Suzuki de violão: propostas para abordagem de duas peças. *SIMPÓSIO ACADÊMICO DE VIOLÃO DA EMBAP*, IX, 40-48. https://embap.curitiba1.unespar.edu.br/menu-pesquisa/publicacoes/Anais_IX_SAVEmbap_com_capa_final.pdf#page=46

Alderette, T., & Wolffenbüttel, C. R. (2016). A musicalização como instrumento para construção de conceitos para a vida. *28º Seminário Nacional de Arte e Educação e 9º Encontro de Pesquisa em Arte-ISSN 2359-6120 (online)*, (25), 286-290.

<https://seer.fundarte.rs.gov.br/Anaissem/article/view/394>

de Andrade Borges, G. (2016). O Método Suzuki e o folclore brasileiro: proposta de uma abordagem de ensino para os instrumentos de cordas. *Revista Música Hodie*, 16(2). <https://revistas.ufg.br/musica/article/view/45340>

dos Anjos Afonso, F., & Aguera, F. (2020). Violão Suzuki: procedimentos técnicos abordados no primeiro volume e a sua relação com a escola Carlevariana. *Revista Vórtex*, 8(3), 1-33.

<https://periodicos.unespar.edu.br/vortex/article/view/3991>

Rochael, J. (2022). Ensino de violino para iniciantes e música brasileira: uma revisão de literatura. *Anais do SIMPOM*, (7), 189-196.

<https://seer.unirio.br/simpom/article/view/12480/12325>

Vianna, K. V. (2018, July). Iniciação infantil ao violino com músicas folclóricas brasileiras. In *CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO E EM MÚSICA*, XXVIII (pp. 1-8). https://anppom.org.br/anais/anaiscongresso_anppom_2018/5119/public/5119-18167-1-PB.pdf

Vianna, K. V. (2016). Uma introdução ao violino para crianças: repensando o folclore brasileiro como recurso didático. *Anais do SIMPOM*, (4). <https://seer.unirio.br/simpom/article/view/5681>

Revisão integrativa de literatura cuidado de suporte em oncologia

RODRIGO PIA DOS SANTOS

Bacharel em Enfermagem. Pós - Graduação em Auditoria, Urgência e Emergência, Oncologia e Prescrição de Medicamentos por Enfermeiros. Na área de saúde participei de diversos cursos, minicursos e palestras em diversas áreas como na área de Auditoria. Já fui estagiário do TFD como marcador e estagiário da IAH/APAC no setor de faturamento e auditoria, no Naipd da Uesb de Vitória da Conquista fui tutor de alunos com deficiência mental e física e na Vigilância em Saúde na Prefeitura de Vitória da Conquista. No Hospital Geral de Vitória da Conquista participei como estagiário no OPO/CIHDOIT, fazendo busca ativa de pacientes com ME, captação de córnea e busca ativa de obtidos por dia.

Resumo

Objetivo: avaliar as evidências científicas sobre como está sendo desenvolvido o cuidado paliativo oncológico no cenário mundial. **Método:** estudo de revisão, para o qual foram percorridas as seguintes etapas: identificação do tema, da questão de pesquisa e do objetivo da revisão, estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão, seleção dos estudos, e as informações a serem extraídas dos artigos, análise e discussão dos resultados. A busca foi na base Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), com descritores "câncer" and "cuidados paliativos?". **Resultados:** totalizando 113 artigos, evidenciou-se que o cuidado paliativo em oncologia é desenvolvido nas situações de câncer avançado, predominantemente no fim da vida e no processo de morrer e morte. **Conclusão:** é imprescindível que a filosofia de cuidado paliativo seja incorporada pelas instituições, academia e serviços de saúde, por meio da formação e da educação permanente dos profissionais, para atender as pessoas que têm doença avançada e sua família.

Palavras-Chave: Neoplasias; Câncer; Cuidados Paliativos; Assistência Paliativa.

Abstract

Objective: to evaluate available evidences on scientific articles about how palliative care has been developed on the oncology context in the world scenery. Method: literature review study, on Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE) database, with descriptors "cancer" and "palliative care?". Results: it totalized 113 articles showed that palliative care in oncology is developed on advanced cancer situations, predominantly on the end of life and on the dying process. It's been developed by a multiprofessional staff, sometimes, standardized by the institution; family members and care givers. Palliative actions contemplate patients, since children to elderly, and their care givers. Its scenery is private or public hospices, specialized clinics, hospitals and household. Actions indicate assistance and supportive issues, as well as institutional and management issues. Conclusion: palliative care is today an important public health issue. Imprescriptible that palliative care philosophy is incorporated by Institutions, since Academy to Health Services, through professional training and permanent education, to assist people that have an advanced illness and their families.

Keywords: Neoplasm; Cancer; Palliative Care; Palliative Assistance

1. INTRODUÇÃO

Em 2023, o Instituto Nacional de Câncer (INCA) divulgou as estimativas de incidência de câncer para 2024, que serão válidas também para 2025. Eles apontam para a ocorrência de aproximadamente 518.510 casos novos de câncer. Sem os casos de câncer da pele não melanoma, estima-se um total de 385 mil casos novos. Os tipos mais incidentes serão os cânceres de pele não melanoma, próstata, pulmão, cólon e reto e estômago para o sexo masculino; e os cânceres de pele não melanoma, mama, colo do útero, cólon e reto e glândula tireoide para o sexo feminino.

Apesar do avanço tecnológico nas terapias curativas contra a doença oncológica, esta pode apresentar um prognóstico negativo, com recidivas e, eventualmente, impossibilidade de cura. O limite terapêutico para a cura, na ocasião do câncer avançado, gera demandas de cuidados de saúde particulares e individuais para essas pessoas. Em 1990, a Organização Mundial da Saúde denominou essas práticas de conforto de cuidados paliativos, que são cuidados ativos e totais do paciente cuja doença não responde mais ao tratamento curativo. Destaca-se os princípios de atenção aos aspectos psicológicos, sociais e espirituais do paciente e sua família.

No âmbito da saúde, os cuidados paliativos surgem, em vários países, inclusive no Brasil, como a condição básica para resgatar o respeito e a dignidade daquele que tem doença avançada. São inúmeros os desafios no que tange à inserção de programas de cuidados paliativos em oncologia, como a implantação de ações institucionais e de qualificação de recursos humanos. Entretanto, há avanços no que tange à política pública como, por exemplo, a Política Nacional de Atenção Oncológica, que contempla os cuidados paliativos.

Diante dessa assistência especializada, destaca-se a importância da equipe multiprofissional no acompanhamento da saúde da pessoa que tem câncer, com habilidades para: avaliar as suas condições, desenvolver um plano individualizado de cuidados e acompanhar os resultados do tratamento. Vislumbra-se integrar a objetividade (técnicas) e a subjetividade (apoio), tanto para a pessoa quanto para a sua família. Esses cuidados devem ser desenvolvidos a fim de atender as demandas emergentes desde o período de transição dos cuidados curativos para os paliativos até o processo de morrer e morte.

A partir dos princípios que norteiam os cuidados paliativos, é preciso implementar modificações nas rotinas de normas e técnicas. Ainda, incluir a atenção aos aspectos emocionais que envolvem os sentimentos tanto do paciente e sua família, quanto da própria equipe de saúde. Para que se efetivem tais mudanças, é necessário que o profissional compreenda a razão de fazer o mesmo procedimento de outra maneira, considerando as necessidades, preferências e escolhas de cada um para a definição de condutas. Dessa forma, é fundamental que a equipe de saúde desenvolva competências acerca da filosofia dos cuidados paliativos, para atender às singularidades e às necessidades de ordem física, psicossocial e emocional do paciente e de seu familiar.

Existe uma lacuna na formação dos profissionais de saúde no que tange ao preparo decorrentes do avanço da doença, as recidivas, a impossibilidade de cura e as perdas. Com isso, faz-se necessário desenvolver competências da equipe multiprofissional que se mantém com o paciente e sua família nos cuidados paliativos.

Assim, os cuidados paliativos tornam-se um desafio para os profissionais, na forma de cuidar e de compreender o adoecimento e a impossibilidade de cura, para proporcionar apoio e alívio do sofrimento vivenciado pelo paciente que tem doença oncológica avançada e por sua família.

Diante dessa problemática, destacou-se a questão de pesquisa: Como está sendo desenvolvido o cuidado paliativo oncológico no cenário mundial? Objetivou-se avaliar as evidências disponíveis nos artigos científicos sobre como está sendo desenvolvido o cuidado paliativo oncológico no cenário mundial.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão. Para elaboração do estudo, foram percorridas as seguintes etapas: identificação do tema, da questão de pesquisa e definição do objetivo da revisão, estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão, seleção dos estudos a serem analisados, estabelecimento das informações a serem extraídas dos artigos selecionados, análise e discussão dos resultados.

Foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão: artigos de pesquisa na temática dos cuidados paliativos em oncologia; disponíveis na íntegra online; nos idiomas português, inglês ou espanhol. Como critérios de inclusão: artigos de pesquisa na temática dos cuidados paliativos em oncologia de abordagem quantitativa; disponíveis na íntegra online; nos idiomas português, inglês ou espanhol. E como critérios de exclusão: artigos sem resumo na base de dados ou incompletos.

Não foi predeterminado marco inicial do recorte temporal, sendo datado de 1996 o primeiro artigo identificado, contemplando artigos publicados até 2023. A busca bibliográfica foi realizada na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) na base de dados Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE). Para o levantamento dos dados utilizaram-se os descritores (DeCs): ?câncer? and ?cuidados paliativos?. O levantamento dos dados ocorreu no mês de março de 2024.

Foram encontrados 586 estudos. A seleção dos estudos se desenvolveu por meio da leitura dos títulos e resumos, totalizando 113 artigos na íntegra, os quais foram analisados.

Para realização da análise das produções foi elaborada uma ficha de análise, composta pelo número do artigo, correspondente à sua referência, e resultados. Os artigos foram identificados pela letra A de ?artigo?, seguida de uma numeração (A1, A2, A3, sucessivamente).

Foi desenvolvida análise de conteúdo temática com categorização teórica dos estudos: quando está sendo desenvolvido o cuidado paliativo em oncologia; por quem e para quem este cuidado está sendo desenvolvido; onde e como é realizado.

3. RESULTADOS

Dentre os 113 artigos na temática de cuidados paliativos oncológicos, com relação ao ano de publicação, os seguintes intervalos foram determinados para análise das produções: 1996-1999 (7,07%), 2000-2003 (16,81%), 2004-2007 (32,74%), 2008-2023 (43,36%), que revelou um crescimento significativo das publicações.

Segundo a área de conhecimento, destacou-se a Medicina (69,91%), seguida da Enfermagem (21,23%). Quanto à procedência das produções, observou-se uma concentração nos Estados Unidos (50,44%), Inglaterra (11,50%) e China (8,84%). O Brasil não aparece no ranking. Quanto ao delineamento de pesquisa: não experimental (53,98%), quase experimental (26,54%), experimental (19,46%).

A categoria teórica quando evidenciou que os cuidados paliativos são desenvolvidos no câncer avançado (A1-12,91,103,106-107,110,113), na transição do cuidado curativo para o paliativo (A13-15), no fim da vida (A1-3, 14-28, 30-50, 68, 102, 105, 108-109, 112) e diante da morte (A17,43,51-55,104,111).

No que se refere a por quem, esse cuidado está sendo desenvolvido pela equipe multiprofissional, sendo enfermeiro, médico e, por vezes, psicólogos (A13,16,23,26,41,44,56-58,91,102,103,105-109,111); os médicos (A3-4,8,15,24-25,33,38,59-62,68); a equipe de enfermagem (A7,43,48,63-64,113); os cuidadores voluntários (A43,50,110); os familiares (A2,14,17,22,25,43,50,65-66); os pesquisadores (A24,67,112); e os amigos (A65).

Para quem este cuidado está sendo desenvolvido: para os pacientes, desde crianças até idosos (A1-30,32,34-35,37-41,44-53,55-56,58-64,66-89,91,102-113); e para os cuidadores (A4,16,42,46,48,58,60,91-92).

Onde é realizado o cuidado paliativo em oncologia apontou hospice particulares ou públicos (A5, 7-8, 13-16, 18, 20-21, 25, 28, 30, 32-33, 35, 38, 40-41, 43, 45-48, 51-52, 54-55, 56-57, 60-62, 64, 67-71, 74, 77, 82-88, 92-95); clínicas especializadas (A16,43); hospitais (A17, 28, 34, 39, 49, 55, 61, 68, 72, 80, 91, 96, 101-103, 105-109, 111) e domicílio (A11, 17, 23, 30, 32, 34, 40, 47, 50, 60, 61, 63, 75, 78, 80, 89, 104, 110, 112-113).

Como é realizado o cuidado paliativo indicou internações (A5,17-18, 23, 52, 59, 78, 89); procedimentos (A1, 6-10, 15, 19, 23-24, 26, 28, 30-31, 36, 40, 48-49, 53-54, 56, 58-59, 61, 65, 79,

81, 83-84, 86-88, 93, 95-99,); terapias (A6, 12, 27, 59, 70, 76, 100); intervenções de apoio (A1-4, 6, 13, 15, 17, 19, 22, 25-26, 30-31, 44-45, 50, 56, 59, 60-62, 65, 68-69, 75, 77, 87, 91-94, 98-100, 102-103); questões institucionais e de gestão (A2, 7, 22, 42, 46, 48, 64, 74, 96-97).

Quanto às internações, foi evidenciado um período de internação hospitalar prolongado (A5,18,52); internações em serviços domiciliares de saúde (A61,80,91) e intervenções para a diminuição das internações (A17).

No que tange aos procedimentos, destacam-se: os cuidados de suporte (A6-10, 19, 23-24, 26, 30-31, 36, 40, 48-49, 53-54, 56, 58, 60-61, 63, 67-68, 81, 83, 85-86, 88-90, 91, 95, 97-101, 104, 106, 109, 111, 113); a diminuição dos procedimentos invasivos (A15,28,60,103); o controle de peso regularmente (A57); a melhora do estado nutricional (A1); a discussão da reanimação versus não reanimação (A19,97-98).

As terapias contemplam a medicina complementar (A6,12,27,61,72,74,98); as terapias experimentais (A6) e a quimioterapia paliativa (A6). São intervenções de apoio a comunicação da transição do cuidado curativo para o paliativo e do prognóstico do paciente (A59,63); as intervenções para melhor qualidade de vida (A1-2,13,15,17,57,85,89,97- 98,102,105,107,109); a diminuição do sofrimento (A26); o investimento para minimizar o estresse relacionado às privações (A4,17,22,31); o diálogo, escuta e aconselhamento (A13,19,45,58-59,73,90); o apoio psicossocial (A6,30,60,66,91,96,98); o cuidado à família (A3,13,25,60,89-91,100-101); as atividades educacionais (A92); o conforto ambiental (A96); as discussões de fim da vida (A15); e a escolha para o local da morte (A30,44,50,67,75,108).

No que tange às questões institucionais, evidenciaram-se o planejamento da assistência (A2,46,48,72,95) e o treinamento da equipe (A7,62). As questões de gestão contemplaram os investimentos e políticas de cuidados paliativos (A22,42,94).

4. DISCUSSÃO

Quanto à procedência das produções, destacam-se as disparidades entre países e o déficit ainda detectado no Brasil, o que pode ser compreendido a partir das diferenças políticas, epidemiológicas, tecnológicas e de investimento em pesquisas. Porém, existe um movimento global e nacional em prol dos cuidados paliativos ao encontro do novo paradigma de cuidado, o que justifica o incremento nas produções científicas.

As produções não evidenciam quando implantar o cuidado paliativo. Entretanto, quando não houver sucesso no tratamento e a pessoa for diagnosticada como fora de possibilidades terapêuticas de cura, a transição do seguimento clínico para o cuidado paliativo deve ser gradual. Faz-se

imprescindível uma comunicação clara e também uma relação de confiança, considerando os aspectos emocionais e respeitando o paciente e sua família. O objetivo é acrescentar qualidade de vida aos dias e não dias à vida.

No que se refere à por quem esse cuidado está sendo desenvolvido, evidenciou-se a equipe multiprofissional. Entretanto, ainda há situações em que os profissionais atuam isoladamente. Por vezes, o cuidado paliativo está normatizado pela instituição. Também pode ser desenvolvido pelos próprios familiares e cuidadores voluntários. Para ir ao encontro dos preceitos dos cuidados paliativos, de acordo com a Organização Mundial da Saúde(OMS), deve ser desenvolvido por um elo entre equipe multiprofissional, família e paciente.

A abordagem da complexidade do cuidado paliativo admite o necessário empenho da equipe de saúde, a fim de atender às demandas de cuidado do paciente e sua família. De forma que contemple as possibilidades, diante das incertezas, diversidades e imprevisibilidades dessa situação de doença oncológica avançada que não responde mais aos tratamentos curativos, mediante a instabilidade do quadro clínico e a proximidade da morte.

Quando os familiares envolvem-se nos cuidados ao paciente, oferecem apoio emocional, conforto físico e acompanhamento da sua situação de saúde, observando sinais de seu quadro clínico que possam demandar atendimento imediato. Assim, apresenta-se vulnerável ao cansaço e ao estresse diante da morte e da falta de apoio emocional e prático para o cuidado. A família está presente desde o diagnóstico, tratamento, especialmente nos cuidados domiciliares.

Acerca de para quem esse cuidado está sendo desenvolvido, evidenciou-se que ele contempla os pacientes, desde crianças até idosos, e os cuidadores.

O câncer em crianças e adolescentes, até os anos de 1980, era considerado uma doença fatal, mas, com os avanços da tecnologia e do cuidado em saúde, atualmente é uma doença potencialmente curável quando se tem acesso ao diagnóstico precoce e o tratamento ocorre em centros especializados. Esses fatores têm aumentado a sobrevivência de crianças e adolescentes com câncer, porém, mesmo com os progressos verificados nas últimas décadas, aproximadamente 25% deles não conseguem obter a cura. Entre a população de adultos, o câncer é considerado a segunda causa de morte. Verifica-se aumento importante da mortalidade a partir dos 30 anos de idade, em especial na população geriátrica, na qual se concentram as maiores taxas.

Quanto ao cuidado ao cuidador familiar, atenta-se para o fato de que os familiares, ao conviverem com o paciente em cuidados paliativos, têm seu cotidiano alterado pelas demandas do mesmo. Estão sujeitos a sentimentos como: impotência diante da situação do paciente, angústia quando se iniciam os sintomas e medo da morte.

Para que mais famílias na mesma situação possam receber esse apoio, torna-se necessária a formação de maior número de equipes especializadas em oferecer atendimento em cuidados paliativos. A urgência pela expansão de tal modalidade de serviço é justificada pelo fato de o cuidador sentir-se, muitas vezes, despreparado para lidar com uma doença terminal, necessitando tanto de apoio em relação à prática dos cuidados como de um suporte emocional. Esse cuidado ao cuidador pode ser desenvolvido de modo individual e/ou grupal, promovendo o encontro entre os pares para compartilhar vivências e desafios no enfrentamento de tal situação.

Destaca-se a necessidade, inclusive, de acompanhamento dessas famílias após o processo de morrer e morte, quando se encontram vulneráveis diante do cotidiano de ausência do ente que faleceu.

No que tange onde as ações de cuidado paliativo são desenvolvidas destacaram-se os serviços públicos e privados, desde hospital, clínicas especializadas, instituições hospitalares, e o próprio domicílio da pessoa e/ou família.

Geralmente, os cuidados paliativos são oferecidos por meio de programas inseridos ou não em instituições hospitalares. Os programas vinculados a instituições hospitalares, na sua maioria, não são normatizados, ou seja, estão vinculados ao esforço individual de alguns profissionais. Embora o número de programas em cuidados paliativos tenha crescido, os programas inseridos em instituições hospitalares ainda são poucos. Quando não inseridos em uma instituição hospitalar, os programas de cuidados paliativos podem se desenvolver em asilos, casas de repouso, moradias assistidas, hospices, clínicas e no domicílio (home care).

Finalmente, no que se refere a como é realizado o cuidado paliativo, salientaram-se questões assistenciais e de apoio, institucionais e de gestão.

As questões assistenciais contemplam as internações prolongadas; os procedimentos invasivos e de suporte; e as terapias paliativas. Para esses pacientes, uma diversidade de sintomas é possível. Eles podem ser decorrentes da própria doença, de sequelas e complicações do tratamento, ou decorrentes de doenças ou tratamentos associados. Desse modo, os profissionais de saúde devem estar atentos à presença desses sintomas e ao seu tratamento, bem como realizar revisões periódicas, pois a mudança de prioridade pode ocorrer de um dia para outro. Importante considerar que a alteração da imagem corporal reflete diretamente no bem-estar e, muitas vezes, essa é a principal preocupação dos pacientes com doenças em fase avançada e, geralmente, vem acompanhada de ansiedade, distúrbios de ajustamento e depressão.

Quanto ao apoio no cuidado paliativo, as equipes precisam promover um ambiente de cuidado que propicie a expressão de sentimentos; o diálogo; a resolução de conflitos pendentes nas relações do paciente diversidades e imprevisibilidades dessa situação de doença oncológica avançada que

não responde mais aos tratamentos curativos, mediante a instabilidade do quadro clínico e a proximidade da morte.

Quando os familiares envolvem-se nos cuidados ao paciente, oferecem apoio emocional, conforto físico e acompanhamento da sua situação de saúde, observando sinais de seu quadro clínico que possam demandar atendimento imediato. Assim, apresenta-se vulnerável ao cansaço e ao estresse diante da morte e da falta de apoio emocional e prático para o cuidado. A família está presente desde o diagnóstico, tratamento, especialmente nos cuidados domiciliares.

Acerca de para quem esse cuidado está sendo desenvolvido, evidenciou-se que ele contempla os pacientes, desde crianças até idosos, e os cuidadores.

O câncer em crianças e adolescentes, até os anos de 1980, era considerado uma doença fatal, mas, com os avanços da tecnologia e do cuidado em saúde, atualmente é uma doença potencialmente curável quando se tem acesso ao diagnóstico precoce e o tratamento ocorre em centros especializados. Esses fatores têm aumentado a sobrevivência de crianças e adolescentes com câncer, porém, mesmo com os progressos verificados nas últimas décadas, aproximadamente 25% deles não conseguem obter a cura. Entre a população de adultos, o câncer é considerado a segunda causa de morte. Verifica-se aumento importante da mortalidade a partir dos 30 anos de idade, em especial na população geriátrica, na qual se concentram as maiores taxas.

Quanto ao cuidado ao cuidador familiar, atenta-se para o fato de que os familiares, ao conviverem com o paciente em cuidados paliativos, têm seu cotidiano alterado pelas demandas do mesmo. Estão sujeitos a sentimentos como: impotência diante da situação do paciente, angústia quando se iniciam os sintomas e medo da morte.

Para que mais famílias na mesma situação possam receber esse apoio, torna-se necessária a formação de maior número de equipes especializadas em oferecer atendimento em cuidados paliativos. A urgência pela expansão de tal modalidade de serviço é justificada pelo fato de o cuidador sentir-se, muitas vezes, despreparado com uma doença terminal, necessitando tanto de apoio em relação à prática dos cuidados como de um suporte emocional. Esse cuidado ao cuidador pode ser desenvolvido de modo individual e/ou grupal, o atendimento de desejos e tarefas próprias do fim da vida. Os profissionais de saúde possuem um papel significativo nessa etapa, seja para o paciente seja para a família, propiciando qualidade ao processo de morrer e morte. Isso requer um preparo especializado para o manejo do final da vida em seus aspectos físicos, emocionais, espirituais, culturais e bioéticos.

Quanto às questões institucionais, se por um lado o cuidado paliativo vem assumindo importância crescente no mundo, por outro existem lacunas na formação, treinamento e educação permanente.

Diante da necessidade moral de se organizar um modelo de assistência adequado às pessoas que têm doenças avançadas e terminais, proporcionando um processo de morrer digno, torna-se necessário que a disciplina de cuidados paliativos integre os currículos dos cursos de graduação na área da saúde.

No que tange à gestão, os programas de cuidados paliativos, independente de estarem inseridos em unidades hospitalares ou não, devem seguir diretrizes que possibilitem o alcance de objetivos para o alívio do sofrimento e promoção da qualidade de vida das pessoas com doença avançada e seus familiares. Tais diretrizes podem ser agrupadas em seis domínios: físico, psicológico, social, espiritual, cultural e estrutural.

5. CONCLUSÃO

Os resultados evidenciaram que o cuidado paliativo em oncologia é desenvolvido nas situações de câncer avançado, predominantemente no fim da vida e no processo de morrer e morte. Está sendo desenvolvido por equipe multiprofissional, por vezes normatizado pela instituição; pelos próprios familiares e cuidadores voluntários. As ações paliativas contemplam os pacientes, desde crianças até idosos, e os cuidadores. Tem como cenários hospitalares particulares ou públicos, clínicas especializadas, hospitais e domicílio. As ações indicaram questões assistenciais e de apoio, institucionais e de gestão.

Portanto, atualmente, os cuidados paliativos afirmam a vida e encaram a morte no cotidiano assistencial; não adiam nem prolongam a morte, mas proveem alívio de dor e de outros sintomas, oferecendo suporte ao paciente e sua família no processo de morrer e morte de modo digno.

É imprescindível que a filosofia de cuidado paliativo seja incorporada pelas instituições, academia e serviços de saúde. Para que os cuidados paliativos sejam implantados e implementados de modo eficaz, fazem-se necessárias a formação e educação permanente dos profissionais de saúde para atender as pessoas que têm doença avançada e sua família, seja nos hospitais públicos ou privados, nos serviços especializados ou no domicílio.

Indica-se a necessidade de novas investigações científicas que objetivem analisar as particularidades que envolvem as políticas públicas dos diferentes países, dada sua evolução epidemiológica, tecnológica e científica. Além de aprofundar a especialidade da oncologia na saúde da criança, do adolescente, do adulto e do idoso.

REFERÊNCIAS

Avanci BS, Carolindo FM, Goés FG, Netto MP. Cuidados paliativos a criança oncológica na situação do viver/morrer: a ótica do cuidar em enfermagem. Esc Anna Nery Rev Enferm [Internet].

2009 Oct/Dez [cited 2012 Mar04];13(4):708-16. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v13n4/v13n4/v13n4a.>

Inocenti A, Rodrigues IG, Miasso AI. Vivências e sentimentos do cuidador familiar do paciente oncológico em cuidados paliativos. Rev eletrônica enf [Internet]. 2009 [cited 2012 Mar 03]; 11(4):858-65. Available from: <http://www.fen.ufg.br/revista/v11/n4/pdf/v11n4a11.pdf>

Machado KD, Pessini L, Hossne WS. A formação em cuidados paliativos da equipe que atua em unidade de terapia intensiva: um olhar da bioética. Bioethikos Centro Universitário São Camilo [Internet]. 2007 [cited 2012 Mar 03];1(1):34-42. Available from: http://www.saocamilo-sp.br/pdf/bioethikos/54/A_cuidados_paliativos.pdf.

Ministério da Saúde (Brasil). Instituto Nacional de Câncer (INCA). Estimativa 2012 Incidência de Câncer no Brasil. Rio de Janeiro: INCA, 2018:118p.

Ministério da Saúde (Brasil). Instituto Nacional de Câncer (INCA). Diagnóstico precoce do câncer na criança e no adolescente. 2 ed atualizada. Rio de Janeiro: INCA, 2023.

Mutti CF, Paula CC, Souto MD. Assistência à saúde da criança com câncer na produção científica brasileira. Rev bras cancerol [Internet]. 2020 [cited 2022 Mar 01];56(1):71-83. Available from: http://www.inca.gov.br/rbc/n_56/v01/pdf/11_revisao_de_literatura_assistencia_saude_crianca_cancer.pdf.

Minayo MC. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12ª ed. São Paulo: Hucitec; 2020.

Nascimento LC, Rocha SM, Ayes VH, Lima RA. Children with cancer and their families. Rev Esc Enferm USP [Internet]. 2005 [cited 2022 Mar 01];39(4):469-74. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v39n4/13.pdf>

Neuwöhner K, Lindena G. Assessment of distress with physical and psychological symptoms of patients in german palliative care services. Onkologie. 2011 Feb 21;34(3):94-8.

Pompeo DA, Rossi LA, Galvão CM. Revisão integrativa: etapa inicial do processo de validação de diagnóstico de enfermagem. Acta paul enferm [Internet]. 2009 [cited 2012 Mar 01];22(4):434-8. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/ape/v22n4/a14v22n4.pdf>

Sales CA, Oliveira WT, Violin MR, Schülhi PA, Tironi NM, Salci MA. O ensino dos cuidados paliativos em um programa de: concepções dos alunos. Cienc cuid saúde [Internet]. 2009 [cited 2022 Mar 01];8(supl):47-54. Available from: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Cien>

cCuidSaude/article/view/9717/5530.

Santana JC, Campos AC, Barbosa BD, Baldessari CE, Paula KF, Rezende MA, et al. Cuidados paliativos aos pacientes terminais: percepção da equipe de enfermagem. Bioethikos Centro Universitário São Camilo [Internet]. 2009 [cited 2012 Mar 03];3(1):77-86. Available from: <http://www.saocamilo-sp.br/pdf/bioethikos/68/77a86.pdf>.

Silva EP, Sudigursky D. Concepções sobre cuidados paliativos: revisão bibliográfica. Acta paul enferm [Internet]. 2008 [cited 2018 Mar 01];21(3):504-8. Available from: http://www.scielo.br/pdf/ape/v21n3/pt_20.pdf.

Silva MM, Moreira MC. Sistematização da assistência de enfermagem em cuidados paliativos na oncologia: visão dos enfermeiros. Acta paul enferm [Internet]. 2019 [cited 2020 Mar 03];24(2):172-8. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/ape/v24n2/03.pdf>.

World Health Organization. Cancer pain relief and palliative care report. Geneve: WHO; 1990.

O Papel do Carbonato de Cálcio na Redução da Mortalidade Materna e Perinatal

Rubens Moraes da Silva Filho

Enfermeiro com especialização em Enfermagem Dermatológica. Atuando na Saúde da Família.

Resumo

A suplementação de carbonato de cálcio na gestação tem sido amplamente recomendada como estratégia para reduzir a morbimortalidade materna e perinatal, especialmente em populações com baixa ingestão dietética de cálcio. Estudos demonstram que a ingestão adequada desse mineral pode reduzir significativamente o risco de distúrbios hipertensivos gestacionais, como a pré-eclâmpsia e eclâmpsia, condições associadas a complicações maternas graves, parto prematuro e maior risco de mortalidade neonatal. Este artigo de revisão busca sintetizar as evidências científicas mais recentes sobre o impacto da suplementação de carbonato de cálcio na saúde materno-fetal, abordando os mecanismos fisiológicos envolvidos, diretrizes internacionais e nacionais, além dos desafios na implementação dessa estratégia no pré-natal. A análise dos estudos selecionados reforça a importância da suplementação universal de cálcio, conforme recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Ministério da Saúde do Brasil, como medida eficaz para reduzir complicações obstétricas e promover a saúde materna e infantil.

Palavras-Chave: Carbonato de cálcio, gestação, pré-eclâmpsia, mortalidade materna, mortalidade perinatal, suplementação.

Abstract

Calcium carbonate supplementation during pregnancy has been widely recommended as a strategy to reduce maternal and perinatal morbidity and mortality, especially in populations with low dietary calcium intake. Studies show that adequate intake of this mineral can significantly reduce the risk of gestational hypertensive disorders, such as pre-eclampsia and eclampsia, conditions associated with severe maternal complications, preterm birth, and increased neonatal mortality risk. This review article seeks to synthesize the most recent scientific evidence on the impact of calcium carbonate supplementation on maternal-fetal health, addressing the physiological mechanisms involved, international and national guidelines, as well as challenges in implementing this strategy in prenatal care. The analysis of the selected studies reinforces the importance of universal calcium supplementation, as recommended by the World Health Organization (WHO) and the Brazilian Ministry of Health, as an effective strategy to reduce obstetric complications and promote maternal and child health.

Keywords: Calcium carbonate, pregnancy, pre-eclampsia, maternal mortality, perinatal mortality, supplementation.

1. Introdução

A mortalidade materna e perinatal permanece um desafio significativo para a saúde pública global. Distúrbios hipertensivos da gestação, particularmente a pré-eclâmpsia, estão entre as principais causas de complicações obstétricas que podem levar a desfechos adversos para a mãe e o bebê. Estudos sugerem que a suplementação de cálcio durante a gravidez pode ser uma estratégia eficaz

na prevenção desses distúrbios, especialmente em populações com baixa ingestão de cálcio na dieta.

2. Distúrbios Hipertensivos e Mortalidade Materna e Perinatal

O cálcio desempenha um papel crucial na regulação da pressão arterial durante a gestação. Seus mecanismos de ação incluem a modulação da contração vascular, redução da resistência vascular periférica e inibição da liberação de hormônios vasopressores, como a renina. Esses efeitos combinados contribuem para a manutenção de níveis pressóricos adequados, prevenindo o desenvolvimento de distúrbios hipertensivos (Portal de Boas Práticas, 2023).

3. Mecanismos de Ação do Carbonato de Cálcio

O cálcio desempenha um papel crucial na regulação da pressão arterial durante a gestação. Seus mecanismos de ação incluem a modulação da contração vascular, redução da resistência vascular periférica e inibição da liberação de hormônios vasopressores, como a renina. Esses efeitos combinados contribuem para a manutenção de níveis pressóricos adequados, prevenindo o desenvolvimento de distúrbios hipertensivos ([Portal de Boas Práticas, 2023](#)).

4. Diretrizes para a Suplementação de Carbonato de Cálcio

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que, em regiões onde a ingestão de cálcio é baixa, gestantes recebam suplementação diária de 1,5g a 2g de cálcio elementar para prevenir a pré-eclâmpsia (Portal de Boas Práticas, 2023). No Brasil, o Ministério da Saúde recomenda 1g/dia de cálcio elementar, da 20ª semana até o parto. A diretriz também inclui distribuição gratuita do suplemento nas unidades básicas de saúde e orientação profissional para reforçar a adesão ao tratamento (Ministério da Saúde, 2025).

5. Conclusão

A suplementação de carbonato de cálcio durante a gestação é uma estratégia comprovadamente eficaz na redução do risco de pré-eclâmpsia e, consequentemente, na diminuição da mortalidade materna e perinatal. Para maximizar os benefícios dessa intervenção, é crucial superar os desafios relacionados à sua implementação, garantindo que todas as gestantes tenham acesso ao suplemento e estejam cientes de sua importância para a saúde materno-fetal.

Referências

1. **Evidências sobre a suplementação de cálcio e a prevenção da pré-eclâmpsia.** Portal de Boas Práticas em Saúde da Mulher, Criança e Adolescente. Disponível em: https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.brhttps://revistadifatto.com.br/wp-content/uploads/2022/03/EVIDENCIAS_SUPLEM_CALCIO_PRE-

[ECLAMPSIA_MULHERES_v2023.pdf](#). Acesso em: 23 fev. 2025.

2. **Em estratégia contra a pré-eclâmpsia, suplementação de cálcio passa a ser universal para gestantes.** Ministério da Saúde, 18 de fevereiro de 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2025/fevereiro/em-estrategia-contr-a-pre-eclampsia-suplementacao-de-calcio-passa-a-ser-universal-para-gestantes>. Acesso em: 23 fev. 2025.
3. **Suplementação de cálcio e prevenção de pré-eclâmpsia: uma revisão sistemática e metanálise.** American Journal of Obstetrics and Gynecology, 2024. Disponível em: [https://www.ajog.org/article/S0002-9378\(24\)00012-3/fulltext](https://www.ajog.org/article/S0002-9378(24)00012-3/fulltext). Acesso em: 23 fev. 2025.
4. **Impacto da suplementação de cálcio na saúde materno-fetal.** Acta Paulista de Enfermagem, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/vWPkQpY9DcvBMXYKzGdrFfb/>. Acesso em: 23 fev. 2025.
5. **Efeito do cálcio na regulação da pressão arterial em gestantes.** Journal of Maternal-Fetal & Neonatal Medicine, 2023. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14767058.2023.9876543>. Acesso em: 23 fev. 2025.

Prevenção de agravos e tratamentos de úlceras diabéticas

RODRIGO PIA DOS SANTOS

Bacharel em Enfermagem. Pós - Graduação em Auditoria, Urgência e Emergência, Oncologia e Prescrição de Medicamentos por Enfermeiros. Na área de saúde participei de diversos cursos, minicursos e palestras em diversas áreas como na área de Auditoria. Já fui estagiário do TFD como marcador e estagiário da IAH/APAC no setor de faturamento e auditoria, no Naipd da Uesb de Vitória da Conquista fui tutor de alunos com deficiência mental e física e na Vigilância em Saúde na Prefeitura de Vitória da Conquista. No Hospital Geral de Vitória da Conquista participei como estagiário no OPO/CIHDOIT, fazendo busca ativa de pacientes com ME, captação de córnea e busca ativa de obtidos por dia.

Resumo

A Diabetes Mellitus é caracterizada como uma síndrome metabólica de origem multifatorial, causada pela produção inadequada de insulina no pâncreas, resultando em hiperglicemia. Nesse contexto, a úlcera diabética é uma das principais complicações da doença, sendo caracterizada por infecção, ulceração e/ou perda de tecidos moles, decorrente de alterações neurológicas e da presença de doença arterial periférica nos membros inferiores. O objetivo deste estudo foi identificar as ações de prevenção de úlceras diabéticas, além de descrever as principais formas de tratamento. Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, utilizando como fontes de dados a Biblioteca Virtual em Saúde, o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde, a Base de Dados de Enfermagem e o Medical Literature Analysis and Retrieval System Online. A amostra final foi composta por nove artigos que atenderam ao objetivo proposto para a revisão, selecionados após leitura e análise dos títulos e resumos de 71 artigos encontrados na primeira etapa de busca e seleção. A partir da análise dos artigos, foram identificadas importantes ações realizadas pelos enfermeiros na prevenção e tratamento de úlceras diabéticas, tais como a higiene e inspeção dos pés, ações educativas em saúde e o incentivo à adesão ao tratamento medicamentoso para o controle da doença, entre outras.

Palavras-Chave: Diabetes Mellitus. Assistência de Enfermagem. Úlcera diabética.

Abstract

Diabetes Mellitus is identified as a metabolic syndrome, of multiple origins, occurring due to the absence of adequate insulin production in the pancreas, resulting in hyperglycemia. In this sense, diabetic ulcers are one of the main complications of the disease, characterized by the presence infection, ulceration and/or loss of soft tissues as a consequence of neurological changes and the presence of peripheral arterial disease in the lower limbs. The objective of the study was to identify actions to prevent worsening diabetic ulcers, as well as to describe the main forms of treatment. This is an integrative literature review study, where the following databases were used: the Virtual Health Library, Latin American and Caribbean Center for Health Sciences Information, Nursing Database, and the Medical Literature Analysis and Online Retrieval System for data collection. As for the results, the sample was composed of 9 articles, which met the objective proposed to compose this review, selected after reading and analyzing the titles and abstracts of the 71 articles found in the first stage of search and selection. From the analysis of the articles, it was observed important actions carried out by nurses regarding the prevention and treatment of diabetic ulcers, such as hygiene and inspection of the feet, health educational actions, encouragement for adherence to drug treatment to control the disease, among others.

Keywords: Diabetes Mellitus. Nursing Assistance. Diabetic ulcer.

1. INTRODUÇÃO

A Diabetes Mellitus (DM) é considerada como um sério problema de saúde pública por possuir elevadas taxas de prevalência e morbimortalidade, se encaixando dentro do grupo de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), envolvendo causas multifatoriais, podendo considerar as condições de vida da indivíduo, as condições sociodemográficas, a possibilidade de acesso à informação, saneamento básico em sua moradia, emprego, renda e qualidade de vida. Apontada como uma síndrome metabólica de origem múltipla, a DM se dá pela deficiência na produção de insulina ou pela resistência à ação da insulina secretada, resultando em hiperglicemia (RESENDE et al., 2023).

Estimativas apontam que no Brasil exista aproximadamente 16,8 milhões de pessoas com diabetes, correspondendo a 10,4% da população brasileira, além disso, vale expor que 33,9 milhões de adultos com faixa etária de 20 a 79 anos apresentam intolerância a glicose oral, correspondendo a 10,1% da população da América do Sul e Central (ROMERO et al., 2022).

Indivíduos portadores de DM têm uma maior probabilidade de desenvolverem lesões, que são provenientes das alterações vasculares periféricas e/ou neurológicas decorrentes da doença (PEREIRA; DE ALMEIDA, 2020). É importante evidenciar que 25% dos pacientes diabéticos apresentam risco de desenvolver lesões nos pés, explicado pelo próprio processo crônico que favorece o surgimento da ulcera plantar, destacando a tríade patogênica composta pela neuropatia diabética, a doença arterial periférica e alterações biomecânicas, responsável pela fisiopatologia do pé diabético (DA SILVA et al., 2023).

Ribeiro e colaboradores (2021) apresentam duas classificações das úlceras diabéticas, a primeira é o pé neuropático, onde a neuropatia domina, surgindo fissuras, bolhas, articulação neuropática (Charcot), edema neuropático e necrose digital, o segundo tipo trata-se do pé neuroisquêmico, onde a doença vascular oclusiva é o principal fator, embora a neuropatia também esteja presente, esse tipo leva à dor em repouso, ulceração nas margens do pé, necrose digital e gangrena.

O pé diabético trata-se de uma condição onde existe a presença de uma infecção, ulceração e/ou perda dos tecidos moles ocorridos em consequência das modificações neurológicas e presença de doença arterial periférica nos membro inferiores, ocupando o lugar das causas mais comuns de internações em leitos de emergência e enfermarias, estimando que no Brasil haja 7,12 milhões de pessoas com diabetes mellitus tipo 2, e destes 484.500 possuem úlceras. Por isso, diante dos prejuízos e impactos socioeconômicos que as ulcerações geram para o indivíduo e sociedade, torna-se importante prevenir o aparecimento dessas lesões e trata-las, quando existentes (DA SILVA et al., 2023).

Para tanto, a realização deste trabalho se justifica pela necessidade e importância em conhecer as formas de prevenir maiores agravos das úlceras diabéticas, assim como conhecer as formas de tratamento atuais disponíveis. Além disso, o desenvolvimento deste trabalho permitirá um melhor direcionamento da equipe de saúde, aumentando a possibilidade de novas estratégias para auxiliar no enfrentamento das pessoas acometidas por feridas crônicas causadas pela doença, trazendo impactos e auxiliando também no desenvolvimento para ações em saúde pública. Reiteramos sobre a importância desse estudo, sobretudo no setor científico, pois os resultados poderão servir de referência para a formação de novos conhecimentos acerca da temática.

Por essa razão, faz-se necessária a realização desta revisão integrativa da literatura, pois pode subsidiar a prática dos profissionais de saúde com enfoque nas ações de promoção e prevenção, assim como o gerenciamento da diabetes mais direcionadas aos cuidados com os pés, além de poder incentivar a prática de atividade física, modificação dos hábitos alimentares, objetivando a contribuição para a redução das complicações diabéticas, como as úlceras diabéticas.

Desta forma, a questão norteadora do presente trabalho é: Quais as ações de prevenção de agravos e as formas de tratamento para úlceras diabéticas que estão disponíveis e que são mais utilizadas na atualidade?

Perante o exposto, o objetivo deste trabalho consiste em identificar as ações de prevenção aos agravos de úlceras diabéticas, assim como descrever as principais formas de tratamento.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão de literatura integrativa, possibilitando ao investigador reunir e sintetizar o conhecimento e ainda apontar as lacunas que precisam ser preenchidas com o desenvolvimento de novos estudos, objetivando a agregação e síntese de resultados preliminares definidos por meio da investigação crítica de diferentes indagações estruturadas para incorporação de temáticas relevantes no campo da ciência (ALMEIDA et al., 2020).

A construção deste estudo foi desenvolvida em seis etapas diferentes e complementares, que são elas: 1) identificação do tema e seleção da questão norteadora da pesquisa; 2) estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos e busca na literatura; 3) definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados; 4) categorização dos estudos; 5) avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa e interpretação e por fim, 6) apresentação da revisão (GUEDES et al., 2023).

As bases de dados utilizadas foram: a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), sustentada pelo banco de dados do Centro Latino Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (LILACS) da

BIREME, como também pela Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE) e pela Base de Dados de Enfermagem (BDENF).

Para definição da amostragem, foram definidos critérios de inclusão, sendo que os critérios de inclusão foram: trabalhos publicados no período de 2018 a 2023, disponíveis na íntegra para pesquisa, escritos na língua portuguesa e que aborde a temática. Quanto aos critérios de exclusão, se deu: artigos que não estavam na íntegra, aqueles que não estavam disponíveis gratuitamente, assim como os artigos nos formatos de revisão, resenhas e resumos em anais de eventos.

A busca das publicações foi realizada no mês de setembro de 2023. A estratégia de busca designada foi a utilização dos descritores: “Diabetes”, “Úlcera Diabética” e “Assistência de enfermagem”, utilizando o operador booleano AND. Considerando os critérios de inclusão e exclusão, foi realizada a leitura dos títulos e resumos dos artigos científicos, a fim de certificar sua adequação e possibilidade de responder à questão norteadora da presente investigação. A análise e interpretação de dados compilados se deu de forma descritiva para melhor entendimento.

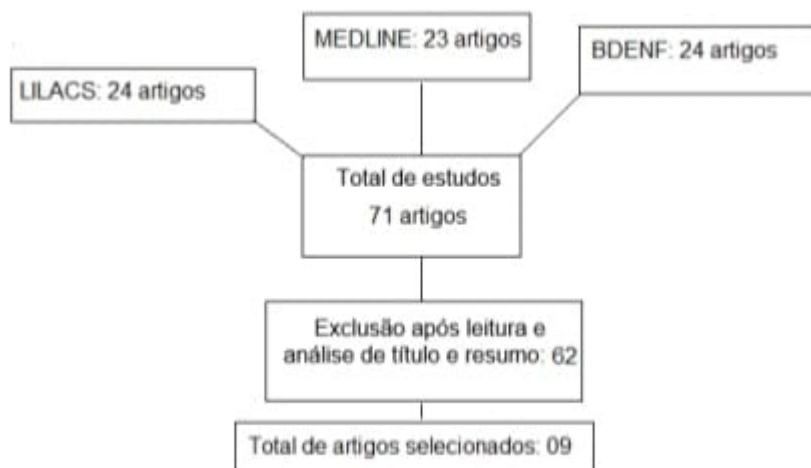
Este estudo utilizou dados secundários, nesse caso, não há necessidade de apreciação em Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), estando em conformidade com a Resolução nº 466/2012 e a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Além disso a pesquisa obedeceu aos aspectos éticos e legais dispostos na Lei nº 9.610 do dia 19 de fevereiro de 1998 sobre plágio e direitos autorais, assegurando que todos os autores consultados fossem referenciados.

3. RESULTADOS

Seguindo os critérios estabelecidos na metodologia desta revisão, encontrou-se, primariamente, 71 artigos. Destes, 24 pertencem a base de dados da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS); 23 na Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE); e 24 na Base de Dados de Enfermagem (BDENF).

Após esta primeira etapa, realizou-se a leitura e análise dos títulos e resumos dos 71 artigos e excluíram-se 33 que não eram pertinentes ao tema, 11 não estavam na íntegra e 18 compunha os demais critérios de exclusão. Por meio desta ação foram selecionados 09 estudos dos 71 artigos encontrados, os quais atenderam objetivo proposto para compor esta revisão (Figura 1).

Figura 1: Fluxograma de artigos por base de dados, total de artigos e número de exclusão.



Fonte: Elaboração própria, 2025.

O Quadro 1 apresenta a caracterização dos estudos que compõem a amostra final, e para cada publicação formam descritos: título, autor principal e ano de publicação, objetivo, metodologia e resultados, o que permite melhor visualização das informações relevantes relacionadas com o tema proposto para o estudo.

Quadro 1 - Síntese dos artigos selecionados quanto ao título, autores, ano, tipo de estudo e os principais resultados. 2025.

TÍTULO	AUTORES/ANO	OBJETIVO	MÉTODO	PRINCIPAIS RESULTADOS
Atuação e dificuldades de enfermeiros da estratégia saúde da família na prevenção do pé diabético.	ARRAIS <i>et al.</i> , 2023.	Analisar a avaliação preventiva dos pés em pacientes com diabetes mellitus (DM) realizada por enfermeiros da Estratégia Saúde da Família.	Estudo descritivo-exploratório, com abordagem qualitativa.	O estudo identificou que a avaliação preventiva realizada pelos enfermeiros nos pés de pacientes com diabetes é parcial, superficial e fragmentada.
Contribuições de um programa educativo na prevenção de lesões nos pés de pessoas com diabetes mellitus.	GOMES <i>et al.</i> , 2022.	Avaliar as contribuições de um programa educativo na prevenção de lesões nos pés em pessoas com diabetes mellitus tipo 2.	Estudo de intervenção com abordagem quantitativa	O programa educativo se mostrou benéfico na redução do risco para o pé diabético.
Fatores associados ao risco de pé diabético em pessoas com diabetes mellitus na Atenção Primária.	LIRA <i>et al.</i> , 2020.	Analisar os fatores associados ao risco de pé diabético em pessoas com diabetes mellitus atendidas na Atenção Primária.	Estudo observacional, analítico e transversal.	Alguns fatores como o perfil sociodemográfico, clínicos e aspectos de autocuidado interferem no desenvolvimento do pé diabético.
Conhecimento de enfermeiros da atenção primária antes e após intervenção educativa sobre pé diabético.	FELIX <i>et al.</i> , 2021.	Comparar o conhecimento de enfermeiros sobre o pé diabético antes e após intervenção educativa.	Estudo quase experimental, do tipo antes e depois.	O conhecimento dos enfermeiros sobre pé diabético mostrou-se deficiente
Grau de risco para úlceras nos pés por diabetes: avaliação de enfermagem	LUCOVEIS <i>et al.</i> , 2018.	Classificar o nível de risco para úlceras nos pés em pessoas com diabetes mellitus e identificar seus principais fatores de risco preditivos	Estudo exploratório, descritivo	Os resultados indicaram que 96% da amostra estudada nunca tiveram seus pés examinados com o monofilamento de Semmes Weinstein, apontando sobre a importância da avaliação criteriosa dos pés das pessoas com diabetes pela enfermagem.

Avaliação do risco de ulceração nos pés em pessoas com diabetes mellitus na atenção primária.	LIRA <i>et al.</i> , 2020.	Avaliar o pé dos indivíduos portadores	estudo transversal analítico	Foi constatado que o exame clínico dos pés e a sensibilidade preservada ao monofilamento foram fatores de proteção.
Prevalência de fatores de risco para o desenvolvimento do pé diabético	SENTEIO <i>et al.</i> , 2018.	Identificar a prevalência de fatores de risco para o desenvolvimento do pé diabético.	Estudo descritivo, com abordagem quantitativa.	Os fatores de risco mais prevalentes para o desenvolvimento do pé diabético foram: pele ressecada, utilização de calçados inadequados, rachadura nos pés e presença de calosidade.
Caracterização e tratamento de úlceras do pé diabético em um ambulatório.	DE ANDRADE <i>et al.</i> , 2019.	Caracterizar as úlceras do pé diabético de pacientes atendidos em um ambulatório e investigar qual o tratamento dispensado a estas lesões.	Estudo descritivo com abordagem quantitativa	Os resultados reforçam a importância da caracterização/avaliação das lesões para escolha de um tratamento eficaz, o que reduz a gravidade de complicações.
Processo de enfermagem em paciente com pé diabético: relato de experiência.	BRANDÃO, 2020.	Descrever a experiência da aplicação do Processo de Enfermagem a um paciente com diabetes, portador de pé diabético.	Estudo descritivo e qualitativo, do tipo relato de experiência	A cicatrização de feridas de cicatrização complexa como o pé diabético é um desafio crescente e que requer táticas inovadoras e atenção dos profissionais de saúde.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

4. DISCUSSÃO

A consulta de enfermagem, atividade privativa do enfermeiro, deve ser realizada para identificar os pacientes com DM e que apresentam riscos de ulcerações. Desta forma, cabe ao enfermeiro identificar por meio de rigorosa inspeção e palpação, as alterações dermatológicas, musculoesqueléticas, vasculares e neurológicas em indivíduos com DM (LUCOVEIS *et al.*, 2018).

Segundo Arrais e colaboradores (2023), é extremamente significativa o número de pacientes internados decorrente do pé diabético, uma das complicações do DM, apontando uma taxa de 3,7% de todos os pacientes internados.

Um estudo realizado no estado do Piauí, com dez enfermeiras da Estratégia Saúde da Família, identificou as seguintes ações preventivas para a úlcera diabética: corte das unhas sempre retas, uso

do calçado adequado, devendo ser fechado e confortável, utilização de meias de algodão que não possuam costuras internamente, evitar andar descalço, lavar os pés adequadamente e secá-los bem, com atenção especial entre os dedos, realizar hidratação dos pés, sobretudo nas áreas mais secas e após o banho, orientação para que o paciente realize o autoexame dos pés, observando a coloração, presença de micoses, se há alteração na sensibilidade e temperatura e que seja realizado em lugar bem iluminado para conseguir obter melhor visualização (ARRAIS et al., 2023).

Conforme Gomes e colaboradores (2022) explicam, a realização do exame anual dos pés dos indivíduos com DM associa-se diretamente à prática de educação em saúde acerca dos cuidados/autocuidado, visto que esse ato possibilita a identificação dos fatores de risco clínico para úlceras e possíveis amputação, entretanto, observa-se que no Brasil, essa prática é pouco realizada.

O estudo Lira e colaboradores (2020) realizado com cem pacientes diabéticos, evidenciou que apenas 14% da amostra já receberam algum tipo de orientação relacionada ao cuidado com os pés e 26% já tiveram seus pés examinados por algum profissional. Outro estudo realizado por Lira e colaboradores (2020), demonstram que 86,3% das pessoas com DM nunca foram submetidas ao rastreamento do pé diabético através do exame clínico dos pés, identificando ainda que 59,0% possuíam neuropatia diabética e 3,1% pé diabético, além disso, 69,6% detinham o risco de desenvolver o pé diabético.

Corroborando com a informação mencionada anteriormente, os enfermeiros participantes do estudo de Arrais e colaboradores (2023) mencionaram algumas dificuldades encontradas para a realização da avaliação preventiva dos pés, onde foi destacado a carência de recursos materiais, ausência de capacitações para que os profissionais de enfermagem sejam capazes de realizar adequada avaliação dos pés, a ausência de protocolo/manual/guia no município e baixa iniciativa da gestão.

Achado semelhante é encontrado no estudo de Felix e colaboradores (2021), onde apresentam que a maioria dos enfermeiros afirmaram possuir dificuldades para avaliar os pés das pessoas com DM na sua prática profissional. O conhecimento insuficiente dos profissionais de enfermagem pode trazer inúmeros prejuízos, como o comprometimento da qualidade da assistência, pode ainda provocar equívocos na prestação dos cuidados, além de dificultar o rastreamento correto e a identificação precoce das complicações do pé diabético entre as pessoas com DM.

Diante desse cenário, é possível que o enfermeiro exerça algumas funções, sem que haja necessariamente capacitações, levando em consideração que ações como essas estão inseridas na grade curricular do curso, e que envolvem: visitas domiciliares mensais para avaliação e tratamento dos pés diabéticos, acompanhamento da glicemia capilar, oferta de óleos ou cremes hidratantes, distribuição de panfletos informativos sobre a diabetes, realização de salas de espera

sobre os cuidados com os pés, entre outras ações (LIRA et al., 2020).

Torna-se importante frisar que a consulta de enfermagem e a visita domiciliar são momentos chave onde é possível realizar a avaliação dos pacientes com DM, realizando a classificação de risco de ulceração, identificando a capacidade do indivíduo de cuidar-se, elaborar e propor ações preventivas e orientá-los quanto ao autocuidado, considerando as características individuais, sua rede de apoio familiar e o contexto em que vive (FELIX et al., 2021).

Nesse contexto, Brandão (2020) reforçam a ideia de que o enfermeiro deve ressaltar a autonomia do indivíduo com DM, fazendo com que haja o reconhecimento da corresponsabilização. Além disso, cabe ao profissional de enfermagem identificar precocemente os riscos e complicações que afetam o indivíduo com pé diabético, podendo utilizar instrumentos como a realização da consulta de enfermagem, anamnese, exame físico acompanhado dos testes de sensibilidade.

Outras ações preventivas apresentadas seriam a realização de atividade educativa como, a prática de atividade física regular, monitoramento da glicemia, uso adequado dos calçados, lavagem diária dos pés com água morna, uso de bolsas de água, a não exposição dos pés ao frio excessivo, presença de animais domésticos, elevação dos pés, e não andar descalço e usar de sandálias fechadas (BRANDÃO, 2020).

Ademais, Senteio e colaboradores (2018) salientam sobre a importância de o profissional de enfermagem reforçar os cuidados básicos relacionados ao autocuidado com os pés, como, por exemplo, a realização da inspeção constante e diária dos pés pelo próprio indivíduo, manutenção da higiene adequada, corte reto das unhas, utilização de calçados apropriados e que não causem desconforto, utilização de hidratantes, não realização de imersão dos pés em água quente e impedir umidade entre os dedos.

Além disso, os autores informam ainda sobre a dimensão da importância referente a adesão ao tratamento medicamentoso e não medicamentoso, visto que as ações de controle da doença e hábitos\comportamentos saudáveis em indivíduos com DM, podem postergar ou até mesmo evitar as complicações agudas e crônicas (SENTEIO et al., 2018).

Por fim, o estudo de De Andrade e colaboradores (2019), mencionam sobre uma importante função realizada pelos enfermeiros, que é o cuidado e tratamento das lesões decorrentes da doença, sendo uma prática reconhecida pela Sociedade Brasileira de Enfermagem Dermatológica, cabendo ao mesmo realizar o aperfeiçoamento dos conhecimentos relativo as especificidades dessa área, no sentido de prestar uma assistência com resolutividade e qualidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da realização deste estudo, foi observado importantes ações realizadas pelos enfermeiros quanto a prevenção e tratamento das úlceras diabéticas, como a higiene e inspeção dos pés, ações educativas em saúde, incentivo para a adesão do tratamento medicamentoso para controle da doença, entre outros, desta forma, é possível concluir que o objetivo proposto de identificar as ações de prevenção aos agravos de úlceras diabéticas, assim como descrever as principais formas de tratamento foi alcançado.

Além disso, ficou evidente que a falta de conhecimento, capacitações, aprimoramento e atualização dos profissionais de enfermagem sobre a doença, suas complicações e ações preventivas impactam negativamente na vida dos pacientes com DM.

Por fim, recomenda-se que mais estudos dessa natureza sejam desenvolvidos, considerando a enorme contribuição para a vida prática dos profissionais de enfermagem, trazendo embasamento técnico-científico, além de reconhecer a relevância da prevenção de úlceras do pé diabético.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, Kamilla Rocha et al. Atuação e Dificuldades de Enfermeiros da Estratégia Saúde da Família na Prevenção do Pé Diabético. *Estima–Revista Brasileira de Enterostomoterapia*, v. 20, 2022.

ALMEIDA, Priscylla Tavares et al. Assistência nutricional e diabetes mellitus gestacional: uma revisão integrativa de literatura. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 7, p. e640974592-e640974592, 2020.

BRANDÃO, Maria Girlane Sousa Albuquerque. Processo de enfermagem em paciente com pé diabético: relato de experiência nursing process in patient with diabetic foot: experimental report. *Rev. Rede cuid. saúde* v. 14, n. 1 jul (2020).

DA SILVA, Vitória Régia Vieira et al. Intervenções de enfermagem para prevenção do pé diabético em pessoas com diabetes mellitus. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, v. 12, n. 4, pág. e6012440914-e6012440914, 2023.

DE ANDRADE, Lidiane Lima et al. Características e tratamento das úlceras do pé diabético em atendimento ambulatorial/Caracterização e tratamento de úlceras do pé diabético em um ambulatório. *Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online*, v. 1, pág. 124-128, 2019.

FELIX, Lidiany Galdino et al. Conhecimento de enfermeiros da atenção primária antes e após intervenção educativa sobre pé diabético. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 42, 2021.

GOMES, Lilian Cristiane et al. Contribuições de um programa educativo na prevenção de lesões nos pés de pessoas com diabetes mellitus/Contributions of an educational program in the prevention of foot injuries in people with diabetes mellitus/Contribuciones de un programa educativo en la prevención de las lesiones del pie en personas con diabetes mellitus. Journal Health NPEPS, v. 6, n. 1, 2021.

GUEDES, Giovanna Leone Silva et al. A integração fisiopatológica entre a COVID-19 e o Diabetes Mellitus Tipo 2 e a influência sobre o prognóstico dos pacientes: Uma revisão de literatura. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, v. 12, n. 3, pág. e5212340489- e5212340489, 2023.

LIRA, Jefferson Abraão Caetano et al. Avaliação do risco de ulceração nos pés em pessoas com diabetes mellitus na atenção primária. Reme: Revista Mineira de Enfermagem, v. 24, 2020.

LIRA, Jefferson Abraão Caetano et al. Fatores associados ao risco de pé diabético em pessoas com diabetes mellitus na Atenção Primária. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 55, 2021.

LUCOVEIS, Maria do Livramento Saraiva et al. Grau de risco para úlceras nos pés por diabetes: avaliação de enfermagem. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 71, p. 3041-3047, 2018.

PEREIRA, Beatriz; DE ALMEIDA, Meives Aparecida Rodrigues. A importância da equipe de enfermagem na prevenção do pé diabético. Revista JRG de Estudos Acadêmicos, v. 3, n. 7, p. 27-42, 2020.

RESENDE, Sara Ferreira et al. Estratégias de colping utilizadas por pessoas com Diabetes mellitus na atenção primária à saúde. Research, Society and Development, v. 12, n. 2, p. e6912239989-e6912239989, 2023.

RIBEIRO, Amilcar Azevedo et al. Atuação do enfermeiro na prevenção das complicações do pé diabético e fatores de risco relacionados. Revista Terra & Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa, v. 37, n. especial, p. 47-63, 2021.

ROMERO, Maria Helena AA et al. Diabetes mellitus: Uma perspectiva genética, sociocultural e étnica para o monitoramento do controle glicêmico. Revista do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium-Araçatuba (São Paulo), p. 12. nº 20 – 2022.

SENTEIO, Juliana de Souza et al. Prevalência de fatores de risco para o desenvolvimento de pé diabético. Rev. pesqui. cuid. fundam. (Online), p. 919-925, 2018.

Hortas nas Escolas: Estratégias Sustentáveis para a Educação Ambiental e Produção Agroecológica.

Gabryelle Alves

Engenheira agrônoma !

Resumo

O projeto "Hortas nas Escolas" visou implementar vermicompostagem e promover a produção sustentável de hortaliças nas escolas, com foco na educação ambiental. A metodologia incluiu atividades práticas, capacitações para alunos e educadores, e a criação de hortas com o uso de minhocas californianas e materiais orgânicos. Durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, o projeto foi apresentado, destacando a importância da adubação orgânica. Apesar de desafios, como mudanças e interferências externas, o projeto teve sucesso, integrando as hortaliças ao cardápio escolar e gerando interesse para sua expansão, promovendo a sustentabilidade alimentar.

Palavras-Chave: vermicompostagem.hortas escolares.educação ambiental.sustentabilidade.adubação orgânica.

Abstract

The "Hortas nas Escolas" project aimed to implement vermicomposting and sustainable vegetable production in schools, focusing on environmental education. The methodology included practical activities, training for students and educators, and creating gardens using California worms and organic materials. During National Science and Technology Week, the project was presented, highlighting the importance of organic fertilization. Despite challenges, the project succeeded, integrating vegetables into the school menu and generating interest for expansion, promoting food sustainability.

Keywords: vermicomposting.school gardens.environmental education.sustainability.organic fertilization.

1. Introdução

O Brasil gera uma grande quantidade de resíduos sólidos diariamente, mas apenas 63% dos domicílios possuem acesso à coleta regular. Em muitos municípios, especialmente em áreas rurais e periféricas, ainda não há um método adequado para a destinação final desses resíduos. Como resultado, os lixões e aterros irregulares continuam sendo uma prática comum, apesar de serem inadequados e proibidos pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei nº 12.305/2010. A disposição inadequada dos resíduos polui o solo, contamina as águas superficiais e subterrâneas e favorece a proliferação de vetores de doenças, como insetos e roedores, representando um sério risco ambiental e à saúde pública (SOARES, GRIMBERG, BLAUTH, 1998; MARAGNO, TROMBIN, VIANA, 2007). Diante desse cenário, a compostagem surge como uma alternativa sustentável e eficiente para a gestão dos resíduos orgânicos. A compostagem é um processo biológico de reciclagem da matéria orgânica, de origem animal ou vegetal, no qual os

resíduos são decompostos por microrganismos e transformados em adubo orgânico de alta qualidade (GODOY, s/d; COSTA, SILVA, 2011).

Esse método foi amplamente difundido no Ocidente pelo agrônomo inglês Albert Howard, conhecido como o pai da agricultura orgânica. Howard dedicou mais de 25 anos ao estudo das práticas agrícolas sustentáveis utilizadas na Índia para o enriquecimento do solo, demonstrando a importância da decomposição natural dos resíduos para a fertilidade do solo e a manutenção dos ecossistemas (BRASIL, 2014). A falta de destinação correta dos resíduos orgânicos no Brasil reflete a necessidade de mudanças estruturais e educacionais na forma como a sociedade lida com o lixo. Estudos indicam que mais de 50% dos resíduos sólidos urbanos são compostos por matéria orgânica, que poderia ser reaproveitada através da compostagem, reduzindo significativamente o volume de lixo destinado a aterros sanitários e lixões. Entretanto, a falta de conhecimento e políticas públicas eficazes impede a implementação generalizada dessa prática em grande escala. Além dos impactos ambientais e sanitários, a destinação inadequada do lixo compromete a médio e longo prazo a sustentabilidade dos recursos naturais e a qualidade de vida da população (CALDERONI, 2003, p. 25). Nesse contexto, a Educação Ambiental desempenha um papel essencial na promoção de mudanças de comportamento e na construção de uma consciência ecológica. Ela exige novas abordagens e metodologias pedagógicas, que integrem a produção e a disseminação do conhecimento ambiental de forma acessível e eficaz. Isso implica na necessidade de incorporar valores ambientais e novos paradigmas no ensino, capacitando educadores e formando cidadãos mais conscientes sobre a importância da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável (LEFF, 2005, p. 251).

A adoção de práticas educativas voltadas à compostagem e gestão de resíduos nas escolas e comunidades pode ser um caminho viável para transformar a relação da sociedade com o meio ambiente. Projetos como hortas escolares e composteiras comunitárias são exemplos de iniciativas que não apenas reduzem o desperdício, mas também incentivam a produção de alimentos saudáveis e fortalecem o aprendizado sobre ciclos naturais e economia circular. Dessa forma, a implementação de políticas públicas que incentivem a compostagem e a educação ambiental pode representar um avanço significativo na construção de cidades mais sustentáveis e resilientes.

2. Metodologia

A metodologia utilizada no projeto “Hortas nas Escolas” envolveu diversas etapas planejadas para garantir a implementação eficiente da vermicompostagem e da produção de hortaliças em unidades educacionais. O projeto foi estruturado em atividades práticas, reuniões de alinhamento, visitas técnicas e capacitações para alunos e educadores. No início do projeto, realizamos uma avaliação detalhada dos aspectos relacionados à formação das hortas e composteiras de resíduos orgânicos. Essa etapa incluiu a correção de erros ortográficos e revisão do plano para maior clareza, além da

atualização de referências.

Uma reunião com o coordenador do projeto, Jardel Lopes, definiu as funções dos bolsistas Victor Hugo e Damiana Almeida no fornecimento de adubo e manejo das hortas. Para implementar a vermicompostagem, reunimo-nos com responsáveis das escolas municipais para entender suas realidades e necessidades específicas. Visitas técnicas foram realizadas em escolas municipais e na Creche Nossa Senhora Aparecida, que possuía uma estrutura mais avançada de canteiros. Para viabilizar a vermicompostagem, foram adquiridas 400 minhocascalifornianas, além de materiais como baldes para montagem das composteiras. As foram montadas com camadas de terra, palha e feno coletado no parque agropecuário de Cristalina.

A estruturação das composteiras incluiu furos nos baldes para garantir a entrada de ar e infiltração da água. Além disso, recebemos doações de esterco bovino de produtores locais para a alimentação das minhocas. As composteiras foram instaladas estrategicamente na horta ecológica da creche para garantir boas condições de iluminação e acesso à água.

3. Resultados e Discussões

Foram realizadas visitas às escolas para planejamento e instalação dos canteiros, utilizando tratores para manejo do solo compactado. Sacos de esterco de cavalo foram coletados e preparados para adubação. As culturas escolhidas para plantio incluíram cenoura, beterraba e alface. A equipe também monitorou semanalmente a temperatura e umidade da vermifugação para garantir a produção adequada de húmus. Além disso, minicursos foram ministrados para crianças da creche sobre a importância dos compostos orgânicos na produção de adubo.

Durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), apresentamos um detalhamento do processo de vermicompostagem em potes transparentes, permitindo uma visualização clara do projeto. Demonstramos a utilização do húmus de minhoca e a adubação orgânica aos alunos interessados. Minicursos também foram ministrados em diferentes instituições, abordando temas como a importância da adubação orgânica, o manejo adequado das hortaliças e a manutenção das composteiras. Algumas dificuldades foram enfrentadas ao longo do projeto, como a mudança de local do Colégio e a destruição dos canteiros da Escola por máquinas da prefeitura. Essas situações exigiram novas estratégias, incluindo reuniões com a gestão escolar e o realinhamento das atividades. Na Creche, o projeto seguiu com sucesso, com manutenção periódica das hortas, novas adubações e envolvimento contínuo dos alunos. Foram feitas podas, remoção de plantas daninhas e cobertura do solo com palhada para melhorar a retenção de umidade e evitar o impacto da chuva.

4. Conclusão

Os resultados obtidos evidenciam que o projeto “Hortas nas Escolas” foi uma iniciativa bem-sucedida, promovendo não apenas a produção sustentável de alimentos, mas também a educação ambiental e o desenvolvimento de hábitos saudáveis entre os alunos. A vermifugação se mostrou uma alternativa viável e eficiente para o tratamento de resíduos orgânicos, ao mesmo tempo em que contribuiu para a melhoria da qualidade do solo e das hortaliças cultivadas. A continuidade e a ampliação do projeto podem trazer benefícios ainda mais significativos, tornando as escolas espaços de aprendizado prático sobre sustentabilidade, agroecologia e alimentação saudável. O envolvimento da comunidade escolar foi essencial para o sucesso das ações, e sua participação contínua será fundamental para garantir a consolidação dessas práticas no ambiente educacional.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SOARES, A.P.M.; GRIMBERG, E.; BLAUTH, P. Coleta seletiva e o princípio dos 3rs. Instituto Pólis. DU nº 109, São Paulo. 1998.

GODOY, J.C. Compostagem. Biomater. s/d. Disponível em: www.biomater.com.br. Acesso em: 2016.

BRASIL. Manual de compostagem doméstica com minhocas. Edição Blue. São Paulo. 2014.

CALDERONI, S. Os bilhões perdidos no lixo. 4. ed. São Paulo: Humanitas/ FFLCH-USP, 2003. p. 25.

LEFF, H. Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. Petrópolis: Vozes, 2005.

Evolução Histórica e Transformações Sociais No Surgimento Dos Direitos Fundamentais.

Maria Dairly Ferreira Bezerra

Cientista Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Mestra e Doutoranda em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE. Bach. em Direito, com pós-graduação em Direito Trabalhista e Previdenciário, e em Direito Civil e Processual Civil pela Faculdade Boa Viagem (FBV)

Resumo

RESUMO Este artigo examina a evolução histórica dos Direitos Fundamentais, desde suas raízes na Grécia Antiga até os marcos das revoluções liberais. Destaca-se como esses direitos, concebidos como inatos e universais, foram progressivamente reconhecidos e incorporados nas constituições nacionais, desempenhando um papel essencial na proteção dos indivíduos. A pesquisa adota uma abordagem histórica e revisão bibliográfica para analisar as transformações sociais que impulsionaram o surgimento e a consolidação dos Direitos Fundamentais, evidenciando sua relevância na sociedade contemporânea. Além de serem pilares da ordem democrática e da justiça, tais direitos influenciam diretamente as práticas jurídicas e fomentam reflexões teóricas que contribuem para o aprimoramento das normas e do sistema legal.

Palavras-Chave: Palavras-chave: Evolução histórica; Constitucionalização; Direitos Fundamentais.

Abstract

This article examines the historical evolution of Fundamental Rights, from their roots in Ancient Greece to the milestones of liberal revolutions. It highlights how these rights, conceived as innate and universal, were progressively recognized and incorporated into national constitutions, playing a crucial role in the protection of individuals. The research adopts a historical approach and bibliographic review to analyze the social transformations that led to the emergence and consolidation of Fundamental Rights, emphasizing their relevance in contemporary society. In addition to being pillars of democratic order and justice, these rights directly influence legal practices and foster theoretical reflections that contribute to the improvement of norms and the legal system.

Keywords: *Historical evolution; Constitutionalization; Fundamental Rights.*

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da civilização, a busca pelo reconhecimento e proteção dos direitos inatos e universais dos seres humanos tem sido uma constante na história da humanidade. Essa busca, muitas vezes implícita, ganhou força e visibilidade por meio de eventos e revoluções que moldaram a sociedade ao longo dos séculos. Na Grécia Antiga, as sementes dos Direitos Fundamentais foram plantadas quando se percebeu que cada indivíduo nascia com algo inato: direitos à vida, à liberdade e ao pensamento. Esses direitos, que mais tarde seriam conceituados como “direitos naturais” no âmbito do jusnaturalismo romano, eram vistos como inerentes à condição humana, não dependentes

de códigos escritos ou leis formais, eram percebidos como parte do próprio tecido do universo, deste modo, são intrínsecos ao ser por estarem enraizados no próprio universo.

O jusnaturalismo preconiza a noção de que tais direitos são inerentes à nossa condição humana desde o momento do nascimento, sendo assim, não necessitando de documentos ou códigos específicos para serem válidos. A essência do jusnaturalismo reside na ideia de que esses direitos naturais devem ser constantemente reconhecidos, protegidos e refletidos em nosso pensamento e ação, independentemente da existência de leis ou regulamentos escritos, pois são universais, inalienáveis e inerentes a todos os seres humanos, independente de sua origem ou contexto. Portanto, esses direitos são inatos como parte intrínseca da condição humana, não dependendo de codificações específicas para sua validade, e devem ser constantemente honrados e preservados. Conforme Helena Karoline Mendonça trouxe em seu artigo, à medida que o tempo avançou, o ser humano abandonou seu estado de natureza que autores como Jean Jacques Rousseau acreditava, no qual existia pura liberdade, para se tornar sujeito à dominação de seus semelhantes, muitas vezes na posição de senhor. A partir do momento que surgiu a dominação de um indivíduo sobre outro, também surgiu a desigualdade em suas várias manifestações. Essa desigualdade trouxe consigo a opressão e exploração das classes menos favorecidas, como resultado inevitável, começaram a surgir revoltas e movimentos contra essas situações. O absolutismo, inicialmente fundamentado no direito divino dos reis e, posteriormente, em uma justificativa mais racional e de governo, foi o principal fator da crise do século XVIII. Nessa época, a maioria da sociedade enfrentava fome, pobreza e, sobretudo, as arbitrariedades de um poder soberano ilimitado. A fase iluminista, por sua vez, emergiu para iluminar não apenas a sabedoria e o pensamento dos filósofos notáveis da época, como Rousseau, Montesquieu e Maquiavel, mas também da sociedade em geral, que era, acima de tudo, detentor desses direitos fundamentais que mereciam ser respeitados. Foi nas revoluções liberais dos séculos XVIII e XIX que esses direitos inatos e universais ganharam proeminência e foram positivados nas constituições das nações emergentes. Revoluções como a Americana de 1776 e a Revolução Francesa de 1789 não apenas marcaram o fim do absolutismo e a separação dos poderes, mas também foram catalisadoras na criação dos chamados Direitos Fundamentais.

Conforme discutido por Daniel Barile da Silveira (2018), os direitos fundamentais:

são o conjunto de direitos mais importantes em uma comunidade de pessoas, reconhecidos por uma ordem constitucional. Diante da inestimável importância relacionada à concretização da dignidade da pessoa humana, tais direitos assumem, na doutrina jurídica, um patamar cimeiro de prioridades para a consolidação das reivindicações sociais e para uma construção evolutiva do Direito como um todo, formando a base e os elementos conjunturais que revelam um projeto de futuro sobre o qual se assenta uma sociedade civil organizada. (Silveira, 2018, p.1).

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, adotada durante a Revolução Francesa, tornou-se um marco importante ao reconhecer e proclamar esses direitos como princípios fundamentais que transcendem governos e regimes políticos. Assim, os direitos naturais, que antes eram ideais filosóficos, começaram a ser codificados nas constituições das nações, garantindo a proteção e a promoção desses direitos como um pilar essencial da ordem democrática. Nesse contexto, o presente estudo busca discutir por meio da análise histórica quais foram as mudanças sociais que impulsionaram o surgimento dos Direitos Fundamentais. Pois, consideramos que a compreensão dessa trajetória é necessária para entendermos os processos de transformações ocorridas no sistema jurídico e na forma como os direitos fundamentais são garantidos na sociedade contemporânea. Já que esse processo também impacta diretamente as decisões dos tribunais, uma vez que a Constituição estabelece princípios e diretrizes que devem ser levados em consideração. Diante do exposto, este artigo explora por meio da revisão bibliográfica uma breve evolução histórica referente evolução dos Direitos Fundamentais desde suas raízes na Grécia Antiga até os momentos decisivos das revoluções liberais, analisando como esses eventos históricos contribuíram para a consolidação e positivação dos Direitos Fundamentais nas sociedades contemporâneas. Além disso, examinaremos como esses direitos continuam a desempenhar um papel crucial na proteção dos indivíduos nos dias de hoje. Para atingir tal objetivo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com o intuito de analisar as principais contribuições que versam sobre o tema buscando uma compreensão mais fundamentada sobre a temática. O percurso metodológico adotado permitiu compreender como se deu o avanço histórico dos direitos fundamentais e o reconhecimento desses direitos, uma vez que as primeiras declarações sobre eles surgiram a partir dos eventos históricos desse período. Essas declarações foram incorporadas como parte das Constituições, acompanhadas da ideia de separação de poderes que, ao longo do tempo, culminaram no reconhecimento da existência de direitos fundamentais ligados à dignidade humana. Como mencionado por Paulo Bonavides (2004):

A Constituição é cada vez mais, num consenso que se vai cristalizando, a morada da justiça, da liberdade, dos poderes legítimos, o paço dos direitos fundamentais, portanto, a casa dos princípios, a sede da soberania. A época constitucional que vivemos é a dos direitos fundamentais que sucede a época da separação de poderes. (Bonavides, 2004, p.4).

Nesses termos, espera-se que este trabalho possa contribuir de alguma maneira para fomentar aos leitores uma reflexão teórica, assim como, para a melhoria das práticas jurídicas no campo dos Direitos Fundamentais.

METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo principal desta pesquisa, adotou-se uma abordagem metodológica fundamentada na pesquisa bibliográfica. Esse método permitiu a análise da trajetória histórica dos Direitos Fundamentais, traçando sua evolução ao longo do tempo e destacando os eventos e marcos que contribuíram para sua consolidação.

O estudo teve como propósito central esclarecer o processo histórico que levou ao surgimento e ao desenvolvimento dos Direitos Fundamentais, identificando os fatores determinantes que moldaram sua evolução ao longo dos séculos. A combinação entre pesquisa bibliográfica e análise histórica possibilitou uma reflexão sobre o tema, oferecendo subsídios teóricos para compreender a relevância e os desdobramentos desses direitos na sociedade contemporânea.

DESENVOLVIMENTO

1 RELAÇÃO DAS REVOLUÇÕES LIBERAIS COM A ORIGEM DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

No final do século XVIII, o mundo testemunhou duas grandes transformações que tiveram um impacto profundo na evolução dos Direitos Fundamentais e na estrutura das sociedades modernas. Embora o Brasil ainda fosse uma colônia portuguesa e a vinda de Dom João VI só ocorresse em 1808, os acontecimentos em outras partes do mundo, como a Revolução Americana e a Revolução Francesa, tiveram repercussões mesmo em terras distantes, incluindo o território brasileiro. Nesse contexto, ainda que não houvesse uma base sólida para os direitos fundamentais no Brasil, movimentos como a Inconfidência Mineira refletiam o desejo de autonomia e liberdade, inspirados pelos ideais revolucionários estrangeiros. Diante disso, considera-se essencial para o desenvolvimento e compreensão deste estudo direcionar a atenção a dois marcos históricos que foram fundamentais na consolidação dos direitos fundamentais: a Revolução Americana de 1776 e a Revolução Francesa de 1789.

1.2 O Contexto das Revoluções Liberais

No final do século XVIII, muitas nações estavam submetidas ao absolutismo, com o poder concentrado nas mãos de reis, do clero e da nobreza, sendo nesse ambiente que dois grupos distintos, representando principalmente a burguesia, decidiram modificar a estrutura do Estado. A mudança se deu por meio de revoluções, que foram, em grande parte, impulsionadas pelas ideias do liberalismo responsável pela transição do absolutismo para o Estado liberal implicando que o Estado não mais interferiria nas atividades econômicas. Conforme definido por Mendonça : O termo “Liberalismo” pode ser entendido como a liberdade da sociedade perante o Estado. A vontade da lei, criada através da vontade do povo, prevalece sobre a vontade do soberano (Mendonça.p.2). Essas revoluções foram marcadas pelo que chama-se de constitucionalismo moderno, uma fase em que as nações começaram a adotar constituições escritas. As constituições da

época, como a Constituição Francesa de 1791 e a Constituição Americana em 1776 , introduziram duas características primordiais: a separação dos poderes em legislativo, executivo e judiciário, e a garantia de direitos, conhecidos como direitos fundamentais. Com o advento do constitucionalismo no século XIX, surgem as primeiras ideias e concepções iniciais de um novo modelo de Estado. Isso se reflete na promulgação de constituições que, progressivamente, passam a conter conteúdo mais substancial, com o objetivo de efetivar de maneira concreta as liberdades que dignificam a personalidade humana. De acordo com Maliska:

Quando as constituições elaboram, em seus primeiros artigos, os fundamentos do Estado e da Sociedade, estes somente alcançam efetividade social mediante concretização dos postulados normativos referentes aos direitos fundamentais (Maliska,2001, p.46).

Antes de explorarmos os Direitos Fundamentais, sua origem, alcance e extensão, é importante compreender a evolução do Direito Constitucional. Quando nos referimos a uma Constituição, percebemos que sua definição não é tão simples, uma vez que, desde os primórdios da organização das sociedades humanas, é possível identificar a presença de uma norma mesmo que não registrada por escrito, mas que de todo modo estruturava o Estado e regulava o acesso aos direitos individuais. No entanto, muitas vezes essa norma tinha um caráter teológico ou estava presente em sociedades que ainda não eram reconhecidas como Estados modernos. Assim, o termo “constitucionalismo” passou a ser usado para descrever a filosofia constitucional aplicada e entendida por esse Estado. O conceito de Constitucionalismo remonta a épocas antigas e está intrinsecamente ligado à presença de uma Constituição nos Estados, independentemente do contexto histórico ou do sistema político adotado. No entanto, foi durante a Revolução Francesa que essa noção de Constitucionalismo ganhou maior destaque e forma. Dessa maneira, o Constitucionalismo está intimamente ligado ao princípio da separação de poderes, uma vez que visa a estabelecer limites legais ao exercício do poder político, tendo como cerne, a busca pelo ideal de liberdade dos cidadãos. Assim, em sua essência, o Constitucionalismo é a abordagem jurídica que assegura a proteção dos Direitos Fundamentais em relação ao Estado, ao passo que engloba a técnica jurídica pela qual os direitos fundamentais são garantidos, independentemente das circunstâncias. Em um sentido mais estrito, o Constitucionalismo abrange as noções do princípio da separação dos poderes e a garantia dos direitos, ambos atuando como limitações ao exercício do poder estatal, com o propósito de salvaguardar as liberdades fundamentais. Sendo importante frisar que o conceito de Constitucionalismo evolui ao longo do tempo, adaptando-se às diferentes realidades sociais e históricas. Nesse sentido, pode-se identificar diferentes fases do Constitucionalismo, incluindo: Constitucionalismo antigo, presente em civilizações como o Estado Hebreu, Grécia, Roma e Inglaterra. Dado que, mesmo na antiguidade clássica e na Idade Média, já era possível identificar

traços do Constitucionalismo e o Constitucionalismo moderno, que teve início com as revoluções liberais que ocorreram do final do século XVIII até meados do século XX, como nos Estados Unidos e na França. A partir da segunda metade do século XX, a teoria geral do direito passou por profundas transformações, refletindo as mudanças sociais e históricas da época. Isso demonstra como o Constitucionalismo é um conceito dinâmico que continua a evoluir para se adaptar às necessidades e desafios contemporâneos. Com as revoluções liberais os direitos fundamentais começaram a surgir de maneira mais concreta. Em 1789, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, promulgada durante a Revolução Francesa, representou um marco histórico ao positivizar direitos que antes eram concebidos como ideais filosóficos. Esses direitos naturais, anteriormente difusos e não escritos, foram formalizados em documentos constitucionais, como na Constituição Francesa e na Constituição Americana. O surgimento da Revolução Industrial no século XIX trouxe novos desafios e transformações para a sociedade devido o crescimento das cidades, novas formas de trabalho e a ascensão do liberalismo econômico e social impactaram diretamente a concepção e a necessidade da implementação dos Direitos Fundamentais. Trouxe consigo o desenvolvimento urbano e novas formas de emprego à medida que as cidades se expandiram, surgiram novas demandas em áreas como trabalho, educação, moradia e saúde. Essas mudanças estruturais impactam a maneira como o Estado interagia com os Direitos Fundamentais.

2 LIBERALISMO ECONÔMICO, ESTADO DE DIREITO E DIREITOS FUNDAMENTAIS

Nessas circunstâncias, o liberalismo econômico prevaleceu, com proprietários de fábricas negociando com trabalhadores os termos de emprego e as condições de trabalho. O Estado de Direito, refletido nas constituições, estava mais preocupado em estabelecer as bases para a ordem pública do que em interferir nas relações privadas. No início do século XX, o mundo testemunhou uma transformação significativa na concepção de Direitos Fundamentais e no papel do Estado em relação a esses direitos. Até então, os Estados liberais não costumavam intervir nas relações de trabalho, saúde, moradia e educação, pois sua preocupação estava voltada principalmente para normas macroeconômicas e questões de direito público.

No entanto, essa mudança de paradigma começou a se manifestar em dois países-chave, sendo eles o México, em 1917, e a Alemanha, em 1919, durante o período após a Primeira Guerra Mundial essas nações adotaram o que chamamos de “constituições dirigentes”, que introduziram a previsão de direitos sociais nas constituições e promoveram a ideia de um “Estado dirigente”.

O Estado liberal, era caracterizado por uma atuação estritamente política, distante e desinteressada das esferas econômicas e sociais da vida. Em sua forma, o Estado se preocupava apenas com assuntos políticos, limitando-se a garantir as liberdades individuais. Deste modo, o liberalismo era

marcado pela ideia de excluir o Estado da esfera privada da vida dos indivíduos, essa concepção do Estado liberal teve influência tanto do individualismo filosófico e político do século XVIII como da Revolução Francesa, que enfatizava a proteção de direitos individuais, quanto do liberalismo econômico, que considerava o Estado inadequado para desempenhar funções na economia. Nas palavras de Moreira (2020):

Com a Revolução Francesa, e a ascensão histórica da burguesia, começa a se delinear com mais precisão as ideias e os ideais do Estado de Direito Liberal, consolidando-se os princípios e os postulados do liberalismo clássico.(Moreira, 2020, p.4).

Ao longo do século XIX, essa doutrina liberal começou a enfrentar desafios significativos devido às transformações econômicas e sociais que surgiram. A Revolução Industrial, o crescimento de grandes centros urbanos e mudanças nas relações sociais exigiram que o Estado assumisse mais responsabilidades, intervindo na vida econômica e social para resolver conflitos de interesse e atender às necessidades coletivas. Assim, após o término da Primeira Guerra Mundial e diante da falta de garantia de renda justa, preços justos, lucros justos e salários justos, houve uma mudança de perspectiva. Ao invés de enfatizar a “liberdade que oprimia”, a sociedade passou a defender a “intervenção que libertaria”, os indivíduos, embora naturalmente livres, enfrentavam sérios problemas sociais e econômicos e buscavam a proteção do Estado.

Deste modo, o Estado começou a intervir nas relações socioeconômicas dos indivíduos. Surgiu então o Estado de Bem-Estar Social e da Justiça Social, que passou a intervir na sociedade e na economia para garantir os direitos sociais e econômicos. No início, na década de 20, essa intervenção era vista como uma medida de emergência, mas posteriormente se tornou permanente, uma vez que esses direitos passaram a fazer parte do dia a dia dos indivíduos e a serem essenciais para satisfazer as necessidades coletivas, incluindo saúde, assistência social, educação, trabalho, transporte e assistência vital.

Nessa conjuntura as liberdades individuais já não eram suficientes para atender às crescentes necessidades dos indivíduos. Os direitos fundamentais de segunda geração, conhecidos como direitos sociais, surgiram como a concretização do princípio da justiça social. A partir da terceira década do século XX, os Estados anteriormente caracterizados pelo liberalismo iniciaram o processo de reconhecimento dos direitos sociais, também conhecidos como direitos de segunda geração. Esse desenvolvimento, sem dúvida, representa um notável avanço na proteção da dignidade humana. Nesse contexto, o indivíduo, desvinculado da autoridade do Estado, demanda uma nova forma de salvaguardar sua dignidade, que envolve a garantia das necessidades básicas e essenciais para conferir significado à sua existência. (Alarcón, 2004, p. 19). Segundo exposto por

Bercovici(1999):

No Estado de Direito, as regras jurídicas estabelecem padrões de conduta ou comportamento e garantem também uma distanciação e diferenciação do indivíduo, por meio do Direito, perante os órgãos públicos, assegurando-lhe um estatuto subjetivo essencialmente caracterizado pelos direitos e garantias individuais. Isso não significa hoje oposição entre o Direito e o Estado. A função do Direito num Estado de Direito moderno não é apenas negativa ou defensiva, mas positiva: deve assegurar, positivamente, o desenvolvimento da personalidade, intervindo na vida social, econômica e cultural. (Bercovici,1999, p.3).

Ainda em concordância com o autor, na base do Estado Social, encontra-se a busca pela igualdade dentro do contexto da liberdade, bem como a garantia do exercício dessa liberdade. O Estado não se restringe mais à promoção da igualdade puramente formal e jurídica, mas, sim, busca promover a igualdade material, não apenas perante a lei, mas por meio da aplicação da própria lei. A igualdade, nesse contexto, não impõe limitações à liberdade individual. O que o Estado assegura é a igualdade de oportunidades, o que, por sua vez, promove a liberdade. Essa abordagem justifica a intervenção estatal em questões sociais e econômicas (Bercovici,1999). O que distingue esses direitos é sua dimensão positiva, pois eles não se limitam a proteger os indivíduos contra o Estado, mas exigem a intervenção do Estado para atender às crescentes necessidades dos indivíduos. Embora esses direitos sejam reconhecidos e consagrados em normas constitucionais, até hoje enfrenta-se desafios em termos de eficácia devido à falta de recursos e interesses sociopolíticos para sua implementação. Sendo assim, permanece, sem dúvida, um desafio constante, mesmo nos tempos atuais, estabelecer mecanismos que permitam que os indivíduos desfrutem de uma vida digna. Essas ideias têm raízes na segunda dimensão dos direitos fundamentais, que se fundamenta no princípio da igualdade e requer a implementação de ações afirmativas por parte do Estado para garantir essa igualdade.

O principal desafio no âmbito do Direito Constitucional é, portanto, assegurar a eficácia e a aplicabilidade das normas programáticas, especialmente aquelas relacionadas aos direitos sociais e econômicos que devem ser interpretadas como diretamente aplicáveis e imediatamente vinculantes para todos os órgãos do Poder. Isto é, o desafio está na forma como a jurisdição constitucional é praticada no país, entende-se que uma abordagem emancipatória, progressista e voltada para a concretização da norma na realidade contribuirá para efetivar essas normas. Já que o progresso da democracia é medido pela expansão dos direitos igualitários e pela sua efetivação em processos judiciais.

Nesse quadro, a Constituição desempenha o papel de um repositório legal que reflete a construção e redefinição contínua desses novos Direitos Fundamentais. Embora esses direitos geralmente surjam

da sociedade como reivindicações públicas, o processo típico envolve sua integração na norma constitucional, tornando-os simbolicamente reconhecidos e, a partir desse momento, aplicáveis de maneira universal. Mesmo quando esses direitos ainda não estão expressamente codificados na Constituição (ou seja, por meio de redação explícita), é uma parte natural do funcionamento da democracia que eles possam ser identificados por meio de uma interpretação construtiva da Constituição, tornando-se, assim, direitos socialmente exigíveis. Exemplos notáveis incluem a expansão dos direitos relacionados à união homoafetiva, à promoção de cotas raciais e ao reconhecimento dos direitos contra o discurso de ódio, entre outras evoluções importantes.

Conforme escrito pelo o Prof. Maliska :

Um Estado Social Democrático de Direito poderia definir-se não pela atuação direta, ou não, na economia, mas sim pelo comprometimento Constitucional com os direitos sociais, pela definição das atribuições do Estado, ainda no tocante à prestação direta dos serviços públicos, quando tais serviços sejam de prestação gratuita e universal, como são saúde, educação e assistência social. (Maliska, 2001, p.53).

Nesse sentido, os Direitos Fundamentais estão intrinsecamente ligados a um regime democrático, dada sua fundamental importância no contexto social. Portanto, essa categoria de direitos só alcança sua eficácia quando respaldada por uma sociedade que se estruturou democraticamente. Assim, a Constituição Federal de 1988 é concebida com o objetivo de concretizar esses direitos fundamentais, pois entende-se que a qualidade da democracia em um país pode ser avaliada pela extensão dos direitos fundamentais e pela sua efetivação tanto no âmbito individual quanto coletivo. Deste modo, os direitos fundamentais servem como critério para medir o progresso e o desenvolvimento da sociedade.

Como ressalta Silveira (2018):

Ao se falar de direitos fundamentais em uma ordem jurídica democrática está a se tratar tanto de normas jurídicas que geram uma alta carga de obediência, entendidos como regras que impõe deveres precipuamente importantes, mas também que, por esta razão, inclusive, estatuem valores jurídicos inafastáveis para a solidez e o desenvolvimento de uma dada sociedade. (Silveira, 2018, p.1).

Por isso, os Direitos Fundamentais estabelecem tanto deveres de não interferência por parte do Estado (deveres de abstenção) quanto deveres de ação por parte do Estado (deveres de atuação) para assegurar sua efetividade. Isso significa que o Estado não apenas deve se abster de violar esses direitos, mas também deve tomar medidas ativas para garantir sua realização. Para Silveira, (2018), os Direitos Fundamentais desempenham funções na legitimidade do Estado Moderno, pois

estabelecem uma base de resistência e respeito às decisões individuais, que agora são o cerne da Política e do Direito contemporâneos. Existem diversas bases teóricas para justificar a afirmação dos Direitos Fundamentais, uma delas é a abordagem neokantiana, que enfatiza a concretização da dignidade da pessoa humana e coloca o indivíduo como o centro da proteção do direito constitucional. Nessa compreensão, os Direitos Fundamentais são considerados fins em si mesmos, refletindo a importância intrínseca de cada indivíduo e sua dignidade.

2.1 Constituições Dirigente (1917-1919) e a Previsão de Direitos Sociais

O termo constituições dirigentes refere-se ao fato de que essas constituições passaram a intervir em várias questões sociais, estabelecendo o Estado como um regulador e prestador de serviços em áreas como trabalho, saúde, educação, lazer, moradia e previdência social. Isso marcou uma mudança significativa na forma como os Direitos Fundamentais eram percebidos e implementados, tornando-os efetivamente aplicáveis em relações privadas. Nas palavras de Bercovici (1999):

“A constituição que define fins e objetivos para o Estado e a sociedade, precisamos fixar-nos ao texto de uma determinada constituição” (Bercovici, 1999, p.1.)

A Constituição Mexicana de 1917 foi a pioneira nesse movimento, sendo a primeira no mundo a tratar dos Direitos Fundamentais e a inserir um capítulo específico sobre os direitos fundamentais do trabalhador, regulando as relações trabalhistas como direitos sociais e prestacionais. Isso refletiu uma mudança na abordagem do Estado em relação à proteção dos direitos fundamentais.

Essa transformação foi motivada pela exigência de que o Estado não fosse apenas um Estado liberal, mas também um Estado dirigente que interviesse nas relações de trabalho, estabelecendo regras relacionadas a idade, salário, horas de trabalho e outros aspectos. A Constituição de Weimar, na Alemanha, seguiu uma trajetória semelhante, ampliando essa intervenção estatal para questões como educação e saúde.

Os direitos dos trabalhadores tiveram seu primeiro reconhecimento em um texto constitucional na Constituição Mexicana de 1917. Posteriormente, foram incorporados na Constituição Alemã de 1919, no Brasil, somente com a Constituição de 1934, que adotou uma abordagem mais voltada para o Estado Social, é que os direitos dos trabalhadores foram incluídos como direitos sociais prestacionais.

A Constituição de 1988, também conhecida como a Carta Magna, exemplifica uma Constituição dirigente, uma vez que incorpora numerosas normas programáticas. Um exemplo notável é a definição dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, conforme estipulado no

artigo 3º:

Art. 3º – A República Federativa do Brasil tem como objetivos fundamentais:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir o desenvolvimento nacional;

III – erradicar a pobreza e a marginalização, bem como reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV – promover o bem-estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação.

Esse texto estabelece os princípios orientadores da nação e demonstra o caráter dirigente da Constituição de 1988, uma vez que delinea os objetivos a serem alcançados para promover uma sociedade mais justa e inclusiva.

A Constituição de 1988, possui uma força normativa significativa, estabeleceu e reafirmou esses direitos na seção de direitos fundamentais, abrangendo os artigos 7º a 11. Um destaque importante é que a Constituição garante esses direitos tanto para trabalhadores urbanos quanto para trabalhadores rurais, eliminando qualquer diferenciação entre eles.

O artigo 7º da Constituição é conhecido por listar os direitos individuais e coletivos dos trabalhadores, incluindo também os direitos dos empregados domésticos. Isso preenche uma grande lacuna na proteção legal a essa classe de trabalhadores. Dado o desequilíbrio inerente nas relações de trabalho, os direitos fundamentais consagrados na Constituição devem ser aplicados diretamente nas relações de emprego, a Constituição no artigo 7º é dividida em grupos de direitos, permitindo a combinação da proteção dos direitos individuais com as relações de trabalho. Por exemplo, em casos de discriminação racial na contratação de empregados domésticos, como no caso de Simone Diniz, que foi levado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Sendo assim, a Constituição de 1988 é considerada uma constituição dirigente, por estabelecer, através das normas constitucionais programáticas, metas e programas de ação para melhorar as condições sociais e econômicas da população. Ela segue a mesma linha das Constituições anteriores, como a de 1934 e 1946, ao construir um Estado Social que abrange diversas disposições, incluindo a garantia da função social da propriedade (prevista nos artigos 5º, XXIII, e 170, III), direitos trabalhistas (artigos 6º a 11) e previdenciários (artigos 194, 195 e 201 a 204).

Além disso, estabelece uma ordem econômica que valoriza o trabalho humano e a livre iniciativa, com o objetivo de assegurar uma existência digna para todos, de acordo com os princípios da justiça

social (artigo 170). Como observado por Paulo Bonavides, a partir da Constituição de 1988, o Estado passou não apenas a conceder, mas a fornecer os meios de garantir e efetivar os direitos sociais.

3 RELAÇÃO ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS (DF) E DIREITOS HUMANOS (DH)

Para iniciar a explanação sobre o tema, é fundamental diferenciar entre as terminologias “Direitos Fundamentais”, “Direitos Humanos”, dada a multiplicidade e variedade de termos usados na esfera jurídica para se referir a esses conceitos. É imprescindível compreender essa distinção, mesmo que não tenhamos a intenção de nos aprofundar no estudo específico de seus significados ou nas diferenças entre os diversos termos relacionados.

Nesses termos, utilizamos a compreensão de Direitos Fundamentais definido por Sarlet quando é citado por Maliska:

Os direitos fundamentais são os direitos do ser humano reconhecidos e positivados na esfera do direito Constitucional positivo de determinado Estado; a expressão ‘direitos humanos’, por sua vez, ‘guardaria relação com os documentos de direito internacional, por referir-se àquelas posições jurídicas que se reconhecem ao ser humano como tal, independentemente de sua vinculação com determinada ordem Constitucional e que, portanto, aspiram à validade universal, para todos povos e tempos, de tal sorte que revelam um inequívoco caráter supranacional (internacional)’. Os direitos naturais não se equiparam aos direitos humanos uma vez que a positivação em normas de direito internacional já revela a dimensão histórica e relativa dos direitos humanos. (SARLET, p.1998, MALISKA, M. A . Op. Cit., p. 44).

Nesse sentido, os Direitos Fundamentais, conforme descritos pelo renomado constitucionalista lusitano Canotilho (1999), são “direitos do homem, jurídico-institucionalmente garantidos e limitados espaço-temporalmente”. (Canotilho, 1999,p.369).

Portanto, os Direitos Fundamentais (DF) desempenham uma função significativa na proteção dos Direitos Humanos em todo o mundo, sendo incorporados nas constituições de cada país. Esses direitos têm características distintas que os identificam e os diferenciam, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade e para a garantia da dignidade humana. Assim, os Direitos Fundamentais têm sua origem em uma seleção objetiva realizada por uma sociedade que é livre, diversa e plural. Embora algumas dessas normas respeitem valores universalmente aceitos, como o respeito à vida, à liberdade e à liberdade de crença, a maneira como as regras e limitações a esses

direitos são estabelecidas resulta de uma decisão coletiva dos indivíduos, que incorporam essas escolhas na Constituição por meio de um consenso legislativo que unifica as diretrizes. Em conformidade com Jürgen Habermas (1996), a formação dos direitos fundamentais tem sua base na decisão legítima dos indivíduos, que são iguais e livres, de regulamentar a vida em sociedade por meio do sistema legal.

Nesse sentido, os DF surgem como uma forma de oposição ao Estado, para limitar e conter seu poder estabelecem limites à atuação estatal e servem como instrumentos de proteção da liberdade individual e coletiva, sendo necessário assimilar que os DF desempenham uma função social na garantia dos direitos e liberdades dos cidadãos, evitando abusos e assegurando que o Estado cumpra suas obrigações constitucionais.

Por outro lado, os direitos humanos são estabelecidos nas normas do direito internacional, são a expressão preferida em documentos internacionais, assim como, também são positivados no âmbito do direito internacional e estão intimamente relacionados aos direitos fundamentais, os quais são reconhecidos e protegidos pela constituição interna de cada Estado. Eles estão interconectados, independentemente de suas diferentes manifestações legais. Quando essa correlação entre os direitos humanos e os direitos fundamentais ocorre, emerge um conceito coeso conhecido como “Direito Constitucional Internacional”, conforme expresso na obra de Flávia Piovesan (1997):

Por Direito Constitucional Internacional, subentende-se aquele ramo do direito no qual ocorre a fusão e a interação entre o Direito Constitucional e o Direito Internacional. Essa interação assume uma importância especial quando ambos os campos do direito buscam proteger um mesmo valor – a primazia da pessoa humana – convergindo na mesma direção e sentido. (Piovesan, 1997, p. 64).

A Segunda Guerra Mundial deixou profundas marcas nas nações e nas concepções de Direitos Fundamentais. Após o conflito, uma série de consequências ocorreram e foram responsáveis por moldar o entendimento e a proteção dos direitos humanos. Foi estabelecida a autonomia dos direitos humanos, reconhecendo que esses direitos não estavam sujeitos a limitações arbitrárias.

A brutalidade e as atrocidades cometidas durante a guerra destacaram a necessidade de proteger os Direitos Fundamentais de todos os indivíduos, independentemente de sua origem, religião ou outras características pessoais. Em 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada com a Carta de São Francisco, com o objetivo principal de promover a paz e a cooperação internacional. Isso representou uma mudança significativa ao colocar os seres humanos no centro da prestação dos direitos, nessa ocasião, a ONU se tornou um fórum onde as nações poderiam trabalhar juntas para

evitar conflitos e proteger os direitos humanos em todo o mundo.

Consequentemente, em decorrência das terríveis atrocidades ocorridas durante a Segunda Guerra Mundial, surgiu a instauração de um sistema global de preservação dos direitos humanos, baseado na concepção de que tais direitos são aplicáveis universalmente, inalienáveis e fundamentais para fomentar a paz e a justiça em escala global.

Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi adotada, marcando um momento histórico ao reconhecer que os direitos humanos eram universais e inalienáveis. A DUDH constituiu que os direitos fundamentais eram destinados a todos os seres humanos e não deveriam ser exclusivos de qualquer país, já que a proteção desses direitos não deveria se limitar às fronteiras nacionais, mas deveria ser também uma preocupação internacional.

Nesse cenário, os Direitos Humanos (DH) foram concebidos como um conjunto de direitos que deveriam proteger todos os seres humanos, independentemente de sua cor, religião, origem ou qualquer outra característica. Além de serem incorporados nas constituições de cada país (Estado), eles também devem estar refletidos em documentos internacionais.

Sendo assim, os DF estão escritos nas constituições de cada país e os DH estão presentes em tratados internacionais de DH, considerando a condição humana. Ambos têm uma relação complementar, conforme observado no artigo 5 da Constituição Federal brasileira, que afirma que eles se somam e não se excluem. Uma das características marcantes dos Direitos Fundamentais é sua historicidade, eles são o resultado de um processo histórico que reflete a evolução da sociedade e as demandas por justiça e igualdade ao longo do tempo. Além disso, esses direitos possuem a proibição do retrocesso, o que significa que uma vez conquistados, não devem ser retirados ou enfraquecidos, mas sim preservados e fortalecidos. A universalidade é outra característica destinada a todos os seres humanos, independentemente das fronteiras nacionais, transcendendo o relativismo cultural. Isso significa que esses direitos são aplicáveis a todas as pessoas, independentemente de sua origem, religião ou nacionalidade.

Os Direitos Fundamentais são geralmente relativos, ou seja, não são absolutos. Isso implica que, em determinadas circunstâncias, esses direitos podem ser limitados para proteger interesses legítimos, como a segurança pública. No entanto, existem exceções importantes, como a proibição absoluta de tortura, tratamento desumano e degradante, e escravidão, que não podem ser relativizados sob nenhuma circunstância.

O princípio da convivência das liberdades também é um das características primordiais dos DF. Isso significa que o exercício de um direito não deve prejudicar os direitos de outros, estabelecendo limites para garantir o respeito mútuo na sociedade.

Além disso, os Direitos Fundamentais são imprescritíveis, ou seja, não possuem prazos para serem exercidos e podem ser exigidos a qualquer momento, sendo atemporais e permanentes. Também são inalienáveis e interdependentes, por essa razão devem ser compreendidos como um bloco único e indivisível, em que todos são importantes para a afirmação da pessoa humana. A violação de um direito fundamental pode ter impacto direto sobre outros direitos, demonstrando a interconexão entre eles.

Sendo importante observar que os Direitos Fundamentais se dividem em gerações, cada uma relacionada a um período histórico e a diferentes demandas sociais. Essas gerações incluem os direitos civis e políticos, os direitos econômicos, sociais e culturais, e os direitos de solidariedade. A eficácia desses direitos pode variar de acordo com o contexto e a capacidade dos Estados em garantir sua implementação.

Suas características refletem a importância de preservar a dignidade e a igualdade de todas as pessoas, independentemente de onde vivam ou quem sejam, contribuindo para um mundo equitativo. Para compreender os Direitos Fundamentais (DF) e sua eficácia, é importante entender como eles se dividem em diferentes gerações como discutido por Bonavides: “os direitos fundamentais passaram na ordem institucional a manifestar-se em três gerações sucessivas, que traduzem sem dúvida um processo cumulativo e quantitativo...”(Bonavides, 2006, p. 563).

A primeira geração é focada nos Direitos de Liberdade, nela encontram-se os direitos individuais, civis e políticos, como o direito à vida, liberdade, propriedade, expressão, participação política e religiosa, inviolabilidade do domicílio e liberdade de reunião. São conhecidos como “direitos de defesa” ou “direitos de não intervenção”, voltados para proteger o indivíduo contra a interferência do Estado. Essas gerações foram inicialmente concebidas por Hosake Vlasak na década de 1970, relacionando-as ao lema da Revolução Francesa: liberdade.

Por se contraporem ao poder do Estado, os direitos fundamentais de primeira geração são classificados como direitos de caráter negativo, liberdades negativas, ou ainda, como direitos que visam à proteção do indivíduo em relação ao Estado. (Alexandrino; Paulo, 2012. p. 102).

De acordo com Paulo Bonavides, os direitos de primeira geração, também conhecidos como direitos de liberdade, têm como titulares os indivíduos e podem ser opostos ao Estado. Eles representam faculdades ou atributos da pessoa e, em última análise, são direitos que permitem resistir ou se opor ao Estado. Além disso, o autor enfatiza que uma Constituição que não consolida os direitos individuais do ser humano não merece ser chamada de Constituição, uma vez que esses direitos já foram universalmente consagrados.

Portanto, os direitos de primeira dimensão refletem a ideia de que o Estado não existe para governar de forma arbitrária sobre a classe mais vulnerável, mas sim para promover e respeitar os direitos de liberdade de todos os seres humanos. Cada ser humano é livre, e sua liberdade se manifesta na capacidade de fazer o que desejar para alcançar a sua própria felicidade, desde que isso não prejudique a liberdade do próximo, pois a liberdade do ser humano para exercer esses direitos só pode ser limitada pela lei, que é criada de acordo com a vontade do povo.

A segunda geração engloba os direitos econômicos, sociais e culturais, com o propósito de obrigar o Estado a atender às necessidades da coletividade. Isso inclui o direito ao trabalho, habitação, saúde, educação e lazer. São chamados de “direitos de prestação” ou “direitos sociais”, buscando criar uma igualdade material de acesso a esses direitos.

Já a terceira geração, traz o foco nos Direitos de Fraternidade abrangendo temas como a solidariedade, fraternidade, envolvendo direitos coletivos, difusos, relacionados ao meio ambiente, transindividuais e voltados para o desenvolvimento e expansão da proteção. Esses DF vão além da proteção individual ou de grupos específicos, destinando-se a todos indistintamente, ganharam destaque após a segunda metade do século XX.

São caracterizados por um elevado grau de humanismo e universalidade, caminharam para uma consolidação no final do século. Tendo como destinatário primordial a própria humanidade, em um momento marcante de afirmação como o valor supremo em termos de existência concreta. Eles emergiram da reflexão sobre questões relacionadas ao desenvolvimento, paz, meio ambiente, comunicação e ao patrimônio compartilhado da humanidade. (Bonavides, 2006, p. 563-569.)

E por fim a quarta e quinta gerações, que foram acrescentadas pelo o Professor Paulo Bonavides, estando a quarta geração direcionada para os direitos relacionados a avanços tecnológicos, como os direitos da informática, biociência e transgênicos, bem como o direito à paz. Assim, essas gerações estão ligadas ao grau avançado de desenvolvimento tecnológico da humanidade. Já as outras gerações estão relacionadas a consequências do desenvolvimento humano.

CONCLUSÃO

A relação entre as revoluções liberais e a origem dos direitos fundamentais é evidente ao longo deste estudo. Esses eventos históricos não apenas marcaram a transição do absolutismo para o Estado liberal, mas também foram responsáveis pela positivação dos direitos fundamentais nas constituições. Os direitos naturais, antes concebidos como inalienáveis e não escritos, passaram a integrar os sistemas jurídicos modernos, consolidando-se como pilares da proteção dos indivíduos e da promoção da justiça social.

Além dessa conexão, a Revolução Industrial também desempenhou um papel fundamental na evolução dos direitos fundamentais, impulsionando a necessidade de regulamentações que garantissem condições dignas de trabalho e ampliassem a proteção social. Nesse contexto, os direitos fundamentais emergem como indicadores da saúde democrática de uma sociedade, impondo ao Estado tanto deveres de não interferência quanto obrigações ativas para sua concretização.

Entretanto, a efetivação desses direitos continua sendo um desafio permanente, permeado por intensos debates e esforços institucionais. No caso específico dos direitos sociais, o principal obstáculo reside em torná-los realidade, uma vez que, apesar de serem reconhecidos como fundamentais e de aplicação imediata, sua implementação exige recursos financeiros e políticas públicas efetivas. Assim, sua concretização depende diretamente da atuação dos Poderes Legislativo e Executivo.

Outro desafio diz respeito à influência das majorias nas decisões políticas e jurídicas. Causas que não contam com amplo apoio popular frequentemente enfrentam resistência no debate público, sendo suprimidas por discursos hegemônicos que representam os interesses dos grupos dominantes. Como resultado, a perspectiva das minorias, mesmo quando respaldada constitucionalmente, tende a ser marginalizada.

A Constituição de 1988, influenciada pelo neoconstitucionalismo, reforçou o compromisso com a implementação dos direitos fundamentais, especialmente os de natureza social. Dentro desse contexto, a ordem social foi reconhecida como um objetivo constitucional essencial, orientando a formulação de políticas e programas voltados ao bem-estar coletivo. Essa estrutura se materializa na seguridade social, composta por três pilares interdependentes: saúde, assistência social e previdência social.

Enquanto a saúde e a assistência social são garantidas de forma universal e gratuita, a previdência social é financiada por contribuições. Esse sistema visa amparar os indivíduos diante de adversidades que comprometam suas necessidades básicas, como doenças, acidentes, maternidade, pobreza e aposentadoria. Assim, a seguridade social articula duas dimensões dos direitos fundamentais: os direitos sociais, que demandam prestações estatais, e os direitos de solidariedade, que exigem a contribuição coletiva da sociedade para sua concretização.

Dessa forma, a consolidação dos direitos fundamentais segue sendo um processo dinâmico e desafiador, no qual a interação entre Estado, sociedade e instituições jurídicas desempenha um papel central na efetivação de direitos e na promoção da justiça .

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

BERCOVICI, Gilberto. A problemática da constituição dirigente: algumas considerações sobre o caso brasileiro. Brasília: a. 36, n. 142, abr./jun. 1999.

BONAVIDES, Paulo. Do Estado Liberal ao Estado Social. Rio de Janeiro: FGV, 1972.

BONAVIDES, Paulo, op. cit., pp. 332-338. No mesmo sentido de que a Constituição de 1988 projeta a instalação de uma sociedade estruturada segundo o modelo do bem-estar social, vide GRAU, Eros Roberto, A Ordem Econômica na Constituição de 1988 (Interpretação e Crítica), 2ª ed, São Paulo, RT, 1991, pp. 286-289 e 321-322

BONAVIDES, Paulo. Jurisdição constitucional e legitimidade (algumas observações sobre o Brasil). Estudos Avançados, São Paulo, v. 18, n. 51, 2004.

BONAVIDES, Paulo. Do Estado Liberal ao Estado Social. Rio de Janeiro: FGV, 1972.

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 26. Ed. São Paulo: Malheiros. 2011.
BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional – 10 ed. rev. atual. e ampl. – São Paulo: Malheiros, 2000.

BULOS, U. L. Curso de Direito Constitucional. 6. ed. rev.amp.atual. São Paulo: Saraiva, 2011.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição –6ªed. – Coimbra: Almedina, 2002.

CANOTILHO, J. J. G. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 3º ed. Coimbra: Almedina, 1999,
p. 369.

FERNANDES, B. G. Curso de Direito Constitucional. 12. ed. rev., atual. e ampl. Salvador: Editora Juspodivm, 2020.

MALISKA, M. A . O direito à Educação e a Constituição.Porto Alegre: Fabris, 2001.

MALISKA, M. A . A influência da tópica na Interpretação Constitucional, Trabalho de conclusão da disciplina Filosofia do Direito- Mestrado, Universidade Federal do Paraná, 1998.

MENDES, G. F. COELHO, I. M. BRANCO, P. G. G. Curso de direito constitucional. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

MENDONÇA, Helena Karoline. Direitos de Primeira Geração e Revolução Liberal – O Iluminismo como Fonte de Direitos Fundamentais.

Moreira, Rômulo de Andrade. DO ESTADO DE DIREITO LIBERAL AO ESTADO DE DIREITO SOCIAL. Populus, Salvador, n. 9

SARLET, I. W. A Eficácia dos Direitos Fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998

NOVELINO, M. Curso de Direito Constitucional. 10. ed. rev.amp.atual. Salvador: Editora JusPodivm, 2015.

Oliveira, Emerson Ademir Borges de; Lazari, Rafael de; Silveira, Daniel Barile da; Dias, Jefferson Aparecido. Os direitos fundamentais, sua efetividade e necessidade de declaração. Coluna Migalhas, 2018. Acesso em: 10 de setembro de 2023.

Disponível em:

<https://www.migalhas.com.br/coluna/federalismo-a-brasileira/288564/os-direitos-fundamentais-sua-efetividade-e-necessidade-de-declaracao>

Oliveira Júnior, José de Anchieta; Santos Júnior, Jairo dos. A importância das gerações dos direitos fundamentais para o direito. Jus.com.br, 2017. Acesso em: 10 de setembro de 2023.

Disponível em:

<https://jus.com.br/artigos/58108/a-importancia-das-geracoes-dos-direitos-fundamentais-para-o-direito>

Desigualdade Socioespacial e Escassez de Áreas Verdes nas Periferias de São Paulo: Impactos na Qualidade de Vida e Saúde Urbana

Jéssica Barbosa

Cursando Arquitetura e Urbanismo em Universidade Paulista Ensino médio completo com técnico em Recursos Humanos em ETEC DA ZONA LESTE

ANA PAULA COSTA SANTOS

Estou cursando o 7º período de Arquitetura e urbanismo, na Universidade Paulisa - UNIP.

Resumo

Este artigo discute a desigualdade socioespacial na cidade de São Paulo, destacando a falta de áreas verdes e espaços de lazer nas regiões periféricas, como Guaianases e Lajeado, em contraste com bairros nobres como Sé, Pinheiros e Vila Mariana. A ausência de vegetação e infraestrutura de lazer nas periferias afeta negativamente a qualidade de vida, contribuindo para problemas ambientais como enchentes e ilhas de calor, além de impactar a saúde física e mental dos moradores. O estudo analisa dados orçamentários municipais e pesquisas governamentais, evidenciando disparidades na distribuição de recursos e reforçando a necessidade de políticas públicas mais equitativas para promover a inclusão e o desenvolvimento sustentável.

Palavras-Chave: Desigualdade socioespacial. Áreas verdes. Planejamento urbano. Qualidade de vida. Periferias. Mobilidade urbana. Saúde pública. Infraestrutura urbana. Sustentabilidade. Segregação social.

Abstract

This article addresses socio-spatial inequality in the city of São Paulo, highlighting the lack of green areas and leisure spaces in peripheral regions such as Guaianases and Lajeado, in contrast to upscale neighborhoods like Sé, Pinheiros, and Vila Mariana. The absence of vegetation and leisure infrastructure in peripheral areas negatively affects the quality of life, contributing to environmental problems such as flooding and urban heat islands, while also impacting the physical and mental health of residents. The study analyzes municipal budget data and governmental research, highlighting disparities in resource allocation and emphasizing the need for more equitable public policies to promote inclusion and sustainable development.

Keywords: *Sociospatial inequality. Green areas. Urban planning. Quality of life. Peripheries. Urban mobility. Public health. Urban infrastructure. Sustainability. Social segregation.*

A presença de áreas verdes e espaços de lazer é crucial para a qualidade de vida nas áreas urbanas, pois desempenha um papel fundamental no bem-estar físico e mental da população, favorecendo a interação social e a melhoria do microclima urbano. Contudo, em diversas áreas periféricas, a escassez desses espaços constitui uma problemática persistente, resultado de um planejamento urbano desigual, que historicamente tem priorizado o desenvolvimento das áreas centrais.

A insuficiência de praças, parques e outros espaços de convivência impacta diretamente a saúde e o bem-estar dos habitantes, restringindo suas oportunidades de lazer, práticas de atividades físicas e

de contato com a natureza. Ademais, a ausência de infraestrutura verde agrava questões ambientais, como as ilhas de calor e a ocorrência de enchentes, tornando essas regiões ainda mais vulneráveis a impactos negativos.

A disparidade no acesso a espaços de lazer reflete uma segregação socioespacial, que deve ser abordada por meio de políticas públicas inclusivas e estratégias de planejamento urbano mais equitativas. Nesse contexto, torna-se essencial analisar como a expansão e a qualificação desses espaços podem contribuir para o desenvolvimento sustentável e para a melhoria da qualidade de vida nas periferias urbanas.

Utilizando-se da denúncia e da exposição da negligência governamental com relação ao cuidado e fornecimento de áreas verdes e à promoção da qualidade de vida nas áreas periféricas, este artigo tem como objetivo destrinchar e responder a questões fundamentais sobre o acesso desigual a esses recursos. Quem realmente tem acesso a áreas verdes, espaços de lazer e uma infraestrutura adequada? Tais decisões frequentemente são tomadas de forma centralizada, levando em consideração interesses políticos e econômicos, ao invés de promover a equidade entre as diferentes regiões da cidade.

Por meio dessa análise crítica, o artigo busca destacar a necessidade urgente de uma reestruturação nas políticas públicas voltadas para a criação de espaços urbanos mais inclusivos e sustentáveis, que possam garantir uma melhor qualidade de vida para todos os cidadãos, independentemente de sua localização na cidade.

Em São Paulo, especialmente nas periferias, o acesso a áreas verdes e espaços de lazer é limitado, o que exacerba a desigualdade social e de saúde. A pesquisa de Lopes et al. (2022) revela que os bairros periféricos, com infraestrutura deficiente, sofrem com a escassez de parques e centros de lazer. Isso não apenas reduz a qualidade de vida, mas também acentua as desigualdades sociais. A ausência de opções de lazer adequadas limita as possibilidades de interação social e recreação, elementos fundamentais para o bem-estar coletivo.

Por outro lado, bairros mais centrais, com uma infraestrutura urbana mais desenvolvida, possuem acesso a uma ampla variedade de espaços públicos e opções de mobilidade, o que favorece a saúde física e mental da população. Esse contraste é um reflexo claro da segregação socioespacial, onde as áreas periféricas são historicamente marginalizadas no que tange ao investimento em infraestrutura e qualidade de vida. A pesquisa de Santos e Ribeiro (2020) reforça essa ideia, afirmando que o investimento em áreas de lazer e mobilidade não só melhora a saúde, mas também a coesão social e a sensação de pertencimento à cidade.

Aproximando o estudo da nossa realidade, vamos analisar bairros nobre e periféricos de São Paulo. Utilizando dados obtidos por meio de pesquisas em órgãos governamentais, como o GeoSampa, observa-se que bairros nobres de São Paulo, como Sé, Pinheiros e Vila Mariana, apresentam ampla cobertura vegetal, abrangendo grande parte de seus territórios. Além disso, contam com diversos parques públicos, incluindo o Parque Ibirapuera, um dos maiores da América Latina, que oferece espaços de lazer, prática esportiva e atividades culturais. Um exemplo recente foi a leitura dramática da obra *A Cerimônia do Adeus*, de Simone de Beauvoir, realizada pela atriz Fernanda Montenegro no Auditório Ibirapuera, em 18 de agosto de 2024. Esses bairros também dispõem de uma quantidade significativa de estabelecimentos com selo de acessibilidade arquitetônica.

Em contraste, bairros periféricos como Guaianases e Lajeado apresentam escassez de parques públicos, com poucos espaços dedicados a atividades culturais e um índice muito baixo de áreas verdes significativas, que abrangem apenas uma pequena parcela do território. Além disso, essas regiões possuem, no máximo, dez estabelecimentos com selo de acessibilidade arquitetônica.

Analizando o caderno orçamentário de São Paulo do ano de 2024, observa-se que, na tabela de orçamentos das subprefeituras, a Subprefeitura da Sé recebeu um orçamento de aproximadamente R\$120.000.000, enquanto a região de Guaianases obteve cerca de R\$60.000.000. Embora Guaianases seja a terceira subprefeitura com o maior orçamento, a diferença em relação às áreas centrais ainda é expressiva. Outras subprefeituras de bairros periféricos, como Cidade Tiradentes, receberam valores ainda menores, com um orçamento de aproximadamente R\$40.000.000, evidenciando a disparidade na distribuição de recursos entre as regiões centrais e periféricas de São Paulo.

A análise dos dados revela que, embora a mobilidade e a qualidade de vida sejam temas amplamente discutidos e aplicados na contemporaneidade, o desafio atual é romper as barreiras da desigualdade socioespacial, tornando esses benefícios acessíveis a toda a população, e não apenas às classes mais privilegiadas. Afinal, todos os cidadãos contribuem igualmente com impostos e, portanto, merecem as mesmas oportunidades de viver com qualidade e dignidade, um direito que o poder público deve assegurar a todos.

De fato, uma parcela significativa da cidade de São Paulo usufrui desses benefícios, enquanto outra, composta majoritariamente por populações pobres e marginalizadas, enfrenta a carência de mobilidade, lazer, cultura e infraestrutura verde. A população de bairros periféricos como Guaianases e Lajeado é impactada diretamente pela falta desses recursos, muitas vezes sem perceberem os prejuízos diários à qualidade de vida. O acesso a áreas de lazer e a presença de vegetação urbana contribuem significativamente para o bem-estar e a saúde, prevenindo doenças físicas e mentais, fatores essenciais para a qualidade de vida urbana.

As áreas arborizadas desempenham um papel fundamental na drenagem das águas pluviais. As árvores, por meio de suas raízes, ajudam a infiltrar a água no solo, reduzindo o volume de água que chega às ruas e aos sistemas de drenagem. Além disso, a vegetação exerce a função de reduzir a velocidade da água da chuva, o que evita o alagamento das vias e minimiza os riscos de enchentes. A falta dessa cobertura verde, portanto, torna as cidades mais vulneráveis a enchentes, pois a impermeabilização do solo, resultante da construção de asfalto e concreto, impede a absorção da água.

Pesquisas científicas confirmam a relação direta entre a ausência de áreas arborizadas e o aumento do risco de enchentes nas áreas urbanas. Um estudo realizado por Xie et al. (2020) concluiu que a vegetação urbana reduz significativamente o escoamento superficial das águas pluviais e, conseqüentemente, diminui a probabilidade de inundações. Quando as árvores e áreas verdes são removidas, a água da chuva escoar rapidamente para os bueiros, que muitas vezes não têm a capacidade de suportar volumes elevados de água, provocando alagamentos.

Além disso, a vegetação ajuda a manter a integridade do solo e a reduzir a erosão, que também contribui para o acúmulo de água nas ruas. A falta de vegetação nas áreas urbanas resulta, portanto, em uma maior propensão a problemas de drenagem e alagamentos.

Outro efeito significativo da ausência de vegetação é o aumento das ilhas de calor urbanas. O fenômeno das ilhas de calor ocorre quando as áreas urbanas, devido à grande quantidade de superfícies impermeáveis e de concreto, absorvem mais calor do que as áreas rurais ou naturais. Esse calor é retido por materiais como asfalto, cimento e metal, que aquecem durante o dia e liberam calor durante a noite, criando um ambiente mais quente.

O aumento das enchentes e das altas temperaturas tem um impacto direto na qualidade de vida das pessoas, principalmente nas áreas periféricas, onde o planejamento urbano muitas vezes é deficiente, como mostrado anteriormente. A falta de áreas arborizadas não apenas agrava problemas ambientais, mas também contribui para o agravamento das desigualdades sociais, pois as populações mais vulneráveis são aquelas que habitam regiões com menos infraestrutura verde, tornando-se mais expostas aos efeitos dessas condições climáticas extremas.

Por meio deste artigo, foram evidenciados casos de extrema desigualdade ambiental, ressaltando que saúde e qualidade de vida estão intrinsecamente ligadas a um planejamento urbano eficiente. Os dados analisados comprovam que moradores de regiões periféricas enfrentam defasagem na manutenção e na oferta de áreas verdes e mobilidade. No entanto, este estudo preliminar serve apenas para evidenciar os problemas e as razões que contribuem para essa realidade. Torna-se necessário viabilizar recursos e reforçar a importância de garantir que a parcela marginalizada da cidade também tenha acesso a esses benefícios, promovendo equidade socioespacial.

Benefícios de uma avaliação e intervenção no desenvolvimento motor em Crianças com Síndrome de Down: Um estudo de caso.

Alessandra Cardoso Vargas

Graduada em Educação Física Licenciatura e Bacharel CREF 014386 G/RS Especialista em Nutrição Esportiva Especialista Neurociências Mestre em Envelhecimento Humano Docente nos Cursos da Saúde na Atitus Educação

Resumo

A Síndrome de Down (SD) é uma condição de origem genética, essa população apresenta características físicas específicas e alterações no desenvolvimento motor que afetam a qualidade e vida dessa população. Nesse intuito, este estudo teve como objetivo avaliar o desenvolvimento motor de uma criança com Síndrome de Down e verificar os efeitos de uma intervenção motora específica. Trata-se de um estudo de caso, de abordagem qualitativa, realizada com um menino com Síndrome de Down, no qual utilizou-se como coleta dos dados um questionário para os pais, testes da Escala de Desenvolvimento Motor – EDM para analisar a motricidade fina e global, esquema corporal, equilíbrio, organização espacial, temporal/linguagem e lateralidade antes e após um protocolo específico de exercícios, duas vezes na semana, com duração de 1 hora, por 24 semanas. Após as intervenções o quociente motor continuou classificado como muito inferior, porém mostraram avanços positivos nas áreas da motricidade fina, motricidade global e equilíbrio, aumentando assim, sua idade motora geral de 6,6 para 7,6. Considerando as informações, fica evidente que o protocolo de treinamento específico é benéfico, seguro e eficiente quando usado no desenvolvimento de pessoas com síndrome de Down, pois proporciona uma evolução em seu desenvolvimento, contribuindo assim, para um melhor desempenho social e na qualidade de vida.

Palavras-Chave: Síndrome de Down. Estimulação Precoce. Desenvolvimento motor.

Psicomotricidade.

Abstract

Down Syndrome (trisomy 21) is a genetic condition, this population presents specific physical characteristics and changes in motor development that affect the life quality of this population. To that end, this study had as objective to evaluate the motor development of one child with Down Syndrome and check the effects of a specific motor intervention. It's about a study case, of qualitative approach, performed with a boy with Down Syndrome, in which it was used as data collection, a quiz for the parents and Motor Development Scale tests to analyze fine and global motor skills, body scheme, balance, temporal and spatial organization, and laterality before and after one specific exercise protocol, twice a week, with 1-hour duration, during 24 weeks. After the interventions, the motor quotient continued to be ranked as much lower, however, he showed positive advances in the areas of fine motor skills, global mobility, and balance, thus increasing his general motor age from 6.6 to 7.6. Considering these pieces of information, it's evident that the specific training protocol is beneficial, secure, and efficient when used in the development of people with Down Syndrome, it provides an evolution in the development, contributing to better social performance and life quality.

Keywords: Down Syndrome. Early Stimulation. Motor Development. Psychomotricity.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Fernandes, Souza e Ribeiro (2018), a Síndrome de Down (SD) foi relatada em meados de 1866 pelo médico John Langdon Down, mas somente em 1959 que Joreme Lejeune apontou as explicações genéticas.

A Síndrome de Down (SD) ou trissomia do 21 é uma condição humana geneticamente determinada, uma alteração cromossômica mais comum em humanos e a principal causa de deficiência intelectual na população. Segundo as Diretrizes de Atenção a Síndrome de Down (2012), no Brasil nasce uma pessoa com SD a cada 600 – 800 nascimentos independente da etnia, gênero ou classe social, isso destaca a atenção em estudos primordialmente a esse grupo de pessoas. A união do termo Síndrome de Down se designa a “Síndrome” como um conjunto de sinais e sintomas e “Down” em decorrência do sobrenome do médico pesquisador que descreveu primeiro a associação dos sinais característicos da pessoa com a doença.

Como sabemos ela corresponde a uma entidade clínica de origem genética, caracterizada por um erro na distribuição dos cromossomos das células durante a divisão celular do embrião, ilustrada na maior parte dos casos pela presença de três cópias no cromossomo 21, em vez de duas (COELHO, 2016). De acordo com a mutação genética ocorrida, devem ser consideradas três classes distintas de Trissomia 21 (T21), originadas por três fatores diferentes: a T21 em mosaico, a T21 por translocação e a T21 simples (DIAS, 2016).

Para Coelho (2016), a T21 em mosaicismo é a causa mais rara entre os três tipos, respeitando entre 1% a 2% dos casos, e a sua ocorrência é casual e o zigoto começa a dividir-se normalmente, produzindo-se o erro de distribuição dos cromossomos na 2ª ou 3ª divisões celulares.

Reportando os estudos do autor citado acima, a T21 por translocação cromossômica ocorre geralmente devido a rearranjos cromossômicos com ganho de material genético, respeitando entre 3% a 4% dos casos de SD, podendo ser de ocorrência casual ou ser herdada de um dos pais. E a simples é causada por uma não disjunção cromossômica, geralmente de origem meiótica, este tipo de alteração genética caracteriza-se pela presença de um cromossomo 21 extra, numa configuração de tricópia, respeitando 95% dos casos.

Segundo Ramos; Müller (2019), essa população apresenta características físicas específicas como pregas palpebrais oblíquas para cima, base nasal plana, protusão lingual, orelhas de implantação baixa, clinodactilia do 5º dedo da mão, afastamento entre o 1º e o 2º dedos do pé, pé plano, hipotonia muscular generalizada, frouxidão ligamentar, hipermobilidade articular, déficit de equilíbrio, de controle postural, alterações motoras, no sistema endócrino (principalmente relacionados à tireoide) e extrema sonolência. Devido ao hipotireoidismo de acordo com Trindade e Nascimento (2016), tendem a obesidade, o que geralmente influencia no desempenho de atividades motoras grossas principalmente.

Mas uma das mais preocupantes características articulares que essa patologia propicia, está relacionada às duas primeiras vértebras da cervical (articulação atlanto-axial) que devido à sua maior instabilidade e hipermobilidade requerem cuidados na mesma proporção, visto que traumas nessa região podem causar lesões raqui medulares e consequente tetraplegia segundo (TRINDADE; NASCIMENTO, 2016).

Para Girollo (2020), as alterações apresentadas podem manifestar-se funcionalmente, interferindo na capacidade dessas crianças de desempenhar de forma independente diversas

atividades, incluindo as tarefas diárias, e o nível de aptidão física se desenvolve de forma diminuta. Podendo apresentar atraso no desenvolvimento global na comparação com os indivíduos típicos.

Seguindo os autores, o desenvolvimento motor não é dependente somente da maturação e do sistema nervoso, mas também da biologia, comportamento e do ambiente onde se encontra o indivíduo (ARAKI; BAGAGI, 2014; GALLAHUE; OZMUN; GOODWAY, 2013). Sendo afetado pelas diversas mudanças motoras, cognitivas e metabólicas decorrentes da alteração cromossômica. A fraqueza e a diminuição do tônus muscular das crianças com SD tornam seu ritmo de desenvolvimento mais lento, comprometendo a aquisição de muitas das habilidades motoras básicas (MAXIMINO; CHEREGUINI; OLIVEIRA, 2015).

Como o desenvolvimento dessas crianças seguem uma sequência semelhante ao de crianças com desenvolvimento motor típico, porém, em um ritmo mais lento que dificulta seu aprendizado psicomotor é fundamental a utilização da psicomotricidade tanto na avaliação quanto no tratamento, uma vez elas utilizam o corpo em movimento como uma forma de expressar suas ideias, sentimentos e emoções (FERREIRA et al., 2018).

Segundo Silva e Souza (2018), o termo Psicomotricidade tem como significado a capacidade de determinar e coordenar mentalmente os movimentos corporais, a atividade ou conjunto de funções motoras. E o trabalho psicomotor visa uma interação, tanto com o ambiente social quanto com as questões afetivas e cognitivas do indivíduo, ou seja, a Psicomotricidade está vinculada aos aspectos comunicativos do corpo.

As mudanças no comportamento motor refletem diretamente as alterações maturacionais do sistema nervoso central, porém, hoje, sabe-se que o processo de desenvolvimento ocorre de maneira dinâmica e é suscetível a ser moldado a partir de inúmeros estímulos externos (SERRÃO, 2017).

Estimular a motricidade é importante para promover o desenvolvimento global, pois a exploração dos movimentos pode proporcionar a consciência de si e do mundo externo para criança, favorecendo uma maior independência na realização das suas atividades de vida diária (RAMOS; MÜLLER, 2019). Reportando os estudos de Souza e Oliveira (2018), é possível realizar avanços consideráveis em indivíduos com SD a partir de programas de intervenções com profissionais habilitados que ajudam a diminuir a influência das limitações motoras e cognitivas.

Mas é importante traçar o perfil da criança com Síndrome de Down em relação ao desenvolvimento motor, pois evidencia aspectos referentes ao seu desenvolvimento, destacando suas dificuldades e potencialidades, que segundo Leite et al. (2016), a avaliação do repertório motor fornecerá informações a seus educadores e a própria criança quanto ao seu desenvolvimento.

Nesse sentido, que a Escala de Desenvolvimento Motor – EDM foi proposta por Rosa Neto em 2002, no qual tem como finalidade avaliar e acompanhar a evolução motora de crianças de 2 a 11 anos, atribuindo de maneira quantitativa a idade motora e um quociente motor, determinando os aspectos fortes e fracos da motricidade e subsidiando o planejamento do programa de intervenção motora (LEITE et al., 2016).

Esta escala foi construída como alternativa a profissionais da educação e da saúde, a fim de que pudessem realizar estudos longitudinais e transversais através da aplicação do EDM. Consiste em uma bateria de testes que segue uma ordem, a saber: motricidade fina, motricidade global, equilíbrio, esquema corporal, organização espacial, organização temporal e lateralidade. Sua realização leva em média 30 a 45 minutos, devendo ser realizado em local com pelo menos 5 a 6

metros longitudinais, iluminado e longe de ruídos para minimizar as interferências (BESSA et al., 2018).

Sabemos que não existe um tratamento específico para Síndrome de Down a fim de reverter a trissomia do cromossomo 21, mas o tratamento engloba uma série de medidas para tratar os problemas clínicos decorrentes da síndrome e também uma série de medidas de estimulação precoce e a inclusão para aproveitar todo o potencial da criança com síndrome de Down.

Nesse sentido, que acredita-se na importância deste estudo, pois este vem colaborar na ampliação de conhecimentos e subsídios para profissionais e familiares sobre o desenvolvimento motor das crianças com Síndrome de Down, no qual se torna importante a participação da família, estímulos sensoriais e um bom acompanhamento multidisciplinar, incluindo o profissional de educação física, principalmente nesta faixa etária, onde as aquisições motoras são mais possíveis de ocorrer, visando oportunidades sociais e educacionais, promovendo progressos significativos perante a sociedade. Nesse intuito, este estudo tem como objetivo analisar o desenvolvimento motor de uma criança com Síndrome de Down e verificar os efeitos de um programa de intervenção motora específica.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de caso, de caráter qualitativo, realizado com um indivíduo com Síndrome de Down, do sexo masculino, com idade de aproximadamente 12 anos, residente no município de Passo Fundo, R/S. Como critérios de inclusão para a participação deste estudo, levaram-se em conta a adesão livre ao convite, ter Síndrome de Down, ser do sexo masculino, ter a idade estabelecida, comparecer nas 24 sessões de atendimentos específicos, e por fim, realizar a bateria de testes da Escala de Desenvolvimento Motor – EDM, sendo excluído caso não assine o termo de consentimento livre e esclarecido e o termo de assentimento devido ao fato de ser acometido com Síndrome de Down.

A coleta de dados foi realizada na sala de atividades físicas da Faculdade Especializada na Área da Saúde do Rio Grande do Sul – Fasurgs, localizada em Passo Fundo-RS, duas vezes por semana, com duração de 1 hora, durante 24 sessões. Os instrumentos utilizados foi um questionário com perguntas fechadas e semiabertas (Apêndice B) realizado com os pais, e logo após então foi aplicado testes da Escala de Desenvolvimento Motor – EDM (Anexo A), antes e após uma intervenção de exercícios específicos (Apêndice C).

Os dados foram analisados através de documentos escritos, na forma de textos, fluxogramas entre outros para serem submetidos à análise textual que segundo Minayo (2007), a análise e a interpretação dos dados serão baseadas na análise de conteúdo dos resultados textuais.

Atendendo às normas éticas da CNS 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe sobre pesquisas científicas envolvendo seres humanos, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Fasurgs, parecer número 5.141.833 (Apêndice A). O participante foi esclarecido, juntamente com seus pais e profissionais de Educação Física detalhadamente a respeito do processo de pesquisa, logo após sua participação foi formalizada por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice D) e o Termo de Assentimento devido ter Síndrome de Down (Apêndice E).

3 RESULTADOS

O presente estudo iniciou com um questionário aplicado com a mãe do menino, no qual relatou saber do diagnóstico somente após o parto, e ao receber a notícia teve uma grande preocupação relacionada as patologias e com o cuidado do filho, principalmente por nunca ter tido contato com alguém com a Síndrome.

Segundo ela, tanto a gestação quanto o nascimento foram momentos muito difíceis, pois estava enfrentando muitos problemas familiares, e ao saber que o parto seria realizado com urgência devido ao bebê estar quase sem oxigênio não foi fácil de enfrentar.

Ao questionar sobre o desenvolvimento do menino, ressaltou que desde o nascimento sempre estimulou para que tivesse um ótimo desenvolvimento, mas por falta de conhecimento, hoje percebe que poderia ter feito muito mais. Mesmo apresentando algumas limitações, ele tem um bom desenvolvimento, entretanto, sua comunicação verbal é a maior preocupação do momento.

Após, foram realizados testes antes e após um protocolo de exercícios específicos para analisar e verificar os efeitos desse treinamento. Os testes foram iniciados a partir da idade cronológica, e seu prosseguimento se deu conforme protocolo: com o participante obtendo êxito, é aplicada a tarefa seguinte (ordem crescente) e assim sucessivamente até o limite de 11 anos; com o participante não obtendo êxito, é aplicada a tarefa anterior a sua idade cronológica (ordem decrescente) e assim sucessivamente até o limite de dois anos, e por fim, foi considerada a idade correspondente à última atividade executada com sucesso pelo participante (TRINDADE; NASCIMENTO, 2016).

Assim, a partir dos dados coletados dos testes, após a realização de uma análise, verificou-se um atraso motor em todas as atividades aplicadas, o que impacta diretamente na idade motora (IM) com a idade cronológica (IC) do indivíduo conforme mostra na Tabela 1.

Tabela 1 – Testes antes do Protocolo de treinamento.

Testes	Idade
Idade Cronológica	12,8
Idade Motora Geral	6,16
Motricidade Fina	7
Motricidade Global	6
Equilíbrio	7

Esquema Corporal	5
Organização espacial	10
Organização temporal	2
Quociente Motor Geral	MI
Lateralidade	DDD

Fonte: os autores, 2021

Legenda: MI: muito inferior; DDD: direita,direita,direita.

De acordo com os resultados obtidos na avaliação do teste inicial, foram realizadas atividades lúdicas específicas, no qual o menino apresentou inicialmente um certo grau de dificuldade ao realizar algumas atividades. Tendo momentos de resistência para praticar aquelas que apresentava uma maior dificuldade.

Durante a intervenção, observou-se que o avaliado apresenta um certo receio em realizar algumas atividades por medo de errar, pois, demonstrava nervosismo e ficava impaciente. Portanto, ao analisar o comportamento, muitas vezes eram modificadas as atividades para que ele pudesse se sentir mais à vontade e confiante.

Esses resultados foram apresentados aos pais, onde fizeram algumas mudanças na rotina do menino, para que juntamente com a intervenção, o resultado final fosse o mais positivo possível no desenvolvimento motor dele.

E após, as 24 sessões de treinamento específico, foi novamente realizado a bateria de testes, no qual o avaliado se mostrou mais seguro e a vontade durante a aplicação de todos, conseguindo mostrar o seu desenvolvimento conforme mostra a Tabela 2.

Tabela 2 – Testes após o Protocolo de treinamento.

Testes	Idade
Idade Cronológica	12,8

Idade Motora Geral	7,6
Motricidade Fina	10
Motricidade Global	9
Equilíbrio	10
Esquema Corporal	5
Organização espacial	10
Organização temporal	2
Quociente Motor Geral	MI
Lateralidade	DDD

Fonte: os autores, 2021

.

Legenda: MI: muito inferior; DDD: direita,direita,direita.

Com a obtenção dos resultados dos testes finais, verificou-se que o avaliado continuou com o quociente motor (QM) muito inferior, comparado com a sua idade cronológica (IC). Porém, ficou evidente que obteve uma melhora muito importante nos testes de motricidade fina (de 7 anos de idade para 10 anos), na motricidade global (de 6 anos de idade para 9 anos) e no equilíbrio (de 7anos de idade para 10 anos), aumentando assim, sua idade motora geral (IMG) de 6,16 para 7,6.

Deve-se também levar em consideração de que este teste da Escala de Desenvolvimento Motor – EDM (ROSA NETO, 2002), tem a idade máxima de até 11 anos, interferindo nos cálculos para os resultados do QM e da IMG.

4 DISCUSSÃO

Segundo Bonomo e Rossetti (2010), pessoas com Síndrome de Down possuem um atraso motor, intelectual e verbal devido a sua condição genética. Nesta intervenção, verificou-se exatamente o que os autores relatam, pois o avaliado mostrou um bom desenvolvimento motor nas

atividades que lhe foram aplicadas, porém, apresentou dificuldades em alguns movimentos devido à falta de coordenação motora. Mostrando em alguns momentos durante as atividades desatenção, no qual dificultou seu desempenho na hora de realizar as atividades.

O Foco nas avaliações conforme Maximino, Chereguini e Oliveira (2015) foi nos repertórios motores de pessoas com Síndrome de Down, onde foi utilizado o teste de saltos laterais de KTK, elaborado por Gorla e Araújo (2007). E após, a aplicação dos testes, eles observaram uma dificuldade nas atividades motoras e na atenção, onde constataram que foi uma das prováveis causas para o não progresso da realização da atividade.

Outro fator que vale destacar, é a atenção e memorização do menino, que no decorrer dos encontros, aprendeu a rotina das atividades como: abrir a sala de atividades físicas, colocar a chave na porta e girar para abrir, no qual obteve sucesso, assim como abrir as janelas, coisas que não fazia antes. Isso demonstrou que o avaliado teve um bom desempenho em sua motricidade fina, colaborando para sua autonomia.

Nas atividades foram trabalhados todos os conceitos da psicomotricidade através das atividades lúdicas, para desenvolver o aspecto motor, esquema corporal, linguagem, tonicidade, imagem corporal e noção espaço-temporal. Nesta fase cronológica em que o avaliado se encontra, poder saltar, correr, lançar uma bola, dançar, interpretar palavras, entre outros, é de extrema importância, para o desenvolvimento da sua autonomia e socialização, onde na fase adulta poderá ter a chance de levar uma vida independente.

Esta é a maior importância da estimulação precoce, despertar a potencialidade de pessoas com Síndrome e que são aceitas pela sociedade, que segundo Silva e Souza (2018), a psicomotricidade remete à condição do homem em expressar-se por meio do movimento, fazendo com que este possa dizer, de maneira não-verbal, sobre suas experiências vividas, suas frustrações, ajudando-o a trazer para a linguagem aquilo que antes era árduo de expressar. Para os autores o trabalho psicomotor visa uma interação, tanto com o ambiente social quanto com as questões afetivas e cognitivas do indivíduo, ou seja, a Psicomotricidade está vinculada aos aspectos comunicativos do corpo.

Para que haja um melhor desempenho psicomotor, faz-se necessário que o trabalho de estimulação seja composto por uma equipe multiprofissional, onde cada profissional é responsável pela sua área, mas com um objetivo em comum, sendo necessária um entrosamento e trabalho em conjunto, visando uma otimização nos resultados da estimulação. A atuação conjunta dos profissionais, que compõe a equipe que realiza a estimulação precoce, está direcionada para o estabelecimento da independência e inserção social das crianças, e torna-se indispensável para

minimizar o atraso no desenvolvimento neuropsicomotor (SERRÃO, 2017).

Dentro desse contexto, o papel do profissional de educação física é através de atividades lúdicas e exercícios físico, planejados e bem estruturados, respeitando a especificidade do indivíduo, estimular o movimento e o raciocínio da pessoa com SD.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O método adotado mostrou-se apropriado ao estudo, pois o fato de participar do processo da pesquisa, instigou um novo olhar sobre a experiência vivenciada da de crianças com Síndrome de Down e a prática de exercícios específicos para desenvolvimento como um todo.

Considerando as informações, fica evidente que o protocolo de treinamento específico é benéfico, seguro e eficiente quando usado no desenvolvimento para as pessoas acometidas com síndrome de Down, pois proporciona uma evolução no seu desenvolvimento, contribuindo para um melhor desempenho social e na qualidade de vida dessa população.

O profissional de educação física, deve desenvolver um programa específico, respeitando a individualidade do participante, visando o potencial e a autonomia das pessoas com SD.

REFERÊNCIAS

ARAKI, I. P. M; BAGAGI, P. S. Síndrome de Down e seu Desenvolvimento Motor. Revista Científica Eletr. de Pedagogia, Garça/SP, v.14, n.23, 2014.

BESSA, et al. Avaliação do estágio de desenvolvimento motor em crianças de 10 a 11 anos. Revista Brasileira de Fisiologia do Exercício, [s. l.]. v.17, n. 2, p. 165-170, 2018.

BONOMO, L.M.M.; ROSSETTI, C.B. Aspectos percepto-motores e cognitivos do desenvolvimento de crianças com Síndrome de Down. Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano, São Paulo, v.20, n.3, p.723-734, 2010.

COELHO, C. A. Síndrome de Down. Portugal, 2016. Portal dos Psicólogos. Disponível em:. Acesso em: 27 março de 2021.

DIAS, F. L. O treino da condição física na trissomia 21: estudo de caso com aplicação de um programa específico. 2016. 84f. Dissertação (Mestrado na área de Especialização em Atividade Física Adaptada) – Faculdade de desporto da Universidade do Porto, 2016.

DIRETRIZES DE ATENÇÃO À PESSOA COM SÍNDROME DE DOWN. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília. Ministério da Saúde, 2012.

DOS REIS FERNANDES, T.; SOUZA, L. L. de; RIBEIRO, M. F. Os efeitos da equoterapia no equilíbrio de praticantes com síndrome de down. **Revista Psicologia e Saúde em debate**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 119–129, 2018. DOI: 10.22289/2446-922X.V4N1A7. Disponível em:<<http://psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/231>>. Acesso em: 6 maio. 2021

- FERREIRA, M. T. S et al. Perfil motor de crianças com Síndrome de Down acompanhadas pela apapeq – quixadá/ ce. **Revista Mundi Saúde e Biológicas**, Curitiba, v. 3, n. 2, 2018.
- FERNANDES, T. dos R.; SOUZA, L. L. de; RIBEIRO, M. F. Os efeitos da equoterapia no Equilíbrio de Praticantes com Síndrome De Down. **Psicologia e Saúde em debate**, v. 4, n. 1, p. 119–129, 2018.
- GALLAHUE, D. L; OZMUN, J. C; GOODWAY, J. D. **Compreendendo o desenvolvimento motor**: visão geral. 7ª edição. Porto Alegre – RS: amgh editora ltda, 2013. p. 21.
- GIROLODO, J. C. Efeitos da atividade física em pessoas com Síndrome de Down. **Revista Carioca de Educação Física**, Ribeirão Pires / SP v.15, n.1, p.40-44, 2020.
- GORLA, José Irineu; ARAÚJO, Paulo Ferreira de. Avaliação Motora em Educação Física Adaptada: teste KTK para deficientes mentais. 1. ed. São Paulo: Phorte Editora, 2007.
- LEITE, M. M. C. R. et al. Avaliação do desenvolvimento em crianças com Síndrome de Down. **Ensaio e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde**. Campo Grande, MT, 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/260/26049965004.pdf>>. Acesso em: 27 març. 2021.
- MAXIMINO, J. R; CHEREGUINI, P. A. C; OLIVEIRA, E. L. Desenvolvimento motor em pessoas com Síndrome de Down. In VII CONGRESSO BRASILEIRO MULTIDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, Londrina / Paraná – Brasil, 2013, **Revista Digital**, Buenos Aires, v.20, n. 204, p. 1-8, 2015.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2007.
- RAMOS, B. B; MÜLLER, A. B. Marcos motores e sociais de crianças com Síndrome de Down na estimulação precoce. Revista Interdisciplinar Ciências Médicas, São Leopoldo, RS, v.4, n.1, p.37-43, 2019.
- SERRÃO, B. G. M. **A importância da estimulação precoce no desenvolvimento motor de crianças com síndrome de down**: Revisão de literatura, 2017. 12 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós Graduação em Fisioterapia Neurofuncional) – Faculdade FaSerra, Manaus, 2017.
- SILVA, F. C.; SOUZA, M. F. S. Psicomotricidade: um caminho para intervenção com crianças autistas. Revista de Graduação em Psicologia da PUC, Minas, v.3, n. 5, p. 501 – 519, 2018.
- SOUZA, D. Q. M; OLIVEIRA, T. P. Desenvolvimento motor de portadores de Síndrome de Down em diferentes faixas etárias. Revista dos Profissionais de Fisioterapia, Rio de Janeiro – RJ, v.13, n. 2, p.194-197, 2018.
- TRINDADE, A. S; NASCIMENTO, M. A. Avaliação do desenvolvimento motor em crianças com Síndrome de Down. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.22, n.4, p. 577- 588, 2016.

Reabilitação estética e funcional em paciente com hipertensão: relato de caso.

Thays Aguiar

Estudante do nono período de odontologia pela AFYA Faculdade de Ciências Médicas.

Letícia Silva Barbosa

Acadêmica do 9º período de odontologia pela faculdade de ciências médicas AFYA/Palmas.

Resumo

O objetivo do presente trabalho é descrever a evolução do tratamento da paciente hipertensa de clínica integrada II, no segundo semestre do ano de 2024, atendida por mim Thays de Aguiar e pela minha dupla Letícia Silva Barbosa. A paciente queixava-se de “inflamação nos dentes” apresentava grande problema de higiene oral e perda óssea significativa na região de molares superiores, restaurações insatisfatórias e um elemento com necrose pulpar com lesão periapical. Dentre o plano de tratamento foram planejados a extração do elemento 26, tratamento endodôntico do elemento 14, troca das restaurações insatisfatórias dos elementos dentários 26 e 27, além da futura PPR a ser confeccionada tanto para o arco inferior quanto para o superior, visando restabelecer a estética e a função mastigatória da paciente.

Palavras-Chave: Higiene oral. Lesão periapical. Cálculo dentário.

Abstract

The objective of this study is to describe the evolution of the treatment of the hypertensive patient of integrated clinic II, in the second half of the year 2024, attended by me Thays de Aguiar and my duo Letícia Silva Barbosa. The patient complained of "inflammation in the teeth" had a major problem of oral hygiene and significant bone loss in the region of upper molars, unsatisfactory restorations and an element with pulp necrosis with periapical injury. Among the treatment plan were planned the extraction of element 26, endodontic treatment of element 14, exchange of unsatisfactory restorations of dental elements 26 and 27, in addition to the future PPR to be made for both the lower and upper arch, in order to restore the aesthetics and masticatory function of the patient.

Keywords: Oral hygiene. Periapical injury. Dental calculus.

1.INTRODUÇÃO

A reabilitação oral é um conjunto de intervenções terapêuticas e cirúrgicas realizadas com o objetivo de restaurar a função e a estética da cavidade bucal, promovendo a recuperação da saúde bucal do paciente. Dentre as diversas modalidades de tratamento, as restaurações, o tratamento de canal e as próteses parciais removíveis se destacam como alternativas essenciais na reabilitação de dentes comprometidos ou perdidos. Essas abordagens visam a recuperação da mastigação, da fonética e da estética, melhorando assim, a qualidade de vida dos pacientes.

A associação de técnicas como restaurações, tratamento de canal e próteses parciais removíveis permite uma abordagem integrada e eficaz para a reabilitação oral, promovendo não apenas a

recuperação da função mastigatória e estética, mas também a preservação da saúde bucal de maneira duradoura. No entanto, é fundamental que o planejamento seja individualizado e que os profissionais envolvidos sigam as normas clínicas estabelecidas, como as orientações da Associação Brasileira de Odontologia (ABO)

2. CASO CLÍNICO

Paciente do sexo feminino, procurou atendimento na lírica escola AFYA faculdade de ciências medicas, queixando-se de insatisfação com aparência dos dentes é sensação de inflamação nos dentes posteriores superiores, relatou ser hipertensa e fazer o uso de losartana para controle da mesma.

No primeiro atendimento, como conduta inicial, foi aferido a pressão arterial da paciente fora do âmbito do atendimento, visando evitar possíveis alterações, no entanto, a paciente apresentou significativa descompensação (160/10 mmHg) mesmo relatando já ter tomado o remédio no turno matinal, tornando inviável para atendimento dentro das normas da clinica; diante disso foi recomendado que a paciente retornasse para sua residência e solicitasse o retorno ao seu medico para regulação da dosagem do medicamento.

Primeira sessão-Em um novo atendimento, a paciente devidamente medicada com a nova dosagem, os níveis pressóricos apresentaram-se normais (130/80 mmHg). Seguindo o atendimento, no exame clínico, foi constatado significativa quantidade de cálculo sub e supra gengival, restaurações insatisfatórias nos elementos 26 e 27, curativo endodôntico e extensa perda óssea palatina no elemento 16; após o teste de vitalidade e preenchimento da ficha endodôntica, o elemento 14 foi diagnosticado com periodontite apical assintomática; foi visualizado grande desgaste das incisais dos dentes anteriores, devido ao bruxismo noturno relatado pela paciente e por fim apresenta ausência dos elementos 16,18,28,34,36,37,38,44,45,46,47 e 48, sendo indicada reabilitação protética dos mesmos.

No plano de tratamento, visando uma boa adequação do meio bucal, foi iniciado o tratamento periodontal básico com raspagem sub e supragengival com ultrassom e curetas manuais de Gracey e McCall em todos os elementos dentários e cuidadosa profilaxia com pedra pómes e escova de Robson, além da recomendação de higiene básica.

Segunda sessão-Seguindo a ordem do plano de tratamento, foi planejada e executada a extração do elemento 16, por via alveolar, usando a técnica primeira, com anestesia dos nervos ASM, ASP e PM, com anestésico prilocaina 3% com felipressina 0,03 UI/ml devido a comorbidade da paciente, incisão sulcular com bisturi e lamina 11, sindestomia com molt 9, pressão apical, luxação lateral e avulsão com fórceps 18R, e síntese com fio de nylon em x.

Terceira sessão- Iniciou-se o tratamento endodôntico do elemento 14; como já setinha a radiografia usada para diagnóstico inicial, não foi necessário realização de uma nova para obtenção do CAD e CAT; De início, anestesia dos nervos ASM e PM, retirada a extensa restauração MOD e reconstrução coronária, para posteriormente acesso com broca 1014 de aste longa, preparo da câmarapulpar com broca 3080 e cateterismo; após o mesmo, com abundante irrigação com hipoclorito de sódio, iniciou-se o preparo do PTC com entrada das gates 1,2 e largo1, respectivamente. Após o preparo do PTC, limas #10 foram introduzidas até o CAD nos condutos e radiografadas para se obter o CRD e CRT. Devido o horário limitado para instrumentação, medicação intra-canal (ultracal) foi introduzida nas embocaduras dos canais e restaurado com ionômero de vidro, sendo remarcado novo atendimento para início da instrumentação na quinta sessão.

Quarta sessão- Iniciou-se o atendimento com a anestesia, isolamento absoluto, retirada da restauração provisória e preparo químico mecânico no CRT com limas ker de primeira e segunda série, com irrigação e aspiração e patência a cada troca de lima, obtendo lima memória e anatômica dos condutos; após a instrumentação foi passado EDTA por 3 minutos nos condutos, e por fim, a medicação intra-canal foi introduzida e a restauração provisória com ionômero de vidro, para adequado vedamento.

Quinta sessão- Após 14 dias, a paciente retornou ao consultório odontológico da AFYA Palmas, e continuamos com o tratamento, com anestesia, isolamento, remoção da restauração provisória, instrumentação com a lima memória para retirada da medicação, com irrigação e posteriormente prova do cone de guta; os condutos foram irrigados com EDTA por 3 minutos, lavados com hipoclorito e secados com cones de papéis absorventes, para início da obturação com cimento e com os cones principais e os cones acessórios. Após a manipulação do cimento e inserção dos cones, foi realizada a radiografia do chuveirinho, corte da guta, limpeza da câmara pulpar, resina flow nas embocaduras dos condutos, restauração definitiva com resina composta DA2 e EA2, ajuste oclusal e radiografia final.

Sexta sessão- Restauração classe II dos elementos 26 e 27 que estavam com material provisório e mal adaptado. Iniciamos com profilaxia com pedra pomes e escova de Robson, anestesia dos nervos ASM, ASP e PM, isolamento absoluto com grampo 26, retirada dos dois materiais provisórios com broca 1012 e 1014, condicionamento ácido seletivo em esmalte no elemento 26, hibridização com adesivo universal, porta matriz Tofflemire, construção das paredes mesial e distal, retirada do porta matriz e incrementos de resina para construção da oclusal e fotopolimerização. No elemento 27, foram feitos os processos do elemento antagonista, finalizando com a retirada do isolamento para ajustes e polimento da restauração.

3.DISSCUSSÃO

A periodontite é uma doença inflamatória crônica das gengivas e dos tecidos de suporte dos dentes, causada principalmente pela ação de bactérias presentes na placa bacteriana que se acumula nos dentes e gengivas. Se não tratada, pode levar à perda dos dentes e ao comprometimento da saúde bucal e geral. A principal forma de prevenir a periodontite é a manutenção de uma boa higiene bucal, que deve ser praticada de forma consistente e eficaz, mas, devido à grande deficiência de higiene da paciente, deixa o tratamento cada vez mais prolongado, visto que cada vez que a mesma volta para o atendimento, se tem uma quantidade significativa de cálculo e biofilme.

Devido ao desgaste incisal na região anterior da paciente, se tem muita sensibilidade, sendo necessário um acréscimo de resina na região, ainda não efetuada.

4.CONCLUSÃO

Conclui-se, portanto, que diante do caso acima, quase finalizado, é necessário principalmente reforço sobre as técnicas e a importância da higiene oral, para que assim se obtenha sucesso na reabilitação da paciente.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS LIMA, J. R. et al. Restaurações dentárias: conceitos, materiais e técnicas de aplicação. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.

SANTOS, F. S. et al. Tratamento endodôntico: fundamentos, técnicas e resultados clínicos. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

ALMEIDA, M. F. A. Prevenção e controle das doenças periodontais: fatores de risco e hábitos de higiene bucal. São Paulo: Editora Santos, 2020.

ALMEIDA, L. S. et al. Gengivite e periodontite: relação com a higiene bucal e fatores de risco. *Jornal Brasileiro de Odontologia*, v. 21, p. 233-242, 2019.

Polimento de restaurações em amálgama em busca de promover durabilidade e saúde bucal ao paciente - Relato de caso clínico

Letícia Silva barbosa

Acadêmica do 9º período de odontologia pela faculdade de ciências médicas AFYA/Palmas.

Thays Aguiar

Estudante do nono período de odontologia pela AFYA Faculdade de Ciências Médicas.

Resumo

objetiva-se com esse trabalho descrever um caso de reabilitação estética e preventiva através do polimento de restaurações em amálgama que a princípio encontra-se foscas, sem brilho e com micro corrosões que facilitam o acúmulo do biofilme e consequentemente a degradação do remanescente dental e aumenta a chance de cárie secundária. Paciente queixa-se da aparência atual dos dentes devido as restaurações de cores escuras e sem brilho. O plano de tratamento proposto foi o polimento das restaurações citadas. diante do caso supracitado, conclui-se que o polimento proporcionará ao paciente uma boa saúde bucal, a prevenção de futuras infiltrações e carie secundária, além da estima pela estética, promovendo brilho e lisura, em um tratamento conservador.

Palavras-Chave: polimento dental. amálgama de prata. restauração em amálgama.

Abstract

The objective of this work is to describe a case of aesthetic and preventive rehabilitation through the polishing of amalgam restorations that at first are matte, dull and with micro corrosions that facilitate the accumulation of biofilm and consequently the degradation of the dental remnant and increase the chance of secondary caries. Patient complains about the current appearance of the teeth due to dark colored and dull restorations. The proposed treatment plan was the polishing of the aforementioned restorations. In view of the aforementioned case, it is concluded that polishing will provide the patient with good oral health, the prevention of future infiltrations and secondary caries, in addition to the esteem for aesthetics, promoting shine and smoothness, in a conservative treatment.

Keywords: dental polishing. silver amalgam. Amalgamation restoration.

1. INTRODUÇÃO

O Amálgama de Prata (AP) é um material restaurador secular consagrado pelo uso na Odontologia, com fortes evidências científicas de sucesso clínico. Embora nos últimos anos tenha havido uma procura crescente por restaurações estéticas, ao se considerar aspectos inerentes sua eficácia e segurança, particularmente na perspectiva da Saúde Pública, o AP, quando indicado, permanece como material de eleição para restaurações em dentes posteriores. Pode-se considerar um material restaurador que tem sido usado com sucesso há mais de um século que é resultado da mistura de mercúrio, prata, estanho e cobre, podendo conter também índio, zinco, platina e/ou paládio, dependendo do fabricante.

Uma das principais vantagens do uso é a capacidade de suportar as forças mastigatórias, além de ser relativamente fácil de manusear e aplicar. o material tem baixa capacidade de expansão e contração com mudanças de temperatura, o que reduz a incidência de trincas e rachaduras.

Uma preocupação do uso do amalgama de prata é a biocompatibilidade do mercúrio, contudo é comprovadamente seguro o uso quando bem utilizado, sendo relevante também os cuidados no descarte do material no meio ambiente.

As restaurações com esse material podem sofrer degradações com o tempo e/ou até mesmo não atingir seu ponto de lisura na primeira sessão de restauração fazendo-se indispensável o polimento. Que tem como objetivo promover lisura superficial, diminuindo a porosidade e aumentar a longevidade na cavidade bucal.

2. CASO CLÍNICO

Paciente do sexo feminino, 40 anos, procurou a clínica odontológica da Afya palmas devido a insatisfação estética pelas restaurações feitas em amalgama nos elementos dentários.

No exame clínico, constatarem-se as seguintes observações, elementos 17,18,27,28,37,38,47,48 extraídos, restaurações oclusais nos elementos 16,15,25,36,45 e 46, restauração mesio-oclusal no elemento 35 e restauração disto-oclusal no 26, ambas as restaurações em amalgama, também foi notado a presença de cálculo dentário no quinto sextante e a presença de torus mandibular. Apesar da insatisfação da paciente, a condição dos tecidos periodontais está saudável, não foi encontrada nenhuma lesão cáries, ou fratura pré-existente.

O plano de tratamento buscou abordar de forma conservadora o caso, de forma que não afetaria os tecidos subjacentes dos elementos, evitar a cárie secundária e recuperar parcialmente a estética, iniciando com a raspagem supra gengival e seguido pelo polimento com discos de lixa e kit polimento específico para amalgama e finalização com instruções de higiene oral. A paciente alegou não ter interesse em repor os dentes perdidos no presente momento.

Ainda na sessão de anamnese foi realizado a raspagem supra gengival com utilização das curetas de gracey e de McCall.

Em seguida na segunda sessão o polimento foi realizado, sem uso de anestesia, com isolamento relativo, a fim de controlar o fluxo salivar, foi utilizado a baixa rotação com o kit acabamento e polimento de amalgama (MICRODONT), na seguinte ordem marrom, verde, azul e bege. Logo foi utilizado uma taça de borracha com pedra Pomes para finalização.

Obteve-se um resultado satisfatório, com recuperação do brilho e lisura superficial.

3. DISCUSSÃO

A perda precoce dos elementos e o alto número de restaurações presentes na cavidade bucal do paciente levanta um olhar de alerta sobre a higiene bucal praticada e os hábitos da paciente, colocando em evidência a importância de trabalhar a prevenção, as técnicas de escovação e uso de fio dental, além de consultas periódicas semestrais.

Mesmo não sendo o material de maior eleição estética, o amalgama não precisa ser trocado obrigatoriamente, muito pelo contrário, a troca de restaurações muito extensas podem resultar em exposição pulpar e perda de tecido saudável. Com isso, pode-se chegar a um resultado aceitável quando polido e devidamente higienizado, mantendo-se intacto por longo tempo.

Diante do exposto, finaliza-se que um resultado excelente pode ser alcançado através da técnica de polimento de amalgama de prata com discos e kit polimento.

4. CONCLUSÃO

A odontologia preventiva e conservadora depende de ações diárias vividas na clínica odontológica, por esse motivo chega-se ao resultado de que polir as restaurações em bom estado é um ótimo caminho para alcançar a excelência na prática.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CENTOLA, A. L. B., NASCIMENTO, T. N. do., TURBINO, M. L., & GIRALDI, K. C. F. M.. (2000). Restaurações com amálgama: análise rugosimétrica utilizando-se cinco tipos de ligas e quatro técnicas de polimento. *Pesquisa Odontológica*

Brasileira, 14(4), 345–350. <https://doi.org/10.1590/S1517-74912000000400007>

Santos, D.T., Dias, K. R. H. C., Santos, M. P. A., ARTIGO DE REVISÃO/MATERIAIS DENTÁRIOS; Amálgama dental e seu papel na Odontologia atual., *Rev. Bras.*

Odontol. vol.73 no.1 Rio de Janeiro Jan./Mar. 2016

MONDELLI, J., PINHEIRO, R. F., & LANZA, L. D..(1998). Polimento de restaurações com amálgama: uma técnica alternativa utilizando jato de óxido de alumínio. *Revista De Odontologia Da Universidade De São Paulo*, 12(4),

343–347. <https://doi.org/10.1590/S0103-06631998000400007>

CESAR, J. A. Efeito da brunidura e do polimento sobre o conteúdo de mercúrio, topografia e dureza superficial de um amálgama convencional. 1983. Tese

(Doutorado) – Universidade de São Paulo, Bauru, 1983. . Acesso em: 11 nov. 2024.

Policistose renal em felinos domésticos

Maria Eduarda Alves Gonçalves

Maria Eduarda Alves Gonçalves Aluna de Medicina Veterinária, no Centro Universitário Integrado.

Resumo

A policistose renal ou doença renal policística, também conhecida como polycystic kidney disease (PKD) é uma doença congênita autossômica dominante, que se caracteriza pelo desenvolvimento de cistos renais com crescimento progressivo. Comumente diagnosticada em gatos, principalmente da raça Persa, Himalaio, exótico, Chartreux e mestiços, sem distinção por coloração da pelagem ou sexo. O presente trabalho tem como objetivo trazer um aprofundamento sobre a DRP, enfermidade que possui relativa gravidade. Outro ponto importante é o diagnóstico precoce, para retirar animais acometidos da reprodução, impedindo a disseminação da doença, uma vez que não há cura para tal. Ou seja, a DRP em felinos é hereditária e mais prevalente em gatos da raça persa e derivadas.

Palavras-Chave: Cistos renais. Doença renal crônica. felinos. persas.

Abstract

Renal polycystosis or polycystic kidney disease (PKD) is an autosomal dominant congenital disease, which is characterized by the development of kidney cysts with progressive growth. Commonly diagnosed in cats, mainly Persian, Himalayan, exotic, Chartreux and mixed breeds, without distinction by coat color or sex. The present work aims to provide an in-depth understanding of DRP, a disease that is relatively serious. Another important point is early diagnosis, to remove affected animals from reproduction, preventing the spread of the disease, as there is no cure for it. In other words, DRP in felines is hereditary and more prevalent in cats of the Persian breed and derivatives.

Keywords: *Kidney cysts. Chronic kidney disease. felines. Persians*

1. INTRODUÇÃO

A doença renal policística é uma doença hereditária comumente apresentada em felinos, que ocorre em gatos da raça Persa, Himalaio, Exótico, Chartreux e derivadas destas. Determinada por mutação em genes autossômicos dominantes, se apresenta como múltiplas formações vacuolares de um milímetro ou até maiores que um centímetro repleta de líquido distribuídas por todo o parênquima renal, com progressivo aumento das lesões com o passar dos anos. A destruição progressiva do parênquima renal leva ao desenvolvimento da insuficiência renal crônica. que causa a presença de cistos de um milímetro até maiores que um centímetro no parênquima renal. Os cistos se originam dos túbulos proximais e distais, podendo estar presentes no córtex ou medula renal, e serem bi ou unilaterais. Todos os indivíduos portadores são heterozigotos, pois os homozigotos apresentam óbito durante a vida intra uterina. Os cistos podem ser únicos ou múltiplos e podem estar nos rins, fígado e pâncreas. Os gatos acometidos devem ser retirados da reprodução. A doença renal policística (DRP) é resultante de uma mutação em um ou mais genes, como PKD1 e PKD2, e da

função alterada das proteínas relacionadas como policistina-1 e policistina-2 (JERICÓ; ANDRADE NETO; KOGIKA, 2015). A policistina-1 e a policistina-2 são proteínas importantes nas interações célula a célula e célula a matriz e na canalização do cálcio. Elas também atuam nas células tubulares renais e são importantes no desenvolvimento tubular renal (BRESHEARS; CONFER, 2018). O portador pode ser assintomático por toda sua vida e não apresentar sinais clínicos ou manifesta-los após alguns anos, entre 3 e 10 anos de idade. Quando a doença tem uma progressão para um quadro de doença renal crônica.

Devido a apresentação clínica variável, deve-se determinar o diagnóstico para a identificação dos portadores da doença por meio de testes genéticos ou ultrassonografia em gatos com mais de 13 semanas. Contudo, a ausência de cistos em filhotes não quer dizer que eles não estejam suscetíveis a desenvolverem a doença mais tarde, e alguns gatos portadores podem apresentar os cistos e nunca apresentarem a doença clínica, por conta disso, para aumentar a especificidade e a sensibilidade do diagnóstico, a identificação da mutação genética no gene PKD1 deve ser realizada.

A ultrassonografia é um método muito utilizado no diagnóstico da DRP por apresentar um alto nível de sensibilidade e especificidade (91% e 100%, respectivamente), sendo uma técnica de diagnóstico apurada em detectar cistos em animais a partir de 13 semanas de idade. A presença de no mínimo um cisto é suficiente para diagnosticar a DRP. O exame ultrassonográfico permite a realização de um diagnóstico precoce para animais positivos para a DRP, anteriormente limitado pois não existia um diagnóstico ante-mortem sensível e não invasivo, o ultrassom também permite um acompanhamento do paciente antes do desenvolvimento de insuficiência renal. Outro método de diagnóstico precoce é o teste de reação em cadeia polimerase (PCR), podendo ser realizado através de swab de mucosa oral ou sangue com EDTA (etileno-diaminotetracético).

O diagnóstico precoce é de muita importância para impedir a reprodução dos animais acometidos, e assim evitar a disseminação da doença, uma vez que não há tratamento específico.

2. ETIOLOGIA E ETIOPATOLOGIA

A doença renal policística (DRP) é resultante de uma mutação em um ou mais genes, como PKD1 e PKD2, e da função alterada das proteínas relacionadas como policistina-1 e policistina-2 (JERICÓ; ANDRADE NETO; KOGIKA, 2015). A policistina-1 e a policistina-2 são proteínas importantes nas interações célula a célula e célula a matriz e na canalização do cálcio. Elas também atuam nas células tubulares renais e são importantes no desenvolvimento tubular renal (BRESHEARS; CONFER, 2018).

O caráter hereditário autossômico dominante tem relação com três formas de genes. O gene “A” representa a forma dominante e “a” representa a forma recessiva. A condição em homozigotos dominantes (AA) resulta em morte durante a fase intra uterina, já homozigotos recessivos (aa) são livres da doença e heterozigotos (Aa) resulta em pacientes com alteração no gene PKD1.

A doença renal policística é caracterizada pela presença de estruturas císticas redondas ou ovaladas, com variações de tamanho, bem delimitados e repletos de fluido claro e seroso, e que podem atingir tanto a região cortical quanto a medular renal de forma uni ou bilateral e, frequentemente aumentando de tamanho e número de acordo com a evolução e o avançar da idade do animal. Sendo menos comum, no fígado, baço e pâncreas, mas ainda assim podendo existir. Os cistos hepáticos ocorrem por conta de um defeito tardio no desenvolvimento dos ductos biliares intra-hepáticos e estão presentes em 10% a 40% dos pacientes com a presença de cistos renais. Podem ter entre um milímetro a 12 centímetros, ou mais, de diâmetro, normalmente contém líquido claro e não apresenta cheiro.

Na vista microscópica, há fibrose discreta das áreas portais e dutos biliares dilatados, pequenos e irregulares. Os cistos hepáticos geralmente são achados incidentalmente e os animais não desenvolvem sinais clínicos relacionados à sua presença no fígado, somente a presença dos cistos nos rins.

Apesar de pouco comentada, acredita-se que a formação dos cistos pode ocorrer pela combinação de secreção de fluido, aumento da proliferação celular e alterações da matriz extracelular, de forma que a perda da polarização dos cílios alteraria a função de reabsorção de água, desenvolvendo cistos no parênquima renal.

Embora os mecanismos exatos para a formação dos cistos ainda não sejam conhecidos, são estudados dois possíveis mecanismos etiológicos: o primeiro considera a transformação de células epiteliais hiperplásicas em pólipos e dilatação dos túbulos, e o segundo admite a existência de um defeito na membrana subepitelial tubular, que fica frágil e, conseqüentemente, ocorre uma dilatação, com essas alterações a função de reabsorção de água se torna comprometida e os cistos são desenvolvidos no parênquima (JERICÓ; ANDRADE NETO; KOGIKA, 2015).

3.EPIDEMIOLOGIA

Estima-se que a prevalência da doença ao redor do mundo esteja entre 15,7% a 50% (Guerra et al., 2018). É considerada a doença hereditária de maior prevalência em felinos domésticos. Acometendo principalmente a raça Persa, mas, ainda assim aparecendo em menor porcentagem em animais mestiços e raças originárias do cruzamento com Persa, como por exemplo Himalaio, Birmanês e Exótico.

No ano de 2006, um estudo realizado na região metropolitana de Porto Alegre, por (Alves et al.,) mostrou uma prevalência de 44,6% de gatos afetados, por meio de avaliação ultrassonográfica. Em 2007, no ano seguinte, (Teixeira et al.,) avaliou animais na mesma região, e revelou a prevalência de 16% em animais avaliados por meio de ultrassonografia e 26% de animais avaliados por triagem genética (PCR-RFLP). Esses dados mostram a escassez de estudos unificados no Brasil sobre a prevalência da DRP.

Há pesquisa no estado de São Paulo, realizado por Guerra em 2014 que mostrou prevalência de 6,35% da DRP em animais que foram avaliados através de testes genéticos. Outros estudos, como o realizado por Scaloni et al. no mesmo ano (2014) no Distrito Federal, que mostrou uma prevalência de 9% de gatos com DRP, esse número, entretanto, teve uma variação de acordo com a origem da amostra coletada (15% de prevalência em amostras coletadas dentro de um hospital veterinário, e 4% em amostras de animais que foram levados para uma campanha de vacinação em animais saudáveis).

Entre 310 gatos avaliados com policistos renais na França. A prevalência da DRP foi de 41,8% em gatos da raça persa, 39,1% nos gatos da raça exótico shorthair, e nula nas outras raças. Não havendo diferenças significativas entre fêmeas e machos. A prevalência média de 38 a 60% da doença em gatos persas foi determinada nos países como: Estados Unidos, Austrália e Reino Unido (Cannon et al., 2000). Pesquisas estão sendo realizadas nos Estados Unidos e em países da Europa, com intuito de estudar a frequência e as raças acometidas.

3.1 Cistogênese

O cisto renal é uma dilatação de algum segmento do néfron. Uma das teorias desta dilatação é a ocorrência de hiperplasia das células epiteliais, que pode levar ao desenvolvimento de pólipos e causar uma obstrução parcial, e subsequente dilatação dos túbulos renais, produzindo as estruturas císticas. Discute-se também a possibilidade de um defeito na membrana basal, que promoveria flacidez na parede e dilatação secundária dos túbulos renais (EVAN; GARDENER; BERNSTEIN, 1979). Segundo Billar (1994), é possível que as duas hipóteses impliquem no desenvolvimento da doença. Considera-se também, a possibilidade de que as células tubulares sejam predispostas à cistogênese. Fatores genéticos e agentes endógenos ou exógenos, como as substâncias químicas, também foram implicados na cistogênese (SOUZA, 2003). Segundo Welling e Grantham (1996), a patogênese da formação dos cistos renais não está completamente esclarecida, anteriormente, a origem neoplásica foi considerada, mas atualmente essa hipótese foi descartada, sendo considerados outros mecanismos, como a obstrução dos túbulos renais. A formação de cistos renais pode ser induzida experimentalmente em animais normais por meio de substâncias químicas (WELLING; GRANTHAM, 1996). Em seres humanos, a doença já foi relatada como uma desordem adquirida. Welling e Grantham (1996) relatam ainda que seis fatores importantes devem ser considerados na cistogênese:

- 1) Todos os cistos adquiridos ou herdados desenvolvem-se de segmentos dos túbulos renais;
- 2) Após atingirem o tamanho de poucos milímetros, a maioria dos cistos perde aderência do segmento do néfron de origem;
- 3) O epitélio celular dos cistos geralmente demonstra diferenciação e proliferação celular anormal;
- 4) O epitélio tubular de reabsorção é transformado em um epitélio capaz de secretar grandes volumes de fluido, o que interfere no gradiente celular de solubilidade e nos mecanismos celulares

da adenosina monofosfato (AMP);

5) Deve ocorrer um remodelamento apropriado da matriz extracelular para acomodar os cistos em expansão;

6) A proliferação, a secreção e o remodelamento da matriz dependem de diversos fatores hormonais endócrinos e exócrinos, que podem ser determinantes para a velocidade do desenvolvimento dos cistos e da instalação do quadro de insuficiência renal.

Os cistos geralmente contêm fluido semelhante a um transudato, ligeiramente amarelado, mas pode haver também presença de fibrina, material purulento e sangue (EATON et al., 1997). Na avaliação microscópica, as células epiteliais renais dos cistos são cubóides e cuboides achatadas, apresentando poucas microvilosidades e não apresentam bordas em escova. Porém, não há nenhuma relação quanto ao tamanho dos cistos e a morfologia celular (EATON et al., 1997). Segundo Welling e Grantham (1996), eles podem ocorrer no córtex, na medula ou em ambas as regiões e ser hereditários ou adquiridos, unilaterais ou bilaterais, apresentar localização simétrica ou irregular e podem ainda estar associados a outras alterações renais e sistêmicas. Cistógenos químicos parecem danificar o epitélio renal. A injúria inicial é seguida por dilatação e expansão focal tubular. Hipocalemia crônica tem sido proposta como promotora de formação cística em humanos através de mecanismos similares (LULICH; OSBORNE; POLZIN, 1995).

4.SINAIS CLÍNICOS

Os sinais clínicos variam de acordo com o desenvolvimento dos cistos, e devido a inflamação e fibrose que acarretam em compressão do parênquima. Os sinais clínicos não são específicos e estão relacionados com a DRC, e podem aparecer entre três e dez anos de idade, podendo se manifestar até mesmo em animais neonatos, embora, com muito menos frequência.

Os sinais clínicos da DRP em felinos dependem da evolução dos cistos e, consequentemente, a inflamação e fibrose, que levam a uma compressão do parênquima (GUERRA et al., 2018; MASKE, 2009). Pode-se observar letargia, anorexia, vômito, polidipsia, poliúria, perda de peso e hematuria, são sinais relacionados à IRC. Em casos de proprietários muito cuidadosos pode-se notar um sutil aumento de volume abdominal, antes do desenvolvimento dos sintomas de IRC. Se os cistos tornarem-se infectados, os animais poderão apresentar febre, piúria e leucocitose (Crawford, 1993). Outros sinais clínicos observados são hipertensão sistêmica, hemorragia, pielonefrite, distensão abdominal, renomegalia, êmese e distúrbios gastrointestinais (JERICÓ, et al., 2015; NOORI, et al., 2019).

Os achados laboratoriais também são inespecíficos, dependendo do grau de disseminação da DRC que o paciente se encontra, sendo mais comuns a azotemia, hiperfosfatemia, hiper ou hipocalcemia, anemia não regenerativa e proteinúria, (BLOWEY, et al., 1996; SATO, et al., 2019). O prognóstico para gatos portadores da DRP é reservado, e depende do estágio em que se encontra a doença e a

evolução do quadro clínico, resposta à terapia e colaboração do proprietário (NORSWORTHY,2004).

O prognóstico para gatos portadores da DRP é reservado, e depende do estágio e evolução do quadro clínico, resposta à terapia e colaboração do proprietário (NORSWORTHY, 2004).

5. DIAGNÓSTICO

O diagnóstico da DRP deve ser baseado na anamnese, histórico e descendência familiar do paciente, achados laboratoriais, resultados de exames de imagem obtido por exames radiográficos, ultrassonográficos, tomografias, urografias excretoras, biópsia renal, exame físico e de teste molecular (BILLER; CHEW; Di Bartola et al.,1994; LYONS, et al., 2004). Os cistos renais são facilmente identificados no córtex renal como estruturas esféricas, anecóicas e regulares.

Exames laboratoriais são inespecíficos para a doença, e as alterações dependem do estágio da DRC em que o paciente se encontra (BILLER et al., 1994). Existem ainda alguns métodos alternativos de diagnóstico dos rins policísticos, como o exame patológico do rim, que pode ser coletado na nefrectomia ou post mortem na necropsia (HELPS, et al., 2007a).

De acordo com Souza (2003), o diagnóstico da Doença Renal Policística, se baseia no diagnóstico diferencial das afecções que levam à nefromegalia e à Insuficiência Renal Crônica. As técnicas de diagnóstico por imagem são de extrema importância para descartar outras causas de nefromegalia, como o linfoma renal, nefrite granulomatosa por peritonite infecciosa felina, hidronefrose, pionefrose e pseudocisto perinéfrico. Entretanto, para Ferreira et al. (1998), a tomografia não agrega muitas informações na análise do sistema urinário, quando comparada com os exames radiológico e ultrassonográfico. Os exames bioquímicos renais revelam os primeiros indícios de que os rins não apresentam a função ideal, sendo assim, podem ser considerados indicativos de Insuficiência Renal Crônica, que é a evolução natural do curso da APKD (BILLER; CHEW; Di BARTOLA, 1990).]

Com o avanço da doença, a identificação dos animais positivos consiste na visualização de estruturas esféricas, anecóicas e regulares em região cortical e/ou medular, geralmente bilateral. Cistos que apresentam complicações como hemorragia ou infecções, normalmente apresentam conteúdos ecoicos e hipoeecóicos e paredes delgadas; nestes casos deve ser feito diferencial com linfomas, hematomas e abscessos renais (BILLER; CHEW; Di BARTOLA, 1990). Cistos derivados do segmento proximal do néfron apresentam concentração de soluto similar a líquidos serosos (LULICH; OSBORNE; POLZIN, 1995). Cistos dos segmentos distais dos néfrons apresentam baixa concentração de Na, CL, e concentração aumentada de K e creatinina (LULICH; OSBORNE; POLZIN, 1995). Cistos com infecção bacteriana podem ser verificados através de microscopia de luz, centrifugação do fluido e método de cultura (LULICH; OSBORNE; POLZIN, 1995).

O cisto pode facilitar e anteceder a infecções secundárias, que quando presentes, são um fator agravante dos sintomas de dor, anorexia e apatia (BILLER et al., 1994). Havendo infecção no

interior do cisto, a febre pode ser o único sinal. Um resultado negativo de urocultura não pode descartar a possibilidade de infecção, uma vez que os cistos infectados podem ser do tipo que não se comunicam com o sistema coletor, sendo necessária punção do cisto (BILLER et al., 1994). A punção por agulha fina para citologia e análise de líquido cístico possui baixo poder diagnóstico, a punção é contraindicada, pois há uma grande chance de extravasamento de conteúdo para cavidade abdominal (FELDHahn, 1995).

5.1 Diagnóstico por imagem

O exame ultrassonográfico é um método muito útil e confiável para o diagnóstico da DRP. Sua sensibilidade e especificidade para detecção dos cistos são de 91% e 100% respectivamente, para animais com mais de 36 semanas (BILLER, et al., 1990). Em filhotes, com menos de 8 semanas de vida, podem não apresentar diagnóstico pelo exame ultrassonográfico. A ausência de cistos nessa idade não é conclusiva, pois havendo cistos muito pequenos, o resultado pode ser um falso negativo (BILLER et al., 1996).

5.2 Diagnóstico genético e molecular

Uma pesquisa realizada em 2004, por Lyons et al., sequenciou o gene PKD1 felino. Foi identificado uma alteração, caracterizada por uma substituição de C (citossina) para A (adenina) na posição 3284 no exon 29 do PKD1 felino, gene que codifica a policistina 1. Esta variante resulta em um códon de parada prematura no RNAm (RNA mensageiro), levando a uma perda de aproximadamente 25% do terminal C da policistina 1, gerando assim, uma proteína mutada geneticamente. Esta troca foi considerada heterozigótica em gatos Persas e mestiços e foi associada a DRPAD em felina (LIONS, et al., 2004; YOUNG, et al., 2005). É importante ressaltar que a genotipagem de PKD1 pode ser utilizada para a prevenção da doença pelo proprietário, porque os gatos não apresentam sinais clínicos significativos nos estágios iniciais da doença e a erradicação depende da seleção ativa de gatos livres de DRPAD para reprodução (HELPS, et al., 2007a). Esse mesmo grupo de pesquisadores realizaram a padronização do exame diagnóstico da mutação relacionada a DRPAD felina pelo método de PCR-RFLP (Polymerase chain reaction–restrictionfragment length polymorphism). Esse teste, apesar de apresentar um custo menor que os testes genéticos para DRP, pode apresentar resultados falso-negativos decorrente de falha humana, de técnica ou quantidade de material genético na amostra insuficiente para realização do teste (LIONS, et al., 2004)

Outro teste molecular foi desenvolvido por Helps, Tasker e Harley em 2007, em que identificaram o polimorfismo do nucleotídeo causador da DRPAD, utilizando PCR em tempo real. Esse teste é indicado para amostras com difícil isolamento genético, devido a sua maior sensibilidade e obtenção de um produto de amplificação menor (HELPS et al., 2007a). Muitos fatores patogênicos como rins em estágio final de doenças crônicas e condições anormais causadas por obstrução do trato urinário estão envolvidas com aparecimento de cistos renais, levando, ocasionalmente, ao

diagnóstico de DRP. Portanto o diagnóstico definitivo deve ser estabelecido por testes genéticos da mutação de PKD1, (SATO et al., 2019).

6. TRATAMENTO E CONTROLE

Não existe terapia específica para doença renal policística, os animais portadores devem ser tratados como doentes renais crônicos e o tratamento é realizado de acordo com a avaliação do grau de disseminação da doença de acordo com a IRIS (International Renal Interest Society), sendo importante o diagnóstico precoce para tentar retardar a progressão da doença (FELDHahn, 1995). O tratamento consiste em renoproteção, manutenção e tratamento sintomático de suporte (FERRANTE, 2004). É necessário melhorar os sinais clínicos da uremia quando existir, fornecer dieta adequada e tentar minimizar distúrbios associados aos excessos ou às perdas de eletrólitos, vitaminas e minerais e fazer o possível para retardar a progressão da DRC (POLZIN, 2011). A correção da desidratação com a fluidoterapia (soluções de Ringer com lactato ou de soro fisiológico 0,9%) se faz necessária em casos de pacientes que se apresentem em crise urêmica, uma vez que a desidratação é responsável pelas manifestações clínicas, tais como fraqueza, constipação e anorexia (POLZIN et al., 2005; MAY; LANGSTON, 2006).

Após reidratação do paciente, é importante estimular a ingestão hídrica espontânea, oferecendo fontes de água fresca, dieta úmida e água saborizada (SPARKES et al., 2016). Em alguns casos, é necessário uso de estimulantes de apetite, como a mirtazapina, para manter a nutrição adequada e reverter a caquexia decorrente das alterações causadas pela doença (NORSWORTHY; RESTINE, 2018). O vômito e a náusea podem ser controladas com uso de ondansetrona (SPARKES et al., 2016) e citrato de maropitant (BARTGES, 2012). A realização da punção aspirativa dos cistos deve ser realizada guiada por ultrassom, para diminuir desconforto gerado pelos cistos no paciente. (GONZALEZ; FRÓES, 2003). Caso haja infecção, deve ser tratada com antibióticos que ultrapassem a parede do cisto. Acredita-se que antibióticos lipofílicos tenham maior penetração, como é o caso do sulfametoxazol trimetoprima, cloranfenicol e quinolonas. (BENNETT, 2002; BILLER et al., 1994). Por mais que gatos com DRC sejam normotensos, alguns podem desenvolver hipertensão sistêmica, e seu tratamento procura diminuir danos em órgãos-alvo, sendo a terapia medicamentosa anti-hipertensiva indicada para pacientes com pressão arterial sistêmica persistente e/ou com risco de lesões em órgãos-alvo. A intenção é manter paciente com a pressão arterial sistêmica (PAS) inferior a 160 mmHg. A amlodipina é um bloqueador dos canais de cálcio que é eficaz na maioria dos gatos para reduzir a hipertensão, proteinúria e diminuir o risco de dano aos órgãos-alvo, além de melhorar a qualidade de vida. Por isso é o fármaco de escolha para a monoterapia (KORMAN; WHITE, 2013; SPARKES et al., 2016). Contudo, os inibidores da enzima conversora da angiotensina (iECA) ou bloqueadores do receptor de angiotensina fazem a redução da pressão sanguínea sistêmica e diminuem a perda proteica pelos rins. Eles são indicados para

neutralizar os efeitos da hipertensão glomerular.

Os iECA mais utilizados em gatos são o benazepril, o enalapril e o imidapril. O telmirsatan é o bloqueador do receptor de angiotensina mais adequado pois possui propriedades nefroprotetoras (NORSWORTHY; RESTINE, 2018). Os iECA reduzem a hipertensão sistêmica e glomerular, porém, seus efeitos anti-hipertensivos são moderados, o que os torna, geralmente, inadequados para monoterapia (KORMAN; WHITE, 2013).

Segundo Souza (2003), não existe uma terapia específica para a Doença Renal Policística, já que a doença é irreversível. Desta forma, o tratamento objetiva o controle da progressão da doença e dos sinais de Insuficiência Renal Crônica, bem como a preservação da qualidade de vida (FELDHAHN, 1995). Ferrante (2004) complementa que não há uma forma de reverter ou reduzir o desenvolvimento dos cistos renais. Por isso, a terapia de suporte deve ser utilizada nas seguintes condições:

- 1) Na presença de insuficiência renal crônica, o paciente deve ser tratado de acordo com os seus sinais clínicos. O tratamento é sempre baseado na fluidoterapia;
- 2) Quando há infecção renal, o tratamento deve ser agressivo e longo após cuidadosa investigação, que deve ser realizada através de urocultura e antibiograma. Nesse caso, é importante considerar ainda a natureza ácida do fluido intracístico e a barreira epitelial que estabiliza as concentrações de bactérias dentro dos cistos.

Uma alimentação adequada, controlada e balanceada, voltada principalmente a prevenir novas doenças do trato urinário, pode fornecer uma vida mais confortável ao paciente (BORGUESI; SALGARELLO; GURIAN, 2005). Souza (2003) esclarece que é possível ainda adotar algumas medidas para aliviar os quadros de dor e dessa forma também promovendo maior conforto e bem-estar ao animal, bem como diminuir os sinais clínicos relacionados, tais como: punção do conteúdo dos cistos e tratamento de possíveis infecções secundárias. É possível realizar uma punção aspirativa guiada por ultrassom e o tratamento das infecções deve ser realizado através de antibioticoterapia lipofílica, que se acredita tenha uma maior penetração.

A desidratação é um sinal clínico muito importante e deve ser revertida na tentativa de diminuir a progressão da doença. Assim, a fluidoterapia pode ser realizada com Ringer Lactato ou Solução Fisiológica 0,9 % e o cálculo de reposição pode ser obtido pelo grau de desidratação.

Bernstein e Kleine (2003) relatam que o tratamento da insuficiência renal crônica que vem apresentando melhores resultados associa a hemodiálise ao tratamento conservador. Gatos com insuficiência renal crônica muito grave necessitam de hemodiálise e internação para tratamento com fluidoterapia endovenosa, alimentação parenteral, inibidores da enzima conversora da angiotensina, transfusões sanguíneas, eritropoietina, bloqueadores de H₂, antiácidos, quelantes de fósforo e antibioticoterapia.

A hemodiálise promove um repouso para os rins, retirando as impurezas da circulação e diminuindo a hipertensão glomerular, além de melhorar a capacidade de filtração renal. Uma vez que os rins

voltam a funcionar parcialmente, mesmo que precariamente, pode-se alcançar uma estabilização do quadro clínico do animal com o auxílio de medicamentos e alimentação específica, oferecendo-lhe desta forma, uma melhor qualidade de vida.

6.1 Prognóstico

Para Norworthy (2004) o prognóstico depende também do estágio de evolução da doença renal crônica, da resposta do gato ao tratamento inicial e da vontade do proprietário em dar continuidade ao tratamento. Contudo, segundo Souza (2003), o prognóstico é ruim, uma vez que se relaciona diretamente com a presença e a gravidade da insuficiência renal crônica que é irreversível. No entanto, animais que possuem uma quantidade baixa de cistos ou cistos pequenos podem demorar mais a apresentar sintomas clínicos relacionado à insuficiência renal crônica terminal. Sendo assim, o prognóstico depende do grau de insuficiência renal, da resposta do gato ao tratamento inicial e do desejo do proprietário em dar continuidade ao tratamento rigoroso.

6.2 Profilaxia

Segundo Beck e Lavelle (2001), uma vez que a doença renal policística é uma doença autossômica dominante, ela pode ser eliminada da população de gatos Persas através da reprodução seletiva. Como a prevalência desta enfermidade é alta na população de gatos Persas, alguns criadores demonstram-se relutantes em afastar todos os animais afetados do programa de reprodução, devido a diversos fatores, tais como: ausência de sinais clínicos, levando muitos criadores a desconhecerem a doença; exame de ultrassom muitas vezes inviável e oneroso para o criador. Desta forma, é preciso uma boa parcela de bom senso da parte dos criadores comerciais e dos proprietários para que todos os animais sejam diagnosticados, e quando diagnosticados como positivos, que sejam tomadas as devidas providências para que seja realizada a esterilização permanente antes que esse animal seja capaz de produzir descendentes.

7. CONCLUSÃO

A DRP ainda tem muito a ser desvendado e as pesquisas de biologia molecular estão cada vez mais desenvolvidas, o que nos dá uma perspectiva de métodos diagnósticos mais precoces e precisos.

O diagnóstico precoce da doença é o que diferencia o prognóstico e a qualidade de vida dos portadores e influencia diretamente na adoção de medidas terapêuticas sintomáticas e renoprotetoras adequadas, impedindo a progressão dos sinais clínicos e possibilitando uma melhora na qualidade de vida dos pacientes. A não reprodução de animais portadores do PKD1 ainda é a maneira mais eficaz de prevenção da doença, impedindo a propagação dos fatores genéticos responsáveis pela enfermidade.

A doença policística renal é a única doença cística hereditária reportada em animais de companhia.

A estratégia de controle da Doença Renal Policística deve-se basear em:

- ? Precocidade diagnóstica por meio da conscientização da importância da realização do exame ultrassonográfico em animais antes do início da vida reprodutiva;
- ? Emissão de atestados para animais positivos, preferencialmente identificados com “microchips”;
- ? Esterilização dos animais positivos, esclarecendo aos proprietários que o animal terá a chance de transmitir a doença para pelo menos 50 % de sua prole, mesmo na ausência de sinais clínicos;
- ? Realização do exame ultrassonográfico dos familiares quando for identificado um gato positivo;
- ? Uniformização dos critérios ultrassonográficos empregados para diagnóstico da DRP por parte dos ultrassonografistas.
- ? Cabe também aos criadores de gatos das raças susceptíveis a prevenir e castrar animais que possuem o gene da doença. Realizar exames para um diagnóstico precoce através do ultrassom e DNA, reduzindo a propagação da doença na população felina.

8.REFERÊNCIAS

ALVES, L. C. et al. Prevalência da doença renal policística em gatis de Porto Alegre e grande Porto Alegre. In: Anais do XVII Congresso Estadual de Medicina Veterinária, II Congresso Estadual da Anclivepa, IV Encontro de Especialistas de Pequenos Ruminantes do Conesul. Porto Alegre: SOVERGS, 2006.

ALEXANDRE G. T. DANIEL. Casos em medicina felina.

BARTHEZ, P.; RIVIER, P.; BEGON, D. Prevalence of polycystic kidney disease in persian and persian related cats in France. J. Feline Med. Surg., v.5, n. 6, p.345-347, 2003.

BARTGES, J. W. Chronic kidney disease in dogs and cats. Veterinary Clinics of North America: Small Animal Practice, v. 42, n. 4, p. 669-692, jul. 2012.

BECK, C.; LAVELLE, R. B. Feline polycystic kidney disease in persian and other cats: a prospective study using ultrasonography. Aust. Vet. J., v.79, n.3, p.181-184, 2001.

BERNSTEIN M.; KLEINE, K. Insuficiência renal em felinos. Bol. Inf. Anclivepa, v.3, n.31, p.16-17, 2003.

BENNETT, W. M. Pain Management in PKD. Acesso em: 04 de outubro de 2021. Disponível em: <http://www.hdcn.com/misc/cme2001.htm>

BILLER, D.S. Polycystic kidney disease. In: AUGUST, J.R. Consultations in feline internal medicine. Philadelphia: WB Saunders, 1994, p.325-330, 1994.

BILLER, D.S.; CHEW, D.J.; Di BARTOLA, S.P. Polycystic kidney disease in a family of persian cats. J. Am. Vet. Med. Assoc., v.196, n.8, p.1288-90, 1990.

BILLER, D. S. et al. Inheritance of polycystic kidney disease in Persian cats. Journal of Heredity, v. 87, n. 1, p. 1-5, 1996.

BLOWEY, D. L. et al. Ultrasound findings in juvenile nephronophthisis. Pediatric Nephrology, v.

10, n. 1, p. 22-24, 1996.

BORGUESI, F.M.; SALGARELLO, R.M.; GURIAN, T.M. Recentes avanços na nutrição de cães e gatos. Disponível em: http://www.emporiopet.com.br/downloads/Recentes_CBNA.pdf

CANNON, M. et al. Screening for polycystic kidney disease in cats. Vet. Record, v.147, n.22, p.639-640, 2000.

CARLTON, W.W.; GAVIN, M.D.M. Sistema urinário. In: Patologia especial de Thomson. São Paulo: Artmed, 1999, p.233-234.

CRAWFORD, M. A. O sistema urinário. In: HOSKINS, J.D. Pediatria veterinária. São Paulo: Manole, 1993, p.300-301.

COLLETTI, A.F. Doença renal policística felina. Monografia.

20

CORDATELLAS, Ó. et al. Manual de Nefrologia e Urologia Clínica Canina e Felina. Editora MedVet, Página 131. 2012.

CROWELL, W. A.; HUBBELL, J. J. & RILLY, J. C. Polycystic renal disease in related cats. Journal of the American Veterinary Medical Association. 175: 286-288, 1979 (Especialização em Clínica Médica de Pequenos Animais) – Universidade Castelo Branco. São Paulo, 2006.

EATON, K.A. et al. Autosomal dominant polycystic kidney disease in persian and persian-cross cats. Vet Pathol., v.34, p. 117-126, 1997.

EVAN, A.P.; GARDENER, K.D.; BERNSTEIN, J. Polypoid and papillary epithelial hyperplasia: a potential cause of ductal obstruction in adult polycystic disease. Kidney Int., v.16, p.743- 750, 1979.

FELDHahn, J. Polycystic kidney disease in a Persian cat. Aust. Vet. Pract., v.25, p.176-178, 1995.

FERREIRA, F. M. et al. A tomografia computadorizada em medicina veterinária. Clín. Vet., v.3, n.12, p.27-32, 1998.

FERREIRA, G. S.; GALVÃO, A. L. B.; SOCHA, J. J. M. Enfermedad renal poliquistica em gatos: Revisión de la literatura. In: Anales de Veterinaria de Murcia. 2010. p. 23-31

FERRANTE, T. Doença renal policística em felinos. Nosso Clínico, v.7, n.42, p.6-10, 2004.

GONZALEZ, J.R.M.; FRÓES, T.R. Doença renal policística autossômica dominante. In: SOUZA, H.J.M. Medicina e cirurgia felina. Rio de Janeiro: L.F. 2003, p.165-172 e 233-234.

GUERRA, J. M. et al. Age-based ultrasonographic criteria for diagnosis of autosomal dominant polycystic kidney disease in Persian cats. Journal of Feline Medicine and Surgery, v. 21, n. 2, p. 156-164, 13 abr. 2018.

GUERRA, J. M. Doença renal policística autossômica dominante em felinos da raça Persa: aspectos clínicos, laboratoriais, imagenológicos e genéticos. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

HELPS, C. R. et al. Correlation of the feline PKD1 genetic mutation with cases of PKD diagnosed by pathological examination. Experimental and molecular pathology, v. 83, n. 2, p. 264-268, 2007a.

HELPS, C. R. et al. Detection of the single nucleotide polymorphism causing feline autosomal-dominant polycystic kidney disease in Persians from the UK using a novel realtime PCR assay. *Molecular and cellular probes*, v. 21, n. 1, p. 31-34, 2007b.

JERICÓ, M. et al. *Tratado de Medicina Interna de Cães e Gatos*. Editora Roca. Volume 1. Rio de Janeiro, 2015.

J. KEVIN KEALY; HESTER McALLISTER; JOHN P. GRAHAM; radiografia e ultrassonografia do cão e do gato.

21

KORMAN, R. M.; WHITE, J. D. Feline CKD: Current therapies – what is achievable? *Journal of Feline Medicine and Surgery*, London, v. 15, n. 1, p. 29-44, Sept. 2013.

LEANDRO ZUCCOLOTTO CRIVELLENTI; SOFIA BORIN-CRIVELLENTI; Casos de rotina em medicina veterinária de pequenos animais.

LITTLE, S. E. et al. In: *O gato: medicina interna* – 1. ed. – Rio de Janeiro: Roca, 2015. cap. 32, p. 935-1390.

LIMA, F.A. Doença renal policística autossômica dominante em felinos. Monografia. (Especialização em Clínica Médica de Pequenos Animais) – Universidade Castelo Branco. São Paulo, 2006.

LULICH, J.P.; OSBORNE, C.A.; POLZIN, D.J. Cystic diseases of the kidney. In: OSBORNE, C.A.; FINCO, D.R. *Canine d Feline. Nephrology and Urology*. Williams x Wilkins, 1995, p.460-470.

LYONS, L.A. et al. Feline polycystic kidney disease mutation identified in PKD1. *J. Am. Soc. Nephrol*, v.15, n.10, p.2548-2555, 2004.

MAY S. N, LANGSTON C. E. Managing chronic renal failure. *Compendium*, p.853-864, 2006.

MASKE, M. C. Prevalência da doença renal policística em gatos na cidade de Blumenau-Santa Catarina, no período de agosto de 2006 a fevereiro de 2009. Curso de Especialização em Diagnóstico por Imagem Veterinário, Análogo a Curso de Pós-Graduação “Lato Sensu”. ANCLIVEPA-SP, 2009.

NOORI, Z. et al. Prevalence of polycystic kidney disease in Persian and Persian related-cats referred to Small Animal Hospital, University of Tehran, Iran. *Iranian Journal of Veterinary Research*, v. 20, n. 2, p. 151-154, jun. 2019

NELSON, R.W.; COUTO, C.G. Insuficiência renal crônica medicina interna de pequenos a animais. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001, p.487-499.

NORSWORTHY, G.D. Doença renal policística, o paciente felino. São Paulo: Manole, 2004.

NORSWORTHY, G. D.; RESTINE, L. M. Renal Disease, Chronic. In: NORSWORTHY, G. D. (ed.). *The feline patient*. 5th ed. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2018. cap. 193, p. 548-550.

NORSWORTHY GD, et al. *The feline patient*. 4th ed. Iowa, USA: Willey; 2011. pp. 418–419.

NORSWORTHY, G. D. Doença renal policística. In: Norsworthy, G. D. et al. *O Paciente Felino*. 2.

ed. São Paulo: Manole. pp.480-483, 2004

OSBORNE, C.A.; LOW, D.G.; FINCO, D.R. Congenital and inherited renal disease. In: OSBORNE, C.A.; LOW, D.G.; FINCO, D.R. Canine and feline urology. Philadelphia: W. B. Saunders, 1972, p.53-164.

22

POLZIN, D. J. Chronic kidney disease in small animals. Veterinary Clinics: Small Animal Practice, v. 41, n. 1, p. 15-30, 2011.

POLZIN D. J., OSBORNE C. A., ROSS S.J. Chronic Kidney Disease. In S. J. Ettinger; E. C. Feldman (Eds.), Textbook of Veterinary Internal Medicine – Volume 2 (6th ed.) St. Louis: Elsevier Saunders, 2005.

ROUX, F.; DESCHAMPS, J.Y. Ecografia em felinos: diagnóstico de policistose renal em gato persa. Hora Vet. Porto Alegre, v.25, n.145, p.51-4, 2005.

SHARMA, M; REIF, G. A.; WALLACE, D. P. In vitro cyst formation of ADPKD cells. Methods in cell biology, v. 153, p. 93-111, 2019.

SATO, R. et. al. Epidemiological evaluation of cats associated with feline polycystic kidney disease caused by the feline PKD1 genetic mutation in Japan. Journal of Veterinary Medical Science. 81(7): 1006–1011, 2019.

SCHERDING, R.G. The cats: diseases and clinical management Philadelphia: B. Saunders, 1994.

SCALON, M. C. Estudo da ocorrência da doença renal policística e de suas alterações laboratoriais em diferentes populações de gatos. Brasília: Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2014, 44p. Dissertação de Mestrado.

SILVA, M.O. et al. Doença renal policística felina: relato de caso, 2011. Disponível em: <http://www.eventosufrpe.com.br/eventosufrpe/jepex2009/cd/resumos/R0219-3.pdf>.

SOARES, S. Doença renal policística. Spazio Feline. 2007. Disponível em: www.spazziofeline.com.br/pkd.aspx

SOUZA, H.J.M. Coletâneas em medicina e cirurgia felina. Rio de Janeiro: L.F. Livros de Veterinária, 2003.

SOUZA H. J. M., et al., Gatos analgesia pós-operatória. Nosso Clínico. São Paulo: Troféu, ano4, n. 22, p. 8-12, jul-ago., 2003.

SPARKES, A. H. et al. ISFM consensus guidelines on the diagnosis and management of feline chronic kidney disease. Journal of Feline Medicine and Surgery, London, v. 18, n. 3, p. 219-239, Mar. 2016.

TEIXEIRA, M. A. C. Análise da prevalência da doença do rim policístico (PKD) em felinos da raça persa e assemelhados no Sul do Brasil. Dissertação de Mestrado. Brasil: Universidade Luterana do Brasil, 2007.

VUCICEVIC, M. et al. First report of polycystic kidney disease occurrence in persian cats in serbia. Veterinaria Italiana, 3 mar. 2016.

WELLING, L.W.; GRANTHAM, J.J. Cystic and developmental disease of the kidney. In: BRENNER, B.M. The kidney: Saunders Company, 1996, p.1828-1857.

YOUNG, A. E. et al. Feline polycystic kidney disease in linked to the PKD1 region. Mamm. Genome, v.16, n.1, p.59-65, 2005.

M. C. Estudo da ocorrência da doença renal policística e de suas alterações laboratoriais em diferentes populações de gatos. Brasília: Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2014, 44p. Dissertação de Mestrado.

SILVA, M.O. et al. Doença renal policística felina: relato de caso, 2011. Disponível em: <http://www.eventosufrpe.com.br/eventosufrpe/jepex2009/cd/resumos/R0219-3.pdf>.

SOARES, S. Doença renal policística. Spazio Feline. 2007. Disponível em: www.spaziofeline.com.br/pkd.aspx

SOUZA, H.J.M. Coletâneas em medicina e cirurgia felina. Rio de Janeiro: L.F. Livros de Veterinária, 2003.

SOUZA H. J. M., et al., Gatos analgesia pós-operatória. Nosso Clínico. São Paulo: Troféu, ano4, n. 22, p. 8-12, jul-ago., 2003.

SPARKES, A. H. et al. ISFM consensus guidelines on the diagnosis and management of feline chronic kidney disease. Journal of Feline Medicine and Surgery, London, v. 18, n. 3, p. 219-239, Mar. 2016.

TEIXEIRA, M. A. C. Análise da prevalência da doença do rim policístico (PKD) em felinos da raça persa e assemelhados no Sul do Brasil. Dissertação de Mestrado. Brasil: Universidade Luterana do Brasil, 2007.

VUCICEVIC, M. et al. First report of polycystic kidney disease occurrence in persian cats in serbia. Veterinaria Italiana, 3 mar. 2016.

WELLING, L.W.; GRANTHAM, J.J. Cystic and developmental disease of the kidney. In: BRENNER, B.M. The kidney: Saunders Company, 1996, p.1828-1857.

YOUNG, A. E. et al. Feline polycystic kidney disease in linked to the PKD1 region. Mamm. Genome, v.16, n.1, p.59-65, 2005.

Programa 5S: uma nova abordagem para implementação em empresa multisserviços

Igor Girão

Aluno da Universidade Federal do Ceará, atualmente cursando Engenharia Química

Resumo

O setor da qualidade desempenha um papel crucial no sucesso das empresas, especialmente diante de um mercado competitivo e clientes exigentes. O Programa 5S, baseado nos sentidos de utilização, organização, limpeza, padronização e autodisciplina, tem sido amplamente utilizado para melhorar a eficiência e fomentar uma cultura de melhoria contínua. Este artigo apresenta uma nova abordagem para a implementação do 5S em uma empresa multisserviços, visando sua integração contínua na rotina organizacional. A metodologia utilizada incluiu um estudo de caso com aplicação prática do programa ao longo de cinco meses, sendo avaliados seus impactos por meio de inspeções, auditorias e pesquisas de percepção. Os resultados indicaram uma adesão de 74,5% às atividades planejadas e um aumento na compreensão e engajamento dos colaboradores com a filosofia 5S. Conclui-se que a adoção de um plano estruturado e a constante comunicação interna são fatores determinantes para a consolidação do 5S como um programa contínuo.

Palavras-Chave: Palavras-chave: Qualidade, 5S, Cultura organizacional, Programa contínuo.

Abstract

The quality sector plays a crucial role in the success of companies, especially in a competitive market with increasingly demanding customers. The 5S Program, based on the principles of sorting, organizing, cleaning, standardizing, and sustaining, has been widely used to improve efficiency and foster a culture of continuous improvement. This article presents a new approach to implementing the 5S methodology in a multiservice company, aiming for its continuous integration into the organizational routine. The methodology included a case study with the practical application of the program over five months, evaluating its impacts through inspections, audits, and perception surveys. The results indicated a 74.5% adherence to planned activities and an increase in employees' understanding and engagement with the 5S philosophy. It is concluded that adopting a structured plan and constant internal communication are key factors for consolidating 5S as a continuous program.

Keywords: Keywords: Quality, 5S, Organizational culture, Continuous program.

INTRODUÇÃO

A crescente exigência dos clientes e a competitividade do mercado têm impulsionado as empresas a buscarem ferramentas de gestão da qualidade para otimizar seus processos. O Programa 5S, criado no Japão pós-Segunda Guerra Mundial, é uma das principais metodologias utilizadas para organizar o ambiente de trabalho, reduzir desperdícios e aumentar a produtividade (CAMPOS, 2004). Entretanto, sua implementação ainda enfrenta desafios, como a percepção de que se trata apenas de um evento esporádico e não de um processo contínuo.

Este estudo propõe uma nova abordagem para a implementação do 5S em uma empresa multisserviços, buscando integração permanente na cultura organizacional. A hipótese é que uma abordagem estruturada, combinando comunicação interna eficaz, inspeções regulares e auditorias sistemáticas, pode aumentar a adesão e sustentação do programa ao longo do tempo.

METODOLOGIA

O estudo foi conduzido em uma empresa do setor de venda, locação e manutenção de máquinas pesadas e equipamentos para os segmentos industrial, agrícola, construção civil e portuário. A pesquisa teve abordagem qualitativa e quantitativa, estruturada em quatro etapas:

1. **Diagnóstico inicial:** Levantamento da percepção dos colaboradores sobre o 5S por meio de questionário online.
2. **Desenvolvimento do Programa 5S:** Elaboração de um cronograma de cinco meses, incluindo divulgação interna, momentos da qualidade, inspeções e auditorias.
3. **Implementação:** Realização das atividades planejadas e monitoramento das ações.
4. **Avaliação dos resultados:** Medida de adesão ao programa e análise da pesquisa de percepção após cinco meses.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A execução do Programa 5S apresentou os seguintes resultados:

- **Comunicação Interna:** 76% das divulgações planejadas foram realizadas.
- **Momentos da Qualidade:** 71% do tempo previsto foi cumprido.
- **Inspeções de 5S:** 100% realizadas conforme planejado.
- **Auditoria 5S:** Executada conforme cronograma, com 18 auditores voluntários.

A pesquisa de percepção indicou um aumento na compreensão do 5S (média de 4,39/5) e na relevância atribuída ao programa (4,76/5). O setor administrativo apresentou maior aderência às atividades, enquanto a área operacional demonstrou maior resistência à implementação.

Os principais desafios identificados foram a dificuldade de engajamento nas ações práticas e a necessidade de maior suporte gerencial para garantir a continuidade do programa.

CONCLUSÃO

A implementação de uma nova abordagem para o Programa 5S demonstrou que a continuidade e a integração da metodologia na cultura organizacional são fundamentais para seu sucesso. Apesar dos desafios, a estratégia utilizada resultou em maior engajamento dos colaboradores e avanços na percepção do 5S como um processo contínuo. Recomenda-se que futuras iniciativas incluam treinamentos mais frequentes, reforço na comunicação e incentivos para a participação ativa dos colaboradores.

Referências

CAMPOS, V. F. *TQC – Controle da Qualidade Total*. Nova Lima: INDG, 2004.

MARTINELLI, F. B. *Gestão da Qualidade Total*. Curitiba: IESDE, 2009.

DENNIS, P. *Lean Production Simplified*. New York: Productivity Press, 2008.

OLIVEIRA, D. *Gestão da Qualidade: Conceitos e Aplicações*. São Paulo: Atlas, 2020.

Linguagens e tecnologias: A importância de uma boa comunicação no nível técnico / Languages and technologies: The importance of good communication at the technical level

Douglas Ferreira Aguiar

Letrólogo; Especialista em Linguagens (UFPI); Diretor pedagógico do Sistema de Ensino Invictos.

Resumo

O atual trabalho caracteriza-se como um relato de experiência a partir da participação dos alunos do Curso Técnico em Enfermagem do Sistema de Ensino Invictus, no projeto de pesquisa Linguagens e Tecnologias: a importância de uma boa comunicação entre os profissionais da saúde, com o objetivo de oportunizar o corpo discente a discutir parâmetros sobre a importância de uma linguagem clara e objetiva, para melhor aproveitamento em equipe, e para melhor entendimento dos pacientes. Contribuir também para um bom entendimento de diferentes gêneros textuais e de tecnologias, estruturados com a educação e saúde. Levando em consideração que atualmente, a educação passou a ser vista como o elemento principal na composição de uma sociedade fundamentada na informação, pode-se dizer que os membros, dessa sociedade, precisam também do letramento tecnológico. O relato traz em sua composição, a importância do aprimoramento contínuo e instrumentalização pedagógica dos técnicos em enfermagem, utilizando de recursos tecnológicos na prática da profissão. Foi realizada a inserção de níveis de discussão, como uma das metodologias executadas no projeto de pesquisa, contemplando a interdisciplinaridade, como proposta já difundida no Curso Técnico em Enfermagem do Sistema de Ensino Invictus.

Palavras-Chave: Linguagens. Comunicação. Educação. Tecnologia.

Abstract

The current work is characterized as an experience report based on the participation of students from the Technical Nursing Course of the Invictus Education System, in the research project Languages and Technologies: the importance of good communication between health professionals, with the aim of providing the student body with the opportunity to discuss parameters about the importance of clear and objective language, for better use as a team, and for a better understanding of patients. Also contribute to a good understanding of different textual genres and technologies, structured with education and health. Taking into account that currently, education has come to be seen as the main element in the composition of a society based on information, it can be said that the members of this society also need technological literacy. The report brings in its composition the importance of continuous improvement and pedagogical instrumentation of nursing technicians, using technological resources in the practice of the profession. The inclusion of discussion levels was carried out, as one of the methodologies carried out in the research project, contemplating interdisciplinarity, as a proposal already disseminated in the Nursing Technical Course of the Invictus Teaching System.

Keywords: Languages. Communication. Education. Technology.

Introdução

A formação dos alunos não é finalizada junto com o término do curso técnico, já que o mesmo requer reflexão contínua de acordo com as demandas inerentes a profissão.

O Sistema de Ensino Invictus possui parceria com órgãos públicos e privados da região de sua abrangência, dos quais mantêm diálogo. Foi observado que novas dificuldades surgem de acordo em que as exigências se atualizam. Essa atualização acontece, de acordo com o surgimento de novos gêneros textuais, variedades tecnologias, e novas formas de comunicação, que podem estar relacionadas a vivências sociais, ambiente de trabalho, profissão, etc. Sob esse olhar, seguimos a concepção de Bakhtin (2000), que diz que gênero é entendido como um acontecimento habitual da comunicação humana, abrangendo papéis, relações sociais e históricas, mediada pelas linguagens oral ou escrita.

A comunicação tanto falada, como escrita, são fatores avaliativos de uma boa conduta profissional, pois existe uma linguagem própria para cada ambiente. Segundo Cox e Valezi (2011), o profissional da área da saúde precisa saber fazer um relatório, ser capaz de se atualizar por conta própria sendo um bom leitor, e desenvolver sua competência comunicativa para usar a língua em conformidade com as exigências da situação.

O ensino de linguagens é indispensável nas instituições de ensino médio técnico, independente da área escolhida. Segundo o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), o desempenho em português tem melhorado lentamente, mas o Brasil ainda não se encontra no nível ideal. É essencial que o profissional técnico de enfermagem mantenha uma ortografia com clareza de ideias e precisão nos assuntos, pois é de extrema importância saber preencher um registro de forma adequada, e obter informações corretas.

De acordo com Annunziato (2013), a pesquisa parte de constatações dos índices de pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), sobre o desempenho crítico dos alunos de educação básica, que vêm indicando sérias limitações, quanto à leitura e a escrita em língua portuguesa. Em sua pesquisa, a autora expressa sua preocupação quanto ao ensino ofertado nas instituições educacionais, e propõe inserir o português instrumental para cursos técnicos em saúde.

Sob essa ótica, Araújo e Rodrigues (2005) indicam que o abismo entre o analfabetismo e letramento digital pode ser estreitado mediante a discussão e estudos sobre o assunto, com o objetivo de o aluno vivenciar na prática alguns efeitos da utilização de meios tecnológicos em sala de aula, o que até então, não é muito comum em cursos técnicos de enfermagem, dado o caráter recente de tais discussões. É preciso buscar e produzir mecanismos para diminuir essa lacuna existente entre os alunos que sabem utilizar a tecnologia, e aqueles que não sabem.

Mediante a esse aspecto, nasceu o projeto de pesquisa Linguagens e Tecnologias: a importância de uma boa comunicação entre os profissionais da saúde, que tem permitido diálogo entre os órgãos de saúde, alunos e escola, referente ao uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no âmbito escolar e em campos de estágio.

Como objetivo do projeto, visamos ações que ampliem o conhecimento não apenas do corpo discente, mas dos professores e da comunidade da qual a instituição está inserida, com o propósito

de discutir e disseminar a base teórica e epistemológica no entendimento dos gêneros textuais; analisando propostas de ensino e aprendizagem, implementando materiais didáticos, com práticas fundamentadas e conscientes, desenvolvendo e aprimorando o letramento tecnológico.

Desenvolvimento

O projeto foi desenvolvido através de cinco etapas, algumas realizadas no segundo semestre de 2022, e outras concluídas no primeiro semestre de 2023.

A primeira etapa foi o contato com os órgãos competentes, responsáveis pelos hospitais Rocha Faria (município do Rio de Janeiro) e Carlos Chagas (estado do Rio de Janeiro), para encaminhamento dos alunos do Sistema de Ensino Invictus para realização de estágio não remunerado.

Na segunda etapa tivemos grupos de discussão, para reflexão, aprofundamento e organização dos conhecimentos teóricos acerca da temática a ser abordada.

A terceira etapa, a partir do material produzido dos estudos teóricos, realizamos cursos rápidos de aperfeiçoamento, que foram desdobrados e materializados em módulos, a partir do primeiro encontro. Os cursos ocorreram de agosto a dezembro de 2022, toda sexta-feira no horário da manhã com quatro horas de duração. Todos os participantes que atingiram no mínimo 75% de frequência receberam um certificado de participação.

A partir da quarta etapa, os alunos colocaram em prática todo o material teórico discutido nos encontros, priorizando a comunicação clara e objetiva para com os seus pacientes, utilizando recursos tecnológicos para suporte.

Na última etapa, os alunos trabalharam em grupos na construção de artigos acadêmicos, evidenciando todo o conhecimento e experiência adquiridos durante o processo.

Apesar de haver um grande número de publicações abrangendo o trabalho com diversos gêneros textuais, não há uma demanda significativa de pesquisas que investiguem como alunos de cursos técnicos compreendem, programam e operacionalizam materiais didáticos observando os gêneros do discurso. Entendemos que é fundamental a relação entre a formação específica do aluno com as Tecnologias da Informação e Comunicação, mediante a vasta carência de instrução nessa área.

Em uma sociedade da informação, a educação, conforme a atual legislação, ultrapassa o desejo de realizar treinamento para o uso de TICs, almejando nos indivíduos o desenvolvimento de competências que os permitem atuarem em sociedade, operando com autoridade diversos meios e ferramentas de seu dia a dia, tomando decisões fundamentadas em conhecimento. Conforme prevê a LDB, se faz necessário a promoção da alfabetização digital em todos os níveis de ensino. Baseando-

se nisso, é necessário trazer essa teorização das TICs.

Conclusão

Com o projeto de pesquisa já concluído, pode-se observar um bom engajamento dos discentes no progresso. Os cinco níveis da pesquisa auxiliaram na formação letrada tecnológica da maioria dos envolvidos. Observamos que ainda falta uma movimentação ativa por parte do corpo docente, para que os alunos sejam protagonistas de seus processos de formação, gerando confiança e autonomia para que possam tomar decisões necessárias no dia a dia.

A comunicação melhorou significativa, com trocas de experiências, rompendo as barreiras entre os alunos e os pacientes, uma vez que já se sentem seguros em relação aos assuntos estudados, bem como com relação às Tecnologias da Informação e Comunicação.

Os alunos relataram que a comunicação entre a equipe profissional de saúde é essencial para um bom cuidado com o paciente. Essa interação é o que move a instituição de saúde independente da função exercida. Manter uma boa comunicação pode se tornar um desafio, o que a torna ainda mais importante. Não apenas entre os profissionais que trabalham no mesmo plantão, mas daqueles que passam de um plantão para o outro. Manter o prontuário do paciente sempre atualizado é indispensável para que o atendimento do mesmo seja claro e eficaz, além de evitar erros que podem complicar o quadro clínico, e até mesmo o levando a óbito.

Vale também ressaltar que a relação dos funcionários das instituições sempre deve ser rigorosamente profissional, não é o lugar para conflitos ou desavenças. As tecnologias da comunicação agregam muitos efeitos positivos para a rotina dos profissionais de saúde, proporcionando uma melhor economia de tempo, trazendo segurança e melhoria do desempenho na desenvoltura das atividades.

Referências bibliográficas

ANNUNZIATO, Rosangela. **A Língua Portuguesa: Uma proposta instrumental para cursos técnicos em saúde**. UFRGS, Rio Grande do Sul, 2013

ARAÚJO, J.C. (org). **Internet & Ensino: novos gêneros, outros desafios**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CARDOSO e CASTRO, C. S. A. **A influência das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no desenvolvimento do currículo por competências**. Dissertação de mestrado.

Universidade do Minho, Braga: Portugal, 2006.

COX, M. I. P.; VALEZI, S. C. L. **A língua portuguesa no ensino técnico-profissionalizante: a hegemonia da concepção instrumental.** Polifonia, Cuiabá, MT, v.18, n.23, p.147-162, jan./jun., 2011.

O sistema penitenciário e a população transgênero

Anelise Lopes de Almeida

Bacharel em Direito pela Universidade Anhanguera de São José/SC(2023); Pós-Graduação em Direito Penal e Processo Penal; Pós-Graduação em Computação Forense e Perícia Digital(2024).

Luiz Paulo Do Amaral Cardoso

Mestre em Direito (UNISC). Professor de Direito Penal e Direito Processual Penal nos cursos de Graduação e Pós-Graduação da Faculdade Anhanguera. Doutorando em Ciências da Linguagem (UNISUL). Graduação em Direito (UNIVALI). Pós-graduação em Direito e Direito Processual (PUC/RS). Especialização em Docência no Ensino Superior (UNIDERP). Advogado criminalista. Palestrante. Autor de artigos sobre Direito e Legislação em revistas especializadas. Membro da Comissão de Defesa, Assistência, e Prerrogativas dos Advogados (CDAP) da OAB/RS

Resumo

Este artigo tem como objetivo promover uma reflexão sobre a situação das pessoas transgênero no cumprimento de penas privativas de liberdade, abordando a questão sob a perspectiva dos direitos fundamentais que orientam o ordenamento jurídico brasileiro. Através de uma revisão qualitativa da literatura, é realizada uma análise do contexto histórico e dos conflitos envolvendo os direitos dos indivíduos transgêneros dentro do sistema penitenciário, com base nos preceitos estabelecidos pela Constituição Federal. Apesar da existência de leis que asseguram a proteção dos direitos humanos e destacam a dignidade da pessoa humana, a realidade no âmbito prisional ainda é marcada por estigmas e atitudes discriminatórias. Isso se reflete em práticas de violência e exclusão direcionadas à população transgênero. Dessa forma, o artigo enfatiza a necessidade urgente de uma reforma institucional que envolva mudanças nos campos social, político e jurídico, com o intuito de garantir que os direitos constitucionais das pessoas trans sejam efetivamente respeitados e aplicados, promovendo um tratamento mais justo e inclusivo dentro do sistema de justiça penal.

Palavras-Chave: Pessoas Transgêneros. Sistema Penitenciário. Princípio da Dignidade humana.

Abstract

This article aims to promote reflection on the situation of transgender people serving custodial sentences, approaching the issue from the perspective of fundamental rights that guide the Brazilian legal system. Through a qualitative review of the literature, an analysis of the historical context and conflicts involving the rights of transgender individuals within the penitentiary system is carried out, based on the precepts established by the Federal Constitution. Despite the existence of laws that ensure the protection of human rights and highlight the dignity of the human person, the reality in prison is still marked by stigmas and discriminatory attitudes. This is reflected in practices of violence and exclusion directed at the transgender population. Thus, the article emphasizes the urgent need for institutional reform that involves changes in the social, political and legal fields, with the aim of ensuring that the constitutional rights of trans people are effectively respected and applied, promoting fairer and more inclusive treatment within of the criminal justice system.

Keywords: Transgender People. Penitentiary System. Principle of human dignity.

1. Introdução

A identidade de gênero e a luta pela garantia dos direitos da população transgênero, têm ganhado cada vez mais destaque, é essencial para que se construa uma sociedade mais justa e respeitosa,

compreender essa diversidade de gênero, a busca pela acessibilidade e igualdade de direitos, abordando os desafios que ainda enfrentam e os avanços conquistados, para assim poder promover a inclusão e a igualdade. Em relação à identidade de gênero e sexualidade ainda se enfrenta grande resistência social, política e cultural, resultando em violência, rejeição e abandono, especialmente no ambiente prisional. Essa categoria de apenados sofre violações profundas, tornando-se um grupo altamente vulnerável. Além de estarem suscetíveis a diferentes formas de abusos e violências. O sistema prisional brasileiro traz uma questão desafiadora, que requer uma abordagem adequada e sensível às necessidades das pessoas transgêneros, principalmente para garantir a preservação dos direitos fundamentais, amparado pela criação de políticas públicas, que assegurem os direitos fundamentais das pessoas transgêneros, para construir uma sociedade mais inclusiva e igualitária para todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero. É de extrema importância abordar esse tema, uma vez que, os transgêneros nas penitenciárias sofrem violações de seus direitos, fundamentados por essa premissa, faz-se necessário a análise da situação dos apenados transgêneros no sistema penitenciário brasileiro.

2. Referencial Teórico

A identidade de gênero é como uma pessoa se identifica internamente e individualmente, seja como masculino, feminino, não binário ou qualquer outra identidade de gênero. Essa identidade é uma construção social e psicológica e não necessariamente está relacionada ao sexo biológico da pessoa. A orientação sexual é sobre o tipo de atração emocional, afetiva e/ou sexual que uma pessoa sente por outras pessoas. Pode ser heterossexual (atração por pessoas do sexo oposto), homossexual (atração por pessoas do mesmo sexo), bissexual (atração por pessoas de ambos os sexos) ou pansexual (atração por pessoas independentemente do gênero) (ALENCAR, 2023).

De acordo com Santos (2023), indivíduos transgênero podem experimentar uma profunda desconexão entre sua identidade de gênero e seu corpo. Eles podem desejar adquirir características físicas e sociais que estejam alinhadas com sua identidade de gênero, tais como mudanças hormonais, cirurgias de redesignação sexual ou a adoção de roupas e comportamentos que correspondam à sua identidade de gênero. É importante ressaltar que sexo, identidade de gênero e orientação sexual são conceitos distintos e não devem ser confundidos. O sexo biológico se refere às características físicas, fisiológicas e genéticas que determinam se uma pessoa é do sexo masculino ou feminino.

No Brasil, a identidade de gênero e a transexualidade são consideradas temas de direitos humanos e foram abordadas em diversas leis e políticas públicas. Em 2018, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), emitiu uma resolução n. 73, estabelecendo que cartórios em todo o país devam permitir a mudança do nome e do gênero nos registros civis, dispensando a necessidade de uma autorização judicial. Essa resolução possibilitou que muitas pessoas trans pudessem ter seu nome e gênero corrigidos em seus documentos de identidade, contribuindo para a inclusão social e evitando constrangimentos (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2018).

No mesmo ano, o Supremo Tribunal Federal (STF), reconheceu o direito das pessoas transexuais de mudarem o nome e o sexo nos documentos oficiais, sem precisarem passar por cirurgia de redesignação sexual ou obter decisão judicial. Isso implica que as pessoas transexuais no Brasil possuem o direito de serem reconhecidas e tratadas de acordo com sua identidade de gênero, sem a necessidade de se submeterem a procedimentos médicos invasivos (cirurgias) ou de comprovarem sua condição perante o sistema judiciário (ALENCAR, 2023). Já em 2019, o STF adotou a transfobia e a homofobia como crimes de racismo. Comportamentos homofóbicos e transfóbicos, reais ou supostos, se enquadram nos delitos previstos na Lei n. 7.716/89 e, quando se trata de homicídio doloso, essa circunstância serve como qualificadora, uma vez que caracteriza motivo torpe. A tese defende que o conceito de racismo transcende os aspectos puramente biológicos ou fenotípicos e abrange a negação da dignidade e da humanidade a grupos vulneráveis (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2019).

Segundo Santos (2023), a população trans enfrenta uma variedade de demandas e desafios no que diz respeito aos direitos humanos. Como a ocorrência de violência e discriminação, dificuldade de acesso à saúde, falta de reconhecimento legal, problemas de emprego e renda, e também a falta de representação política, entre outros. Consoante Alencar (2023), a violência é algo frequente, tanto física quanto verbalmente, em diversas áreas, como no acesso a oportunidades de trabalho, serviços de saúde, educação e moradia. Esses atos têm como motivação comum a transfobia, ou seja, o preconceito contra pessoas trans. As dificuldades de acesso a cuidados de saúde adequados, como a hormonioterapia e cirurgia de redesignação sexual, são resultado da falta de profissionais de saúde capacitados em questões relacionadas a pessoas trans e também da falta de cobertura adequada para esses procedimentos. Segundo Ramos (2014), os direitos humanos consistem em um conjunto de direitos considerado indispensável para uma vida humana pautada na liberdade, igualdade e dignidade. Os direitos humanos são os direitos essenciais e indispensáveis à vida digna.

3. Processos Metodológicos

O método de abordagem é dedutivo partindo de um direito fundamental, em especial à população carcerária transgênero. A técnica de pesquisa foi bibliográfica, buscou-se fundamentação teórica reunindo informações, conceitos, doutrinas, jurisprudências, artigos, comentários e ideias afins em diferentes autores, na perspectiva de analisar e elucidar aspectos que permeiam a proposta do tema.

4. Análise dos Resultados

O sistema carcerário brasileiro enfrenta o desafio de lidar com a diversidade de identidades de gênero entre os indivíduos encarcerados. Esse tema tem sido motivo de discussões, acerca dos direitos das pessoas que estão privadas de liberdade. Dentre as inúmeras questões abordadas, destaca-se a necessidade de reconhecer e respeitar a identidade de gênero, o que é crucial para garantir a dignidade, a integridade física e psicológica, bem como promover a inclusão e a

igualdade (ALENCAR, 2023).O documento mais expressivo em âmbito nacional é a Resolução Conjunta n. 1, de 15 de Abril de 2014, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, que se baseia em normas internacionais, como as Regras das Nações Unidas e os Princípios de Yogyakarta (Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero), a resolução estabelece uma série de direitos relacionados às pessoas Trans privadas de liberdade:

Toda pessoa privada da liberdade deve ser tratada com humanidade e com respeito pela dignidade inerente à pessoa humana. A orientação sexual e identidade de gênero são partes essenciais da dignidade de cada pessoa. Os Estados deverão: a) Garantir que a detenção evite uma maior marginalização das pessoas motivada pela orientação sexual ou identidade de gênero, expondo-as a risco de violência, maus tratos ou abusos físicos, mentais ou sexuais; b) Fornecer acesso adequado à atenção médica e ao aconselhamento apropriado às necessidades das pessoas sob custódia, reconhecendo qualquer necessidade especial relacionada à orientação sexual ou identidade de gênero, inclusive no que se refere à saúde reprodutiva, acesso à informação e terapia de HIV/Aids e acesso à terapia hormonal ou outro tipo de terapia, assim como a tratamentos de redesignação de sexo/gênero, quando desejado; c) Assegurar, na medida do possível, que pessoas detidas participem de decisões relacionadas ao local de detenção adequado à sua orientação sexual e identidade de gênero; d) Implantar medidas de proteção para todos os presos e presas vulneráveis à violência ou abuso por causa de sua orientação sexual, identidade ou expressão de gênero e assegurar, tanto quanto seja razoavelmente praticável, que essas medidas de proteção não impliquem maior restrição a seus direitos do que aquelas que já atingem a população prisional em geral; e) Assegurar que as visitas conjugais, onde são permitidas, sejam concedidas na base de igualdade a todas as pessoas aprisionadas ou detidas, independente do gênero de sua parceira ou parceiro; f) Proporcionar o monitoramento independente das instalações de detenção por parte do Estado e também por organizações não governamentais, inclusive organizações que trabalhem nas áreas de orientação sexual e identidade de gênero; g) Implantar programas de treinamento e conscientização, para o pessoal prisional e todas as outras pessoas do setor público e privado que estão envolvidas com as instalações prisionais, sobre os padrões internacionais de direitos humanos e princípios de igualdade e não discriminação, inclusive em relação à orientação sexual e identidade de gênero (YOGYAKARTA, 2006).

A premissa da Resolução Conjunta nº 1, visa proteger a integridade física e psicológica dos apenados transgêneros, garantindo o direito à plena liberdade de expressar sua identidade individual. Negar-lhes essa identidade seria condená-los duplamente: primeiro, com a punição da privação de liberdade, e segundo, com o preconceito dentro do ambiente prisional e a vulnerabilidade diante de situações de violência. Além disso, ela assegura a obrigação do Estado de fornecer profissionais qualificados nas prisões para garantir um tratamento mais humano para todos. É fundamental que os profissionais que atuam em presídios continuem aprendendo e se capacitando

para o seu desenvolvimento individual (ANDRADE; CARTAXO; CORREIA, 2018).

Segundo a Resolução Nº 348 de 13 de outubro de 2020, estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados pelo Poder Judiciário, no âmbito criminal, com relação ao tratamento da população transgênero que seja privada de liberdade, estipula orientações e métodos a serem seguidos pelo sistema judiciário em relação à população transexual privada de liberdade, seja em cumprimento de penas alternativas ou em monitoramento eletrônico:

Art. 2º A presente Resolução tem por objetivos: I -a garantia do direito à vida e à integridade física e mental da população LGBTI, assim como à sua integridade sexual, segurança do corpo, liberdade de expressão da identidade de gênero e orientação sexual; II – o reconhecimento do direito à autodeterminação de gênero e sexualidade da população LGBTI; e III – a garantia, sem discriminação, de estudo, trabalho e demais direitos previstos em instrumentos legais e convencionais concernentes à população privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitoração eletrônica em geral, bem como a garantia de direitos específicos da população LGBTI nessas condições. (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, RESOLUÇÃO N. 348, 2020).

As garantias englobam cuidados médicos especializados, que atendem às características físicas e biológicas dos detentos, assim como às necessidades de saúde reprodutiva. Também faz parte das garantias o fornecimento de itens essenciais para as necessidades de saúde dessas mulheres. Isso se aplica, por analogia, aos homens transexuais, sendo o Estado o principal responsável por garantir esses cuidados. Outro direito existente e que merece destaque devido à sua importância, é o atendimento psicológico e psiquiátrico às pessoas autodeclaradas LGBTQIA+ privadas de liberdade. Esse tipo de direito deve ser priorizado, tendo em vista o inevitável agravamento da saúde mental dessa população, devido às claras violências sociais às quais são submetidas diariamente (NADAL, 2023). O sistema prisional brasileiro foi construído sob um paradigma binário, que pressupõe a soberania da biologia na determinação do sexo do indivíduo, dividindo a população carcerária em homens e mulheres. Esse modelo não contempla a transgeneridade em sua estrutura, deixando de lado a necessidade de estabelecer padrões específicos de garantias constitucionais e segurança (OLIVEIRA, 2022).

Devido a essas questões, ressalta Foucault (2014):

[...] as prisões não diminuem a taxa de criminalidade: podem ser aumentadas, multiplicadas ou transformadas, mas a quantidade de crimes e de criminosos permanece estável ou, ainda pior, aumenta: [...] A prisão fabrica também delinquentes ao impor constrangimentos violentos aos reclusos; destina-se a aplicar as leis e a ensinar o respeito por estas; ora, todo o seu funcionamento se desenrola segundo o modo do abuso de poder. Arbitrariedade da administração: O sentimento de injustiça que um prisioneiro sofre é uma das causas que mais lhe podem tornar indomável o caráter. Quando se vê assim vítima de sofrimentos que a lei não ordenou nem previu, entra num estado habitual de ira contra tudo aquilo que o rodeia; em todos os agentes de autoridade, só vê carrascos, já não acredita ter sido culpado acusa a própria justiça (FOUCAULT, 2014, p.283).

De acordo com Santana (2016), além das formas extremas de violência que o ambiente carcerário tem assumido, a situação dos transgêneros é ainda mais alarmante, uma vez que seus direitos são violados de maneira ainda mais severa perante a estrutura prisional binária, a superlotação, a escassez de profissionais na área, o aumento dos índices de violência sexual e a falta de

atendimento adequado à saúde.

Nas penitenciárias brasileiras, as pessoas Trans enfrentam diversos problemas, começando pela deficiência estrutural das instalações das unidades, nas quais se encontram totalmente vulneráveis e desprotegidas, expostas a várias situações de risco, tais como abusos sexuais, espancamentos e outras formas de agressão e humilhação. Além disso, há violações à sua dignidade quando têm seus cabelos cortados, não têm seus nomes sociais reconhecidos e, assim, são impedidas de expressar suas identidades de gênero plenamente (SOUZA, 2016).

A Lei de Execução Penal, estabelecida pela Lei nº. 8.072/ 90 traz em seus artigos 40 e 41 a obrigação de respeitar a integridade física e moral das pessoas condenadas e presas provisoriamente. Esses direitos supostamente são violados quando ocorre a colocação de detentos (as) da população LGBTQIA+ em cela conjunta com outros presos, já que é evidente a incidência de vários tipos de maus-tratos no país.

Segundo Benevides (2023), travestis e mulheres transexuais se deparam com diferentes obstáculos no sistema prisional, como a falta de infraestrutura adequada nas unidades, à desvalorização de seus corpos e vivências, a dificuldade em realizar atividades que possibilitem a redução da pena ou a participação em atividades educacionais e culturais, além da alta incidência de desconhecimento ou não cumprimento dos mecanismos legais que estabelecem critérios para a promoção dos direitos humanos. Além disso, essas pessoas enfrentam desafios para preservar sua humanidade, como a afirmação de sua identidade de gênero, o cuidado com a saúde, a administração de relacionamentos afetivos e transtornos de saúde mental, como a depressão e a ansiedade.

Dessa maneira, pode-se constatar que a validação da orientação sexual e da identidade de gênero está nas mãos de terceiros. Além disso, embora as alas LGBT sejam relevantes, elas são emergenciais e não devem, isoladamente, ser consideradas como uma política eficiente na salvaguarda dessas pessoas. Por não estarem amparadas por lei, é comum que mulheres trans e travestis sejam alocadas em celas masculinas, especialmente em cidades de menor porte (NASCIMENTO, 2020).

Dessa forma, essa concepção, além de preconceituosa, nega a identidade de gênero das mulheres trans e travestis:

A ideia de que elas poderiam vir a estuprar ou engravidar outras mulheres se constitui como o argumento central dessa regra, que, além de tudo, é não apenas biologicista como também heteronormativa: opera com a noção de que pessoas com pênis invariavelmente o utilizariam em uma relação sexual com pessoas com vaginas, ignorando que as mulheres transexuais e travestis são mulheres e, como tais, são, em sua maioria, heterossexuais – isto é, se sentem atraídas por homens grande parte das vezes. Há uma dupla negação: da identidade de gênero (como se “no fundo” elas continuassem sendo homens ao terem um pênis) e da orientação sexual (sendo consideradas homens pela genitália que possuem, há a ideia de que não deixariam de transar com outras mulheres, ainda que saibamos que grande parte delas é heterossexual). As prisões, diante desse quadro teórico de referência, tomam a decisão de prender as pessoas a partir da percepção que seus agentes possuem sobre a genitália da pessoa presa e raramente levam em consideração a autodeterminação da pessoa em termos de identidade de gênero (SANTOS, 2020, p.36 -93).

A dignidade da pessoa humana é um princípio fundamental estabelecido no art. 1º, III da Constituição Federal de 1988. As ações do Estado e da sociedade devem estar pautadas nesse princípio, garantindo que cada indivíduo seja tratado com respeito e justiça, sem discriminação ou preconceitos (ALENCAR, 2023).

Para Sarlet (2011), a dignidade humana insere-se como conjunto de direitos e deveres fundamentais, prevenindo que as pessoas tenham qualquer ato de cunho degradante e desumano, e garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável.

Segundo Alencar (2023), o sistema prisional brasileiro enfrenta uma série de desafios e violações em relação ao princípio da dignidade humana, entre elas as superlotações, condições precárias, violência, falta de serviços básicos e prisões provisórias prolongadas, violando assim o princípio da presunção de inocência. Em relação à população trans no complexo penitenciário, é necessário incorporar medidas e soluções que promovam a inclusão, o respeito aos direitos humanos e a proteção das pessoas detidas.

De acordo com Santos (2023), algumas das medidas que devem ser incorporadas: políticas que proíbam a discriminação, garantindo a igualdade de tratamento para todas as pessoas detidas, incluindo as trans; agentes penitenciários capacitados sobre questões de gênero, identidade e diversidade sexual, para a garantia de um tratamento sensível e respeitoso.

Conforme ressalta Alencar (2023), os alojamentos devem estar em conformidade com a identidade de gênero, considerando as próprias escolhas e segurança, evitando a segregação e o isolamento forçado, garantindo que as necessidades sejam atendidas adequadamente; assim como, prevenção e proteção criando espaços seguros, monitoramento adequado, ações disciplinares contra agressores e a promoção de uma cultura de respeito.

Em relação à saúde e reintegração social para a população carcerária, Santos (2023) aduz:

Acesso a cuidados de saúde adequados: É fundamental garantir que as pessoas trans tenham acesso a cuidados médicos adequados dentro do sistema prisional. Isso inclui acesso a tratamentos hormonais, cuidados de saúde específicos para a população trans, como atendimento psicológico especializado, e tratamento justo e igualitário para condições médicas relacionadas à sua identidade de gênero. Reintegração social: É fundamental fornecer programas de reabilitação, educação e treinamento profissional adequados para ajudar as pessoas trans a se reintegrarem à sociedade após o cumprimento da pena. Isso inclui oportunidades de emprego, acesso à educação formal e apoio na reconstrução de suas vidas (SANTOS, 2023, p. 20).

Além dessas ações, é importante que haja uma nova perspectiva, envolvendo organizações da sociedade, dos direitos humanos e especialistas na área, a fim de assegurar a efetiva promoção da dignidade da pessoa humana, incluindo um olhar mais atento as pessoas transgêneros. É de extrema relevância que o Estado e os agentes estejam engajados e comprometidos em garantir a

proteção dos direitos dos presos transgêneros, promovendo um ambiente prisional seguro e inclusivo (ALENCAR, 2023).

5. Considerações Finais

É evidente que a luta pelo reconhecimento da identidade de gênero tem se fortalecido consideravelmente. A temática abordada neste artigo suscita reflexões sobre a configuração e a efetivação dos direitos fundamentais constitucionalizados, em especial o princípio da dignidade da pessoa humana. Portanto, é necessário assegurar à pessoa transgênero o exercício pleno de sua verdadeira identidade de gênero.

Em relação a população transgênero, vemos uma situação vulnerável de exclusão na sociedade, e para desenvolver soluções que sejam positivas, na realidade desse grupo de pessoas, é necessário que as políticas públicas sejam planejadas de forma estratégica e articulada. É essencial estimular a visibilidade das pessoas trans como uma forma de enfrentar o preconceito enraizado na sociedade e também presente nas instituições penitenciárias.

Além dos desafios enfrentados por todos os reclusos, a comunidade trans enfrenta consequências específicas e desafiadoras dentro do ambiente prisional. Algumas dessas consequências englobam o perigo de violência física e sexual, dado que as pessoas trans frequentemente estão mais suscetíveis a episódios de violência desse tipo nos presídios. Elas se tornam alvo de agressões, abusos e assédio, tanto por parte de outros detentos como também por funcionários penitenciários. A falta de proteção adequada amplifica esses riscos, contribuindo para a violação de sua integridade física e psicológica.

Incentivam-se futuras pesquisas que aprofundem a análise do reconhecimento da identidade de gênero no sistema prisional, promovendo políticas públicas e leis que garantam a inclusão e proteção das pessoas trans, conscientizando cada dia mais a sociedade sobre a importância da igualdade de direitos e oportunidades para todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero. Também, é importante que o Estado fomente e invista nas políticas públicas de prevenção ao crime, gerando mais incentivos à educação, à cultura e ao esporte, para que possa minimizar a criminalidade e o encarceramento.

Referências

ALENCAR, Ruth Hellen Alves; SANTOS, Thalisson Martins dos. **Identidade de gênero no sistema prisional**, 2023. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/35387>. Acesso em: 20 out. 2023.

ANDRADE, Mariana Dionísio de; CARTAXO, Marina Andrade; CORREIA, Daniel Camurça. **Representações sociais no sistema de justiça criminal: proteção normativa e políticas públicas para o apenado LGBT**. Revista Brasileira de Políticas Públicas, Brasília, v. 8, nº 1, 2018, p.494-513. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/5092/3709>. Acesso em: 20out. 2023.

BENEVIDES, Bruna G.. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022** / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. 109p. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília,DF, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 25out. 2023.

BRASIL, **Lei N. 8.072, de 25 de julho de 1990**. Lei dos crimes hediondos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8072.htm. Acesso em: 03 nov.2023.

BRASIL. **Manual Resolução n. 348/2020: Procedimentos relativos a pessoas LGBTI acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade**. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2021. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/06/manual_resolucao348_LGBTI.pdf. Acesso em: 02 nov. 2023.

BRASIL. **Provimento nº 73 de 28 de junho de 2018. Dispõe sobre a averbação da alteração doprenome e do gênero de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 jun. 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/cnj-regulamenta-alteracoes-nome-sexo.pdf>. Acesso em: 25 out. 2023.

BRASIL. **Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceitode raça ou cor. Diário Oficial da União, Brasília, 6 jan. 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716compilado.htm. Acesso em: 02 nov. 2023.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal. Notícias do STF enquadram homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa 2019**. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>. Acesso em: 29 out. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. Resolução Conjunta nº 1, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/pt->

br/composicao/cnrcp/resolucoes/2014/resolucao-conjunta-no-1-de-15-de-abril-de-2014.pdf/view. Acesso em: 20 out. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir, nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramalhete, Petrópolis/ RJ: Vozes, 2014 20ª edição, p.283. Disponível em: https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/centrocultural/foucault_vigiar_punir.pdf. Acesso em: 29 out. 2023.

NADAL, Fabiana et al. **Os direitos humanos da mulher Trans em situação de privação de liberdade**. v. 2 n. 1, 2023: Revista Gestão & Saberes P.1-16. Disponível em: <https://revistaonline.fasf.com.br/index.php/gestaoesaberes/article/view/44/10>. Acesso em: 20out. 2023.

NASCIMENTO, Arles Monaliza Rodrigues. **Narrativas sobre transfobia no cárcere por mulheres transgênero: “a prisão não são as grades e a liberdade não é a rua”**. 102 f.; il. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/38083/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Arles%20Monaliza%20Rodrigues%20Nascimento.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

OLIVEIRA, Regina Pimentel Holanda de; **Transgêneros no cárcere: Uma luta incansável contra o preconceito no sistema prisional brasileiro, 2022**. Disponível em: <http://repositorio.unis.edu.br/handle/prefix/2464>. Acesso em: 02 nov. 2023.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. 7. Ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2014. Disponível em: <http://pergamum.ifsp.edu.br/pergamumweb/vinculos/000044/000044dd.pdf>. Acesso em: 20out. 2023.

RODRIGUES, Livia. Chemp.; BOTELHO, Daniela. Garcia. **Transgêneros e o sistema prisional brasileiro**. Revista Ibero- Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 8, n. 11, p. 2813–2836, 2022. DOI: 10.51891/rease.v8i11.7880. Disponível em: <https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/view/7880>. Acesso em: 2 nov. 2023.

SANTANA, Paula Santos Sampaio. **A transgeneridade e o binário de gênero no sistema carcerário brasileiro**. 2016. 73 f., il. Trabalho de conclusão de curso Bacharelado em Direito. Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/16746>. Acesso em: 15 out. 2023.

SANTOS, Kalyne Alves Andrade. **O lugar da mulher trans no cárcere**. Dissertação de Mestrado de Direito, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 164 f. 2020. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/13611>. Acesso em: 30 out. 2023.

SANTOS, Thalisson Martins dos; ALENCAR, Ruth Hellen Alves. **Identidade de gênero no sistema prisional, 2023**. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/35387>. Acesso em: 20 out. 2023.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e Direitos Fundamentais na Constituição federal de 1988**. 9. Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011. Disponível em: https://lotuspsicanalise.com.br/biblioteca/Ingo_W._Sarlet_Dignidade_da_Pessoa_Humana_e_Direitos_Fundamentais.pdf. Acesso em: 29 out.2023.

SOUZA, Bruna Calderaro De.; GOMES, Ferreira; Guilherme. **Execução Penal e População de Travestis e Mulheres Transexuais: o caso do presídio central de Porto Alegre**. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, [S. l.], v. 2, n. 1, 2016. DOI: 10.9771/cgd.v2i1.17629. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/17629>. Acesso em: 4 nov. 2023

YOGYAKARTA – **Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero**, 09 de nov. p.1-37. 2006. Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em: 01 nov. 2023.

Estado Nutricional e Aceitabilidade Alimentar de Pacientes no Ambiente Hospitalar: Uma revisão de literatura

Millena Angel Silva Rodrigues

Mestranda em Saúde e Ambiente (UNIT). Graduada em Nutrição pela Universidade Tiradentes, Graduada em Educação Física Bacharelado pela Universidade Federal de Sergipe. Pós - Graduada em Nutrição e Saúde da Mulher (INADES). Pós - Graduada em Nutrição Funcional e Fitoterápica (INADES). Atuou como voluntária na coleta de dados do Programa de Pós- Graduação em Saúde e Meio Ambiente (2022/2023). Estagiária do Hospital de Urgência e Emergência de Sergipe - HUSE (2022), membro efetivo como ligante e posteriormente presidente da Liga Acadêmica de Bioquímica (LABIN 2020 - 2022), monitora da disciplina de Avaliação e Semiologia (2021), mentora no Projeto de Extensão Mentoria - UNIT (2021-2022), Estagiária no Projeto Mexa-se UNIT - (2020), Bolsista voluntária de Iniciação Científica - PIBIC/UFS (2021/2022), voluntária da Sociedade Vegetariana Brasileira - SVB (2021-2023), Bolsista Remunerada de Iniciação Científica no Projeto Academia e Futebol - FAPESU/UFS (2021/2023), Atualmente pesquisadora do Laboratório de Biociências e Motricidade Humana - UNIT na linha de pesquisa Câncer e Exercício (2024), possui nível B2 avançado em espanhol pela Universidade Tiradentes (2021-2022).

Lourdes Maria Rodrigues Dantas

Estudante de nutrição do centro universitário de Sergipe;participou como acadêmica do programa crn5 acadêmico;da monitoria da disciplina nutrição clínica e dietoterapia para o sistema digestório;do projeto de extensão;da implementação do Instrutivo para o manejo da obesidade na prática clínica de ambulatório de Nutrição,também ajudou no evento do bem viver promovido pelo crn5; atualmente ajuda ao desenvolvimento na pesquisa do país sendo voluntária do nutri Net

Maxsuell Aquiles

Maxsuell Aquiles Information Technology | Designer | Software Engineer | Cyber security Hello, I'm Max. I'm a student of Graphic Design, programming and hacking. Aracaju, Sergipe, Brazil Summary Olá! Sou Max, e estou imerso no mundo do Design Gráfico, programação e hacking. Sempre fui apaixonado por criar e entender como as coisas funcionam, e é exatamente isso que me impulsiona. No design, busco transformar ideias em visuais marcantes; na programação, me empolgo em resolver problemas e construir sistemas; e no hacking, adoro explorar e aprender mais sobre segurança digital. Estou constantemente em busca de novos desafios e oportunidades para crescer e inovar. Se você também é apaixonado por tecnologia e design, vamos trocar ideias! --- Hello! I'm Max, and I'm immersed in the world of Graphic Design, programming and hacking. I've always been passionate about creating and understanding how things work, and that's exactly what drives me. In design, I seek to transform ideas into striking visuals; in programming, I get excited about solving problems and building systems; and hacking, I love exploring and learning more about digital security. I am constantly looking for new challenges and opportunities to grow and innovate. If you are also passionate about technology and design, let's exchange ideas! Experience Start Digital Company Estagiário de design gráfico February 2024 - Present (1 year) Aracaju, Sergipe, Brasil Working as graphic design for visual identity, social media posts and UX/UI. Page 1 of 2 Sociedade Vegetariana Brasileira - SVB Voluntário July 2024 - September 2024 (3 months) Atuei como voluntário na ONG Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB), onde contribuí de forma ativa na gestão dos meios de comunicação digitais, incluindo a criação e publicação de conteúdo para redes sociais, além de apoiar no planejamento e organização de eventos. Minha participação envolveu desde a divulgação estratégica até o suporte logístico, sempre com foco em promover os valores e objetivos da instituição.

Emanuel Lucas Costa Calado

Bacharel em Design Gráfico pela Faculdade Maurício de Nassau – Maceió (2015) e especialista em Design Editorial pelo Instituto Brasileiro de Tecnologia – Recife (2019). Atualmente, é graduando em Nutrição pela Faculdade Estácio – Alagoas. Possui ampla experiência nas áreas de marketing e design editorial, tendo atuado como Diretor de Marketing da rede de franquias do Instituto Brasileiro de Línguas (2017–2023) e colaborado com instituições de ensino de referência em Alagoas, como o Espaço Educar. Atualmente, é proprietário da gráfica Graffix, situada em Maceió. Em 2019, participou do programa de intercâmbio voluntário The Andes Way, realizado em Córdoba, Argentina, voltado para o desenvolvimento da SDG 17 (Parcerias para as Metas) da ONU, promovendo a cooperação global para o desenvolvimento sustentável. Na área acadêmica em Nutrição, integrou o programa de extensão Padrinho Veterano (2022), atuou como monitor da disciplina Nutrição Humana (2024) e atualmente exerce o cargo de Diretor de Marketing e Comunicação da Liga Acadêmica de Nutrição em Doenças Crônicas (LANDC).

Luana Polito

Nutricionista graduada pela Universidade Tiradentes (UNIT), com experiência acadêmica e formação complementar voltadas para nutrição clínica, saúde materno infantil e alimentação funcional. Durante a graduação, desenvolveu pesquisa sobre o impacto da cirurgia bariátrica na fertilidade e nas necessidades nutricionais durante a gestação, sob orientação de Tatiana Maria Palmeira dos Santos. Aprimorei minha formação por meio de cursos de curta duração em áreas como alimentação infantil, alimentos funcionais, benefícios do ômega-3, amamentação e práticas sustentáveis em unidades de alimentação. Além disso, participei de eventos acadêmicos, simpósios e jornadas relacionados à nutrição clínica e funcional, com foco no atendimento nutricional em contextos desafiadores, como a pandemia de COVID-19. Tenho especial interesse por estratégias nutricionais voltadas à promoção da saúde, destacando-se pelo compromisso

com o aprimoramento contínuo e a atuação ética e multidisciplinar.

Gabriela Mendonça Moraes Sant'Anna

Acadêmica de Medicina do 9 período

Wagner Henrique Santos Batista

WAGNER HENRIQUE SANTOS BATISTA Meu nome é Henrique, tenho 23 anos e sou estudante de medicina. Amo a medicina e encontro nela um sentido profundo para a minha existência. Acredito que, através dessa profissão, posso impactar positivamente a vida das pessoas e contribuir significativamente para o bem-estar da sociedade. Tenho um grande interesse em áreas extracurriculares, como monitorias, pesquisas e publicações, o que demonstra meu compromisso contínuo com o crescimento acadêmico e profissional. Sou extremamente proativo e capaz, dedicando minha vida exclusivamente à faculdade. Sou metódico, organizado e carismático, qualidades que me tornam um excelente colaborador em trabalhos em equipe. Admiro profundamente meus professores, que são fontes inesgotáveis de conhecimento e inspiração. Valorizo seguir regras e considero a pontualidade um valor essencial. Tenho uma habilidade notável em interagir com pessoas de diferentes cursos e classes sociais, o que amplia minha capacidade de comunicação e empatia. Além disso, gosto muito de ler e estudar, atividades que enriquecem meu perfil acadêmico. Tenho proficiência em ferramentas online, criação de artes gráficas e textos, habilidades que desenvolvi ao fazer um curso de marketing digital. Sou eficiente na execução de diversas tarefas e tenho uma aptidão especial para ensinar os outros o que sei. Minha dedicação, organização e habilidades sociais me destacam tanto no ambiente acadêmico quanto no extracurricular. Estou comprometido em usar essas qualidades para fazer a diferença na medicina e na vida das pessoas ao meu redor.

Resumo

RESUMO O estado nutricional de pacientes hospitalizados é um indicador essencial da recuperação e saúde geral. A alimentação adequada é fundamental para a manutenção das funções do organismo, fortalecimento do sistema imunológico e recuperação pós-operatória. No entanto, a aceitabilidade alimentar que envolve as preferências e a aceitação dos alimentos pelos pacientes pode influenciar significativamente a ingestão alimentar e, portanto, o estado nutricional. Diversos fatores afetam a aceitabilidade alimentar no ambiente hospitalar, como alterações no paladar devido a doenças e tratamentos (como quimioterapia), medicações e a qualidade sensorial dos alimentos oferecidos. Além disso, questões culturais, emocionais e psicológicas também desempenham um papel importante nas escolhas alimentares dos pacientes. A falta de aceitação dos alimentos hospitalares pode levar à desnutrição, um problema comum, principalmente em pacientes internados por longos períodos ou com doenças crônicas. A revisão de literatura aponta que o monitoramento contínuo do estado nutricional e a avaliação das preferências alimentares dos pacientes são cruciais para prevenir e tratar a desnutrição. Intervenções nutricionais personalizadas, que considerem tanto as necessidades fisiológicas quanto as preferências alimentares dos pacientes, podem melhorar a aceitação e ingestão de alimentos, favorecendo uma recuperação mais eficaz. Portanto, a gestão nutricional no ambiente hospitalar deve ser integrada, buscando otimizar a alimentação de maneira que atenda às necessidades fisiológicas e preferências individuais dos pacientes, contribuindo para sua recuperação.

Palavras-Chave: Palavras-chave: Alimentação coletiva; Indicadores do Estado Nutricional; Pacientes Internados.

Abstract

ABSTRACT The nutritional status of hospitalized patients is an essential indicator of recovery and general health. Adequate nutrition is essential for maintaining the body's functions, strengthening the immune system and post-operative recovery. However, food acceptability, which involves patients' preferences and acceptance of food, can significantly influence food intake and therefore nutritional status. Several factors affect food acceptability in the hospital environment, such as

changes in taste due to illnesses and treatments (such as chemotherapy), medications and the sensory quality of the food on offer. In addition, cultural, emotional and psychological issues also play an important role in patients' food choices. Lack of acceptance of hospital food can lead to malnutrition, a common problem, especially in patients hospitalized for long periods or with chronic illnesses. The literature review points out that continuous monitoring of nutritional status and assessment of patients' food preferences are crucial to preventing and treating malnutrition. Personalized nutritional interventions, which consider both the physiological needs and food preferences of patients, can improve food acceptance and intake, favoring a more effective recovery. Therefore, nutritional management in the hospital environment must be integrated, seeking to optimize food in a way that meets patients' physiological needs and individual preferences, contributing to their recovery.

Keywords: *Keywords: Collective feeding; Nutritional Status Indicators; Inpatients.*

1. INTRODUÇÃO

Segundo Toledo *et al.*, 2018, no estudo “Campanha ‘Diga não à desnutrição’: 11 passos importantes para combater a desnutrição hospitalar”, complementa os estudos encontrados na literatura ao destacar a importância de indicadores hospitalares na gestão nutricional e na melhoria da aceitação alimentar. A implementação de indicadores de qualidade, como o controle da temperatura e do sabor dos alimentos, que influenciam diretamente na adesão dos pacientes às refeições, é um passo fundamental na campanha para combater a desnutrição hospitalar.

Além disso, a personalização das dietas, levando em consideração as características sensoriais dos alimentos, como aroma, cor e textura, como sugerido por Venancio *et al.* 2022. Juntos, esses elementos reforçam a necessidade de uma abordagem interdisciplinar e personalizada, com a utilização de indicadores de qualidade que promovam uma alimentação mais aceitável e nutritiva para os pacientes hospitalizados.

A oferta de diferentes tipos de dietas no ambiente hospitalar desempenha um papel essencial na aceitação alimentar e na satisfação dos pacientes internados (Brito *et al.*, 2019). Em uma análise de instituições hospitalares, foi possível observar variações na aceitação das dietas de acordo com suas características e propósitos. Estudos apontam que as aplicações de ferramentas da gastronomia hospitalar melhoram os aspectos sensoriais das dietas e influenciam positivamente na aceitabilidade, pois as tornam mais atrativas ao paladar.

Logo, para que se tenha melhores resultados, é importante promover a capacitação dos colaboradores dos Serviços de Nutrição e Dietética, bem como a inserção de chefs de cozinha na equipe multiprofissional, aporte de utensílios adequados e planejamento de cardápios. Além da monitoração da aceitabilidade das dietas hospitalares, a fim de promover intervenções visando auxiliar na recuperação ou manutenção do estado nutricional dos pacientes (Pereira e Moraes, 2023).

Esta revisão de literatura tem como objetivo analisar as possíveis causas da insatisfação alimentar nos hospitais e propor soluções tanto para gestores quanto para nutricionistas, com o intuito de oferecer cardápios que atendam ao gosto dos pacientes, priorizando sabor, qualidade e estratégias para aumentar a aceitação. Experiências bem-sucedidas em diferentes regiões do país demonstram que essas ações podem melhorar o estado nutricional dos pacientes, destacando a importância de uma alimentação adequada.

Espera-se que essa temática desperte o interesse de nutricionistas atuantes na área hospitalar, incentivando o desenvolvimento de novos estudos que reformulam a visão sobre as refeições hospitalares. Dessa forma, o prazer de viver pode se alinhar ao prazer de comer, refletido em cada alimento presente no cardápio hospitalar.

2. Qualidade da dieta ofertada nos hospitais

A relação entre as dietas ofertadas e a percepção dos pacientes em instituições hospitalares evidencia a importância da qualidade do serviço para a aceitação alimentar (Alves *et al.*, 2021). A maioria dos pacientes avaliam positivamente a qualidade das refeições, reforçando a importância do acolhimento e o cumprimento dos princípios da Política Nacional de Humanização (Poletti, 2021). A produção de cardápios personalizados demonstra que a qualidade é um fator essencial para a boa aceitabilidade, com destaque para uma maior aceitação de pequenas refeições em comparação com refeições maiores, especialmente em horários como a ceia (Giacon e Braga, 2024).

Além de definir as dietas adequadas a cada paciente, é crucial avaliar os alimentos que compõem essas dietas. Pesquisas realizadas em serviços de alimentação hospitalar destacaram estratégias para tornar as refeições mais atrativas, como a substituição de alimentos dentro do mesmo grupo para ampliar a variedade (Silva, 2023). No prato principal, temperos como alho, cebola e orégano foram utilizados para realçar o sabor. Já no preparo do quiabo, cortes em rodela e o controle do tempo de cozimento evitaram a formação de gel, favorecendo a aceitação. Cortes diferenciados de frutas, como a melancia servida em cubos, também contribuíram para maior aprovação por parte dos pacientes.

3. Comparação da Aceitabilidade Alimentar entre Hospitais de Diferentes Regiões

Em diferentes hospitais, foi observada uma variação significativa na aceitação das refeições pelos pacientes. Em um estudo realizado, foi identificado um alto índice de insatisfação alimentar, com muitos pacientes não consumindo a refeição completa ou sequer iniciando a ingestão dos alimentos oferecidos (Pires *et al.*, 2024). Entre os principais motivos para a insatisfação estavam o desejo por alimentos diferentes dos observados, a quantidade inadequada, a forma de cocção não agradando, a aversão à comida hospitalar, a inadequação das refeições à condição clínica dos pacientes e a falta de interesse por outros tipos de alimentos (Espilma Pires *et al.*, 2024).

Em outro estudo, 70% dos pacientes consideraram a dieta um fator relevante, e 41,5% apontaram a alimentação como o fator mais influente na aceitação das dietas. Para mitigar esses problemas, estratégias como a adequação do fracionamento das refeições, melhorias nos horários de distribuição e a modernização dos serviços de alimentação foram implementadas (Figueiredo *et al.*, 2023). Além disso, a terceirização dos serviços de alimentação foi sugerida como uma solução para melhorar aspectos como temperatura e pontualidade, o que pode impactar positivamente a aceitação das dietas.

4. Conhecimento do Paciente sobre a Dieta Recebida

A educação alimentar e nutricional desempenha um papel crucial na promoção da saúde, fornecendo informações seguras sobre os alimentos que devem ser consumidos. Isso é especialmente importante para pacientes com doenças renais, como observado em uma instituição de ensino superior, onde a educação nutricional foi utilizada para ajudar os pacientes a compreender a doença e como a alimentação pode contribuir para seu tratamento (Silva *et al.*, 2025). Diversos aspectos influenciam essa aceitação, como a qualidade e apresentação das refeições, a variedade e sabor dos alimentos, e a adequação nutricional das dietas às necessidades clínicas específicas de cada paciente (Farias *et al.*, 2025).

A qualidade do serviço prestado é um fator essencial para a boa aceitação das dietas, sendo classificada como positiva por uma parte significativa dos pacientes em outra análise hospitalar. Nesse contexto, utilizar receitas adaptadas e atrativas pode ser uma estratégia eficaz para melhorar a aceitação alimentar, especialmente para pacientes renais e oncológicos no pós-alta (Consoli *et al.*, 2025).

5. MÉTODO

Para o desenvolvimento do projeto, foi realizada uma revisão de literatura com o objetivo de explorar como a aceitabilidade influencia o estado nutricional de pessoas com câncer e doença renal. Foram utilizadas como referências livros e artigos científicos extraídos das bases de dados LILACS, Google Acadêmico e PubMed, abrangendo o período de publicação entre 2017 e 2025. As palavras-chave utilizadas na busca foram: “aceitabilidade”, “gastronomia hospitalar” e “dieta hospitalar”. Na análise, os artigos foram inicialmente separados e posteriormente relacionados às dietas de pacientes hospitalizados. No entanto, a busca por informações apresentou alta dificuldade devido à escassez de estudos recentes sobre a temática da aceitabilidade em ambiente hospitalar, o que evidenciou a limitada disponibilidade de artigos científicos nessa área.

6. RESULTADOS

Os resultados apresentados indicam que a aceitabilidade das dietas varia significativamente entre diferentes instituições hospitalares. Nesse contexto, segundo Steffler et al. (2025), o menu oferecido desempenha um papel crucial ao aumentar a aceitação alimentar dos pacientes hospitalizados, além de impactar questões emocionais relacionadas à alimentação. Essa variação na aceitabilidade pode ser explicada, em parte, pelas características da doença renal, que frequentemente envolvem dificuldades alimentares devido às restrições dietéticas impostas pelos protocolos hospitalares. A dieta hipossódica, por exemplo, emerge como um fator crítico na aceitação alimentar, conforme apontado Aguiar *et al.*, 2024, que destaca a resistência dos pacientes em aderir a essa dieta.

Além disso, uma estratégia eficaz observada nos hospitais é o fracionamento das dietas, que visa melhorar a aceitação das refeições, especialmente quando combinado com ajustes nos horários de distribuição e a modernização dos serviços, por meio da terceirização (Oliveira *et al.*, 2025). Essas medidas ajudaram a melhorar a temperatura e o horário das refeições, com destaque para a maior aceitação das ceias em comparação às refeições maiores.

Embora o Hospital Universitário da UFPI tenha apresentado boa adesão alimentar, a situação foi bem diferente no hospital de Sohag, no Egito, onde a insatisfação alimentar foi elevada. Apenas 26,1% dos pacientes ingeriram toda a refeição oferecida, 34,7% consumiram parte da refeição, e 39,2% não consumiram nada (Ribeiro *et al.*, 2022). Esse cenário evidencia a importância de se considerar o contexto cultural, logístico e estrutural ao abordar a aceitabilidade alimentar.

A desnutrição hospitalar, conforme estudos de continua sendo um desafio crítico, com um impacto significativo na recuperação dos pacientes e no aumento dos períodos de hospitalização (Souza *et al.*, 2023). O índice de desnutrição severa de 16,2%, apontado pelo Ibranutri, reforça a necessidade de se adotar estratégias que associam a aceitabilidade das dietas ao estado nutricional do paciente (Costa *et al.*, 2024).

Dessa forma, fica claro que a aceitabilidade alimentar nos hospitais está intimamente ligada a diversos fatores, como o perfil clínico dos pacientes, as estratégias de gestão adotadas e a personalização das dietas (Aline Stangherlin Martins, 2024). A implementação de programas educacionais, a adaptação das dietas às necessidades específicas de cada paciente e a melhoria nas condições logísticas são ações essenciais para garantir uma melhor experiência alimentar e, consequentemente, uma recuperação mais rápida e eficaz (Freitas *et al.*, 2023).

7. CONCLUSÃO

A adequação das dietas às necessidades individuais dos pacientes é um ponto crucial para o sucesso do tratamento nutricional em hospitais. O ambiente hospitalar impõe desafios significativos para a alimentação, como restrições dietéticas, mudanças nas preferências alimentares e, muitas vezes, a falta de apetite devido ao estado clínico do paciente. Esses fatores podem prejudicar a aceitação das dietas oferecidas, resultando em consequências negativas, como desnutrição

hospitalar e maior tempo de internação. Por isso, é essencial que as instituições de saúde adotem uma abordagem personalizada, que leve em consideração tanto as condições clínicas dos pacientes quanto suas preferências alimentares.

Estudos recentes indicam que a aceitação das dietas está intimamente ligada ao ajuste desses fatores. Quando as refeições são planejadas de forma a atender às necessidades nutricionais específicas de cada paciente e, ao mesmo tempo, respeitar suas preferências alimentares e culturais, a adesão às dietas tende a aumentar, contribuindo para uma recuperação mais rápida e eficaz. Além disso, os fatores sensoriais, como sabor, temperatura, textura e apresentação dos alimentos, desempenham um papel fundamental na aceitação das refeições, como apontado por diversas pesquisas. Por exemplo, a dieta branda, mesmo sendo hipossódica, é frequentemente preferida por pacientes devido à sua adequação ao paladar e ao trato digestivo mais sensível.

Dessa forma, a personalização das dietas hospitalares não deve ser vista apenas como uma questão de atender às prescrições médicas e nutricionais, mas também como uma estratégia para melhorar a experiência do paciente no ambiente hospitalar. Isso inclui a consideração de aspectos emocionais, culturais e até mesmo psicológicos dos pacientes, que influenciam diretamente sua relação com a comida. Portanto, é imperativo que hospitais e equipes de saúde integrem essas informações nas práticas diárias de planejamento nutricional, promovendo uma alimentação mais aceitável e benéfica para os pacientes, além de fortalecer o vínculo entre a equipe médica e os pacientes, contribuindo para um ambiente mais acolhedor e saudável.

Em conclusão, a oferta de dietas adaptadas e bem planejadas, que considerem as particularidades de cada paciente, tem um impacto direto não apenas na aceitação alimentar, mas também na recuperação clínica e no bem-estar geral dos pacientes hospitalizados. O sucesso dessa abordagem depende da colaboração interdisciplinar e da contínua avaliação dos resultados, visando sempre à otimização do cuidado nutricional e à melhoria da qualidade de vida dos pacientes internados.

Gestão escolar e ambiente e-learning como facilitador do ensino-aprendizagem

ADRIANA SCALCON

Possui Graduação em PEDAGOGIA realizado pelo(a) FACULDADES INTEGRADAS DE ARIQUEMES e Ensino médio realizado pelo(a) EEEFM RICARDO CANTANHEDE. Possui Especialização em Pedagogia gestora: administração, orientação e supervisão escolar realizado pelo(a) CELER FACULDADES , Mestrado em ENSINO-APRENDIZAGEM realizado pelo(a) , Extensão em POLITICA PÚBLICAS E EDUCAÇÃO INCLUSIVA realizado pelo(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Extensão em GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇA EM EQUIPE realizado pelo(a) SEBRAE, Extensão em EMPRETEC realizado pelo(a) SEBRAE , Extensão em CHEFIA E LIDERANÇA realizado pelo(a) SEBRAE, Extensão em RELAÇÕES HUMANAS NO TRABALHO realizado pelo(a) SEBRAE, Extensão em FORMAÇÃO CONTINUADA PARA EDUCAÇÃO INFANTIL realizado pelo(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Extensão em FORMAÇÃO CONTINUADA PARA EDUCAÇÃO INFANTIL realizado pelo(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Extensão em FORMAÇÃO CONTINUADA PARA EDUCAÇÃO INFANTIL realizado pelo(a) SEC

Resumo

O artigo teve como objetivo refletir sobre o papel do gestor no ambiente de aprendizagem e-learning, entender como o gestor educacional pode facilitar o processo de ensino-aprendizagem, e identificar os desafios enfrentados e as possibilidades dentro desse contexto, pois é ele quem irá decidir sobre ambientes e-learning a serem utilizados pelos professores e estudantes. As pesquisas revelaram que o trabalho do gestor não se limita a funções administrativas, mas também pode colaborar com os educadores para apoiar a ampliação do conhecimento. Com dedicação, diálogo e envolvimento nas práticas pedagógicas, o gestor pode criar metodologias eficazes para o aprendizado dos alunos. A equipe gestora influencia e facilita esse processo, definindo a função social, política e técnica da escola contemporânea. Portanto, gestores educacionais e demais profissionais da educação, devem estar em constante formação, conscientes de sua missão na formação de outras pessoas. O estudo foi realizado em forma de pesquisa bibliográfica, onde foi explorado vários autores. Tratou no primeiro momento sobre e-learning, visto como uma solução eficaz para vencer os desafios de tempo, deslocamento e limitações de espaço físico, em seguida tratou sobre o papel do gestor educacional nos ambientes de aprendizagem e-learning.

Palavras-Chave: Gestor. Aprendizagem. E-learning. Ambiente.

Abstract

The article aimed to reflect on the role of the manager in the e-learning environment, understand how the educational manager can facilitate the teaching-learning process, and identify the challenges faced and the possibilities within this context, as he is the one who will decide on e-learning environments to be used by teachers and students. Research revealed that the manager's work is not limited to administrative functions, but can also collaborate with educators to support the expansion of knowledge. With dedication, dialogue and involvement in pedagogical practices, the manager can create effective methodologies for student learning. The management team influences and facilitates this process, defining the social, political and technical function of the contemporary school. Therefore, educational managers and other education professionals must be in constant training, aware of their mission in training other people. The study was carried out in the form of bibliographical research, where several authors were explored. It first dealt with e-learning, seen as an effective solution to overcome the challenges of time, travel and physical space limitations, then it discussed the role of the educational manager in e-learning environments.

Keywords: Manager. Learning. E-learning. Environment.

1 Introdução

O presente artigo terá como propósito discorrer através de pesquisa científica sobre o papel do gestor educacional e o ambiente e-learning, que coincide com os avanços tecnológicos que nos capacitam a reimaginar o ensino, o ambiente de aprendizagem, os recursos didáticos e até mesmo os papéis desempenhados por estudantes, professores e gestores.

O e-learning, ao eliminar as barreiras de espaço e tempo, pode se tornar uma ferramenta poderosa promotora da mobilidade e a dimensão europeia no Ensino Superior. Sendo um processo de aprendizagem mediado por ambientes digitais e em rede, o e-learning ganha ainda mais relevância no contexto atual.

O e-learning é uma modalidade de instrução que oferece aos alunos um novo conceito para aprimorar seus conhecimentos através da autoaprendizagem, utilizando recursos didáticos, especialmente pela internet. Esse formato beneficia estudantes, professores e organizações, permitindo o treinamento de funcionários sem que o tempo seja um fator limitante, além de reduzir custos com viagens e proporcionar maior facilidade e rapidez no aprendizado.

A era digital nos fornece acesso a conhecimentos históricos, pessoas, práticas emergentes, inovação de ideias e excelentes ferramentas. Isso possibilita que os líderes de aprendizagem ofereçam um apoio significativo, ajudando os funcionários a acessar os melhores recursos e a colaborar entre si para aprender e revisar práticas de trabalho diariamente.

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre o papel do gestor no ambiente de aprendizagem e-learning, entender como o gestor educacional pode facilitar o processo de ensino-aprendizagem, e identificar os desafios enfrentados e as possibilidades dentro desse contexto, pois é ele quem irá decidir sobre ambientes e-learning a serem utilizados pelos professores e estudantes. O estudo será realizado em forma de pesquisa bibliográfica, onde será explorado vários autores. Tratará no primeiro momento sobre e-learning, visto como uma solução eficaz para vencer os desafios de tempo, deslocamento e limitações de espaço físico, em seguida sobre o papel do gestor educacional nos ambientes de aprendizagem e-learning.

Este artigo demonstrará que, com a progressão e os avanços no ensino-aprendizagem, além da reorganização do espaço, o ambiente educacional transformou-se em um espaço de significativa mudança social, ocupado por educandos, educadores, funcionários e um gestor. Este profissional desempenha funções e atribuições essenciais. O gestor não se limita aos aspectos técnico-administrativos, seu papel como facilitador da ensino-aprendizagem é crucial. Sua perspectiva pedagógica é vital para o avanço de práticas educativas inovadoras.

O papel do gestor como moderador se manifesta nos procedimentos e ações pedagógicas adotadas nas orientações e ações diárias com a equipe de educadores. No ambiente educacional, as informações são inúmeras, e cada integrante é de suma importância no processo de ensino, para a edificação do conhecimento. Esta pesquisa busca entender de que maneira o gestor poderá atuar como facilitador e mediador no processo do ensino-aprendizagem, explorando os desafios enfrentados e as oportunidades disponíveis nesse cenário.

Os profissionais responsáveis pela gestão escolar são essenciais para que os objetivos da escola sejam alcançados com excelência. Por isso, devem atuar com rigor e seriedade no desempenho de suas funções, que abrangem desde a área administrativa até a pedagógica e disciplinar. Para cumprir essas responsabilidades, os gestores necessitam de constante atualização em sua formação profissional.

2 O E-LEARNING NO AMBIENTE ESCOLAR

Segundo Felipini (n.p. 2003), “o e-learning é uma ferramenta potencializada pela Internet e devidamente alinhada às características de nosso tempo, marcado pela agilidade, velocidade e gigantescos volumes de informação a serem digeridos”.

O e-learning é uma modalidade de educação à distância que utiliza a internet como plataforma de aprendizagem. Moran (2002) sustenta que sua aplicação é mais adequada para a educação de adultos, especialmente para aqueles que já possuem uma sólida experiência em aprendizagem individual e pesquisa, como ocorre no ensino de pós-graduação e, também, no nível de graduação. Os problemas como distância, falta de tempo e de horário para realizar as atividades são resolvidos com a educação a distância.

Almeida (2016), o e-learning, inicialmente desenvolvido para a capacitação corporativa, está se adaptando para incorporar práticas centradas no desenvolver competências, através da interação e colaboração entre os aprendizes. É visto como uma solução eficaz para vencer os desafios de tempo, deslocamento e limitações de espaço físico, sendo considerado uma tendência em treinamento, aprendizado e formação frequente no ambiente empresarial.

Uma barreira significativa a ser enfrentada é o tempo. Em períodos de forte concorrência, retirar o trabalhador de seu posto implica perda de produtividade, pois parte do tempo produtivo é consumido no deslocamento e durante a aprendizagem. Com o uso da tecnologia, o trabalhador não precisa se ausentar para capacitação. Em um modelo de educação profissional orientado pelo mercado e focado na disseminação da cultura organizacional e no cumprimento do plano estratégico da empresa, a otimização do tempo através do e-learning permite alcançar o público-alvo de forma rápida, eficaz e sem atrasos. O e-learning proporciona rapidez, interatividade e proximidade com o

usuário da informação.

O e-learning é uma modalidade de ensino que oferta aos alunos um novo conceito para aprimorar seus conhecimentos: a autoaprendizagem, utilizando recursos didáticos, especialmente por via da internet, sendo um formato que beneficia estudantes, professores e organizações, que podem treinar seus funcionários sem que o tempo seja um fator limitante para o aprendizado, propicia redução de custo com viagens e traz maior facilidade e rapidez.

A era digital nos oferece acesso a conhecimentos históricos, pessoas, práticas em evolução, inovação de ideias e ferramentas excelentes, possibilitando que os líderes de aprendizagem ofereçam um apoio significativo, ajudando os funcionários a acessar os melhores recursos e colaborarem entre si para aprender e revisar práticas de trabalho diariamente.

O momento é de mudanças, e a escola precisa se adequar e se inovar, para que não fique em sentido contrário das teorias da educação que primam pela relevância do conhecimento dos alunos, levando em consideração a geração é digital.

Os papéis valorizados no ambiente de aprendizagem e desenvolvimento estão passando por mudanças significativas. Atualmente, esses papéis são mais personalizados e individualizados do que anteriormente. Os profissionais de aprendizagem precisam ser curadores proficientes, além de designers criativos e facilitadores eficazes. Construir relacionamentos, promover a aprendizagem no trabalho e distinguir recursos qualitativos, será necessário para ter sucesso no ambiente emergente de e-learning.

O surgimento do e-learning coincide com os avanços tecnológicos que nos capacitam a reimaginar o ensino, o ambiente de aprendizagem, os recursos didáticos e até mesmo os papéis desempenhados por estudantes, professores e gestores.

As características essenciais do ambiente tecnológico para a efetivação do e-learning incluem o custo da tecnologia, a permeabilidade, que é o nível de integração da tecnologia no cotidiano das organizações e dos indivíduos, e os recursos externos disponíveis, como soluções tecnológicas que afetam a adoção do e-learning pelas escolas. Isso envolve hardware, software, pessoal capacitado para desenvolver e utilizar a tecnologia, infraestrutura existente e soluções ambientais. Além disso, a praticidade da tecnologia é um atributo qualitativo que avalia a facilidade de uso da tecnologia pelo usuário, influencia a decisão do gestor, pois afeta a carência de treinamento, a quantidade de suporte interno necessário e a percepção geral dos usuários sobre a adoção da tecnologia.

2.1 O PAPEL DO gestor nos AMBIENTES DE APRENDIZAGEM E-LEARNING

As instituições educacionais abrigam uma variedade de profissionais que desempenham papéis fundamentais para garantir o bom funcionamento e a convivência harmoniosa no ambiente educacional. Estes incluem professores, estudantes, agentes educacionais, merendeiras, profissionais de manutenção, coordenadores e gestores.

Para Lück (2009), a gestão escolar refere-se à administração da cultura escolar, seguindo as diretrizes e políticas públicas educacionais, visando à efetivação do projeto político-pedagógico da instituição.

É o ato de gerir a dinâmica cultural da escola, com as diretrizes e políticas educacionais públicas para a implementação de seus projetos pedagógicos e compromisso com os princípios da democracia e com os métodos que organizem e criem condições para o ambiente educacional autônomo (Lück 2009, p. 24).

O gestor educacional desempenha uma série de atribuições cruciais tanto dentro quanto fora da instituição, envolvendo: a administração, que abrange a responsabilidade financeira, a gestão do patrimônio e a funcionalidade administrativa da escola. Nesse contexto, o gestor necessita lidar com desafios como a escassez de profissionais, organizar substituições, gerenciar situações que exigem uma abordagem assertiva e lidar com diversas ocorrências envolvendo os alunos. Na esfera pedagógica, o diretor desempenha um papel crucial orientando e participando da elaboração do plano político-pedagógico anual da escola, assinando atas e liderando discussões envolvendo professores e coordenadores. No âmbito disciplinar, o diretor atua como mediador de conflitos tanto entre alunos quanto entre funcionários.

Cabe ao gestor adotar métodos de organização que promovam autonomia no ambiente educacional, permitindo a concretização de soluções próprias dentro de suas competências. Sendo essencial incentivar a participação e o compartilhar responsabilidades, favorecendo a tomada de decisões conjunta e a obtenção de resultados, ao mesmo tempo que se mantém um autocontrole eficiente.

A função do gestor nos ambientes de e-learning é essencial para o sucesso dessa modalidade educacional. Sendo uma de suas principais responsabilidades o planejamento e implementação do ambiente e-learning, assegurando que todas as ferramentas e plataformas necessárias estejam disponíveis e funcionais. É primordial ao gestor, oferecer suporte técnico e pedagógico tanto para professores quanto para alunos, incluindo a capacitação dos docentes no uso das tecnologias e métodos de ensino a distância.

O gestor necessita garantir e oferecer um conteúdo de alta qualidade, relevante e atualizado, envolvendo a curadoria de materiais didáticos e a coordenação com especialistas em diferentes áreas do conhecimento, deve viabilizar estratégias que aumentem o engajamento e a motivação

dos estudantes, o que pode ser feito através da gamificação, fóruns de discussão, feedback constante e atividades interativas. Também deve monitorar o progresso dos educandos e a efetividade das ferramentas e estratégias utilizadas, analisar dados e realizar avaliações periódicas, assegurando que a infraestrutura tecnológica esteja adequada e sempre disponível.

Cabe ao gestor assegurar a comunicação e a colaboração entre os comprometidos com a educação, promovendo um ambiente onde, educandos e educadores possam interagir facilmente, compartilhar conhecimentos e trabalhar juntos em projetos, garantindo que o ambiente e-learning seja inclusivo e acessível a todos. É função do gestor propiciar que as informações quanto aos alunos e professores sejam protegidas e as políticas de privacidade estejam em conformidade, em suma, nos ambientes e-learning ele desempenha um papel central na criação, manutenção e melhoria de um ecossistema educacional que seja prazeroso, democrático e eficiente, que atenda às necessidades dos participantes e cumpra sua atribuição de formar indivíduos com valores éticos e emocionais, com respeito e perspicácia.

Hodiernamente, para atuar como gestor educacional, o educador precisa ter experiência e uma contínua formação, a fim de executar um trabalho de qualidade, com as constantes transformações os profissionais precisam ser qualificados para atingir as exigências profissionais e trabalhistas.

Com o avanço veloz das tecnologias, a escola necessita estar em constante atualização. Os professores devem estar em busca constante de formação e qualificação, assim como os gestores, a fim de fazer uso das tecnologias atuais. Isso permite promover e integrar a tecnologia tanto no contexto administrativo quanto pedagógico. Em suma, a gestão precisa se envolver ativamente no exercício de inclusão digital e alfabetização tecnológica.

E quanto mais o gestor se aperfeiçoa, mais expectativas são esperadas dele, pois, “cada administrador precisa aperfeiçoar-se, tanto quanto, a organização e a sociedade... ele deve manter-se atento e mentalmente ativo, constantemente desafiado, deve adquirir habilidades de que necessitará no futuro”. (Giancaterino, 2010, p.31, como citado em Eliana & Edson, 2018, n.p.)

O Gestor educacional deve possuir habilidades de planejamento, liderança e iniciativa, além de ser capaz de criar ambientes propícios à reflexão e à experimentação. A gestão é um campo que mobiliza competências e envolve as pessoas coletivamente, de modo que a participação diligente e qualificada promova a concretização das metas educacionais.

Segundo Lück (2009) o gestor deve estar ciente da importância de seu papel no ambiente educacional, promovendo o conhecimento e motivando os estudantes à se tornarem competentes e críticos perante os desafios que encontrarão ao decorrer da vida pessoal, social e profissional.

Para alcançar esse objetivo, é de suma importância que o gestor se comprometa e se envolva no processo formativo contínuo, para a aplicação das atuais tecnologias e mídias na educação. O gestor é o primeiro responsável por integrar esses recursos tecnológicos no dia a dia escolar, as novas tecnologia visam criar algo novo e pedagogicamente significativo, que não pode ser alcançado por outros meios. Utilizando metodologias apropriadas, os alunos podem integrar diferentes disciplinas com essas tecnologias. A escola torna-se um ambiente mais interessante e prepara melhor os estudantes para o amanhã.

Para Veiga (2007) o êxito de uma gestão educacional é medido por resultados positivos, alcançados quando todos os estudantes obtêm sucesso. Portanto, é fundamental adotar uma administração que funcione como uma organização de educandos e educadores, compromissados com a democracia e a cidadania. A formação contínua dos profissionais é essencial para que desenvolvam um trabalho excepcional. Diante das constantes transformações, é necessário contar com profissionais qualificados e experientes, que possam atuar eficazmente para atender às novas demandas profissional.

3 Considerações Finais

Concluindo a pesquisa, ficou claro que o gestor é que tem a grande responsabilidade de escolher e implantar os ambientes e-learning, o mesmo precisa ser conhecedor dos conteúdos, estratégias e decidir quais os melhores recursos e metodologias a serem usados, cabe a ele buscar junto a sua equipe formas de obter sucesso e alcançar os objetivos traçados. Para eficácia do processo conta-se com um gestor, que desempenha o papel primordial na implementação e prática de novas abordagens de ensino com recursos de Tecnologias que representam a modernização dos processos educativos e formativos dos gestores, permitindo a adequação às demandas da sociedade. Além disso, o e-learning promove a distribuição rápida e eficiente de conhecimento, permitindo que os colaboradores acessem informações sempre que necessário, reduzindo custos com treinamento e aumentando a eficácia da escola.

O presente artigo, teve como objetivo refletir sobre o papel do gestor no ambiente de aprendizagem e-learning, entender como o gestor escolar pode facilitar o processo de ensino-aprendizagem, além de conhecer os desafios enfrentados e as possibilidades dentro desse contexto, visto que é ele quem irá decidir sobre ambientes e-learning a serem utilizados pelos professores e estudante. Ao termino da pesquisa conclui-se que o gestor de referência trabalha em união para que os alunos melhorem continuamente em todos os aspetos do processo de ensino-aprendizagem. Esse objetivo só será alcançado se envolver todos os participantes da instituição no processo social, pedagógico, cultural e político. O gestor também deve manter-se em constante formação e atualizações para que seja capaz de gerir com eficácia os ambientes educacionais, oferecendo condições de trabalho aos

docentes e de aprendizagem qualitativa aos discentes. O foco do gestor não deve ser somente a tarefa a ser executada, mas também no resultado da tarefa, para que ocorra um trabalho de qualidade. Por fim, o gestor precisa promover um ambiente educacional autossuficiente e colaborativo, integrando tecnologias atuais e metodologias de ensino para assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e democrática. O e-learning, ao superar as barreiras espaço-temporal, oferece flexibilidade na gestão dos tempos de formação, promove a mobilidade e proporciona oportunidades de formação compatíveis com outras atividades profissionais e responsabilidades familiares, contribuindo para a formação continuada.

4 Referências Bibliográficas

Arxer, E. A. & Inforsato, E. C. (2018). O gestor escolar e as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC). Disponível em <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2018/article/view/689>. Acessado em 22 de maio de 2024.

Lombardozzi, C. (2015). Learning Environments by Desig. Alexandria: Association for Talent Development, 2015. [e?book] Flórida: Must University.

Souza, M. I. M. (2020). O fazer do gestor escolar: desafios e possibilidades de sua atuação profissional, enquanto facilitador do processo de ensino-aprendizagem *Research, Society and Development*, 9(7):1-15, e335973900. Recebido: 11/05/2020. Revisado: 12/05/2020. Aceito: 13/05/2020. Publicado: 14/05/2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i7.3900>. Acessado em 23 de maio de 2024.

Rios, M. C. (2018) O gestor escolar e as novas tecnologias. https://portal.unisepe.com.br/unifiahhttps://revistadifatto.com.br/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/9gest_tec.pdf. Acessado em 23 de maio de 2024.

Mill, D., Brito, N. D., Silva, A. R. da, & Almeida, L. F. (2010). Gestão da educação a distância (EAD): noções sobre planejamento, organização, direção e controle da EAD. *Revista Vertentes*, (35), p. 1-19. Disponível em https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/vertentes/Vertentes_35/daniel_mill_e_outros.pdf . Acessado em 25 de maio de 2024.

Oliveira, P. C. de, Nakayama, M. K., Torres, M. K. L., & Nunes, C. S. (2020). O Uso do Learning Management System (LMS) por Gestores de Educação a Distância. *Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância*, 19(1), p. e346. <https://doi.org/10.17143/rbaad.v19i1.346>. Acessado em 25 de maio de 2024.

VEIGA, Z. de P. A. (2007). As instâncias colegiadas da escola. In: RESENDE, L. M. G. de & VEIGA, I. P. A. (orgs.). *Escola: espaço do projeto político-pedagógico*, 6 ed. Campinas: Papirus,

2003, p. 113-126.

LÜCK, H. (2009). Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores. Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, p. 11-32, fev. /junho 2000. ISSN 0104-1037. http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/em_aberto_72.pdf. Acessado em 25 de maio de 2024.

FELIPINI, D. (2003). E-Learning: O ensino do próximo milênio. Disponível em: <http://www.ecommerce.org.br/artigos/e-learning_ensino.php>. acessado em 25 de maio de 2024.

Ensaio iconográfico do diagnóstico por imagem das sacroileítes – Critérios diagnósticos, confundidores e diagnósticos alternativos.

Tiago Leao

Médico - UFRN Residência de radiologia e diagnóstico por imagem - HUOL MBA em gestão empresarial - FGV

Resumo

As espondiloartropatias compõem um grupo de doenças reumáticas inflamatórias crônicas, incluindo espondilite anquilosante, artrite reativa (Síndrome de Reiter), artrite ou espondilite associada a doença inflamatória intestinal, artrite psoriásica e espondiloartrite indiferenciada. Essas doenças afetam preferencialmente o esqueleto axial, causando dor e rigidez. Estão associadas ao fator reumatoide (FR) negativo e comumente relacionadas à presença do antígeno linfocitário humano (HLA) B-27 positivo. A distinção entre essas entidades é feita basicamente através da distribuição das alterações radiológicas e das características clínicas associadas. O atual diagnóstico dessas condições é realizado através dos critérios de avaliação da Sociedade Internacional das Espondiloartrites (ASAS). O critério obrigatório é a presença de dor lombar crônica (por mais de três meses), com início em idade inferior a 45 anos, em combinação a um dos dois conjuntos de achados possíveis: a) sinais de sacroilíte em exame de imagem somados a um ou mais critérios clínicos característicos ou b) HLA B-27 positivo somado a dois ou mais critérios clínicos característicos. A ASAS preconiza que o primeiro exame de imagem a ser realizado nos casos de suspeita de espondiloartrite seja a radiografia simples de bacia em AP, utilizando, para o diagnóstico de sacroilítes, o critério de Nova Iorque modificado. Em casos negativos e com alta suspeição, preconiza-se a ressonância magnética (RM) como forma de se detectar precocemente as alterações, que correspondem a sinais de edema na medula óssea (pelo menos dois focos em cortes consecutivos ou em duas topografias distintas) e/ou capsulite, sinovite ou entesite. Através do diagnóstico precoce, as terapêuticas modificadoras de doença podem ser instituídas mais cedo, reduzindo o grau de sequela dos pacientes e melhorando sua qualidade de vida. Além disso, a ressonância magnética permite monitorar a resposta ao tratamento instituído e detectar atividade de doença em pacientes crônicos. O critério ASAS mostrou-se muito sensível, tendo sido capaz de diagnosticar aproximadamente 38% dos casos de sacroilíte na fase pré-radiográfica. Entretanto, a presença de edema na medula óssea é um achado pouco específico, sendo mais comum, por exemplo, em doenças degenerativas/mecânicas. Esse fato eleva a quantidade de casos falso-positivos, provocando excesso de diagnósticos, gastos desnecessários com terapia e exames, além do potencial de danos aos pacientes. Diante disso, torna-se imperativo o uso de ferramentas que aumentem a especificidade do diagnóstico, como a localização do acometimento nos diversos compartimentos articulares ou a instituição de outros critérios, como a necessidade de pelo menos três focos de edema da medula óssea, pequenas erosões, entesite ou capsulite. Ademais, é essencial o conhecimento dos diagnósticos diferenciais e "pitfalls" nos exames de imagem das sacroilíacas. Entre os principais diagnósticos diferenciais que devemos considerar, incluem-se sobrecarga mecânica, osteoartrite precoce, osteíte condensante, variações anatômicas, fraturas de estresse sacrais, sacroilíte infecciosa, sarcoidose e osteodistrofia renal. Neste ensaio iconográfico, serão apresentados casos clínicos do acometimento das sacroilíacas, com ênfase em como diferenciar o acometimento mecânico/degenerativo das sacroilítes inflamatórias das espondiloartropatias. Também serão abordados casos de outros diagnósticos diferenciais, como osteodistrofia renal com reabsorção subcondral das sacroilíacas, fraturas sacrais por insuficiência e osteíte condensante.

Palavras-Chave: Sacroilíte. Espondiloartrite. Osteoartrose. Osteodistrofia renal. Osteíte condensante. Ressonância magnética. Radiografia.

Abstract

Spondyloarthropathies constitute a group of chronic inflammatory rheumatic diseases, including ankylosing spondylitis, reactive arthritis (Reiter's syndrome), arthritis or spondylitis associated with inflammatory bowel disease, psoriatic arthritis, and undifferentiated spondyloarthritis. These conditions primarily affect the axial skeleton, causing pain and stiffness. They are characterized by a negative rheumatoid factor (RF) and are commonly associated with the presence of human leukocyte antigen (HLA) B-27 positivity. The differentiation between these entities is mainly based on the distribution of radiological alterations and associated clinical features. Currently, the diagnosis of these conditions is established through the Assessment of SpondyloArthritis International Society (ASAS) classification criteria. The mandatory criterion is chronic low back pain lasting more than three months, with onset before the age of 45, combined with one of two sets of findings: (A) radiographic evidence of sacroiliitis plus at least one characteristic clinical criterion, or (B) HLA B-27 positivity plus at least two characteristic clinical criteria. ASAS recommends that the first imaging study for suspected spondyloarthritis should be an anteroposterior pelvic radiograph, using the modified New York criteria for diagnosing sacroiliitis. In cases of negative radiographs with high clinical suspicion, magnetic resonance imaging (MRI) is advised to detect early changes, including bone marrow edema (at least two foci in consecutive slices or two distinct locations) and/or capsulitis, synovitis, or enthesitis. Early diagnosis enables timely initiation of disease-modifying therapies, reducing long-term sequelae and improving patients' quality of life. Moreover, MRI facilitates treatment monitoring and detection of disease activity in chronic cases. The ASAS criteria have demonstrated high sensitivity, identifying approximately 38% of sacroiliitis cases in the preradiographic phase. However, bone marrow edema is a nonspecific finding, frequently occurring in degenerative or mechanical conditions, leading to false positives, unnecessary treatments, and excessive healthcare costs, potentially harming patients. Thus, it is crucial to implement tools that enhance diagnostic specificity, such as assessing involvement in various joint compartments or adopting additional criteria, including at least three foci of bone marrow edema, small erosions, enthesitis, or capsulitis. Furthermore, understanding differential diagnoses and imaging pitfalls in sacroiliac joint evaluation is essential. Among the key differential diagnoses are mechanical overload, early osteoarthritis, osteitis condensans, anatomical variations, sacral stress fractures, infectious sacroiliitis, sarcoidosis, and renal osteodystrophy. This iconographic essay presents clinical cases illustrating sacroiliac joint involvement, focusing on differentiating mechanical/degenerative conditions from inflammatory sacroiliitis in spondyloarthropathies. Additionally, cases of renal osteodystrophy with sacroiliac subchondral resorption, sacral insufficiency fractures, and osteitis condensans will be discussed.

Keywords: Sacroilíte. Espondiloartrite. Osteoartrose. Osteodistrofia renal. Osteíte condensante. Ressonância magnética. Radiografia.

1. INTRODUÇÃO

A ressonância magnética (RM) é uma ferramenta essencial para o diagnóstico da sacroilíte nas fases iniciais da doença, permitindo a identificação de achados pré-radiográficos. O critério de edema da medula óssea observado na RM aumentou a sensibilidade para detectar essa condição, embora tenha reduzido sua especificidade. O presente estudo apresenta um ensaio pictórico sobre os diagnósticos diferenciais nos exames de imagem das articulações sacroilíacas, enfatizando a importância de diferenciar o acometimento inflamatório de outras patologias. Atualmente, o diagnóstico das espondiloartrites é baseado nos critérios de avaliação da Sociedade Internacional de Espondiloartrites (ASAS). O critério essencial é a presença de dor lombar crônica, com duração

superior a três meses e início antes dos 45 anos, em combinação com um dos seguintes conjuntos de achados:

- Sinais de sacroiliíte em exame de imagem, associados a um ou mais critérios clínicos característicos.
- HLA-B27 positivo, também associado a dois ou mais critérios clínicos característicos.

Conforme as diretrizes da ASAS, os critérios de Nova York modificados (modNY) são utilizados para o diagnóstico radiográfico de sacroiliíte. Os critérios diagnósticos radiográficos de sacroiliíte (modNY) incluem:

- Acometimento bilateral grau 2.
- Acometimento unilateral grau 3-4.

A ressonância magnética é considerada o exame de imagem preferencial nos estágios iniciais da doença, especialmente quando as radiografias são negativas, pois ajuda a diagnosticar a fase inflamatória quando a morfologia ainda está preservada. Os critérios diagnósticos para a doença em atividade são:

- Presença de edema na medula óssea: pelo menos dois focos em cortes consecutivos ou em localizações distintas.
- Capsulite.
- Sinovite.
- Entesite.

Por outro lado, os critérios diagnósticos para dano articular crônico incluem:

- Erosões.
- Lipossustituição subcondral.
- Esclerose subcondral.
- Pontes ósseas ou anquilose.

Os critérios da ASAS demonstraram alta sensibilidade, sendo capazes de diagnosticar aproximadamente 38% dos casos de sacroiliíte na fase pré-radiográfica. Contudo, o edema da medula óssea é um achado pouco específico, frequentemente observado em outras patologias. Patologias articulares relacionadas à carga, como alterações mecânicas e osteoartrite, são muito mais prevalentes do que as doenças inflamatórias. O uso isolado do critério ASAS pode aumentar a quantidade de casos falsamente positivos, resultando em diagnósticos incorretos, custos desnecessários com terapia e exames, além de potenciais danos aos pacientes. Para aumentar a especificidade do diagnóstico e reduzir a ocorrência de falsos positivos, sugere-se a incorporação de outros critérios diagnósticos, tanto relacionados a processos inflamatórios quanto a alterações sequelares da doença.

A localização das alterações nas articulações sacroilíacas também pode fornecer indícios sobre sua natureza; por exemplo, as doenças relacionadas à carga geralmente provocam mais alterações na porção ântero-superior da sacroilíaca, enquanto as alterações inflamatórias tendem a ocorrer no corpo da articulação, com variações anatômicas na região posterior.

2. METODOLOGIA

O presente estudo consiste em um ensaio iconográfico de casos clínicos de pacientes atendidos em Natal/RN. Foram selecionados exames de imagem, incluindo radiografia, tomografia computadorizada e ressonância magnética, de serviços em que médicos residentes e preceptores participavam. Destacam-se o Hospital Universitário Onofre Lopes, localizado na Av. Nilo Peçanha, 620, Natal, RN, 59012-300, e o Hospital Dr. Luiz Antônio, situado na Rua Ver. Cícero Azevedo, 2267, Natal, RN. O Software Horus foi utilizado como visualizador de imagens.

3. DISCUSSÃO

Foram analisados casos ilustrativos de cinco condições que atendem aos critérios diagnósticos de sacroiliíte nos exames de imagem e representam diagnósticos diferenciais significativos a serem reconhecidos.

3.1 Caso 1

Alteração mecânica em mulher de 45 anos com sobrepeso.

Figura 1 (descrição): Cortes coronais oblíquos ponderados em T1 (esquerda) e T2-FAT SAT (direita). Notam-se zonas de esclerose óssea e tênues focos de edema subcondral (setas vermelhas), predominando no terço anterosuperior articular, com relativa preservação do corpo principal sinovial da articulação.

3.2 Caso 2

Osteoartrite em um homem de 50 anos.

Figura 2 (descrição): Cortes coronais oblíquos ponderados em T1 (esquerda) e T2-FAT SAT (direita). Notam-se osteófitos marginais no terço anterossuperior (pontas de seta) e focos de edema em área de carga na sacroilíaca direita e nos platôs oponentes de L5-S1 (setas laranja e azul, respectivamente). Não há evidência de erosões e nota-se preservação do corpo principal sinovial da articulação.

Nas patologias relacionadas à carga, o edema da medular óssea acontece tanto em áreas submetidas à carga quanto em áreas livres de carga.

Nesses casos, a presença de erosões ósseas é o sinal mais fidedigno na diferenciação entre espondiloartropatia mecânica e inflamatória.

As sequências ponderadas em T1-FAT-SAT possuem boa acurácia na detecção de erosões.

3.3 Caso 3

Sacroiliíte inflamatória em um homem de 28 anos.

Figura 3 (descrição): Cortes coronais oblíquos ponderados em T1 (esquerda) e T2-FAT SAT (direita). Notam-se erosões ósseas, lipossustituição e focos de edema subcondral, predominando na porção principal sinovial (terços médio e inferior), com relativa preservação do terço anterossuperior.

3.4 Caso 4

Fratura de asa sacral.

Figura 4 (descrição): Cortes coronal oblíquo (esquerda) e axial (centro) ponderadas em T1 e corte axial ponderado em T2-FAT SAT evidenciando traço vertical de hipossinal em T1 hipersinal em T2(setas azuis) na asa sacral esquerda, compatível com fratura por insuficiência.

3.5 Caso 5

Hiperparatireoidismo.

Figura 5 (descrição): Cortes tomográficos coronais oblíquos (superiores) e axiais oblíquos (inferiores) evidenciando reabsorção óssea subcondral simétrica e bilateral, promovendo pseudoalargamento do espaço articular, associados a irregularidades das superfícies articulares. Nota-se ainda trabeculado ósseo grosseiro, possivelmente relacionado a osteodistrofia renal e lesões líticas circunscritas nos ilíacos, que podem corresponder a tumores marrons.

3.6 Caso 6

Sacroileíte infecciosa.

Figura 6 (descrição): Cortes coronais oblíquos das sacroilíacas evidenciando acentuado edema ósseo difuso nas margens sacral e ilíaca da articulação sacroilíaca esquerda, com realce da medular óssea subcondral, compatível com sacroileíte. Associase edema dos planos musculares e adiposos adjacentes, de provável natureza reacional.

4. CONCLUSÃO

O diagnóstico das espondiloartropatias continua sendo um desafio na prática clínica, exigindo um olhar atento para a correta interpretação dos achados clínicos e radiológicos. A utilização dos critérios ASAS tem sido fundamental para a identificação precoce da sacroileíte, permitindo um manejo mais eficaz dos pacientes e reduzindo a progressão da doença. No entanto, a baixa especificidade de alguns achados, como o edema da medula óssea, levanta preocupações sobre a possibilidade de diagnósticos errôneos e intervenções desnecessárias.

Diante disso, torna-se essencial o aprimoramento das ferramentas diagnósticas, incluindo a incorporação de novos critérios e a valorização da distribuição das lesões nos compartimentos articulares. Além disso, o conhecimento aprofundado dos diagnósticos diferenciais e das armadilhas radiológicas é indispensável para evitar equívocos e otimizar a conduta clínica.

Portanto, este estudo iconográfico buscou contribuir para a compreensão das principais características das espondiloartropatias e suas distinções em relação a outras patologias que acometem as articulações sacroilíacas. O aprofundamento contínuo nesse tema é necessário para que se possa avançar na precisão diagnóstica e no tratamento adequado dos pacientes, garantindo melhores desfechos clínicos e qualidade de vida.

5. REFERÊNCIAS

CASTRO JR, M. R.; MITRAUD, S. A. V.; FRANCISCO, M. C.; FERNANDES, A. R. C.; FERNANDES, E. A. Espondiloartropatias: critérios de ressonância magnética na detecção da sacroileíte. *Radiologia Brasileira*, v. 50, n. 4, p. 258–262, jul./ago. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0100-3984.2015-0211>.

SUDO?-SZOPI?SKA, I.; URBANIK, A. Diagnostic imaging of sacroiliac joint and the spine in the course of spondyloarthropathies. *Polish Journal of Radiology*, v. 78, n. 2, p. 43–49, 2013. DOI: <https://doi.org/10.12659/PJR.889039>.

LACOUT, A.; ROUSSELIN, B.; PELAGE, J. P. CT and MRI of spine and sacroiliac involvement in spondyloarthropathy. *American Journal of Roentgenology*, v. 191, p. 1016–1023, 2008. DOI: <https://doi.org/10.2214/AJR.07.3446>.

SIEPER, J. et al. The assessment of Spondylo Arthritis International Society (ASAS) handbook: a guide to assess spondyloarthritis. *Annals of the Rheumatic Diseases*, v. 68, supl. 2, p. ii1–44, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1136/ard.2008.104018>.

VLEEMING, A. et al. The sacroiliac joint: an overview of its anatomy, function and potential clinical implications. *Journal of Anatomy*, v. 221, n. 6, p. 537–567, dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1469-7580.2012.01564.x>.

A importância do exercício físico no tratamento da depressão: revisão bibliográfica

EMILIA DE CARVALHO SALES

Emilia de Carvalho Sales, Psicóloga, pós graduada em psicologia clínica.

Resumo

A depressão é uma doença que acomete os níveis biopsicossocial da vida de um indivíduo, seu tratamento é feito através da combinação medicamentosa e de psicoterapia, assim como outras métodos que auxiliam na evolução do paciente, tendo como exemplo o exercício físico que atua na manutenção da saúde mental, na diminuição do stress e na qualidade de vida. Objetivo: enfatizar a importância do exercício físico no tratamento da depressão. Metodologia: revisão bibliográfica, de caráter qualitativo e descritivo, utilizando dos bancos de dados Google Acadêmico, Scielo e Lilacs, tendo como critério de inclusão artigos em português dos últimos dez anos (2013- 2023) com os descritores, depressão, exercício físico e saúde, e os critérios de exclusão foram artigos no idioma inglês e que não tivessem relacionados ao tema. Resultados e discussões: os artigos selecionados para o desenvolvimento deste trabalho, apontaram que o exercício físico possui grandes contribuições para a saúde mental e física de indivíduos acometidos pela depressão, concluindo que as práticas regulares de exercícios físicos no transtorno depressivo devem ser adotadas como prevenção e promoção de saúde.

Palavras-Chave: Exercício físico. Saúde. Depressão.

Abstract

Depression is a disease that affects the biopsychosocial levels of an individual's life. Its treatment is carried out through a combination of medication and psychotherapy, as well as other methods that help the patient's evolution, taking as an example physical exercise that acts to maintain mental health, reducing stress and improving quality of life. Objective: to emphasize the importance of physical exercise in the treatment of depression. Methodology: bibliographical review, of a qualitative and descriptive nature, using the Google Scholar, Scielo and Lilacs databases, with the inclusion criteria being articles in Portuguese from the last ten years (2013- 2023) with the descriptors, depression, physical exercise and health, and the exclusion criteria were articles in the English language that were not related to the topic. Results and discussions: the articles selected for the development of this work pointed out that physical exercise has great contributions to the mental and physical health of individuals affected by depression, concluding that regular physical exercise practices in depressive disorder should be adopted as prevention and health promotion.

Keywords: Physical exercise. Health. Depression.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) a depressão é um dos distúrbios mais importantes, ocupando o segundo lugar e ficando atrás apenas dos problemas cardiovasculares, por isso sua prevenção e tratamento é tão abordada atualmente, principalmente nos casos de remissão, embora o alívio sintomas seja um dos principais objetivos do tratamento, a manutenção da saúde

desse indivíduo de modo geral é um dos desafios atuais em saúde física e mental. (Parami et al., 2021)

Para o tratamento da depressão maior, os métodos farmacológicos são os mais utilizados com a combinação da psicoterapia, é importante destacar que o exercício físico é considerado um método de saúde que proporciona benefícios fisiológicos e psicológicos para o indivíduo, suas práticas regulares podem estimular o humor, bem-estar, assim como melhorar a qualidade de vida.

Neste sentido este trabalho tem como problemática: De que forma o exercício físico contribui para a depressão? E assim, demonstrando sua eficácia no tratamento da mesma.

Teve como objetivo geral compreender como o exercício físico contribui para o tratamento da depressão. E os específicos, contextualizar a depressão e seu tratamento, avaliar os efeitos do exercício físico para a saúde do indivíduo e apontar as contribuições do exercício para qualidade de vida.

A relevância deste trabalho se dá pela importância do exercício físico para qualidade de vida do indivíduo sendo uma fonte que regula os mecanismos fisiológicos, diminuindo os níveis de ansiedade, stress e depressão.

A metodologia utilizada foi a de revisão bibliográfica, de caráter qualitativo e descritivo, utilizando dos bancos de dados Google Acadêmico, Scielo e Lilacs, tendo como critério de inclusão artigos em português dos últimos dez anos (2013- 2023) com os descritores, depressão, saúde, tratamento e exercício físico e para os critérios de exclusão foram artigos no idioma inglês e assuntos não relacionados ao tema.

O trabalho foi dividido em 3 capítulos, onde o primeiro aborda o conceito de depressão e seus critérios diagnósticos, no segundo a importância do tratamento precoce, e o terceiro o exercício físico aliado ao tratamento da depressão, também como a importância de estimular a prática diária de exercícios físicos para a qualidade de vida do indivíduo.

2 O que é a depressão?

A depressão é caracterizada pela ausência de interesse, alterações do sono e fome, concentração diminuída, tristeza persistente, sentimento de inutilidade, distorção da realidade, excesso de culpa, pensamentos de morte e suicídio (BENTO et al., 2021), entre outros múltiplos fatores que afetam significativamente o funcionamento do indivíduo no desempenho escolar, produtividade no trabalho e em suas relações sociais (BARROS et al., 2021).

Já o Ministério da Saúde (2020), descreve a depressão como um problema médico grave altamente prevalente na população em geral. A OMS (2020) apresenta dados que indicam a terceira idade

como o grupo mais comum a apresentar o quadro de depressão, mas salienta o fato que pode acontecer em qualquer idade e também informa que a prevalência maior de casos se estabelece no gênero feminino. Dentre as possíveis causas, são citadas a genética, indicando um estudo realizado com famílias, gêmeos e adotados, apresentando assim um componente genético que é estimado a representar 40% da possibilidade de desenvolver a doença; bioquímica cerebral, através da deficiência de hormônios como a serotonina, noradrenalina e dopamina; eventos vitais ou estressantes.

É importante destacar que a depressão é uma doença multifatorial, envolvendo fatores genéticos, histórico familiar, alterações no cérebro, doenças crônicas, assim como o estilo de vida que pode influenciar no desenvolvimento da doença. A depressão pode ser dividida em diferentes tipos, sendo eles depressão clássica ou transtorno depressivo maior; transtorno depressivo persistente (distímia); transtorno disruptivo de desregulação do humor; transtorno afetivo sazonal; depressão pós parto; desordem disfórica pré menstrual; transtorno bipolar; depressão psicótica.

Muitos problemas psicológicos começam a ser desenvolvidos na adolescência, época em que passamos por diversas mudanças biopsicossociais, construindo a personalidade, moldando ideias e influências, tornando-se uma fase extremamente propícia ao aparecimento de transtornos depressivos e ansiedade. Algumas características da depressão são: irritabilidade, inconsistência emocional e alterações comportamentais, também podem aparecer cefaleias, fadiga física e dores abdominais, resultando num mal rendimento nas atividades de vida diárias e tendência ao uso de álcool e drogas. (Silva et al., 2019)

A depressão pode causar limitações e danos significativos não apenas ao indivíduo, mas também à família e a sociedade. De acordo com Lacerda e Assumpção (2018), o grau de incapacidade causado por transtornos depressivos é maior do que em outras doenças crônicas, como hipertensão, diabetes, e artrites.

O termo depressão pode significar um sintoma que faz parte de inúmeros distúrbios emocionais sem ser exclusivo de nenhum deles, pode significar uma síndrome traduzida por muitos e variáveis sintomas somáticos ou ainda, pode significar uma doença, caracterizada por alterações afetivas de humor (BECK, 2022, p. 28).

Neste sentido, é importante levar em consideração a relevância do tratamento para a evolução da qualidade de vida do indivíduo, sendo um método realizado através da farmacoterapia juntamente com a psicoterapia que busca encontrar os fatores que contribuíram para o desenvolvimento da doença e auxilia no processo de saúde-doença, levando em consideração os aspectos biopsicossocial do indivíduo.

2.1 A IMPORTÂNCIA DO TRATAMENTO DA DEPRESSÃO.

De acordo com o Ministério da Saúde, o tratamento da depressão deve objetivar a reabilitação psicossocial e a promoção da saúde, além da prevenção de recorrências e piora de outras doenças coexistentes. Os recursos terapêuticos atualmente preconizados consistem em atendimento individual com orientação e acompanhamento de uma equipe multiprofissional, além da utilização de recursos como: farmacoterapia, psicoterapia e atividades comunitárias/familiares (OPAS, 2021; CFP, 2013).

Segundo a OPAS (2021) o tratamento dos transtornos depressivos não deve ser orientado apenas pela utilização de antidepressivos. O tratamento deve ter como principal objetivo melhorar a qualidade de vida do paciente, diminuir a necessidade de internação hospitalar, evitar o suicídio, reduzir as reincidências dos quadros depressivos e garantir melhor adesão a tratamento com o mínimo de efeitos adversos, considerando todo o suporte terapêutico disponível, acompanhados de alternativas como diversos recursos entre eles a farmacoterapia, psicoterapia, e a prática de atividades físicas devem ser ponderadas por uma equipe multiprofissional.

É de suma importância para o tratamento da depressão a prática de atividades físicas como aliada ao objetivo da qualidade de vida, e da saúde do indivíduo com depressão. Isso porque seus benefícios não se limitam apenas a questão física, mas também psicológica e social (TEXEIRA, 2016). Dentro dos benefícios da prática de atividades físicas podemos destacar a secreção de endorfinas, que quando liberadas proporcionam sensações de relaxamento, prazer, euforia e bem-estar, diminuindo assim as manifestações dos sintomas negativos da depressão (OZER S, et al., 2020; AAJAMI Z., 2020).

Segundo Texeira (2016) os exercícios mais indicados são a caminhada e a corrida. No caso da corrida, por ser um exercício aeróbico de alta intensidade, ela facilita a produção de monoaminas cerebrais, além de promover efeitos psicossociais no combate do alívio dos sintomas da depressão. Os autores Ozer, e Aajmami (2020) enfatizam que a prática da musculação faz com que o indivíduo libere a serotonina, substância necessária no organismo para desempenharmos as funções do dia a dia, ela faz parte dos neurotransmissores do encéfalo, ou seja, ela faz a transmissão de dados entre neurônios.

2.2 O EXERCÍCIO FÍSICO ALIADO AO TRATAMENTO DA DEPRESSÃO

Sabemos que a depressão vem se multiplicando ao longo dos anos, chegando a ser considerada o “mal do século”, sendo assim, é importante destacar que a grande maioria das pessoas podem ser beneficiadas pela prática de exercícios físicos, diminuindo os sintomas depressivos, transtornos de humor, diminuição de dores no corpo, aumentando a autoestima, qualidade de vida, entre outros; as melhorias podem ser vistas tanto a nível intrínseco quanto extrínseco. (Santiago, 2017)

Para compreensão, atividade física é caracterizada com a realização de movimentos musculares voluntários, enquanto que exercício físico é a junção dessas ações musculares de uma maneira padronizada e com o objetivo de melhorar a saúde ou o desempenho físico de quem pratica (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). Neste sentido ter boa orientação durante a realização dos exercícios é sempre importante para quem realiza, pois auxilia que a execução seja feita de qualquer forma.

O exercício físico é um grande aliado na prevenção e combate a depressão, devendo sempre ser sempre orientado por um profissional capacitado, tendo um excelente efeito terapêutico. A prática regular de exercícios físicos interfere positivamente em todos os nossos sistemas, seja ele respiratório, psíquico, cardíaco, osteomioarticular e outros. A terapia farmacológica é a mais aplicada no tratamento da depressão, porém, quando não possuem uma boa adesão do paciente os exercícios físicos são de suma importância para prevenção e tratamento. (Santiago, 2017)

Vale salientar, ainda, que o exercício físico é capaz de desencadear alterações que não se restringem apenas ao sistema nervoso central, uma vez que a neuromodulação induzida pelo treinamento pode gerar alterações a nível de sistemas nervosos periférico e autônomo, podendo contribuir positivamente, inclusive, no manejo de patologias neurais e da dor crônica (DE MORAES et al., 2018).

Nos últimos anos, tem-se observado o aumento da disposição dos indivíduos para a prática de exercício físico, a fim de alcançar o bem estar físico, mental e social. Pesquisas indicam que a prática de exercício físico está relacionada à diminuição da sintomatologia de depressão nos indivíduos. A execução deve ser recorrente e de intensidade leve a moderada (SANTOS, 2015). Estudos evidenciam a melhora na sintomatologia do quadro ansioso e/ou depressivo através de poucas semanas de execução, ocasionando um alívio emocional, melhora da autoestima e sentimento de prazer (BATISTA; OLIVEIRA, 2016)

Kandola et al. (2019), apresentou em seu estudo que atividades físicas, principalmente os exercícios físicos e esportes, provocam uma série de mudanças biológicas e benefícios psicossociais que influenciam a depressão, todavia o fato da depressão apresentar diversas variações de tipos, intensidades e sintomas que variam de pessoa para pessoa, além das próprias individualidades da pessoa em questão, não existem prescrições uniformes de tratamentos, ou seja, as variáveis fisiológicas, sociais e ambientais impedem que o exercício físico apresente um mesmo padrão de eficácia para todos que praticam.

Saeed et al. (2019), ao analisar na literatura os efeitos de diferentes tipos de exercícios para o tratamento dos transtornos de ansiedade e depressão, concluindo que os exercícios físicos aeróbicos como tratamento complementar apresenta uma maior eficácia para depressão resistente ao

tratamento, depressão unipolar e transtorno de estresse pós-traumático (subtipo de ansiedade), exercícios como yoga (principalmente para a depressão e transtorno do pânico) com duração variável de 03 a 24 semanas realizados uma vez por semana ou diariamente, com sessões de 40 a 100 minutos, e também a meditação também se mostram eficazes nos tratamento.

Portanto, entende-se que o tratamento da depressão deve visar à recuperação do paciente independentemente do público, ou faixa etária de idade, tendo como objetivo a promoção da qualidade de vida, promovendo melhoras progressivas que resultam na prevenção de recaídas através de tratamentos terapêuticos eficazes, que visam orientar os indivíduos a lidar com as ocorrências dos transtornos depressivos de forma mais realista e consciente (ASSUNÇÃO; SILVA, 2019).

Segundo Schuch e Stubbs (2019) nos últimos quarenta anos uma gama de testes foi realizada para avaliar os efeitos do exercício físico no tratamento da depressão, com resultados obtidos em várias meta-análises, foi comprovado que os resultados positivos são muitos grandes relacionado aos efeitos antidepressivos, porém, a implementação dos exercícios no cotidiano de alguém não é uma tarefa das mais fáceis, principalmente se essa pessoa for portadora de depressão, tendo por muitas vezes uma alta taxa de evasão, com probabilidade de abandono maior que para outras populações clínicas.

Atualmente tem-se abordado o que realmente é necessário fazer para ter uma melhor qualidade de vida, em meio a correria e falta de tempo da vida moderna, as pessoas buscam cada vez mais por melhorias na saúde, tendo em vista que o capitalismo implementou novas formas de trabalho, vida social e relações interpessoais, exigindo maiores esforços para dar conta de todas as responsabilidades. Nesse meio, muitas vezes acabam surgindo os transtornos depressivos, influenciando negativamente no condicionamento físico, prejudicando a saúde mental, atingindo níveis sociais e emocionais. (Ferreira, 2017)

Vários tratamentos não farmacológicos são utilizados a fim de melhorar o quadro de depressão, ansiedade e estresse. O exercício físico (EF) proporciona vantagem quando comparado com o tratamento farmacológico, por ser uma prática ativa e por não apresentar efeitos colaterais indesejáveis. Portanto, é fundamental que os indivíduos mudem seus hábitos do dia a dia, optem por uma alimentação saudável, e iniciem a prática de exercícios físicos anaeróbicos e aeróbicos de forma regular, bem como envolver-se com atividades que proporcionem bem estar e prazer (SILVA et al., 2019).

Nos últimos anos, tem-se observado o aumento da disposição dos indivíduos para a prática de EF, a fim de alcançar o bem estar físico, mental e social. Pesquisas indicam que a prática de exercício físico está relacionada à diminuição da sintomatologia de depressão nos indivíduos. A execução

deve ser recorrente e de intensidade leve a moderada (SANTOS, 2015). Estudos evidenciam a melhora na sintomatologia do quadro ansioso e/ou depressivo através de poucas semanas de execução, ocasionando um alívio emocional, melhora da autoestima e sentimento de prazer (BATISTA; OLIVEIRA, 2016).

Independentemente da modalidade, intensidade e/ou frequência utilizadas o indivíduo tem que estar motivado, para isso a escolha da atividade física seja realizada de acordo com sua preferência e gostos pessoais, já que aumenta a motivação e interesse pela mesma (ROCHA et al. 2019). O exercício físico proporciona benefícios para função cerebral, o mesmo proporciona sensações de bem estar, alegria, satisfação diminuindo a depressão e ansiedade (CAMPOS, et al. 2019).

A falta de exercícios é um fator que causa um impacto muito grande na saúde do indivíduo, seja ela física ou mental, muita das vezes começa com a diminuição da autoestima, do bem-estar, da satisfação e da socialização, acontece também o aumento do estresse, ansiedade e possivelmente a depressão; essas pessoas tem uma forte tendência a desenvolverem outras doenças, que com a prática do exercício físico poderiam ser controladas com mais facilidade, como o controle do peso corporal por exemplo. (Santos, 2019).

3 CONCLUSÃO

Conclui-se que o exercício físico é um grande aliado no tratamento da depressão, pois este está diretamente ligado aos mecanismos reguladores do bem estar físico e psicológico, é sempre importante levar em consideração a adesão do paciente ao tratamento, a faixa etária que este se encontra, as atividades físicas que se adequam a cada pessoa. No entanto não somente o exercício físico é indicado em casos de depressão, como também o uso medicamentoso de antidepressivos que atuam diretamente no sistema límbico proporcionando melhoras significativas ao paciente.

Portanto o exercício físico é fundamental para prevenir quaisquer tipos de doenças, promovendo qualidade de vida e prologando os cuidados em saúde, nesse sentido, são inúmeros os impactos que o exercício físico proporciona para o cérebro, desde de a liberação de hormônios responsáveis pelo bem-estar e pelo humor, como na manutenção de massa muscular, e melhoras de condicionamento físico.

4 REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, W. C.; SILVA, J. B. F. *Aplicabilidade das técnicas da terapia cognitivo-comportamental no tratamento de depressão e ansiedade*. Educação, Psicologia e Interfaces, v. 3, n. 1, p. 77-94, 2019. Disponível em: <https://educacaoepsicologia.emnuvens.com.br/edupsi/article/view/113>. Disponível em: 18 jan. 2023.

BARROS, L. O.; AMBIEL, R. A. M.; BAPTISTA, M. N. Depressive Symptomatology in Brazilian Postgraduate Students Stricto Sensu. *Psico*, Porto Alegre, v. 52, n. 4, p. 1-12, jul./set. 2021. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/36161/27342>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BATISTA J.L.; OLIVEIRA A. Efeitos psicofisiológicos do exercício físico em pacientes com transtornos de ansiedade e depressão. *Corpoconsci*; v. 19, n. 3, p:01-10, 2015.

BECK, J. S. *Terapia Cognitivo-comportamental: teoria e prática*. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2022.

BENTO, A. A. C.; HIGINO, M. H. P. C.; FERNANDES, A. G. O. et al. Factors Related to Depressive Symptoms in University Students. *Aquichan*, Colombia, v. 2, n. 3, jul./set. 2021. Disponível em: <https://aquichan.unisabana.edu.co/index.php/aquichan/article/view/14567/6535>. Acesso em: 10 abr. 2023.

CAMPOS C.G; MUNIZ L.A.; BELO V.S.; ROMANO M.C.C. Conhecimento de adolescentes acerca dos benefícios do exercício físico para saúde mental. *Ciênc. saúde coletiva* v. 24, n. 8, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *O Suicídio e os desafios para a Psicologia*, 2013. Disponível em: .

DE MORAES, A. A., et al. Effect of swimming training on nerve morphological recovery after compressive injury. *Neurological research* 2018;11:955-962, 2018.

Ferreira, L. W. S. (2017). A importância do exercício físico no tratamento de pessoas portadoras de depressão o mal do século (Trabalho de conclusão de curso). Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA, Ariquemes, RO, Brasil.

KANDOLA, A. et al. Physical activity and depression: Towards understanding the antidepressant mechanisms of physical activity. *Neuroscience and biobehavioral reviews*. Dez. 2019, v. 107, p. 525–539. Disponível em: . Acesso em: 06 mai. 2023.

LACERDA, M. R. P.; ASSUMPÇÃO, A. A. *Tratamento cognitivo-comportamental para mulheres com a imagem corporal distorcida pela depressão*. Pretextos – Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas, v. 3, n. 6, p. 153 – 171, 2018. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/18411/13615>. Acesso em: 25 dez. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Depressão*. www.paho.org. 2020. Disponível em URL: <https://www.paho.org/pt/topicos/depressao>. Acesso em: 24 de Março de 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. *Depressão*, 2021. Disponível em: . Acesso em: 10 de Abril de 2023.

OZER S, et al. *Evaluation of the Relationship Between Social Support and Depression ?n the Elderly With Heart Failure*. International Journal of Caring Sciences, 2020; 13(2): 1392. Acesso em: 29 de Março de 2023.

PARAMI, S., TAPAK, L., POOROLAJAL, J., MOGHIMBEIGI, A., & GHALEIHA, A. (2021). Identifying factors associated with the hospital readmission rate among patients with major depressive disorder. BMC Psychiatry, 21, 542. <https://doi.org/10.1186/s12888-021-03559-7>

ROCHA I.J.; BARROS C.A.F.; MATEUS A.M.P.; PESTANA H.C.F.C; SOUZA L.M.M.; Exercício físico na pessoa com depressão: revisão sistemática da literatura. Revista Portuguesa de Enfermagem de Reabilitação, v. 2, n. 1, p: 35-42, 2019.

SAEED, S. A. et al. Depression and Anxiety Disorders: Benefits of Exercise, Yoga, and Meditation. American family physician. Mai. 2019, v. 99 n. 10, p. 620–627. Acesso em: 06 mai.2023.

SANTOS, M. C. B. (2019). O exercício físico como auxiliar no tratamento da depressão. Revista Brasileira de Fisiologia do Exercício, 18(2), 108-115. <https://www.portalatlanticaeditora.com.br/index.php/revistafisiologia/article/view/3106>

SANTIAGO, J. O. (2017). Os benefícios do exercício físico no controle e prevenção da depressão e ansiedade (Trabalho de conclusão de curso). Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA, Ariquemes, RO, Brasil.

SCHUCH, F. B., & Stubbs, B. (2019). The Role of Exercise in Preventing and Treating Depression. Current sports medicine reports, 18(8), 299–304. <https://doi.org/10.1249/JSR.0000000000000620>

SILVA, L. C., & Santos, N. M. L. (2019). Efeitos do exercício físico nos aspectos fisiológicos, psicológicos e sociais em pessoas com depressão. Revista Científico Eletrônica de Ciências Aplicadas da FAIT, 14(2). http://www.fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/8rmACQy634bi0CY_2020-6-19-20-47-56.pdf

TEIXEIRA C.M. *Atividade física, autoestima e depressão em idosos*. Cuadernos de Psicología del deporte, 2016; 16(3): 55-66. Acesso em: 29 de abril. 2023.

WHO – World Health Organization. *ICD-10. International statistical classification of diseases and related health problems (10th ed.)*. Geneva: WHO, 2017. Disponível em: http://www.who.int/classifications/icd/ICD10Volume2_en_2017.pdf.

Design de superfície inspirado em elementos da mangaba para confecção de estampas.

Maxsuell Aquiles

Maxsuell Aquiles Information Technology | Designer | Software Engineer | Cyber security Hello, I'm Max. I'm a student of Graphic Design, programming and hacking. Aracaju, Sergipe, Brazil Summary Olá! Sou Max, e estou imerso no mundo do Design Gráfico, programação e hacking. Sempre fui apaixonado por criar e entender como as coisas funcionam, e é exatamente isso que me impulsiona. No design, busco transformar ideias em visuais marcantes; na programação, me empolgo em resolver problemas e construir sistemas; e no hacking, adoro explorar e aprender mais sobre segurança digital. Estou constantemente em busca de novos desafios e oportunidades para crescer e inovar. Se você também é apaixonado por tecnologia e design, vamos trocar ideias! --- Hello! I'm Max, and I'm immersed in the world of Graphic Design, programming and hacking. I've always been passionate about creating and understanding how things work, and that's exactly what drives me. In design, I seek to transform ideas into striking visuals; in programming, I get excited about solving problems and building systems; and hacking, I love exploring and learning more about digital security. I am constantly looking for new challenges and opportunities to grow and innovate. If you are also passionate about technology and design, let's exchange ideas! Experience Start Digital Company Estagiário de design gráfico February 2024 - Present (1 year) Aracaju, Sergipe, Brasil Working as graphic design for visual identity, social media posts and UX/UI. Page 1 of 2 Sociedade Vegetariana Brasileira - SVB Voluntário July 2024 - September 2024 (3 months) Atuei como voluntário na ONG Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB), onde contribuí de forma ativa na gestão dos meios de comunicação digitais, incluindo a criação e publicação de conteúdo para redes sociais, além de apoiar no planejamento e organização de eventos. Minha participação envolveu desde a divulgação estratégica até o suporte logístico, sempre com foco em promover os valores e objetivos da instituição.

Resumo

Este artigo trata do desenvolvimento de uma série de gravuras sobre o tema mangaba, visando tecer a relação entre o design de superfície e o ambiente em que vivemos, valorizando a biodiversidade e sua conservação. Para tanto, estuda-se a história da impressão de moda e das formas de impressão têxtil através de bibliografias de diferentes autores. A parte prática envolve dois tipos de impressão, serigrafia e sublimação.

Palavras-Chave: Design de superfície. Mangaba. Estampa. Estampagem.

Abstract

This article deals with the development of a series of engravings on the mangaba theme, aiming to weave the relationship between surface design and the environment in which we live, valuing biodiversity and its conservation. To this end, the history of fashion printing and forms of textile printing is studied through bibliographies by different authors. The practical part involves two types of printing, screen printing and sublimation.

Keywords: Surface design. Mangaba. Print. Stamping Printing.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste projeto é desenvolver uma coleção de estampas para superfícies, inspirada na cultura e na identidade visual de Aracaju, Sergipe. A escolha da mangaba como tema central das estampas representa não só a flora nativa da região, mas também as mulheres sergipanas que tradicionalmente trabalham com a colheita e venda dessa fruta. Assim, busca-se estabelecer uma relação entre o design de superfície e a cultura local, promovendo a valorização de elementos

naturais e culturais que representam o estado.

Nesta pesquisa, explora-se a história e a importância da mangaba, bem como o papel das trabalhadoras locais e do mercado público de Aracaju, onde essas frutas são vendidas e a cultura popular é vivenciada. Esse contexto cultural é uma base importante para a criação das estampas, pois fortalece a valorização do patrimônio e da sustentabilidade no design. Foram analisados produtos similares de marcas que utilizam temáticas culturais, comparando abordagens de design que visam a valorização do território e da tradição.

Parte desta pesquisa é dedicada ao estudo das estampas e sua história, uma vez que seu uso e versatilidade abrangem décadas e culturas desde o seu surgimento diferente. Também apresenta detalhadamente a breve história de três marcas de renome mundial. Designers de moda utilizando lenços estampados e suas análises. Por esta razão, eles Marcas selecionadas Dior, Chanel, Burberry London.

Uma breve história da tecnologia de impressão é delineada e mostrada a diferença entre serigrafia e sublimação, os prós e contras de cada técnica e selecionar o tecido usado para criar o produto final.

Design Thinking é um método para estimular ideação e perspicácia ao abordar problemas, relacionados a futuras aquisições de informações, análise de conhecimento e propostas de soluções. Sendo assim, o design think também relaciona-se com métodos e estratégias para abordar determinadas funções. A exemplo dos posicionamentos que as estampas da mangaba irão tomar.

2 O DESIGN DE SUPERFÍCIE

O design de superfície é uma área que busca valorizar esteticamente produtos, explorando texturas, cores e padrões aplicáveis a diferentes materiais. Segundo Mazzilli (2010), o design de superfície ultrapassa a mera ornamentação ao atribuir valor cultural e estético, possibilitando uma comunicação visual que envolve o observador. Esse conceito é essencial em projetos que exploram elementos regionais, como a mangaba, promovendo uma conexão identitária com o público local.

2.1. MANGABA

Mangaba é o fruto da mangabeira, também chamada de mangaba-ovo. É comestível e utilizado na fabricação de sucos, sorvetes, doces e bebidas vinosa. No nordeste é muito apreciada. A mangaba é uma fruta que fornece muitos benefícios para a saúde, como ajudar na perda de peso, evitar a anemia, prevenir a diabetes e combater a prisão de ventre. A fruta mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes) possui esses benefícios, porque é rica em fibras, vitamina C e antocianinas, que são nutrientes e compostos bioativos com ação antioxidante, laxativa e sacietogênica. A mangaba é uma fruta do serrado com uma polpa branca e sabor suave, doce e levemente ácido, sendo consumida ao

natural ou usada no preparo de sucos, sorvete, geléia e bolo. Além disso, a casca das árvores e as folhas podem ser usadas para fazer chás. A mangaba é o fruto da mangabeira, árvore que pode atingir cerca de sete metros de altura. Seu látex é utilizado na fabricação de uma borracha de cor rosada. É uma planta de clima tropical, nativa do Brasil, sendo muito comum nos estados do Nordeste, nas vegetações abertas como cerrado e caatinga. Começa a frutificar a partir dos três anos de idade. A palavra mangaba é de origem tupi guarani, que significa “coisa boa de comer”. A mangaba é de cor amarelada, formato arredondado e pode chegar a 6 cm. Possui cheiro forte, polpa branca e gosto bem doce. Por ser muito perecível é mais utilizada na preparação de sorvete e suco. É muito rica em ferro e vitamina C. A fruta verde é venenosa e imprópria para o consumo, causando intoxicações que podem levar à morte.

Na hidrografia sul-mato-grossense, o termo mangaba aparece em vários cursos d’água, além dos derivados, incluindo mangava. Etimologia e botânica. Mangaba, termo originário do tupi, significa “coisa boa de comer”, é o fruto da mangabeira, árvore de tronco tortuoso, comum no cerrado. História. Já era conhecida dos índios, mesmo antes da chegada dos primeiros europeus. Citada em relatos de viajantes que vieram ao Brasil a partir do século XVI, a mangaba despertou o interesse, principalmente, dos holandeses, que a consideravam, ao lado do abacaxi, a melhor fruta do país. Dentre as utilidades da mangaba, há um tipo de látex, que teve, principalmente em época de guerra, significativo valor comercial. Renato Alves Ribeiro (2010, p. 85) registra que tínhamos um caminhão novo, comprado pelo esforço de guerra pelo fato de tirarmos leite de mangaba lá no Taboco. Culinária e história.

Era uma estrada larga e corria ao longo de magníficos bosques, onde predominavam os umbus balsâmicos, espalhando ao longe o perfume das flores abertas, os piquis, carregados de frutos, e as inesgotáveis mangabeiras. E acrescenta, em nota: (mangabeira) cujo fruto tem o sabor da maçã” (EMBRAPA, 2015, p. 84).

2.2. ESTAMPAS: UMA BREVE HISTÓRIA

Mangaba é o fruto da mangabeira, também chamada de mangaba-ovo. É comestível e utilizado na fabricação de sucos, sorvetes, doces e bebidas vinosa. No nordeste é muito apreciada. A mangaba é uma fruta que fornece muitos benefícios para a saúde, como ajudar na perda de peso, evitar a anemia, prevenir a diabetes e combater a prisão de ventre. A fruta mangaba possui esses benefícios, porque é rica em fibras, vitamina C e antocianinas, que são nutrientes e compostos bioativos com ação antioxidante, laxativa e sacietogênica. A mangaba é uma fruta do serrado com uma polpa branca e sabor suave, doce e levemente ácido, sendo consumida ao natural ou usada no preparo de sucos, sorvete, geléia e bolo. Além disso, a casca das árvores e as folhas podem ser usadas para fazer chás. A mangaba é o fruto da mangabeira, árvore que pode atingir cerca de sete metros de

altura. Seu látex é utilizado na fabricação de uma borracha de cor rosada. É uma planta de clima tropical, nativa do Brasil, sendo muito comum nos estados do Nordeste, nas vegetações abertas como cerrado e caatinga. Começa a frutificar a partir dos três anos de idade. A palavra mangaba é de origem tupi guarani, que significa “coisa boa de comer”. A mangaba é de cor amarelada, formato arredondado e pode chegar a 6 cm. Possui cheiro forte, polpa branca e gosto bem doce. Por ser muito perecível é mais utilizada na preparação de sorvete e suco. É muito rica em ferro e vitamina C. A fruta verde é venenosa e imprópria para o consumo, causando intoxicações que podem levar à morte.

2.2.1 Marcas reconhecidas

Através de marcas do mundo da moda, é visto referências temáticas para a realização das estampas. Nessa etapa foram selecionadas 3 marcas do mundo da moda, DIOR, Chanel e Burberry London.

Christian Dior SE mais conhecida por Dior, é uma empresa francesa sediada em Paris, que detém o produtor e distribuidor de moda Christian Dior Couture, bem como 42% da empresa LVMH Moët Hennessy Louis Vuitton, a maior empresa mundial do sector do luxo.

Figura 1 – Logotipo da marca Dior.

The image shows the word "DIOR" in a large, bold, black serif font. The letters are closely spaced and have a classic, elegant appearance.

Fonte: Site da Dior

Figura 2 – Sede estampada da marca Dior.



Fonte: Site da Dior.

A Dior já teve várias estampas marcantes, como a de jornal da coleção “Fly Girls” e a cartela de cores do fundador, Christian Dior.

A Dior esforça-se para que a fabricação de seus produtos seja realizada em países que possuam o melhor savoir-faire para cada tipo de produto. As coleções de artigos de couro da Dior são fabricadas na Europa. Nossas coleções de sapatos e de prêt-à-porter são confeccionadas na França e na Itália.

Figura 3 – Logotipo da marca Chanel.



Fonte: Site da Chanel.

Figura 4 – Estampa da marca Chanel.



Fonte: Site da Chanel.

As letras de CHANEL foram transformadas em um motivo multicolorido em azul, rosa e preto. Essa nova tipografia exhibe largas saias plissadas, um casaco que se estende até uma saia diáfana semelhante a uma anágua e conjuntos de seda clara com calças largas. As letras sombreadas são repetidas e misturadas, borrando as linhas e sílabas. Entrelaçam-se para formar padrões geométricos que fazem referência à arquitetura dos telhados de Paris que inspiraram a coleção Primavera-Verão 2020.

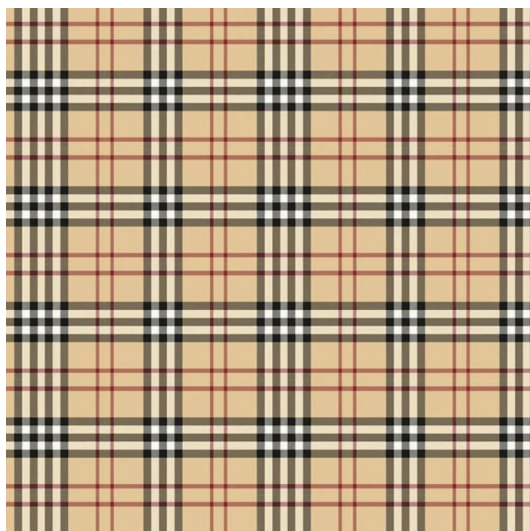
Chanel S.A se originou em 1909, quando Gabrielle Chanel abriu uma loja de chapelaria no Boulevard Malesherbes, o térreo do apartamento parisiense do empresário socialite e têxtil Étienne Balsan, de quem era a amante.

Figura 5 – Logotipo da Burberry London.



Fonte: Site da Burberry London.

Figura 6 – Estampa da marca Burberry London.



Fonte: Site da Chanel.

O “xadrez Burberry”. Criada originalmente nas cores bege, branco, preto e vermelho, é inspirada no tartã (ou tartan), um padrão quadriculado impresso no tecido de lã, típico da vestimenta escocesa. A padronagem foi patenteada pela Burberry na década de 1920 e apresentada oficialmente para o forro dos trench coat.

A Burberry começa em 1856, na Inglaterra, quando Thomas Burberry, um jovem vendedor de tecidos para cavalheiros da Ordem do Império Britânico, criou a sua própria marca com a ideia de produzir vestimentas para a proteção contra a instabilidade do clima inglês.

2.3 PROCESSOS DE IMPRESSÃO: TÉCNICAS SELECIONADAS PARA O PROJETO

Nos dias atuais, a sustentabilidade se consolidou como um elemento essencial em todas as esferas de atuação, incluindo o design de moda. Ao desenvolver um projeto, é fundamental que o designer considere os impactos ambientais desde a escolha dos materiais até a metodologia de produção. Nesse contexto, o designer assume um papel crucial, pois pode adotar práticas que minimizem os efeitos adversos sobre o meio ambiente, promovendo um ciclo de vida mais sustentável para os produtos.

A produção deve priorizar a criação de itens duradouros e de qualidade, reduzindo a quantidade de resíduos gerados e promovendo a reutilização e reciclagem dos materiais utilizados. Segundo Giacomini (2018), a adoção de práticas sustentáveis no design não é apenas uma tendência, mas uma responsabilidade ética que deve ser incorporada ao processo criativo. O conceito de ecodesign é fundamental neste contexto, onde se busca a criação de produtos que respeitem o meio ambiente, minimizando seu impacto e aumentando sua durabilidade (López e Carrillo, 2020).

Dentre as diversas técnicas de impressão disponíveis, a escolha do método adequado é essencial para garantir a qualidade e a viabilidade ambiental da produção. Pezzolo (2007) menciona que, historicamente, uma variedade de técnicas tem sido utilizada na estamparia de tecidos, como batik, serigrafia, e impressão digital. Com a evolução da tecnologia, métodos como a impressão digital e a serigrafia ganharam destaque por sua eficiência e flexibilidade na criação de estampas.

De acordo com Lauschuk (2009), a escolha da técnica de impressão deve considerar fatores como custo, qualidade e o propósito final do produto. Isso se reflete na diversidade de acabamentos e na riqueza visual que as estampas podem proporcionar. No presente projeto, optou-se pela utilização da serigrafia e da sublimação, que são reconhecidas pela sua capacidade de produzir resultados vibrantes e de alta qualidade, adequando-se às necessidades específicas do design.

2.3.1 Serigrafia

A serigrafia, também conhecida como silk-screen, é uma técnica de impressão que utiliza um estêncil, onde a imagem a ser impressa é transferida através de uma tela, que originalmente era feita de seda, mas atualmente é mais comumente feita de nylon. Este processo inicia-se com a preparação da tela, que é esticada em um quadro de madeira, alumínio ou aço. A tela é então tratada com uma emulsão fotossensível, que permite que a imagem desejada seja gravada. Após a aplicação da emulsão, a tela é exposta à luz, que solidifica a emulsão nas áreas não cobertas pela imagem ou matriz, deixando livre a parte da tela onde a tinta passará durante a impressão (Gomes, 2018). O método de impressão é realizado com a aplicação de tinta, que é forçada através da tela por meio da pressão de um rodo, garantindo que a tinta adira ao suporte, seja tecido, papel ou outro material. Cada cor utilizada na impressão exige uma tela separada, o que torna a serigrafia ideal para projetos que utilizam um número limitado de cores, permitindo um controle preciso sobre o resultado final (Hernandez, 2020).

Além de ser uma técnica visualmente impactante, a serigrafia também se destaca por suas características ecologicamente corretas. Ao optar por tintas à base de água e processos que minimizem o desperdício, os designers podem alinhar suas práticas à sustentabilidade ambiental, contribuindo para uma produção mais consciente (Silva, 2021).

Figura 7 – Processo serigráfico



Fonte: Site Emerson Design

2.3.2 Sublimação

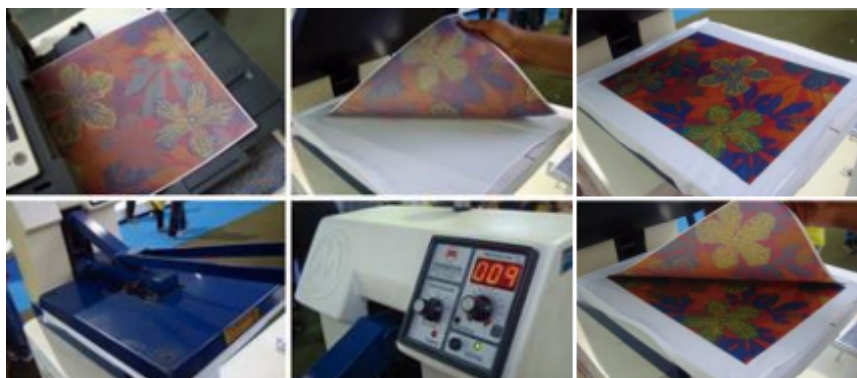
A sublimação é um processo de impressão inovador em que a tinta passa diretamente do estado sólido para o gasoso, evitando a fase líquida. Essa técnica é amplamente utilizada devido à sua capacidade de produzir imagens de alta qualidade e durabilidade, pois a impressão resulta em cores vibrantes que dificilmente desbotam com o tempo.

Um dos grandes benefícios da sublimação é que ela não altera a textura do tecido, permitindo a impressão em ambos os lados simultaneamente. Além disso, não há restrições de cores, o que proporciona liberdade criativa na elaboração de estampas complexas. Do ponto de vista ambiental, a sublimação se destaca como uma alternativa sustentável. As tintas utilizadas são à base d'água e o processo não requer pré ou pós-tratamentos no tecido, minimizando assim o consumo de água em todas as etapas da produção.

Por ser um método industrial, a sublimação é eficiente para produções em larga escala, tornando-se uma opção econômica e prática para os designers.

Embora a sublimação seja uma técnica de impressão altamente eficaz, existem algumas limitações associadas a ela. Este método é adequado apenas para tecidos sintéticos, que, embora proporcionem resultados vibrantes e duradouros, podem ter um impacto ambiental negativo, devido à sua origem petroquímica e ao fato de que sua produção contribui para a poluição e o consumo de recursos não renováveis (CAVALCANTE et al., 2020). Além disso, para garantir a qualidade da impressão, é crucial que os tecidos sejam de cores claras; caso contrário, as imagens impressas podem resultar opacas e sem brilho, o que compromete o efeito visual desejado (SILVA, 2019). Portanto, ao optar pela sublimação como método de impressão para projetos de design, é fundamental considerar esses fatores e explorar alternativas que possam oferecer melhores resultados em termos de sustentabilidade e qualidade de imagem.

Figura 9 – Processo Sublimático



Fonte: Site Padronagens & Afins.

3 METODOLOGIA: DESENVOLVIMENTO DAS ESTAMPAS

Este estudo segue uma abordagem qualitativa, uma vez que, de acordo com Minayo, a pesquisa qualitativa é “[...] caracterizada por uma análise profunda dos fenômenos e das relações entre os sujeitos e o ambiente, considerando as nuances e as particularidades do contexto social” (MINAYO, 2001, p. 21). O objetivo central é explorar as dinâmicas culturais e ambientais relacionadas ao cultivo e à utilização da mangaba (*Hancornia speciosa*) nas regiões onde essa planta tem um valor econômico e simbólico relevante para as comunidades locais.

O público-alvo são mulheres maiores de 18 anos, profissionais e donas de casa que moram sozinhas ou com cônjuges e filhos. Pertencem à categoria AB, ou seja, público que busca a beleza nos pequenos detalhes dos acessórios. São mulheres que estão em constante movimento todos os dias, seja no trabalho, em casa, ou tentando coordenar os dois, e por isso procuram acessórios para

acentuar sua beleza e elegância de forma prática e rápida.

As espécies foram selecionadas a partir da lista de espécies ameaçadas de extinção disponibilizada oficialmente pelo governo do estado em 2002. Após essa seleção, foi realizado um estudo detalhado sobre a mangaba (*Hancornia speciosa*) e outras plantas da região, abrangendo a coleta de informações sobre sua ecologia, usos culturais e relevância econômica. Com base nesse levantamento, foi feita uma busca de imagens representativas e elaborado um moodboard, que serve como uma ferramenta visual para inspirar a criação de designs e estampas que reflitam a identidade cultural e a biodiversidade local.

A escolha da mangaba como foco central é especialmente pertinente, pois essa fruta é não apenas uma parte essencial da cultura sergipana, mas também um símbolo de resistência e empoderamento para as mulheres que a cultivam e comercializam. O uso sustentável e a valorização da mangaba podem contribuir para a conscientização sobre a importância da preservação de espécies ameaçadas, alinhando-se a práticas de design que respeitam o meio ambiente e promovem a cultura local.

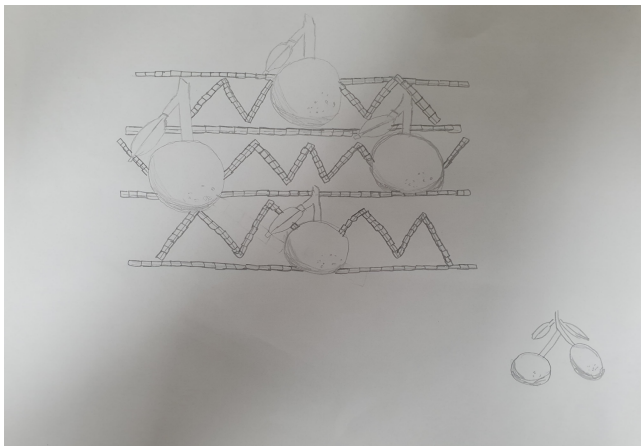
Figura 10 – MoodBoard



Fonte: Autoria própria.

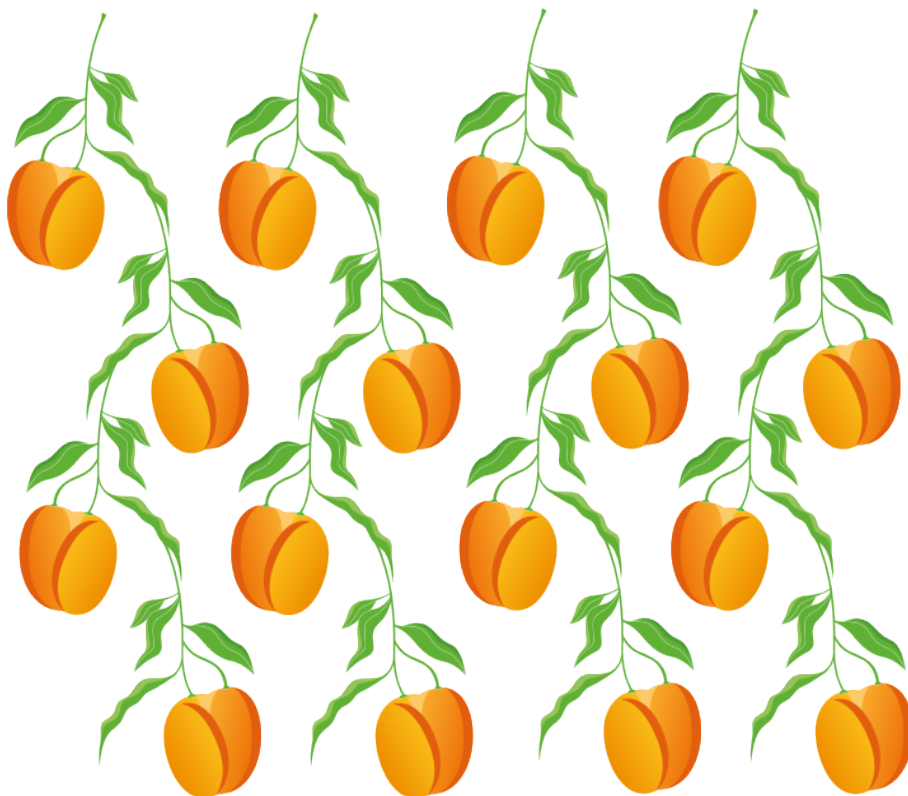
O desenho foi feito manualmente para se ter uma ideia de como será a vetorização, com grandes modificações feitas e melhorias na vetorização. A vetorização do material é feita no software gráfico, Inkscape. Com grandes inspirações e referências tiradas diretamente do moodboard. Utilizando mockups para uma melhor representação das estampas, feitos no software Photoshop.

Figura 11 – Desenho



Fonte: Autoria própria

Figura 11 – Estampa mangaba



Fonte: Autoria própria

A mangaba tem uma autoria bem distinta com relação a cores, sendo lembrada por várias tonalidades, a exemplo do verde, amarelo, laranja. Não sendo algo muito central. Porém, pela sua

padronização e por ser algo repentinamente comum a cor verde ficou de lado, como âmbito principal colocou-se o laranja com tons claros claros e escuros.

Perceba que a continuidade das plantas demonstram que suas consagradas linhas contínuas e não centrais, mostram uma determinada continuidade.

3.1 Desenvolvimento do lenço impresso em Serigrafia

Para a vetorização da mangaba foi utilizado o Rapport, que é uma tática para lógica dos objetos. Para assim, conterem uma organização e amplificação do que é necessário.

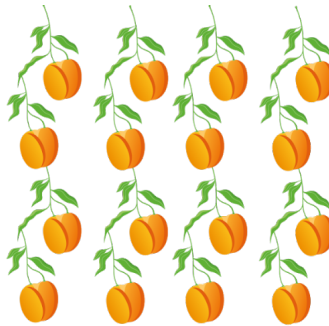
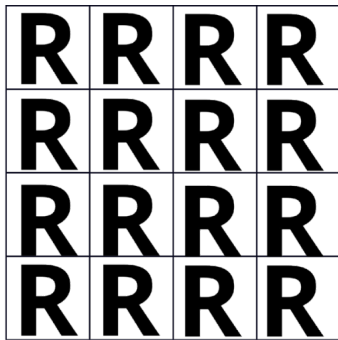
Rapport é uma derivação do termo em francês “rapporter” e significa “relatar ou trazer de volta”. O conceito, que surgiu da psicologia, é bastante utilizado na área de vendas como forma de criar uma ligação de simpatia com o prospect por meio de uma comunicação harmônica e empática.

Figura 12 – Rapport módulo



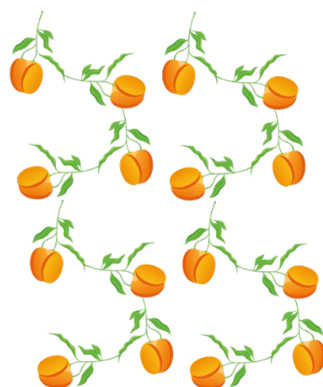
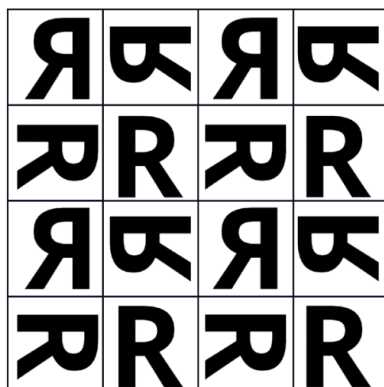
Fonte: Autoria própria

Figura 13 – Rapport translação



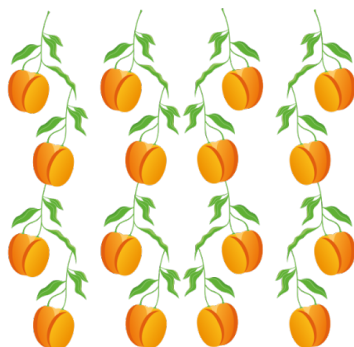
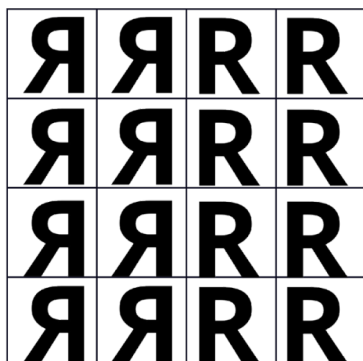
Fonte: Autoria própria

Figura 14 – Rapport modificado



Fonte: Autoria própria

Figura 15 – Rapport reflexão



Fonte: Autoria própria

Percebe-se que a figura 15 tem uma coexistência da Lei da gestalt, visto de uma maneira mais detalhada.

A lei da Gestalt é um estudo que analisa como o cérebro percebe e dá significado às formas. A teoria da Gestalt defende que a disposição dos elementos unitários é fundamental para a percepção do todo. Uma das formulações mais conhecidas é a de que “o todo é diferente da soma das partes”.

Para proporcionar uma visualização mais clara e próxima da realidade, foram utilizados mockups digitais como ferramenta de demonstração. Esses mockups simulam de forma precisa como as estampas se aplicariam a camisas, permitindo uma avaliação visual do design em um contexto mais próximo do produto final. Essa abordagem facilita a análise estética e técnica, aprimorando a percepção de como o produto poderia ser recebido pelo público-alvo e possibilitando ajustes refinados antes da produção final.

Figura 16 – Mockup frente



Fonte: Autoria própria

Figura 17 – Paleta de cores



Fonte: Autoria própria

Figura 18 – Estampa na camisa real



Fonte: Autoria própria

Utilizando o meio de personalização parcial, a qual seria a imagem centralizada na camisa ou em outro ponto alocado por aquele que deseja colocar a estampa em uma camisa.

O processo de sublimação em camisetas é uma técnica de impressão que consiste em transferir uma imagem para o tecido usando um papel especial e uma prensa térmica.

3.1.2 Problemática

A mangaba enfrenta riscos significativos devido à sua classificação como espécie ameaçada de extinção, conforme a lista oficial do governo do estado desde 2002 (BRASIL, 2002; GONÇALVES et al., 2018). A sua valorização cultural e econômica, especialmente entre as mulheres que a cultivam, é crucial para a conservação da biodiversidade local (ALMEIDA et al., 2017). No entanto, a falta de visibilidade e valorização desse fruto nas práticas de design e moda impede o reconhecimento de sua importância. Portanto, a problemática do projeto reside na necessidade de promover a mangaba como um elemento central na criação de estampas que respeitem e celebrem a biodiversidade regional.

O objetivo deste projeto é desenvolver uma série de estampas inspiradas na mangaba, que não apenas enaltece a estética e a identidade cultural sergipana, mas também contribuam para a conscientização sobre a importância da preservação de espécies ameaçadas (COSTA, 2020; SILVA et al., 2019). Através do design de superfície, busca-se conectar o público local com suas raízes culturais, valorizando a mangaba como símbolo de resistência e empoderamento feminino (RIBEIRO, 2021).

A parte prática do projeto envolverá duas técnicas de impressão: serigrafia e sublimação. A serigrafia, uma técnica que utiliza estêncil para transferir a imagem desejada, é ideal para projetos que demandam um controle rigoroso das cores e uma estética visual impactante (HERNANDEZ, 2020; PEZZOLO, 2007). Por outro lado, a sublimação permite a criação de estampas vibrantes e de alta durabilidade, uma vez que a tinta se integra ao tecido, garantindo que a textura do material não seja alterada (CAVALCANTE et al., 2020; SILVA, 2019). Ambas as técnicas foram escolhidas considerando a sustentabilidade, a qualidade do resultado final e a relevância cultural da mangaba nas peças produzidas (GIACOMIN, 2018; LÓPEZ e CARRILLO, 2020).

3.1.3 Informações

O Mercado Municipal de Aracaju, conhecido por sua diversidade de produtos e pela tradição de feiras livres, é um espaço emblemático da cultura sergipana. Inaugurado em 1880, ele não apenas serve como um centro comercial, mas também como um local de convivência social e cultural. Os frequentadores podem encontrar uma ampla variedade de produtos locais, incluindo frutas, legumes, artesanato e alimentos típicos, como a mangaba (SANTOS et al., 2020). Além disso, o mercado é um ponto de encontro para as mulheres que, tradicionalmente, desempenham papéis fundamentais na agricultura e na comercialização dos produtos, muitas vezes assumindo a liderança na valorização de ingredientes nativos (ALMEIDA, 2019). O fortalecimento dessa cultura local é essencial para o desenvolvimento de produtos que reflitam a identidade sergipana e sua biodiversidade (MARTINS, 2021).

O mercado de moda e design em Aracaju apresenta oportunidades significativas para a introdução de produtos que destacam a cultura local e a biodiversidade. Com um crescente interesse por moda sustentável e produtos que promovem a identidade cultural, a inserção de estampas inspiradas na mangaba se alinha às tendências atuais de consumo consciente (SILVA, 2020). As mulheres sergipanas, muitas vezes as principais responsáveis pela produção e venda de alimentos e artesanatos, são uma parte essencial deste mercado, influenciando diretamente a demanda por produtos que representam sua cultura e estilo de vida (SOUZA, 2021). O projeto, portanto, não só busca atender a essa demanda, mas também contribuir para a valorização da mangaba como símbolo de resistência cultural e empoderamento feminino.

Camisetas da Marca “Aracaju e Eu”

Esta marca local se especializa em camisetas que destacam ícones culturais e naturais de Sergipe. Seu foco está em criar um sentido de pertencimento e identidade entre os consumidores, usando designs que incorporam elementos da cultura sergipana (LIMA, 2021). Através de colaborações com artistas locais, a marca tem conseguido fortalecer o engajamento comunitário e promover a valorização do que é local.

Produtos da “Sergipe Arte e Cultura”

Esta iniciativa de empreendedores sergipanos oferece uma variedade de produtos artesanais, incluindo vestuário e acessórios que retratam a cultura e as tradições de Sergipe. A marca é conhecida por seu compromisso com a sustentabilidade e a promoção de práticas que respeitam o meio ambiente e as comunidades locais (COSTA, 2022). Os produtos frequentemente utilizam matérias-primas locais, como algodão e tinturas naturais, o que os torna mais atrativos para consumidores conscientes.

3.1.4 Consumidor

O perfil do consumidor para produtos inspirados na cultura sergipana e na mangaba é diversificado e reflete uma gama de aspectos demográficos, comportamentais e psicográficos. O público-alvo primário são mulheres adultas, especialmente aquelas entre 18 e 25 anos, residentes em Aracaju e nas áreas circunvizinhas. Esse grupo geralmente demonstra uma maior sensibilidade a questões de sustentabilidade e à valorização da identidade cultural local, buscando produtos que representem suas raízes (SILVA, 2020).

Além disso, o comportamento desses consumidores é influenciado pela crescente preocupação com a origem e os impactos ambientais dos produtos que adquirem. Eles tendem a priorizar marcas que promovem a sustentabilidade, a produção local e a valorização da cultura regional, destacando a autenticidade e a criatividade nos itens que escolhem (MARTINS, 2021). Muitos consumidores realizam pesquisas antes de efetuar a compra, buscando informações sobre a procedência e os valores da marca, o que evidencia um comportamento de consumo mais consciente.

Psicograficamente, esses consumidores valorizam a autenticidade e buscam produtos que reflitam suas personalidades e estilos de vida. O apego às tradições e o desejo de apoiá-las através de suas escolhas de consumo são características marcantes desse público. O empoderamento feminino e a conexão com a cultura local também são motivadores importantes, especialmente entre as mulheres (ALMEIDA, 2019; COSTA, 2022). O uso de plataformas digitais e redes sociais para compartilhar experiências e descobertas de produtos que simbolizam a cultura sergipana é bastante comum, reforçando a relevância da comunicação visual e do marketing digital para atingir esse público-alvo.

Esses fatores tornam o entendimento do perfil do consumidor crucial para o desenvolvimento de produtos que não apenas atendam às suas expectativas, mas também se alinhem aos valores que eles prezam, promovendo uma conexão mais profunda com a identidade cultural sergipana.

3.1.5 Estratégia

O desenvolvimento de produtos inspirados na mangaba e na cultura sergipana é crucial para a valorização da identidade local e para atender às demandas do mercado contemporâneo.

Primeiramente, a utilização da mangaba, uma fruta nativa rica em nutrientes, contribui para a preservação da biodiversidade e promove a conscientização ambiental, alinhando-se com a crescente demanda por práticas de consumo sustentável (MARTINS, 2021).

Além disso, os consumidores estão cada vez mais em busca de produtos que ofereçam autenticidade e que contem histórias, reforçando a conexão com suas raízes culturais (ALMEIDA, 2019). Essa busca por produtos que representam a cultura local também se traduz em uma oportunidade econômica, estimulando a produção local e favorecendo o empreendedorismo entre as mulheres sergipanas, o que, por sua vez, fortalece a economia da região (COSTA, 2022).

Portanto, a necessidade e a função desses produtos são justificadas por sua capacidade de unir sustentabilidade, identidade cultural e viabilidade econômica, criando uma proposta de valor que ressoa com as expectativas dos consumidores contemporâneos.

4. Considerações Finais

Esta pesquisa em um âmbito generalizado teve como objetivo claro e didático um processo de estampa de camisas com o tema de mangaba. Sendo assim, é feita uma correlação entre design de superfície e o ambiente a vivenciamos, valorizando e a biodiversidade.

É visto também, que pelas marcas que serviram de inspiração para a pesquisa, que a estampa é um acessório bem durável, dependendo do tecido utilizado e que toda a sua pesquisa é de âmbito interessante.

A estampa apresentada de uma maneira dialoga diretamente com o público alvo, que busca praticidade e elegância em meio à pressa do dia a dia. Faz menção a mensagem a qual propõe passar a meio deste estudo, que é a preservação do ambiente em que se vive, junto do estudo da mangaba. Predominantemente permitiu o contato com distribuidoras e consentimentos externos.

O processo foi feito com estampa manualmente digitalizada, mostrando o ambiente da mangaba. Foi produzido uma estampa feminina cuja realização englobou várias etapas de produção de têxteis, permitiu descobrir, compreender e desenvolver na prática, tudo que foi abordado durante o curso.

Referências

EMBRAPA. A cultura da mangaba. Ana da Silva Lédo ... [et al.]. Brasília, DF: Embrapa, 2015. 84 p. : il. color. ; 11 cm x 15,5 cm. (Coleção Plantar, 73). Disponível em: www.embrapa.br/busca-de-publicacoes. Acesso em: 23 ago. 2020.

EMBRAPA. A cultura da mangaba. Ana da Silva Lédo ... [et al.]. Brasília, DF: Embrapa, 2015. 84 p. : il. color. ; 11 cm x 15,5 cm. (Coleção Plantar, 73). Disponível em:

<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes>. Acesso em: 23 ago. 2020.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO DO SUL. Qual a importância da mangaba? Disponível em: <https://ihgms.org.br/vc-sabia/qual-a-importancia-da-mangaba-83#:~:text=Mangaba%2C%20termo%20originário%20do%20tupi,da%20chegada%20dos%20prim>
[eios%20europeus](https://ihgms.org.br/vc-sabia/qual-a-importancia-da-mangaba-83#:~:text=Mangaba%2C%20termo%20originário%20do%20tupi,da%20chegada%20dos%20prim). Acesso em: 18 de out. 2024.

MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

DIOR. FAQ – Alta Costura. Disponível em: https://www.dior.com/pt_br/fashion/faq-alta-costura. Acesso em: 03 nov. 2024.

CHANEL. A estampa Chanel. Disponível em: <https://www.chanel.com/br/moda/news/2019/10/a-estampa-chanel.html>. Acesso em: 03 nov. 2024.

CANSEIVENDI. A história da Chanel. Disponível em:

<https://blog.canseivendi.com.br/a-historia-da-chanel/#:~:text=A%20Chanel%20S.A%20se%20originou,de%20quem%20era%20a%20amante>.

Acesso em: 03 nov. 2024.

BURBERRY. Burberry: A marca de moda. Disponível em: <https://br.burberry.com>. Acesso em: 03 nov. 2024.

GIACOMIN, João. Design e Sustentabilidade: Uma abordagem crítica. São Paulo: Editora Senac, 2018.

LOPEZ, Marcela; CARRILLO, José. Ecodesign: estratégias para um futuro sustentável. Revista Brasileira de Design, v. 5, n. 1, p. 23-34, 2020.

PEZZOLO, Luis. Estampagem: técnicas e processos. São Paulo: Editora Universitária, 2007.

LAUSCHUK, Claudio. A prática do design: pesquisa e processos. São Paulo: Editora Blucher, 2009.

GOMES, Marcos. Fundamentos da Serigrafia: Teoria e Prática. São Paulo: Editora Senai, 2018.

HERNANDEZ, Ana. “A Arte da Impressão: Técnicas e Tendências.” Revista de Design e Tecnologia, v. 10, n. 3, p. 45-57, 2020.

- SILVA, Juliana. “Sustentabilidade na Impressão: Uma Nova Abordagem para Designers.” *Design e Meio Ambiente*, v. 5, n. 2, p. 22-30, 2021.
- LIMA, Gabriela. “Técnicas de Impressão Têxtil: Da Serigrafia à Sublimação.” *Revista Brasileira de Design Têxtil*, v. 12, n. 1, p. 15-30, 2020.
- MENDES, Felipe. “Sublimação: Vantagens e Desvantagens.” *Jornal de Tecnologia e Sustentabilidade*, v. 8, n. 2, p. 40-45, 2021.
- CAVALCANTE, D. S.; ALMEIDA, P. R.; SOUSA, A. R. “Sustentabilidade na Indústria Têxtil: Desafios e Perspectivas.” *Revista de Tecnologia e Design*, v. 15, n. 3, p. 212-225, 2020.
- SILVA, R. M. “Impactos Ambientais da Impressão Têxtil: Um Estudo de Caso.” *Jornal de Engenharia e Sustentabilidade*, v. 7, n. 1, p. 55-68, 2019.
- ALMEIDA, F. A. “Mangaba: a Fruta que Une Cultura e Sustentabilidade.” *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 10, n. 2, p. 45-58, 2019.
- LIMA, R. P.; SILVA, T. M. “A Importância da Mangaba para o Desenvolvimento Sustentável e Empoderamento Feminino.” *Revista de Estudos Sociais*, v. 8, n. 1, p. 23-37, 2020.
- ALMEIDA, T. S., LIMA, J. B., & MORAIS, A. L. (2017). Conservação e uso sustentável da mangaba: um estudo de caso em Sergipe. *Revista Brasileira de Agroecologia*.
- BRASIL. (2002). Lista oficial de espécies da fauna e flora ameaçadas de extinção. *Diário Oficial da União*.
- CAVALCANTE, R. S., SILVA, T. S., & ALVES, M. P. (2020). A sustentabilidade nas técnicas de impressão têxtil. *Revista de Design e Sustentabilidade*.
- COSTA, F. M. (2020). Design e identidade cultural: o papel da mangaba no nordeste brasileiro. *Design & Cultura*.
- GIACOMIN, J. (2018). O papel do ecodesign na moda contemporânea. *Moda e Sustentabilidade*.
- HERNANDEZ, L. A. (2020). Técnicas de impressão têxtil: serigrafia como uma opção sustentável. *Journal of Textile Science*.
- LÓPEZ, D., & CARRILLO, C. (2020). Ecodesign: strategies for sustainable textile production. *Fashion and Environment*.

- PEZZOLO, A. (2007). Impressão têxtil: uma introdução às técnicas tradicionais e contemporâneas. São Paulo: Editora Senai.
- RIBEIRO, P. A. (2021). Empoderamento feminino e agricultura: o caso da mangaba em Sergipe. *Revista Brasileira de Sociologia Rural*.
- SILVA, R. C., & ALVES, J. P. (2019). Sustentabilidade na impressão têxtil: desafios e oportunidades. *Têxtil & Sustentabilidade*.
- SILVA, T. (2019). A sublimação como técnica de impressão: uma análise ambiental. *Revista de Moda e Tecnologia*.
- GONÇALVES, M. C., & FERREIRA, A. (2018). Biodiversidade e conservação: o papel das espécies nativas no design de superfície. *EcoDesign*.
- ALMEIDA, J. P. (2019). A cultura da mangaba: tradições e práticas em Sergipe. Aracaju: Editora da UFS.
- COSTA, F. (2022). Artesanato e sustentabilidade em Sergipe: um estudo sobre a produção local. *Revista Brasileira de Antropologia*.
- LIMA, T. (2021). Identidade cultural e moda: o caso das camisetas de Aracaju. *Fashion Journal*.
- MARTINS, A. C. (2021). Mercados municipais e suas contribuições para a cultura local. *Caderno de Cultura Popular*.
- SILVA, R. (2020). Tendências da moda sustentável no Brasil. *Revista Brasileira de Moda*.
- SOUZA, L. A. (2021). Mulheres e empreendedorismo em Sergipe: desafios e conquistas. *Estudos de Gênero e Diversidade*.
- ALMEIDA, J. P. (2019). A cultura da mangaba: tradições e práticas em Sergipe. Aracaju: Editora da UFS.
- MARTINS, A. C. (2021). Mercados municipais e suas contribuições para a cultura local. *Caderno de Cultura Popular*.
- DO SITE INKSCAPE, D. Desenhe Livrement. Disponível em: <<https://inkscape.org/pt-br/>>. Acesso em: 12 nov. 2024.
- HOFSTETTER, J. O que é Gestalt? Saiba tudo sobre as leis da Gestalt. Disponível em: <<https://4ed.com.br/gestalt/>>. Acesso em: 12 nov. 2024.

Violação ao direito à identidade de gênero de pessoas transsexuais e ilícito civil: uma análise à luz dos direitos da personalidade

Isabella Pereira de Almeida

Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pós-graduada em Direito Civil e Processual Civil. Advogada orientadora na Divisão de Assistência Judiciária da Faculdade de Direito da UFMG

Resumo

O presente trabalho tem o objetivo de verificar se a violação ao direito de identidade de gênero, enquanto direito da personalidade, configura ilícito civil passível de reparação por dano moral. Para tanto, buscou-se definir os termos sexo biológico, gênero e identidade de gênero com base na doutrina e no direito internacional, bem como conceituar direitos da personalidade e ilícito civil e seus requisitos, com base em entendimentos doutrinários. Em seguida, foi feita relação entre identidade de gênero, direitos fundamentais e direitos da personalidade à luz do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.275. Dessa forma, pretendeu-se demonstrar que a identidade de gênero constitui direito fundamental relativo à personalidade, devendo ser respeitado nas relações entre particulares, sob pena de caracterização de ilícito civil.

Palavras-Chave: identidade de gênero. direitos da personalidade. ilícito civil. dano moral.

Abstract

This article aims to verify whether the violation of the right to gender identity, as a personality right, constitutes a civil offense that can be compensated for moral damages. To do so, we sought to define the terms biological sex, gender and gender identity based on doctrine and international law; to conceptualize personality rights and civil offense and their requirements, based on doctrinal understandings. Then, a relationship was made between gender identity, fundamental rights and personality rights in light of the judgment of Direct Action of Unconstitutionality 4,275. Accordingly, we intended to demonstrate that gender identity constitutes a fundamental right related to personality, and must be respected in relations between individuals, under penalty of being characterized as a civil offense.

Keywords: *gender identity. personality rights. civil offense. moral damage.*

INTRODUÇÃO

Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), o Brasil é o país onde mais se mata pessoas transsexuais no mundo^[1]. Historicamente, os direitos dessa população vêm sendo violados tanto pelo Estado como pela sociedade, sendo-lhe negados direitos básicos e fundamentais como o direito à dignidade, ao nome, à imagem e, sobretudo, à identidade.

Nessa perspectiva, propõe-se o estudo do direito à identidade de gênero como direito da personalidade, fundado no princípio da dignidade humana e seus reflexos nas relações entre particulares.

Parte-se da ideia que o direito à identidade de gênero, enquanto faceta do direito à identidade e da autodeterminação, é direito fundamental que deve ser observado tanto pelo Estado, quanto por

terceiros, conferindo a esse direito a eficácia horizontal própria dos direitos fundamentais.

O trabalho buscará responder, portanto, se o desrespeito à identidade de gênero configura ato ilícito civil passível de reparação por danos morais.

1. SEXO BIOLÓGICO, GÊNERO E IDENTIDADE DE GÊNERO

Enquanto o sexo biológico diz respeito a características biológicas, cromossômicas e físicas que distinguem mulheres e homens, gênero se refere à noção de masculino e feminino enquanto percepção e construção social[2]. Segundo Patrícia Côrrea Sanches:

“[...] a palavra “gênero” nos traduz uma ideia de atribuição social e cultural na definição do sexo, tem definição extremamente complexa, pois mesmo ampliada aos fatores externos, essa identidade de gênero é o sentimento do indivíduo quanto ao sexo que possui, o que, em alguns casos, pode não ser aquele que biologicamente tem no registro.”[3]

A identidade de gênero, por sua vez, é a forma como a pessoa se reconhece, podendo ou não corresponder à identidade física esperada a partir da atribuição do sexo no nascimento. Se houver correspondência com a designação sexual atribuída no nascimento, fala-se em cisgeneridade; em caso de dissonância entre o sexo biológico e a identidade de gênero, tem-se a transexualidade.

Nos Princípios de Yogyakarta, destinados à aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero, este último termo é conceituado como

“a profundidade sentida experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoa do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meio médicos, cirúrgicos ou outros) e outra expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos.”[4]

2. EVOLUÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS TRANSSEXUAIS NO BRASIL

A proteção à identidade de gênero das pessoas transsexuais é assunto recente no Brasil e no mundo. Nas últimas décadas, os direitos das pessoas transsexuais passaram por profundas e significativas modificações. Até a década de 70, no Brasil, a “cirurgia de readequação sexual”, hoje chamada de transgenitalização, era considerada crime de lesão corporal. Em 1976, foi apresentada denúncia pelo Ministério Público contra o médico e cirurgião plástico Roberto Farina pela prática do crime de lesão corporal grave, devido à operação de cirurgia de redesignação sexual de Waldirene, realizada, de forma pioneira, em 1971[5].

Vinte e seis anos depois, em 1997, o Conselho Federal de Medicina, por meio da resolução 1.482,

autorizou a realização de cirurgias de redesignação sexual no Brasil, ressaltando o caráter terapêutico da intervenção. A partir de 2008, o tratamento foi disponibilizado pelo Sistema Único de Saúde de forma gratuita. A mudança do prenome e gênero no assentamento de registro civil, no entanto, era condicionado, na grande maioria dos casos, à cirurgia de transgenitalização[6].

Tal cenário somente mudou em 2018, quando, em decisão histórica, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.275[7], afastou a necessidade de comprovação de realização de cirurgia de transgenitalização para que as pessoas transgênero pudessem alterar seu prenome e gênero no registro civil:

“A pessoa transgênero que comprove sua identidade de gênero dissonante daquela que lhe foi designada ao nascer, por autoidentificação firmada em declaração escrita desta sua vontade, dispõe do direito fundamental subjetivo à alteração do prenome e da classificação de gênero no registro civil pela via administrativa ou judicial, independentemente de procedimento cirúrgico e laudos de terceiros, por se tratar de tema relativo ao direito fundamental ao livre desenvolvimento da personalidade[8].”

Foi reconhecido, portanto, que o direito à identidade de gênero, aqui exteriorizado pela possibilidade de alteração de prenome e gênero no registro civil, está fundado no princípio da dignidade da pessoa humana, uma vez que tal modificação permite que a pessoa transsexual possa viver plenamente em sociedade, se apresentando a todos da forma como se autodetermina.

Nas palavras do ministro relator, “A dignidade da pessoa humana, princípio desprezado em tempos tão estranhos, deve prevalecer para assentar-se o direito do ser humano de buscar a integridade e apresentar-se à sociedade como de fato se enxerga. Solução diversa apenas reforça o estigma que conduz muitos cidadãos transgêneros à depressão, à prostituição e ao suicídio”.

3. IDENTIDADE DE GÊNERO COMO DIREITO DA PERSONALIDADE

Parte integrante da autodeterminação, o direito à identidade de gênero releva-se, portanto, como um direito da personalidade. Na Introdução aos Princípios de Yogyakarta, a orientação sexual e a identidade de gênero autodefinidas pelas pessoas são consideradas parte essencial de sua personalidade e um dos aspectos mais básicos de sua autodeterminação, dignidade e liberdade.

Os direitos da personalidade, por sua vez, tutelados pelo ordenamento jurídico brasileiro, dizem respeito ao complexo de interesses voltados ao desenvolvimento da personalidade do ser humano. São direitos subjetivos da pessoa para defender o que lhe é próprio, a saber, a sua integridade física, a sua integridade intelectual e sua integridade moral. Neste último aspecto, destacam-se os elementos honra, recato, segredo pessoal, profissional e doméstico, imagem, identidade pessoal, familiar e social[9].

Sendo, portanto, a identidade de gênero manifestação da personalidade humana, não cabe ao Estado constituir-la, mas somente reconhecê-la[10]. Sem embargo, a proteção à identidade de gênero não

deve estar restrita à relação Estado-particular. Deve-se proteger tal direito, igualmente, nas relações entre particulares, como corolário da eficácia horizontal dos direitos fundamentais.

4. VIOLAÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO E ILÍCITO CIVIL

Nesse sentido, a violação ao direito de identidade de gênero e de autodeterminação da pessoa transsexual, por particulares, seria passível de configuração de ilícito civil.

Isso porque o ordenamento jurídico brasileiro protege qualquer lesão ou ameaça a direito, devendo o agente responder pelo dano, ainda que exclusivamente moral, decorrente de ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, que viole direito de outrem^[11].

Assim, segundo Maria Helena Diniz^[12], o ato ilícito é aquele praticado em desacordo com a ordem jurídica, violando direito subjetivo individual; causa dano a outrem e cria o dever de se reparar tal prejuízo.

A reparação, por sua vez, pressupõe os seguintes requisitos: a) verificação de conduta antijurídica, ou seja, comportamento contrário ao direito, por ação ou omissão; b) a existência de dano, o qual consiste na lesão a um bem jurídico, seja de ordem material ou imaterial, de natureza patrimonial ou não; c) a existência de nexo de causalidade entre a conduta e o dano causado. ^[13]

No Código Civil, o instituto da responsabilidade civil é abordado nos artigos 186, 187 e 927, que assim dispõem:

“Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”.

A negativa de reconhecimento e tratamento pelo prenome e gênero pelos quais uma pessoa se identifica pode ser considerado, então, um ilícito civil. Tal comportamento representa uma afronta aos direitos da personalidade dos transsexuais, porque desrespeita a forma como estes se identificam e se mostram perante a sociedade. O direito de alterar o prenome e o gênero no assentamento de registro civil pouco tem sentido e importância quando seus semelhantes se recusam a reconhecê-los.

5. TRATAMENTO PELA JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA

O reconhecimento da eficácia horizontal do direito à identidade de gênero ainda não foi palco de

relevantes discussões nos Tribunais Superiores, mas já é possível observar a matéria sendo tratada nos Tribunais de Justiça.

No julgamento da Apelação 1125312-38.2015.8.26.0100, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo reconheceu a ocorrência de dano moral à honra da cartunista Laerte, pessoa transgênero, em razão de críticas feitas à sua pessoa por meio de artigo que criticava uma de suas charges. Segundo o voto relator, “a crítica se voltou à pessoa de Laerte, como transgênero, e não à charge, o que, evidentemente, confirmou o ato ilícito cometido. A crítica foi, portanto, pessoal e representou ofensa à honra”. A cartunista foi atingida pelas expressões ofensivas utilizadas pelo jornalista:[\[14\]](#) “baranga na vida”, “baranga moral”, “exibicionismo certamente doentio”, “insaciável compulsão”, “falsa senhora”, “homem-mulher”, “fraude de gênero” e “fraude moral”, “farsante”.

Em outro caso, julgado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais em 2023, foi reconhecida a responsabilidade civil do deputado Nikolas Ferreira pelas palavras proferidas à também deputada Duda Salabert, quando ambos concorriam ao cargo de vereador em Belo Horizonte/MG.

Em duas entrevistas para o jornal Estado de Minas, o deputado se negou a reconhecer Duda como mulher e, realizou, ainda, comentários jocosos e irônicos em suas redes sociais a respeito da identidade de gênero da parlamentar.

O Tribunal considerou que as declarações proferidas por Nikolas em suas redes sociais deveriam ser analisadas “a partir de um contexto social e discriminatório mais amplo” e que pensamentos de natureza ideológica, em dissonância aos entendimentos consolidados da ciência não poderiam se sobrepor à autodeterminação da deputada em se identificar como pessoa transgênero.

Assim, foi reconhecido que “a identidade de gênero, portanto, vincula-se estritamente à personalidade do indivíduo, associando-se à maneira como este reconhece, vivencia e nomeia sua experiência singular no mundo, a partir de percepções subjetivas”.

Vê-se, portanto, que a jurisprudência, ainda que de maneira incipiente, já vem tratando a identidade de gênero como direito da personalidade, de modo que sua violação por particulares configura ato ilícito civil, sendo necessária a reparação do dano moral ocasionado pelo ofensor.

CONCLUSÃO

Os direitos de personalidade das pessoas transsexuais, embora historicamente violados, vêm recebendo maior proteção jurídica nas últimas décadas. Tal evolução é fruto, principalmente, de uma intensa mobilização da comunidade LGBTQIA+ para que os grupos marginalizados tenham mais proteção e sejam tratados com igualdade e dignidade perante o estado e pela sociedade civil.

Nesse sentido, assegurar o direito à identidade de gênero das pessoas transsexuais se mostra imprescindível para que esse grupo seja inserido na sociedade de forma efetiva. Afinal, o nome e o gênero fazem parte da identidade do ser humano, moldam sua forma como vê o mundo e como é visto e tratado pela sociedade. E, para aqueles que se sentiram a vida toda como estranhos em seu próprio corpo, é ferramenta de dignidade, autodeterminação e liberdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES DO BRASIL. **Primeira trans a realizar cirurgia de mudança de sexo no Brasil foi chamada de “eunuco estilizado” na Justiça.** Disponível em: <https://www.anoreg.org.br/site/clipping-migalhas-primeira-trans-a-realizar-cirurgia-de-mudanca-de-sexo-no-brasil-foi-chamada-de-eunuco-estilizado-na-justica>. Acesso em: 9 set. 2023.

BENVENUTO, Fernanda Moreira; CARDIN, VALÉRIA S. G. Do reconhecimento dos direitos dos transexuais como um dos direitos da personalidade. **Revista Jurídica Cesumar**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 113-130, jan./2013. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/2899/1896>. Acesso em: 10 set. 2023. DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. Teoria geral do Direito Civil. 24. ed. SP: Saraiva.

LUCCA, Bruno. Brasil é o país que mais mata transexuais e travestis pelo 14º ano seguido. Folha de São Paulo. São Paulo, 26 de jan. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/01/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-transexuais-e-travestis-pelo-14o-ano-seguido.shtml>. Acesso em 9 de set. 2023.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil, I, Editora Forense, pág. 457. MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. 10ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Apelação Cível n. 1.0000.23.171244-9/001. Relator (a): Des. (a) Fabiano Rubinger de Queiroz, Belo Horizonte, julgamento em 05 de dez. 2023.

PRINCÍPIOS de Yogyakarta. Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos. Disponível em: . Acesso em: 9 set. 2023.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. 8ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo. Apelação Cível n. 0908847-35.2012.8.26.0037. Relator(a): Des.(a) Pedro Alcântara da Silva Leme Filho, São Paulo, julgamento em 04 set. 2013.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. 10ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo. Apelação Cível n. 1125312-38.2015.8.26.0100. Relator(a): Des.(a) Carlos Alberto Garbi, São Paulo, julgamento em 24 out. 2017.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Ação direta de inconstitucionalidade n. 4275/DF. Requerente: Procuradoria Geral da República. Relator: Min. Marco Aurélio. Diário da Justiça Eletrônico, 06 mar. 2018. Disponível em <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=749297200>. Acesso em 9 de set. 2023.

[1] LUCCA, Bruno. Brasil é o país que mais mata transexuais e travestis pelo 14º ano seguido. Folha de São Paulo. São Paulo, 26 de jan. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/01/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-transexuais-e-travestis-pelo-14o-ano-seguido.shtml>. Acesso em 9 de set. 2023.

- [2] BENVENUTO, Fernanda Moreira; CARDIN, VALÉRIA S. G. Do reconhecimento dos direitos dos transsexuais como um dos direitos da personalidade. **Revista Jurídica Cesumar**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 113-130, jan./2013. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/2899/1896>. Acesso em: 10 set. 2023.
- [3] BENVENUTO, Fernanda Moreira; CARDIN, VALÉRIA S. G. Do reconhecimento dos direitos dos transsexuais como um dos direitos da personalidade. **Revista Jurídica Cesumar**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 113-130, jan./2013. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/2899/1896>. Acesso em: 10 set. 2023. *apud* SANCHES, Patrícia Côrrea. Mudança de nome e da identidade de gênero. In: DIAS, Maria Berenice (Coord.). Diversidade sexual e direito homoafetivo. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2011.
- [4] PRINCÍPIOS de Yogyakarta. Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos. Disponível em: . Acesso em: 9 set. 2023.
- [5] ASSOCIAÇÃO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES DO BRASIL. **Primeira trans a realizar cirurgia de mudança de sexo no Brasil foi chamada de “eunuco estilizado” na Justiça**. Disponível em: <https://www.anoreg.org.br/site/clipping-migalhas-primeira-trans-a-realizar-cirurgia-de-mudanca-de-sexo-no-brasil-foi-chamada-de-eunuco-estilizado-na-justica>. Acesso em: 9 set. 2023.
- [6] SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. 8ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo. Apelação Cível n. 0908847-35.2012.8.26.0037. Relator(a): Des.(a) Pedro Alcântara da Silva Leme Filho, São Paulo, julgamento em 04 set. 2013.
- [7] SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Ação direta de inconstitucionalidade n. 4275/DF. Requerente: Procuradoria Geral da República. Relator: Min. Marco Aurélio. Diário da Justiça Eletrônico, 06 mar. 2018. Disponível em <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=749297200>. Acesso em 9 de set. 2023. [8] *Idem*
- [9] DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. Teoria geral do Direito Civil. 24. ed. SP: Saraiva.
- [10] SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Ação direta de inconstitucionalidade n. 4275/DF. Requerente: Procuradoria Geral da República. Relator: Min. Marco Aurélio. Diário da Justiça Eletrônico, 06 mar. 2018. Disponível em <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=749297200>. Acesso em 9 de set. 2023.
- [11] Art. 5, XXXV, da Constituição da República Federativa do Brasil c/c art. 186 do Código Civil.
- [12] DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. Teoria geral do Direito Civil. 24. ed. SP: Saraiva

[13] PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil, I, Editora Forense, pág. 457.

[14] SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. 8ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo. Apelação Cível n. 0908847-35.2012.8.26.0037. Relator(a): Des.(a) Pedro Alcântara da Silva Leme Filho, São Paulo, julgamento em 04 set. 2013.

Os impactos da alienação parental no exercício do poder familiar: Um estudo jurídico e social

Luiz Carlos Willamms Araújo dos Santos Casé

Aluno acadêmico em Direito, cursando o 9º período. Formado em Processos Gerenciais

Resumo

O presente artigo aborda os impactos da alienação parental no exercício do poder familiar, analisando as implicações jurídicas, sociais e psicológicas desse fenômeno. Fundamentado na Constituição Federal de 1988, no Código Civil de 2002 e na Lei nº 12.318/2010, o estudo discute como a alienação parental, caracterizada pela manipulação da criança ou adolescente para prejudicar a relação com um dos genitores, compromete o desenvolvimento saudável e o melhor interesse do menor. São destacados os efeitos emocionais para a criança, como ansiedade e depressão, bem como os desafios enfrentados pelos genitores envolvidos, tanto alienados quanto alienadores. O artigo explora, ainda, a aplicação da legislação brasileira e as decisões judiciais que buscam coibir essa prática, com ênfase na jurisprudência e nos mecanismos de proteção à convivência familiar. Por fim, propõe medidas de prevenção, como mediação familiar.

Palavras-Chave: Alienação Parental; Direito da Criança e do Adolescente; Convivência Familiar; Desenvolvimento Psicológico; Mediação Familiar.

Abstract

This article examines the impacts of parental alienation on the exercise of parental authority, analyzing the legal, social, and psychological implications of this phenomenon. Grounded in the Brazilian Federal Constitution of 1988, the Civil Code of 2002, and Law No. 12,318/2010, the study discusses how parental alienation—characterized by manipulating a child or adolescent to harm their relationship with one parent—compromises healthy development and the best interests of the minor. The article highlights the emotional effects on the child, such as anxiety and depression, as well as the challenges faced by both alienated and alienating parents. Additionally, it explores the application of Brazilian legislation and judicial decisions aimed at addressing this practice, emphasizing case law and mechanisms to protect family relationships. Finally, it proposes preventive measures, such as family mediation, to mitigate the consequences of parental alienation.

Keywords: Parental Alienation; Child and Adolescent Rights; Family Relationships; Psychological Development; Family Mediation.

INTRODUÇÃO

A família, reconhecida como núcleo fundamental da sociedade, ocupa uma posição central na estrutura social e jurídica brasileira. Essa relevância é consolidada pela Constituição Federal de 1988, que, em harmonia com os princípios da dignidade da pessoa humana e da proteção integral à criança e ao adolescente, estabelece a família como a base primária para o desenvolvimento social, emocional e intelectual dos seus membros. Nesse contexto, o poder familiar é concebido como um instituto jurídico que atribui aos pais direitos e deveres voltados à criação, educação e desenvolvimento pleno dos filhos, funcionando como um mecanismo essencial

para garantir a estabilidade emocional e a proteção dos interesses das crianças e adolescentes.

No entanto, o exercício do poder familiar encontra desafios significativos em situações de desarmonia familiar, como nas separações e divórcios, que frequentemente se tornam ambientes propícios para conflitos intensos entre os genitores. É nesse cenário que emerge a alienação parental, uma prática que transcende os conflitos meramente conjugais e impacta diretamente a relação entre os pais e os filhos. A alienação parental se caracteriza pela manipulação emocional ou psicológica do menor por parte de um dos genitores, visando desestruturar a relação da criança ou adolescente com o outro genitor. Essa prática prejudicial não apenas afeta o desenvolvimento psicológico da prole, mas também compromete a estrutura do poder familiar, gerando consequências que reverberam tanto no âmbito privado quanto na esfera pública.

Os impactos da alienação parental vão além das relações interpessoais e familiares. Sob a perspectiva jurídica, essa prática desafia os princípios basilares do Direito de Família, como o da convivência familiar e o melhor interesse da criança, previstos no artigo 227 da Constituição Federal. Ademais, a alienação parental tem sido objeto de regulamentação específica no Brasil, com a promulgação da Lei nº 12.318/2010, que estabelece critérios para a identificação e o enfrentamento do problema, além de medidas punitivas e protetivas destinadas a preservar a saúde emocional da criança e a integridade da relação familiar. Contudo, a aplicabilidade dessa lei e sua eficácia prática ainda geram debates no meio jurídico, especialmente no que se refere às decisões judiciais e à atuação de profissionais especializados, como psicólogos e assistentes sociais, na identificação e mediação desses casos.

Diante da complexidade desse fenômeno, o presente estudo busca explorar os impactos da alienação parental no exercício do poder familiar, examinando suas implicações jurídicas, psicológicas e sociais. A pesquisa pretende, ainda, discutir a eficácia das respostas oferecidas pelo ordenamento jurídico brasileiro, com ênfase nas medidas adotadas pelos tribunais e nos desafios práticos enfrentados na implementação da legislação vigente. Por fim, será analisada a importância de estratégias preventivas e de conscientização, como a mediação familiar e a educação parental, para minimizar os danos causados pela alienação parental e promover a efetivação do melhor interesse da criança e do adolescente.

REFERENCIAL TEÓRICO

A alienação parental é definida como qualquer interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida por um dos genitores, avós ou qualquer pessoa que detenha a guarda, com o objetivo de dificultar ou obstruir os vínculos com o outro genitor. A Lei nº 12.318/2010, conhecida como Lei da Alienação Parental, tipifica essa prática e estabelece meios para sua identificação, incluindo comportamentos como a desqualificação do outro genitor, o incentivo à exclusão e a manipulação de informações que prejudicam a relação parental.

No campo psicológico, a alienação parental é frequentemente associada ao “Transtorno de Alienação Parental” (TAP), descrito por Richard Gardner como um conjunto de sintomas

apresentados pela criança em decorrência da influência direta de um dos genitores. Esse transtorno pode levar ao rompimento dos vínculos afetivos, gerando prejuízos emocionais de longo prazo, como baixa autoestima, dificuldades de socialização e problemas no desenvolvimento emocional.

Apesar de sua relevância, o conceito de alienação parental enfrenta críticas, especialmente no contexto brasileiro. Alguns estudiosos questionaram a sua aplicação indiscriminada nos tribunais e alertaram para o risco do termo ser usado como instrumento de revitimização em casos de violência doméstica. Estudos recentes também indicam que a identificação da alienação parental exige uma abordagem cautelosa e multidisciplinar para evitar acusações infundadas e garantir a proteção integral da criança.

O Poder Familiar no Ordenamento Jurídico Brasileiro

O poder familiar é um instituto jurídico que reflete os direitos e deveres dos pais em relação à criação, educação, convivência e proteção de seus filhos. Regulamentado pelo Código Civil de 2002, em seus artigos 1.630 a 1.638, ele tem como fundamento o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, consagrado no artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Esse instituto jurídico não se limita a um exercício formal de autoridade; é, sobretudo, um dever ético e social de cuidado e proteção. Conforme ressalta Maria Berenice Dias, o poder familiar deve ser exercido em igualdade de condições entre os genitores, independentemente de estarem unidos por laços matrimoniais ou não, sendo primordial para o desenvolvimento saudável da criança.

Contudo, as práticas de alienação parental configuram uma grave alteração desse instituto, mudando-o em instrumento de conflito e de manipulação emocional, em prejuízo direto à criança e ao adolescente. Essa realidade exige uma atuação firme do Judiciário, a fim de restabelecer a convivência saudável e proteger os laços familiares.

A Lei da Alienação Parental e Sua Aplicação

A Lei nº 12.318/2010 representa um marco no Direito brasileiro ao considerar a alienação parental como uma prática prejudicial ao desenvolvimento da criança e ao exercício do poder familiar. Seu objetivo principal é proteger o direito da criança à convivência saudável com ambos os genitores, punindo condutas que dificultam ou inviabilizam essa relação.

Entre os dispositivos mais relevantes da lei, destaca-se o artigo 4º, que estabelece as medidas cabíveis para casos de alienação parental, tais como:

- Advertência ao alienador;
- Alteração do regime de convivência ou guarda;
- Determinação de acompanhamento psicológico ou assistência terapêutica;
- Declaração de suspensão ou perda do poder familiar.

Além disso, a lei enfatiza o papel dos peritos e assistentes técnicos na identificação da alienação parental, determinando a realização de avaliações psicológicas ou psicossociais em casos com insultos dessa prática. Essa abordagem multidisciplinar é fundamental para garantir que as

decisões judiciais estejam fundamentadas em critérios técnicos e no melhor interesse da criança.

Entretanto, a aplicação prática da lei enfrenta desafios. Há relatos de que, em alguns casos, o conceito de alienação parental é utilizado de maneira indevida como estratégia em disputas de guarda, especialmente para desacreditar denúncias legítimas de violência doméstica. Essa preocupação tem sido amplamente debatida no âmbito acadêmico e jurídico, com destaque para a necessidade de critérios mais claros e objetivos na identificação da alienação parental.

Além disso, discute recentes no Congresso Nacional sobre possíveis revisões ou revogações da lei, refletindo o crescente questionamento sobre sua eficácia e seu impacto no ordenamento jurídico. É essencial que estas discussões considerem tanto a proteção integral da criança quanto a prevenção de abusos processuais, garantindo que o princípio do melhor interesse da criança continue sendo o norteador das decisões judiciais.

IMPACTOS DA ALIENAÇÃO PARENTAL NO EXERCÍCIO DO PODER FAMILIAR

A alienação parental interfere diretamente no exercício do poder familiar, gerando diversas repercussões jurídicas. O Código Civil Brasileiro e a Lei da Alienação Parental preveem a adoção de medidas rigorosas para proteger o melhor interesse da criança e resguardar a convivência familiar.

Dentre as principais consequências jurídicas, destacam-se:

- Alteração da Guarda: Quando comprovada a prática de alienação parental, o genitor alienador pode perder a guarda da criança. A guarda pode ser transferida para o genitor alienado ou, em casos extremos, para terceiros, como avós ou familiares próximos, conforme o artigo 6º da Lei n.º 12.318/2010.

- Restrição ou Suspensão do Poder Familiar: O Código Civil, em seu artigo 1.638, prevê que a suspensão ou perda do poder familiar pode ser decretada quando há abuso de autoridade ou violação dos direitos da criança, situações comuns nos casos de alienação parental grave.

- Multas e Advertências: A legislação também prevê sanções como advertências e multas pecuniárias ao genitor alienador, como forma de desestimular a conduta e ressaltar a gravidade do ato.

- Judicialização das Relações Familiares: A alienação parental frequentemente leva a uma escalada de litígios judiciais, sobrecarregando o Judiciário e prolongando o sofrimento das partes envolvidas, especialmente da criança.

A atuação judicial nesses casos busca equilibrar os direitos de todos os envolvidos, com prioridade absoluta para o melhor interesse da criança, que inclui seu direito à convivência com

ambos os genitores. No entanto, a comprovação da alienação parental nem sempre é fácil, exigindo a realização de perícias psicológicas e sociais detalhadas.

Consequências Psicológicas e Sociais para a Criança e o Adolescente

O impacto mais significativo da alienação parental é sentido pela criança ou adolescente, que se torna o principal alvo dessa prática. Psicologicamente, a alienação parental pode gerar uma série de danos, como:

- Sentimento de Rejeição: A manipulação leva a criança a rejeitar o genitor alienado, criando um vazio emocional que pode se estender à vida adulta.

- Dissonância Cognitiva: A criança frequentemente experimenta conflitos internos entre o afeto que sente pelo genitor alienado e as mensagens negativas recebidas do genitor alienador.

- Ansiedade e Depressão: O ambiente de conflito e as interferências na relação parental podem desencadear transtornos emocionais, como ansiedade, depressão e baixa autoestima.

- Dificuldades de Relacionamento: A criança pode apresentar dificuldades em estabelecer vínculos saudáveis no futuro, seja em relações familiares, sociais ou afetivas.

Do ponto de vista social, a alienação parental também pode levar a um isolamento do menor, que se afasta de familiares, amigos ou comunidades associadas ao genitor alienado. Além disso, a prática afeta a rede de apoio emocional e social necessária para o desenvolvimento saudável da criança.

Impactos no Genitor Alienado

O genitor alienado sofre uma série de consequências negativas que vão além da esfera emocional. Entre elas, destacam-se:

- Prejuízo à Convivência Familiar: A manipulação por parte do genitor alienador dificulta ou impossibilita a construção de um vínculo afetivo com a criança.

- Desgaste Psicológico: O processo de alienação parental, aliado ao enfrentamento judicial, gera estresse, ansiedade e, em alguns casos, depressão no genitor alienado.

- Estigmatização Social: Muitas vezes, o genitor alienado é injustamente rotulado como irresponsável, agressivo ou indiferente, o que contribui para o afastamento social.

Impactos no Genitor Alienador

Embora muitas vezes subestimados, os impactos sobre o genitor alienador também merecem atenção. A manipulação e o controle exercidos sobre a criança frequentemente resultam em:

- Desequilíbrio nas Relações Familiares: O comportamento alienador pode gerar conflitos não apenas com o genitor alienado, mas também com outros membros da família, incluindo os próprios filhos no futuro.

••••• Consequências Jurídicas: Além das sanções previstas na Lei da Alienação Parental, o genitor alienador pode enfrentar questionamentos sobre sua capacidade parental, levando até mesmo à perda da guarda ou do poder familiar.

••••• Culpa e Rejeição Posterior: Em muitos casos, ao amadurecer, a criança reconhece a manipulação exercida e pode desenvolver ressentimentos contra o genitor alienador, rompendo os laços afetivos.

Reflexos no Contexto Social e Jurídico

A alienação parental também reflete um problema social mais amplo, relacionado à forma como o conflito entre os genitores é gerido. Essa prática expõe a necessidade de políticas públicas voltadas à educação parental e ao apoio psicológico para famílias em crise.

Do ponto de vista jurídico, a questão desafia o sistema de Justiça a desenvolver formas mais eficazes de identificar e tratar a alienação parental, de maneira célere e sensível às necessidades das crianças. A adoção de práticas de mediação e o fortalecimento de equipes multidisciplinares no Judiciário são passos fundamentais para mitigar os impactos dessa prática e promover soluções mais humanizadas.

ESTUDO DE CASOS OU JURISPRUDÊNCIA

A Aplicação da Lei da Alienação Parental pelo Judiciário Brasileiro

Desde a promulgação da Lei n.º 12.318/2010, o Poder Judiciário brasileiro tem enfrentado desafios ao interpretar e aplicar os dispositivos legais relacionados à alienação parental. Apesar de a legislação oferecer instrumentos eficazes, sua aplicação demanda análise cuidadosa das circunstâncias de cada caso, especialmente pela dificuldade em comprovar a prática de alienação parental e os seus efeitos.

•••••••• Caso 1: Alteração da Guarda em Decorrência da Alienação Parental

Em uma decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), tomada pelo juiz de Direito Vincenzo Bruno Formica Filho, da 1ª vara da Família e Sucessões de Santana/SP, o genitor alienador foi condenado à perda da guarda após ser constatada a prática de alienação parental. Durante o processo, laudos psicológicos comprovaram que o genitor promovia sistematicamente campanhas de desqualificação contra o outro, manipulando a criança a ponto de esta recusar o contato com o genitor alienado.

Segundo o juiz: “Sabe-se que a alienação parental fere frontalmente direito fundamental da criança de conviver com sua família de forma saudável, como bem observa-se do que consta no art. 3º da Lei 12.318/10 (Lei de alienação parental), devendo este juízo fornecer meios hábeis para o exercício do direito com relação ao genitor prejudicado na presente relação, neste caso, o exequente. A medida aqui determinada visa simplesmente a fazer valer o direito de

convivência entre o genitor e o menor, como medida sub-rogatória da vontade da genitora (art. 139, inc. IV, do Código de Processo Civil).”

A decisão ressaltou que “a alienação parental compromete o pleno desenvolvimento da criança, configurando abuso emocional, que deve ser cessado de forma imediata para preservar o melhor interesse do menor.” O tribunal determinou a transferência da guarda para o genitor alienado, bem como a realização de acompanhamento psicológico para ambos os genitores e para a criança.

••••• Caso 2: Suspensão do Poder Familiar

Em um julgamento no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), no acórdão proferido pela DESA. MARIA BERENICE DIAS (PRESIDENTA E RELATORA), o genitor alienador teve suspenso o exercício do poder familiar por reincidência na prática de alienação parental. O processo demonstrou que o genitor alienador impedia sistematicamente o outro genitor de exercer o direito de convivência, além de realizar acusações infundadas que visavam afastá-lo do convívio com a criança.

A decisão foi fundamentada nos artigos 4º e 6º da Lei n.º 12.318/2010 e no artigo 1.638 do Código Civil, que prevê a suspensão ou perda do poder familiar em casos de abuso de autoridade ou descumprimento dos deveres inerentes à guarda. O tribunal destacou que, em situações extremas, a aplicação de sanções severas é indispensável para proteger o desenvolvimento saudável da criança.

Estudos de Caso em Contextos Multidisciplinares

A atuação de equipes multidisciplinares, como psicólogos e assistentes sociais, é essencial para a elucidação de casos de alienação parental. Em diversos julgados, os laudos periciais foram determinantes para identificar a prática de manipulação psicológica e os danos causados à criança.

- Exemplo de Mediação com Êxito: Em um caso registrado no Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), o conflito entre os genitores foi solucionado por meio da mediação familiar. Durante as sessões, foi identificado que o comportamento alienador era motivado por ressentimentos relacionados ao divórcio. A mediação permitiu que ambos os genitores compreendessem os prejuízos que suas ações causavam à criança, resultando em um acordo que preservou a convivência familiar.

Esse exemplo demonstra a importância de métodos alternativos de resolução de conflitos, que podem evitar a judicialização prolongada e seus efeitos negativos.

Jurisprudência Relevante no Superior Tribunal de Justiça (STJ)

O Superior Tribunal de Justiça tem desempenhado um papel crucial na uniformização do entendimento sobre a alienação parental. Entre os casos emblemáticos, destaca-se o Recurso

Especial n.º 1.894.168/SP, no qual o STJ, na figura da Ministra Maria Isabel Gallotti, reforçou que a alienação parental configura abuso moral e justifica a aplicação de medidas severas, como alteração da guarda e acompanhamento psicológico.

O STJ analisou a possibilidade de alegação e processamento de alienação parental de forma incidental, mesmo em fase de execução. O Tribunal reconheceu que, diante da existência comprovada de atos de alienação parental, é cabível a adoção de medidas para coibir tais práticas, independentemente da fase processual em que se encontra o litígio. O acórdão destacou que “a lei faculta ao juízo tomar medidas para repelir a prática de atos de alienação parental de forma incidental”. Outro ponto relevante abordado pelos STJ é a necessidade de celeridade nos processos que envolvem alienação parental, considerando que o prolongamento do litígio pode agravar os danos psicológicos à criança.

Desafios na Prova da Alienação Parental

Embora a legislação forneça diretrizes claras, a alienação parental ainda enfrenta desafios relacionados à sua comprovação nos tribunais. Em muitos casos, as acusações podem ser usadas de forma indevida, como estratégia em disputas de guarda, o que exige do Judiciário uma análise criteriosa dos fatos e das provas apresentadas.

A utilização de perícias técnicas e o acompanhamento por equipes interdisciplinares têm sido ferramentas indispensáveis para que os tribunais consigam identificar os casos reais de alienação parental e evitar decisões injustas.

CONCLUSÃO

A alienação parental é um fenômeno complexo, com profundas implicações no desenvolvimento emocional e psicológico da criança, e que, quando não combatido de maneira eficaz, pode ter repercussões negativas ao longo de toda a vida da criança. Como Maria Clara Almeida afirma em sua obra *A alienação parental: impactos jurídicos e psicológicos na convivência familiar* (2021), “a alienação parental deve ser tratada não apenas como uma prática nociva entre pais, mas como um atentado aos direitos fundamentais da criança, afetando sua saúde mental, suas relações afetivas e seu futuro emocional”. Essa visão reforça a importância de uma intervenção judicial eficiente e da criação de uma rede de apoio para a criança e os genitores, para que se garanta o melhor interesse da criança, e que este seja preservado.

Por outro lado, Andreia Ferraz em *Direitos da criança e convivência familiar: a alienação parental no Judiciário Brasileiro* (2018) ressalta que o Judiciário tem avançado no tratamento da alienação parental, ao reconhecer a necessidade de medidas urgentes, como a alteração de guarda ou acompanhamento psicológico, sempre com o objetivo de restabelecer o vínculo familiar afetado. Segundo Ferraz, “o prolongamento do litígio e a resistência em buscar soluções amigáveis prejudicam a criança, exacerbando os danos psicológicos causados pela alienação”. Esse pensamento destaca a urgência de medidas rápidas e eficazes, que não apenas protejam a criança, mas que também promovam a reconciliação familiar sempre que possível.

Neste estudo, foi possível perceber que a alienação parental não é um conflito simples entre os pais, mas uma prática que afeta diretamente a integridade emocional da criança, tornando-a vulnerável. A atuação do Judiciário, aliada à ajuda de profissionais multidisciplinares, é fundamental para a identificação precoce e o tratamento adequado desse fenômeno. A jurisprudência e os exemplos citados ao longo do trabalho demonstram a gravidade do problema, evidenciando que a intervenção é não apenas necessária, mas urgente.

Propostas para Mitigar os Impactos da Alienação Parental:

- Adoção de Medidas Proativas: Conforme salientado por Maria Clara Almeida (2021), é essencial que o Judiciário, junto com a psicologia, adote medidas preventivas para evitar que a alienação parental se agrave. A medida terapêutica precoce pode prevenir danos irreparáveis e permitir a restauração do vínculo familiar. No Tribunal de Justiça de São Paulo, um caso de alienação parental foi solucionado com a intervenção psicológica, restabelecendo o vínculo entre pai e filho, o que comprova que a adoção de uma abordagem proativa é eficaz na preservação dos direitos da criança.
- Promoção da Mediação Familiar: O uso da mediação familiar é uma das abordagens mais eficazes para a resolução de conflitos, e tem sido apontada como uma solução significativa pela autora Andreia Ferraz (2018), que defende que a mediação “evita que a criança se torne uma peça no jogo de poder entre os pais e contribui para a construção de soluções equilibradas e menos traumáticas”. No caso do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, a mediação entre os pais resultou em uma resolução pacífica, permitindo que a criança mantivesse um vínculo saudável com ambos os genitores, sem sofrer os danos que a alienação parental pode causar. Isso reflete a ideia de que a mediação é uma ferramenta essencial para resolver disputas familiares, sem causar mais sofrimento à criança.
- Educação e Sensibilização: Maria Clara Almeida (2021) enfatiza que a educação de profissionais do direito, como advogados, psicólogos e juízes, é uma medida indispensável para o tratamento adequado da alienação parental. Ela argumenta que muitos casos são mal interpretados ou não reconhecidos a tempo, justamente pela falta de capacitação de quem lida diretamente com esses conflitos. Um exemplo positivo é o programa de capacitação implementado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que visa capacitar advogados e juízes para identificar sinais de alienação parental, permitindo uma abordagem mais eficaz e sensível. A disseminação de informações sobre os danos da alienação parental, como sugere Almeida, deve ser contínua, envolvendo todos os profissionais da área jurídica e social.
- Criação de Políticas Públicas: Ferraz (2018) também destaca que a criação de políticas públicas que promovam a convivência familiar e ajudem as famílias em

crise é fundamental para prevenir a alienação parental. Ela defende que “o Estado deve intervir de forma preventiva, proporcionando suporte psicológico, assistencial e jurídico para as famílias que enfrentam dificuldades no processo de separação”. O programa “Família Acolhedora”, por exemplo, criado pelo Governo do Estado de São Paulo, tem se mostrado um modelo de política pública eficaz, oferecendo apoio para a reintegração da criança ao ambiente familiar saudável e promovendo a convivência com ambos os pais, mesmo em cenários de separação. A implementação de políticas públicas semelhantes em outros estados pode expandir essa abordagem preventiva.

Em suma, a alienação parental é um problema que exige uma resposta multidisciplinar e coordenada, envolvendo profissionais do direito, psicólogos, assistentes sociais e o Judiciário. As propostas aqui discutidas, com base nos pensamentos de Maria Clara Almeida e Andreia Ferraz, visam a prevenção, identificação precoce e intervenção eficaz na alienação parental, garantindo o direito da criança a uma convivência familiar saudável e ao pleno desenvolvimento emocional. A atuação integrada das diversas esferas de apoio e a conscientização contínua sobre os danos causados pela alienação parental são fundamentais para assegurar que as crianças possam crescer em um ambiente de amor e segurança, longe dos conflitos de seus pais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Clara. **A alienação parental: impactos jurídicos e psicológicos na convivência familiar**. São Paulo: Editora JusPODIVM, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil Brasileiro. Diário Oficial da União, Brasília, 11 jan. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010**. Dispõe sobre a alienação parental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 27 ago. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112318.htm. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010**. Dispõe sobre a alienação parental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 27 ago. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112318.htm. Acesso em: 20 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (STJ). **Agravo Interno no Recurso Especial nº 1.894.168/SP.** Disponível em:

https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?dt_publicacao=30%2F11%2F2023&num_registro=202001197431&utm_source. Acesso em: 20 jan. 2025.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR). **Relatório de Mediação Familiar e Alienação Parental.** Disponível em:

https://www.tjpr.jus.br/documents/14797/43178813/09%2BGA_0027.pdf/b6116c6f-732f-af39-5896-acc2673c1551. Acesso em: 19 jan. 2025.

DIAS, Maria Berenice. TJRS, **AI 70015224140.** 12 jul. 2006. Disponível em: https://berenicedias.com.brhttps://revistadifatto.com.br/wp-content/uploads/2021/12/2006.07.12-TJRS-AI-70015224140.pdf?utm_source. Acesso em: 16 jan. 2025.

FERRAZ, Andreia. **Direitos da criança e convivência familiar: a alienação parental no Judiciário Brasileiro.** Rio de Janeiro: Editora Forense, 2018.

IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Família. **Mediação Familiar: Solução para Conflitos de Alienação Parental.** Disponível em:

<https://ibdfam.org.br/artigos/1216/Media%C3%A7%C3%A3o%2Bfamiliar%2Bcomo%2Bsolu%C3%A7%C3%A3o%2Bpara%2Baliena%C3%A7%C3%A3o%2Bparental>. Acesso em: 19 jan. 2025.

IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Família. **Para combater a Alienação Parental, MPMG cria Programa de Efetivação dos Vínculos Familiares e Parentais.** Disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/6025/Para+combater+Aliena%C3%A7%C3%A3o+Parental,+MPMG+cria+Programa+de+Efetiva%C3%A7%C3%A3o+dos+V%C3%ADnculos+Familiares+e+Parentais>. Acesso em: 20 jan. 2025.

MIGALHAS. **Juiz constata alienação parental e transfere guarda do filho ao pai.** Migalhas, 15 jul. 2021. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/397162/juiz-constata-alienacao-parental-e-transfere-guarda-do-filho-ao-pai>. Acesso em: 16 jan. 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (TJSP). **Caso de alienação parental.** Disponível em: <https://www.tjsp.jus.br/>. Acesso em: 20 jan. 2025

Ludicidade na educação: Um novo olhar para a aprendizagem

ADRIANA SCALCON

Possui Graduação em PEDAGOGIA realizado pelo(a) FACULDADES INTEGRADAS DE ARIQUEMES e Ensino médio realizado pelo(a) EEEFM RICARDO CANTANHEDE. Possui Especialização em Pedagogia gestora: administração, orientação e supervisão escolar realizado pelo(a) CELER FACULDADES , Mestrado em ENSINO-APRENDIZAGEM realizado pelo(a) , Extensão em POLITICA PÚBLICAS E EDUCAÇÃO INCLUSIVA realizado pelo(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Extensão em GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇA EM EQUIPE realizado pelo(a) SEBRAE, Extensão em EMPRETEC realizado pelo(a) SEBRAE , Extensão em CHEFIA E LIDERANÇA realizado pelo(a) SEBRAE, Extensão em RELAÇÕES HUMANAS NO TRABALHO realizado pelo(a) SEBRAE, Extensão em FORMAÇÃO CONTINUADA PARA EDUCAÇÃO INFANTIL realizado pelo(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Extensão em FORMAÇÃO CONTINUADA PARA EDUCAÇÃO INFANTIL realizado pelo(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Extensão em FORMAÇÃO CONTINUADA PARA EDUCAÇÃO INFANTIL realizado pelo(a) SEC

Resumo

O artigo teve como objetivo refletir a relevância do brincar como estratégia pedagógica nos anos iniciais do Ensino Fundamental e como o educador pode mediar esta pratica com foco na aprendizagem significativa. O ato de brincar desempenha um papel central no processo de aprendizagem, promovendo o engajamento dos estudantes, estimulando o raciocínio e incentivando a superação de desafios. As pesquisas revelaram que as atividades lúdicas são essenciais para a construção do conhecimento nessa etapa educacional, com uma ampla diversidade de possibilidades e formatos de aplicação. Nesse cenário, cabe ao educador compreender as particularidades de seus educandos e planejar ações lúdicas que se consolidem como ferramentas pedagógicas práticas, potencializando o aprendizado, o desenvolvimento e a motivação dos alunos. O estudo foi realizado em forma de pesquisa bibliográfica, onde foi explorado vários autores. Tratou no primeiro momento sobre a importância do brincar, em seguida tratou sobre o papel do professor como mediador e como o brincar pode ser empregado nas disciplinas das séries iniciais do ensino fundamental. Concluiu-se que é importante considerar que o brincar, enquanto um processo de aprendizagem e interação, não só torna o ambiente escolar mais dinâmico, mas também auxilia na formação de habilidades fundamentais para a vida, moldando o modo como as crianças se relacionam com os outros e com o mundo.

Palavras-Chave: Brincar. Professor. Aprendizagem. Lúdicas

Abstract

The article aimed to reflect on the importance of play as a pedagogical strategy in the early years of elementary education and how teachers can mediate this practice with a focus on meaningful learning. The act of playing plays a central role in the learning process, fostering student engagement, stimulating reasoning, and encouraging the overcoming of challenges. Research has revealed that playful activities are essential for building knowledge at this educational stage, offering a wide range of possibilities and application formats. In this context, it is the teacher's responsibility to understand the unique characteristics of their students and to plan playful actions that serve as practical pedagogical tools, enhancing learning, development, and student motivation. The study was conducted as a bibliographic research, exploring various authors. It initially addressed the importance of play, followed by the teacher's role as a mediator, and how play can be employed in subjects in the early years of elementary education. It concluded that it is important to consider that play, as a process of learning and interaction, not only makes the school environment more dynamic but also helps develop fundamental life skills, shaping how children

relate to others and the world around them.

Keywords: *To play. Teacher. Learning. Playful.*

1 Introdução

O brincar, enquanto estratégia pedagógica, foi amplamente reconhecido como um recurso essencial para a aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O lúdico vai além de uma simples atividade de lazer, tornando-se uma ferramenta que promove o desenvolvimento da criatividade, a interação social, o raciocínio crítico e o avanço cognitivo das crianças. Nesse contexto a ludicidade se apresenta como um meio poderoso para tornar o processo educacional mais dinâmico.

Através das brincadeiras, as crianças têm a possibilidade de explorar novas formas de agir, exercitar a criatividade, imaginar situações e ressignificar experiências importantes de suas vidas. Jogos e brincadeiras, além de serem momentos de lazer, proporcionam vivências que estimulam tanto o prazer quanto o desprazer, promovendo autoconhecimento e desenvolvendo habilidades cognitivas e emocionais. Essas atividades interessantes para o raciocínio, a solução de problemas, a tomada de decisões e o potencial criativo das crianças.

O presente artigo tem como objetivo refletir a relevância do brincar como estratégia pedagógica nos anos iniciais do Ensino Fundamental e como o professor pode mediar esta prática com foco na aprendizagem significativa. O estudo foi realizado em forma de pesquisa bibliográfica, onde foi explorado vários autores. Tratou no primeiro momento sobre a importância do brincar, em seguida tratou sobre o papel do professor como mediador e como o brincar pode ser empregado nas disciplinas das séries iniciais do ensino fundamental.

O brincar, ao ser inserido de forma adequada no ambiente escolar, não apenas facilita a compreensão de conteúdos, mas também promove o engajamento ativo dos estudantes, permitindo que eles explorem, experimentem e construam conhecimentos de maneira interativa. No entanto, a aplicabilidade efetiva do lúdico como ferramenta pedagógica depende de uma abordagem estruturada, que leve em consideração as necessidades e especificidades das crianças, bem como os objetivos educacionais propostos pelos

2 BRINCAR COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO: IMPACTOS NO COMPORTAMENTO E NA APRENDIZAGEM

A imaginação, uma capacidade humana e relativamente recente no desenvolvimento infantil, desempenha papel essencial na aquisição da aprendizagem, permitindo que as crianças criem cenários e situações. Na infância as crianças assimilam através do brincar os papéis sociais e as

regras de interação humana. Nesta etapa as brincadeiras que envolvem encenações, seguem normas implícitas e representam ideias sobre esses papéis sociais. Essas experiências permitem que elas desenvolvam a compreensão sobre as normas e os comportamentos.

Dewey (1979) defende que a educação deve priorizar o estudante, sem desconsiderar a relevância dos objetos de conhecimento. A abordagem mais eficaz para o aprendizado é a vivência prática, ou seja, aprender mediante a experiência. Essa perspectiva se opõe a métodos tradicionais baseados em memorização mecânica, repetição e cópia. O objetivo da escola não é apenas reproduzir os mesmos conhecimentos ao longo das gerações, como se o saber fosse algo fixo e imutável.

O conhecer precisa ser apresentado de forma a despertar o interesse individual do aluno pelo aprender, com foco

no desenvolvimento de habilidades. Segundo Dewey (1979, p. 214), “quando

se tem oportunidade de pôr em jogo, com atos materiais, os impulsos naturais da criança, a ida à escola é para ela uma alegria, manter a disciplina deixa de ser um fardo, o aprendizado é mais fácil”. Não se deve trabalhar os conteúdos de forma rígida e engessada, mas de maneira lúdica e provocante, a educação precisa instigar a inteligência criativa para preparar o educandos para os desafios complexos e diversos da sociedade.

Pesquisas recentes destacam a importância do professor em promover atividades lúdicas na Educação Infantil, evidenciando o brincar como essencial para o desenvolvimento integral das crianças. Essa prática fortalece a autoconfiança, habilidades sociais, empatia e compreensão de dinâmicas de convivência, como expectativa e tolerância.

Segundo Vygotsky (1987), o ato de brincar é uma expressão criativa humana que combina imaginação, fantasia e realidade, permitindo às crianças explorar novas formas de interpretar, expressar e agir no mundo. Durante as brincadeiras, as pessoas criam possibilidades inéditas de estabelecer relações sociais, sejam com outras crianças ou com adultos. Nesse contexto, a criança não age de maneira passiva; ao contrário, ela se envolve em um processo ativo de compreender o mundo ao seu redor, o que possibilita a invenção e a construção de novos significados, conhecimentos e práticas.

As crianças desenvolvem através do brincar, potencialidades tanto físicas quanto mentais que são inerentes ao ser humano. Essas experiências também proporcionam a aquisição de aprendizado e o fortalecimento de laços sociais. Além disso, o brincar interage com as forças culturais e o conhecimento acumulado, complementando métodos de ensino mais tradicionais, como o uso de quadro-negro e livros didáticos. Assim, a brincadeira, enquanto parte essencial da condição humana, ao se integrar com os elementos culturais do ambiente, se transforma em uma ponte entre a

natureza inata e o saber cultural compartilhado.

Conforme destaca Borba (2007), o brincar proporciona uma maneira única de aprendizado, especificado por um distanciamento temporário da realidade cotidiana, ainda que a ela esteja alinhada. A brincadeira cria um ambiente em que os participantes têm controle sobre a situação, o brincar é alimentado pelas referências culturais e pelas vivências que uma criança experimenta em diferentes contextos. O educador tem um papel essencial nesse processo, ampliando as oportunidades de exploração lúdica mediante as atividades relacionadas à literatura, ao teatro, às artes visuais, à fotografia e ao cinema.

É essencial que as práticas do brincar sejam valorizadas tanto na escola quanto em casa. Atividades lúdicas realizadas nesses ambientes complementam-se, reforçando a ideia de que a escola é uma extensão do lar. No entanto, é importante que as brincadeiras na escola ofereçam experiências diferenciadas das que ocorrem em casa, ampliando o repertório lúdico da criança. Além disso, brincadeiras que incentivam o movimento físico são fundamentais, pois ajudam no desenvolvimento integral e fazem com que o brincar seja uma parte essencial do trabalho pedagógico.

A brincadeira deve se fazer presente em sala, de forma intencional e, ficando claro que através da diversão se aprende. Os educadores devem compreender que uma sala sem brincadeiras e recursos atrativos, pode não atingir os conhecimentos desejados.

As atividades lúdicas precisam ser concebidas nos planejamentos escolares, na conquista do aprender, esse ato levará a escola a tornar-se um ambiente que constrói coletivamente o conhecimento de forma organizada, onde docentes e discentes, possam criar, buscar estratégias para novas práticas, se aventurar e inovar através das experiências vividas. Por isso, é fundamental que as atividades lúdicas sejam iniciadas no ambiente da sala de aula e continuem a se desenvolver no pátio e nos espaços externos da escola.

O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil define que, brincar é uma atividade essencial para desenvolver a identidade e a autonomia das crianças. Desde os primeiros anos de vida, ao se expressarem fazendo uso de gestos, filhos e, mais tarde, ao assumirem diferentes papéis em suas brincadeiras, elas ampliam sua imaginação. Durante essas atividades, as crianças têm a oportunidade de desenvolver habilidades importantes, como atenção, memória, imitação e criatividade. O brincar favorece o amadurecimento social, permitindo que, por meio da interação e da experimentação de regras e papéis, elas compreendam melhor as dinâmicas de convivência e relações sociais.

Quando o lúdico é bem planejado, estruturado e conduzido com intenção pelo professor, pode gerar impactos positivos em qualquer fase da vida. Ao despertar o interesse e a alegria no processo de aprender, ajudamos as crianças a se tornarem adultos reflexivos e críticos, prontos para compreender e transformar o mundo ao seu redor.

Conforme preconiza a BNCC (BNCC, p. 57 e 58) o Ensino Fundamental – Anos Iniciais, ao destacar a importância das atividades lúdicas no aprendizado, reforça a necessidade de manter uma conexão com as experiências vivenciadas na Educação Infantil. Essa continuidade deve incluir tanto a organização gradual dessas vivências quanto o desenvolvimento de novas maneiras de interação com o mundo. É essencial que os estudantes sejam incentivados a explorar novas formas de interpretar e questionar os fenômenos, a formular e testar hipóteses, a reavaliar suas ideias e a construir conclusões. Esse processo deve estimular uma postura ativa e participativa na construção do conhecimento.

A ludicidade pode ser uma poderosa aliada no processo de ensino-aprendizagem, funcionando como uma ponte para a interação da criança com o mundo. Por meio das brincadeiras, valorizam-se as experiências individuais e coletivas, incentivando o pensamento criativo e crítico, e transformando as práticas pedagógicas em algo mais dinâmico e significativo.

No início do Fundamental, atividades lúdicas são essenciais, desde que planejadas com objetivos claros, alinhadas ao desenvolvimento de competências. A intencionalidade assegura que o brincar contribua efetivamente para o aprendizado e o crescimento infantil.

Como preconiza a BNCC (pg 355) nos primeiros anos do Ensino Fundamental, é essencial considerar e explorar as experiências pessoais e familiares que os alunos trazem, utilizando o lúdico, a troca de ideias, a escuta atenta e conversas empáticas. Essa prática pode ocorrer em diversos espaços educativos, como bibliotecas, pátios, parques, praças, museus e arquivos. Essa abordagem valoriza atividades como trabalhos de campo, entrevistas e observações, promovendo análises e discussões que incentivem descobertas e estimulem a criatividade e o pensamento crítico dos estudantes.

Brincar é uma maneira rica e significativa de o aluno experimentar o mundo ao seu redor. Durante as brincadeiras, ele vivencia diferentes situações, toma decisões, adota posturas e atitudes, desenvolve autonomia para refletir e aprender sobre diversas situações. Cabe ao professor criar oportunidades em suas aulas para incluir momentos de ludicidade, pois esses momentos não só envolvem os estudantes como também geram resultados mais positivos.

No ato de brincar, o aluno mergulha em um processo de exploração do ambiente e das situações ao seu redor, vivenciando experiências que despertam seu interesse e facilitam o aprendizado. É

essencial que a criança tenha espaço para brincar, pois isso contribui diretamente para que se desenvolva. Quando pensamos no lúdico como ferramenta pedagógica, ele é frequentemente associado a brincadeiras, jogos e momentos de diversão, principalmente na educação infantil. Esse entendimento, no entanto, faz com que, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o uso do lúdico seja muitas vezes negligenciado por professores em suas práticas pedagógicas.

Kishimoto (2005, p.67), afirma que “as brincadeiras contribuem para desenvolver a inteligência, tornando o aprendizado mais acessível e envolvente. Por isso, elas foram incorporadas ao contexto escola”. O ensino lúdico, por sua vez, se apresenta como uma alternativa ao modelo tradicional, e todo educador deveria buscar maneiras de adaptar os conteúdos de forma mais criativa e interativa.

Nos primeiros anos do Ensino Fundamental, o brincar é uma parte essencial da rotina escolar. No entanto, à medida que os alunos avançam em sua trajetória acadêmica, os momentos de ludicidade vão, muitas vezes, desaparecendo do dia a dia em sala de aula. É importante lembrar que a Educação Infantil e os primeiros anos do Ensino Fundamental estão profundamente conectados, pois ambas etapas compartilham a essência da infância. Essas fases são marcadas por um universo rico em interações, valores, cuidado, afeto e descobertas.

O trabalho pedagógico precisa incorporar, de forma contínua, as diversas culturas e experiências que as crianças trazem em sua imaginação e vivência. Dessa forma, não apenas favorece a construção de conhecimentos, mas também respeita o direito fundamental de brincar e de viver plenamente a infância. As crianças dos anos iniciais, não devem ser vistas apenas como estudantes. Elas ainda estão em uma fase que requer espaço para brincar, explorar e ser criança.

A ludicidade e o ato de brincar criam oportunidades valiosas para que os estudantes interajam, compartilhem experiências e desenvolvam novas ideias, fortalecendo o processo de aprendizagem de forma natural e prazerosa. Os educadores que integram jogos e brincadeiras em suas práticas tornam as aulas mais dinâmicas e atraentes, incentivando as crianças a desenvolverem o raciocínio lógico, superarem desafios e estimularem sua criatividade de forma significativa.

O professor deve diversificar metodologias para tornar as aulas mais acessíveis e atrativas, utilizando jogos didáticos como ferramentas para alfabetização e desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças. Essas práticas promovem a participação ativa na construção do conhecimento. Como mediador, o educador deve estimular o raciocínio, o julgamento, a resolução de problemas e a criação de saberes, conectando os discentes a experiências significativas. Para isso, é fundamental que o professor se atualize continuamente, explorando novas estratégias que enriqueçam a aprendizagem por meio de interações e vivências práticas.

Para que a prática pedagógica seja eficaz, o professor pode partir da realidade e das necessidades das crianças, buscando alternativas que promovam a interação e aproveitando brincadeiras que incentivem o desenvolvimento de cada uma. Infelizmente, muitos educadores acabam focando apenas na transmissão de conteúdos, deixando de lado a importância do brincar em suas práticas. É fundamental compreender que a ludicidade pode ser uma poderosa aliada na realização das atividades propostas, enriquecendo o processo de aprendizagem. Segundo Abreu (2020) o brincar não deve se limitar ao momento do recreio, mas sim ser incorporado no dia a dia escolar como uma estratégia que torna o ensino mais envolvente e significativo.

Quando as crianças participam de brincadeiras e atividades lúdicas de forma espontânea e natural, elas aprendem muito mais do que ao permanecerem sentadas, refletindo de maneira isolada e mecânica. Isso evidencia a importância de integrar a ludicidade às práticas pedagógicas, criando um ambiente de aprendizado mais dinâmico e acolhedor. Ao planejar suas aulas, o professor tem a oportunidade de enriquecer o repertório cultural das crianças por meio do brincar, promovendo momentos de alegria que favorecem a interação e o fortalecimento dos laços afetivos entre os colegas, elementos indispensáveis para o desenvolvimento infantil.

O uso de estratégias lúdicas é amplamente indicado, pois estimula o interesse dos alunos e torna as atividades mais atrativas e prazerosas. Além disso, o lúdico permite a adoção de métodos variados que captam a atenção das crianças, possibilitando uma conexão mais significativa com os conteúdos abordados. Assim, o brincar se revela uma poderosa ferramenta pedagógica para envolver os estudantes de maneira criativa e divertida.

Educadores podem e devem explorar sua criatividade, seja dentro ou fora da sala de aula, utilizando jogos, brincadeiras, gincanas, músicas, encenações teatrais, competições e outras dinâmicas. O ensino lúdico vai muito além do simples ato de brincar; ele envolve a aplicação de metodologias inovadoras que incentivam o pensamento crítico, a imaginação e a criatividade das crianças, de forma leve e natural. Transformar os conteúdos em experiências interativas e envolventes é a chave para tornar as aulas mais interessantes e eficazes, promovendo um aprendizado significativo e prazeroso.

Para Santos (1997) o lúdico é uma característica inerente ao ser humano em todas as etapas da vida, ultrapassando o simples papel de entretenimento. Quando incorporada ao dia a dia, ela desempenha um papel fundamental no aprendizado e no crescimento individual, social e cultural. Além disso, favorece o equilíbrio emocional, estimula o bem-estar mental e facilita processos como socialização, comunicação e expressão pessoal.

O trabalho docente deve focar em entender como cada aluno aprende, ajustando métodos às suas características e contexto social. Com planejamento adequado, atividades lúdicas tornam-se ferramentas eficazes de ensino, alinhadas a objetivos claros, potencializando o desenvolvimento integral da criança e mantendo a aprendizagem como prioridade.

Nas séries iniciais, o uso do lúdico se apresenta como uma estratégia poderosa para tornar o ensino mais dinâmico, envolvente e eficaz. A ludicidade oferece ao docente a oportunidade de criar atividades que despertem o interesse dos estudantes e promovam a participação ativa, o raciocínio lógico e a resolução de problemas. Além disso, pode ser aplicada em diversas áreas do conhecimento, como Ciências, História, Geografia, Matemática, Artes e Língua Portuguesa, enriquecendo a aprendizagem e estimulando o avanço integral das crianças. No planejamento pedagógico, é essencial que o educador considere a realidade e as necessidades dos estudantes para propor atividades que estimulem sua criatividade e participação.

Em Língua Portuguesa, o lúdico pode ser explorado por meio de contação de histórias, jogos, leituras de gibis, atividades de caça-palavras e outros métodos criativos que desenvolvem competências de leitura, escrita e oralidade. Segundo a BNCC, práticas literárias que promovam o imaginário e o encantamento têm um potencial transformador, permitindo que os alunos se envolvam com a literatura de maneira significativa.

Na Matemática, os jogos, como dominó, quebra-cabeças e palavras cruzadas, ajudam a superar o medo e a resistência à disciplina, tornando o aprendizado mais divertido, acessível, prático e prazeroso, incentivando os alunos a desenvolverem o pensamento lógico.

A música, destacada pelos PCNs, é outra ferramenta valiosa, promovendo equilíbrio emocional, concentração e evolução cognitiva. O ensino da música pode incluir cantos, danças e uso de instrumentos, proporcionando experiências enriquecedoras e interativas.

Na Educação Física, brincadeiras e jogos populares desempenham um papel importante na socialização e na compreensão cultural. Atividades que envolvem a criação e adaptação de regras, como as destacadas na BNCC, ajudam as crianças a desenvolverem habilidades colaborativas e criativas.

Em História e Geografia, métodos lúdicos, como a construção de maquetes e desenhos baseados no cotidiano dos estudantes, conectam os conteúdos teóricos às vivências práticas, tornando o aprendizado mais significativo. Segundo a BNCC, essas atividades permitem que as crianças desenvolvam a capacidade de análise e compreensão de fenômenos históricos e geográficos, fortalecendo os vínculos afetivos e valores culturais.

Por fim, o ensino de Ciências da Natureza proporciona oportunidades para que os discentes investiguem, reflitam e ampliem sua curiosidade sobre o mundo natural e tecnológico. A BNCC reforça a importância de vivências que promovam o raciocínio lógico, a colaboração e a sistematização de ideias.

Portanto, o lúdico, quando integrado ao planejamento e aplicado de forma intencional, se torna um recurso indispensável no processo de ensino-aprendizagem. Ele permite que as crianças aprendam de maneira significativa, crítica e criativa, conectando os diversos saberes de forma integrada e prazerosa, expande as capacidades cognitivas da criança, permitindo o avanço do pensamento abstrato e a internalização de regras.

3 Considerações Finais

A pesquisa enfatiza que o uso do lúdico no ambiente escolar deve ser intencional, com o objetivo claro de promover o desenvolvimento integral do aluno, abrangendo aspectos afetivos, sociais, cognitivos e motores. Para que as atividades lúdicas realmente contribuam para a aprendizagem, é essencial que o educador compreenda sua importância e planeje atividades que tenham um propósito pedagógico. As brincadeiras não devem ser vistas como meros momentos de distração, mas como uma estratégia avançada de ensino que permite aos alunos aprender, interagir e desenvolver diferentes habilidades de forma prazerosa. Nesse contexto, o professor deve direcionar e observar como as atividades lúdicas podem impactar positivamente o processo de ensino e aprendizagem

Embora muitas vezes a ludicidade esteja associada à educação infantil, é importante considerar que o brincar deve se estender por todas as etapas da vida escolar, até mesmo na educação de adultos, onde dinâmicas e jogos são comuns. O ato de associar o ensino à brincadeira torna o aprendizado mais significativo e envolvente, estimulando o interesse e a motivação dos alunos. O objetivo do artigo era refletir a relevância do brincar como estratégia pedagógica nos anos iniciais do Ensino Fundamental e como o professor pode mediar esta prática com foco na aprendizagem significativa. Ficou evidente que com uma abordagem bem planejada, o lúdico pode ser integrado a diversas áreas do conhecimento, como ciências, história, matemática, artes e línguas, proporcionando um ambiente de aprendizagem que liberta o prazer de aprender e promove o desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais. Investir em práticas lúdicas é fundamental para manter o desejo de aprender e criar experiências educativas. Portanto, é importante considerar que o brincar, enquanto um processo de aprendizagem e interação, não só torna o ambiente escolar mais dinâmico, mas também auxilia na formação de habilidades fundamentais para a vida, moldando o modo como as crianças se relacionam com os outros e com o mundo.

4 Referências Bibliográficas

- Abreu, Z. T. O. (2020). O impacto da falta do lúdico na aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental. Disponível em https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/A_NIMA/10104/2/AD7%20certa.pdf. Acesso em 30 de novembro de 2024.
- Borba, Â. M. (2007). O brincar como um modo de ser e estar no mundo. In Brasil. Ensino fundamental de nove anos: Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade (pp. 33-45). Brasília: FNDE, Estação Gráfica.
- Brasil. (1996). Lei N.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 30 de novembro de 2024.
- Brasil. (1997). Parâmetros curriculares nacionais: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em 30 de novembro de 2024.
- BrasiL. (2018). Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versão_final_site.pdf. Acesso em 30 de novembro de 2024.
- Dewey, J. (1979). Democracia e educação: Introdução à filosofia da educação (4ª ed.). São Paulo: Ed. Nacional. (Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira).
- Kishimoto, T. M. (2005). Jogo, brinquedo, brincadeira e educação (8ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Santos, S. M. P. (1997a). Brinquedoteca: O lúdico em diferentes contextos (6ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Santos, S. M. P. (1997b). O lúdico na formação do educador (6ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Tomei, L. A. (2009). Encyclopedia of Information Technology Curriculum Integration. Information Science Reference.[e?book] Flórida: Must University.
- Vygotsky, L. S. (1979). Do ato ao pensamento. Lisboa: Moraes.
- Vygotsky, L. S. (1984). A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes.

Propriedade, Vizinhança e Conflitos Urbanos: Um Estudo sobre a Função Social no Direito Brasileiro

Melanie Liesenberg

Melanie Liesenberg Formação - Ensino médio no Colégio Visconde de Porto Seguro I, concluído em 2008; - Bacharela em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, conclusão em 27 de janeiro de 2016; - Conclusão do 1º Curso de Pós-Graduação “Lato Sensu” – Especialização em Direito Civil Patrimonial, da Escola Paulista da Magistratura, aprovado pelo Parecer nº 237/2018, do Conselho Estadual de Educação. Experiência profissional - Estágio na área de direito tributário no escritório Coimbra, Focaccia, Lebrão e Advogados, no período de julho de 2011 a novembro de 2011; - Estágio na 4ª Vara da Família e Sucessões do Foro Regional de Santo Amaro, no período de agosto de 2012 a junho de 2013; - Estágio nas áreas de direito do consumidor e trabalhista no escritório Tanaka, Oka e Izá Sociedade de Advogados, no período de fevereiro de 2014 a agosto de 2015; Escrevente - Efetivo exercício como Escrevente técnico judiciário no TJ-SP (24/10/2016 a); Efetivo exercício como assistente técnico judiciário no TJSP (até a presente data) Idiomas - Português: leitura/escrita/conversação/tradução – fluentes; - Inglês: leitura/escrita/conversação/tradução - avançadas; - Alemão: leitura/escrita/conversação/tradução – fluentes; Outras informações - Ensino fundamental e ensino médio cursados em currículo bilíngue (português e alemão); - Aprovada no Deutsches Sprachdiplom I e II; - Aprovada no XVII Exame da Ordem dos Advogados do Brasil;

Resumo

O artigo explora o direito de propriedade, destacando sua previsão na Constituição Federal de 1988 como um direito fundamental que evoluiu de um conceito absoluto para um princípio que equilibra interesses coletivos e individuais. Essa transição é influenciada pela necessidade de coexistência pacífica e pela restrição imposta pelos direitos de vizinhança, promovendo uma sociedade justa e harmoniosa, herdada desde Roma Antiga. Na modernidade, a função social da propriedade ocupa um lugar central, refletindo valores de dignidade humana e justiça social. Esse princípio constitucional, um fruto do Pós-Positivismo, transforma a propriedade em uma função vinculada ao bem-estar coletivo e ambiental, conforme estipulado na Carta Magna brasileira. As restrições derivadas das necessidades sociais, incluindo o ordenamento urbano e a conservação ambiental, ajustam o exercício desses direitos aos requisitos constitucionais. A análise do direito de posse revela debates clássicos sobre sua natureza, culminando na sua classificação como um direito com implicações sociais substanciais. A posse deve manifestar-se de acordo com a função social, convergindo em orientações comunitárias para manter a socialidade e evitar conflitos. Finalmente, a doutrina da função social do direito destaca a relevância de adaptá-lo às mudanças sociais para garantir paz e justiça. O artigo concretiza a ideia de que a solução de conflitos deve basear-se em decisões realistas, convergindo em direção a uma sociedade menos desigual e mais democrática, promovendo o convívio equilibrado nos crescentes ambientes urbanos e condominiais. A pacificação social emerge como um objetivo primário, guiando a coletividade em direção a diálogos e convívios harmoniosos, resgatando e fortalecendo o pacto social.

Palavras-Chave: Direito de propriedade. Posse. Constituição Federal. Função social. Direitos fundamentais. Vizinhança. Justiça social. Dignidade humana. Urbanização. Pós-Positivismo. Posse. Direito Civil. Sustentabilidade ambiental. Conflitos urbanos. Harmonia social. Desenvolvimento sustentável.

Abstract

The article explores property rights, focusing on their provision in the 1988 Federal Constitution as a fundamental right that evolved from an absolute concept to a principle balancing collective and individual interests. This transition is guided by the need for peaceful coexistence and the restrictions imposed by neighborhood rights, promoting a just and harmonious society, rooted in

Ancient Rome. In modernity, the social function of property takes a central role, reflecting values of human dignity and social justice. This constitutional principle, a product of Post-Positivism, turns property into a function tied to collective and environmental welfare, as stipulated in Brazil's Magna Carta. Restrictions derived from social needs, including urban planning and environmental conservation, align the exercise of these rights with constitutional mandates. The analysis of possession rights reveals classic debates on their nature, culminating in their classification as a right with substantial social implications. Possession must manifest according to its social function, converging in community-oriented guidelines to maintain sociality and prevent conflicts. Finally, the doctrine of the social function of law highlights the importance of adapting to social changes to ensure peace and justice. The article solidifies the idea that conflict resolution should be based on realistic decisions, driving towards a less unequal and more democratic society, promoting balanced coexistence in growing urban and condominium environments. Social pacification emerges as a primary goal, guiding the community towards dialogues and harmonious living, rescuing and strengthening the social contract.

Keywords: Property rights. Possession. Federal Constitution. Social function. Fundamental rights. Neighborhood. Social justice. Human dignity. Urbanization. Post-Positivism. Possession. Civil law. Environmental sustainability. Urban conflicts. Social harmony. Sustainable development.

1. Introdução.

O direito de propriedade está previsto no *caput*^[1] e no inciso XXII^[2] do artigo 5º da Constituição Federal de 1988. Dentre os direitos fundamentais assegurados pela Magna Carta, o da propriedade se encontra em destaque.

Historicamente, a propriedade nasce como um conceito absoluto, tendo sido dessa forma prevista nas primeiras Constituições, que positivavam o direito de propriedade como um direito natural do ser humano. Atualmente, entretanto, como princípio constitucional, o direito de propriedade deve ser ponderado, tendo em vista a existência de outros direitos do mesmo quilate que com ele podem, casuisticamente, confrontar. Dentre as restrições ao exercício do direito de propriedade, as regras que constituem o direito de vizinhança encontram relevo, na medida em que têm como objetivo evitar conflitos de interesses entre proprietários vizinhos.

Apesar da atualidade da necessidade de positivação de regras e princípios visando à disciplina de situações provenientes da vizinhança, como base para a construção de paz social e de uma sociedade justa, referidas situações remontam à Roma Antiga, conforme prenota Ulderico Pires dos Santos:

“De notar-se que o princípio não é novo. Desde o período de Augusto, que precedeu a vinda de Cristo e o remate da República Romana, prevaleceu o *ius gentium*, comum a todos os povos do Mediterrâneo, sobrevivendo o comum *et aequum* e a boa-fé. De lá pra cá, após a construção do direito magistratural e sempre sob a influência do *ius gentium* a preocupação com o respeito alheio foi num crescendo contínuo, tendo como ponto de partida o *ius civile*. Posteriormente surgiu o direito clássico, que foi até Diocleciano, sendo o direito magistratural substituído pela *cognitio extra*

ordinem, encampada pelo Imperador, mas a preocupação sempre foi a mesma.” [\[3\]](#)

O uso da propriedade constitui um terreno fértil para a manifestação de conflitos humanos. Hodiernamente, a verticalização das cidades e aglomeramentos acarretam situações de vizinhança que exigem maior regramento a respeito dos direitos de vizinhança, na medida em que a realidade de proximidade física altera radicalmente o relacionamento entre os indivíduos residentes de centros urbanos, especialmente entre vizinhos residentes de condomínios edilícios.

2. Função social da propriedade.

Com a formação do Estado Constitucional de Direito, cuja consolidação ocorreu ao longo das últimas décadas do século XX, as Constituições, que antes se limitavam a prescrever os fundamentos da organização do Estado e do Poder, passaram a prever também valores especialmente relativos à dignidade da pessoa humana. A Constituição passa a ter forte conteúdo axiológico, prevendo valores como os de justiça social, moralidade e equidade.

Como marco filosófico, que surge após o fim da segunda guerra mundial, o Pós-Positivismo reconhece a centralidade dos direitos fundamentais, reaproximando o Direito da Ética e reconhecendo a centralidade dos direitos fundamentais. A Constituição passou a ocupar lugar central no ordenamento jurídico e, como um dos aspectos decorrentes da constitucionalização do Direito, surge a eficácia horizontal dos direitos fundamentais, que impõe a aplicação dos direitos fundamentais às relações entre particulares.

Nesta ótica, despontou o denominado Direito Civil Constitucionalizado. A partir de então, o grande centro das preocupações, inclusive no que atine às relações entre os particulares, deixou de ser a propriedade, passando a constituir a dignidade da pessoa humana, que é fundamento da República Federativa do Brasil [\[4\]](#), parâmetro basilar do Direito Civil. A respeito do Direito Civil Constitucional, explica Gustavo Tepedino:

“Diante da promulgação do Código, deve-se construí-lo interpretativamente, com paixão e criatividade, no sentido de buscar a sua máxima eficácia social, harmonizando-o com o sistema normativo civil-constitucional. Um novo tempo não se realiza com a produção de leis novas, desconhecendo-se a identidade cultural da sociedade. É preciso que se ofereça aos profissionais do Direito, com esforço e inteligência, a interpretação mais compatível com a Constituição da República, com os valores da sociedade, com a experiência do Direito vivo, forjado, em grande parte, pelos magistrados. Assim será possível verificar criticamente os aspectos que poderiam estar melhor redigidos, ou que poderiam estar regulados de outra maneira, procurando, de todo modo, esgotar as possibilidades hermenêuticas de *lege lata*.”

[\[5\]](#)

Nesse contexto, se insere a análise a respeito da função social da propriedade. No ordenamento jurídico brasileiro, a função social da propriedade foi pela primeira vez positivada pela Constituição Federal de 1934, a qual garantia, em seu artigo 113, que “é garantido o direito de propriedade, que não poderá ser exercido contra o interesse social ou coletivo, na forma que a lei determinar”.

A Constituição Federal de 1988 consagra os direitos humanos, que são direitos fundamentais, e, no *caput* do artigo 5º e seus incisos XXII e XXIII, dispõe:

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XII – é garantido o direito de propriedade;

XXIII – a propriedade atenderá a sua função social”.

A propriedade pode ser definida como o direito subjetivo que assegura o monopólio da exploração de um bem e de fazer valer esta faculdade contra todos que eventualmente queiram ao direito de propriedade se opor. De acordo com Orlando Gomes, a propriedade é “a soma de todos os direitos possíveis que pertencem ao proprietário sobre sua coisa, quais são os da posse, uso, gozo e livre disposição.” [\[6\]](#)

Entretanto, por constituir o direito de propriedade o mais amplo dos direitos subjetivos patrimoniais do homem, ele sofre restrições ao seu exercício, impostas não só pelo interesse coletivo, como previsto em âmbito constitucional, mas também na esfera do interesse individual, sendo que, dentre as restrições individuais, destacam-se as determinadas pelas relações de vizinhança, que também asseguram o cumprimento da função social da propriedade. Nesse sentido, afirma Orlando Gomes:

“A propriedade deixou de ser o direito subjetivo do indivíduo e tende a se tornar uma função social do detentor da riqueza mobiliária e imobiliária; a propriedade implica para todo detentor de uma riqueza a obrigação de empregá-la para o crescimento da riqueza social e para a interdependência social. Só proprietário pode executar uma certa tarefa social. Só ele pode aumentar a riqueza geral utilizando a sua própria; a propriedade não é, de modo algum, um direito intangível e sagrado, mas um direito em contínua mudança que se deve modelar sobre as necessidades sociais às quais deve responder.” [\[7\]](#)

De tal modo, a proteção da propriedade e o princípio da função social exigem aplicação harmônica. A propriedade deve ser exercida de tal forma que se torne possível a

coexistência social, pois, caso contrário, as propriedades se esvaziariam na colisão de seus desdobramentos. Dessa forma, o direito de propriedade e o exercício da posse devem vigorar sob a ótica da função social. Em última análise, pode-se afirmar que a propriedade sem função social é o mesmo que exercício abusivo de direito. Pelo exposto, temos que a função social representa um elemento inseparável da estrutura do direito de propriedade. E é por isso, com o fundamento na função social da propriedade, que a intervenção estatal na esfera dominial privada se legitima.

A Carta Magna estende a função social da propriedade, para dela consagrar outras expressões e, dentre elas, se destaca a função socioambiental da propriedade, inserida, no ordenamento, de forma expressa, no artigo 225[8] da Constituição Federal de 1988, como um dos princípios que devem ser observados para a devida valorização da propriedade, que deve, nesse contexto, atender à preservação do meio ambiente. Os parágrafos e incisos do artigo em comento preveem medidas de políticas públicas que devem ser adotadas pelo Estado, a fim de assegurar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, limitando o exercício da propriedade, para que a função socioambiental da propriedade seja devidamente atendida, assegurando a sadia qualidade de vida do povo.

Ainda, para o fim de garantir a função social da propriedade, a Constituição Federal de 1988 estabelece ao longo de seu art. 182, parágrafos e incisos, políticas urbanas públicas, com o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das cidades e garantir o bem-estar de seus habitantes, cuja competência administrativa cabe aos Municípios, sendo que o art. 182, §2º[9] da Constituição Federal de 1988 expressamente estabelece que, para que a propriedade urbana cumpra a sua função social, ela deverá atender às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

Dentre as diversas passagens constitucionais que trazem aspectos da função social da propriedade, destacam-se, ainda, os artigos 170, III[10] da Constituição Federal de 1988, bem como o artigo 186, I, II e III[11] e o artigo 184[12] do Texto Maior de 1988, que estabelecem, respectivamente, que a ordem econômica deve observar a função social da propriedade e que a propriedade rural deve cumprir os requisitos constitucionais, a fim de que atenda à função social da propriedade, sob pena de desapropriação para fins de reforma agrária. A respeito da ênfase constitucional sobre a função social da propriedade, discorre Flávio Tartuce:

“Sendo assim, devem os estudiosos da matéria estar atentos a essa preocupação constitucional, no sentido de atender aos interesses dos indivíduos e, sobretudo, da coletividade, na persecução prática da efetivação do direito de propriedade. As questões relativas aos direitos reais devem ser encaradas sob o prisma da dignidade da pessoa humana (art. 1.º, III, da CF/1988), da solidariedade social (art. 3.º, I, da CF/1988) e da isonomia ou igualdade *lato sensu* (art. 5.º, caput, da CF/1988). A tríade dignidade-solidariedade-igualdade deve ter um papel principal no estudo dos institutos privados, como se verá dos próximos capítulos deste livro.”[13]

Conclui-se que a Constituição Federal de 1988 procura garantir o exercício e a interpretação da propriedade, seja ela urbana ou rural, em conformidade com a sua função social,

buscando, assim, fazer com que a propriedade possa atender aos interesses das pessoas que compõem a sociedade, além de apenas os interesses do proprietário, sob o prisma do solidarismo constitucional, estampado pelo artigo 3º, I da Magna Carta de 1988.[\[14\]](#)

3. Posse: conceito e função social.

A posse classicamente gera discussões acirradas na doutrina e na jurisprudência. Sobre as dificuldades emergentes no estudo da posse, assevera Roberto de Ruggiero:

“Não há matéria que se ache mais cheia de dificuldades do que esta, no que se refere à sua origem histórica, ao fundamento racional da sua proteção, à sua terminologia histórica, ao fundamento racional da sua proteção, à sua terminologia, à sua estrutura teórica, aos elementos que a integram, ao seu objeto, aos seus efeitos, aos modos de adquiri-la e de perdê-la.”[\[15\]](#)

No que atine ao conceito e à natureza jurídica da posse, nasce a indagação se a posse é um fato ou um direito. Do ponto de vista clássico, há duas grandes correntes. A primeira afirma que a posse é mero fato e a segunda que a posse é direito.

A doutrina que classifica a posse como um direito conceitua a posse como um domínio fático que a pessoa exerce sobre a sua coisa, afirmando, assim, que a posse constitui um direito, com natureza jurídica especial. Maria Helena Diniz, por seu turno, defende ser a posse um direito real, na medida em que se mostra como desdobramento do direito de propriedade. Orlando Gomes, defendendo constituir a posse um direito arrazoado:

“Ensina Ihering que a posse é um direito. A essa conclusão chega, coerentemente, em face do famoso conceito de direito, formulado no Espírito do Direito Romano. Para ele, direito é o interesse juridicamente protegido. Admitida essa definição, não pode haver dúvida de que a posse seja um direito. Nela se reúnem dois elementos – substancial e formal – que se exigem para a existência de um direito. O interesse substancial consiste no interesse. (...) A esse elemento substancial, o Direito acrescenta, na posse, um elemento formal: a proteção jurídica.”[\[16\]](#)

Por sua vez, a doutrina que classifica a posse como fato defende que a posse é uma situação de fato, tendo em vista que o possuidor, independentemente de exercer o domínio sobre a coisa, exerce sobre ela poderes.

Em que pesem os diversos entendimentos a respeito da posse, o conceito jurídico de posse, no ordenamento brasileiro, é encontrado no art. 1.196 do Código Civil[\[17\]](#), que prescreve que possuidor é todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade. Adotou, pois, o ordenamento brasileiro a teoria objetiva, defendida por Rudolf von Ihering.

As duas principais teorias que buscam classificar a posse são a objetivista de Rudolf von Ihering e a subjetivista de Friedrich Carl von Savigny. Este sustenta que a posse é um direito e um fato, concomitantemente. Aduz que, se considerada em si mesma, é um fato, mas, que, se considerada nos efeitos que dela surgem, é um direito. Ihering conceitua a posse como conduta de dono, mas, quanto à natureza, sustenta ser um direito subjetivo, na medida em que é um interesse juridicamente protegido. Sobre a teoria subjetiva, ensina Flávio Tartuce:

“Primeiramente, para a teoria subjetivista ou subjetiva, cujo principal defensor foi Friedrich Carl von Savigny, a posse pode ser conceituada como o poder direto ou imediato que a pessoa tem de dispor fisicamente de um bem com a intenção de tê-lo para si e de defendê-lo contra a intervenção ou agressão de quem quer que seja. A posse, para essa corrente, possui dois elementos. O primeiro seria o *corpus*, elemento material da posse, constituído pelo poder físico ou de disponibilidade sobre a coisa. O segundo elemento seria o subjetivo, o *animus domini*, a intenção de ter a coisa para si, de exercer sobre ela o direito de propriedade.”[18]

Destarte, conforme a teoria subjetiva da posse, para que o sujeito seja possuidor, devem estar presentes o *corpus* e o *animus*, cumulativamente, considerando que o *corpus* está relacionado ao poder de fato sobre a coisa, e o *animus*, elemento anímico, é caracterizado pela intenção de ser dono. Dessa forma, a posse é um poder direto ou imediato que a pessoa tem de dispor fisicamente de um bem, com a intenção de tê-lo para si e defendê-lo contra a intervenção ou agressão de quem quer que seja.

Já, para a teoria objetiva, a posse traduz uma situação em que o sujeito atua como se o proprietário fosse imprimindo destinação econômica à coisa. Carlos Roberto Gonçalves leciona a teoria objetiva da posse:

“A teoria de RUDOLF VON IHERING é por ele próprio denominada de objetiva porque não empresta à intenção, ao animus, a importância que lhe confere a teoria subjetiva. Considera-o como já incluído no corpus e dá ênfase, na posse, ao seu caráter de exteriorização da propriedade. Para que a posse exista, basta o elemento objetivo, pois ela se releva na maneira como proprietário age em face da coisa.”[19]

Portanto, para a teoria objetiva da posse, apenas o *corpus* é suficiente para a configuração da posse, considerando que o *corpus*, para esta teoria, não significa contato físico com a coisa, mas conduta de dono, que se revela na forma como o proprietário age com a coisa, com base em sua função econômica. Assim, é possuidor aquele que se comporta como dono. Ainda, diferencia-se da teoria subjetiva, na medida em que o elemento psíquico do possuidor está situado unicamente na vontade de agir como o proprietário age de forma habitual.

Quanto à função social da posse, esta, assim como a propriedade, deve ser interpretada à luz da Constituição Federal, partindo-se da premissa de que a função social da posse

decorre da função social da propriedade, tendo em vista que a função social da posse não se encontra disciplinada expressamente pelo ordenamento jurídico brasileiro. Sobre a presença da função social da posse de forma implícita no ordenamento, esclarece Ana Rita Vieira Albuquerque:

“Os valores fundamentais e os objetivos do Estado Brasileiro previstos na Constituição de 1988 visam sobretudo elevar o conceito de cidadania, através da valorização da pessoa humana. Evidentemente que tais valores projetam-se para todos os domínios jurídicos, inclusive para o direito privado, como vimos, e, conseqüentemente, informam o instituto da posse, evidenciando ainda mais o seu aspecto social imanente. Justamente em um sistema jurídico que tem por fim a pessoa humana, daí resultando a natureza teleológica dos argumentos sistemáticos, não se pode deixar de ter por incluída implicitamente, como princípio constitucional positivado, a *função social da posse*.”[\[20\]](#)

Apesar de estarem interligadas, a função social de propriedade e a função social da posse se distinguem, porquanto o instituto da posse é mais dinâmico, na medida em que busca satisfazer a necessidade de utilização da coisa segundo sua destinação econômico-social. Confrontando-se a função social da posse com a função social da propriedade, esta constitui limites ao exercício da propriedade, enquanto aquela se perfectibiliza por meio do atendimento da utilidade do bem, de acordo com sua expressão natural de necessidade. Desta maneira, a função social da posse não significa uma limitação ao direito de posse, mas a exteriorização do conteúdo imanente da posse.

Neste sentido, o Enunciado nº 492, aprovado pela *V Jornada de Direito Civil, de 2011*, descreve a função social da posse, com a seguinte redação: “A posse constitui direito autônomo em relação à propriedade e deve expressar o aproveitamento dos bens para o alcance de interesses existenciais, econômicos e sociais merecedores de tutela”. Assim sendo, para se alcançar a finalidade social da posse, esta precisa satisfazer as necessidades básicas de uma sociedade.

6. Conclusão.

Uma das principais funções do direito é a resolução de conflitos. Desde os primórdios da humanidade emergem conflitos de interesses do indivíduo com os interesses dos demais. O direito tem como objetivo garantir a sobrevivência dentro de um contexto permanente de conflitos, que sempre se mostraram inerentes ao homem. Assim, o direito se direciona de acordo com os interesses impostos pela sociedade, tornando-se dinâmico e acarretando constante mutação dos significados dos institutos jurídicos. Nesse viés, o direito, que também se apresenta como instrumento de dominação da sociedade, na medida em que a submete às normas de controle criadas para regular a convivência, pode buscar ir além, para ser utilizado como instrumento de mudança social.

As transformações sociais, políticas e econômicas, que sempre se mostraram consistentes na sociedade, exigem mudanças nos paradigmas legais, a fim de que efetivamente ocorra a busca da paz e justiça sociais. Injustiças sociais se mostraram presentes em todas as fases da história, devendo o legislador buscar evitar o descompasso entre o direito e os fenômenos sociais. A relação existente entre o direito e as urgências sociais consiste na adequação da norma jurídica às necessidades advindas da evolução da sociedade. Nesse sentido, ensina Antônio Luis Machado Neto que “norma social que é, o direito não surge à toa na sociedade, mas para satisfazer as imprescindíveis urgências da vida. Ele é fruto das necessidades sociais e existe para satisfazê-las, evitando, assim, a desorganização.”[\[21\]](#)

De tal modo, as matrizes filosóficas do direito procuram manter o equilíbrio social, que a cada momento histórico se transmuda. Nesse contexto, surge a doutrina da função social, que é inerente a todo o direito subjetivo. Ao direito subjetivo, que se caracteriza como o poder conferido pelo ordenamento jurídico ao indivíduo para a satisfação de um interesse próprio, foi dada a noção de que apenas é dotado de legitimidade, se a persecução do interesse individual se der em conformidade com os anseios sociais. Portanto, a propriedade, como direito subjetivo que é e que historicamente se mostrou como instituto de conformação nitidamente individualista em contraposição aos ditames do interesse coletivo, passa a ser aplicada e interpretada sob a mesma ótica.

A doutrina da função social da propriedade se baseia na ideia de que a propriedade, que deixa de estar destinada apenas aos fins individuais do titular, assume um poder-função. Desse modo, o direito de propriedade deixa de ser absoluto, passando a ser um direito condicionado. Deve, pois, ser ponderado em face da existência de outros princípios igualmente importantes. Isso porque a função social da propriedade é mais que um princípio, constituindo verdadeiro instrumento da efetivação da dignidade da pessoa humana. Silvio de Salvo Venosa esclarece a importância da questão da propriedade atualmente:

“Sem dúvida, embora a propriedade móvel continue a ter sua relevância, a questão da propriedade imóvel, moradia e o uso adequado da terra passam a ser a grande, senão a maior questão do século XX, agravada nesse início de século XXI pelo crescimento populacional e empobrecimento geral das nações. Este novo século terá sem dúvida, como desafio, situar devidamente a utilização social da propriedade.”

[\[22\]](#)

O objetivo precípuo do direito, tendo como um dos seus principais fundamentos o cumprimento da função social da propriedade, deve ser, então, a garantia da paz e do equilíbrio das relações sociais, de modo a se evitar conflitos e, assim, promover o desenvolvimento da sociedade com redução das desigualdades existentes. A solução de conflitos deve se basear na função social, por meio de decisões próximas da realidade, que não sejam artificiais, impostas e dissociadas da realidade e, em última instância, ineficazes.

Como estudado neste trabalho, dentre as restrições ao exercício do direito de propriedade, as regras que constituem o direito de vizinhança e as que regulam a convivência no contexto comunitário do condomínio edilício são de suma importância, posto que o crescimento demográfico, a densificação e a horizontalização das cidades são fontes para a intensificação de conflitos. Assim, as normas atinentes aos direitos de vizinhança e ao condomínio edilício buscam controlar conflitos, com a finalidade de alcançar a paz social. Exigem, também, interpretação e aplicação além de concepções individualistas, em prol da democratização da sociedade, de forma que se busque alcançar a paz social.

Sobre a importância atual da pacificação social, conclui-se a presente dissertação com importante ensinamento de Jean-Marie Muller:

“O que constitui a cidade política é um espaço público em que os homens, que se reconhecem iguais e semelhantes, dirigem-se livremente a palavra, a fim de tomar juntos as decisões que condicionam seu futuro comum. É este “querer viver juntos”, que leva os homens a criar uma sociedade, constituindo aliança uns com os outros (*societas*, em latim, significa aliança). Estabelecer uma sociedade significa, literalmente, criar uma associação. Esta se expressa através de uma constituição, isto é, um contrato social pelo qual os cidadãos decidem acerca do projeto político que pretendem realizar juntos.

(...)

A essência da ação política não consiste numa atuação de oposição uns contra os outros, e sim no agir uns com os outros. Evidentemente, a vida comum dos homens na mesma cidade pode a qualquer momento ser perturbada por conflitos provocados por indivíduos que não respeitam a aliança original. Esses conflitos precisam ser resolvidos para que se restabeleça a paz social, e os cidadãos possam retomar seu diálogo. “[23]

[1] “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:”

[2] “XXII – é garantido o direito de propriedade;”

[3] SANTOS, Ulderico Pires dos. *Direito de vizinhança: doutrina e jurisprudência*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1990, p. 5.

[4] “Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

III – a dignidade da pessoa humana;”.

[5] TEPEDINO, Gustavo. *Os direitos reais no novo Código Civil. Temas de direito civil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. t. II, p. 147.

[6] GOMES, Orlando. *Direitos reais*. 9ª ed., Brasil: Editora Forense, 1977, p. 15.

[7] GOMES, Orlando. *A função social da propriedade*. In: Anais do XII Congresso Nacional de Procuradores de Estado. Salvador: 1986, p. 109.

[8] “Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

[9] “§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.”

[10] “Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

III – função social da propriedade;”

[11] “Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I – aproveitamento racional e adequado;

II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.”

[12] “Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até

vinde anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.”

[13] TARTUCE, Flávio. *Direito civil: direito das coisas*, v. 4. 9ª ed., Rio de Janeiro: Método, 2017, p. 29. Livro Eletrônico.

[14] “Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
I – construir uma sociedade livre, justa e solidária.”

[15] RUGGIERO, Roberto de. *Instituciones de derecho civil*, v. 1. Tradução espanhola da 4ª ed., Madrid: Italiana, 1929, p.779.

[16] GOMES, Orlando. *Direitos reais*. 19ª ed. rev., atual. e aum. de acordo com o Código Civil de 2002. Atualizador: Luiz Edson Fachin. Coord. Edvaldo Brito. Rio de Janeiro: Forense, 2004, p. 41-42.

[17] “Art. 1.196. Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.”

[18] TARTUCE, Flávio. *Direito civil: direito das coisas*, v. 4. 9ª ed., Rio de Janeiro: Método, 2017, p. 33. Livro Eletrônico.

[19] GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro*, v. 5: *direito das coisas*. 9ª ed., São Paulo: Saraiva, 2014, p. 51.

[20] ALBUQUERQUE, Ana Rita Vieira. *Da função social da posse e sua consequência frente à situação proprietária*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2002, pp. 40 e 41.

[21] NETO, Antônio Luis Machado. *Sociologia jurídica*. São Paulo: Saraiva, 1984, p. 412.

[22] VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito civil – direitos reais*. 9ª ed., São Paulo: Atlas, 2009, p. 159.

[23] MULLER, Jean-Marie. *O Princípio da não violência*. 1ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, pp. 128 e 129.

Relato de experiência com leitura literária: "O meu pé de Laranja Lima" no Ensino Médio

Ana Reges de Medeiros

Possui graduação em Letras pela Universidade Estadual do Ceará (2003). Mestre em Ciências da Educação pela Facultad de Postgrado de la Universidad San Carlos (2013) e diploma reconhecido no Brasil pela Universidade Federal de Alagoas (2024). Atuou como professora de Língua Portuguesa no Educandário Emília de Lima Pinho, como formadora do GESTAR II de Língua Portuguesa, como gestora de escolas públicas municipais, trabalhou na Secretaria Municipal da Educação como Gerente da Educação Infantil no município de Acopiara, no qual leciona na rede pública desde 1998. Ministra aulas em cursos de Graduações e Especializações da FAK, IFETE e da Universidade Vale do Acaraú. Participou de seleções públicas tais como Concurso público único de provas e títulos realizado em conformidade com o Edital n 01/1997, devidamente aprovado pelas entidades partícipes e publicado no Diário Oficial do Estado, para o cargo de Professora de Ensino Fundamental, da Prefeitura Municipal de Acopiara, para composição de Banco de Gestores Escolares para provimento dos Cargos em comissão de Diretor e Coordenador Escolar das escolas da rede pública estadual, de acordo com os Editais GAB n 001/ 2013, de 08 de fevereiro de 2013, n 002, de 20 de fevereiro de 2013, n 003, de 25 de fevereiro de 2013, n 005, de 10 de abril de 2013, Seleção pública N 22/2013 para cadastro de reserva de Professores Formadores para o Curso de Licenciatura em Pedagogia do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) NA UECE. Aprovada no CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE PROFESSOR PLENO I EDITAL N10/2014- SEDUC/CE, de 9 de abril de 2014. Diário Oficial de 11 de abril de 2014.

Resumo

Este artigo é um relato de experiência sobre o ensino planejado das aulas de leitura nas eletivas do Ensino Médio. O relato foi construído com base na vivência pedagógica que possibilitou a esses estudantes o acesso à obra e a democratização da literatura. Esse trabalho apresentará como ocorreram esses momentos de leitura do livro *O Meu Pé de Laranja Lima*, de José Mauro de Vasconcelos, e como, durante esse processo, foi possível gerar debates que exploravam suas temáticas centrais, como a infância, a solidão, a imaginação, as desigualdades sociais do Brasil daquela época, as relações familiares e seu impacto na vida dos sujeitos. A proposta é possibilitar, através da leitura compartilhada e das discussões que ela suscita, o incentivo à reflexão crítica sobre o contexto da história, sobre as emoções do protagonista, o menino Zezé, e do personagem ‘pé de laranja lima’ tanto literal quanto metaforicamente, representando o refúgio emocional para Zezé. As discussões foram guiadas de maneira a articular a linguagem literária e emoções que os estudantes precisam conhecer e entender a partir de suas próprias experiências. Durante as aulas, os alunos foram desafiados a pensar sobre as dificuldades enfrentadas por crianças em situações de vulnerabilidade social, promovendo a empatia e a criticidade. A avaliação foi feita por meio da participação ativa durante as leituras e suas discussões, fomentando assim, a curiosidade necessária para que os estudantes, por conta própria, pudessem realizar outras leituras nos mesmos moldes aplicados em sala de aula.

Palavras-Chave: Leitura. Experiência. Literatura

Abstract

*This article is an experience report on the planned teaching of reading classes in high school electives. The report was constructed based on the pedagogical experience that allowed these students access to the work and the democratization of literature. This work will present how these moments of reading the book *O Meu Pé de Laranja Lima*, by José Mauro de Vasconcelos, occurred and how, during this process, it was possible to generate debates that explored its central themes, such as childhood, loneliness, imagination, social inequalities in Brazil at that time, family relationships and their impact on the lives of the subjects. The proposal is to enable, through*

shared reading and the discussions it raises, the encouragement of critical reflection on the context of the story, on the emotions of the protagonist, the boy Zezé, and the character 'pé de orange lima' both literally and metaphorically, representing the emotional refuge for Zezé. Discussions were guided in a way that articulated the literary language and emotions that students needed to know and understand from their own experiences. During classes, students were challenged to think about the difficulties faced by children in socially vulnerable situations, promoting empathy and criticality. The assessment was carried out through active participation during the readings and their discussions, thus encouraging the necessary curiosity so that students, on their own, could carry out other readings along the same lines applied in the classroom.

Keywords: Reading. Experiences. Literature

1. “O DESCOBRIDOR DE COISAS” – A DESCOBERTA DA POSSIBILIDADE DA LEITURA EM AMBIENTE ESCOLAR

A 1ª seção desse artigo faz referência ao capítulo introdutório da obra lida nas aulas e na experiência aqui relatada :*O Meu pé de laranja lima*, de José Mauro de Vasconcelos. No capítulo, o personagem Zezé é apresentado ao leitor e sua vivacidade, própria de uma criança feliz, apesar dos problemas que vivencia, mostra quantas descobertas ligadas à curiosidade que o move é capaz de fazer. “E eu estava muito contente porque meu irmão mais velho estava me dando a mão e ensinando as coisas” (VASCONCELOS, 2009, p.11)

No Ensino Médio de uma escola pública regular, muitos estudantes não têm contatos constantes com obras literárias e é importante que o professor possa mediar esse contato para que seja possível a eles se tornarem também “descobridores de coisas” tanto a partir das aulas de leitura quanto pelas reflexões que ela suscitará nas vidas desses sujeitos.

o processo de letramento que se faz via textos literários compreende não apenas uma dimensão diferenciada do uso social da escrita, mas também, e sobretudo, uma forma de assegurar seu efetivo domínio. Daí sua importância na escola, ou melhor, sua importância em qualquer processo de letramento, seja aquele oferecido pela escola, seja aquele que se encontra difuso na sociedade. (COSSON, 2022, p.12).

Nos anos que sucederam à pandemia do COVID-19, pode-se perceber uma maior falta de contato entre os estudantes e a leitura literária. Muitas vezes, o trabalho com a literatura no Ensino Médio tem um currículo atrelado às discussões sobre a análise de obras clássicas, seus autores, escolas literárias, principais características.

No ensino médio, o ensino da literatura limita-se à literatura brasileira, ou melhor, à história da literatura brasileira, usualmente na sua forma mais indigente, quase como uma cronologia literária, em uma sucessão dicotômica entre estilos de época, cânone e dados biográficos dos autores, acompanhada de rasgos teóricos sobre gêneros, formas fixas e alguma coisa de retórica em uma perspectiva para lá de

tradicional. (COSSON, 2022, p.21)

Num contexto escolar pós pandêmico, em que a realidade da falta de acesso às aulas remotas atingiu grande parte desse público, era preciso repensar as práticas pedagógicas para que fosse possível, a partir de um trabalho planejado e sistemático, possibilitar a esses sujeitos o contato com a leitura literária na escola.

A escola é o ambiente que mais propicia contatos sistemáticos com esse tipo de leitura e, através de uma mediação planejada pelo professor, possibilita a descoberta, por parte do aluno, de narrativas diversas, enriquecendo sua experiência como leitor e ampliando o repertório sociocultural desses estudantes. (MEDEIROS, 2024, p. 01)

A literatura e a forma como ela é ensinada possibilitam a discussão das necessidades dos sujeitos e a democratização de conhecimentos sistemáticos, mediados pela figura do professor e saberes empíricos que fomentam essas reflexões. “o certo é que a literatura não está sendo ensinada para garantir a função essencial de construir e reconstruir a palavra que nos humaniza” (COSSON, 2022, p.23)

A partir da necessidade de repensar o ensino da literatura, dialogando com as mudanças ocasionadas pela implantação do Novo Ensino Médio (NEM), que culminou com a discussão do currículo dessa etapa de ensino e com a elaboração da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), é que a experiência aqui apresentada foi pensada, planejada e executada. “Em relação à literatura, a leitura do texto literário, que ocupa o centro do trabalho no Ensino Fundamental, deve permanecer nuclear também no Ensino Médio” (BRASIL, 2018, p.499)

Há, na perspectiva educacional, para cada proposta curricular organizada e sistematizada, um currículo oculto que interage com os saberes compartilhados pela tradição. É necessário adaptar esse currículo às necessidades do ser humano através da contribuição da escola ao legitimar esses saberes na vida em sociedade.

Um dos maiores desafios da escola do século XXI é, rivalizando com a dinamicidade das redes sociais, fomentar no jovem do Ensino Médio, o gosto pela leitura e o desenvolvimento do hábito de ler. Além das dificuldades relacionadas ao pouco domínio da língua materna no que diz respeito à falta de fluência e proficiência leitora, a escola se vê responsável por ser um espaço de formação cidadã de jovens que, exceto pelo próprio meio escolar, pouco ou nenhum acesso têm a acervos literários diversos. (MEDEIROS, 2024, p.02)

A obra que norteou as leituras compartilhadas nessa experiências é o livro: *O Meu Pé de Laranja Lima*, do brasileiro José Mauro de Vasconcelos. A obra é uma autobiografia que oportuniza a reflexão sobre temáticas universais, como a infância do protagonista, sua fértil imaginação, as dificuldades que vivencia, as relações de amizade e familiares que o cercam.

Zezé, ao precisar se mudar com a família por problemas financeiros, “Tudo isso é para juntar dinheiro e pagar o aluguel dessa nova casa. A outra, papai já está devendo bem oito meses” (VASCONCELOS, p.2009, p.16), encontra na nova casa um pé de laranja lima, com quem estabelece uma amizade que flui por meio do fluxo de consciência do menino, que desabafa com a árvore sobre suas tristezas, problemas, desafios e sonhos. “Árvore fala por todo canto. Pelas folhas, pelos galhos, pelas raízes. Quer ver? Encoste seu ouvido aqui no meu tronco que você escuta meu coração bater” (VASCONCELOS, 2009, p.33). É a partir dessa amizade e dessas conversas que ele consegue lidar com os sentimentos que vivencia em sua rotina: abandono e tristeza.

A leitura dessa obra possibilitou aos estudantes, através da narrativa da vida de Zezé, fazer uma análise e reflexão sobre as emoções humanas e das complexidades que cercam a vida de uma criança pobre. O objetivo desses momentos de leitura compartilhada foi possibilitar aos alunos não apenas compreenderem a trama e conhecerem as particularidades de seus personagens, mas também se identificarem com os sentimentos e desafios enfrentados pelo protagonista.

(...) se o texto falar de experiências semelhantes às já vividas pelo leitor, se a história se situar em locais de sua vivência, se o tempo retratado for aquele que o leitor conheceu, a leitura vai ter o sabor gratificante do reconhecimento. Se, ao contrário, o mundo da ficção lida for totalmente diferente da experiência do leitor, ele terá o prazer da descoberta (SILVA, 2009, p.24).

2. “O PASSARINHO, A ESCOLA E A FLOR”- METODOLOGIA DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA EXECUTADA NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

O título dado à seção deste artigo, que vai apresentar a metodologia dessa experiência, faz alusão ao capítulo da obra lida em que Zezé é, oficialmente apresentado e introduzido no ambiente escolar. O menino chega à escola já sabendo ler. Esse feito se constitui em um mistério para sua família, pois ele não foi ensinado e, aos cinco anos, na época em que a narrativa acontece, as crianças não tinham acesso à educação infantil. Ao mostrar que sabia ler, Zezé é enfim levado à escola: “E vieram as novidades. As brigas. As descobertas de um mundo onde tudo era novo.” (VASCONCELOS, 2009, p.69)

As turmas selecionadas para o trabalho sistemático de leitura foram as eletivas dos 1º anos do Ensino Médio. Com a implantação das mudanças promovidas pelo NEM, foram introduzidos no currículo escolar os itinerários formativos.

Tais formas diversificadas de organização dos espaços e tempos escolares possibilitam uma flexibilização curricular tanto no que concerne às aprendizagens definidas na BNCC, já que escolhas são possíveis desde que contemplem os diferentes campos, como também às articulações da BNCC com os itinerários formativos (BRASIL, 2018, p.489).

Para que fosse possível o trabalho com a leitura coletiva, as turmas foram reagrupadas não em suas séries de matrículas, mas em grupos diversos nos quais os alunos de todos os 1º anos estariam em interação através de grupos de eletivas diferentes: “vai além de possibilitar aos estudantes vivências situadas das práticas de linguagens. Envolve conhecimentos e habilidades mais contextualizados e complexos.” (BRASIL, 2018, p.489) Dois desses grupos, um no período matutino e outro no período vespertino, foram organizados sob o título de Clube Círculo de leitura.

Como o pressuposto do trabalho girava em torno da democratização da literatura, a professora utilizou, nesse processo, seu acervo próprio, visto que já possuía o livro em quantidade suficiente para que a leitura fosse realizada em duplas. Cada aula consistia em 50 minutos, e o roteiro do momento era previamente organizado de forma que a cada momento fossem lidas 10 páginas da história, ou partes em que se pudesse suspender a leitura, fomentando nos alunos a curiosidade com o que seria lido depois ou como aquele capítulo seria concluído.

Na escola, um círculo de leitura é uma estratégia didática privilegiada de letramento literário porque, além de estreitar laços sociais, reforçar identidades e solidariedade entre os participantes, possui um caráter formativo essencial ao desenvolvimento da competência literária, possibilitando, no compartilhamento da obra lida por um grupo de alunos, a ampliação das interpretações individuais. (COSSON, 2023, p.09)

Para ler a obra completa, foram necessárias um total de 15 aulas. Em cada momento de interação com a obra, era possível, através do trabalho de mediação da professora estabelecer o envolvimento da turma tanto com a leitura em si, como com as reflexões que a narrativa fomentava: “é uma prática de leitura compartilhada na qual os leitores discutem e constroem conjuntamente uma interpretação do texto lido anteriormente” (COSSON, 2023, p. 09).

A primeira parte do livro, intitulada “*No Natal, às vezes nasce o menino diabo*”, nos apresenta Zezé e sua numerosa e pobre família. Aqui, os estudantes conheceram os irmãos de Zezé, os vivos, “os doados” e os natimortos. Foi possível então, conhecer a realidade de um Brasil onde era comum famílias numerosas, fome, desemprego, mortalidade e trabalho infantil. “Mamãe nasceu trabalhando. Desde os seis anos de idade quando fizeram a Fábrica que puseram ela trabalhando” (VASCONCELOS, 2009, p.30).

A leitura é, portanto, uma espécie de atualização em que o texto do passado passa a ser do presente, mantendo paradoxalmente ambas as posições, ou seja, o texto é do

passado, mas porque o li, ele também passa a ser do meu presente. (Cosson, 2023, p. 15)

A segunda parte da história de Zezé chamada: “*Foi quando apareceu o Menino Deus em toda a sua tristeza*”, apresenta o menino conhecendo aquele que se tornaria seu grande amigo, o Portuga, Manuel Valadares. Como essa amizade surge de um primeiro contato muito tumultuado, em que o menino apanha após tentar pegar “morcego” (carona na traseira) do carro do português, ele e seu novo amigo resolvem manter a amizade em segredo: “no começo o segredo existiu só porque eu tinha vergonha de ser visto no carro do homem que me dera umas palmadas Depois persistiu porque era bom existir um segredo” (VASCONCELOS, 2009, p.119)

É nessa parte do livro que os alunos conhecem a violência contra uma criança ao lerem sobre as “*Duas surras memoráveis*” que Zezé sofre por parte de sua irmã mais velha e de seu pai. A violência das pancadas chamou a atenção dos estudantes e houve um debate sobre como muitas crianças e adolescentes eram tratadas antes da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). “o círculo de leitura ocupa uma posição privilegiada pelos benefícios que oferece tanto ao aprendizado da leitura quanto ao desenvolvimento integral do aluno como cidadão.” (COSSON, 2023, p.23)

Através dessa leitura guiada e motivada pela professora, os estudantes/leitores tiveram também contato com uma das maiores perdas da literatura brasileira: a morte trágica do grande amigo de Zezé, o Portuga e com o luto profundo que se abateu sobre a criança, que todos atribuíam ao fato de o pé de laranja lima ser arrancado em breve para que a rua fosse ampliada. Como a amizade era secreta, poucos souberam a verdadeira causa da tristeza que revestiu o menino. “A casa foi-se vestindo de silêncio como se a morte tivesse passos de seda (...). E eu não me esquecia dele. Das suas risadas. Da sua fala diferente” (VASCONCELOS, 2009, p.169).

Aqui, também se entende que o título da obra e o pé de laranja lima era uma metáfora. O fluxo de consciência que Zezé deixava aflorar quando conversava com a árvore demonstrava sua precoce maturidade para muitos dos problemas que a ele se apresentaram durante a narrativa. Quando Zezé vive o luto pela perda do amigo e todos atribuem sua tristeza ao fim próximo da árvore com a qual fez amizade, o leitor pode perceber, em uma conversa entre Zezé e seu pai, que o pé de laranja lima é, para o menino, o Portuga.

E, olhando o seu rosto que também se encontrava cheio de lágrimas, murmurei como um morto:

– Já cortaram, Papai, faz mais de uma semana que cortaram o meu pé de Laranja Lima. (VASCONCELOS, 2009, p.182).

3. “A CONFISSÃO FINAL” – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O título da última seção desse artigo é também o título do último capítulo da obra que motivou esse trabalho de leitura. Aqui, é possível perceber o caráter autobiográfico da obra de Vasconcelos e perceber como aquele menininho conseguiu transformar sua dor em palavras. “A verdade, meu querido Portuga, é que a mim contaram as coisas muito cedo” (VASCONCELOS, 2009, p.183).

A leitura sistematizada na eletiva Clube Círculo de leitura atingiu seu objetivo. Além de fomentar a participação dos alunos durante as aulas, nos momentos de leitura e de discussão, a história do menino Zezé comoveu a maior parte dos estudantes, que se sentiram motivados a fazer outras leituras de obras literárias sugeridas pela professora.

Em suma, como leitura compartilhada, um círculo de leitura é uma atividade pedagógica privilegiada para incentivar, desenvolver e consolidar diversas práticas de leitura e de socialização que são fundamentais tanto na formação do leitor quanto na educação integral do aluno (COSSON, 2023, p. 25).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. 2. Ed. 13ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2022. 140 p.

COSSON, Rildo. **Como criar Círculos de Leitura na sala de aula**. 1. Ed. 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2023. 128 p.

MEDEIROS, Ana Reges Pinheiro de. **A formação do leitor literário através da prática sistemática de leitura nas aulas de Língua Portuguesa**. Revista Ft, Acopiara, v. 28, n. 139, p. 01-02, 31 out. 2024.

SILVA, Vera Maria Tietzmann. **Leitura Literária & outras leituras: impasses e alternativas no trabalho do professor**. Belo Horizonte: Rhj, 2009. 216 p.

VASCONCELOS, José Mauro de. **O Meu Pé de Laranja Lima**. 3 Ed. São Paulo: Editora Melhoramentos, 190 p.

As medidas de segurança no campo administrativo-sancionatório e os perigos ao estado democrático de direito

Fernando Vidal Brito

Graduado em Direito na Universidade Federal Fluminense, Pós-graduado na FDIC-ES e Mestre em Filosofia na Universidade Federal do Espírito Santo.

Resumo

O presente artigo visa debater sobre como os desafios globais que se apresentaram no Século XXI, tal quais as intensas mudanças climáticas, o terrorismo global, o narcotráfico internacional, os crimes digitais e as crises de saúde globais, tais quais a pandemia do COVID-19, demonstraram a fragilidade do estado democrático de direito em estabelecer uma política de preservação dos direitos e garantias individuais face as medidas necessárias para superar tais adversidades. Dessa forma, os esforços são concentrados em apresentar um breve cenário sobre a utilização de medidas atípicas de pacificação e os riscos de um empoderamento de um estado policial em oposição ao regular estado democrático de direito.

Palavras-Chave: DIREITO ADMINISTRATIVO - DIREITO PENAL - GARANTIAS INDIVIDUAIS - DEVIDO PROCESSO LEGAL - POLICE STATE

Abstract

This article aims to discuss how the global challenges that have arisen in the 21st Century, such as intense climate change, global terrorism, international drug trafficking, digital crimes and global health crises, such as the COVID-19 pandemic, demonstrated the fragility of the democratic rule of law in establishing a policy of preserving individual rights and guarantees in the face of the measures necessary to overcome such adversities. In this way, efforts are concentrated on presenting a brief scenario on the use of atypical pacification measures and the risks of empowering a police state in opposition to the regular democratic rule of law.

Keywords: ADMINISTRATIVE LAW - CRIMINAL LAW - INDIVIDUAL GUARANTEES - DUE LEGAL PROCESS - POLICE STATE

1. Introdução

O dinamismo da sociedade na era das informações e o fluxo constante de informações, pessoas e a diminuição das barreiras físicas criou uma nova teia de relações sociais, políticas, econômicas e de interação entre a sociedade e o meio-ambiente. O resultado dessa nova realidade é um cenário de incerteza sobre os limites da atuação estatal em seu papel de garantir a segurança da saúde e segurança pública, seja física, mental ou ambiental.

Os desafios globais que se apresentaram no Século XXI, tal quais as intensas mudanças climáticas, o terrorismo global, o narcotráfico internacional, os crimes digitais e as crises de saúde globais, tais quais a pandemia do COVID-19, demonstraram a fragilidade do estado democrático de direito em estabelecer uma política de preservação dos direitos e garantias individuais face as medidas

necessárias para superar tais adversidades. Há uma linha tênue entre as medidas de segurança, tomadas no campo administrativo-executivo, e o desrespeito aos direitos fundamentais consubstanciados nos ordenamentos jurídicos da grande maioria dos países ocidentais. Os exemplos de arbitrariedades e abusos tomados em nome da coletividade, quando em uma análise mais profunda os interesses atendidos são de grupos políticos dominantes, se multiplicaram durante esse século, havendo um flerte cada vez mais intenso com o totalitarismo e um estado arbitrário. Um grande exemplo desse cenário é a denominada “guerra ao crime”, no qual se autoriza o uso de força e medidas gerais e irrestritas da força policial sobre a bandeira de garantir a segurança da coletividade, incorrendo em inúmeros casos de violação dos direitos humanos. (ZAFFARONI, 2007).

Destarte, o presente artigo está dedicado a uma breve análise e ponderação sobre os riscos da delegificação de assuntos de segurança, seja pública, ambiental ou de saúde, com a delegação desses assuntos ao campo administrativo e, estranhamente, ao judiciário, cada vez mais atuante como um órgão político, muitas vezes sendo preponderante o caráter político em detrimento do caráter jurisdicional desses órgãos, com a valorização dos vetores axiológicos dos julgadores e uma redução de uma atitude mais positivista.

2. Fundamentos teóricos da atuação intervencionista no estado democrático de direito.

As raízes que sustentam uma atuação intervencionista do Estado na coletividade e sociedade advêm, essencialmente, de uma leitura de que a finalidade justificadora da existência do Estado é o seu dever de garantir a segurança da sociedade, seja qual for a origem do risco a essa. O filósofo inglês, Thomas Hobbes, entendia que o principal dever do Estado e, conseqüentemente, a sua razão de existir, é assegurar o funcionamento saudável da sociedade, evitando, a qualquer custo – ênfase especial para o propósito do presente artigo no termo “a qualquer custo”- uma “guerra de todos contra todos”. Dessa forma, a sustentação do Estado é a renúncia do indivíduo ao Estado que se torna soberano para atuar visando a manutenção da ordem da sociedade, agindo em benefício da coletividade mesmo que, em situações específicas e necessárias, seja necessária a limitação dos direitos individuais. (HOBBS, 1988).

Carl Schmitt, teórico que rejeita o contratualismo, também adota um posicionamento que prestigia o poder estatal, apesar de sustentar esse posicionamento por bases diferentes dos contratualistas. Schmitt fundamenta a sua visão de estado em uma noção dualista entre “amizade e inimizade”, na qual o Estado, ou a política, se organiza como forma de organização de um grupo contra outro, dividindo-se entre amigos e inimigos. Dessa forma, segundo as próprias palavras do autor “Estado e soberania são os fundamentos das delimitações de guerra e inimizade que até agora foram

alcançadas. ”

Schmitt defende que em razão da eterna controvérsia humana, o Estado deve atuar com o entendimento de que a política é a arte da oposição, sendo cabível e até mesmo indispensável a atuação interventiva, mesmo que em alguns casos isso signifique a criação de direitos e ordenamentos diferentes. Schmitt até mesmo cita diretamente outros autores que, assim como ele, reconhecem a suposta “problemática natureza humana”:

“Por mais diferentes que estes pensadores possam ser no que toca ao tipo, ao nível e ao significado histórico, eles concordam quanto à concepção problemática da natureza humana na mesma medida em que se mostram como pensadores especificamente políticos. É aqui suficiente nomear os nomes de Maquiavel, Hobbes, Bossuet, Fichte (logo que ele se esqueceu do seu idealismo humanitário, de Maistre, Donoso Cortés, H. Taine; também Hegel, que por certo também aqui, ocasionalmente, mostra a sua dupla face.” (SCHMITT, 2018)

Schmitt é especialmente importante para o debate sobre o presente tema, pois, ao analisar declarações e artigos publicados durante a pandemia do COVID-19 e nos meses posteriores ao 11 de setembro de 2001, uma expressão foi muito utilizada: ‘inimigo’. Uma opinião comum nos grandes veículos de imprensa é que a pandemia se apresentava como “um inimigo comum a todos os povos, capaz de unir todo o globo contra essa ameaça”. Considerando a leitura de Zaffaroni sobre Schmitt, percebemos os perigos de um Estado que detém inimigos, mesmo que esse inimigo seja um vírus. Zaffaroni lê que “Para Schmitt na guerra frente ao inimigo não existe nenhum limite imposto pela humanidade, porque esta não tem inimigos”. Assim sendo, toda e qualquer atuação da humanidade – por meio da figura de seu Soberano, o Estado – é válida se for para o fim de proteção do “eu” contra o inimigo, o que nesse caso se desdobra na possibilidade do Estado tomar medidas “contra legem”, por meio de um direito de exceção, visando garantir a segurança da coletividade em detrimento de minorias e indivíduos.

3. Delegificação, o regime jurídico administrativo e as consequências nos direitos e garantias fundamentais.

Qualquer discussão sobre o presente tema não pode evitar adentrar no denominado regime jurídico-administrativo. O regime jurídico-administrativo, adotado no Brasil, é composto de dois princípios fundamentais: A indisponibilidade do interesse público e a supremacia do interesse público sobre o privado.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro entende que o princípio da supremacia do interesse público fundamenta quase todas as funções e atividades do Estado, alcançando não apenas os ramos de direito público, mas também os denominados ramos do direito privado. (DI PIETRO, 2020). Celso

Antônio Bandeira de Mello, outro renomado autor do Direito Administrativo, define a supremacia do interesse público da seguinte forma:

“Trata-se de verdadeiro axioma reconhecível no moderno Direito Público. Proclama a superioridade do interesse da coletividade, firmando a prevalência dele sobre o do particular, como condição, até mesmo, da sobrevivência e asseguramento deste último. É pressuposto de uma ordem social estável, em que todos e cada um possam sentir-se garantidos e resguardados.” (MELLO, 2015)

É imprescindível abordar a expressão “condição, até mesmo da sobrevivência e asseguramento deste último”. A supremacia do interesse da coletividade, ou interesse público, não serve, teoricamente ao menos, como apenas utilidade ao todo, mas também ao indivíduo. Para garantir cada indivíduo e sua segurança, deve ser garantida a coletividade por um todo. Logo, a segurança de cada indivíduo, dentro de uma lógica coletiva, justifica um regime jurídico que dá prerrogativas ao Estado para que realize a persecução do interesse coletivo. Não apenas o interesse da coletividade é superior, como também é indisponível, o Estado não pode deixar de perseguir o interesse público.

Para Hely Lopes Meirelles, o interesse público não pertence ao Estado, mas sim é o motivo pelo qual ele existe, garantir que esse seja atendido e, por isso, buscar o interesse público não é uma opção, mas um dever, é algo indisponível que deve ser perseguido pelo administrador público. (MEIRELLES, 2006). Raquel de Carvalho detalha a relação entre interesse público e sua indisponibilidade:

“Com base na premissa de que a Administração não titulariza os interesses públicos primários, é lugar comum afirmar a indisponibilidade de tais interesses pelo agente encarregado de, na sua gestão, protegê-los. Quem detém apenas poderes instrumentais à consecução de um dado fim não possui, em princípio, a prerrogativa de deles abrir mão, donde resulta a ideia de indisponibilidade do interesse público”

Sendo assim, a supremacia do interesse público torna esse indisponível, cabendo ao Estado atuar dentro daquilo previsto na lei para alcançá-lo. Dessa forma, é perceptível que como forma de contenção desse poder está a indisponibilidade do interesse público e, mais importante, a lei. A legalidade no direito administrativo é diferente daquele previsto no direito civil. Enquanto na esfera do direito privado, a legalidade funciona numa lógica de que é permitido tudo que não é proibido, no direito administrativo, o agente público somente pode fazer o que a lei diz que ele pode ou deve fazer. A lei, em um estado democrático de direito, não funciona como legitimador ou álibi do governante, mas sim como uma garantia dos indivíduos que são governados por leis votadas e aprovadas por seus representantes. Perceba que a lei, formada por um processo político completo, é

importante para a manutenção do poder punitivo do Estado sobre controle. Porém, um perigo do atual estado securitário que atinge grande parte do mundo ocidental decorre justamente da força das medidas judiciais que configuram “saltos hermenêuticos carpados” e de decretos e outras ordens executivas decorrentes do processo cada vez mais comum de delegificação.

Canotilho afirma que a delegificação é um fenômeno jurídico que ocorre no cenário em que “uma lei, sem entrar na regulamentação da matéria, rebaixa formalmente o seu grau normativo, permitindo que essa matéria possa vir a ser modificada por regulamento” (CANOTILHO, 2017.) A principal justificativa para a delegificação seria a inaptude do legislativo para atuar em campos mais técnicos, levando assim algo que, normalmente, seria discutido no legislativo ao poder executivo, pois, o executivo detém corpos técnicos de pessoal com qualificação nas mais diversas áreas, tal quais cientistas, médicos, sociólogos, dentre outros. Dessa forma, ao invés de convidar a sociedade civil e consultar especialistas, realizando um debate político próprio, a delegificação leva os assuntos técnicos para tecnocratas que tomarão essa decisão baseada apenas nos dados. O defeito nesse processo é claro: Retira-se temas importantes, principalmente aqueles que podem incorrer em reduções de direitos individuais ou limitações, da sociedade civil, os entregando a esses técnicos que indicarão medidas priorizando apenas segurança, saúde, meio-ambiente, mas descartando a liberdade, dignidade da pessoa humana, dentre outros, inclusive retirando a ponderação necessária entre diferentes direitos fundamentais. Como é fato notório no mundo jurídico, os direitos fundamentais não são absolutos e, quando em conflito, deve haver uma ponderação de forma a garantir a coexistência desses. Quando estiver em conflito o direito à segurança e o direito à liberdade, é razoável retirar tal tema do poder legislativo que garante uma maior participação da sociedade civil?

O autor italiano Giorgio Agamben é um dos que aponta para os perigos da utilização de medidas de segurança, sem uma lei estrita, como forma de garantir a coletividade gera um estado permanente de insegurança e medo, não apenas medo da situação de perigo que justifica essas medidas, mas medo de ser atingido e punido por essas medidas. (AGAMBEN, 2020). A pandemia, apesar de real e potencialmente destrutiva, levantou questões em relação aos limites do Estado para limitar as individualidades em prol da coletividade. Zaffaroni, por sua vez, aponta que a essência do tratamento diferenciado, um por meio da lei e outro por meio de medidas executivas ou leis mais frágeis e garantidoras, se dá em razão de sua condição de pessoa “inimiga”. Como o inimigo nesse caso é perigoso, não há necessidade de lhes dar um caráter de pessoa ou de direitos processuais ou garantias individuais. Porém, tal situação não atinge apenas aqueles que cometem delitos de forma contumaz, tal quais os membros de organizações de narcotráfico e grupos terroristas. Como Zaffaroni alertava sobre o direito penal do inimigo e o estado policial:

“Quanto mais habilitações o poder punitivo tiver nas legislações, maior será o campo de arbítrio seletivo das agências de criminalização secundária e menores poderão ser os controles e contenções do poder jurídico a seu respeito.(...) A introdução do inimigo no direito ordinário (não propriamente bélico ou de guerra) de um Estado de direito o destrói, porque obscurece os limites do direito penal invocando a guerra, e os do direito humanitário invocando a criminalidade.” (ZAFFARONI, 2007).

O direito, em um estado democrático, serve para, essencialmente, conter as tendências absolutistas do Estado. A criação, com a normalização posterior, de um direito em separado para os denominados inimigos, já consistia em uma brutal oposição aos princípios fundantes do estado democrático de direito, ainda mais grave é o processo de delegificação que concede ao âmbito executivo, e ao judiciário quanto em nome de ativismo judicial atua como se fosse poder executivo, a possibilidade de, em nome de razões de segurança, vigiar e punir, utilizando como arma as medidas executivas, decretos, portarias e outras ferramentas a disposição do executivo.

A justificativa de situação excepcional permitindo poderes excepcionais não leva em consideração – ou leva, mas de forma ardilosa finge que não – que por mais poder, todo regime político será naturalmente inclinado a inventar novas situações excepcionais, buscando assim transformar poderes temporários em permanentes. Otto Kirchheimer alertava que “todo regime político tem seus inimigos ou os vai criando com o tempo”. Cabe aos defensores do Estado Democrático de Direito combater o discurso demagogo e criar uma “linha na areia” para apontar os limites ao poder punitivo.

4. Conclusão

O senso comum mais básico e acessível indica que há grande risco em limitar ou intervir na esfera individual em privada pela bandeira da segurança, independentemente o que se pretende segurar. Em um primeiro momento, parece razoável determinações sanitárias obrigatórias, revistas generalizadas em bairros e vizinhanças com nível de criminalidade mais elevados ou a proibição de comportamentos outrora básicos e costumeiros sob a alegação do bem comum. Entretanto, como entende Zaffaroni “ a afirmação de que o direito interno serve para manter uma ordem jurídica também se torna dogmática quando é generalizada. ” Isto é, entender o Estado como algo que existe para manter a segurança é autorizar que o Estado se transforme em um estado policial permanente, que em nome da segurança diminui e sucateia os direitos mais básicos e fundamentais. Parto da premissa de que o verdadeiro propósito do Estado é garantir a dignidade da pessoa humana e sua liberdade. Portanto, é preciso encontrar um equilíbrio entre os direitos individuais e as medidas executivas visando a proteção da coletividade.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, G. ¿En qué punto estamos? La epidemia como política (T. D'Meza & R.Molina-Zavalía, Trads.). Buenos Aires, Adriana Hidalgo, 2020.

CANOTILLHO, J. J. Gomes, Direito Constitucional, São Paulo/SP, 2017.

DE MELLO, Celso Antônio Bandeira. Curso de Direito Administrativo. Malheiros Editores, São Paulo/SP, 2015.

HOBBS, T. Leviatã ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. Martin Claret, São Paulo/SP, 2014.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. Malheiros Editores, São Paulo/SP, 2016.

SCHMITT, Carl. O conceito do político. Edições 70pt. Lisboa, Portugal, 2018.

ZAFFARONI, E. R. **O inimigo no Direito Penal**. Lumen Juris, Rio de Janeiro/RJ, 2007.

A seletividade tributária em Rousseau e breve comentário sobre a ineficiência da seletividade

Fernando Vidal Brito

Graduado em Direito na Universidade Federal Fluminense, Pós-graduado na FDIC-ES e Mestre em Filosofia na Universidade Federal do Espírito Santo.

Resumo

A organização dos povos na forma dos Estados que hoje conhecemos é essencialmente ligada aos ideais liberais do Século XVIII. O pensamento Rousseauiano abordava as questões da tributação sobre consumo e renda, defendendo a aplicação da seletividade. A ideia da seletividade, enquanto ideal liberal, demonstra-se na contemporaneidade como um fator de desigualdade tributária incapaz de cumprir o seu propósito. O presente artigo desdobra-se em uma breve análise sobre o pensamento Rousseauiano sobre o tema e os efeitos da seletividade na injustiça tributária presente no ordenamento jurídico brasileiro.

Palavras-Chave: DIREITO - FILOSOFIA - TRIBUTAÇÃO - SELETIVIDADE - ROUSSEAU

Abstract

The organization of the people in the form of States that we know today is essentially linked to the liberal ideals of the 18th century. Rousseauian thought addressed the issues of taxation on consumption and income, defending the application of selectivity. The idea of selectivity, as a liberal ideal, is demonstrated in contemporary times as a factor of tax inequality incapable of fulfilling its purpose. This article unfolds in a brief analysis of Rousseau's thinking on the subject and the effects of selectivity on tax injustice present in the Brazilian legal system.

Keywords: LAW - PHILOSOPHY - TAXATION - SELECTIVITY - ROUSSEAU

1. INTRODUÇÃO

A organização dos povos na forma dos Estados que hoje conhecemos é essencialmente ligada aos ideais liberais do Século XVIII. Jean-Jacques Rousseau se dedicou em seu “Discurso sobre a Desigualdade Econômica” a avaliar o poder-dever do Estado de instituir tributos como forma de regular a economia, a sociedade e perseguir o fim de garantir uma sociedade justa. O autor genebrino desdobra-se nos estudos sobre a tributação romana, mas em relação ao princípio da seletividade – e essencialidade – o autor remonta ao então, Estado Chinês Imperial, buscando discutir quais seriam os efeitos de uma tributação seletiva em consumo utilizando-se da essencialidade como forma de garantir arrecadação para persecução dos fins do Estado, ao mesmo tempo como utilização de regulação do mercado. Dessa forma, o presente artigo demonstrará como o autor genebrino enxerga o tema e comparará, de forma sucinta, o direito brasileiro com as ideias do autor iluminista, demonstrando as falhas no pensamento do autor genebrino.

2. A SELETIVIDADE TRIBUTÁRIA NO PENSAMENTO ROUSSEAUIANO E A SUA INEFICIÊNCIA EM PROMOVER JUSTIÇA TRIBUTÁRIA

A tributação incide sobre fatos geradores ligados a “ser”, “ter”, “dar”, “emprestar” e “receber”, dentre outros. No direito brasileiro, os principais impostos podem se dividir entre aqueles que incidem sobre patrimônio e renda e aqueles que se dividem sobre consumo, sejam de serviços ou de bens. Portanto, enquanto o Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana – IPTU – incide sobre um patrimônio (a propriedade de imóvel urbano), o Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISS ou ISSQN – incide sobre o consumo de serviços. A seletividade, portanto, se direciona especialmente como forma de atenuação sobre os impostos incidentes em consumo. Entretanto, no texto constitucional, a técnica da seletividade se destina a apenas dois impostos: O Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços – ICMS – e o Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI – [\[1\]](#). Porém, é necessário apresentar o conceito de seletividade tributário segundo a atual doutrina jurídica:

A seletividade é forma de concretização do postulado da capacidade contributiva em certos tributos indiretos. Nestes, o postulado da capacidade contributiva será aferível mediante a aplicação da técnica da seletividade, uma evidente forma de extrafiscalidade na tributação. Mais do que isso, apresenta-se a seletividade como uma inafastável expressão de praticabilidade na tributação, inibitória da regressividade, na medida em que se traduz em meio tendente a tornar simples a execução do comando constitucional, apresentável por meio da fluida expressão “sempre que possível”, constante do art. 145, § 1º, CF. A seletividade mostra-se, assim, como o “praticável” elemento substitutivo da recomendada pessoalidade, prevista no citado dispositivo, no âmbito do ICMS e do IPI, como a solução constitucional de adaptação de tais gravames à realidade fático-social. (SABBAG, 2017, p. 243)

Portanto, a seletividade é uma forma de garantir que a tributação respeitará a igualdade material, pois, busca que indivíduos em situações distintas sejam tributados de acordo com a sua capacidade de arcar com o custo do tributo – capacidade contributiva – impedindo assim distorções nas quais os mais ricos pagam o mesmo valor em espécie de tributos que os mais pobres. A forma que a seletividade atua é direcionando aos serviços essenciais, garantindo que as alíquotas de produtos e serviços essenciais – e, portanto, com a presunção que os mais pobres consomem – serão menores, de forma a onerar menos, enquanto os produtos considerados supérfluos – que contam com a presunção de que os mais ricos são os que consomem esses bens e serviços – terão alíquotas mais altas.

Um exemplo da utilização da seletividade no caso concreto pode ser apresentado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF – que determina:

Adotada pelo legislador estadual a técnica da seletividade em relação ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), discrepam do figurino

constitucional alíquotas sobre as operações de energia elétrica e serviços de telecomunicação em patamar superior ao das operações em geral, considerada a essencialidade dos bens e serviços. [\[2\]](#)

Logo, é clara a utilização da seletividade: Uma técnica que busca fixar as alíquotas de acordo com a essencialidade do serviço e bem e, no caso concreto, o Supremo Tribunal Federal definiu que os serviços de fornecimento de energia elétrica e telecomunicação são serviços essenciais e, portanto, não podem ser tributados em patamares superiores aos das operações em geral. Há, porém, grandes problemas nos efeitos práticos da seletividade e sua ineficiência, mas primeiro, é importante rastrear as origens dessa técnica no ocidente:

É o que se costuma fazer na China, país onde os impostos são mais elevados e, contudo, a sua arrecadação é mais eficiente do que em qualquer outro país. Na China não é o comerciante que paga o tributo, mas só o comprador, sem revolta ou murmúrios. Com respeito às necessidades básicas da vida, como o arroz e o milho, elas estão totalmente isentas de imposto. As pessoas comuns não são oprimidas, e os tributos recaem somente sobre os que dispõem de recursos. (ROUSSEAU, 2017, p. 40)

Percebe-se que já no período pré-revolução francesa, autores iluministas defendiam a seletividade e apontavam o modelo tributário da China imperial como exemplo da seletividade sendo utilizada para garantir que os tributos não recaiam sobre os produtos mais essenciais. O autor genebrino reforça o valor da seletividade:

Impostos pesados devem ser aplicados aos criados uniformizados, mobiliário faustoso, belas roupas, jardins espaçosos, aos divertimentos públicos de todos os tipos; às profissões inúteis, tais como a dos dançarinos, cantores, jogadores; em uma palavra, a todos os múltiplos objetos de luxo, diversão e ociosidade, que sejam visíveis a todos, e são difíceis de ocultar, pois o seu objetivo é justamente a exposição, sem a qual perderiam o sentido. Não devemos preocupar-nos com o efeito arbitrário desses impostos, porque eles atingem coisas que não são em absoluto necessárias. (ROUSSEAU, 2017, p. 41)

No trecho citado, há uma escalada no discurso a favor da aplicação da seletividade, afirmando que a tributação sobre o consumo deve ser utilizada como forma de arrecadar sobre os bens supérfluos e desnecessários, pois, na visão do autor, esses objetos de luxo são desnecessários e que a tributação pesada nesses bens e serviços não afetariam os mais pobres. É clara a noção da capacidade contributiva no pensamento do autor iluminista. Isso se torna mais evidente quando o autor afirma que a seletividade não geraria redução do consumo desses bens:

Conhece mal a humanidade quem imagina que, uma vez seduzidas pelo luxo, as pessoas podem renunciar a ele; prefeririam cem vezes renunciar às necessidades comuns, para morrer de fome e não de vergonha. O aumento das suas despesas não passa de um motivo adicional para suportar tais gastos, já que a vaidade de parecer rico ganha com o preço dos objetos e o custo do imposto. Enquanto houver pessoas ricas neste mundo, elas quererão distinguir-se dos pobres, e o Estado não poderá criar uma fonte de renda menos penosa ou mais segura do que a resultante dessa distinção. (ROUSSEAU, 2017, p. 41-42).

Abre-se aqui uma observação sobre uma grande falha no pensamento do autor – compreensível, tendo em vista que não se havia ainda estudos econômicos extensos sobre o fator da tributação no consumo – que erroneamente acreditava que a tributação pesada em bens supérfluos não afetaria o consumo desses bens. O grande argumento contra a tributação pesada sobre determinados bens em relação aos outros é a denominada “curva de Laffer”. A Curva de Laffer consiste na ideia de que existe um ponto de equilíbrio entre tributação e o Produto Interno Bruto e, até um certo ponto, a tributação leva ao aumento da arrecadação, mas a partir de certo ponto, o consumo é inibido e, por isso, a arrecadação tributária efetivamente cai. (SILVA, 2021, p. 2)

Aplicando a Curva de Laffer, a noção de que os ricos preferem se manter a todo e qualquer custo com as aparências e, conseqüentemente, pagando impostos pesados, não condiz com a realidade apontada pelas pesquisas no campo econômico e os efeitos da tributação.

A seletividade como forma de onerar maiores demonstrações de riqueza é entendimento consensual na doutrina. Alguns autores afirmam que a seletividade tributária foi absorvida pela jurisprudência e doutrina tributária sem uma análise crítica sobre suas consequências e, com isso, gerando distorções e injustiças tributárias [\[3\]](#).

Mesmo uma análise dedutiva é capaz de desvendar as falhas do uso da seletividade tributária. Um exemplo é o fato de que os bens e serviços essenciais não são utilizados apenas pelos mais pobres, mas também pelos mais ricos. Energia elétrica, internet, arroz e outros bens e serviços essenciais são utilizados tanto pelos pobres quanto pelos mais ricos, logo, a seletividade não contribui de fato para a capacidade contributiva, mas sim gera benefícios para todos, incluindo os mais ricos, tendo em vista que esses não pagarão, ou pagarão a menos, impostos sobre bens e serviços essenciais. Outra consequência é a de que por mais que se aumente as alíquotas, os mais ricos são mais capazes de arcar com os impostos elevados em bens “supérfluos”. Dessa forma, o que a seletividade ocasiona é dificultar aos mais pobres o acesso a produtos e serviços que, apesar de supérfluos, podem ser de grande utilidade ou desfrute. A seletividade aplicada da forma que é, advém de uma cosmovisão que aos mais pobres basta o essencial, como comer, dormir e beber, não sendo para o “bico dos mais pobres” os prazeres da vida. Itens como vinhos, viagens, restaurantes bons, são apenas para os mais ricos, o pobre não tem interesse, ele deve viver apenas para viver e gastar seu

dinheiro apenas para isso. É uma técnica que na prática segrega e dificulta aos mais pobres ter acesso a uma maior qualidade de vida.

Logo, a seletividade, apesar de ser usada para mitigar os efeitos nos mais pobres e a injustiça tributária, acaba gerando um bloqueio aos mais pobres. Dessa forma a denominada “essencialidade” adotada pela doutrina, lei e jurisprudência, acaba sendo mais um instrumento justificador da política fiscal, mas pouco contribui para verdadeira justiça tributária. A seletividade acaba servindo também como instrumento extrafiscal para priorizar e incentivar determinados setores da indústria em detrimento de outros e, ao mesmo tempo, serve como um impedimento para uma reforma na tributação sobre a renda.

Importante destacar que a reforma tributária, ao adicionar o Imposto sobre Bens e Serviços e a Contribuição de Bens e Serviços, busca reduzir o impacto do imposto sobre o consumo na economia do país. Segundo um estudo do Senado, os impostos sobre bem e serviços representaram, em 2022, 40,2% da receita tributária do Brasil[4] e os estudos do Senado apontam que a Reforma Tributária diminuirão esse impacto para um patamar entre 20 a 30%[5].

Porém, a reforma mantém a linha de mitigação dos efeitos da tributação sobre o consumo e se recusa a atuar por meio de tributação sobre renda. A necessidade da eliminação de tributos indiretos com a substituição de uma instituição mais ampla e unificada de impostos sobre rendas apresenta-se como uma alternativa ao atual sistema híbrido pátrio que busca a coexistência do Imposto de Renda com o ICMS, ISS, IPI e, após a completa implementação da reforma tributária, o IBS.

3. CONCLUSÃO

A Constituição da República é expressa ao afirmar que é fundamento da República Federativa do Brasil garantir a dignidade da pessoa humana. A tributação é um instrumento fiscal, mas igualmente, possui um importante papel extrafiscal para persecução da carga axiológica constante do texto constitucional. A tributação sobre consumo com a técnica da seletividade e essencialidade, como trabalhada, possui íntima ligação com ideias liberais do século XVIII e, apesar de terem exercido importante papel em mitigar as distorções tributárias, demonstra-se ineficiente em garantir a justiça social. Segundo, Chieza, Duarte e Cezare, não é possível alcançar verdadeira justiça social sem se alcançar justiça fiscal[6]. Portanto, entende-se que a substituição da tributação indireta por uma tributação sobre renda e patrimônio, incluindo-se a instituição sobre grandes fortunas seria meio mais eficaz de justiça tributária do que a utilização da seletividade apenas como paliativo das distorções tributárias existentes no sistema atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, CD e MAURIN, AF. Seletividade Tributária e Política Fiscal. Revista do Mestrado em Direito da UCB (2015).

CHIEZA, RA; DUARTE, MRP; CESARE, C. Educação fiscal e cidadania: reflexões da prática educativa. Editora da UFRGS. Porto Alegre, 2018.

ROUSSEAU, J. J. Discurso sobre a economia política. São Paulo/SP, 2017.

SABBAG, E. Manual de Direito Tributário. Saraiva Juris. São Paulo/SP, 2017.

[1] BRASIL. arts. 153, IV, e art. 155, parágrafo 2º, III, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.

[2] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 714139 com Órgão de Origem: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

[3] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 714139 com Órgão de Origem: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

[4] Tributos sobre consumo representam 40% da arrecadação no país. Contabeis., Brasília, 06 de mar de 2024. Disponível em: < <https://www.contabeis.com.br/noticias/64033/ifi-40-dos-impostos-no-brasil-sao-sobre-o-consumo/> > Acesso em 24 de set de 2024

[5] Com reforma tributária, imposto sobre consumo deve variar de 20% a 30%, diz IFI. Brasília, 18 de AUG de 2023. Disponível em <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/08/18/com-reforma-tributaria-imposto-sobre-consumo-deve-variara-de-20-a-30-diz-ifi> Acesso em 25 de set de 2024.

[6] Tributos sobre consumo representam 40% da arrecadação no país. Contábeis., Brasília, 06 de mar de 2024. Disponível em: < <https://www.contabeis.com.br/noticias/64033/ifi-40-dos-impostos-no-brasil-sao-sobre-o-consumo/> > Acesso em 24 de set de 2024

A problemática do sistema prisional e o lugar do indivíduo sociopata

Brenda Menegardo

Graduada em Direito e especialista em Investigação Criminal e Psicologia Forense pela Faculdade Brasileira Multivix.

Resumo

O presente artigo objetiva realizar algumas reflexões no que tange ao indivíduo portador do Transtorno de Personalidade Antissocial; apresentar a relação entre a sociopatia e mortes em série, cometidas por assassinos seriais, chamados Serial Killer; compreender suas características e diferenças em relação ao indivíduo psicopata; analisar as leis aplicadas na esfera nacional para crimes cometidos por esses criminosos; investigar seu lugar no âmbito do sistema penal, trazendo à baila sua responsabilidade jurídico-penal no ordenamento jurídico; expor a situação do sociopata no sistema carcerário brasileiro; propor a aplicação da escala de Robert Hare para identificação dos indivíduos recuperáveis e dos não-recuperáveis; bem como verificar a sanção adequada para o indivíduo portador de sociopatia.

Palavras-Chave: Transtorno de Personalidade Antissocial. Sociopatia. Serial Killer. Psicopata. Sistema Carcerário. Robert Hare.

Abstract

This article aims to carry out some reflections regarding the individual with Antisocial Personality Disorder; present the relationship between sociopathy and serial deaths, committed by serial killers, called Serial Killer; understand their characteristics and differences in relation to the psychopathic individual; analyze the laws applied at the national level for crimes committed by these criminals; investigate its place within the criminal system, bringing to the fore its legal-criminal responsibility in the legal system; expose the situation of sociopaths in the Brazilian prison system; propose the application of the Robert Hare scale to identify recoverable and non-recoverable individuals; as well as verifying the appropriate sanction for the individual with sociopathy.

Keywords: *Antisocial Personality Disorder. Sociopathy. Serial Killer. Psychopath. Prison System. Robert Hare.*

INTRODUÇÃO

Este estudo apresentará uma análise do sujeito sociopata dentro do sistema prisional brasileiro, analisando como as pessoas afetadas por esta doença não desenvolveram uma consciência e hábitos de respeito pelas leis e regulamentos que desencorajam o resto da sociedade a cometer atos antissociais, devido às características inerentes que tornam a socialização difícil ou impossível.

Para os sociopatas, as experiências normais de socialização são ineficazes, pois eles não desenvolvem o senso de moral, que é o mecanismo através do qual socializa-se com pessoas. Portanto, eles não conseguem estabelecer laços de nível pessoal e afetivo. Devido a um defeito congênito, eles podem verbalizar o que sabem de emoções sem realmente compreenderem o significado do que estão dizendo. Sociopatas são pessoas com um grave distúrbio psicológico; apesar de saberem que estão agindo errado, agem por impulso e podem até cometer crimes graves. Geralmente, esses sujeitos não se adaptam a nenhuma norma e fogem a qualquer padrão social estabelecido. Caracterizados pela crueldade e desprezo, eles não se importam com o sofrimento de outras pessoas e possuem comportamento cínico e depreciativo. Os sociopatas são qualificados por sua arrogância, que os faz pensar muito altivamente em sua personalidade, tornando-se seres

superficiais. Da mesma forma, eles têm a característica de que podem não ser autossuficientes, até se tornarem sem-teto. Essas pessoas também podem ter passado muito tempo em instituições correcionais. Numerosos estudos apontam que os sociopatas “são feitos”, visto que sua personalidade é afetada pelo ambiente em que se desenvolveram e pela educação que receberam. Enquanto os psicopatas “nascem”, uma vez que o distúrbio de personalidade que sofrem é de origem genética.

No entanto, há quem afirme que a sociopatia também pode ser congênita. Contudo, ambos os tipos de personalidade compartilham dos mesmos traços, pois estes sujeitos usam a manipulação como uma de suas características, além de sentirem desprezo pela segurança e pelos direitos dos outros. A principal característica de um sociopata, a fim de diferenciá-lo de um psicopata, é que ele é compulsivo e emocionalmente instável. Geralmente, é menos paciente, mais agressivo e comete mais erros. Quando se trata de cometer um crime, violento ou não, os sociopatas agem compulsiva e deliberadamente, algo que não acontece com os psicopatas, pois seus crimes são mais calculados e geralmente planejam melhor suas ações.

O INDIVÍDUO PORTADOR DE SOCIOPATIA

O Transtorno de Personalidade Antissocial, habitualmente aludido como sociopatia, é um transtorno de personalidade caracterizado por comportamentos negativos persistentes, ausência de empatia com outros seres humanos e de remorso pelos seus atos, domínio e manipulação para obter vantagens para si próprio, bem como pela sensação de poder e controle.

Acerca do indivíduo portador de sociopatia, faz-se mister trazer à colação o entendimento do ilustre Trindade (2011, p. 149) que assevera que o Transtorno de Personalidade Antissocial é um padrão persistente da desconsideração e violação dos direitos dos outros, sendo o indivíduo incapaz de conformar-se às normas sociais, envolvendo aspectos do desenvolvimento adolescente e adulto. O indivíduo com esse transtorno não se beneficia com a punição; pelo contrário, não tem capacidade de se modificar através do aprendizado da experiência. É o transtorno que mais interessa aos operadores do direito, principalmente na área penal.

A CID 10 (Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde), publicada pela Organização Mundial de Saúde, assim define a sociopatia:

Transtorno de personalidade caracterizado por um desprezo das obrigações sociais e falta de empatia para com os outros. Há um desvio considerável entre o comportamento e as normas sociais estabelecidas. O comportamento não é facilmente modificado pelas experiências adversas, inclusive pelas punições. Existe uma baixa tolerância à frustração e um baixo limiar de descarga da agressividade, inclusive da violência. Existe uma tendência a culpar os outros ou a fornecer racionalizações plausíveis para explicar um comportamento que leva o sujeito a entrar em conflito com a sociedade.

A característica básica do sociopata é não se enquadrar nos padrões sociais, não desfrutar das mesmas ideias de um bem comum e fazer tudo em função de satisfazer unicamente os seus desejos, sendo incapaz de amar e se colocar no lugar do outro. O sociopata é predador da própria espécie humana, tendo em vista que, entre espécie, é muito comum um animal matar o outro; o sociopata não tem nenhuma ligação afetiva com o fato de suas vítimas serem da mesma espécie. Ele usa quatro técnicas: mentir, manipular, fazer constrangimento – no sentido de impor sua vontade) – e violência.

Outrossim, impende destacar o entendimento dos ínclitos doutrinadores Benjamin J. Sadock; Virginia A. Sadock e Pedro Ruiz, os quais mencionam (p.748, 2017):

O transtorno da personalidade antissocial é uma incapacidade de se adequar às regras sociais que normalmente governam diversos aspectos do comportamento adolescente e adulto de um indivíduo. Embora se caracterize por atos contínuos de natureza antissocial ou criminosos, o transtorno não é sinônimo de criminalidade. [...] Indivíduos com transtorno da personalidade antissocial frequentemente podem parecer normais e até mesmo simpáticos e lisonjeiros. Suas histórias, no entanto, revelam perturbação do funcionamento ou várias áreas da vida. Mentiras, vadiagem, fuga de casa, roubos, brigas, abuso de substância e atividades ilegais são experiências típicas que os pacientes relatam ter início já na infância.

Tal qual em qualquer alteração, há desde a sociopatia leve até a grave, como é o caso do Serial Killer. De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, de 1 a 4% da população sofre com o Transtorno de Personalidade Antissocial. Dentro desta estatística, 1% se trata de Serial Killer e o restante, sociopatas. Os sociopatas de grau leve dificilmente assassinam, mas têm o hábito de mentir, são frios, racionais e desprovidos de consideração pelo sentimento alheio. De modo geral, são simpáticos, oportunistas, manipuladores, trapaceiros e dissimulados de forma a transmitir uma aparência inocente, como o estelionatário, que impressiona a vítima para usá-la e chegar ao objetivo dele, totalmente diferente de quem mente para se sobressair. Embora este seja o nível de sociopatia mais comum, é o mais difícil de ser diagnosticado. O sociopata moderado não mata, nem se expõe, mas manda fazer, sem que precise “sujar as mãos”. Em geral, se envolvem com drogas, jogos, atos imprudentes, vandalismo e promiscuidade. Já o Serial Killer, sociopata grave, não manda, ele tem prazer em fazer.

DISTINÇÃO DO CONCEITO DE PSICOPATIA E DE SOCIOPATIA

Psicopata e sociopata são termos dados a indivíduos que, de tão impiedosos, são verdadeiros monstros que podem habitar nos mais temidos pesadelos. Hannibal Lecter, em “O silêncio dos Inocentes”, Norman Bates em “Psicose”, “Dexter” da série de TV americana, são alguns exemplos de pessoas das quais se deve manter distância. Por mais que tenham nomes diferentes, os psicopatas e os sociopatas, segundo a psicologia, possuem pequenas diferenças. São dois transtornos psicológicos muito semelhantes, porém existem peculiaridades de cada uma dessas variações que fazem com que uma pessoa se diferencie da outra. Psicopatas e sociopatas se assemelham em uma série de características que inclui falta de remorso e incapacidade de sentir culpa, desrespeitando as leis ou convenções sociais, e possuindo uma forte tendência a serem violentos e cometerem crimes sem piedade. Embora nem todos os psicopatas e sociopatas sejam violentos, uma característica fundamental de ambos é a sua natureza enganosa e manipuladora.

Comparados com os psicopatas, os sociopatas possuem emoções mais instáveis e também são impulsivos, isso faz com que tenham um comportamento mais irregular, deixando pistas de seus crimes pelo caminho, por estarem mais preocupados em realizar os crimes do que em escondê-los. Já os psicopatas, planejam com máximo cuidado as suas atitudes, observando cada detalhe, sem deixar nenhum sinal do ato cometido, são frios na cena do crime, matando sem mostrar emoção ou arrependimento.

Na psiquiatria, usa-se o termo psicopatia para ilustrar que a causa do transtorno de personalidade antissocial é hereditária, já a sociopatia é descrita por comportamentos que são resultados de uma lesão cerebral ou abuso e negligência na infância. Ou seja, os psicopatas nascem com este transtorno e os sociopatas são desenvolvidos durante a vida, através de educação, relações com a sociedade ou traumas.

Os psicopatas pensam que nunca serão flagrados, pois são extremamente discretos, se fingem de normais, se camuflam na sociedade à procura da próxima vítima; mas, mesmo assim, adoram a adrenalina que têm ao cometerem algo fora da lei; quanto mais difícil o crime, mais estimulados os

psicopatas ficam, é como se fosse um vício difícil de abandonar, mas nada é considerado impossível, pois eles acreditam que são superiores ao restante da sociedade, logo, não precisam de muitos motivos para cometerem um crime; eles são sedentos por assassinatos, sentindo extremo prazer ao realizar de forma perfeita. Já os sociopatas, não se importam de serem flagrados, geralmente são presos, sendo até mesmo reincidentes criminosos; eles costumam ser cínicos, manipuladores, mentirosos, imaturos, ciumentos, possessivos e não fazem nenhuma questão de esconderem isso, o que faz com que sejam bem mais vulneráveis do que os psicopatas.

Se na sociedade os psicopatas querem ser vistos como pessoas bem-sucedidas, os sociopatas não fazem questão disso, pois são seres rebeldes e marginais, bem diferentes dos psicopatas que almejam possuir alguma riqueza que irá acobertar todos os seus crimes, funções que lhe dão poder são as mais apreciadas por eles, como líderes de empresas, policiais e políticos; já os hackers, terroristas e traficantes estão mais próximos à sociopatia; mas, não quer dizer que uma coisa necessariamente leve a outra.

O que nem sempre é compreendido é que o transtorno de personalidade não é uma doença, no sentido do que é de fato uma doença, haja vista que doença a pessoa tem e personalidade a pessoa é. Se trata de um transtorno estrutural da personalidade e admite gradações, inclusive autores anglo-saxões diferem psicopatas de sociopatas da seguinte forma: todo psicopata é um sociopata, tem um transtorno antissocial, mas nem todo antissocial é um psicopata, mesmo porque existem antissociais que são funcionais, na sociedade, mas os traços são os mesmos, quais sejam: frieza, indiferença pelos outros, incapacidade de aprender com a experiência – inclusive, com o castigo – e, no caso específico do Serial Killer, obtém vários tipos de prazer com a sua conduta, não só a sexual, mas também o prazer de ter completo domínio sobre outra pessoa, poder de vida e de morte. Na escola, essas pessoas apresentam problemas, mas também justificativas brilhantes; na adolescência, sexualidade precoce; na idade adulta, não conseguem manter vínculo empregatício, é como se o outro tivesse que lhe servir.

RELAÇÃO ENTRE SOCIOPATIA E MORTES EM SÉRIE

Crime não tem a ver com psiquiatria, loucura não significa violência, assim como maldade não é sinônimo de doença, o fato de um crime ser bárbaro não está associado diretamente a um transtorno mental. A maldade existente no mundo não ocorre por causa dos pacientes psiquiátricos, mesmo porque o crime tem muitas variantes, porém, sempre há um sociopata por trás disso.

Um fato que mobiliou grande parte da população foram os atentados ao metrô de Londres, uma série de explosões que atingiram o sistema de transporte público da capital britânica, em 7 de julho de 2005, que resultou em 52 mortes e 700 pessoas feridas. Porém, insta destacar que esta é a quantidade de mortes violentas que ocorrem em menos de 2 semanas no Rio Grande do Norte, Estado brasileiro que computou 673 homicídios dolosos ao longo do primeiro semestre do ano de 2020. É notório que o sociopata está por trás dessas ocorrências.

Quando há uma rebelião no presídio, por exemplo, quem acaba morrendo é o detento recuperável, porque o sociopata, aquele que articula o movimento todo, sempre sai ileso.

A título exemplificativo, um homem-bomba talvez não seja um sociopata (pode ser, sim, um psicótico, doente mental), mas, com certeza, ele está sendo induzido e manipulado por um que seja.

Em qualquer sociedade onde as instituições governamentais não sejam fortes para evitar que o sociopata seja “glamourizado”, com certeza o índice será muito maior. Durante um ano, morrem no Rio Grande do Norte cerca de 1.600 pessoas, fruto da violência, enquanto em Londres são 200, sendo uma diferença absurda. Isso se dá por haver no poder muitos com estilo sociopata que não estão preocupados se as pessoas estão perdendo suas casas, passando fome, morrendo em uma pandemia etc., por serem coisas que não dizem respeito a eles. Em fases de catástrofe, quebras financeiras e econômicas em um país, guerra, epidemia, sempre surgem lideranças sociopáticas que chegam como salvadoras da pátria com toda a sua inteligência.

Adolf Hitler, principal instigador da Segunda Guerra Mundial na Europa e figura central do Holocausto, pregava a eliminação dos judeus da Alemanha e o estabelecimento de uma Nova Ordem para combater o que ele via como “injustiças pós-Primeira Grande Guerra”, em uma Europa dominada pelos britânicos e franceses. É possível identificar, através de sua biografia, traços de sociopatia incontestáveis. Na infância, levado a psicólogos e tratado com alto transtorno de bipolaridade, Hitler foi designado para tratamentos onde afirmavam ser grave seu caso, mas reversível, porém seu pai negou o tratamento. Com transtorno narcisista, desde criança Hitler acreditava ser um protegido divino e que pessoas impuras não eram dignas de viver no mesmo mundo que ele. Soma-se a isso o fato de ser histriônico, desde criança necessitava que suas ações fossem, no mínimo, enaltecidas. O megalomaniaco, com altos transtornos de psicose que explica sua busca insaciável por poder, usando argumentos divinos para manipular seus seguidores. Como um típico sociopata, Hitler tinha um senso de persuasão incomparável, era manipulador e meticuloso, com cada ato premeditado usando de momentos preciosos. Ele tinha padrões de vítimas, não deixava de ser cruel e fazer com que aqueles atos o engrandessem, argumentando ser propósito divino. Hitler foi o maior Serial Killer existente na história e um dos mais inteligentes, pois conseguiu ser visto como herói por muitos.

Doutor Langer (1972, p. 171), psicanalista americano, conhecido pelo seu trabalho de análise psicológica de Adolf Hitler, relatou sobre seu provável comportamento no futuro e, dentre oito hipóteses, previu sua morte:

Hitler pode se suicidar. Esse é o desenlace mais plausível. Não só ele muitas vezes ameaçou se suicidar, bem como, do que sabemos de sua psicologia, é a possibilidade com mais chances de acontecer. É provável que ele tenha um medo exagerado da morte, mas, sendo um psicopata, poderia, sem dúvida, preparar o personagem do super-homem para o pior e realizar a ação. É quase certo, porém, que não seria um suicídio simples. Hitler é teatral demais para isso, e como a imortalidade é uma de suas intenções dominantes, podemos imaginar que ele encenaria a morte mais dramática e eficaz que fosse capaz de pensar. Hitler sabe como vincular as pessoas a ele, e, se não puder ter o vínculo em vida, com certeza fará o máximo para alcançar isso na morte. Ele pode até empregar algum outro fanático para realizar o assassinato às suas ordens.

Hitler já imaginou uma morte desse tipo, pois disse a Rauschning: “Sim, na hora do perigo supremo, devo me sacrificar pelo povo”. Do nosso ponto de vista, isso seria extremamente indesejável, porque, se feito com inteligência, fixaria a lenda de Hitler tão vigorosamente na mente do povo alemão que poderia levar gerações para erradicá-la.

O suicídio do líder nazista significou, com o disparo mais importante da Segunda Guerra Mundial, a libertação do mundo de um sociopata responsável pelas vinte milhões de vítimas diretas da atrocidade nazista.

Um famoso assassino serial brasileiro, Francisco de Assis Pereira, também conhecido por Maníaco do Parque, conhecia cada milímetro do parque do Estado, foi por conta disso que ele conseguiu esconder por muito tempo seus crimes. Ele só foi descoberto pela polícia porque garotos que empinavam pipas pelo local encontraram pela mata pedaços de corpos de suas vítimas, que tinham sido estupradas, mortas e enterradas no local por ele. Ele conquistava e atraía as mulheres, logo depois vinha a sentença de morte, poucas conseguiram escapar. Quem vê Francisco, com sua voz baixa e olhar calmo, pode até acreditar em seu discurso que parece atuação. Após confessar o crime, o Maníaco do Parque disse que tudo começava pela manhã quando ele acordava com desejo que ultrapassava os limites do abuso e da morte, chegava ao ponto de devorar a carne das vítimas. Francisco estuprou e matou pelo menos seis mulheres e tentou assassinar outras nove.

A RESPONSABILIDADE JURÍDICO-PENAL DO SOCIOPATA NO ORDENAMENTO JURÍDICO

Para expender a responsabilidade jurídico-penal do indivíduo sociopata no ordenamento jurídico brasileiro, se faz necessário delinear o conceito de crime, de acordo com os critérios material, formal e analítico, bem como suas características e elementos.

Dentro do ordenamento jurídico brasileiro, conceitua-se crime sob três critérios: material, formal e analítico.

Segundo o critério material, crime seria toda ação ou omissão humana que lesa, ou expõe a perigo de lesão, bem jurídico fundamental.

De acordo com LUIZ ALBERTO MACHADO (1987, p.78), o conceito material de crime busca a essência do delito, mediante a fixação de limites legislativos de incriminação de condutas.

Essa definição ignora por completo o que a lei diz acerca de crime, não levando em consideração seu conceito, por se apoiar unicamente em critérios, por exemplo, de direito natural. Então, se a conduta lesa ou expõe a lesão bem jurídico fundamental, será considerada crime segundo o conceito material, todavia, se trata de um conceito insuficiente para fazer tal definição.

Ao lado do critério material, há o critério formal, que define crime como sendo o que a lei diz que é, se tratando de uma conduta meramente positivada, legal; então, aquilo que a lei disser que é crime, será considerado como tal.

Dentro do ordenamento jurídico, encontra-se uma tentativa de se conceituar crime no artigo 1º da Lei de Introdução ao Código Penal, que decreta:

Art. 1º Considera-se crime a infração penal que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente.

A partir da leitura do texto do artigo 1º percebe-se que, na verdade, não é uma conceituação, e sim uma diferenciação entre crime e contravenção penal, porque o Direito Brasileiro adota o sistema dicotômico, cuja sistematização é a seguinte: existe o gênero (infração penal) e existem as espécies (crime e contravenção penal). Então, o artigo 1º da Lei de Introdução ao Código Penal é mais um critério distintivo, ele visa traçar diferenças entre a contravenção penal e o crime, e não necessariamente fornecer o conceito de crime.

Nesse raciocínio, os ilustres doutrinadores GOMES; MOLINA e CUNHA prelecionam no sentido de:

Para se praticar um crime, formalmente, o agente precisa realizar a conduta descrita na lei pelo legislador, violando desse modo a correspondente norma penal. (...) O conceito formal de delito está vinculado ao princípio da legalidade (*'nullum crimen nulla poena sine lege'*).

Logo, segundo o critério formal e o que diz a lei penal brasileira, crime é toda infração penal que a lei comine uma pena de reclusão ou detenção, com ou sem multa. É também um critério raso, impossibilitando que se explore afundo quais são os elementos do crime e como ele funciona.

Por isso, a dogmática penal, ao longo dos anos, trabalhou baseada em um conceito que é utilizado atualmente, o qual está inserido no critério analítico de crime.

No critério analítico, crime é conceituado de acordo com os elementos que o integram, logo, define-se crime como um conjunto de elementos de modo que, se no fato concreto estiver ausente um desses elementos, tal conduta não será considerada crime, porque elas visam basicamente excluir um desses elementos do crime, que quando ausentes estará atípica a conduta do sujeito e, por consequência, ele será absolvido.

Assegura LUIZ REGIS PRADO (2014, p.199):

A propósito do conceito analítico de delito, afirma-se com precisão que, na aplicação do Direito, esse conceito contribui de modo decisivo para a melhor visualização dos problemas e casos penais, assim como denota interesse prático imediato, manifestamente, na questão de dolo e da culpa; o erro, da omissão e da tentativa, do concurso de agentes e de crimes, das causas de justificação, das condições objetivas de punibilidade e, inclusive, na aplicação das sanções penais e medidas de segurança.

Dentro do critério analítico, pode-se definir crime de acordo com três conceitos: bipartite (formado por dois elementos), tripartite (formado por três elementos) e quadripartite (formado por quatro elementos). Segundo o conceito bipartite, crime seria um fato típico e ilícito (antijurídico). De acordo com o conceito tripartite, crime é fato típico, ilícito (antijurídico) e culpável. Já o conceito quadripartido de crime, são quatro elementos: tipicidade, ilicitude (antijuridicidade), culpabilidade e punibilidade.

O conceito adotado dentro do Direito Penal Brasileiro, segundo a corrente majoritária, é o conceito tripartite de crime, dentro do critério analítico, que diz que crime é fato típico, ilícito (ou antijurídico) e culpável. Em linhas gerais, fato típico é o enquadramento da conduta na lei penal, a ilicitude é a relação de contrariedade dessa conduta em relação ao ordenamento jurídico, a culpabilidade é basicamente a capacidade de entendimento ou discernimento do agente concernente à ilicitude da sua conduta e a punibilidade é a possibilidade jurídica do Estado punir a conduta do sujeito quando, por exemplo, aquele crime ainda não foi prescrito. Se o fato não for típico, não é crime; se for típico, mas não for ilícito, também não é crime; se for típico e ilícito, mas não for culpável, não há que se falar em crime. Então, é necessário que se façam presentes esses três elementos para que se configure crime.

No que tange a culpabilidade, impende transcrever o entendimento do exímio BITENCOURT (2003, p.14) que aduz:

A culpabilidade, como fundamento da pena, refere-se ao fato de ser possível ou não a aplicação de uma pena ao autor de um fato típico e antijurídico, isto é, proibido pela lei penal. Para isso, exige-se a presença de uma série de requisitos – capacidade de culpabilidade, consciência da ilicitude e exigibilidade da conduta – que constituem os elementos positivos específicos do conceito dogmático de culpabilidade. A ausência de qualquer desses elementos é suficiente para impedir a aplicação de uma sanção penal.

Nesse raciocínio, insta destacar os requisitos para que se afira a culpabilidade, quais sejam: a imputabilidade, considerando que para que o agente seja culpável deve ser imputável; ter potencial consciência da ilicitude e ter possibilidade de agir, no caso concreto, de forma diversa.

Imputar significa atribuir a alguém uma responsabilidade, logo, inimputável é aquele a quem não se pode atribuir responsabilidade. O Direito Penal classifica as pessoas em três categorias: imputáveis,

inimputáveis e semi-imputáveis. Como regra, todos que cometem um crime são responsabilizados por ele, o Código Penal, no artigo 26, excetua os indivíduos que não podem responder por um crime, são eles:

Art. 26. É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Ou seja, são isentos de pena todos os indivíduos que não possuem um desenvolvimento mental completo, não tem capacidade de compreender o caráter ilícito dos seus atos e de se determinar por este entendimento.

Também são inimputáveis os menores de dezoito anos, conforme artigo 27 que preceitua:

Art. 27. Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.

Os menores de dezoito anos, mas maiores de doze anos, quando cometem uma conduta que está tipificada no Código Penal, ganham um tratamento especial: o ato passa a ser considerado infracional e não crime, ele não será tratado pelos Código Penal e Código de Processo Penal, será educado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Então, ele está sujeito a algumas sanções, medidas socioeducativas, alguma penalidade. Com relação aos menores de doze anos, não são atingidos pelo ECA, nem pelo Código Penal.

As pessoas que se encaixam no enquadramento de inimputáveis, por não compreenderem, não estão sujeitas à pena de prisão e, sim, à uma medida de segurança, tratamento que pode ser uma internação (em clínicas ou manicômios judiciais) até que o indivíduo melhore, se cure, ou então ficar isolado para sempre, caso não tenha tratamento. Essa insanidade mental é muito difícil de ser atestada, inclusive o limite entre o que é são e insano é muito tênue, complexo até mesmo para os psiquiatras.

O Código Penal, seguindo a orientação médica da época de 1940, traz dois requisitos que geralmente essas pessoas são submetidas quando da análise de um médico psiquiatra: se o indivíduo tem plena capacidade de entender o caráter ilícito da sua conduta – tiver noção da realidade, discernimento entre certo e errado – e se pode se determinar de acordo com esse entendimento – ocorre quando o indivíduo tem entendimento sobre o que é errado, mas não consegue agir de acordo com esse determinado pensamento –. Essas pessoas não são punidas pelo Direito Penal porque não tem controle sobre suas vontades, são impelidas a agirem dessa forma, devido a uma doença ou patologia. Ou seja, para que o indivíduo seja considerado inimputável, basta que seja classificado apenas como um desses dois.

Já o indivíduo semi-imputável não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, ou seja, a pessoa não estava plenamente capaz, mas sobrou alguma capacidade de entendimento.

Também por este prisma é o entendimento do respeitável FABBRINI MIRABETE (p.205), que perfilha o mesmo pensar, ao asseverar que:

Embora se fale, no caso, da semi-imputabilidade, semiresponsabilidade ou responsabilidade diminuída, as expressões são passíveis de críticas. Na verdade, o agente é imputável e responsável por ter alguma consciência na ilicitude da conduta, mas é reduzida a sanção por ter agido com culpabilidade diminuída em consequência das suas condições pessoais. O agente é imputável, mas para alcançar o grau de conhecimento e autodeterminação é-lhe necessário maior esforço. Se sucumbe ao estímulo criminal, deve ter-se em conta que sua capacidade de resistência diante dos impulsos passionais é, nele, menor que em um sujeito normal, e esse defeito origina uma diminuição de reprovabilidade e, portanto, do grau de culpabilidade.

Acerca da imputabilidade, TRINDADE (2011, p.176) assegura que os portadores de Transtornos de Personalidade Antissocial são sujeitos que, confirme já visto, não internalizam a noção de direito, transgressão e culpa, posicionando-se além das normas. Mesmo sendo fruto de uma condição patológica, não pode se configurar como uma doença clássica, sendo tais sujeitos capazes de entender o caráter ilícito de sua conduta, o que afasta a possibilidade de sua inimputabilidade.

Também por este prisma é o entendimento de SILVA (2008, p.37), ao dizer que:

Esses indivíduos não são considerados loucos, nem apresentam qualquer tipo de desorientação. Também não sofrem de delírios ou alucinações (como a esquizofrenia) e tampouco apresentam intenso sofrimento mental (como a depressão ou o pânico, por exemplo). Ao contrário disso, seus atos criminosos não provêm de mentes adoecidas, mas sim de um raciocínio frio e calculista combinado com uma total incapacidade de tratar as outras pessoas como seres humanos pensantes e com sentimentos.

Impende destacar o entendimento de MARANHÃO (2008, p.87), que aduz:

Não apresentam sinais de psicose de qualquer tipo. Seu pensamento é lógico e convincente. Expressam serenidade e bem-estar físico. Não se observam indícios de angústia ou ansiedade, fenômenos histéricos ou atos obsessivo-compulsivos. Comunicam impressão de absoluta tranquilidade.

Resta demonstrado o despreparo do sistema penal brasileiro concernente ao tratamento da imputabilidade de indivíduos com Transtorno de Personalidade Antissocial. O transgressor sociopata não pode ser tratado como um criminoso inimputável, pois enquanto este não possui discernimento para compreender a ilicitude do seu ato e de se determinar por este entendimento, o sociopata denota pleno gozo mental do que é certo e errado, de acordo com a lei.

Medidas punitivas impostas a eles não surtem efeito, dado que os sociopatas não compreendem o que é a punição. Soma-se a isso o fato de que tendem a reincidir, após cumprirem a pena estabelecida. Sociopatas manifestam índices reiterados de crimes, chegando a ser o dobro em relação aos criminosos comuns e, se tratando de crimes com alto grau de agressividade, o acréscimo chega a ser o triplo.

SOCIOPATIA E O SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO

O Brasil precisa identificar os portadores de Transtorno de Personalidade Antissocial e criar presídios especiais, seguindo modelos de outros países. Separar os sociopatas dos criminosos comuns pode ser uma alternativa válida, mas também uma forma de segregação. As pesquisas realizadas pela psiquiatria sobre a sociopatia, indicam que seus portadores possuem uma forte tendência para transgredir as normas sociais e jurídicas. Além disso, podem influenciar de forma negativa os presos que não apresentam o transtorno.

Nesta perspectiva, foi apresentado um Projeto de Lei criado pela psiquiatra forense Hilda Morana, que estabelece a criação de presídios especiais para psicopatas com acompanhamento médico especializado, presídios desse tipo existem em países como Canadá e Inglaterra. O Governo brasileiro deveria conduzir o indivíduo sociopata a uma unidade prisional especializada de segurança máxima.

Os profissionais que trabalham com a Interface entre Transtorno Mental e Justiça acreditam que tal segregação é semelhante ao que ocorria com portadores de Sofrimento Mental, como os esquizofrênicos. Antes da reforma psiquiátrica, eles passavam a vida internados em hospitais e colônias. Acredita-se que segregação e presídio são duas coisas que caminham juntas, que fazer uso de dispositivos e de testes com cunho científico para produzir segregação e estigma, vai na contramão do que entendem ser a possibilidade de tratamento e de inserção social.

Dentro das prisões comuns não há um tratamento diferenciado para indivíduos sociopatas, principalmente porque há uma superlotação nos presídios, uma população enorme de pessoas privadas de liberdade e a atuação da psicologia e psiquiatria, quando há dentro dessas instituições, não consegue dar conta dessas especificidades, além da falta de autonomia desses profissionais realizarem determinadas atividades em sua prática dentro dos presídios. Outra problemática são alguns diagnósticos dados de forma errada dentro da atuação da psicologia no sistema prisional, o que é comum, pois associam a gravidade e a agressividade do crime à psicopatia, quando, às vezes, tem muito mais a ver com uma questão para além do próprio sujeito.

Para a psicóloga Rebecka Tannuss, não há possibilidade de cuidado dentro da privação de liberdade, seja no manicômio judiciário, seja na prisão, todo processo de isolamento e privação de liberdade traz para o sujeito mais sofrimento e impossibilidade dele ressignificar esse local dele.

Não há viabilidade de tratamento diferenciado, nem cuidado específico para ninguém dentro da prisão. Existem pessoas morrendo, surtando, com crises de ansiedade, depressão e muito mais do que isso: existe muita gente se suicidando na prisão. Para ela, não há processo de cuidado e, sim, de mais dor e sofrimento.

A ESCALA DE ROBERT HARE

O psiquiatra canadense Robert Hare, especialista em sociopatia, criou um teste de sociopatas dentro da população carcerária, para separar os recuperáveis dos não-recuperáveis. É uma tabela simples, mas é possível separar o grau de comprometimento afetivo que aquele indivíduo tem, visto que ele não sente. Sociopatas passam facilmente pelo detector de mentira. Assim como eles têm uma alta resistência a dor, têm também uma incapacidade afetiva de manifestar sensações normais do corpo. Quando uma pessoa mente, aumenta o ritmo cardíaco; também há um tipo de suor diferente de calor que, quando passa em um aparelho específico, chamado teste galvânico, ocorre um aumento da condução de eletricidade por esse suor. O sociopata moderado passa por estes testes sem que haja alteração, tendo em vista que não têm reação afetiva.

Testifica Hare (1993, p.48):

A Psychopathy Checklist (Avaliação de Psicopatia) permite a discussão das características dos psicopatas sem o menor risco de descrever simples desvios sociais ou criminalidade ou de rotular pessoas que não têm nada em comum, a não ser o fato de terem violado a lei. Ela também fornece um quadro detalhado das personalidades perturbadas dos psicopatas que se encontram entre nós.

Os sintomas trabalhados por Hare através de sua escala são divididos em dois grupos: os sintomas emocionais/interpessoais e os desvios sociais; e sua escala de avaliação é composta por 20 itens, são eles:

1. Loquacidade/Encanto superficial;
2. Egocentrismo/ Grande sensação de valor próprio;
3. Necessidade de estimulação /Tendência ao tédio;
4. Mentira patológica;
5. Direção/Manipulação;
6. Falta de remorso e culpabilidade;

7. Baixa profundidade dos afetos;
8. Insensibilidade /Falta de empatia;
9. Estilo de vida parasita;
10. Falta de controle comportamental;
11. Comportamento sexual promíscuo;
12. Problemas de comportamento precoces;
13. Falta de metas realistas a longo prazo;
14. Impulsividade;
15. Irresponsabilidade;
16. Incapacidade de aceitar a responsabilidade das próprias ações;
17. Várias relações conjugais breves;
18. Delinquência juvenil;
19. Revogação da liberdade condicional;
20. Versatilidade criminal.

Eloquente e superficial, egocêntrico e grandioso, ausência de remorso ou culpa, falta de empatia, enganador e manipulador, emoções “rasas” são características emocionais/interpessoais; impulsivo, fraco controle do comportamento, necessidade de excitação, falta de responsabilidade, problemas de comportamento precoces, comportamento adulto antissocial são características que Hare classifica como desvio social.

Este questionário visa saber ponto a ponto da personalidade do psicopata ou do sociopata. É importante também buscar informações de familiares, pessoas que estiveram no convívio do indivíduo, até porque o passado faz parte do diagnóstico e através deste é possível identificar a personalidade psicopática e a probabilidade de reincidência.

Segundo JORGE TRINDADE (2011, p.173), a escala Hare é de expressiva valia para constituir uma ajuda técnica, para que magistrados possam adotar medidas legais, com maior segurança em suas decisões.

A colocação da Escala Hare vai ao encontro da necessidade de um novo tratamento penal a ser dado aos sociopatas no âmbito jurídico brasileiro, para que haja um tratamento eficaz a esses criminosos sem panorama de melhora.

SANÇÃO ADEQUADA PARA O INDIVÍDUO SOCIOPATA

Cabe ao Direito Penal editar normas de proteção de bens jurídicos fundamentais descrevendo comportamentos, previstos em lei, que provoquem lesão ou perigo de lesão e que tenham como consequência a aplicação de sanção, seja ela uma pena ou medida de segurança.

A pena se caracteriza por ser uma sanção e deverá ser constatada a culpabilidade do agente, recaindo aos imputáveis e aos semi-imputáveis. As medidas de segurança têm como aliada a periculosidade do indivíduo perante a sociedade e o risco de incidência, reiteração, repetição, entre outros, pode ser aplicada aos inimputáveis e, excepcionalmente, aos semi-imputáveis com necessidade de tratamento curativo. Assim como as penas, as medidas de segurança não podem ter natureza perpétua.

O entendimento do Superior Tribunal de Justiça se posicionou em relação à duração da medida de segurança de que, enquanto persistir a periculosidade do agente, deve-se manter retirado da sociedade.

Os sociopatas podem acabar em sistemas prisionais comuns, onde eles serão capazes de manipular, ameaçar e enganar os outros presos, para benefício próprio. Podem ser líderes em potencial, chegando até mesmo a corromper agentes penitenciários. Num local onde dificilmente um indivíduo é ressocializado, ter um assassino sociopata como guia pode potencializar o problema, pois ele não conterà seu ímpeto.

A medida de segurança não provoca resultado algum no sociopata, pois foi feita para indivíduos inimputáveis, que não possuem discernimento equilibrado. Não cabe aos imputáveis, como são os sociopatas, plenamente razoável e concentrados a tudo que acontece a sua volta, medida de segurança, tampouco, hospital psiquiátrico como meio optativo de punição.

A jurisdição brasileira precisa se atualizar quanto às sanções adequadas para os criminosos sociopatas reincidentes que repetem seus crimes desprovidos de remorso e sentimento de culpa. Defronte dessa problemática, considera-se que os sociopatas não podem ser tratados como indivíduos portadores de problemas mentais ou como criminosos comuns.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma muito diferente do que se imagina, o sociopata não tem sentimentos, não sente empatia, tampouco se coloca no lugar do outro. A característica essencial do Transtorno de Personalidade Antissocial é um padrão difuso em relação à violação dos direitos alheios, que se inicia na infância ou na adolescência e se perpetua pela idade adulta. Outra característica singular desse transtorno é a transgressão, o discurso manipulador para atingir seus objetivos. Um outro ponto é a tendência à falsidade, mentiras recorrentes com o intuito de obter ganhos pessoais.

Apesar de o senso comum colocar que os termos psicopatia e sociopatia têm o mesmo significado, há características bem distintas quanto a estes termos. A psicopatia é uma doença caracterológica, o que significa dizer que independente da sua idade, em geral na adolescência, o indivíduo tem consciência, lucidez, capacidade de julgamento, sabe da sua conduta errada e obtém, além de prazer, ganhos com essa conduta; é alguém que se utiliza de uma forma de transgressão social para obter algum tipo de ganho. O indivíduo psicopata possui uma síndrome comportamental que visa sempre satisfazer uma necessidade doentia e a satisfação desta necessidade é um crime, normalmente violento. Já a sociopatia, que se define como Transtorno de Personalidade Antissocial, o que está doente neste indivíduo é a falta de relação afetiva com o mundo externo, ou seja, ele vive só para si, é um egoísmo extremamente intenso e patológico.

Para ser culpável, o sujeito deve praticar um fato típico – ação ou omissão ajustado a um modelo legal de conduta –, antijurídico – vai de encontro ao modelo legal – e culpável – capacidade de entendimento ou discernimento do agente concernente à ilicitude da sua conduta –. Para ser imputável, o indivíduo deve possuir entendimento sobre o ato cometido e que sofrerá uma sanção sobre o ato. Assim, pode-se dizer que imputabilidade é a possibilidade de atribuir a responsabilidade de uma infração ao indivíduo. Os menores de dezoito anos, detentores de doença mental, possuidores de desenvolvimento mental retardado e vítimas de embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior são inimputáveis, se ao tempo da ação ou omissão eram inteiramente incapazes de entender o caráter ilícito do fato. Já os semi-imputáveis ao tempo da ação ou omissão são os que não tinham inteira capacidade de entender o fato, mas ainda assim entendiam algumas coisas que estavam acontecendo, bem como a embriaguez voluntária.

A responsabilidade penal é um fato de competência judicial, onde serão verificados outros aspectos e dados processuais, a fim de verificar se o indivíduo terá a obrigação de suportar as consequências jurídicas do seu crime e depende da imputabilidade para sua verificação. No Brasil, há divergência sobre a responsabilidade penal dos psicopatas. Para a doutrina, os sociopatas não podem e não devem ser considerados inimputáveis, mas, sim, imputáveis, posto que sua doença não é mental. Entendimento jurisprudencial conclui que os portadores do Transtorno de Personalidade Antissocial

têm seu discernimento reduzido, devendo ser considerados semi-imputáveis.

O sistema prisional brasileiro se mostra improdutivo no que concerne aos indivíduos sociopatas, posto que não dispõe de nenhum tratamento especial para estes criminosos. Além de não apresentarem melhora, na medida em que não aprendem com a punição, esses indivíduos pioram o triplo no que diz respeito aos crimes graves. Outra agravante é a influência que os sociopatas exercem sobre os criminosos comuns, manipulando-os para obter vantagem própria.

Da criação do Código Penal em 1940 até hoje, houve um progresso significativo das ciências neurológicas, da psiquiatria, e isso interfere principalmente na questão do direito, do dolo. Dessa forma, conclui-se pela reforma do Código Penal mais atendida com o que é a psiquiatria e das sanções adequadas para o indivíduo sociopata ante o ordenamento jurídico brasileiro.

REFERÊNCIAS

ATENTADOS de 7 de julho de 2005 em Londres. **Wikipedia**, 2020. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Atentados_de_7_de_julho_de_2005_em_Londres. Acesso em: 21 out. 2020.

Benjamin J. Sadock; Virginia A. Sadock; Pedro Ruiz; tradução: Marcelo de Abreu Almeida... [et al.]; revisão técnica: Gustavo Schestasky... [et al.]. **Compêndio de psiquiatria: ciência do comportamento e psiquiatria clínica** [recurso eletrônico]: 11 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2017.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: parte geral: volume

1. – 8. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2003.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 3.914, de 9 de dezembro de 1941. Lei de Introdução do Código Penal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n.º 8, p.1-74, 9 dez. 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3914.htm#:~:text=Art%201%C2%BA%20Considera%2Dse%20crime,ou%20ambas%2C%20alternativa%20ou%20cumulativamente.>. Acesso em: 30 out. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Da Imputabilidade Penal. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10637112/artigo27-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>>. Acesso em: 30 out. 2020.

2020.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Da Imputabilidade Penal. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10637167/artigo26-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>>. Acesso em: 30 out. 2020.

CECI, Mariana. Homicídios aumentam 10,3% no primeiro semestre de 2020 no RN. **Tribuna do Norte**, 2020. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/homicida-dios-aumentam-10-3-no-primeiro-semester-de-2020-no-rn/486117>. Acesso em: 21 out. 2020.

CONHEÇA os diferentes níveis de sociopatia e o tratamento para o problema. **Sbie**, 2016. Disponível em: <https://www.sbie.com.br/blog/conheca-os-diferentes-niveis-de-sociopatia-e-o-tratamento-para-o-problema/>. Acesso em: 21 out. 2020.

DIFERENÇA entre psicopatia e sociopatia e suas características. **Diferença**, 2017. Disponível em: <https://www.diferenca.com/psicopata-e-sociopata/>. Acesso em: 21 out. 2020.

GOMES, Luiz Flávio; MOLINA, Antônio Garcia-Pablos de; CUNHA, Rogério Sanches. **Direito Penal: Parte Geral**, 2ª ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009, p.126).

HARE, Robert D.; SALES, Denise Regina. **Sem Consciência: O Mundo Perturbador dos Psicopatas que Vivem Entre Nós**. 1ª ed. São Paulo:

ARTMED, 2012.

LANGER, Walter C. **A Mente de Adolf Hitler: o relatório secreto que investigou o psique do líder da Alemanha nazista**. Prefácio de Eurípedes Alcântara; tradução de Carlos Szlak – Rio de Janeiro: LeYa, 2008.

LUZ, Sabrina. **PSICOPATIA e o sistema carcerário brasileiro – entrevista com especialistas**. 2019. (10m35s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pJyoHSKCAdA>. Acesso em: 09 nov. 2020.

MARANHÃO, Odon Ramos. **Psicologia do Crime**. São Paulo: Malheiros, 2008.

MIRABETE, Fabbruni. **Manual de Direito Penal**. V. 1. 7ª ed. – São Paulo: Atlas.

NORONHA, E. Magalhães. **Direito Penal**. V. 1. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 1983.

O que é sociopata? As 12 características para reconhecer. **Psicanálise clínica**, Campinas, 20 jan. 2019. Disponível em: <https://www.psicanaliseclinica.com/reconhecer-um-sociopata/>. Acesso em: 17 out. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS) (Ed.). **Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10: Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Transtorno_de_personalidade_antissocial. Acesso em: 17 out. 2020.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes Perigosas: O psicopata mora ao lado**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

TRANSTORNO de personalidade antissocial. **Wikipedia**, 2020. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Transtorno_de_personalidade_antissocial. Acesso em: 21 out. 2020.

TRINDADE, Jorge. **Manual de psicologia jurídica para operadores do direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado: 2011.

Tecnologias e Metodologias: Promovendo a Interatividade no Currículo Escolar

Wesley Barbosa Rodrigues

• Engenharia Elétrica – [Faculdade de Cariacica - UNIEST] • Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho – [Faculdade Cândido Mendes - FACAM] • Complementação Pedagógica em Matemática [Multivix - Campus Serra - ES] • Licenciatura em Física – [Instituto Federal do Espírito Santo - IFES - ES] • Ciências Econômicas – [Universidade Cruzeiro do Sul - UNISUL] • Cursando Mestrado em Tecnologias Emergentes em Educação [Must University - Flórida]

Resumo

O presente trabalho aborda a aplicação de uma revisão bibliográfica com enfoque qualitativo para explicar uma prática inovadora em sala de aula sobre tecnologias, metodologias e currículos, bem como a interatividade em ambiente educacional. Destaca-se a experiência prévia à pandemia de 2019 e a percepção da falta de capacitação dos professores na utilização da tecnologia da Plataforma AVA, considerando a diversidade geracional entre os docentes. A pesquisa busca analisar o impacto das tecnologias digitais na aprendizagem, ensino e desenvolvimento curricular, refletindo sobre as mudanças educacionais decorrentes da inclusão dessas ferramentas nas escolas públicas. As contribuições das tecnologias digitais incluem a criação de novos ambientes de aprendizagem, mudanças nas práticas educativas e o fortalecimento da cultura digital, permitindo que alunos e professores se tornem coautores de suas narrativas de aprendizagem. Práticas pedagógicas sugeridas para a formação de professores envolvem o letramento digital, projetos colaborativos com alunos, uso de tecnologias como laptops educacionais, blogs e Plataformas AVA, visando integrar as tecnologias ao currículo e fomentar uma cultura digital na escola.

Palavras-Chave: Tecnologia. Metodologia. Currículo. Formação. Cultura Digital.

Abstract

The present work addresses the application of a literature review with a qualitative focus to explain an innovative practice in the classroom regarding technologies, methodologies and curricula, as well as interactivity in an educational environment. The experience prior to the 2019 pandemic and the perception of the lack of training of teachers in using the AVA Platform technology stands out, considering the generational diversity among teachers. The research seeks to analyze the impact of digital technologies on learning, teaching and curriculum development, reflecting on the educational changes resulting from the inclusion of these tools in public schools. The contributions of digital technologies include the creation of new learning environments, changes in educational practices and the strengthening of digital culture, allowing students and teachers to become co-authors of their learning narratives. Suggested pedagogical practices for teacher training involve digital literacy, collaborative projects with students, use of technologies such as educational laptops, blogs and AVA Platforms, aiming to integrate technologies into the curriculum and foster a digital culture at school.

Keywords: Technology. Methodology. Curriculum. Training. Digital Culture.

1 Introdução

O presente trabalho tem como objetivo aplicar a revisão bibliográfica com uma abordagem qualitativa e buscar explicar uma prática inovadora aplicada em sala de aula sobre as tecnologias,

metodologias e currículos apresentados e a interatividade em sala de aula.

Desta forma, a pesquisa buscar relatar uma experiência vivida antes da pandemia de 2019, e a percepção de falta de formação dos professores referente ao uso da tecnologia Plataforma AVA, isso levando em conta que existem diversas gerações existentes em um corpo docente em uma escola, é preciso verificar as contribuições das tecnologias digitais de informação e comunicação na aprendizagem, no ensino e no desenvolvimento do currículo. Essa perspectiva de mudanças nos impulsiona a uma reflexão no sistema educacional que surgem com a inclusão dessas tecnologias nas escolas públicas.

Verificar as principais contribuições das tecnologias digitais de informação e comunicação para a aprendizagem incluem a criação de novos ambientes de aprendizagem, mudanças nas práticas educativas, desenvolvimento de uma cultura digital, conexões entre diferentes contextos sociais e a possibilidade de os alunos e professores se tornarem coautores de suas próprias narrativas de aprendizagem.

Portanto, conforme mencionado por (Silva, 2010 como citado em Almeida & Silva 2011), o uso da tecnologia no ensino como elementos de apoio nos processos de ensino e aprendizagem para apoiar atividades ou mesmo para motivar os alunos gradualmente dá lugar à integração do movimento no currículo um repertório de práticas sociais específicas da cultura digital que alunos e professores vivenciam em seu cotidiano.

Os exemplos de práticas pedagógicas para formação de professores sobre tecnologias incluem o letramento digital dos próprios professores, o desenvolvimento de projetos com alunos envolvendo autoria, uso de laptops educacionais para atividades de autoria ou apoio ao ensino presencial, utilização de software de autoria, blogs, Plataformas AVA para projetos com alunos, computadores e internet e formação de professores em letramento digital. Essas práticas visam integrar as tecnologias ao currículo e promover uma cultura digital na escola.

2 Formação Docente: O uso da tecnologia

A formação continuada de professores pode contribuir para a integração de tecnologias digitais nas escolas ao proporcionar oportunidades para os educadores compreenderem diferentes formas de uso dessas tecnologias em práticas pedagógicas. Além do mais, a formação ajuda os docentes a tratar dessas barreiras que atrapalha a inclusão efetiva de suas práticas pedagógicas com auxílio das tecnologias, promovendo mudança curricular e reflexão sobre a prática.

O Acolhimento efetiva da escola exige a promoção da formação do docente e as condições para a integração crítica das TDIC na prática pedagógica. Para isso, o professor deve acolher a cultura

digital e as características inerentes às TDIC, “utilizá-las na sua prática docente e pedagógica e pensar porque e onde usar o computador, e como essa ferramenta será utilizada para suscitar a aprendizagem e a ampliação do currículo” (ALMEIDA, 2010, p.68).

Os principais desafios identificados nas práticas pedagógicas de integração de tecnologias digitais no currículo escolar incluem a necessidade de formação continuada de professores para compreender diferentes possibilidades de uso em práticas pedagógicas, a falta de infraestrutura tecnológica adequada nas escolas públicas e a escassez de tempo disponível para os professores se dedicarem à integração dessas tecnologias.

Quanto ao uso das plataformas virtuais de aprendizagem utilizadas na época da pandemia as escolas públicas usaram o Google Sala de Aula para criar salas virtuais de ensino, porém nenhum professor teve tempo hábil para formação, sendo criadas vídeo aulas para ajudar no entendimento do recurso, com vídeos na internet, como citado por Vicente, (2020) em seu canal do Youtube explicando o gerenciamento dos recursos da plataforma.

Neste sentido, Costa e Felizardo (2012) defendem que a formação contínua pode constituir uma estratégia eficaz para gerir cuidadosamente as tensões e conflitos relacionados com as crenças e valores dos professores, o que é extremamente importante nos processos de mudança. Desta forma, as atividades de formação podem ajudar os professores a transpor barreiras à integração eficaz das tecnologias na prática dos processos de inovação curricular.

A infraestrutura tecnológica nas escolas é fundamental para potencializar a integração de tecnologias digitais no currículo. O acesso à internet de alta velocidade, projetores/lousas digitais e dispositivos como notebooks são essenciais. No entanto, a presença da tecnologia não é suficiente; é necessário investir em políticas públicas para garantir a disponibilidade e manutenção desses recursos, além de promover a formação continuada de professores para efetiva integração no currículo escolar.

As tecnologias digitais podem ser integradas ao currículo escolar por meio da criação de novos ambientes de aprendizagem, mudanças nas práticas educativas, desenvolvimento de uma cultura digital, conexões entre diferentes contextos sociais e permitindo que os alunos se tornem coautores de suas próprias narrativas de aprendizagem.

A integração de tecnologias da informação e comunicação ao currículo, com foco em questões como formação de educadores, políticas públicas para inserção das TIC no currículo, integração de mídias e tecnologias, tecnologias móveis, entre outros. Os debates e apresentações envolveram reflexões sobre práticas pedagógicas, formação de professores e a influência das tecnologias no processo educacional.

2.1 Currículo: Prática docente no uso da tecnologia

Os discursos fundamentais sobre a relação entre tecnologia e educação analisados no estudo incluem a visão instrumental, que destaca o uso de equipamentos eletrônicos como: celular, computador, notebook, entre outros recursos didático-pedagógicos moldados pelos sujeitos, e o determinismo tecnológico, que considera a tecnologia como um elemento determinante na configuração social e cultural.

Segundo (Peixoto, 2012) foi observando os pesquisadores que influenciam a formação deste debate sobre os usos do computador, destaca-se Pierre Lévy.⁴ Ele é utilizado, principalmente, nos estudos que tratam da “Internet e Educação”, para definir conceitos como “ciberespaço”, “virtual e real”, “ecologia cognitiva”, e para explicar a relação espaço/tempo, entre outros. É possível afirmar que este teórico tem-se embasado em sua narrativa instrucional sobre os usos do computador.

Uma amostra deste estudo realizado por Vilares e Silva (2005) e citado por Peixoto (2012), sobre a interatividade nos meios de comunicação em laboratórios de informática, no qual Freire é citado para fazer referência ao aprender como um procedimento que pode possibilitar ao aprendiz uma curiosidade que o conduza à criatividade, autonomia e participação. Neste ponto de vista, o costume do uso deste equipamento, o computador, seria capaz de ocasionar uma “educação mais libertadora”.

Contudo, (Santaella, 2007, p200), nos fala sobre as tecnologias móveis já começam a se fazer presentes na educação, em parte com os computadores portáteis, telefones celulares ou outros dispositivos móveis, que facilitam uma conexão sem perda de sinal no uso da rede sem fio, a constituição de celulares entre pessoas que operam em espaços físicos e não próximos e a união das fronteiras entre espaços físicos e digitais.

As diferentes visões sobre a tecnologia na educação, como a visão instrumentalista e a visão determinista, destacando como os discursos variam entre considerar as TIC como recursos flexíveis moldados pelos sujeitos (visão instrumental) e como elementos determinantes que impõem mudanças sociais e culturais (visão determinista).

As quatro tecnologias inovadoras mencionadas no artigo são E-Books, LMS (Learning Management System), Realidade Aumentada/Virtual e Gamificação. Cada uma dessas tecnologias pode ser aplicada em salas de aula.

Segundo (Ludos Pro, 2019), Os e-books proporcionam aos alunos acesso a conteúdo educacional a qualquer hora e em qualquer lugar, reduzindo as restrições físicas dos livros didáticos tradicionais. Eles são econômicos, leves e podem oferecer uma variedade de tipos de conteúdo, atendendo a diferentes estilos de aprendizagem. LMS (Sistema de Gestão de Aprendizagem) “é uma programa

de ensino a EaD que permite desenvolver, customização, organização e gerenciamento de cursos e treinamentos online”. Fortalece e desenvolve a eficiência da aprendizagem online, proporcionando autonomia a instituições ou indivíduos, levando a experiências de aprendizagem mais personalizadas para os alunos. (Ludos Pro, 2019)

A tecnologia inerente a Realidade Aumentada/Virtual podem transformar “experiências de sala de aula em experiências imersivas e interativas”. Ao utilizar equipamentos especiais, os alunos podem explorar locais remotos, as profundezas do universo ou museus famosos, tornando o aprendizado mais envolvente e dinâmico. (Ludos Pro, 2019).

A gamificação incorpora elementos de jogo em contextos não relacionados ao entretenimento, tornando assuntos como: matemática, física e química, mais envolventes e agradáveis. “Cria uma experiência educacional dinâmica, imersiva e ativa que motiva os alunos a se dedicarem ao aprendizado e a alcançarem melhores resultados”. (Ludos Pro, 2019).

Estas tecnologias oferecem vários benefícios para docentes e discentes, aumentando o envolvimento, personalizando experiências de aprendizagem e criando ambientes educacionais mais interativos e dinâmicos.

A adoção da tecnologia na sala de aula pode aumentar significativamente o envolvimento dos alunos e melhorar a experiência de aprendizagem. Ao incorporar tecnologias inovadoras como e-books, LMS, realidade aumentada/virtual e gamificação, os educadores podem criar ambientes de aprendizagem mais interativos e personalizados.

A tecnologia permite a personalização de materiais de aprendizagem para atender a diferentes estilos de aprendizagem, tornando a experiência educacional mais adaptada às necessidades individuais.

Ferramentas interativas e conteúdo multimídia fornecidos pela tecnologia podem captar a atenção dos alunos e tornar a aprendizagem mais envolvente e agradável.

A tecnologia incentiva os alunos a serem participantes ativos no seu processo de aprendizagem, promovendo o pensamento crítico, a capacidade de resolução de problemas e a criatividade.

A integração da tecnologia na sala de aula preenche a lacuna entre o conhecimento teórico e as aplicações do mundo real, tornando a aprendizagem mais prática e relevante. As tecnologias educacionais geralmente fornecem análises de dados que permitem aos educadores acompanhar o progresso dos alunos, identificar áreas de melhoria e personalizar o ensino de acordo.

3 Considerações Finais

Ao aproveitar estas ferramentas tecnológicas de forma eficaz, os educadores podem criar experiências de aprendizagem dinâmicas e envolventes que motivam os alunos, fomentam a curiosidade e, em última análise, conduzem a melhores resultados acadêmicos. Os educadores devem considerar vários pontos importantes para serem adotados que abordem as ferramentas tecnológicas na sala de aula, devem avaliar os estilos e preferências de aprendizagem dos alunos para selecionar tecnologias apropriadas que atendam às diversas necessidades. Fornecer formação e apoio adequados tanto para educadores como para estudantes é crucial para garantir e verificar a utilização eficaz da tecnologia.

Os educadores devem alinhar a utilização da tecnologia com os objetivos de aprendizagem para melhorar o currículo e promover experiências de aprendizagem significativas. A monitorização regular do progresso dos alunos e a avaliação do impacto da tecnologia nos resultados da aprendizagem podem ajudar os educadores a tomar decisões e a fazer ajustes informados. Garantir que as ferramentas tecnológicas sejam acessíveis a todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência, é essencial para a criação de um ambiente de aprendizagem inclusivo. Os educadores podem integrar com sucesso a tecnologia nas suas práticas de ensino e maximizar os seus benefícios para o envolvimento dos alunos e os resultados da aprendizagem.

4 Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini; VALENTE, José Armando. Tecnologias e currículo: trajetórias convergentes ou divergentes? São Paulo: Paulus, 2011.

COSTA, Fernando Albuquerque; FELIZARDO, Maria Helena. A formação de professores e a integração das TIC no currículo: com que formadores? In: CONGRESSO INTERNACIONAL TICEDUCA, 2., 2012. Lisboa. Anais [...]. Lisboa, 2012. Disponível em: http://cefopna.edu.pt/revista/revista_08/es_05_08_mhf_fac.htm. Acesso em: 30 mar. 2020.

LUDOS, Pro, 2019. Tecnologias que vem fazendo sucesso em salas de aula. Disponível em 15/03/2024 de <https://www.ludospro.com.br/blog/tecnologia-em-sala-de-aula>. Acesso em 06 de março de 2024.

PEIXOTO, J.; & Araújo, C. H. dos S. (2012). Tecnologia e educação: algumas considerações sobre o discurso pedagógico contemporâneo. <https://www.scielo.br/j/es/a/fKjYHb7qD8nK4MWQZFchr6K/?format=pdf&lang=pt> acessado em 06 de março de 2024.

SANTAELLA, Lúcia. Linguagens líquidas na era da mobilidade. São Paulo: Paulus, 2007.

VICENTE, Paulo 2020. Google sala de aula – Como funciona? Disponível em 18/03/2020 de https://www.youtube.com/watch?v=_yxjqMDLeg. Acesso em 15 de março de 2024.

Educação Ambiental e Geografia no Ensino Médio: Interdisciplinaridade em Prática

RAPHAEL RIBEIRO MATIAS

Licenciado em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 2022, com sólida formação teórica e prática voltada para as Ciências Humanas e Sociais. Complementou sua trajetória acadêmica com especializações em Engenharia Ambiental pela Universidade Cândido Mendes (UCAM) e Ciências Humanas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), consolidando uma formação interdisciplinar que integra aspectos ambientais, sociais e educacionais. Na monografia de conclusão de curso, desenvolveu o tema Educação Ambiental, obtendo nota 9,5, o que reforça sua habilidade em pesquisar e propor soluções voltadas para a integração entre educação e meio ambiente. Além disso, participou de cursos de extensão em instituições renomadas, como o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), com foco em Planejamento Ambiental e Sustentabilidade Ambiental, Social e Econômica, e na Fundação Getúlio Vargas (FGV), onde realizou formações em Sustentabilidade: Um Valor para a Nova Geração, Sustentabilidade no Dia a Dia e Educação Ambiental. Profissionalmente, possui experiência consolidada no setor ambiental, especialmente na área de saneamento e gestão socioambiental, adquirida ao longo de anos de atuação em operações urbanas e projetos voltados para o meio ambiente. Atuou em projetos de educação ambiental e inclusão social, lecionando em pré-vestibulares sociais gratuitos para jovens de baixa renda e em espaços de educação inclusiva no Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado (NAPES), onde desenvolveu estratégias pedagógicas adaptadas para públicos diversos. Combinando prática e teoria, coordenou eventos acadêmicos como a Semana de Geografia do polo Cederj/UERJ em 2018, fortalecendo sua capacidade de gestão, trabalho em equipe e articulação de temas multidisciplinares. Sua formação e trajetória profissional demonstram um compromisso com a sustentabilidade socioambiental, com foco na relação entre meio ambiente, educação e sociedade, alinhando-se perfeitamente à linha de pesquisa "Meio Ambiente, Sustentabilidade e Interdisciplinaridade".

Resumo

Este artigo apresenta uma análise abrangente da implementação da educação ambiental (EA) no ensino médio, com ênfase no papel da geografia como eixo interdisciplinar. Baseado no estudo de caso realizado no Colégio Estadual Missionário Mário Way, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, o trabalho explora a aplicação de práticas pedagógicas que unem teoria e ação, promovendo uma educação transformadora. A pesquisa destaca a relevância da EA na formação cidadã e na conscientização socioambiental dos discentes, bem como a necessidade de uma abordagem integrada no currículo escolar.

Palavras-Chave: Educação Ambiental, Geografia, Ensino Interdisciplinar, Sustentabilidade, Ensino Médio.

Abstract

This article provides a comprehensive analysis of the implementation of environmental education (EE) in high school, emphasizing the role of geography as an interdisciplinary axis. Based on a case study conducted at Colégio Estadual Missionário Mário Way in Rio de Janeiro's West Zone, the work explores the application of pedagogical practices that integrate theory and action, fostering transformative education. The research highlights the relevance of EE in shaping citizenship and raising socio-environmental awareness among students, as well as the necessity of an integrated approach in the school curriculum.

Keywords: Environmental Education, Geography, Interdisciplinary Teaching, Sustainability, High School

Introdução

A relação entre educação ambiental (EA) e ensino de geografia é particularmente relevante no contexto escolar contemporâneo, em que as questões socioambientais são centrais para a formação de cidadãos conscientes e atuantes. De acordo com a Lei 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, a EA deve ser integrada aos currículos escolares em todos os níveis de ensino. Neste contexto, a geografia emerge como uma disciplina fundamental para abordar questões ambientais de maneira interdisciplinar, conectando aspectos naturais, culturais e sociais.

Este artigo, de autoria de Raphael Ribeiro Matias, baseia-se em experiências adquiridas durante o estágio supervisionado no Colégio Estadual Missionário Mário Way, localizado na Zona Oeste do Rio de Janeiro. A pesquisa teve como objetivo promover a EA por meio de práticas pedagógicas inovadoras, explorando o papel da escola na formação de cidadãos comprometidos com a sustentabilidade.

Referencial Teórico

A educação ambiental é um processo de aprendizagem permanente que visa desenvolver habilidades e atitudes voltadas para a preservação do meio ambiente. Conforme Reigota (1999), a EA deve ser compreendida como uma pedagogia da responsabilidade, que enfatiza o papel transformador da educação. Para Morin (2003), a geografia, com seu caráter multidimensional, é essencial para abordar questões ambientais de forma holística, integrando aspectos locais e globais.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) também reconhecem a necessidade de uma abordagem interdisciplinar no ensino, especialmente no ensino médio, para promover competências críticas e cidadãs. Neste cenário, a EA e a geografia se complementam ao fomentar uma educação que transcende os conteúdos tradicionais e estimula a reflexão crítica sobre as relações entre homem e ambiente.

Metodologia

A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, utilizando o método de pesquisa-ação, conforme descrito por Thiollent (2005). As atividades foram realizadas durante os estágios supervisionados II, III e IV no Colégio Estadual Missionário Mário Way.

As etapas da pesquisa incluíram:

- **Observação inicial:** Avaliação das percepções dos alunos sobre questões ambientais.
- **Planejamento pedagógico:** Desenvolvimento de atividades teóricas e práticas voltadas para a EA.
- **Intervenções práticas:** Aulas sobre consumo consciente, plantio de mudas e criação de uma horta escolar.
- **Avaliação:** Análise de questionários aplicados antes e depois das atividades.

Resultados e Discussão

Os resultados revelaram uma mudança significativa na percepção dos alunos sobre questões ambientais. As atividades práticas, como o plantio de mudas e a criação da horta escolar, despertaram nos estudantes a consciência sobre a importância da preservação ambiental e da sustentabilidade.

Projetos Realizados

1. **Plantio de Mudas:** Alunos identificaram a ausência de vegetação como um problema crítico no ambiente escolar. O projeto permitiu que eles não apenas plantassem árvores, mas também compreendessem a relação entre arborização e qualidade de vida.
2. **Horta Escolar:** Este projeto destacou a importância da sustentabilidade e do consumo consciente. Os alunos participaram de todas as etapas, desde a preparação do solo até a colheita, fortalecendo a relação com o meio ambiente e com os alimentos que consomem.
3. **Feira de Reciclagem:** Alunos criaram brinquedos e objetos úteis a partir de materiais recicláveis, promovendo a conscientização sobre reaproveitamento e redução de resíduos.

Reflexão Crítica

As atividades realizadas mostraram que a integração entre EA e geografia não apenas enriquece o currículo escolar, mas também estimula o desenvolvimento de uma consciência cidadã nos estudantes. Os questionários revelaram que os alunos passaram a identificar problemas ambientais com maior clareza, propondo soluções criativas e viáveis.

Conclusão

A experiência relatada neste estudo demonstra que a educação ambiental, quando integrada ao ensino de geografia, promove uma educação interdisciplinar eficaz. As práticas pedagógicas desenvolvidas incentivaram a reflexão crítica e a participação ativa dos alunos na busca por soluções ambientais.

Reforça-se a necessidade de ampliar essas iniciativas para outras disciplinas, consolidando a EA como um eixo transversal no currículo escolar e promovendo uma educação que prepare os jovens para enfrentar os desafios socioambientais do futuro.

Referências

- BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação

Detecção de objetos em imagens de trânsito urbano

Juan Carlos Quevedo Weimar

Mestrando em Computação, Tecnólogo em Sistemas para Internet.

Resumo

O aumento da urbanização e a complexidade dos centros urbanos têm intensificado os desafios na gestão do tráfego veicular, levantando preocupações sobre segurança viária e eficiência do transporte urbano. Nesse contexto, a detecção de objetos em trânsito urbano surge como uma solução promissora para reduzir riscos e melhorar a mobilidade. Com características dinâmicas e diversificadas, os ambientes urbanos demandam tecnologias que identifiquem, rastreiem e antecipem a movimentação de veículos, pedestres e ciclistas em tempo real. Este artigo foca na aplicação prática da detecção de objetos em cenários urbanos utilizando a arquitetura YOLO (You Only Look Once). A pesquisa detalha os métodos de configuração do modelo, a execução do projeto e os resultados alcançados, além de apresentar uma análise crítica sobre os impactos da tecnologia no contexto urbano. Ao explorar a detecção em tempo real como ferramenta essencial para melhorar a segurança e a fluidez do tráfego, o estudo busca contribuir para o avanço das soluções tecnológicas voltadas à mobilidade e à segurança viária.

Palavras-Chave: Detecção de objetos. Trânsito urbano. Arquitetura YOLO. Segurança viária. Mobilidade urbana.

Abstract

Increased urbanization and the complexity of urban centers have intensified the challenges in managing vehicular traffic, raising concerns about road safety and urban transport efficiency. In this context, object detection in urban traffic emerges as a promising solution to reduce risks and improve mobility. With dynamic and diverse characteristics, urban environments demand technologies that identify, track and anticipate the movement of vehicles, pedestrians and cyclists in real time. This article focuses on the practical application of object detection in urban scenarios using the YOLO (You Only Look Once) architecture. The research details the model configuration methods, project execution and results achieved, in addition to presenting a critical analysis of the impacts of technology in the urban context. By exploring real-time detection as an essential tool for improving traffic safety and fluidity, the study seeks to contribute to the advancement of technological solutions aimed at mobility and road safety.

Keywords: Object detection. Urban traffic. YOLO Architecture. Road safety. Urban mobility.

1. INTRODUÇÃO

O acelerado processo de urbanização e a consolidação dos centros urbanos têm provocado profundas mudanças no cenário das cidades, trazendo consigo desafios significativos na gestão do tráfego veicular e na promoção de um transporte eficiente e seguro. Esse fenômeno, amplamente documentado, tem gerado preocupações crescentes sobre a segurança viária e a eficiência no deslocamento, especialmente em metrópoles que enfrentam níveis elevados de congestionamento e riscos de acidentes (De Vasconcellos, 2000). Com a densidade populacional

cada vez maior e a multiplicidade de elementos interagindo nas vias urbanas, as soluções convencionais de gestão de tráfego mostram-se insuficientes para lidar com a complexidade e o dinamismo das cidades modernas. Nesse contexto, a detecção de objetos em trânsito urbano apresenta-se como uma ferramenta tecnológica promissora, fornecendo insights essenciais para a tomada de decisão em tempo real. Tecnologias de visão computacional e aprendizado de máquina têm permitido avanços significativos na identificação e rastreamento de veículos, pedestres, ciclistas e outros elementos presentes no trânsito urbano.

As cidades contemporâneas demandam tecnologias capazes de integrar diferentes sistemas de mobilidade, promover segurança e otimizar o fluxo veicular. A detecção de objetos em tempo real, sustentada por arquiteturas avançadas como o YOLO (You Only Look Once), destaca-se nesse cenário por sua eficiência, permitindo identificar múltiplos objetos simultaneamente com alta precisão e velocidade (Redmon et al., 2016). Essa abordagem é especialmente relevante em ambientes urbanos, onde a variabilidade de situações, como diferentes condições climáticas, iluminação e padrões de tráfego, requerem soluções robustas e adaptáveis.

O objetivo deste artigo é explorar em detalhes a aplicação prática da detecção de objetos em cenários urbanos utilizando a arquitetura YOLO, abordando desde a configuração técnica do modelo até a análise dos resultados alcançados. Serão apresentados estudos de caso que demonstram o impacto dessa tecnologia na redução de acidentes, no planejamento viário e na gestão de tráfego em tempo real. Além disso, será discutida a importância de integrar essas tecnologias a sistemas mais amplos de cidades inteligentes, promovendo maior conectividade e eficiência nas operações urbanas (TACHIZAWA, 2024).

A adoção de tecnologias de detecção de objetos em tempo real não apenas melhora a segurança viária, mas também contribui para a sustentabilidade urbana, reduzindo os tempos de deslocamento e o consumo de combustível. A integração de tais soluções com sistemas de transporte público e dispositivos inteligentes pode potencializar ainda mais seus benefícios, promovendo um ambiente mais seguro e eficiente para todos os usuários das vias urbanas.

Por fim, o artigo busca contribuir para o avanço da implementação dessas tecnologias, oferecendo uma análise crítica sobre suas aplicações e discutindo os desafios e oportunidades que ainda precisam ser enfrentados. Este trabalho visa não apenas ampliar a compreensão sobre o potencial da detecção de objetos no trânsito urbano, mas também fornecer subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas e estratégias que fomentem sua adoção em larga escala.

2. METODOLOGIA

Para implementar a detecção de objetos em trânsito urbano, foi escolhida a arquitetura YOLOv4 (You Only Look Once), reconhecida por sua alta eficiência e precisão em tarefas de detecção em tempo real. Desenvolvida por Bochkovskiy et al. (2020), a YOLOv4 combina inovação tecnológica com uma abordagem simplificada para a predição de objetos, dividindo a imagem em uma grade e realizando a detecção em uma única passada. Esse método, além de aumentar a velocidade do processamento, torna a arquitetura altamente adequada para aplicações em ambientes complexos e dinâmicos, como o tráfego urbano.

Uma das principais vantagens da YOLOv4 é sua capacidade de realizar inferências em tempo real sem comprometer a precisão, mesmo em cenários que envolvem variabilidade de iluminação, movimento rápido e presença de múltiplos objetos (REDMON e FARHADI, 2018). Esses atributos tornam a arquitetura uma escolha ideal para enfrentar os desafios da detecção de objetos em áreas urbanas, onde a velocidade de processamento e a precisão são fundamentais para garantir a segurança e a eficiência viária.

A formação do dataset foi uma etapa essencial neste projeto, envolvendo a combinação de imagens devidamente rotuladas do Open Images Dataset e de imagens extraídas da web. Estas últimas passaram por um rigoroso processo de rotulação manual por meio da ferramenta labelImg, garantindo a conformidade com os padrões exigidos pela YOLOv4. No total, foram utilizadas 3.000 imagens para treinamento e 600 imagens para validação, compondo um conjunto de dados robusto e diversificado. Segundo Everingham et al. (2010), a qualidade e a diversidade do dataset são determinantes para o desempenho dos modelos de visão computacional, especialmente em aplicações que demandam generalização em diferentes contextos.

A configuração do modelo envolveu a adaptação de parâmetros essenciais para maximizar sua eficiência no ambiente urbano. O número de classes foi ajustado para incluir objetos de alta relevância, como veículos, placas de sinalização, pedestres, ciclistas e faixas de segurança. Além disso, o tamanho de entrada da imagem foi otimizado para atender às demandas de processamento em tempo real, assegurando um equilíbrio entre precisão e velocidade. Camadas adicionais e filtros foram configurados para aprimorar a detecção em ambientes dinâmicos, alinhando-se às especificidades do tráfego urbano. De acordo com Liu et al. (2016), a adaptação de parâmetros técnicos é um passo crucial para ajustar os modelos às características únicas do cenário de aplicação, garantindo resultados superiores.

Por fim, a execução do treinamento foi realizada utilizando recursos computacionais de alta performance, com o auxílio de GPUs, para garantir que o modelo alcançasse os melhores resultados em termos de precisão e eficiência. A validação foi conduzida com rigor, utilizando métricas amplamente reconhecidas, como mAP (mean Average Precision) e FPS (Frames Per Second), que

permitiram avaliar o desempenho do modelo em diferentes condições de trânsito. Como afirmado por Huang et al. (2017), métricas objetivas e padronizadas são indispensáveis para validar a eficácia de modelos de visão computacional em aplicações reais.

3. TREINAMENTO

Durante o treinamento, foi utilizado o framework Darknet, amplamente reconhecido por sua eficiência na execução de modelos baseados na arquitetura YOLO. A configuração específica empregou os parâmetros da YOLOv4, ajustados para atender às necessidades do cenário de detecção de objetos em trânsito urbano. Inicialmente, foi necessária a criação de um arquivo de configuração nomeado como `obj.data`, responsável por armazenar informações sobre classes, caminhos dos dados e diretórios de backup. Essa etapa, segundo Redmon e Farhadi (2018), é fundamental para garantir que o modelo opere de forma otimizada e específica para a tarefa proposta.

O arquivo padrão de configuração da YOLO foi adaptado para incluir a quantidade de classes, o número máximo de batches e os valores de steps definidos como 80% e 90% do total de batches. O arquivo customizado, nomeado como `yolov4_custom.cfg`, foi preparado para maximizar a performance do modelo. Além disso, utilizou-se um conjunto de pesos pré-treinados (`yolov4.conv.137`), que, conforme Bochkovskiy et al. (2020), serve como um ponto de partida eficiente para acelerar o processo de treinamento, aproveitando conhecimentos previamente adquiridos.

O treinamento foi realizado ao longo de 6.000 épocas, seguindo a métrica de (2.000 épocas x número de classes). A cada 100 épocas, um arquivo de pesos atualizado era salvo, permitindo interromper e retomar o treinamento sem perda de progresso. Esse método, descrito por Liu et al. (2016), é essencial em cenários que demandam longos períodos de processamento, oferecendo flexibilidade e segurança durante o processo de ajuste do modelo.

A fase de treinamento foi monitorada rigorosamente para garantir que o modelo convergisse adequadamente. O treinamento foi interrompido ao atingir as 6.000 épocas e os pesos obtidos nessa etapa foram utilizados para avaliação em um conjunto de dados de teste independente. Segundo Everingham et al. (2010), a validação do modelo com dados não vistos é indispensável para garantir a capacidade de generalização do modelo em cenários reais.

4. RESULTADOS

Para verificar os resultados obtidos durante o treinamento, foi realizada uma análise criteriosa dos pesos gerados, com o objetivo de determinar aquele que apresentasse o melhor desempenho em

termos de detecção de objetos em imagens reais. Os testes foram conduzidos em diferentes pesos ao longo do treinamento, sendo identificado o peso da época 5.000 como o ideal, dado que este foi o último a apresentar um aumento significativo nas métricas de avaliação. Segundo Huang et al. (2017), o

monitoramento das métricas ao longo das iterações é essencial para identificar o momento ideal de interrupção do treinamento, evitando tanto o subajuste quanto o sobreajuste do modelo.

O modelo treinado demonstrou capacidade significativa para identificar e delimitar com precisão objetos de interesse, como placas de sinalização, pedestres e faixas de segurança, mesmo sob condições desafiadoras. Essas condições incluíram variações de iluminação, diferentes densidades de tráfego e presença de múltiplos elementos na cena. A robustez do modelo em lidar com tais variações reflete a eficácia do treinamento realizado e a qualidade do conjunto de dados utilizado. Conforme

Redmon e Farhadi (2018), a capacidade de generalização é um indicador crítico do desempenho de modelos de detecção em cenários reais.

As métricas de desempenho avaliadas incluíram precisão, recall e F1-score, apresentando valores promissores, mesmo considerando que o conjunto de dados utilizado não era extremamente robusto. A precisão elevada indica que o modelo foi capaz de minimizar falsas detecções, enquanto o recall alto reflete a capacidade de

identificar corretamente a maioria dos objetos presentes. O F1-score, como métrica harmônica entre precisão e recall, apresentou resultados consistentes, evidenciando o

equilíbrio alcançado pelo modelo. Essas métricas, de acordo com Everingham et al. (2010), são amplamente utilizadas na avaliação de modelos de visão computacional, fornecendo uma visão abrangente sobre seu desempenho em diferentes aspectos.

Por fim, os resultados obtidos destacam o potencial da arquitetura YOLOv4 aplicada ao trânsito urbano. Mesmo com um dataset limitado, o modelo demonstrou alta eficácia na tarefa proposta, sendo capaz de atender às demandas de aplicações em tempo real. Os avanços alcançados corroboram os estudos prévios que apontam a YOLO como uma das arquiteturas mais eficientes para detecção de objetos em cenários dinâmicos e desafiadores, como enfatizado por Bochkovskiy et al. (2020).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A detecção de objetos em trânsito urbano utilizando a arquitetura YOLOv4 mostrou-se não apenas eficaz, mas também uma solução promissora para os desafios encontrados em ambientes urbanos complexos e dinâmicos. Este estudo evidenciou que a implementação prática desse modelo, com as devidas adaptações, é capaz de capturar com precisão nuances específicas do tráfego urbano,

contribuindo significativamente para a segurança e eficiência nas vias públicas.

Os resultados obtidos durante a pesquisa demonstram que o modelo é altamente eficiente na identificação e rastreamento de uma ampla gama de objetos relevantes para o contexto viário, como placas de sinalização, pedestres e faixas de segurança. A capacidade de realizar essas detecções em tempo real, mesmo sob condições adversas, como variações de iluminação e diferentes densidades de tráfego, reforça a robustez e a aplicabilidade da solução desenvolvida.

Além disso, a abordagem utilizada revelou-se adequada para otimizar recursos computacionais e maximizar o desempenho, destacando o equilíbrio entre precisão e eficiência. Essa característica torna a aplicação do modelo viável em cenários reais, onde a necessidade de respostas rápidas e precisas é fundamental.

Com base nos avanços obtidos, abre-se a possibilidade de futuras aplicações e aprimoramentos. O modelo pode ser expandido para incluir outros tipos de objetos, integrar-se a sistemas mais amplos de gestão de tráfego urbano ou até mesmo ser utilizado como base para soluções autônomas em veículos inteligentes. Assim, o presente estudo não apenas cumpre os objetivos propostos, mas também pavimenta o caminho para novas pesquisas e inovações no campo da visão computacional aplicada ao trânsito urbano.

Portanto as contribuições deste trabalho representam um passo importante na busca por soluções tecnológicas que atendam às demandas de mobilidade urbana, contribuindo para a construção de cidades mais seguras, organizadas e eficientes.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. Detecção de Objetos com YOLO – Uma abordagem moderna, 2020. Disponível em: https://iaexpert.academy/2020/10/13/deteccao-deobjetos-com-yolo-uma-abordagem-moderna/doing_wp_cron=1703638729.1622610092163085937500. Acesso em: 29 nov. 2023.

BOCHKOVSKIY, A.; WANG, C.; LIAO, H. YOLOv4: Optimal Speed and Accuracy of Object Detection. ArXiv, 2020.

DE VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara. Transporte urbano nos países em desenvolvimento: reflexões e propostas. Annablume, 2000.

EVERINGHAM, M.; VAN GOOL, L.; WILLIAMS, C. K. I.; WINN, J.; ZISSERMAN, A. The Pascal Visual Object Classes (VOC) Challenge. International Journal of Computer Vision, v. 88, n. 2, p. 303-338, 2010.

HUANG, J.; RATHOD, V.; SUNDERMANN, M. A. et al. Speed/Accuracy Trade-Offs for Modern Convolutional Object Detectors. CVPR, 2017.

LIU, W.; ANGUELOV, D.; ERHAN, D.; SZEGEDY, C.; REED, S.; FU, C.; BERG, A. SSD: Single Shot MultiBox Detector. European Conference on Computer Vision, 2016.

REDMON, J.; DIVVALA, S.; GIRSHICK, R.; FARHADI, A. You Only Look Once: Unified, RealTime Object Detection. Proceedings of the IEEE Conference on Computer Vision and Pattern Recognition, p. 779-788, 2016.

REDMON, J.; FARHADI, A. YOLOv3: An Incremental Improvement. ArXiv, 2018.

TACHIZAWA, Takeshy. Cidades inteligentes e sustentáveis e o avanço das tecnologias urbana. Revista Conecta, v. 7, n. 1, p. 35-52, 2024.

Revisão de Matemática para o ENEM com Metodologias Ativas: Estimulando o Protagonismo Estudantil

João Otávio Furtado Silva

Graduado em Matemática (Licenciatura) pelas Faculdades Integradas de Fernandópolis (2012), Administração pela Faculdade UNIBF (2020) e Pedagogia pelo Centro Universitário FAVENI (UNIFAVENI). Atualmente é estudante do Mestrado Profissional em Matemática no Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE) da UNESP, Câmpus São José do Rio Preto. Atua como professor de Ensino Médio e Técnico no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, com experiência na ETEC Prof. Armando José Farinazzo (Fernandópolis) de 2015 a 2024, e na ETEC Frei Arnaldo Maria de Itaporanga como Orientador Educacional desde abril de 2024. Desde janeiro de 2024, é também professor de Matemática no Anglo Votuporanga Centro Educacional. Possui diversas especializações, incluindo Pós-Graduação em Ensino da Matemática pela Faculdade Campus Eliseos, Matemática Financeira e Estatística pela Faculdade UNIBF, Educação Profissional e Tecnológica pela Faculdade UNIBF, e MBA em Administração, Contabilidade e Economia também pela Faculdade UNIBF. Conta ainda com aperfeiçoamentos em Fundamentos Teóricos do Pensamento Matemático pela FATECE e em Psicopedagogia: Conhecimento, Investigação e Dificuldades pela Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE). Complementa sua formação com cursos de extensão e formação continuada realizados em instituições renomadas, como USP, FGV, Centro Paula Souza, Instituto Alair Martins e FASULMG. Profissional com sólida formação acadêmica e experiência prática, dedica-se à educação matemática em diversos níveis de ensino, aliando competências pedagógicas e administrativas para contribuir com o desenvolvimento acadêmico e profissional de seus alunos.

Resumo

O projeto iniciado visa a resolução de exercícios de matemática de forma exclusiva pelos alunos, com o auxílio de dicas fornecidas pelo professor mediador. A abordagem tem como objetivo promover uma aprendizagem abrangente e efetiva, permitindo que os alunos apliquem seus conhecimentos teóricos na resolução de problemas. De acordo com Pontes e Oliveira (2013) a metodologia ativa coloca o aluno como agente principal responsável pela sua aprendizagem, enfatizando sua participação ativa na resolução de exercícios e revisão de conteúdo. O projeto desenvolve habilidades como autonomia, dedicação e criticidade, contribuindo para o sucesso estudantil dos alunos. O uso de material personalizado, elaborada pelo professor João Otavio Furtado, tem sido fundamental para o processo de aprendizagem. O material didático contém 200 exercícios de exames anteriores, como Enem, Fuvest, Vunesp, Unicamp, FAMERP, Instituto Federal, entre outras Instituições relevantes ou de representatividade, abrangendo diferentes tópicos da matemática e organizados por níveis de dificuldade. Essa abordagem permite que os discentes apliquem os conhecimentos teóricos na resolução de problemas, estimulando o pensamento produtivo e o raciocínio. Além disso, o material auxilia na identificação de lacunas de conhecimento, desenvolve a autonomia dos alunos e fornece feedback imediato para aprimoramento. A escolha dos exercícios leva em consideração os temas e habilidades exigidos nos exames, com o propósito de familiarizar os alunos com o formato das questões e promover o desenvolvimento das competências necessárias para obter êxito nas provas. Dos estudantes envolvidos, 20% alcançaram pontuações extraordinárias, indicando um desempenho satisfatório no exame e a eficácia da metodologia. A análise dos resultados do ENEM em matemática é essencial para avaliar o desempenho dos alunos e comprovar a eficácia da metodologia. A resolução de exercícios em sala de aula, com a mediação do professor, promove a interação entre os alunos, o compartilhamento de ideias e a discussão de soluções, estimulando o pensamento crítico e a aprendizagem cooperativa. Essa abordagem dinâmica e envolvente proporciona um ambiente propício ao engajamento e à motivação dos estudantes. Ao longo do projeto, os alunos aprimoram seus conhecimentos e desenvolvem novas habilidades matemáticas, preparando-se de forma adequada para os exames e fortalecendo sua base de conhecimento. A metodologia ativa, com foco no protagonismo dos alunos, tem se mostrado de maneira crescente a sua eficácia para enfrentar os

desafios da disciplina de matemática e promover o sucesso estudantil.

Palavras-Chave: Resolução de exercícios. metodologia ativa. protagonismo. autonomia. sucesso estudantil.

Abstract

The project aims to engage students in solving mathematics exercises independently, with guidance provided by the mediating teacher. This approach seeks to foster comprehensive and effective learning, enabling students to apply theoretical knowledge to problem-solving. According to Pontes and Oliveira (2013), active methodology places students as the primary agents responsible for their learning, emphasizing their active participation in exercise resolution and content review. The project develops skills such as autonomy, dedication, and critical thinking, contributing to student success. The use of customized materials, created by Professor João Otavio Furtado, has been fundamental to the learning process. This educational material includes 200 exercises from past exams such as ENEM, Fuvest, Vunesp, Unicamp, FAMERP, and other significant institutions, covering various mathematics topics and organized by difficulty level. This approach allows students to apply theoretical knowledge in problem-solving, fostering productive thinking and reasoning. Additionally, the material helps identify knowledge gaps, develop student autonomy, and provide immediate feedback for improvement. The exercises are selected based on the themes and skills required in the exams, aiming to familiarize students with question formats and promote the development of necessary competencies for exam success. Among the participating students, 20% achieved outstanding scores, demonstrating satisfactory performance and the effectiveness of the methodology. Analyzing ENEM mathematics results is crucial to evaluate student performance and confirm the methodology's efficiency. Classroom problem-solving, mediated by the teacher, encourages student interaction, the exchange of ideas, and solution discussions, stimulating critical thinking and cooperative learning. This dynamic and engaging approach creates an environment conducive to student engagement and motivation. Throughout the project, students enhance their knowledge and develop new mathematical skills, adequately preparing for exams and strengthening their knowledge base. The active methodology, focusing on student protagonism, has increasingly proven effective in addressing mathematics challenges and promoting academic success.

Keywords: Resolution of Exercises. Active Methodology. Protagonism. Autonomy. Student Success.

1. INTRODUÇÃO

A disciplina de matemática desempenha um papel fundamental no contexto educacional, tanto para professores quanto para os alunos. Ela não apenas oferece um conjunto de conhecimentos e conceitos, mas também é ser um instrumento poderoso para lidar com dificuldades e promover o desenvolvimento de habilidades e competências. No entanto, Rocha Neto (2010) destaca que muitos estudantes têm dificuldades na resolução de exercícios de matemática, seja pela falta de compreensão dos conceitos envolvidos, pela falta de motivação ou pela falta de habilidades na resolução de problemas. Nesse sentido, a reflexão necessária é como os docentes podem promover o protagonismo do aluno do 3º ano do ensino médio, na resolução de exercícios para a preparação dos exames como o Enem e Vestibulares, estimulando a autonomia e a criatividade por meio de metodologias de ensino adequadas.

O objetivo geral do artigo é discutir a importância do protagonismo do estudante na resolução de exercícios de matemática, e apresentar a eficácia da metodologia que pode ser aplicada

na revisão de conteúdos para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e principais vestibulares. Conforme Pontes e Oliveira (2013), metodologia ativa é um processo amplo e possui como principal característica a inserção do aluno como agente principal responsável pela sua aprendizagem, comprometendo-se com seu aprendizado. A ideia é enfatizar a importância de um processo de aprendizagem que valorize a participação ativa dos alunos na resolução de exercícios e na revisão dos conteúdos.

As Orientações Curriculares para o Ensino Médio (BRASIL, 2006, p. 70) trazem à tona a relevância em trabalhar a Matemática por meio da metodologia de resolução de problemas. A metodologia apresentada no artigo é norteada por intermédio de um material preparado pelo professor João Otavio Furtado, em formato de apostila de exercícios de matemática, como instrumento de suporte eficiente e direcionado aos alunos da 3ª série do Ensino Médio na Escola Técnica Estadual Prof. Armando José Farinazzo, município de Fernandópolis-SP. O material apostilado foi cuidadosamente preparado pelo professor, levando em consideração os principais tópicos e habilidades exigidos pelos exames, com o diferencial de que a resolução dos exercícios será feita, exclusivamente, pelos alunos, que modo que eles realizem os exercícios propostos unicamente com as dicas apresentadas pelo professor mediador.

Ao utilizar a metodologia de resolução de problemas, como evidencia Nunes e Souza (2004) o papel do professor muda de comunicador de conhecimento para o de observador, organizador, consultor, mediador, controlador, incentivador da aprendizagem. Essa estratégia consiste em incentivar os alunos a encontrar soluções para os problemas propostos por meio de perguntas e sugestões do professor, sem que este dê a resposta diretamente.

O intuito é que os alunos sejam os protagonistas do seu próprio processo de revisão, no qual MORAN (2018) expressa a necessidade de ferramentas e técnicas que exigem a organização e a avaliação do seu próprio desempenho na resolução de exercícios. Dessa forma, o aluno se torna responsável pelo seu aprendizado, sendo capaz de identificar suas próprias dificuldades e desenvolver estratégias para superá-las.

Assim sendo, o trabalho se justifica pela relevância de discutir essa metodologia que valorize a participação do estudante na resolução de exercícios de matemática. Rocha Neto (2010) aponta que em muitos casos, a matemática é vista como uma disciplina difícil e desafiadora, o que pode levar à desmotivação dos alunos e à falta de interesse pelo assunto. Além disso, a preparação para os exames como o Enem e vestibulares pode ser um processo estressante e cansativo, o que pode prejudicar o desempenho dos alunos nestas provas. Por fim, Vieira (2013) ressalta a importância do protagonismo do estudante em parceria com a mediação do professor para o desenvolvimento de habilidades importantes, como o pensamento crítico, a criatividade e a autonomia.

2. METODOLOGIA

No início de cada ano letivo, é apresentado aos alunos, da 3ª série do Ensino Médio, a proposta de trabalhar com uma apostila, que tem como objetivo conciliar os conteúdos abordados previstos no plano de trabalho docente, com a prática de resolução de exercícios em sala de aula. Esse material oferece uma variedade de exercícios, que abrangem diferentes níveis de dificuldade e permitem aos alunos desenvolverem habilidades específicas em cada uma das quatro áreas da

matemática: aritmética, álgebra, trigonometria e geometria.

Estudar Matemática é resolver problemas. Portanto, a incumbência dos professores de Matemática, em todos os níveis, é ensinar a arte de resolver problemas. O primeiro passo nesse processo é colocar o problema adequadamente. Thomas Butts (*apud*, DANTE 1998, pag 43)

Nas aulas de 50 minutos, o professor seleciona 10 exercícios da apostila para serem solucionados em sala. Essa atividade acontece uma vez por semana, a partir de junho, dentro do horário letivo de aula, entre as quatro aulas disponíveis semanalmente de acordo com o plano de curso e a matriz curricular escolar. O papel do professor nessa metodologia é o de mediador, ou seja, ele orienta os alunos por meio de perguntas e dicas, disponibilizadas na lousa, mas sem sinalizar a resposta pronta. Isso faz com que os estudantes tenham que utilizar seu conhecimento prévio e aplicá-lo de forma mais acertável possível na resolução dos exercícios propostos. Nesse caso, as informações contidas na lousa estão diretamente relacionadas aos exercícios selecionados pelo professor.

Segundo Diesel, Baldez e Martins (2017, p. 7, *apud* Berbel, 2011, p. 29):

O engajamento do aluno em relação a novas aprendizagens, pela compreensão, pela escolha e pelo interesse, é condição essencial para ampliar suas possibilidades de exercitar a liberdade e a autonomia na tomada de decisões em diferentes momentos do processo que vivencia, preparando-se para o exercício profissional futuro

Ao ter as fórmulas ou conceitos escritos na lousa, os alunos têm um lembrete visual de quais informações podem ser aplicadas em determinadas questões. Thomas Butts (*apud*, DANTE 1998) afirma que isso auxilia eles memorizarem e assimilarem todas as informações de acordo com cada exercício, e possibilita que se concentrem em compreender a pergunta e selecionar as dicas adequada para resolvê-la. É importante ressaltar que, embora as dicas e fórmulas na lousa sejam úteis, é essencial que os alunos compreendam a lógica por trás delas e saibam quando e como aplicá-las corretamente.

Ao empregar estratégias significativas, de acordo com Onuchic e Allevato (2004), os alunos experimentam um acréscimo e sua confiança, uma vez que eles têm conhecimento de que possuem um recurso disponível para auxiliá-los. Essa abordagem pode resultar na redução da ansiedade e proporcionar uma melhor concentração na resolução dos problemas. Por essa razão, o professor está proporcionando uma aprendizagem mais interativa e engajadora, permitindo que os alunos trabalhem ativamente na resolução dos exercícios e construam seu conhecimento de forma mais efetiva e segura.

Ao realizar a resolução dos exercícios em sala de aula e vincular as informações na lousa, o professor tem a oportunidade de identificar as dificuldades dos estudantes de forma mais precisa. Com base nestas dificuldades observadas, de acordo com Van de Walle (2009), o professor tem a possibilidade de intervir imediatamente, adotando diversas abordagens. Essas ações podem incluir a oferta de explicações adicionais, disponibilização de exemplos extras, reforço de conceitos específicos e apresentação de estratégias diversificadas para resolver os exercícios. Além disso, ao identificar as dificuldades dos estudantes, o professor pode planejar atividades e intervenções futuras que abordem essas lacunas de conhecimento de forma mais abrangente.

Ao evitar aulas que se baseiam exclusivamente em exercícios rotineiros e descontextualizados, enfatizando apenas a aprendizagem por imitação e reprodução, Salin (2013) destaca que a resolução de problemas com base na autonomia dos alunos é fundamental para o processo de ensino e aprendizagem da Matemática. Essa abordagem possibilita que os alunos desenvolvam habilidades como iniciativa, criatividade, independência e raciocínio lógico.

Outras metodologia ativa presente nesta prática de resolução de exercícios é a aprendizagem cooperativa. Segundo Jófili (2002) essa abordagem envolve o trabalho em grupo, em que os alunos colaboram entre si para alcançar objetivos comuns. Na resolução de exercícios de matemática, essa abordagem pode ser muito eficiente, pois permite que os alunos compartilhem ideias, discutam soluções e trabalhem juntos para resolver problemas matemáticos desafiadores. Tal interação entre os alunos promove a troca de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades de comunicação e o estímulo ao pensamento crítico. Todavia, Van de Walle (2009) destaca que a resolução de exercícios em grupo não possa substituir a prática individual e a revisão dos conceitos teóricos, que também são fundamentais para o aprendizado efetivo da matemática.

As metodologias ativas de ensino-aprendizagem compartilham uma preocupação, porém, não se pode afirmar que são uniformes tanto do ponto de vista dos pressupostos teóricos como metodológicos; assim, identificam-se diferentes modelos e estratégias para sua operacionalização, constituindo alternativas para o processo de ensino aprendizagem (PAIVA *et al*, 2016. p. 145).

Portanto, ao combinar a metodologia de resolução de exercícios com dicas do professor mediador e aprendizagem cooperativa, os alunos podem se beneficiar de uma abordagem mais dinâmica, interativa, envolvente no processo de aprendizagem da matemática. Isso pode resultar em um maior engajamento, motivação e aprimoramento das habilidades matemáticas dos alunos.

3. MATERIAL

O material didático apostilado personalizado, elaborado pelo professor João Otavio Furtado, passou por atualizações para estar devidamente estruturado e atualizado. Foram selecionados 200 exercícios provenientes de exames anteriores, abrangendo provas do Enem, Fuvest (vestibular da USP), Vunesp (vestibular da UNESP), Comvest (vestibular da Unicamp), FAMERP (vestibular da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto), Instituto Federal e outras instituições. Esses exercícios são resolvidos gradativamente por níveis de dificuldade, começando pelos mais fáceis e avançando gradualmente para problemas mais complexos. O conteúdo abrange os quatro principais tópicos da matemática: aritmética, álgebra, trigonometria e geometria.

Esses quatro principais áreas da matemática são interconectados e complementares. Segundo Machado (1988) eles fornecem as bases necessárias para a compreensão e a aplicação dos princípios matemáticos em diversas situações e campos de estudo. Dominar esses tópicos é essencial para uma sólida formação em matemática, para o sucesso em exames e na resolução de problemas do dia a dia. Outra vantagem significativa dessa abordagem conforme Vieira (2013) é que ela busca oferecer aos estudantes uma aprendizagem abrangente e eficaz, possibilitando que eles apliquem os conhecimentos teóricos adquiridos na resolução das situações-problema

apresentadas pelo professor.

É importante selecionar exercícios que estejam alinhados com os conteúdos e as competências exigidas nos exames, tanto no Enem, quanto nos principais Vestibulares, levando em consideração as habilidades estabelecidas pelas bancas examinadoras. Dessa forma, os alunos terão a oportunidade de se familiarizar com o formato, a abordagem das questões e desenvolver as competências necessárias para o sucesso nas provas.

4. BENEFÍCIOS

A utilização desse material apostilado como recurso didático de Matemática apresenta diversos benefícios para o processo de aprendizagem dos alunos. Segundo Dante (1998), os objetivos da resolução de problemas são: estimular o pensamento produtivo dos alunos, desenvolver seu raciocínio e promover a consolidação do conhecimento. Além disso, a utilização desse material apostilado pode contribuir para identificar lacunas de conhecimento, promover o desenvolvimento da autonomia dos alunos, prepará-los para realizar estimativas e aplicar a modelagem matemática em seus diferentes aspectos.

Uma das vantagens desse recurso é que os exercícios permitem que os alunos verifiquem suas respostas e recebam um feedback imediato, o que auxilia na correção de eventuais erros e no aprimoramento do aprendizado. Com o passar do tempo, os alunos aprimoram os conhecimentos praticados anteriormente e, a cada semana, desenvolvem novos conhecimentos e habilidades por meio da resolução de exercícios. Dessa forma, a lógica aplicada na resolução de um exercício contribui para a resolução de outros exercícios similares ou em contextos semelhantes no futuro.

5. IMPORTÂNCIA NA PREPARAÇÃO PARA OS EXAMES

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi instituído em 1998, com o objetivo de avaliar o desempenho escolar dos estudantes ao término da educação básica. Em 2009, o exame aperfeiçoou sua metodologia e passou a ser utilizado como mecanismo de acesso à educação superior.

Em conformidade com o Blog Mackenzie (2017) o vestibular é um processo seletivo utilizado pelas universidades e faculdades como forma de selecionar seus futuros estudantes de graduação. O termo vestibular é derivado da palavra “vestibulo”, que significa entrada ou porta de acesso. O processo seletivo do vestibular geralmente é composto por uma ou mais provas, que podem abranger diversas áreas do conhecimento, como matemática, português, física, química, biologia, entre outras. O conteúdo e o formato das provas podem variar de acordo com a instituição de ensino e o curso escolhido.

O Enem e os vestibulares são momentos de grande expectativa para os alunos do ensino médio. Segundo Azevedo (2022) essas provas desempenham um papel crucial, pois representam a oportunidade de ingressar no ensino superior e podem ter um impacto significativo

no futuro pessoal e profissional dos candidatos. Por isso, é fundamental que os alunos se preparem para o vestibular, estudando os conteúdos exigidos, resolvendo exercícios e simulados, buscando orientação profissional para escolher o curso e as instituições mais adequados às suas aptidões e interesses

No contexto mencionado, a disciplina de matemática representa um dos principais desafios aos estudantes. O protagonismo do aluno desempenha um papel crucial no processo de preparação para os exames de matemática. As provas nessa disciplina exigem que os alunos possuam habilidades como interpretação de gráficos e tabelas, resolução de problemas e aplicação de conceitos matemáticos em situações do cotidiano. Segundo Thomas Butts (apud Dante, 2000, p.43) “Estudar Matemática é resolver problemas.” A resolução de exercícios matemáticos é uma das estratégias principais para se preparar para essas provas, pois permite a consolidação e fixação dos conceitos aprendidos, além de contribuir para o desenvolvimento de habilidades como lógica e pensamento crítico.

6. RESULTADOS

A avaliação dos resultados do Enem em matemática assume um papel crucial na avaliação do desempenho dos estudantes nessa disciplina. Essa análise é fundamental para comprovar a eficácia da metodologia de resolução dos exercícios, onde os alunos são encorajados a resolver os problemas propostos com base nas dicas fornecidas pelo professor mediador, sem sua intervenção direta. Essa abordagem exclusiva de resolução, pelos próprios estudantes, amplia a importância dos dados obtidos, uma vez que demonstram a efetividade do método adotado.

Conforme os dados divulgados pelo Ministério da Educação, verifica-se que, levando em conta as médias nacionais das notas de todos os participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) na área de Matemática e suas Tecnologias, a média de pontuação em 2021 foi de 533,72 pontos. Em anos anteriores, registrou-se uma média de 520,73 pontos em 2020 e 523,1 pontos em 2019.

Infelizmente, não é possível acessar a análise individual dos resultados do Enem 2022 por escola. No entanto, com base nas informações coletadas, é notável o desempenho dos alunos na área de Matemática e suas Tecnologias. Abaixo está o levantamento dos dados referentes aos 120 estudantes da 3ª série do ensino médio que participaram do projeto em 2022.

Quadro SEQ “Tabela” * ARABIC 1– Pontuação dos Alunos no Enem 2022

Exame Nacional do Ensino Médio 2022

Área do Conhecimento: Matemática e suas Tecnologias

Código Inep da Escola: 35290725

Quant. de Alunos	Pontuação
03	> 800 pontos
22	700 ? 800 pontos

47	600 ? 700 pontos
48	< 600 pontos
Total de Alunos	120 alunos

Fonte: Do próprio autor 2024

Com base na tabela acima é possível observar que dos 120 estudantes envolvidos no projeto em 2022, três alcançaram uma pontuação superior a 800 pontos no Enem, o que é considerado um resultado extraordinário. Além disso, 22 alunos obtiveram uma pontuação acima de 700 pontos e 47 alunos obtiveram uma pontuação acima de 600 pontos, indicando um desempenho satisfatório dos alunos no exame.

Esses resultados mostram que a metodologia de resolução de exercícios com protagonismo do estudante pode ser uma estratégia eficaz para a preparação de alunos para o Enem e vestibulares, desenvolvendo habilidades como autonomia, dedicação, comprometimento, auto avaliação e pensamento crítico. É importante ressaltar que o resultado obtido pelos alunos também pode ser influenciado por outros fatores, como a qualidade do ensino em geral e o grau de comprometimento dos alunos com o processo de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto foi avaliado considerando o desenvolvimento das habilidades dos alunos ao longo do tempo e os resultados individuais na resolução de exercícios de matemática. Os alunos do 3º ano do ensino médio demonstraram interesse no projeto, o que contribuiu para aprimorar seus conhecimentos em matemática para os exames do Enem e vestibulares. O estudo realizado evidenciou a eficácia da metodologia de resolução de exercícios, com as instruções do professor mediador, como parte integrante das práticas pedagógicas do processo de ensino e aprendizagem. Ficou claro o desenvolvimento das competências e habilidades do projeto a fim de favorecer a resolução de exercícios para fomentar o pensamento crítico e tomada de decisão de modo a instigar a criatividade, trabalho em equipe, autonomia e protagonismo juvenil. O projeto tem se mostrado eficaz ao proporcionar aos estudantes uma base sólida de conhecimentos e competências necessárias para o sucesso no Enem e em outras avaliações.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Margarida. Prova difícil e impacto da pandemia afastam candidatos de vestibulares. Em: Blog Enem e Educação. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/enem-e-educacao>. Acesso em: 10 mai. 2023

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. (2006). Orientações Curriculares para o Ensino Médio. Brasília Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_02_internet.pdf. Acesso em: 27 mai. 2023

BERBEL, Neusi. As metodologias ativas e a promoção da autonomia dos estudantes. Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011.

Blog Mackenzie, O que é vestibular? 2017. Em: Blog Mackenzie. Disponível em: <https://blog.mackenzie.br/vestibular/materias-vestibular/o-que-e-vestibular/>. Acesso em 11 mai. 2023

DANTE, Luiz Roberto. Didática da Resolução de Problemas de Matemática. Editora Ática. São Paulo, 2000.

DIESEL, Aline; BALDEZ, Alda Leila Santos; MARTINS, Silvana Neumann. Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica 2017. Volume 14. Nº 1. Pág. 268 a 288.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2022. Brasília, DF: Inep. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem>. Acesso em: 27 mai. 2023.

JÓFILI, Z. Piaget, Vygotsky, Freire e a construção do conhecimento na escola. Universidade Católica de Pernambuco, nº 02, dezembro 2002. Disponível em <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/7560/7560.PDF>. Acesso em: 10 mai. 2023

MACHADO, Antônio dos Santos. Matemática. Temas e Metas. Editora: Atual. 1988

MORAN, José. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: BACICH, L; MORAN, J. (org.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018. p. 2-25.

NUNES, C.B & SOUZA, A.C.P. A Resolução de problemas como metodologia de ensino aprendizagem-avaliação de Matemática em sala de aula. UNESP, Rio Claro – SP. 2006. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/91004>. Acesso em: 04 mai. 2023.

ONUCHIC, L. R.; ALLEVATO, N. S. G. Novas reflexões sobre o ensino-aprendizagem de matemática através da resolução de problemas. In: BICUDO, M. A. V.; BORBA, M. C. (Orgs.). Educação Matemática: pesquisa em movimento. São Paulo: Cortez, 2004.

PAIVA, Marlla R. F.; PARENT, José R. F.; BRANDÃO, Israel R. QUEIROZ, Ana H. B. Metodologias ativas de ensinoaprendizagem: revisão Integrativa. Sanare, sobral – v.15 n.02, p.145-153, jun./dez. – 2016.

PONTE, J. P.; BROCARD, J.; OLIVEIRA, H. Investigações Matemáticas na sala de aula. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. Coleção Tendências em Educação Matemática.

ROCHA NETO, F. T. Dificuldades na aprendizagem operatória de números inteiros no ensino fundamental. 81f. (Dissertação de Mestrado Profissional no Ensino de Ciências e Matemática) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, 2010.

SALIN, E. B. Geometria Espacial: A aprendizagem através da construção de sólidos geométricos e da resolução de problemas. Revista Eletrônica de Educação Matemática. Florianópolis (SC), v. 08, n. 2, p. 261-274, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revemat/article/view/1981-1322.2013v8n2p261>. Acesso em: 22 mai. 2023.

VAN DE WALLE, J. A. Matemática no Ensino Fundamental: formação de professores e aplicação em sala de aula. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

VIEIRA, S. Estatística básica/ Sonia Vieira. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

Tecnologias digitais na educação- A formação de professores durante a pandemia e a extensão de suas possibilidades para os dias atuais

Ana Reges de Medeiros

Possui graduação em Letras pela Universidade Estadual do Ceará (2003). Mestre em Ciências da Educação pela Facultad de Postgrado de la Universidad San Carlos (2013) e diploma reconhecido no Brasil pela Universidade Federal de Alagoas (2024). Atuou como professora de Língua Portuguesa no Educandário Emília de Lima Pinho, como formadora do GESTAR II de Língua Portuguesa, como gestora de escolas públicas municipais, trabalhou na Secretaria Municipal da Educação como Gerente da Educação Infantil no município de Acopiara, no qual leciona na rede públicas desde 1998. Ministra aulas em cursos de Graduações e Especializações da FAK, IFETE e da Universidade Vale do Acaraú. Participou de seleções públicas tais como Concurso público único de provas e títulos realizado em conformidade com o Edital n 01/1997, devidamente aprovado pelas entidades partícipes e publicado no Diário Oficial do Estado, para o cargo de Professora de Ensino Fundamental, da Prefeitura Municipal de Acopiara, para composição de Banco de Gestores Escolares para provimento dos Cargos em comissão de Diretor e Coordenador Escolar das escolas da rede pública estadual, de acordo com os Editais GAB n 001/ 2013, de 08 de fevereiro de 2013, n 002, de 20 de fevereiro de 2013, n 003, de 25 de fevereiro de 2013, n 005, de 10 de abril de 2013, Seleção pública N 22/2013 para cadastro de reserva de Professores Formadores para o Curso de Licenciatura em Pedagogia do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) NA UECE. Aprovada no CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE PROFESSOR PLENO I EDITAL N10/2014- SEDUC/CE, de 9 de abril de 2014. Diário Oficial de 11 de abril de 2014.

Resumo

Em 2020, quando o mundo foi acometido pela pandemia de COVID-19, aconteceu um processo urgente e necessário de adoção de tecnologias digitais a serviço da educação o que obrigou professores, alunos e instituições a readaptarem seus conhecimentos, suas práticas e métodos de ensino para o ambiente virtual que passou a ser, durante o período pandêmico e nos momentos que o sucederam, uma medida essencial para facilitar o acesso à escolarização sistemática. O fechamento de escolas e universidades tornou o ensino a distância a única alternativa para garantir a continuidade das atividades educacionais e a utilização de recursos digitais se intensificou, impactando profundamente as práticas educativas da época que puderam estender-se ao período pós-pandêmico, propiciando a reformulação do processo de ensino-aprendizagem. Nesse período, as formações continuadas de professores precisaram ser revisitadas. Toda orientação voltada para o trabalho com o aluno em sala de aula foi repensada para se tornar um recurso metodológico de otimização das aulas no período remoto e instrumentalização do profissional do magistério. É sobre como a tecnologia digital precisou fazer parte da rotina pedagógica e sua utilização nos dias atuais que se tratará esse trabalho.

Palavras-Chave: Pandemia. Tecnologias digitais. Ensino-aprendizagem

Abstract

In 2020, when the world was hit by the COVID-19 pandemic, an urgent and necessary process of adopting digital technologies at the service of education took place, which forced teachers, students and institutions to readapt their knowledge, practices and teaching methods to the virtual environment that became, during the pandemic period and in the moments that followed, an essential measure to facilitate access to systematic schooling. The closure of schools and universities made distance learning the only alternative to guarantee the continuity of educational activities and the use of digital resources intensified, profoundly impacting educational practices at the time that were able to extend into the post-pandemic period, enabling reformulation of the teaching-learning process. During this period, continuing teacher training needed to be revisited. All guidance aimed at working with students in the classroom was rethought to become a

methodological resource for optimizing classes during the remote period and training teaching professionals. It is about how digital technology needed to be part of the pedagogical routine and its use today that this work will be about.

Keywords: *Pandemic. Digital technologies. Teaching-learning.*

EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Com a parada das atividades pedagógicas presenciais por conta da pandemia, em março de 2020, a formação dos professores, um processo continuado que até aquele momento acontecia de maneira presencial, teve que ser reestruturado de modo a dinamizar o processo de ensino e auxiliar os professores no seu fazer pedagógico virtual. Essa formação precisaria então, nesse novo contexto de aplicação, contemplar práticas de ensino através do uso de plataformas, aplicativos e mídias digitais que amparariam o trabalho do professor, tornando possível alcançar a realidade de seu aluno e garantir uma aprendizagem que fosse eficiente de acordo com os preceitos do momento pandêmico que a sociedade enfrentava.

Muitos professores não têm preparo para lidar com a nova realidade que se impõe diante do emprego de novas tecnologias. Por outro lado, existem iniciativas em se capacitar esses profissionais no uso dos recursos tecnológicos. Porém, tanto nos professores como nos alunos a serem formados, a familiarização se dá mais de forma técnica e mecânica do que crítica e social. (Junior, 2015)

Na 16ª CREDE da Secretaria da Educação do Estado do Ceará, durante o período pandêmico, o Projeto **Foco na Aprendizagem** de formação de professores de Língua Portuguesa, que havia, inicialmente, sido pensado para ser uma formação realizada de maneira presencial, teve que ser reformulado para atender necessidade de aperfeiçoar os conhecimentos tecnológicos que os professores poderiam utilizar nos espaços virtuais de aulas online. Silva (2024) ressalta que professores precisam de formação adequada e desenvolvimento profissional contínuo para utilizar tecnologia de forma eficaz em sala de aula.

O exercício do magistério não se constrói sobre bases espontâneas, sem reflexão, e com relação ao uso das tecnologias, é preciso, além de sua utilização, conceber sua aplicabilidade pedagógica. Segundo Junior 2015, o computador, por si só, não tem valor educacional, para a promoção do desenvolvimento da cognição e inteligência, é necessário um planejamento cuidadoso e uma abordagem pedagógica refletida para que essa tecnologia possa contribuir efetivamente com o processo de aprendizagem.

A utilização dos recursos tecnológicos na prática escolar, associando-os à fundamentação de conhecimentos sistemáticos com os quais o professor trabalha, fomenta a possibilidade de dinamização do processo de ensino bem como a efetivação da aprendizagem, possibilitando não

apenas os domínios desses recursos e/ou dos saberes estabelecidos, mas do acervo que forma o estudante de maneira integral.

O investimento na formação e na atuação profissional do educador não pode, pois, reduzir-se a uma suposta qualificação puramente técnica. Ela precisa ser também política, isto é, expressar sensibilidade às condições histórico-sociais da existência dos sujeitos envolvidos na educação. E é sendo política que a atividade profissional se tornará intrinsecamente ética”. (Barbosa,2003)

A PANDEMIA E O ADVENTO DE PLATAFORMAS E APLICATIVOS DIGITAIS PARA O CONTEXTO EDUCACIONAL

Durante o período do isolamento a rede estadual do Ceará organizou seu processo de ensino virtual através de uma parceria com a *Google*, criando *e-mails* institucionais e disponibilizando acesso para alunos e profissionais da educação aos aplicativos (*Google Apps*), principalmente o *Google Meet* e *Google Classroom*. O domínio *gmail* e seus respectivos aplicativos auxiliou no processo de adaptação ao ensino remoto, proporcionando o acompanhamento dos dias letivos e a condução das aulas a distância, além de proporcionar a manutenção do vínculo pedagógico entre professores e alunos. Tais aplicativos se incorporaram à prática pedagógica e ainda hoje são utilizados em contextos diversos de ensino-aprendizagem.

A importância da tecnologia na educação moderna não pode ser subestimada. Ela democratiza o acesso ao conhecimento, permitindo que estudantes de diferentes origens e localidades acessem materiais e recursos educacionais de alta qualidade, muitas vezes de forma gratuita ou a baixo custo. Além disso, a tecnologia possibilita um aprendizado mais personalizado, adaptando-se às necessidades e ritmos de cada aluno, o que é particularmente relevante em um mundo onde a educação inclusiva e equitativa é cada vez mais valorizada. (Silva, 2024)

A intenção das formações de professores durante a pandemia era, através do conhecimento de plataformas diversas, possibilitar sua utilização pedagógica a fim de dinamizar as aulas em tempo real ou virtual, inclusive dando o suporte necessário para auxiliar os professores a manusearem as ferramentas digitais. Foram elas:

<https://docs.google.com/forms/u/0/>- O aplicativo **GOOGLE FORMS** auxiliou os professores a sistematizarem suas atividades e avaliações, bem como facilitaram para o professor o processo de correção e os *feedbacks* das resoluções de atividades diversas realizadas pelos alunos.

<https://nearpod.com/library/>- e <https://wordwall.net/pt-br/community/jogo->

Plataforma de jogos educativos, através das quais o professor poderia criar ou editar jogos elaborados por si ou por outros colegas que contemplassem suas intenções pedagógicas. Nas

formações, os professores eram auxiliados a, nesse processo de elaboração de material pedagógico, utilizar o material estruturado (ME) que contemplava a orientação curricular da disciplina para esse período;

https://www.whatsapp.com/?lang=pt_br– Também foram propostas muitas sugestões de recortes do ME para serem enviados via **WHATS APP**, uma das redes sociais de mais constante utilização pelos jovens e que se incorporou às atividades pedagógicas da rede.

<https://www.google.com.br/drive/apps.html>– Todo o material elaborado e sugerido nas formações foi armazenado no **DRIVE** e compartilhado com os professores, possibilitando assim sua utilização em momentos diferentes de acordo com o planejamento pedagógico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas dessas plataformas, conhecidas e necessárias durante a pandemia acabaram tendo sua funcionalidade aplicada e sustentada ainda hoje nas atividades relacionadas ao acompanhamento proporcionado aos alunos.

Nos últimos anos, a tecnologia tem se infiltrado em praticamente todos os aspectos da vida moderna, e a educação não é exceção. A transformação digital no campo educacional está redefinindo não apenas como o conhecimento é transmitido, mas também como ele é absorvido por alunos de todas as idades. (Silva, 2024)

Nesse conjunto que se refere aos conhecimentos acumulados, o acesso à cultura digital e à incorporação de tecnologias digitais ao cotidiano escolar, a prática educativa deve promover “uma reflexão crítica sobre o papel da tecnologia na educação, incentivando os leitores a adotar uma abordagem proativa e adaptativa para integrar novas ferramentas em seus contextos específicos”.(Silva,2024)

REFERÊNCIAS

ANTONIO JUNIOR, Wagner. **Educação, tecnologias e cultura digital**. São Paulo: Amazon Kindle, 2015. 74 p.

BARBOSA,Raquel Lazzari Leite (orgs.). **Formação de Educadores Desafios e Perspectivas**.São Paulo:Editora UNESP,2003.

SILVA, Derik. **Tecnologia na Educação: Ferramentas Tendências**. 1ª edição: Kindle, 2024.

Medicalização do fracasso escolar

David Sergio Hornblas

Graduação em Psicologia (Universidade São Francisco), Mestrado em Psicologia da Educação (PUC/SP), Doutorado em Saúde Coletiva (UNIFESP); Psicólogo escolar, clínico, psicoterapeuta; Professor universitário e supervisor de estágios. Formação clínica e pedagógica com Carl R. Rogers.

Resumo

O presente artigo aborda diferentes questões ligadas ao fracasso escolar, quais sejam, a medicalização e patologização dos processos educativos e comportamentos tidos como inadequados. Buscou-se na arqueologia de Illich e Foucault, matrizes ideológicas que suscitam esses fenômenos como causadores dos índices alarmantes no consumo de substâncias psicoativas – particularmente o metilfenidato – tendo em vista a necessidade contemporânea de soluções rápidas eficientes e universais. Buscou-se conhecer as motivações e processos decisórios dos diversos agentes envolvidos nessa dinâmica, a partir de suas perspectivas subjetivas. Para tanto, foi utilizada a metodologia da História Oral de Vida, especialmente adequada para uma abordagem qualitativa, através das narrativas dos atores envolvidos neste processo. .

Palavras-Chave: Fracasso escolar. Medicalização. Patologização. Educação

Abstract

The medicalization of school failure: medical and pedagogical narratives that construct the pathologies of Education. Abstract: This article addresses different issues related to school failure, namely medicalization and pathologization of educational processes and behaviors considered as inadequate. We sought the archeology of Illich and Foucault ideological matrices that raise these phenomena as causing alarming rates of psychoactive substance use - particularly methylphenidate, in view of the contemporary need for efficient and universal rapid solutions. For this, the Oral History of Life methodology was used, through narratives of the actors involved in this process.

Keywords: School failure. Medicalization. Pathologization. Education.

INTRODUÇÃO

O corpo é uma realidade biopolítica; a medicina é uma estratégia biopolítica (Michel Foucault, 1977).

A *desmedicalização* da vida pode ser considerada como um processo de humanização em Educação e Saúde?

O termo *medicalização* [\[2\]](#) foi originalmente usado por Ivan Illich, ao alertar que a ampliação e extensão do *poder médico* minavam as possibilidades das pessoas de lidarem com sofrimentos e perdas decorrentes da própria vida e com a morte, transformando as *dores da vida* em doenças. A vida estava sendo medicalizada pelo sistema médico (Moysés e Collares, 2011).

Assim, não se fala das precárias e sofríveis condições de trabalho, principalmente dos professores, mas sim da “*Síndrome de Burnout*”; não se fala de indivíduos questionadores, mas de portadores de “*Transtorno Opositor Desafiador*”. A educação encontra suporte nessa lógica medicalizante à medida que dificuldades decorrentes do processo ensino-aprendizagem, ampliadas no interior de um sistema educacional ultrapassado, são facilmente identificadas como supostos transtornos, o que acaba por aliviar o mal-estar de famílias e profissionais de saúde e educação. (Correia, 2013).

Nessa perspectiva, o uso de termos como “Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade” (TDAH) e “Dislexia” têm sido usados não somente para classificar alunos na categoria “dificuldades de aprendizagem” como também para justificar, em muitos casos, a não efetividade de trabalhos/práticas didático-pedagógicos realizados em sala de aula.

Segundo Proença (2013), “...esses termos remetem a quadros biológicos, e mesmo entre aqueles que advogam a existência deles, há controvérsias sobre sua incidência na população em processo de escolarização. Portanto, há uma tendência de usá-los de forma inconsequente, o que, obviamente, precisa ser combatido. Inclusive, muitos profissionais comprometidos, das mais diversas áreas de atuação, e que lidam com o fracasso escolar em seus cotidianos de trabalho, tanto na escola privada como na pública, concordam que o sistema educacional tem de ser revisto...”.

Além disso, não só deve-se diferenciar *doença* de *não doença*, como também distinguir a medicalização que vem de cima por coerção (médicos) e de medicalização que vem de baixo, por escolha. Não é por mera coincidência que estas estratégias combinam duas funções jurídico-sociais paradigmáticas em saúde mental: 1) Compromisso na defesa da insanidade e 2) Controle social/justificativas. (Szasz, 2007).

Nesta pesquisa, foram estudados certos princípios conectados à Educação e a construção de diagnósticos biologizantes ligados ao desempenho desigual e os comportamentos nomeados como inadequados, desatentos ou hiperativos – ambos no contexto escolar. A partir desses fenômenos, perguntou-se se tais modalidades de funcionamento humano são de fato pertencentes à nosografia clássica médica ou se seu enquadre encontra explicações em outras searas tais como o processo de adestramento do *bios*, entendimento equivocado de professores, e se a lógica humanizadora pode, efetivamente, dar seu quinhão de contribuição para melhor conduzir essas questões.

A natureza biológica da medicina pode silenciar demandas que surgem numa análise primeira, mas podem ser, de fato, provenientes de outras matrizes, cuja arqueologia se altera quando inserida no formato epistemológico do saber médico.

O curso de medicina tem por objetivo, formar profissionais a respeito do funcionamento do *bios*, suas características, particularidades e tratamentos. Assim, a abordagem organicista ofusca uma possível leitura eidética, qual seja, a redução ao fenômeno original mínimo possível, para depois obter-se uma compreensão ampliada e considerar outros fatores tais como o binômio psicossocial.

Nem todas as patologias têm origem estritamente biológica, embora possam se manifestar no organismo através de sintomas das mais variadas matizes. Sigmund Freud demonstrou originariamente isso através de seus estudos clínicos sobre histeria e outros transtornos mentais (particularmente as neuroses). E a psicossomática avançou muito. Dentro dessa mesma lógica, é de fundamental importância tratar o sintoma, mas, e sobretudo, os agentes causadores.

Ainda assim e primordialmente, a leitura das questões trazidas ao médico (e outros profissionais de saúde) segue a lógica biologizante tendo em sua semiologia, procedimentos e dispositivos que transformam *toda e qualquer queixa* em questões de saúde.

Para a medicina e disciplinas afins, o corpo deve ser tratado a partir da leitura orgânica e sintomatológica, entendendo-se que se funciona mal ou diferente do esperado, está adoecido. A isso nomeia-se biopolítica e biopoder. Os conceitos foucaultianos de biopolítica e biopoder^[3] surgiram como o ponto terminal de sua genealogia dos micro-poderes disciplinares, iniciada nos anos 1970.

Para Foucault (1975), a Psicologia nunca pôde oferecer a Psiquiatria o que a fisiologia deu a Medicina: o instrumento de análise que, delimitando o distúrbio, permitisse encarar a relação funcional deste dano ao conjunto da personalidade.

Ao mesmo tempo em que eram depositários de um conjunto de análises e conceituações previamente estabelecidas, tais conceitos também inauguraram deslocamentos em relação àquilo que o autor havia pensado anteriormente, em obras como “A Verdade e as Formas Jurídicas” e “Vigiar e Punir” (Duarte, 2006).

Não se pode negar a existência de doenças reais que, num amplo espectro, incapacitam em maior ou menor grau, pessoas para certas atividades do cotidiano (Moysés e Collares, 2007).

As questões investigadas neste estudo são aquelas silenciadas pelas narrativas biologizantes produzidas pelos atores envolvidos na Educação, seus pares e profissionais de diferentes áreas da saúde, que criam padrões de resposta escolar e comportamental, construídos na base binária 1-0 (doente e não-doente) onde os transtornos de natureza orgânica explicam *todas* as razões do baixo rendimento escolar ou dos comportamentos problemáticos.

Também foram escutados pais que acolhem essa lógica biologizante.

Alguns desempenhos humanos *diferentes* são considerados patológicos, quando não atendem à distribuição normal (curva de Gauss[4]) estabelecida. Esse modelo engessa a possibilidade de uma análise amplificada dessas demandas e legitima uma lógica biologizante que explica, por exemplo, o fracasso escolar ou comportamentos inadequados como sendo questões de saúde. Um reducionismo da ciência médica moderna que normatiza e legisla sobre o que é saúde e o que doença, tendo em vista suas raízes positivistas. E a formação do médico contemporâneo *parece* reforçar essa ideia.

O EXCESSO DE DIAGNÓSTICOS

Normalmente, fracassar na escola encontra explicações biologizantes tais como o inescrutável TDA/H[5] (Transtorno do Déficit de Atenção com ou sem Hiperatividade), dislexia, disgrafia, etc., além de casuísmos genéricos tais como *pais separados, adoção, lutos, histórico de doença mental na família, alcoolismo*, etc. Um *arsenal* de doenças e generalizações intermináveis que se renovam a cada revisão dos manuais de classificação das doenças – DSM e CID.

Nesse estudo, pretendeu-se também, melhor entender como as ações médicas advindas das queixas escolares desencadeiam o processo medicalizante, quando qualificam a fraca produção escolar e estigmatizam padrões de comportamento tido como inadequados, através de *narrativas singulares* que excluem da aula os alunos *problemáticos*, encaminhando-os às instâncias superiores – orientadores educacionais, psicólogos, coordenadores pedagógicos e direção – para *providências cabíveis*. Na sequência, mobilizam os pais e normalmente orientam para algum procedimento[6] na área da saúde: médicos, psicólogos, fonoaudiólogos costumam ser os formadores de opinião e por conseguinte, a construção de diagnósticos explicativos.

Um desses diagnósticos mais frequentes – que se inicia com o olhar, fala e interpretação do professor – é o TDA/H – Transtorno do Déficit de Atenção com ou sem Hiperatividade[7].

Como procedimento-padrão, ocorre o encaminhamento para neurologistas, psiquiatras, fonoaudiólogos ou psicólogos, onde o diagnóstico costuma ser de natureza biológica. Ato contínuo, como tratamento, médicos prescrevem substâncias psicoativas do grupo metilfenidato. Para psicólogos, fonoaudiólogos e psicopedagogos, a verificação e confirmação da hipótese é feita através de instrumentos como o SNAP-IV, ETDAH-AD[8].

No Brasil, a Ritalina® (metilfenidato de ação curta – 3 a 5h), é a droga mais popular, embora já exista outra mais recente, o Concerta® (metilfenidato de ação prolongada – 8 a 12h). Essas drogas são estimulantes do sistema nervoso central e têm venda controlada pela Agência Nacional de

Vigilância Sanitária, a ANVISA; porém, a mídia revela que, em apenas quatro anos, de 2000 a 2004, a venda desses medicamentos aumentou 940% – os dados são do Instituto Brasileiro de Defesa dos Usuários de Medicamentos e são confirmados pela ANVISA, que declara que o número de caixas vendidas entre 2003 e 2004 cresceu 51% (Tófoli, 2006), excetuando-se a cidade de São Paulo, onde há legislação específica[9] para tal.

Já quando a conduta é determinada por psicólogos, o protocolo é a psicoterapia, eletroestimulação por *neurofeedback*, psicopedagogia clínica, etc. Raramente se propõe alternativas *não medicalizantes* com entendimento de que, os motivos que produziram a queixa (fracasso e os comportamentos tidos como inadequados), podem transcender a esfera do *bios* em suposto funcionamento patológico.

Alunos podem por exemplo, não gostar da escola ou não se adaptar a certos modelos pedagógicos. Podem ser mais lentos ou mais rápidos (altas habilidades); podem não estar biológica, emocional e cognitivamente maduros para aprendizagem coercitiva dos conteúdos programáticos definidos, via de regra, com base numa distribuição estatística normal ou variadas políticas públicas que mudam, de tempos em tempos, as Leis de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB). Raramente a prontidão para aprendizagem é verificada e que poderia avaliar o momento desenvolvimentista em que a criança se encontra. Especialmente na escola pública, onde a progressão é (ainda) automática, independente de resultados. Dentro desta lógica, a medicalização é inexorável.

Para Mesquita (2009), apesar da submissão e da aproximação da Educação ao discurso médico, existe a possibilidade de se construir uma resposta à problemática do TDAH (e outras patologias [10]) resposta que não se reduz simplesmente a nomear, segregar e medicar as crianças. Dessa forma, a relação professor-aluno foi referenciada pelos educadores como a principal intervenção.

De fato, a coerência de uma vida psicológica parece assegurada de maneira diversa que não a coesão do organismo; a integração dos segmentos tende, neste caso, a uma unidade que torna cada um deles possível, mas resume e recolhe-se em cada um: é o que os psicólogos chamam no seu vocabulário tomado à fenomenologia, a unidade significativa das condutas, que encerra em cada elemento — sonho, crime, gesto gratuito, associação livre — o comportamento geral, o estilo, toda a anterioridade histórica e as implicações eventuais de uma existência. A abstração não pode, então, fazer-se do mesmo modo em psicologia e em fisiologia; e a delimitação de um distúrbio patológico exige na patologia orgânica métodos diversos dos da patologia mental” (Foucault, 1975).

PROBLEMATIZAÇÃO

Nas sociedades ocidentais é crescente o deslocamento de problemas inerentes à vida para o campo médico, com a transformação de questões coletivas, de ordem social e política, em questões

individuais e biológicas (Moysés e Collares, 2007).

Desta forma, as demandas que escapam deste enquadre, recebem inexoravelmente o status de *patológico*, numa ordem *medicalizante* e de cunho higienista.

As práticas atuais em saúde regulam procedimentos que visam garantir uma estratégia de controle, construída com capilaridade de segurança máxima: inescapável. Quando os tratamentos das mais diversas naturezas são propostos diz-se: *protocolo definido pela ciência* ou genericamente como *pesquisas comprovadas*. Impõe-se uma responsabilidade culpabilizadora ao corpo em funcionamento atípico, avalizado pelas instâncias que governam a vida.

Na escola não é diferente: Os chamados *problemas de aprendizagem* normalmente são encaminhados para profissionais de saúde, visando à construção de motivos biológicos que expliquem tais questões (fracasso e indisciplina). Esses são, portanto, os agentes desta estratégia.

Assim, a escola presume ter cumprido seu papel e ao receber laudos contendo informações técnicas que explicam esse fracasso e indisciplina, pais, professores e educadores em geral, aquietam-se: o problema foi encontrado. A partir daí, inicia-se algum tipo de intervenção (tratamento) como já mencionados anteriormente: psicoterapia, medicação, fonoaudiologia, eletroestimulação por *neurofeedback*, dentre tantas outras. Por estarem muitas vezes no âmbito da saúde, seguem a lógica biologizante, onde alguma questão orgânica sempre explicará a demanda.

Esta é uma manifestação evidente da *biopolítica* que governa a vida em todos os seus vértices, onde o *biopoder* e sua força reguladora – *biopotência* são as ferramentas básicas. Raramente se questiona um laudo médico ou psicológico. São as *verdades insofismáveis* garantidas pelo saber científico empoderado.

ALGUMAS HIPÓTESES

Esse processo parece ter dois nascedouros e serão objetos deste estudo:

- 1) *A leitura do professor*, que se desresponsabiliza ante o aluno que fracassa ou não se aquieta, dentro dos padrões tidos como *normais*. Exclui o *diferente* da aula e terceiriza a responsabilidade aos superiores, pais ou responsáveis, alertando-os sobre “*um sério problema*”, e sugere a visita a algum profissional de saúde para análise, avaliação e eventuais providências (leia-se aqui *tratamento*).
- 2) *O olhar médico*, por vezes cartesiano, que acolhe tais narrativas e a partir delas, constrói diagnósticos (normalmente sumários) e propõe tratamentos de forma indiscriminada, haja vista, a quantidade prescrita de certos medicamentos de uso controverso, tais como o metilfenidato (Em

poucos anos, o Brasil tornou-se o segundo maior consumidor mundial desse produto (Tófoli, 2006).

Uma enorme inquietude se oferece ante o quadro acima proposto, onde narrativas de diferentes fontes, parecem encontrar ressonância diante da queixa: professores que sugerem diagnósticos, médicos que os legitimam, pais que acatam e estudantes que são alvos destes procedimentos.

O discurso, sempre solene: professores não erram, não repensam suas práxis, estão bem preparados e motivados e seguem a lógica de que os métodos adotados funcionam adequadamente para a maioria; a estrutura da aula é irretorquível e o modelo de gestão escolar, impecável. Quem fracassa está apenas incluído nas estatísticas previstas. Os atores da educação estão legitimados por micro poderes que governam todo processo educacional.

Essas questões sempre encontraram ancoragem nas ciências da saúde – Medicina / Psicologia / Fonoaudiologia, etc. – salvaguardando a (des)responsabilidade da escola, do professor e dos pais. Com o diagnóstico feito e identificada a natureza da demanda – quase sempre biologizante – livra-se dos problemas e atribui-se a terceiros, o encargo de resolvê-los.

A partir daí, crianças e jovens recebem tratamento tido como *adequado* para a queixa inicial, normalmente de natureza médica. Raramente se faz leitura sócio-histórica ou psicopedagógica dessas questões, haja vista, que o discurso em saúde, tem maior credibilidade, considerando sua propedêutica e diagnóstico sumários.

Ao indicar soluções quase instantâneas para os sintomas, rapidamente se tem os resultados esperados, tais como “aquietação” e “melhor focalização” do que é tratado em sala de aula. Estão, por fim, *docilizados*. Em se tratando do TDA/H, por exemplo, os resultados são imediatos. Em alguns dias o *problema* estará “resolvido”. Importante lembrar que, a utilização do metilfenidato é recomendada para uso *durante a semana e suspenso aos sábados, domingos, feriados e no período de férias*. Controla os sintomas tidos como *inconvenientes em sala de aula*.

Na maioria absoluta das escolas, essa mesma lógica prevalece e converte problemas de aprendizagem e/ou comportamento em problemas de saúde. Desta forma, cria-se uma nova ordem, que produz uma população jovem portadora dos mais variados transtornos e muitos deles, tratados a base de psicotrópicos (metilfenidato, antidepressivos, ansiolíticos, hipnóticos, etc.). Isso vale também para outras ações em saúde – *não médicas* – tais como a psicoterapia, eletroestimulação por *neurofeedback*, procedimentos fonoaudiológicos e psicopedagógicos.

Importante ressaltar que as intervenções *não médicas*, não são necessariamente menos medicalizantes. Quando se encaminha um aluno que fracassa ou se comporta de forma inadequada para o consultório de um psicólogo, fonoaudiólogo ou psicopedagogo clínico, utiliza-se a mesma

lógica, tão biologizante quanto, ou seja, a de que haverá sempre uma doença/transtorno em curso e que deverá ser “tratada”.

Especificamente no âmbito médico, no tratamento farmacológico – de maior frequência – os riscos estão evidenciados nas próprias bulas desses medicamentos o que, infelizmente, não serve de alerta para refletir sobre essas ações: vive-se na contemporaneidade tempos muito velozes, líquidos, cobranças de resultados instantâneos como alfabetização precoce, respostas cognitivas sempre anteriores ao tempo médio, tendo em vista as urgentes necessidades de interação social, através das ferramentas midiáticas de alta *performance*. Afinal, crianças e jovens medicados, quando devidamente ocupados, não aborrecem ninguém: em casa ou na escola.

Existe uma métrica social que considera sentimentos e comportamentos legítimos como sintomas patológicos. Muitas vezes, esses casos são tratados com os chamados tarja preta, que têm sérias sequelas (Proença, 2013).

Lutos, entristecimentos, excitação psíquica, recusas de diversas naturezas, questionamentos constrangedores feitos por alunos, etc., são alguns exemplos de comportamentos tidos como problemáticos e transformados em doenças (TOD, TDA/H, depressão, ansiedade, etc.). Não há espaço para o singular e portanto, devem ser objeto de intervenções na esfera da saúde. E por vezes, coercitivamente, em especial crianças e adolescentes.

É preciso repensar essas práticas que patologizam e reduzem uma gama enorme de conflitos silenciados pela lógica científica que desconsidera a subjetividade do ser humano, em especial, daqueles em desenvolvimento. Cristaliza-se numa ordem reguladora e definida por meio de estratégias de entrelinhas e pouco esclarecidas, tendo por objetivo o sucesso das terapêuticas biológicas.

Ao oferecer o processo de Humanização como nova leitura para esses fenômenos, pretendeu-se verificar se esse caminho, de fato, produziu ações menos medicalizantes.

Se for possível ao médico, professor e pais a compreensão de que o *Humano* aprende e comporta-se por vezes de forma singular, poder-se-á ter uma Educação mais inclusiva, menos consumidora de medicamentos psicoativos e substituição dos controvertidos tratamentos clínicos ligados ao processo de escolarização por intervenções mais humanizadas.

No âmbito dos usuários – estudantes em geral – evidenciam-se em inúmeras pesquisas[11], melhora na *performance* escolar e aquietação (como um todo). Efeitos colaterais indesejáveis são desconsiderados, haja vista, os benefícios obtidos. Em outras palavras, essas reações adversas são uma espécie de *preço a ser pago* pela melhora dos *sintomas* apresentados. Tal *lógica*, atenua e

desresponsabiliza pais e prescritores deste tipo de medicação, baseada numa premissa inicialmente compreensível, qual seja, o *alto grau de sofrimento familiar* diante das inúmeras dificuldades no manejo de crianças e jovens com este tipo de demanda. Em tempos líquidos, a melhora de respostas gerais de forma sumária, atende anseios diversos, em especial daqueles que devem lidar com questões singulares, como na produção escolar e nos comportamentos sociais nomeados como mais adequados. Por esta razão, essa medicação recebe o apelido de “*droga da obediência*” e produz o chamado efeito “*zombi like*” (Moysés e Collares, 2011).

Contudo, o *Fórum sobre medicalização da Educação e da Sociedade*”, através do grupo de trabalho (GT) “Educação & Saúde” publicou em 2012, um manual de “Práticas não medicalizantes” destinados a profissionais e serviços de Educação e Saúde, oferecendo reflexão e outras possibilidades de ações não-biologizantes para as mesmas questões aqui pontuadas.

Os responsáveis pelos alunos ao consultarem o médico (normalmente pediatras, psiquiatras ou neurologistas) reproduzem o discurso da escola (queixa escolar) sem questionamentos relevantes, tendo em vista, estarem familiarizados com os relatos sobre mau desempenho e/ou comportamentos inadequados. Para eles, a condução do problema precipita e aceita as ações propostas, considerando o imenso desgaste emocional histórico que vivem há muito tempo. Pais relaram com certa frequência que “*não aguentam mais essa vida caótica*” (SIC). Este autor foi testemunha irrefutável, por diversas vezes, de discurso semelhante.

Portanto, uma intervenção que produza respostas velozes e sanitizadoras do problema será sempre bem-vinda. Esta é a lógica medicalizante.

Mas há, sem dúvida, a singularidade do discurso do professor que encontra certo ancoradouro em suas próprias questões pessoais que excluem uma compreensão dialética (e conveniente) da forma como exercem suas atividades pedagógicas: atribuem a terceiros a tarefa de resolver as demandas com as quais *não sabem ou não conseguem lidar*. A alegação mais frequente é a de que *não foram capacitados para isso e alunos problemáticos são responsabilidade dos pais (ou família)*.

Essa lógica se encontra muito distante de qualquer leitura humanizadora e produz, por vezes, resultados devastadores em crianças e adolescentes com consequências futuras nefastas, tais como abuso de substâncias psicoativas lícitas (álcool, tabaco, etc.), ilícitas (cocaína, crack, etc.) e fármacos de ação no SNC (estimulantes, ansiolíticos e antidepressivos).

Professores da Educação dos anos iniciais aprendem em sua formação, que as dificuldades escolares existem e são, via de regra, de natureza biológica. Ao analisar a grade curricular dos cursos de

Licenciaturas, Pedagogia e Psicologia, encontrar-se-á sempre, pelo menos, uma disciplina que aborda tais questões: Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem, subdividida em tópicos por características sintomatológicas, que estudam as “doenças” da Educação. Há diagnósticos para tudo: para leitura e escrita: dislexia, disgrafia, disortografia, etc.; para aprendizagem de matemática: discalculia, discalculia léxica; para a fala: dislalia, disartria; para fracasso geral: transtorno do processamento auditivo (TPA); para comportamentos inadequados: transtorno do déficit de atenção com ou sem hiperatividade (TDA/H), transtorno opositor desafiador (TOD), etc.

O processo educacional reforça a dominação na sociedade cujos mecanismos reproduzem, sem reelaboração, *as referências ideológicas e as relações sociais*. No entanto, contraditoriamente à Educação, pode criticar e superar esses conteúdos ideológicos e assim atuar na resistência à dominação da sociedade, contribuindo para reações político-sociais menos opressoras. Nessa medida tornar-se uma prática transformadora (Severino, 2001). Mas não é efetivamente o que acontece: professores acríticos em suas práticas cotidianas, reproduzem esses dispositivos sem questionamentos ou novos entendimentos. Desta forma, garantem o discurso medicalizante, tendo em vista a *zona de segurança* que eles – os diagnósticos – os mantêm.

Já para a medicina e o olhar ocidental para as questões mencionadas, por exemplo, o déficit de atenção e (TDA/H), existe tão somente o olhar biológico em funcionamento patológico: daí a frequente prescrição de medicamentos e sugestão de outras intervenções em saúde, como por exemplo, a certificação de exames de imagem – PET SCAN – que indicam um marcador biológico (hipoestimulação de certa área cerebral) suficiente para *comprovação científica do transtorno*. Mas há controvérsias. Inúmeras. Esse fenômeno (hipoestimulação) tem sido resolvido em alguns países com ações pedagógicas, dentro e fora da escola.

Quando do enfrentamento dessas questões, pais – no limite do esgotamento físico e psíquico – buscam soluções rápidas, universais e definitivas, no sentido de se *auto ajudarem* diante este panorama reconhecidamente espinhoso.

A produção de diagnósticos sumários costuma silenciar outras questões que ancoram diferentes níveis de subjetivação, demandas familiares e sociais.

Os estudantes medicalizados por essa mesma lógica estruturante, pouco podem fazer: a governabilidade de sua existência (e corpo) está a cargo dos responsáveis e raramente são escutados, seja pela natureza bioempoderada desse procedimento, seja pela impossibilidade (momento do desenvolvimento, faixa etária, etc.) de produzir questionamentos e tomar decisões outras.

METODOLOGIA UTILIZADA

O mundo é feito de histórias, não de átomos, pois, são as histórias que a gente conta, escuta, recria e multiplica, é que permitem transformar o passado em presente, o distante em próximo, possível e visível (Eduardo Galeano).

A concepção sócio-histórica afirma que o ser humano é um ser ativo, social e histórico. Constrói sua existência a partir de ações sobre a realidade, que tem por objetivo satisfazer suas necessidades. Essa perspectiva quebra velhos paradigmas tais como “*os fenômenos psicológicos são construídos tão somente a partir das experiências pessoais*”. Para a psicologia sócio-histórica, a constituição do sujeito se dá no âmbito coletivo e cultural. Assim, os elementos construtores da subjetividade não são um *a priori*, mas uma conquista humana a partir de sua atividade e sua intervenção transformadora sobre o mundo. Estudar e compreender o fenômeno psicológico exige a compreensão de ser este um processo, construído historicamente, ou seja, o aparecimento de formas de subjetivação construídas no tempo histórico (Bock, 2008).

A subjetividade individual representa a constituição histórica de relações sociais do sujeito dentro de um sistema individual. O indivíduo, ao viver relações sociais e experiências determinadas em uma cultura que tem ideias e valores próprios, vai se constituindo, ou seja, vai construindo sentido para as experiências que vivencia. Esse espaço pessoal dos sentidos que atribui-se ao mundo se configura como a subjetividade Individual (idem).

A subjetividade social é exatamente a aresta subjetiva da constituição da sociedade. Refere-se ao sistema integrado de configurações subjetivas (grupais ou individuais), que se articulam nos distintos níveis da vida social (ibidem).

Nessa perspectiva, a percepção que professores (educação básica) e médicos (psiquiatras e neurologistas) contemporâneos têm dos problemas escolares, não são diferentes dos médicos e professores do século passado: a lógica preponderante que explica os motivos que levam crianças e jovens ao fracasso escolar em nada mudou, tendo em vista o formato verticalizado da Educação através dos tempos, bem como o entendimento médico desses fenômenos. Salvo em algumas propostas pedagógicas inovadoras, o médico e professor do século passado exerciam suas ações da mesma forma que na contemporaneidade, ou seja, empoderada, governada por micro poderes, assimétricas em relação à compreensão da realidade ao qual se inserem os *aprendentes e pacientes*, sem considerar novas possibilidades.

É evidente que mudanças ocorreram, tendo em vista estar o conhecimento científico constantemente em desenvolvimento, pesquisa, revisão, experimentação, produzindo novos saberes, propostas e leituras.

As escolas se modernizaram fisicamente, a tecnologia pedagógica se aperfeiçoou, novas estratégias foram desenvolvidas, mas o aqui se questiona é a ideologia mantida nas práticas educacionais utilizadas na construção dos saberes médicos e pedagógicos que produzem profissionais perpetuadores de tais entendimentos. Numa leitura rasa, o modelo filosófico cartesiano ainda é imperativo quando se estabelece predominantemente, relações de causa-efeito.

O interesse primordial desse estudo foi o de avaliar se, procedimentos humanizadores na construção dos saberes médicos e na formação de professores, podem produzir novas leituras a respeito do fracasso escolar e impedir desta forma, a permanência do modelo *medicalizante* que também governa as salas de aula nas faculdades de medicina e de pedagogia, e que conduz, nas práticas futuras, a reprodução desses entendimentos dentro de escolas e consultórios.

Também aqui se pretendeu melhor entender, as razões pelas quais pais *optam* pela uso do metilfenidato – mesmo considerando as diversas possibilidades de efeitos colaterais adversos – como panaceia universal para solução das demandas informadas pela escola e vivenciadas em seus cotidianos.

Para tanto, foi desenvolvido estudo transversal prospectivo para a avaliação das atividades didáticas, médicas, ações familiares e vivências dos estudantes em narrativas, mediante o emprego de métodos qualitativos. A escolha de métodos qualitativos decorreu da natureza das questões a serem exploradas, as quais se encaixam plenamente no paradigma sócio-histórico, qual seja, como construções históricas e sociais da humanidade.

Ao buscar a compreensão de quais leituras são feitas por médicos e professores – a partir da História Oral de Vida – buscou-se nas matrizes técnicas e ideológicas utilizadas, os significados atribuídos ao fenômeno *medicalização* originários em suas próprias experiências formativas.

No âmbito familiar e estudantil, também foram investigadas as matrizes que explicam a opção pelo uso de metilfenidato, bem como as vivências advindas dos efeitos previstos e não previstos.

As informações foram obtidas através de entrevistas semiestruturadas, onde o professor, médico e pais são os atores que conduziram o fluxo discursivo dos temas relevantes para essa pesquisa, qual seja, a construção inicial narrada que oferece consistência para elaboração dos diagnósticos. A metodologia para análise e interpretação dessas narrativas foi de natureza discursiva (entrevistas), depois de transcritas e transcriadas.

Os procedimentos que visaram dar credibilidade e consistência às narrativas foram os da *imersão e cristalização*.

Imersão refere-se ao processo de aprofundamento na leitura dos dados coletados, observando cuidadosamente todos os detalhes; Para dar consistência, a *cristalização* é o processo de suspensão temporária do processo de análise ou leitura dos dados (imersão), a fim de refletir sobre a experiência de análise e tentativa de identificar e articular padrões ou temas notados durante o processo de imersão (Borkan, 1999).

O conceito de transcrição em História Oral foi introduzido por Sebe (2010), onde se busca reconstruir do ponto de vista linguístico e transformar a narrativa em texto fluido, o mais próximo possível da realidade intencionada no discurso. Para compreender melhor a relação que se estabelece entre o comportamento humano, conceitos e sentimentos, deve-se partir das manifestações verbais dos professores e médicos.

Nesse sentido e para este estudo, foi o contexto lógico-semântico-estrutural das respostas, que municiou previamente a análise das narrativas, obedecendo ao seguinte fluxograma:

1. Entrevistas semiestruturas gravadas
2. Transposição literal dos conteúdos obtidos
3. Transcrição
4. Retorno e autorização da narrativa pelo colaborador
5. Análise das narrativas

As entrevistas foram realizadas com 04 (quatro) profissionais da saúde (especialistas que normalmente recebem este tipo de demanda), 04 (quatro) profissionais da Educação e 04 (quatro) pais com filhos que fazem uso de medicação/procedimentos ligados ao fracasso e/ou comportamentos tidos como inadequados. Foram executadas preliminarmente, duas entrevistas-teste, para verificação da *validade preditiva* do procedimento, tendo em vista que os entrevistados *poderiam* produzir narrativas inconsistentes para este estudo e desta forma, *não forneceriam informações suficientes de modo a constatar ou refutar a hipótese aqui formulada*. Por esta razão optou-se por uma pré-testagem com dois narradores – um profissional da Educação e um da Saúde.

Para tanto, foi construído roteiro de entrevista semiestrutura, com as seguintes questões de corte:

Para o(a) profissional da Educação:

- 1) Gostaria de conhecer um pouco do seu percurso profissional. Poderia compartilhar?
- 2) Como e por que decidiu pela área da Educação?
- 3) Como escolheu sua área de atuação?
- 4) Como o(a) senhor(a) procede quando um aluno vai mal (fracassa) ou se comporta de forma inadequada?

Para o(a) médico(a):

- 1) Gostaria de conhecer um pouco do seu percurso profissional. Poderia compartilhar?
- 2) Como decidiu ser médico(a)?
- 3) Como escolheu sua especialização?
- 4) Como o(a) senhor(a) avalia os encaminhamentos que recebe, de crianças e jovens com queixas escolares (dificuldades de aprendizagem e/ou comportamentos inadequados)?

Na sequência foram ouvidos pais que optaram pelo uso de metilfenidato e estudantes que fizeram (ou fazem) uso do metilfenidato. Aqui, as perguntas de corte serão:

Para os pais:

- 1) Gostaria de te conhecer um pouco. Me conte um pouco sobre o que faz, do que gosta, etc.
- 2) Gostaria de conhecer os caminhos já percorridos pelo senhor/senhora, em relação às queixas escolares atribuídas ao seu filho(a).
- 3) Qual a solução que melhor atendeu suas expectativas? Por que?

OBS: Todos os narradores deverão assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

Com os dados obtidos nas narrativas iniciais e nas análises dos respectivos conteúdos transcritos, verificou-se uma nova tendência que sinaliza outras questões que serviram para uma importante revisão nessa pesquisa: na hipótese inicialmente formulada foi revelada uma propensão diferente da presumida, ou seja, tanto o educador quanto o médico narram seus entendimentos sobre medicalização, a partir de suas próprias formações acadêmicas, que raramente oferecem leituras mais humanizadas acerca das questões aqui discutidas.

O educador parece entender que quem não aprende ou apresenta comportamentos problemáticos, deve sempre, receber o olhar da saúde, ou seja, que a queixa se encontra muito distante das questões escolares. Foram consultadas algumas grades de formação nas Licenciaturas e Pedagogia, e não há, durante todo percurso acadêmico, disciplinas que possibilitem leituras não medicalizantes. Ao contrário: costumam frequentar uma única disciplina específica para isso: Psicologia Educacional e da Aprendizagem, cuja ementa, restringe-se à apresentação e descrição de todos os *supostos transtornos* ligados ao fracasso escolar e inadequação comportamental.

Excetuando-se as evidentes patologias incapacitantes – alguns transtornos do neuro-desenvolvimento, déficits sensoriais, quadros sindrômicos, as demais – TDA/H, dislexia, disgrafia, disortografia, discalculia, discalculia léxica e TOD – são de etiologia discutível, sem comprovadas evidências científicas que as certifiquem. Mas continuam em franca utilização, tendo em vista que, através delas, desresponsabiliza-se diante do aluno, creditando a terceiros, a responsabilidade de resolvê-las.

Já na formação médica, o acadêmico aprende a lidar com o *bios* em funcionamento patológico. Ao receber crianças e jovens com queixa escolar de fracasso ou inadequações, não há, na maioria das vezes, qualquer outra possibilidade analítica que escape do organicismo funcional, ou seja, *se está aqui, aqui se está doente*.

Desta forma, a presente pesquisa teve como objetivo maior, evidenciar esses fenômenos como constructos-formativos no período de graduação em Educação e Medicina, para que seja possível, repensar tais práticas e reduzir o excessivo processo de transformação das questões escolares em problemas de saúde.

Também foram obtidas informações através das narrativas dos pais que acatam tais procedimentos.

CONCLUSÕES

Na análise preliminar dos dados coletados (narrativas gravadas, transcritas e transcriadas), foram obtidas informações de consistência significativa no grupo dos professores. Todos relatam, ainda que em formatos diferentes, suas *dificuldades* no manejo pedagógico de crianças que aprendem por caminhos diferentes, que não se aquietam ou ainda, que não se concentram na razão prevista pelo professor. Isso nos conduz para uma realidade problemática – ou pelo menos preocupante – de que os professores tornam-se professores a partir de modelo único e singular, haja vista, que crianças, estatisticamente, respondem à curva de Gauss, já mencionada anteriormente. Professores não se capacitam para ações pedagógicas com crianças diferentes. A grade curricular dos cursos de Pedagogia não oferecem tal capacitação. Uma ou duas disciplinas referentes às questões relativas ao ensino especial são oferecidas apenas como *figurantes* em um universo de informações padronizadas e imutáveis há anos.

Parece que o nascedouro das questões medicalizantes/patologizantes da Educação começa exatamente pelas ações (ou não-ações) dos professores que não sabem e não aprenderam a lidar com alunos que não se desenvolvem no *ritmo-padrão mediano* que é oferecido pela maioria das escolas, sejam elas públicas ou privadas.

Já nas entrevistas realizadas com médicos e profissionais de saúde, o discurso reflete precisamente o que se capacitaram para: tratar doenças e doentes. Não se veem leituras menos patologizantes: se há sintomas, certamente há síndromes. E para cada uma delas, um procedimento em saúde. Na maioria das vezes, esses pacientes são capturados pela lógica biologizante, pois, este é o fazer médico (ou da saúde). E dentre os procedimentos mais frequentes estão a prescrição de medicamentos, particularmente o metilfenidato que teve um incremento oceânico nos últimos anos, conforme assinala a própria ANVISA (Tófoli, 2006). O conjunto de efeitos colaterais é irrelevante e a posologia preocupante: via de regra seguem o protocolo de uso apenas durante o período de aula, suspendendo nos fins de semana, feriados e férias. Portanto, não se esperava relatos de procedimentos outros diferentes dos anunciados, qual seja, a prescrição de fármacos que basicamente produzem controle sobre o comportamento na escola. Afinal, médicos são treinados para isso. Pouco se ouve em termos de leitura mais ampla sobre a queixa apresentada (desatenção, inquietude, excesso de atividade motora).

Nos relatos das famílias, nada foi encontrado além do presumível: no limite do esgotamento físico e psicológico, acataram *qualquer* procedimento médico sem questionamentos. E os resultados obtidos são exatamente aqueles que esperam dos filhos: quietação e melhoria na produção escolar. Isso, por si só, basta. Dos entrevistados, nenhuma família interessou-se pelos cuidados/efeitos adversos decorrentes do uso continuado descritos na bula. Desejavam *apenas* ter o *problema resolvido* pelo caminho mais curto e eficiente. Jamais eficaz, haja vista, ser a sintomatologia apresentada, uma das múltiplas e diferentes formas de subjetivação e portanto, merecedora de ações mais complexas e não como um transtorno real, comprovado e tratável pelo caminho mais curto. Importante frisar que o uso continuado do metilfenidato produz múltiplos efeitos colaterais indesejáveis, apresentados detalhadamente na bula. Cabe ressaltar: distúrbios psiquiátricos: irritação, agressividade, alterações de humor, comportamento e pensamentos anormais, [raiva](#), **pensamentos ou tentativas de suicídio (incluindo suicídio)**, atenção excessiva ao ambiente, sentimento excepcionalmente animado, atividade aumentada e desinibida (mania), sentimento desorientado, alterações no desejo sexual, falta de sentimento ou emoção, fazer as coisas repetidamente, obsessão por alguma coisa, confusão, vício.

Isso nos conduz a uma conclusão parcial e preliminar, onde o maior contingente de alunos da Educação Básica aprende e uma parcela menor, não. Para esses últimos, o professor se desonera e faz os encaminhamentos internos (em um primeiro momento) para níveis superiores que, por sua vez, conduzem – via pais ou responsáveis – para outras instâncias externas à escola no sentido de produzir as providências necessárias, que normalmente, estão no campo da saúde: psicólogos, médicos, psicopedagogos, fonoaudiólogos, etc.

Como se vê, uma demanda educacional torna-se uma inescrutável questão capturada pela saúde, inescrupulosamente e que carece de um crivo mínimo para intervenção nesse campo. E que definitivamente, não há espaço para o singular.

Este estudo se propôs a produzir uma visão mais ampliada de questões tão complexas e buscou, de forma inédita, escutar os atores em seu discurso original. Com base na metodologia *História Oral de Vida*, foram obtidas narrativas denunciadoras de elementos estruturantes do modelo educacional vigente – medicalizante e biologizante – que normatiza padrões de comportamento e resultados escolares. E não há *pudor ético* que possa demover alguns dos seus atores – particularmente professores – que exercem suas atividades pedagógicas alicerçadas em métodos carcomidos pelo tempo, aprendidos e jamais questionados durante e após a graduação, quando afirmam de forma incontestada que foram capacitados para lidar com “crianças normais” (este é um dos sintomas dessa desfaçatez) e jamais com crianças-problema ou outras demandas “psi”.

A ideia de se propor um entendimento, a partir de narrativas de professores, profissionais da saúde e familiares que vivem experiências de natureza medicalizante, foi oferecida uma possibilidade inédita de ações diversas que visam sobretudo, humanizar este fenômeno multifatorial e controverso nomeado como *fracasso escolar*.

As narrativas iniciais coletadas indicaram um cenário preocupante: muito além das inúmeras possibilidades teóricas para entendimento desta questão, foram encontrados nesse estudo, elementos potencialmente desencadeadores do processo medicalizante que é a formação e atuação dos professores da educação básica.

Tais narrativas sinalizam que os fazeres dos profissionais da Educação contém uma base de ideia original sobre ensinar conteúdos, avaliar sob alguns critérios *quem aprendeu e quem fracassou*, sem qualquer exame que possibilite uma visão ampliada desses resultados. O processo educacional está alicerçado em *planejamento para todos*, afinal espera-se que todos aprendam e confirmem a distribuição normal esperada. Jamais se planejam ações pedagógicas, nem tampouco, resultados diferentes. Isso coloca todos os alunos e suas singularidades numa tábula rasa, perversa e medicalizante: quem não obtém sucesso é excluído e encaminhado para *providências cabíveis*. Tais medidas referem-se basicamente aos procedimentos em saúde – médicos, psicólogos, fonoaudiólogos, etc – assumindo total responsabilidade da queixa produzida pela escola. Tais procedimentos veem sido usados prioritariamente, haja vista, a velocidade com que produzem resultados rápidos, pontualmente eficientes, mas não eficazes. Em outras palavras, medicamentos, psicoterapia, terapia fonoaudiologia, etc., produzem os efeitos esperados pela escola, mas e principalmente pelos cuidadores que via de regra, acatam tais orientações. Desta forma, vários indicadores em saúde mostram o crescimento nas vendas dos medicamentos preferencialmente

utilizados pelos “problemáticos ou fracassados” (TDAH) qual seja, estimativa de aumento percentual real no consumo de metilfenidato no Brasil de 2009 para 2011 variou de 27,4% para UFD/ 1.000 habitantes de 06 a 59 anos a 74,8% para DDD/ 1.000 (Prescrição e consumo de metilfenidato no Brasil: identificando riscos para o monitoramento e controle sanitário, Boletim de Farmacoepidemiologia, Ano 2, nº 2 | jul./dez. de 2012) crianças com idade entre 6 e 16 anos/ dia. Essa lógica estabelece uma nova ordem, onde a saúde anuncia oferecer as melhores soluções para os problemas escolares, independentemente dos efeitos colaterais anunciados nas próprias bulas desses fármacos.

É possível verificar a existência de uma forte polêmica em torno do diagnóstico de TDAH (CALIMAN, 2014, p. 225-231), fato inclusive constatado nesse documento publicado pelo Ministério da Saúde. A recomendação do governo ressalta que o diagnóstico de TDAH envolveria a observância de comportamentos que são típicos da infância e da adolescência, muitas vezes motivados pelo contexto social, como as dificuldades familiares e interpessoais ou as relações estabelecidas em ambientes de ensino que podem se mostrar altamente competitivas, estigmatizantes e excludentes. O TDAH tem sido diagnosticado apenas com base em questionários ou em observações de comportamentos. O resultado disso seria “um processo crescente de medicalização, entendido como o processo que transforma, artificialmente, questões não médicas em problemas médicos” (BRASIL, 2015, p. 05). Essa situação gera, inclusive, uma crítica por parte da Psicologia, pois a escola teria assumido “o papel de prescritor de fármacos” (SILVA et al., 2012, p.49), fazendo o diagnóstico deixar de ser uma atribuição exclusiva do médico. Nessa perspectiva, o discurso médico e a prescrição de medicamentos se pulverizam na sociedade. É certo que alguns familiares questionam a prescrição destes medicamentos, mas a maioria, acata. Isso fez com que nas escolas públicas da cidade de São Paulo, a Saúde não pode receber alunos encaminhados pela Educação- PORTARIA 986/14 – SMS, 2014 Secretaria Municipal de Saúde – onde o aluno deve ser previamente avaliado por equipe multiprofissional antes de qualquer ação – educacional ou clínica. Esse Grupo de Trabalho (GT) analisa a demanda e encaminha de diferentes formas (Torcato, 2016).

Assim parece iniciar-se o processo de medicalização do fracasso escolar. Ao término da pesquisa, tal cenário será confirmado ou refutado, e no caso deste último, criar uma nova hipótese a ser investigada com maior profundidade. Em qualquer uma das situações, o processo medicalizante está presente, se se considerar os dados oceânicos do consumo de metilfenidato e crianças e adolescentes que frequentam sessões de psicoterapia, fonoaudiologia e psicopedagogia, todos advindos das queixas escolares.

VIII – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS INICIAIS

ABDA – Associação Brasileira do Déficit de Atenção, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade – **Guia para início de tratamento. Kit Inicial de Tratamento.** Novartis Biociências S/A, 2008.

Borkan J., **Immersion/Crystallization in: Miller WC, Crabtree BF. Doing Qualitative Research**, Sage Publications: Thousand Oaks, 1999.

Conselho Regional de Psicologia, **Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos**, Organizadores:

Conselho Regional de Psicologia, **Recomendações de práticas não medicalizantes para profissionais e serviços de Educação e Saúde, Grupo de Trabalho: Educação e Saúde**, São Paulo, 2012.

Feracine, L., **O professor como agente de mudança social**, EPU: São Paulo, 1990.

Fórum sobre medicalização da educação e da sociedade, **Recomendações de Práticas Não Medicalizantes para Profissionais e Serviços de Educação e Saúde**, Grupo de Trabalho Educação & Saúde, São Paulo, 2012.

Foucault, M., **Saúde e Doença em Psicologia**, Ed. Tempo brasileiro: Rio de Janeiro, 1975.

_____, **A Arqueologia do Saber**, Ed. Forense Universitária: Rio de Janeiro, 2008.

_____, **Microfísica do Poder**, Ed. Graal: Rio de Janeiro, 2004.

_____, **Nascimento da Biopolítica**, Martins Fontes: São Paulo, 2008.

_____, **O Nascimento da Clínica**, Ed. Forense Universitária: Rio de Janeiro, 1980.

_____, **Verdades e Formas Jurídicas**, Ed. Nau: Rio de Janeiro, 1998.

_____, **Vigiar e Punir**, Ed. Vozes: Petrópolis, 1990.

Gallian, D. M., Pondé, L.F., Ruiz, R., **Humanidades, Humanismos e Humanidades: problematizando conceitos e práticas no contexto da saúde no Brasil**. Revista Internacional de Humanidades Médicas. Vol 1, n. 1, p. 5-16, out/dez, 2012.

Illich, I, **Sociedade sem escolas**, Ed. Vozes: Petrópolis, 1985.

_____, **A expropriação da saúde: nêmesis da medicina**. Ed. Nova Fronteira: São Paulo, 1975.

Itaborahy, C., **A Ritalina no Brasil: uma década de produção, divulgação e consumo** – Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, 2009.

Lima, C. **Somos todos desatentos? O TDA/H e a construção de bioidentidades**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

Marco, M.A. (2006). “**Do modelo biomédico ao modelo biopsicossocial: um projeto de educação permanente**”, Revista Brasileira de Educação Médica, 30(1) 60-72.

Marçal, V. P., Buiatti; Silva, S. M. C., **A queixa escolar nos ambulatórios públicos de saúde mental: práticas e concepções**. Revista Psicologia Escolar e Educacional, Campinas: [s.n.], v.10, n.1, jun. 2006.

Meihy, J. C. S. B, Holanda, F., **História Oral – Como Fazer, Como Pensar**, Editora Contexto: São Paulo, 2010.

Mesquita R. C., **A implicação do educador diante do TDAH: repetição do discurso médico ou construção educacional?** dissertação de mestrado, Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2009.

Miranda et Al, **Questionário SNAP-IV: A utilização de um instrumento para identificar alunos hiperativos**, UFRJ, Rio de Janeiro, ABRAPEC, VIII ENPEC, resumos/R0463-2.

Morin, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**, tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. – 2ª. Ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

Moysés, M.A.; Collares, C., **Medicalização: elemento de desconstrução de direitos. In: Direitos Humanos: O que temos a ver com isso?** CRP-RJ, Rio de Janeiro, 2007.

_____, **A história não contada dos distúrbios de aprendizagem**, Cadernos CEDEM nº 28: São Paulo, 1992.

Spazziani, M.L; Collares, C., **Medicalização de Jovens e Adolescentes**, Conselho regional de Psicologia de São Paulo, Grupo Institucional Queixa Escolar, Casa do Psicólogo: São Paulo, 2011.

Szasz, T., **The Medicalization of Everyday Life: Selected Essays**, Syracuse University Press, New York, 2007.

Tófoli, Daniela. **País vive febre da “droga da obediência”**, Folha de São Paulo, São Paulo, 15 jan. 2006. Folha Cotidiano, p. C1.

Torcatto, C. E., O metilfenidato, a escola e a cultura farmacológica contemporânea, Revista Teias v. 17 • n. 45 • (abr./jun. – 2016): Drogas, Medicalização e Educação

[1] Psicólogo, mestre em Psicologia de Educação, doutor em Saúde Coletiva, professor universitário e supervisor de estágio em processos educativos (estágio em Psicologia Escolar). Orientador educacional e consultor psicopedagógico.

[2] Entende-se por medicalização o processo por meio do qual as questões da vida social – complexas, multifatoriais e marcadas pela cultura e pelo tempo histórico – são reduzidas a um tipo de racionalidade que vincula artificialmente os desvios em relação às normas sociais a um suposto determinismo orgânico que se expressaria no adoecimento do indivíduo (Fórum sobre medicalização da Educação e da Sociedade).

[3] O biopoder é a gestão da vida como um todo, técnicas de poder sobre o biológico (corpo) que vira central nas discussões políticas. Modificá-lo, transformá-lo, aperfeiçoá-lo são objetivos do biopoder, além de, é claro, produzir conhecimento, saber sobre ele, para melhor manejá-lo. A essa estratégia denomina-se biopolítica e sua força reguladora, biopotência. O termo biopolítica apareceu pela primeira vez na obra do filósofo francês Michel Foucault numa conferência proferida em 1974 no Rio de Janeiro sob o título “O nascimento da medicina social” (Junges, 2007).

[4] A distribuição normal é uma das mais importantes distribuições da estatística, conhecida também como Distribuição de Gauss ou Gaussiana. Foi primeiramente introduzida pelo matemático Abraham de Moivre. Além de descrever uma série de fenômenos físicos e financeiros, possui grande uso na estatística inferencial. É inteiramente descrita por seus parâmetros de **média e desvio padrão**, ou seja, **conhecendo-se estes valores consegue-se determinar qualquer probabilidade em uma distribuição Normal**.

[5] A *teoria científica* atual defende que no TDAH existe uma disfunção da neurotransmissão dopaminérgica na área frontal (pré-frontal, frontal motora, giro do cíngulo), nas regiões subcorticais (estriado, tálamo mediodorsal) e na região límbica cerebral (núcleo acumbens, amígdala e hipocampo).

[6] “*Seria conveniente pedir a opinião de um médico, psicólogo, fonoaudiólogo*” (SIC).

[7] Ainda não está claro quais são as causas diretas e imediatas do TDA/H, apesar dos avanços científicos e tecnológicos no domínio das técnicas de imagens neurológicas e genéticas. Existe a promessa de esclarecer esta questão num futuro próximo. A maioria dos pesquisadores suspeita que

a causa do TDA/H é genética ou biológica, apesar de reconhecer que o ambiente da criança, ajuda a determinar seus comportamentos específicos (Miranda et al, 2008).

[8] Testes psicológicos para diagnóstico do TDA/H: SNAP-IV – Swanson, Nolan e Pelham-IV(domínio público) e ETDAH-AD – Escala de Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (Editora Vetor).

[9] Portaria N° 986/2014.

[10] Nota do autor

[11] a) Ortega, F., et al, A ritalina no Brasil: produções, discursos e práticas. A ritalina no Brasil: produções, discursos e práticas, Rio de Janeiro, UERJ, 2010; b) Lima, C. Somos todos desatentos? O TDA/H e a construção de bioidentidades. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005; c) Tofoli, D. País vive febre da ‘droga da obediência’. Folha de São Paulo, São Paulo, 15 jan. 2006. Caderno Cotidiano, p.C1

Os avanços do direito penal Internacional e suas influências nas relações internacionais

Eliézer Guedes de Oliveira Junior

Mestrando em Estudos Jurídicos pela Must University (Florida - USA). Especialista em Direito Administrativo pela Faculdade de Ciências de Wenceslau Braz (2017). Procurador do Estado de Santa Catarina. Cofundador da Editora GuedesJus. Anteriormente, foi servidor do TCU, atuando na assessoria de Ministro da Corte por 6 anos. Conquistou aprovação em 13 concursos públicos. Autor de livros.

Resumo

O artigo analisa a crescente importância do direito penal internacional, onde crimes transnacionais e mesmo ilícitos internos demandam cooperação entre países. O objetivo é examinar como os avanços nesse campo influenciam as relações internacionais. Utilizando uma metodologia baseada em revisão bibliográfica e análise de casos emblemáticos, o texto está estruturado em três partes: histórico e evolução do direito penal internacional, avanços normativos e impacto nas relações internacionais. Os resultados indicam que a cooperação internacional, por meio de tratados e convenções, é essencial para enfrentar tanto crimes transnacionais como internos, fortalecendo as capacidades institucionais dos Estados e promovendo um ambiente global mais seguro. Além disso, casos emblemáticos, como o de Edward Snowden, ilustram os desafios e a importância de acordos de cooperação para a eficácia do direito penal internacional.

Palavras-Chave: Direito penal internacional. Cooperação internacional. Impacto

Abstract

The article analyzes the growing importance of international criminal law in a globalized world, where transnational crimes require cooperation between countries. The aim is to examine how advances in this field influence international relations. Using a methodology based on literature review and analysis of emblematic cases, the text is structured in three parts: the history and evolution of international criminal law, normative advances, and the impact on international relations. The findings indicate that international cooperation, through treaties and conventions, is essential to address both transnational and domestic crimes, strengthening the institutional capacities of states and promoting a safer global environment. Furthermore, emblematic cases, such as that of Edward Snowden, illustrate the challenges and importance of cooperation agreements for the effectiveness of international criminal law.

Keywords: International criminal law. International cooperation. Impact

1. Introdução

O direito penal, a cada ano, tem se destacado no âmbito internacional. A globalização, a facilidade de locomoção e o avanço de problemas transnacionais, como o terrorismo, o tráfico de pessoas e os crimes cibernéticos, exigem respostas que transcendam as fronteiras nacionais. Esse cenário desafiador impulsiona a cooperação e a harmonia entre os países.

Tendo isso em mente, o objetivo deste artigo é examinar como os avanços do direito penal internacional influenciam as relações internacionais.

A metodologia adotada inclui uma revisão bibliográfica e a análise de casos emblemáticos, que ilustram as interações entre o direito penal internacional e as relações internacionais.

O artigo está estruturado em três partes principais. A primeira seção aborda o histórico e a evolução do direito penal internacional. A segunda parte examina o avanço normativo do direito penal internacional, registrando os principais tratados e convenções internacionais sobre a matéria. Por fim, na terceira seção, será analisado o impacto do direito penal internacional nas relações internacionais, apresentando-se um caso emblemático de ausência de cooperação.

2. Direito Penal Internacional

2.1. Distinção conceitual

Inicialmente, cumpre registrar a distinção terminológica entre direito penal internacional e direito internacional penal.

Nas lições de Portela (2017), o direito internacional penal é o ramo do direito internacional que tem por objetivo reprimir atos que ofendam valores basilares da conveniência internacional. Aqui entram em cena os crimes internacionais. Os valores tutelados transcendem as fronteiras dos Estados.

Por sua vez, o direito penal internacional tem por foco regular a cooperação internacional no combate à criminalidade. Os crimes, num primeiro momento, afetam apenas a nação na qual foram praticados. Todavia, o enfrentamento demanda apoio de outros entes estatais, seja pela natureza transnacional seja por demandar investigações no exterior (Portela, 2017).

2.2. Evolução

A internacionalização do direito penal tem seu epicentro no final da II Guerra Mundial. Destacam-se julgamentos de Nuremberg e Tóquio que estabeleceram precedentes importantes para a responsabilização de líderes por crimes internacionais. Desde então, tratados e convenções, como o Estatuto de Roma, têm refinado e ampliado a aplicação do direito penal internacional.

Como aponta Teixeira (2020), com os excessos da Alemanha nazista, levou-se a uma mudança de mentalidade na comunidade internacional, no sentido de que os Estados não poderiam agir como bem entendesse em relação aos seus nacionais.

A persecução penal, inicialmente, foi tarefa de cortes *ad hoc*, tais como as de Nuremberg, Tóquio e Ruanda, como explica Mazzuoli (2019). Posteriormente, surge uma corte com caráter permanente, o Tribunal Penal Internacional (TPI).

Por sua vez, no âmbito direito penal internacional, as práticas formais de cooperação surgem, inicialmente, a partir dos tratados de extradição, à medida que os Estados reconheciam a necessidade de combater crimes que ultrapassavam fronteiras. A consciência sobre a importância da colaboração internacional foi se fortalecendo com o aumento do tráfico de drogas e outros crimes transnacionais.

3. Avanço normativo. Principais atos de cooperação internacional

Seja pela facilidade na locomoção física seja pelo avanço tecnológico, fato é que a vida tem sido internacionalizada. E isso vai desde uma simples assinatura de serviço virtual, ofertado por uma empresa sediada no exterior, até a internacionalização do delito, como tráfico de drogas e lavagem de dinheiro. Como consequência, os Estados tornam-se, a cada dia mais, interdependentes. E tal dependência é vista também no exercício do poder punitivo.

Imagine a situação de um brasileiro que comentou um crime no Brasil e tenha fugido para o exterior. Pelas vias normais, mostra-se impossível que a autoridade policial brasileira ingresse no território estrangeiro e realize a apreensão. Tampouco se mostra viável que um juiz brasileiro determine que um banco no exterior bloqueie uma conta bancária. É nesse momento que surge a necessidade da cooperação internacional.

A cooperação, como explica Portela (2017), é feita por meio de tratados, bilaterais ou multilaterais, que objetivam articular os Estados no enfrentamento de problemas que são do interesse comum. Logicamente que nada impede que um Estado preste auxílio a outro, sem qualquer acordo. Destacam-se, ainda, instrumentos tradicionais como cartas rogatórias e homologação de sentença estrangeira.

Entre os tratados mais significativos estão a Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, que visa combater o tráfico de drogas e promover a cooperação internacional para reduzir esse tipo de crime. Foi promulgado pelo Decreto 154 de 26 de junho de 1991.

Por sua vez, a Convenção de Palermo (Decreto 5.015, de 12 de março de 2004) contra o Crime Organizado Transnacional estabelece medidas para prevenir e reprimir atividades criminosas como tráfico de pessoas, contrabando de migrantes e tráfico de armas.

Além disso, o Brasil é signatário da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006), que busca fortalecer a integridade do setor público e privado e combater a corrupção através da cooperação internacional.

A Convenção Interamericana contra o Terrorismo (Decreto 3.018, de 6 de abril de 1999) e a Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal (Decreto nº 6.340, de 3 de janeiro de 2008) são exemplos de compromissos regionais que promovem a segurança e a cooperação entre os países das Américas.

Outros tratados como a Convenção sobre a Transferência de Pessoas Condenadas (Decreto nº 12.056, de 13 de junho de 2024), a Convenção Interamericana contra o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo (Decreto 3.229, de 29 de outubro de 1999) e a Convenção de Budapeste sobre Crimes Cibernéticos (Decreto nº 11.491, de 12 de abril de 2023) complementam esses esforços, abordando questões específicas como a transferência de condenados, o tráfico de armas e crimes cibernéticos.

Esses são apenas alguns dos instrumentos de cooperação internacionais.

4. Impacto do direito penal internacional nas relações internacionais

4.1. Considerações iniciais

A adesão a tratados internacionais em matéria penal levanta importantes questões sobre como os Estados conciliam a cooperação internacional com a preservação de sua soberania.

Inicialmente, como aponta Husek (2017), a soberania, princípio fundamental do direito internacional, possui íntima ligação à plenitude do Poder Público. Destaca, ainda, duas ideias caracterizadoras: supremacia interna e a independência da origem externa. Questiona, ainda, se a concepção tradicional de soberania é condizente com o mundo moderno.

Fato é que a ausência de adesão a tratados internacionais de cooperação em matéria penal pode ter diversos impactos significativos para uma nação que opta por não participar desses acordos. O primeiro que se pode destacar é o isolamento e a desconfiança internacional.

Quando um país decide não aderir a tratados internacionais de cooperação penal, ele pode ser percebido pela comunidade internacional como relutante em cooperar na luta contra crimes transnacionais. Naturalmente, isso pode gerar desconfiança e afetar negativamente as relações diplomáticas e comerciais mantidas.

Além disso, sem as ferramentas proporcionadas pelos tratados, o Estado pode enfrentar dificuldades na investigação e processamento de crimes que repercutem no seu plano interno. É o que ocorre com crimes como tráfico de drogas, tráfico de pessoas, lavagem de dinheiro e terrorismo, nos quais

a cooperação internacional é essencial para reunir evidências, identificar criminosos e garantir a aplicação eficaz da lei.

Nota-se, ainda, a vulnerabilidade provocada por ameaças externas. Isso inclui organizações criminosas que operam globalmente, redes de terrorismo que buscam refúgio em áreas sem cooperação efetiva, e outros grupos que exploram lacunas na aplicação da lei para perpetrar atividades ilícitas.

Os impactos negativos transcendem a esfera penal e impactam também o desenvolvimento econômico e social de um país. A cooperação internacional abre portas para assistência técnica, treinamento de pessoal, e intercâmbio de melhores práticas que fortalecem as capacidades institucionais e promovem um ambiente seguro e justo para os cidadãos.

4.2. Caso Edward Snowden

Edward Snowden é um dos casos mais emblemáticos envolvendo questões de cooperação internacional em matéria penal e direitos humanos.

Ex-analista de inteligência dos Estados Unidos, tornou-se conhecido mundialmente em 2013 após vaziar documentos secretos da Agência de Segurança Nacional Americana (NSA). Tais documentos revelaram programas de vigilância em massa realizados pela NSA, tanto nos Estados Unidos quanto internacionalmente. O fato provocou intenso debate global sobre privacidade, segurança e liberdades civis.

Ao fugir, Snowden foi para Rússia, tendo ali postulado asilo político. Os EUA solicitaram a extradição do ex-analista de inteligência. Todavia, como divulgado no Jornal Gazeta do Povo (2024), o líder russo negou o pedido, ao argumento de que não existiria acordo de extradição com os EUA.

A situação evidenciou o quanto a existência de acordos de cooperação pode enfraquecer o poder punitivo de uma ação.

5. Considerações Finais

A análise dos avanços do direito penal internacional revela sua significativa influência nas relações internacionais, evidenciando como a cooperação entre países é fundamental para enfrentar crimes transnacionais ou promover a efetividade do poder punitivo interno. O artigo demonstrou que tratados e convenções não apenas reforçam o combate a crimes como terrorismo, tráfico de drogas e cibercrimes, mas também promovem a interdependência entre as nações, facilitando a aplicação da justiça de forma eficaz e harmoniosa.

O direito penal internacional, além de proteger valores universais, promove a estabilidade e a segurança global. Através da adesão a tratados e da aplicação de normas internacionais, os Estados fortalecem suas capacidades institucionais e contribuem para um ambiente mais seguro e justo. Casos como o de Edward Snowden destacam a complexidade dessas relações, mas também ressaltam a importância de um compromisso coletivo na luta contra o crime.

6. Referências Bibliográficas

Husek, C. R (2017). Curso de Direito Internacional Público (14ª ed.). São Paulo: LTr.

Mazzuoli, V. O (2019). Curso de Direito Internacional Público (12ª ed.). Rio de Janeiro: Forense.

Portela, P. H. G (2017). Direito Internacional Público e Privado: Incluindo Noções de Direitos Humanos e de Direito Comunitário (9ª ed.). Salvador: JusPODIVM.

Povo, Gazeta do (2024). Putin responde “não” ao pedido dos americanos para extraditar Snowden. Disponível em: . Acesso em: 30 jun. 2024.

Teixeira, C. N (2020). Manual de Direito Internacional Público e Privado (5ª ed.). São Paulo: Saraiva Educação.